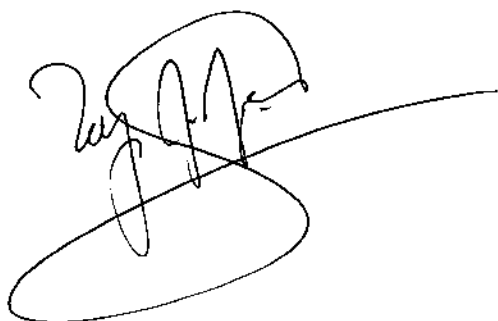


IARA LIS FRANCO SCHIAVINATTO CARVALHO SOUZA

PÁTRIA COROADA
O BRASIL COMO CORPO POLÍTICO
AUTÔNOMO 1780-1831



Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas, sob
orientação do Prof. Edgar Salvadori de Decca

MARÇO DE 1997
Campinas - SP

IARA LIS FRANCO SCHIAVINATTO CARVALHO SOUZA

PÁTRIA COROADA

O BRASIL COMO CORPO POLÍTICO AUTÔNOMO 1780-1831

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas, sob orientação do
Prof. Edgar Salvadori de Decca

Este exemplar corresponde à
redação final da tese
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
____/ 03 / 1997.

Banca:

Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca

Profa. Dra. Maria Stella Martins Bresciani

Prof. Dr. Afonso Carlos Marques dos Santos

Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro

Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes

Março - 1997

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/Unicamp
V. pt 1	Ex.
TOMBO BC	30388
PROC.	28.1.197
C	☐ D ☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	22/05/1977
N.º CPDB	M.00099589-2

5069P

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

So89p

Souza, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho

**Pátria coroada: O Brasil como corpo político autônomo;
1780-1831 / Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho Souza. - -
Campinas, SP: [s.n.], 1997.**

Orientador: Edgar Salvadori de Decca.

**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Pedro I, Imperador do Brasil, 1798-1834. 2. Política e
cultura. 3. Brasil - Vida intelectual. 4. Brasil - Comemorações
de centenários, etc. 5. Brasil - História - Independência, 1822.
6. Brasil - História - I Reinado, 1822-1831. I. Decca, Edgar
Salvadori de. II. Universidade Estadual de Campinas. Insti-
tuto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

Índice

Introdução	1
O fio e o horizonte: a questão que movimenta o trabalho	1
 1- O rei português: sua saúde, seu povo e a harmonia	 8
 2- Cultura e política: D. João e as vicissitudes do reino	 31
O museu de história natural	33
A corte no Rio de Janeiro e a rediscussão das relações Brasil-Portugal	49
Os quadros da natureza: uma cultura política	74
A inversão dos papéis: Portugal como colônia do Brasil	94
Pernambuco: as cores da República	103
Entre o rei português e o povo: o pacto liberal do vintismo	114
 3- As várias representações do Brasil: a opção por D. Pedro	 134
 4- O Imperador-Contrato	 151
As Cortes de Lisboa	156
A adesão das câmaras	193
A adesão e os tumultos na praça	204
A adesão e o povo do imperador	229
A esfera de decisão	247
 5- As Festas do Imperador	 276
Panorâmica das festas	283
Os que assistem, os que preparam, os que participam e quem mais...	285
As viagens de adesão	314
As festas de aclamação e coroação	339

6- Imperador a ser lembrado: Debret e Grandjean de Montigny	380
7- O Imperador sem finalidade: 1831	405
8- O monumento na praça pública	436
Lista de Ilustrações	456
Fontes	459
Bibliografia Geral	479

Agradecimentos

Devo muito a muita gente. Em especial a Edgar de Decca, que me brindou com sua lucidez intelectual, sua capacidade de fazer as perguntas precisas que reorientaram os caminhos deste trabalho e sempre me brindou com seu bom humor e amizade. Em Portugal, Francisco Bithencourt acolheu esta pesquisa e sempre esteve à disposição para me indicar o que de melhor os arquivos ofereciam e, zelosamente, me interrogava sobre as inflexões do objeto estudado. E, quando eu quase me emaranhava em uma longa escrita, Stella Bresciani e Robert Slenes oxigeram o trabalho, me emprestando suas leituras, textos, indicações, no Exame de Qualificação.

Na UNICAMP, alguns amigos se tornaram companheiros de viagem nestes últimos anos: Silvana Blanco, Jefferson Cano, Marcos Horta, Sheila Schuartzman, Adriana Romeiro, Vera Marques. Com Cristina Meguello e Ana Cláudia Brefe, compartilho tanto as opções intelectuais, quanto convivências cotidianas, lúdicas, familiares.

Por exigência e ânimo de Marly Rodrigues, Maria Ângela Borges Salvadori e Nicolina Luíza de Peta reaprendi a escrever, atenuando o tom acadêmico, o caráter hermético, tentando comunicar melhor uma idéia, embora ainda haja muito por fazer. Além disso, Ângela e Nicolina, pacientemente, me enviaram notícias numa correspondência ativa e divertida.

Minha estadia no além-mar trouxe-me amigos preciosos em Fernanda Bicalho, Fátima Gouvêa, Tiago Costa Pinto dos Reis Miranda, Nireu Cavalcanti, que partilham o gosto pela frequência ao arquivo e pelo desafio de tentar compreender uma teia de relações entre Brasil e Portugal.

Sem a atenção das bibliotecárias, certamente eu não teria conseguido recuperar uma gama de textos importantes e, por vezes, perdidos, quer na Academia de Ciências de Lisboa, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no IFCH, no CEDAP. Sou particularmente grata a Solange Vital de Souza.

Com apoio institucional e financeiro da CAPES e da Fundunesp, consegui concluir a pesquisa e entrecruzar os dados levantados nos arquivos brasileiros e portugueses. Também contei com a amizade, a prestreza e compreensão do Departamento de História da UNESP _ Assis, onde falei do projeto e seus percursos a Antonio Celso Ferreira, Tânia Regina de Lucca, José Luís Beired.

Nos arremates finais e técnicos, Marilza Aparecida da Silva, Maristela Cocio M. de Souza e Ângela de Noronha Bigname foram de grande valia, ajuda e muito solidárias.

Nestes anos todos, Cláudia Bosco Lima mantém a virtude de dizer-me a melhor palavra na hora certa, de tal forma, que sempre parece a mais simples e tranquila. Cláudia Lis Franco Schiavinatto Pedrosa, Cacau, sabe um pouco do tema da pesquisa, mas sabe bastante das agruras e delícias que me trouxe.

Por último, é só dizer que a tese é dedicada ao Cesar, porque ele sempre esteve aí, mesmo quando nem eu estava.

Lista de Abreviaturas:

ABN: Anais da Biblioteca Nacional

ACL: Academia de Ciências de Lisboa.

AHP: Arquivo Histórico Parlamentar

AHU: Arquivo Histórico Ultramarino

AN: Arquivo Nacional

ANTT: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BNL: Biblioteca Nacional de Lisboa

BNRJ: Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro

Cx.: Caixa

Cód.: Códice

Doc.: Documento

Mn.: Manuscrito

Res.: Reservados

Introdução

Quanto mais eu conheço este país, mais aumenta o interesse para com seus lugares desconhecidos. O Brasil é realmente um novo mundo.

G. I. Langsdorff

O FIO E O HORIZONTE: A QUESTÃO QUE MOVIMENTA O TRABALHO.

Gonçalves de Magalhães notava em 1836, no interior da revista *Nitheroy*, ao inaugurar o movimento romântico brasileiro:

*No começo do século actual, com as mudanças e reformas que tem experimentado o Brasil, novo aspecto apresenta a sua literatura. Uma só idéa absorve todos os pensamentos, uma nova idéa até alli desconhecida, é a idéa de Patria; ella domina tudo, tudo se faz por ella, ou em seu nome*¹.

Ele reconhecia a novidade do tema, sua força em sua contemporaneidade e tomava para si a enorme e importante tarefa de desvelar o passado brasileiro, através de suas fontes literárias, submersas no tempo que corre, na sua incessante voragem, perdidas em suas referências, mas que ainda pulsam ou estão adormecidas no interior do país, nos arquivos, nos escritos olvidados, na sua natureza pródiga. Enquanto letrado, ele obsecadamente/obsessivamente procurava recuperar tal passado, trazendo-o a luz, tornando-o visível, conhecido e, nesta medida, o leitor e o próprio poeta descobririam o verdadeiro Brasil e sua gente. Ele justificava sua escolha pela literatura, principalmente devido à sua capacidade de atravessar os tempos, alcançar a posteridade, e em virtude de sua ligação especular, reflexiva e analógica com o povo:

¹ Trata-se do artigo Ensaio sobre a história da literatura do Brasil, *Nitheroy* _ *Revista Brasiliense, Sciencias, Letras e Artes*, 1836, t. I, p. 152. O lema da revista era *Tudo pelo Brasil e para o Brasil*. Seus sócios nesta empreitada de publicar uma revista cultural, romântica, em Paris, expondo a toda Europa a cultura brasileira, presença de uma civilização aqui e seu progresso, eram: Araújo Porto-alegre, Homem de Mello.

(a literatura) é o desenvolvimento do que elle (povo) tem de mais sublime nas ideias, de mais philosophico no pensamento, de mais heroico na moral, e de mais bello na Natureza, é o quadro animado de suas virtudes, e de suas paixões, o despertador de sua gloria, e o reflexo progressivo de sua intelligencia ².

No intuito de descobrir o Brasil, ele propunha um estudo sistemático e aplicado do passado, de suas *ruínas*, localizando a sua inserção e, aos poucos, reconstruiria a marcha da civilização em terras brasileiras, revelando por fim esta nação. Somente por esta senda, o povo reconheceria a si mesmo e sairia de um estado de inércia, de *imobilidade*, para marchar na direção do seu bom e correto futuro, palmilhando uma trajetória civilizada. Só assim este povo não se esqueceria de si mesmo, não se alienaria de si, em qualquer passado, mas reconheceria em seu presente o seu próprio passado, enxergando, enfim, a sua verdadeira identidade nacional. Ou seja, ao descortinar a literatura brasileira, de imediato se saberia quem era o povo brasileiro e se desvendaria o próprio Brasil. Assim, o poeta se tornava o autor da nobre genealogia da nação.

Nesta minha pesquisa inverte-se, ou melhor, desconfia-se, desta afirmação do ser Brasil sobre a literatura, a política, economia e assim por diante. Porquanto, ao invés de considerar o Brasil esteio e referência da literatura, tema primordial do qual ela se nutriria, privilegia-se de que maneira diversos discursos, práticas políticas e sociais converteram o Brasil num ser. Eis a questão norteadora deste trabalho, que sofreu uma série de reveses, redefinindo seus recortes. Trata-se da emergência histórica do Brasil, enquanto uma singularidade _ em sua própria historicidade _ como se dá uma autonomização deste estado-nação, um específico perante o resto do mundo, destacando-se pelas suas idiossincracias, daí que a tese persiga e estude a instauração de sua primeira soberania liberal, independente, centrada e representada em D. Pedro I. Ou seja: **como se edificou o Brasil,**

² Op. cit., p. 135.

enquanto um corpo político autônomo entre fins do século XVIII e começo do XIX³.

Talvez caiba apontar que o Brasil foi, certamente, pensado e postulado na condição de nação a partir de 1870 e para tanto temos bons estudos, assim como é bem demarcada a virada intelectual e epistêmica ocorrida na década de 1930, com Caio Prado, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freire, sem esquecer o interesse modernista de 1922 em redescobrir o Brasil mais verdadeiro; enfim, conseguimos localizar estas invenções do Brasil. No entanto, fica uma lacuna, uma espécie de ausência e certa incapacidade nossa de falar e explicar sobre este primeiro momento do Brasil em sua autonomia política, sem recorrer basicamente ao romantismo. Repare-se, todavia, que não imputo ou amplio os sentido de nação do final do século XIX para o período anterior, apenas indico a condição do Brasil enquanto estado que precisa forjar suas representações e categorias, saberes, que lhe garantiriam tal veracidade. É justamente para este ponto opaco que chamo a atenção. Pois ele se tornou opaco e, em certa medida esquecido, através de uma série de estratégias e escolhas político-sociais, implicando na existência de uma gama de conflitos, embates, quanto às formas de entender o Brasil. Por outro lado, também foram essas outras e posteriores reinvensões do Brasil que nos deram suporte _ material, documental, conceitual, instrumentos, até amarras e apegos⁴ _

³ Tenho bastante presente que no Brasil se dá, primeiro, a elaboração do estado e, num segundo momento, se forja a nação entenhada à acepção de cidadania/direito/representação na melhor herança dos movimentos revolucionários dos séculos XVII e XVIII ou, então, enquanto uma elaboração cultural e social de uma identidade, cujo caráter seria quase esperitual tal qual na vertente romântica alemã. No entanto, se coloca, no começo e meados do século XIX, para as elites brasileiras a necessidade de encontrar representações e signos referentes ao Brasil. Embora com algumas lacunas e discordâncias, aqui o trabalho de Carvalho, J. M. de, *A Formação das almas _ o imaginário da República no Brasil*, São Paulo: Cia das Letras, 1990, é referência obrigatória. Quanto às contínuas vontades de reencontrar o verdadeiro Brasil na literatura: Meyer, M., *Um eterno retorno: as descobertas do Brasil, Caminhos do Imaginário no Brasil*, São Paulo: Edusp, 1993. A nomeação deste problema está em Santos, A. C. M. dos, *A Invenção do Brasil: um problema nacional?* *Revista de História*, USP, jan.-jun./1985. Quanto às várias modulações que engendraram sentidos em Portugal, enquanto um estado e, depois, uma nação, com seus respectivos ideários e modos de retomada ou até mesmo o abandono de um determinado passado, ver: Bethencourt, F./Curto, D. R., *A Memória da Nação*, Lisboa: Sá da Costa, 1991.

⁴ Vários documentos, por exemplo, foram estabelecidos e recuperados por Varnhagen, Mello Moraes, ou eu mesma iniciei esta discussão ao ler Sérgio Buarque de Holanda.

para repor e repensar este momento. Gostaria, logo, de salientar que este trabalho mais descortina um horizonte do que o ultrapassa ou o dá por explorado.

Não se busca a reiteração, a descoberta da origem do país independente, um ponto cardeal opaco sobre o qual um elenco de projetos vislumbra o seu (do país) nascedouro, o que, por sua vez, justificaria a grandeza destes mesmos projetos. Tampouco intento uma fidedignidade ao original do Brasil, um lugar remoto, perdido no imemorial dos tempos que o historiador tentaria resgatar, visitar, reeditar, e, ao fazê-lo, retiraria o véu que imacula a verdade mais pura. Vista desta maneira, a tarefa do historiador consistiria em repor, recuperar a inteireza do país, a sua alma mais cristalina. Esta pesquisa distancia-se desta busca da significação ideal e idealizada, da identidade primeira que coincidiria com um estado de perfeição perdido ou esquecido em sua forma imutável no fundo dos tempos escamoteado pelo posterior ⁵. Não se pretende a veneração e o silêncio frente os monumentos. Desta forma, a pesquisa incursiona pela emergência desta inteligibilidade Brasil, qual a sua proveniência, considerando capitais a sua tensão, as fissuras, os heterogêneos, os agenciamentos.

Nesta medida, este trabalho desprende-se da busca da exatidão e repetição dos fatos, tão eloqüentes, irrefutáveis da vinda e instalação da família real portuguesa, da abertura dos portos em 1808, da Independência no 7 de setembro de 1822. Passado este inamovível, impossível de ser interrogado tamanha a sua

⁵ Neste sentido, trata-se de uma pesquisa genealógica que não se opõe à história como a visão ativa e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da origem. Foucault, M., Nietzsche, a genealogia e a história, *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 16. Desse modo, sempre tive o cuidado em tentar me desfazer das armadilhas teleologizantes arraigadas às explicações, inclusive historiográficas, sobre a formação do Brasil “independente”, onde pesa sempre mais a Inconfidência Mineira e menos a experiência pernambucana de 1817 ou a intensidade dos debates dentro das câmaras no começo da década de 1820. Aliás a leitura da coleção completa do Diário das Cortes em Portugal foi fundamental para entender o quanto os deputados brasileiros, ligados ao projeto de autonomização do Brasil, citavam e evocavam seu aprendizado político com a tentativa republicana em 1817 e, paralelamente, sequer citavam as inconfidências brasileiras do final do século XVIII. Embora, nas inconfidências tenham participado homens com uma formação letrada que ganhará relevância social no começo dos oitocentos. Nos debates das Cortes, a Inconfidência Mineira tampouco é mencionada, voltando à tona na década de 1840/50 e sendo ordenada, enquanto um trabalho histórico-historiográfico- pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (doravante, IHGB) e, a partir daí, por Joaquim Norberto de Souza. Gostaria ainda de indicar que

objetividade, o qual viceja no consenso, tal qual um fenômeno natural. Estes fatos alinham-se e inserem-se num tempo vazio e homogêneo, onde tudo cabe sem perguntar como se inscreveram no real, a maneira de formulá-los. Aponto para uma outra ordem do tempo, diferente daquele entronizado quase invariavelmente, um tempo que permite interrogar o estabelecimento da identidade do Brasil num jogo de diferenças e na invenção de uma memória social. Dito de outro modo: um tempo homogêneo capaz de abarcar o fato cristalizado e um outro denso de historicidades porque a sua própria temporalidade define uma raridade do acontecer, no qual a permanência, a repetição, a simultaneidade e a descontinuidade participam e entrechocam-se ⁶. Entre estes tempos não se estabelece uma totalidade (resultante da somatória de um e de outro, ou por entender um enquanto contrapelo do outro) dada a radical diferenças de suas naturezas. A afirmação e concordância da ontologia Brasil despista e obscurece as próprias historicidades Brasil. Ao invés de repetir a ontologia do Brasil, procura-se a sua configuração: afinal de que matéria é composto? Qual a sua argila? Por isso, quando estes “fatos” ressurgem no bojo deste trabalho, alinham-se e conjugam-se com outras tramas, na qual perdem sua aura de grandeza e adentram o jogo dos acontecimentos com suas possibilidades e tensões em aberto.

Cabe também indicar que tampouco se aspira reencontrar o sujeito que enuncia Brasil, ou quem enunciou, denominou num primeiro momento, no instante original e primevo, mas quais as redes de poder, discursivas, festivas,

este texto de Foucault funciona mais como um modo de flagrar o problema e o tema do mito de origem para o historiador, do que como uma cartilha.

⁶ Para uma discussão do registro de historicidade, esta gama diversa de relações entre o passado/presente, constituindo uma temporalidade, ver Hartog, F., Temps et Histoire – “Comment écrire l’histoire de France?”, *Annales, Histoire, Science Sociales*, 50e. année, n° 6, novembre/décembre, 1995. O autor discute em particular a condição de historicidade que rege *Lieux de mémoire*, organizado por Pierre Nora, matizando esta noção de um passado patrimonializado, autonomizado, nos monumentos e museus e suas outras relações com o presente. Diz Hartog a respeito deste regime de historicidade: *J’entends par là une formulation savante de l’expérience du temps qui, en retour, modèle nos façons de dire et de vivre notre propre temps. Un régime d’historicité ouvre et circonscrit un espace de travail et de pensée. Il rythme l’écriture du temps, représente un “ordre” du temps, auquel on peut souscrire, ou au contraire (et le plus souvent) vouloir échapper, en cherchant à en élaborer un autre.(...) Contesté sitôt qu’instauré, un régime d’historicité reformule, “recycle” des éléments antérieurs du rapport au temps, pour leur faire dire autre*

cotidianas que erigem a noção de Brasil, enquanto um corpo político autônomo. Não se trata da colagem e imanência entre significante-significado, mas de assinalar as maneiras pelas quais estas redes funcionam e forjam sua primeira soberania enfeixada no primeiro imperador do país.

Esta soberania, convoca para junto de si e trava relações com a noção de contrato-imperador-festa, abordando o mundo onde os homens governam a si mesmo, o campo do político. Não se trata apenas de uma escolha fácil, simples e direta pelo sucessor natural do trono português, ainda que pese o direito dinástico, existe, por outro lado, uma movimentação intensa nas câmaras brasileiras _ lugar de participação de proprietários, negociantes e letrados desde o mundo colonial _ optando socialmente pela configuração de um imperador calcado numa relação contratual, compromissado com uma constituição liberal, à medida em que as câmaras aderem por livre escolha e engendram aí uma representação totalizante do Brasil.

O trabalho aqui desenvolvido intenta perceber como se deu a construção sócio-política de um soberano que também ficou colado à figura de herói nacional. Bem como, assinalar que as formas de celebrá-lo eram igualmente maneiras de consagrar o Brasil enquanto um ser, um corpo político autônomo, entranhado, por sua vez, àquele que lhe possibilitou tal condição: o próprio D. Pedro. Estabelece-se aí uma espécie de torvelinho. Pois ao mencionar um, o outro vem de imediato e necessariamente. Um se faz gêmeo e análogo do outro, ganhando uma condição quase mítica ao se imbricarem naquilo que se consolidou e cristalizou na memória nacional enquanto a origem do Brasil independente.

Nesta construção da figura do soberano vêm à tona toda uma rede de relações capitaneadas pelas câmaras no Brasil, ao confirmarem e negociarem sua adesão a D. Pedro. Por outro lado, cabia indicar a maneira pela qual vão se esgarçando as relações entre Brasil e Portugal dentro das Cortes liberais, e assinalar os argumentos que levaram a um desligamento entre os envolvidos.

chose autrement. Op. cit., p. 1220-1222, respectivamente. Assim, um regime de historicidade não existe em estado puro e, ato contínuo, meu trabalho não escapa desta condição.

No Brasil, do início do século XIX, despontam usos políticos da praça pública e uma ampla movimentação de tropas, comandantes, uma gente considerada *turbulenta* pelas autoridades públicas, que convivem entre si e, por vezes, enfrentam-se no cotidiano e no jogo político. Em contraponto, na praça pública, celebram-se o contrato social entre o imperador e seu povo em várias festas que enredavam-se umas nas outras e, juntas, conformavam um sentido de autoridade, uma visibilidade do poder central, um modo de obter a anuência do outro.

Para melhor entender a configuração deste novo governante, fiz um estudo da sua dimensão imagética no interior das festas, das personagens, virtudes, com as quais foi associado ou separado. No que tange à elaboração de uma representação do monarca que atravessa os tempos, adentra à memória nacional, a produção de Debret e Grandjean de Montigny ocupa um lugar de destaque, daí um capítulo dedicado a este assunto.

Essa elaboração sígnica e simbólica do imperador vai dando uma conotação do que é o Brasil. Ora também me incomoda perceber como se dá o descarte de D. Pedro em 1831, a ponto de ter que abdicar o trono, e como ele retorna vangloriado nos textos que abordam a independência. Por último, convém apontar o limite da validade heróica de D. Pedro I, quando das primeiras recuperações da Inconfidência Mineira, sobretudo acerca de Tiradentes como o verdadeiro herói do Brasil e aquele que possui a capacidade de representá-lo. Persegue-se, então, a figura de D. Pedro I até o momento em que se torna um passado autonomizado num monumento que o congela numa estátua pública.

O rei português: sua saúde, seu povo e a harmonia

D. João era regente em 1790, quando lhe foi oferecido um manual da figura e condição do **Príncipe Perfeito** ¹ de Francisco Antonio de Novaes Campos, que seguia os parâmetros da arte de governar, num manual pedagógico destinado à educação do príncipe. O autor parafraseava e reatualizava o texto espanhol de João de Solórzano, escrito no século XVII. Tratava-se de um manual tardio da literatura política, pois tal texto fôra popular na época moderna, tendo raízes medievais, e caía em desuso ao longo da segunda metade do século XVIII. No entanto ele pode nos indiciar alguns elementos importantes sobre a figura do rei português neste momento. Novaes Campos presenteou D. João com o manuscrito, cujos emblemas eram ilustrados e coloridos. O príncipe manteve consigo o livro até a transplantação da corte para o Brasil, constando da Biblioteca Real em 1807, posteriormente aberta ao público, em 1814, onde era encontrado. O autor português, bacharel em Coimbra, que gozava da estima de D. João, entregou-lhe o texto quando já se discutia, no palácio, a incapacidade da rainha governar por problemas de saúde. Desta forma, ele tinha um caráter bastante prático, pois D. João não fôra educado para ocupar um cargo vital na linhagem real, como seu irmão, D. José, cuja esmerada formação tivera a tutela de Pombal. Porém a morte prematura de D. José alterou os planos da sucessão real ².

Essa obra casa um sistema de emblemas acompanhados de estrofes, em geral sonetos, que servem para ensinar, moral e politicamente, quais os compromissos e

¹ Campos, F. A. de N., **Príncipe Perfeito. Os Emblemas de D. João de Solórzano**, Ed. Fac-similada do manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Préf., Intr., Coment., Índice por Prieto, M. H. de T. C. U., Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985. As imagens são de autoria de Novaes Campos, e cabe mencionar que, neste momento, a tradução de um texto, os comentários, tornavam seu tradutor em uma espécie de co-autor. Senéllart, M., *Les arts de gouverner. Du régime médiéval au concept de gouvernement*, Paris: Seuil, 1995, cap. *Les arts de gouverner*: Foucault, M., *A governamentalidade, Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1984.

privilégios do rei. Em sua organização textual, os emblemas são acompanhados por uma figura alegórica com uma sintética inscrição extraída de um autor antigo, da bíblia, que é, em seguida, explicada brevemente em latim ou língua vernácula, sempre com uma mensagem ética, filosófica, política.

Em outros tempos, como no reinado de D. João V ³ considerado o ápice da figura real portuguesa dentro da lógica da monarquia moderna barroca, tal obra poderia ser o livro de cabeceira do rei, sempre lembrando-o de seu dever moral frente a Deus e ao seu povo por ser um escolhido, bem como por rememorá-lo sobre sua força e importância. Portanto, a obra almeja agir pedagogicamente sobre o rei e se transforma num livro de estado que circula dentro do estado, na esfera de decisão e do exercício do governo.

A primeira lição consiste na referência sempre colada e adstrita entre Deus e o rei, sendo que Dele advém toda a segurança do corpo social e o seu nascimento. Deus escolheu o rei; mas nem por isso ele deve se encher de soberba e lisonja, não deve se levar pelas doces e ardilosas palavras dos ministros, não deve crer na imensidão de seu poder e de que sozinho, sem ter com quem compartilhá-lo ou prestar contas no plano terreno, é absoluto e sem enganos. Pelo contrário, o rei é julgado por Deus em todos os seus atos, por isso _ e também porque todo o mal que fizer ou erro em que cair, em todo vício que escorregar _ repercutirá analogamente em todo corpo social. O quarto emblema, entitulado: *Os Reys nas maons de Deuf fão como Pêlas*, mostram o quanto o rei depende de Deus e o seu caráter absoluto pode não passar de uma ilusão:

Vejo fim: não hé fábula fonhada,

Amão de Deos em tudo poderoza,

² Silva, M. B. N. da, A educação de um príncipe no período pombalino, *Revista de História das Idéias*, v. IV.

³ Para tanto ver: Bebiano, R., *D. João V, espetáculo e poder*, Aveiro: Livraria Estante, 1987; Pimentel, A. F., *Arquitectura e Poder. O Real edifício de Mafra*, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1992. Para uma percepção da magnitude de sua realeza: BN LISBOA, Reservados, Oração Fúnebre nas Exéquias de D. João V, Res. 3569P. Para uma análise do rei sol: Burke, P., *A Fabricação do Rei. A construção da imagem pública de Luís XIV*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994; Apostolidès, J-M., *O Rei-máquina. Espetáculo e política no tempo de Luís XIV*, Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/Edunb, 1993; Ribeiro, R. J., *A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida*, São Paulo: Brasiliense, 1983.

*Jogando a Péla eftar, nunca ocioza,
Arrojando-a da Olympica Morada.*

*Vê-se cahir do céu precipitada,
E fobir logo a Efferá luminoza;
Cáhe, e torna a fobir impetuoza,
Vindo a cahir no chão por fim proftrada.*

*Se esta vizão medonha, vos atérra,
Tremei ó Altos Princepes de fufto,
Q'inda a cahir venhaes do Throno em terra.*

*E Temei q em ludibrio a fer Augufto,
Na grande mão de Deos, q o Mundo encerra,
Sirva de Péla todo o Rey injufto ⁴.*

O rei deveria espelhar-se em Deus, governando segundo os seus desígnios e ensinamentos, aí ocorre um primeiro sentido de espelhamento do texto. O leitor alvejado, neste escrito, também é um governante que, nos emblemas, deve espelhar-se para bem governar, conformando um outro espelhamento. Com esta noção de espelho, educa-se o leitor do texto e o rei que o protagoniza através da imitação, num sistema onde uma projeção se encadeia na outra e qualquer desvio compromete o resultado final.

O rei ocupa, a partir dos desígnios de Deus e das semelhanças que com Ele guarda, a cabeça do corpo social que, por sua vez, tende a seguir seu caráter. Entre o corpo do rei e o da sociedade se estabelece um espelhamento das suas condições físicas e morais, existindo uma concepção organicista do poder encarnado no corpo do rei que, em si, resume toda a coletividade. Se for virtuoso, seu reino também o será; caso contrário se for cheio de vícios, uma *sombra nociva* (Emblema XXII) descera sobre seu reino, fazendo o povo pagar por tais desditas. E, no final das contas,

responderá a Deus por todos esses vícios ou virtudes, pela felicidade ou malogro de seu reinado. Em função disso, o rei _ mais do que qualquer outro ser humano de qualquer classe social _ deve cultivar as virtudes ⁵ através da educação e de um bom conselho de ministros, combatendo e erradicando sempre os vícios.

Embora seja a cabeça do corpo social, o rei não pode ocupar e desempenhar as funções dos outros membros, não os substitui ou retira deles a sua importância, tampouco sua tarefa social. Ele pode resumir a coletividade em seu corpo, todavia não pode agir no lugar de cada membro desta sociedade, não pode revezar-se com eles por algum motivo. Tal impossibilidade acaba por gerar e estabelecer um limite natural entre a sociedade e o poder do rei, que tenta, com esforço e maximamente, conservar a regularidade e a harmonia deste corpo. O bom governo procura a conservação de si mesmo, introduzindo pequenas mudanças e sempre guiando-se por um mesmo conjunto de regras que garantam a obediência do súdito. Desta maneira, a arte de governar consiste em exercer o comando valendo-se da aptidão do rei em se fazer obedecer ⁶.

⁴ Novaes Campos, *Op. cit.*, p. 14-15.

⁵ Damiam Antonio de Lemos Faria e Castro na sua enciclopédica *Política Moral, e Civil, Aula da Nobreza Lusitana*, Lisboa: Off. De Francisco de Luiz Ameno, Imperssor da Congregação Cameraria da Santa Igreja de Lisboa, 1749, dirigia-se a D. José I definindo a virtude como uma *faculdade ingenita*, (Livro I, cap. I: Definiçoens de todas as Virtudes, nobilissimo ornato da Política Moral, p.1), que se refere aos corpos naturais e à realização efetiva, à nível das suas propriedades e qualidades, de todas as suas potencialidades. Segundo o autor, os filósofos se valeram dessa acepção para criar um *sentido figurado, ou metaforico, ao bem honesto do homem, a disposição da alma, e habito moral operativo, productivo de actos bons conformes com a razão, e dirigidos com a prudência, e moderação, que se deve. Esta é a segura guia da natureza, que conduz os affectos pelas veredas da razão, livres dos perigos dos viciosos extremos, que a acompanham*, (Livro I, cap. I, p. 1-2). As virtudes do ânimo, assim, exigem esforço, aplicação e um certo pendor natural por eles burilado. Sê cultivadas, estas virtudes trazem a verdadeira felicidade do homem.

⁶ Esta concepção do bom governante podia ser revirada de ponta-cabeça através de um discurso estruturado com metáforas religiosas, parafraseando textos cristãos. Luciano Figueiredo ao estudar o motim fiscal mineiro de 1736 encontrou uma versão popular da oração cristã do pai-nosso, *onde transparecem gemidos e clamores evocando a proteção paternal*. Reiterava-se, através da autoridade desta oração ensinada pelo próprio Cristo e do apelo legítimo a uma justiça divina, a figura do rei paternal que não abandona seu povo. Há uma astúcia daquele que pronuncia este pai-nosso ao relembrar ao rei seus encargos através de um discurso, que é uma prece, dirigido Àquele que, desde a origem, governa o mundo. Tal prece vinha entremecida a uma linguagem popular e, na métrica, evocava esta semelhança com a oração cristã por excelência:

1.

*Rei e senhor soberano
humildes a vós suplicamos
e a nós todos clamamos
padre noço (sic)*

2.

O reino, em sua exemplar versão, é encarado tal qual uma colmeia ou uma comunidade de gafanhotos, onde todos têm lugar definido, obedecem às leis e à ordem e, conseqüentemente, vive-se em harmonia, sem revolta, guerra, catástrofe ou anarquia, sem os males da violência e destruição. Sendo que algo que se abata sobre o rei da colmeia, gêmeo nas qualidades do corpo social, acarretará em males para todos. A saúde ⁷ do rei, portanto, não se restringe à sua pessoa, alastrando-se, percorrendo e tingindo toda a sociedade.

Bem como, o rei representa, “faz as vezes”, da própria história, à medida em que um acontecimento social, político, que repercute em todo o corpo da sociedade, está potencialmente atrelado ao seu comportamento, desejo, atuação, saúde. Neste sentido, o mundo se torna um palco no qual o rei atua.

Entre Deus, o rei e o reino há uma continuidade hierárquica fundada em tempos anteriores, que não mais retornam, e que não deve ser quebrada sob pena de que uma completa ruína se abata sobre este mesmo corpo social. Essa tão querida e sólida continuidade faz da sociedade um universo cristão governado pela justiça divina, pela qual se pauta a justiça dos homens. Por este motivo, cabe ao rei ouvir o súdito que lhe envia uma representação, solicita a sua justiça, que segue as leis de

Arrastado o reino voço
pelas minas e currais
e ainda dizem que estais

No céu

3.

*Mas não acredito eu
pois tanto nos atropelais
e por essa razão não estais*

Santificado

O título deste documento explicita a tensão social e suas disensões vividas em minas naquele momento: **Padre noço dos moradores das minas gerais novas dos currais, minas de vários metais, minas do rio das mortes, minas do sabará, fortes minas do serro frio, minas de prover seu brio, minas de goiases, minas dos topázios, minas do inferno, minas, minas de todo delírio.** Para sua proteção, o súdito evoca o mando paternal para resolver uma situação de conflito no qual sua vida corre risco pela opressão da autoridade local que não respeita, segue, a orientação real. Repunha-se também a noção de que o bom governante não sabe dos males que abatem seu povo, ludibriado pelos maus administradores. Figueiredo, L. R. de A., **Revoltas, Fiscalidade e Identidade Colonial na América Portuguesa. Rio de Janeiro, Bahia e Minas gerais, 1640-1761**, São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1996, p. 173, 175-176. Grifos do original.

⁷ Daí que surgissem obras dedicadas a partir da Medicina a garantir a boa saúde do rei, cuidando desde sua alimentação e recomendando andar ao sol até modos de obter a paz espiritual, como na **Arte de Conservar a Saúde dos Príncipes e das Pessoas da Primeira Qualidade**, escrito pelo italiano Bernardino Ramazino e traduzido por Luiz Paulino da Silva e Azevedo, Lisboa: Typ. Francisco da Silva, 1753.

Deus. Dentro deste preceito, a justiça real deve ter medida, ser bondosa e magnânima na esteira do exemplo bíblico de Salomão, no qual Deus diretamente ensina como deve ser um governante exemplar.

No exercício da justiça, o rei se liga à lei que elabora e promulga para sempre. Primeiro, por obrigação e escolha, ele a obedece. E, através da criação de uma boa lei, ele permanece no corpo da sociedade, alcançando o futuro e vencendo a sua morte. Esta capacidade de perdurar, atravessar os tempos, se deve à boa e justa lei entrelaçada aos atributos reais que vencem os acidentes de percurso, os enganos das conjunturas, os vícios de alguns.

Agindo nos moldes da virtude, o rei obtém da sociedade em contrapartida: um mausoléu, pelo qual será sempre lembrado, vencendo assim a mortalidade. De cada súdito, por sua vez, recolhe os tributos, numa operação de troca extremamente justa e natural, à medida em que o rei bem desempenha sua tarefa na colmeia, garantindo a paz entre todos. Como apregoava o *Emblema LXXXII - Como devem fer póftos os tributos*.

*Para representação fuftento proprio, e lucro alheio,
Revôa a de ftra Abélha pello prado,
E tendo á Flor o fucco fô tirado,
Deixa-a servindo aos olhos de recreio.*

*Affim fabrîca, o feu cortiço cheio,
Vê de favos de mël puro, e doirado,
Deixando illeza a Flôr no antigo e ftado,
Donde a tão jufto fim tirálo veyo.*

*Com igual precizão, ó Rey astuto,
Podeis tirar, q. a Abelha vos en fina,
Docemente, dos Póvos o tributo,*

*E se um Reino hé a Flor mais peregrina,
Se quando e fta se perde não dá fruto,
Não lhe bu fqueis a última ruina⁸.*

O rei, num plano ideal, age com docilidade e justiça frente a seus súditos, sabendo inclusive quando fazer a sua mão mais pesada, mais rigorosa, quando a punição deve ocorrer. Existe uma justiça própria ao rei de origem e caráter sagrados, que acabam por tornar a sua *persona* não apenas vinculada às vicissitudes temporárias de uma existência terrestre, pois participa de uma vontade maior divina, comungando com Ele de um caráter cosmogônico. Porque a ordem que o rei consegue estabelecer em seu reino, no limite, deve corresponder à mesma ordem perfeita que o Autor da natureza criou para o universo. Tal ordem deve continuar da mesma forma no governo do rei consigo mesmo, em sua moral interior, e de sua casa e família. Assim uma mesma arte de governar atravessava o governo de si, do estado, da casa. Se, de um lado, vigora uma noção moral do rei, enquanto um bom pai; por outro, a sociedade, como um todo, é encarada como um universo moral.

Se o manual transcorria num plano ideal e era tardio, textos de outras procedências também se voltavam para o estatuto do rei e circulavam em fins do século XVIII e início do XIX, chegando à presença de D. João. A par da discussão da figura real, entre o fim do regalismo pombalino e as comoções da Revolução Francesa, se debatiam as leis fundamentais, o papel das cortes, o lugar do vassalo ou a sua redefinição de súdito.

O terceiro marquês de Penalva, Fernando Teles da Silva Caminha e Meneses, tanto se preocupou em escrever uma **Dissertação sobre as Obrigações do Vassalo**, publicada pela primeira vez em 1804 e reimpressa em 1819, quanto o tratado político: **Dissertação a favor da Monarquia de 1799**, reeditada em 1818. Seu objetivo maior era defender a monarquia como o melhor e mais justo sistema de governo, mas ele

⁸ Op. cit., p. 170-171.

queria também ensinar ao vassalo ⁹ como se comportar e em que deveria acreditar, embora restringisse muito ao vassalo a condição ser um subordinado do rei.

O marquês de Penalva fala contra a revolução - em última instância a Francesa - contra os iluministas (Voltaire, Rousseau, Mirabeau, D'Alembert), a república, o direito e a liberdade propostos pelo Iluminismo francês, que acarretariam indubitavelmente o maior dos males: a anarquia. Ele representa a corrente contrarrevolucionária portuguesa de fins do século XVIII, defendendo ardentemente a monarquia. Sua **Dissertação a favor da Monarquia** foi apresentada na Academia Real de Ciências de Lisboa e ouvida pelo próprio regente. É interessante conhecê-la por se tratar de uma sistematização política conservadora da figura real, como o confronto com outros contemporâneos, Antônio Ribeiro dos Santos para mencionar um, nos faz ver.

Para o marquês de Penalva, o poder advem de Deus que tem no rei o seu representante. Neste sentido, o rei português, por exemplo, foi diretamente escolhido por Deus quando no milagre de Ourique, no século XII, Cristo se revela a D. Afonso Henriques antes de enfrentar os mouros em Seu nome. Nestas circunstâncias de uma guerra religiosa, em nome da verdadeira fé, pela nobreza de seu caráter e graça divina, Deus elegeu um nobre que se tornou o primeiro rei português, com o consenso de todos os seus pares.

Se há, de um lado, este dado proveniente da história real portuguesa, por outro, há um dado fundamental que vem dos tempos mais remotos, antes do Dilúvio, quando também se optou pela monarquia como a forma de governo. O autor se vale basicamente de dois tipos de argumentos: os que procedem da ordem natural e, por isso, adquirem o estatuto de pressupostos, e aqueles retirados da história e que

⁹ Outros textos do século XVIII se preocuparam em bem educar o súdito, desprendendo-se da orientação jesuítica e procurando criar uma nova conduta do súdito mais coerente, no cômputo geral, com a política pombalina: **Apontamentos para a educação de hum menino nobre** de Martinho de Mendonça (1734); **Verdadeiro Método de Estudar** de Antonio Verney (1746); **Cartas sobre a educação da mocidade** de Ribeiro Sanches (1760). Em contraponto, as **Obrigações do Vassalo** do Marquês de Penalva recuperavam uma educação extremamente cristã.

funcionam, no seu transcorrer, como prova desta mesma ordem natural. Assim, logo na Introdução da *Dissertação sobre as Obrigações do Vassalo*, ele admite:

O método que segui nesta Obra é aquele que a ordem natural das coisas me ensinava: como as obrigações do Vassalo pedem entendimento para se conhecerem, e disposição de animo para se desempenharem, pareceu-me justo começar pela Educação Cristã, Moral, e Política do Cidadão; e depois de tratar dos diversos destinos de cada membro do Estado, falar das virtudes gerais de todos os indivíduos da Sociedade, sem as confundir com as específicas de cada Classe. Ultimamente comprovo o que disse com os exemplos da nossa História, que desde a milagrosa Aclamação do Senhor D. Afonso Henriques até aos, afortunados dias da Regência do nosso incomparável Príncipe, é uma cadeia de sucessos honrados, que moveriam animos duros a seguir as virtudes,; e que farão em peitos onde nunca perderam os seus direitos a Religião, e a felicidade ¹⁰.

Desta forma, ao retornar a um tempo anterior ao Dilúvio, no qual se deu a opção pela monarquia, o autor demonstra através da história, algo que a ordem natural estabeleceu. Porque, neste tempo anterior, Deus inscreveu no coração dos homens um sentimento que prefere viver em família, sob o olhar do pai, sua proteção e orientação. Nada mais natural que Deus assim o fizesse, pois Ele também é Pai e, nesta medida, é impossível para qualquer homem renunciar à monarquia, sob pena de perder-se de Deus, condenando sua alma a um mundo de privações e tormentos.

Os homens, portanto, se afeiçãoaram à regularidade da família ¹¹, ao modo pelo qual o pai a defende e o seu patrimônio sem perder a honra, o respeito e o amor. Tudo isso compensava a regência do pai, perpetuada e transmitida pela hereditariedade. E, numa consequência natural ao que Deus ditara aos seus corações e neste bem-estar propiciado pela família, os homens preferiram a monarquia, onde o súdito é filho de um rei que é pai:

Todo o Pai de Família tem na sua casa um perfeito modelo da grande Família do Estado, e pode facilmente educar seus filhos na ordem civil, fazendo que eles pratiquem a

¹⁰ *Dissertação sobre as Obrigações do Vassalo*, Lisboa: PRO DOMO, 1945, p. XXXI-XXXII.

¹¹ *Dissertação a favor da Monarquia*, Lisboa: Officina Regia, 1799, p. 17.

respeito do Pai comum da Nação o mesmo que ele exige da queles que lhe vivem subordinados
12.

No momento em que se elege a monarquia, os homens já conhecem a educação e o mando paternal. E, neste momento, todos são iguais e mantêm uma relação de igualdade entre si frente àquele que se torna o centro do poder: o rei, que tem um caráter uno, absoluto, superior. Há aqui um consenso social quanto ao pacto que escolhe a forma de governo, contudo este pacto não é o lugar da soberania, pois o rei não pode ser julgado, tampouco se institui o direito de revolta, de se desfazer o pacto, ou sinônimo da deliberação coletiva. Longe disso, o rei deve sempre ser mantido para ser análogo e correlato à vontade divina e natural, esta sim ancoradouro da soberania:

Entendo, pois, que a soberania não é o resultado da força e vontade de todos; é um reconhecimento da vontade divina, que nos convida a ter um superior nos negócios civis, assim como o temos e necessitamos nos negócios que dizem respeito ao espiritual. Também por este motivo, que me serve de grande fundamento, me persuado que, dizendo o Evangelho, e o senso íntimo de cada um; que quem resiste ao poder secular resiste ao poder de Deus, é fácil de inferir que a autoridade do Rei lhe vem de Deus, e que a sociedade designa e como que propõe aquele, em quem se deposita este sagrado caracter .

E mais adiante:

...porque o Pacto social não fez a soberania, nem a pode impedir,...e a todos diz a razão, aquele que recebe de Deus o poder, e a ele fica responsável do bom ou mau uso que fizer da sua autoridade 13.

Por sua vez, o homem, em si, partilha de duas esferas: uma interna, outra externa. Uma dedicada à religião, a outra ao governo civil, respectivamente. Entre uma e outra existe uma continuidade que vai do eu, passa pelo rei e atinge a Deus e, novamente no seu plano ideal, o homem ao obedecer ao rei, também obedece a Deus e encontra a paz consigo mesmo. Nesta acepção, o rei goza de dois mundos: a sua

¹² Op. cit., p. 23-24.

¹³ Op. cit., p. 37 e 50, respectivamente.

pessoalidade e a sua qualidade única, intransferível, inerente de significar todo o corpo social.

Tal continuidade e hierarquia de poder não podem ser refutadas. Primeiro, porque quando Deus inscreveu no coração do homem o desejo de governar _ da esfera do rei _ e a necessidade de obedecer _ relativo ao súdito _, Ele acabou por revelar uma *verdade* que não pode ser recusada ou desconsiderada, já que foi prescrita por Deus. Tal *verdade* se instalou no âmbito dos sentimentos no qual a razão, guiada pela religião, só pode intervir para regular, refrear e educar as paixões, mas não para negar um sentimento tão puro que se aproxima de uma graça divina. Segundo, porque entre o súdito e o rei se estabelece a vontade de governar e a de obedecer, que não se contradizem, antes se completam, garantindo a harmonia do corpo social. Caso um súdito queira, por qualquer motivo, abandonar o corpo social, deve fazê-lo com a autorização real, sem quebrar a ordem. Mas para evitar esta situação extrema, há toda uma conduta moral que o rei se esforça em ter, bem como os procuradores régios são obrigados a encaminhar ao rei toda a solicitação, *representação* nos termos da burocracia da época, feita pelo súdito. Aqui, a **Dissertação a favor da Monarquia** encontra no **Príncipe Perfeito** um texto complementar ao educar o rei e evitar que este viva no vício, perdido pela lisonja.

Ao defender a monarquia como a melhor forma de governo, quais são sucintamente as justificativas usadas pelo marquês de Penalva? Antes de mais nada, segue uma razão e moral definidas por Deus, que governa o Universo, que é extraída, historicamente, do modelo antigo dos paíes. Depois, quanto à sua forma monárquica, porque concentra o poder em um só, não havendo cismas e disputas, pois este governo desenvolve um sistema com uma ordenação interna, inter-relacionando as suas partes, abrangendo, assim, todo o corpo social, sem quebras ou contradições.

Se de um lado a monarquia se assemelha ao governo de Deus, por outro se assemelha ao governo interno do homem sobre si mesmo, de cada um sobre sua alma e moral. Aqui, mais uma vez, o marquês de Penalva reafirma a monarquia contra a

república; pois sabemos que não podemos ser juiz e parte interessada sobre qualquer pendência. Cabe sempre ao juiz a decisão. Assim ao agir e decidir sobre nós mesmos, somos juizes de nós mesmos de acordo com a moral cristã. Numa república, isso seria impossível porque seríamos ao mesmo tempo juiz e interessado, sem ter uma moral universal, idônea, magnânima e justa para nos guiar. Logo, a monarquia enfeixa o governo de si, o governo da política e o governo do universo sem quebras e desastres.

Por último, justifica a monarquia na sua relação com as cortes que já nascem estreitamente ligadas à monarquia portuguesa. Porque, no momento em que se aclama o rei Afonso Henrique, na sequência, convocam-se as cortes de Lamego. As cortes servem para referendar o governo do rei e nunca desempenham funções deliberativas, conforme defende o direito natural e a teoria do contrato combatidos pelo marquês.

O **Príncipe Perfeito** e os escritos do Marquês de Penalva buscavam tanto incutir a necessidade de um governo ser virtuoso, porque o rei o é, quanto explicavam para D. João a fonte de seu poder. Eles chegaram às mãos do regente, mas os que foram escritos por Antônio Ribeiro dos Santos ao final do XVIII não só alcançaram o regente, quanto serviram de crítica e contraponto ao **Novo Código** escrito por Pascoal de Melo Freire sob encomenda do estado, a fim de redesenhar o direito público da nação referentes ao imperante e aos súditos. Ribeiro dos Santos escreveu, neste momento, uma teoria sobre o poder real, o papel das cortes, a moral do rei, sem ser necessariamente uma refutação ou abandono completos destas outras posturas, embora mudasse o estatuto da monarquia ¹⁴.

Antônio Ribeiro dos Santos nasceu na Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem, na cidade do Porto, em 1745. Chamado pelo avô, André João Santiago de Custóias envolvido com atividades comerciais, viveu a partir de 1756 no Rio de Janeiro. Retornou em 1763 à Metrópole e ingressou no curso de Cânones em Coimbra. Aí se doutorou em 1774, deu aulas e se tornou lente, em 1779, nesta mesma área. Em

1777, foi nomeado bibliotecário da Universidade com a tarefa de reorganizar e dinamizar a biblioteca formada por D. João V. Tal encargo participava das reformas do saber empreendidas pelo Marquês de Pombal, estando no mesmo espírito das mudanças do Horto Botânico, na criação o Laboratório de Química e do Observatório Astronômico. Aliás, Ribeiro dos Santos foi um aliado de Pombal seja na forma pela qual, num primeiro momento, entendeu o poder, seja por concordar e participar ativamente destas reformas do saber. Assim, ele integrou a Academia Real de Ciências de Lisboa desde a sua fundação, reorganizou, entre 1795-1805, as disciplinas das faculdades de Cânones e Leis, em Coimbra, introduzindo, senão reforçando, o estudo do Direito Natural, além de uma atuação junto aos estudos menores. Ele ocupou ainda vários cargos: em 1788, foi nomeado para a Junta da Revisão e Censura do Novo Código de Melo Freire, foi Deputado do Santo Ofício (1793), Censor Régio a partir de 1795, reorganizou a Real Biblioteca Pública em 1796. Foi Desembargador dos Agravos (1799), Deputado da Nova Junta do Código Militar Penal (1802), sendo contra a pena de morte e fez parte do Conselho do Príncipe Regente. Enfim, foi tanto um homem de letras quanto de estado, atuando quer sob a batuta de Pombal, quer passando ileso pela Viradeira, sendo ouvido por D. João.

É importante dizer que já se notou um deslocamento ¹⁵ no seu pensamento político justamente entre o período pombalino e o mariano. Num primeiro momento, a figura do rei seria absoluta, fonte única de poder religiosamente justificada, de acordo com o despotismo existente sob D. José I, sem _ ou com pouco e controlado espaço _ de atuação para o vassalo, que dirá das cortes ¹⁶. No entanto, ele alterou o

¹⁴ Pereira, J. E., *Pensamento Político em Portugal no século XVIII* _ António Ribeiro dos Santos, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

¹⁵ Estudioso desta teórico, José Esteves Pereira afirma: *A segunda questão é a de separar e comparar os momentos teóricos do nosso autor, que apresentam um corte entre as ideias iniciais e a formulação levada a cabo em 1789, ao debruçar-se sobre o texto da revisão das Ordenações do Reino. Em relação ao renovo do direito nacional e de instituições tradicionais, o que mais ressalta em Ribeiro dos Santos é o ultrapassar das concepções de um absolutismo racionalista em que o jusnaturalismo grócio-pufendorffiano desempenhou um papel marcante, uma maior aproximação de toda a legislação e literatura que acompanhou o longo processo de concentração do poder régio, e um declarado interesse na prática institucional da convocação das Cortes suspensa desde 1798. Op. cit., p. 244.*

¹⁶ Quanto à uma formulação do poder rei desvincilhado da autoridade papal, da força e explicação jesuítica, bem como da preocupação e certa recusa das cortes, ver: Seabra da Silva, J. de, *Dedução Chronologica, e Analytica*, Lisboa: Off. de Miguel Manescal da Costa, 1768.

estatuto do rei e do poder nos seus escritos de fins do XVIII, nos quais nos deteremos, ao repensar o lugar do súdito.

Sua primeira proposição asseverava: o poder vem de Deus, em sua origem, já a sua forma nasce do Homem. Por isso, nem o rei, nem o homem podem se deixar seduzir pela lisonja, pois nem em um, sequer em outro, reside todo o poder. Desta forma, Portugal que desde a sua fundação é uma monarquia, por obra de Deus e por escolha dos homens, se define enquanto uma *monarquia temperada*, sem cair nos extremos _ Homem ou Deus _ , tentando fundi-los:

Os mesmos escritores que derioão de Deos o Poder supremo dos Reys nem por isso deixão de assentar que vem do Povo. He certo que assim nos Estados Monarchicos, como nos Democraticos, e Aristocraticos os que são Depositarios do Poder Publico, tem húa Authoridade que he Divina no seu principio porque Deos quiz que os homens se ligassem entre si em sociedade, e se regessem por Leys debaixo de um Governo Superior. Mas os Povos forão os que originariamente determinarão a Forma do Governo a que querião sujeitar-se os q'fixarão a Pessoas ou Familias que houvesse de reynar sobre elles, e os que determinarão, que ordem haveria na sucessão de seu Governo e até onde se deixa estender a sua Authoridade e Império em particular.¹⁷

A sociedade inicia-se por uma vontade divina, mas o poder do rei nasce também de um consentimento do povo e menos de uma conquista, pois só o consentimento permite que exista a legitimidade. No avesso do consentimento, a conquista é entendida como uma sujeição não consentida, por isso abusiva. Assim, os povos, ao quererem o rei e consenti-lo, limitam o seu poder, que não é absoluto porque, de certa forma, o rei negocia o poder com o súdito principalmente no âmbito das cortes.

Na *monarquia temperada*, existem leis fundamentais e de direito. Elas dizem respeito ao que é inerente a qualquer monarquia, vindo de tempos remotos quando da constituição do rei, e também se referem às leis feitas pelas cortes. Estas duas ordens de leis obrigam os reis e os súditos a segui-las. Ninguém, delas, está isento e

¹⁷ BNLisboa, Reservados, Sobre a Origem do Poder do Príncipe, Cód. 4668, fl. 170v.,

somente através do mútuo consentimento _ do rei e dos povos _ é que se pode alterá-las ou derogá-las. Assim, a lei fundamental é fruto de um ato da vontade de todos.

O lugar no qual o súdito se expressa são as cortes, que datam desde o início da própria monarquia portuguesa, daí o *acerto histórico* em ser Portugal uma monarquia. As cortes, reunidas com o rei, têm papel deliberativo quanto à administração do Estado. Elas sempre devem seguir os costumes dos povos, que geram leis mais apropriadas e justas para estes mesmos povos. Enfaticamente, o autor avisava que não se trata de um contrato hobbesiano. Longe disso, ele se inseria no debate do direito natural que reconhece aos povos um direito que lhe é nato e que não pertence e nem pode ser adquirido pelo rei, algo que lhe é próprio e irrevogável. No exercício da reunião das cortes e do rei, é que ocorrem as mudanças que não significam rupturas ou males. Estas mudanças deliberadas em comum acordo entre o rei e as cortes, apenas, decorrem das próprias mudanças dadas na ordem dos costumes. Desta maneira, as mudanças, da ordem política, ocorrem em sua versão mais branda, sem provocar a violência e destruição, tal qual uma reforma ao pautar-se pelos costumes das gentes e sua lenta alteração.

Pelo destaque conferido às cortes, Ribeiro dos Santos foi visto, muitas vezes, como uma preparação, um encaminhamento, para a Revolução de 1820 ¹⁸. Talvez não seja bem assim. Para ele, elas não podem existir sem o rei, tampouco têm um poder de subversão como conhecerá no vintismo, que lerá no poder nacional, aquilo que era régio. Certamente, este autor mudou a sua importância e vitalidade frente autores que pensavam nos moldes do marquês de Penalva ou conforme os manuais dirigidos ao príncipe. Aliás Ribeiro dos Santos chegou a sugerir, quando D. João assumiu a regência, que as cortes fossem convocadas para referendá-lo e aconselhá-lo. Com ele, as cortes voltam fortalecidas ao cenário político e não serão esquecidas, funcionando numa correlação e equilíbrio de forças perante o rei. Por outro lado, não posso deixar de pensar que talvez ele tenha aberto as comportas ou percebido, a partir das práticas

¹⁸ José Esteves Pereira faz questão ao longo de sua obra de negar esta continuidade entre Ribeiro dos Santos e a Revolução de 1820. *Op. cit.*, p. 250-262, por exemplo.

sociais, a capacidade de discussão que as cortes tinham no mundo português do final do XVIII e começo do XIX.

A par desta situação das Cortes, há uma outra condição do rei muito importante: o seu carácter sagrado. Há um momento por excelência na monarquia portuguesa em que a sagração se torna realidade presente, quando o rei é aclamado¹⁹. Depois que um rei falece, o seu sucessor, por direito dinástico, ocupa este lugar. No entanto, sem o ato da aclamação, nenhum herdeiro se erige num rei. Entre a morte de um rei e o momento em que o outro é entronizado, neste intervalo, a figura do rei pertence ao mundo ideal e supera a sua condição de mortal porque ele existe, embora não haja um corpo humano que o encarne, havendo um corpo místico, coletivo. Este é um momento chave que torna o rei uma figura sagrada, pois pertence à uma esfera maior, metafísica, coletiva, enquanto não se aclama o novo rei. Neste momento específico, o rei morto mantém a sua **dignidade**, um atributo capital de sua *persona*, uma espécie de constelação de suas virtudes e atributos a ele inerentes, idiossincráticos, assemelhados à humanidade de Cristo e que não era compartilhada por nenhum outro ser humano, e, ao mesmo tempo, significa a sua soberania política, o seu corpo político, que vence a adversidade e o tempo ao ser repassada ao seu sucessor²⁰.

Estas características e concepção do rei datam da Idade Média, com a teoria dos dois corpos do rei, que acabou instaurando um transito entre a figura de Cristo e

¹⁹ A Aclamação consiste no ato de tornar o eleito, pela dinastia, num rei. Ao contrário da Inglaterra, França, Alemanha, onde o ato de vir-a-ser rei reside na coroação, em Portugal a aclamação — também chamada de Levantamento e Alçamento — tem esse carácter de reconhecimento social e legítimo do rei. Somente no século XV, a coroa portuguesa pede e consegue uma bula papal, Sedes Apostolica, que concede o direito ao rei português de ser sagrado dentro da Igreja. Ver: Merêa, P. Sobre a aclamação dos nossos reis, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Tomo X, 1962, p. 411-417. Essa escolha pela aclamação, ao invés da coroação, confere uma especificidade à lusa monarquia. Durante todo o século XVIII, a aclamação do rei se passa numa varanda em praça pública e, depois, o rei se encaminha para o interior de uma igreja, dando continuidade aos ritos. A aclamação de D. João seguirá estes procedimentos.

²⁰ Sobre o conceito de dignidade, ver: Kantorowicz, E., *Les Deux Corps du Roi*, Paris: Gallimard, 1989, especialmente o capítulo *Le roi ne meurt jamais*. Ou então no seu *Mourir pour la patrie*, Paris: Puf, 1984, no artigo *Mystères de l'État. Un concept absolutiste et ses origines médiévales (bas Moyen Age)*, o autor cita um sacerdote teórico da figura do rei, Baldo, no século XIII: *Nous reconnaissons ici la Dignité comme la principalis et la personne comme l'instrumentalis. De ce fait, le fondement de l'action est cette Dignitas qui est perpétuelle*. Baldo prossegue sobre as duas pessoas do rei: *Et la personne [individuelle] du roi est l'organum et*

a do rei. É necessário apontar que, na Idade Média, o corpo de Cristo também desdobrava-se no corpo do papa, dos bispos, no corpo místico da igreja. Todavia, paulatinamente, o duplo corpo de Cristo _ simultaneamente, humano e divino _ foi sendo associado ao duplo corpo do rei, no qual se entranha tanto um corpo místico, coletivo, social, quanto a sua humanidade, perecível, mortal. Este corpo coletivo confunde-se com a própria dinastia que nunca morre na forma da realeza, stuando-se na cabeça deste corpo o próprio rei.

No estado moderno absolutista, houve um processo crescente de secularização do estado, no entanto forjou-se uma prática contínua que reside em capturar para a monarquia os símbolos, ritos, cerimônias teológicos, da igreja, com seus traços mágicos e signos, acarretando numa sacralização da figura do rei. Como bem assinala Jean-François Courtine:

Ce qui nous paraît beaucoup plus important, et significatif, que ce processus indiscutible d'auto-affirmation, c'est au contraire la détermination strictement théologique de cette nouvelle figure de l'État absolu: l'absolutisations _ enjeu ultime de la revendication d'hoirie, du conflit pour le principe _ passe nécessairement et prioritairement par une re-sacralisation de l'État ²¹.

Em Portugal, esta dinâmica da sacralização do rei espraiou-se desde sua fundação num milagre, ganhou nuances e força política no desaparecimento de D. Sebastião na África e o mito de seu possível retorno, numa profecia várias vezes reiterada de que o reino reencontraria, em meio às desgraças e males, o seu jovem rei guerreiro. Este entrelaçamento entre a realeza e uma teologia do poder foi novamente revestida com a independência de Portugal, no século XVII, ao livrar-se do jugo espanhol, e teve um momento culminante tanto no governo de D. João V que se projetava enquanto um rei sol quanto na teologia política do padre Vieira ao enunciar

l'instrumentum de cette autre personne qui est intellectuelle et publique. Et cette persona intellectualis et publica est celle qui principaliter cause les actions., p. 101.

²¹ L'Héritage Scolastique dans la problématique théologique-politique de l'âge classique, Méchoulan, H., (dir.), *L'État Baroque. Regards sur la pensée politique de la France du premeir XVIIe. Siècle*, Paris: Vrin, 1985, p. 96. Grifos do autor. Há que se notar, igualmente, uma racionalização destas cerimônias durante o período moderno, reordenando os seus significados e as urdiduras entre os ritos, as cerimônias, os signos, magia da

o advento de um poderoso império. Novas torsões, entretanto, reordenaram a noção de rei sob o governo pombalino, embora se realimentasse com uma imagética iluminista, combatendo duramente seus adversários que propunham uma outra formulação real, como o padre Malagrida apegado a uma compreensão mágica, extremamente religiosa do rei. Sem desvicilhar-se dos debates iluministas, antes propagandeando uma reforma ilustrada do estado, no final do século XVIII postulava-se que o rei não pode prescindir de uma gama de signos, símbolos, objetos, ritos e cerimônias que o instauram e constituem ²².

Dito de outra maneira: a liturgia do poder não aparece como um resquício teimoso da Idade Média ou como um efeito superficial do poder, uma aparência tênue e frágil, a ser superada e ultrapassada a fim de que se descubra a verdadeira fonte do poder. Antes, esta liturgia entranha-se à realeza e, ao rejeitar tais discursos, aparatos festivos, produção imagética, perde-se um elemento capital da sua eficácia ²³. Afinal, como se gesta e administra a representação e a própria noção de soberania que durante o período moderno também vai sendo forjada na teoria política e como princípio fundamental da sociedade, esteio da sua legitimidade? Por outro lado, esta noção de política que abraça a liturgia do poder, a imagética da realeza, suas diversidades, repetições, agenciamentos, modos de obter e garantir a obediência, acabam entreabrindo um campo de sociabilidade que dela também participa. Assim,

realeza. Ver também Valensise, M., *Le sacre du roi: stratégie symbolique et doctrine politique de la monarchie française*, *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, mai-juin 1986, 41e. année, n. 3.

²² Um dos eixos de discussão do Colóquio A Memória da Nação, em 1987 em Portugal, girava em torno desta elaboração da realeza portuguesa, suas práticas, sentidos e as frequentes recuperações do passado. Estes momentos, aqui, elencados baseiam-se nestes estudos de vários autores. Curto, D. R./Bethencourt, F. (org.), *A Memória da Nação*, Lisboa: Sá da Costa, 1991. Ver também sobre esta discussão: Curto, D. R., *O Discurso Político em Portugal (1600-1650)*, Lisboa, Projecto Universidade Aberta, 1988; Simões Gomes Júnior, G., *Palavra Pergrina: idéias barrocas e o pensamento sobre artes e letras no Brasil*, São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1996, cap. Estado Barroco. Agradeço esta indicação a Stella Bresciani. Sobre a política pombalina: Maxwell, K., *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, cap. Idéias e imagens. O próprio ministro inúmeras vezes foi equiparado a um *anjo tutelar* que olha ppor Portugal e seus domínios.

²³ Vários estudos acerca da cultura política moderna têm apontado na direção da figura do rei, da corte, das medidas, etiquetas, cerimônias, alargando e oxigenando o campo da política e colocando no horizonte tanto um debate jurídico quanto uma gestão das paixões, dos condutas que a sociabilidade de corte mobilizava e, por estes instituintes, se organizava, com destaque para os trabalhos de Kantorowicz, Ralph Giesey, Norbert Elias. *O Processo Civilizador. História dos Costumes*, Apres. e notas Renato Janine Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990 e *O Processo Civilizador. Formação do Estado e Civilização*, Apres. e notas Renato Janine Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

a política participa do engendramento da dominação, da ordenação da sociabilidade e suas regras, e funciona como motivo de reflexão e de paixões despertadas e mantidas, sem se tornar determinante, unívoca ou excludente de outras relações.

Em Portugal, nos debates de fins do século XVIII, reitera-se a aceção de que o rei só está completo, em sua plena majestade, a partir do próprio ato da aclamação, quando toda a sociedade referenda a escolha inicial de Deus por aquela dinastia e reafirma o pacto social. O todo se encarna, através da aclamação, no Uno:

A antiga instituição do Acto da Acclamação, e Coroação dos Principez, destinado a annunciar a unanimidade dos votos, e o consenso universal do Povo, em reconhecer o Herdeiro Legítimo, e declarar a sua vacação ao Throno; por quanto tantas as Cerimonias augustas deste Acto claramente annuncião, q' há da parte da Nação huma eleição verdadeira, e propriamente tal, isto he, húa declaração solenne, que o que pretende sobir ao Throno tem direito de sobir a elle, e nada há, que o faça incapaz de gozar da sua vocação á coroa, e q'o Povo o reconhece por seu Rey, e lhe promette obediencia, e vassellagem: debaixo da condição de que elle os governará com justiça, e equidade, vindo este Acto de Acclamação, e Coroação a ser hum symbolo, e representativo da approvação do corpo inteiro da Nação, e da aceitação da pessoa, que reclamou o beneficio da herança em seu favor ²⁴.

Caso a Aclamação não ocorra dentro destas premissas, ela desobedece a Deus, aos homens e deles zomba, tornando-se não um ato solene e sagrado, mas um ato de profanação. Toda a compreensão da figura do rei também passa por um sentido moral que privilegia as virtudes que são formadas e fortalecidas por uma correta educação a fim de combater os vícios. Aqui, Ribeiro dos Santos não acharia condenável ou tolo o manual do *Príncipe Perfeito*, até porque no ato da aclamação todo um conjunto de símbolos são convocados e utilizados para materializar e adensar o seu significado. O teto da varanda na qual D. Maria é aclamada ²⁵, em 13 de maio de 1777, dia de Nossa Senhora dos Mártires, em Lisboa, é todo decorado com figuras alusivas às virtudes da Rainha: Magnanimidade, Liberalidade, Sabedoria, Autoridade, Magnificiência, Piedade, Religião, Prêmio, Amor à Virtude,

²⁴ BNLisboa, Reservados, Sobre a Natureza e Efeitos da Acclamação dos Príncipes, Cód. 4668, fls. 231-231v.

²⁵ *Auto de Levantamento, e Juramento de D. Maria I*, Lisboa: Regia Officina Typografica, 1780.

em nove painéis com moldura em veludo carmesim. Igualmente, na aclamação de D. João em 1818 no Rio de Janeiro, o teto da varanda revestia-se de emblemas a respeito destas mesmas virtudes reais ²⁶; o rei podia mudar consumido pela morte, no entanto suas virtudes se perpetuavam no seu sucessor. Tais representações das virtudes, numa aclamação, não destoam das insígnias reais, das armas do reino, dos troféus militares, das alegorias de matriz e inspiração clássicas, antes participam da formulação real. Esta liturgia do poder, contudo, tende mais a ser polissêmica, com diversos nuances, reatando com determinados signos, figuras, do passado, reativando-os e, em contrapartida, pode rejeitar ou silenciar sobre outros ritos, momentos da cerimônia, transformando seus sentidos, bem como pode ainda gerar novas representações. Desta maneira, esta liturgia real que argamassa a elaboração do rei, edificando-o não possui um significado adstrito, rente a um dicionário ²⁷.

A partir daqui, gostaria de ressaltar que o poder do rei se constituiu tanto da discussão política da maneira pela qual o pacto e a soberania se elaboram através das práticas sociais e dos debates jurídicos, quanto implicou numa dimensão litúrgica, na qual festas, músicas, fogos, desfiles, procissões não são apanágio ou têm um peso menor. Pelo contrário, na conjunção destes sentidos encontramos um rei sacralizado e, ao mesmo tempo, a participação política. Sabendo disso, talvez seja possível reconstituir a primeira figura política capaz de representar, em si mesmo enquanto uma totalidade, o Brasil no começo dos oitocentos: D. Pedro. O texto de Ribeiro dos Santos e o debate no qual se inseriu não atravessaram os mares, até onde sei, mas pulsam nos preceitos com o qual a política em torno da figura do rei era pensada e definida, sem deixar de lado ou subestimar a saúde moral do rei, a necessidade da eficácia política do governo. A fim de evitar qualquer confusão do leitor _ e/ou minha _ de que o trabalho enveredasse por uma biografia de D. Pedro I ou um estudo de sua vida pessoal amorosa tão vivaz e frequentemente comentada, procurei

²⁶Santos, L. G. dos, *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981, t. II, p. 156.

²⁷ Há um bom balanço historiográfico desta questão em Boureau, A., *Les cérémonies royales françaises entre performance juridique et compétence liturgique*, *Annales ESC*, nov.-déc. 1991, n. 6. Este problema da liturgia política aparece no capítulo dedicado às *Festas do Imperador*.

operacionalizar e mediar o estudo a respeito deste imperador através da *persona* ²⁸. Este conceito, historicamente formulado, tanto abarca o foro íntimo, a pessoalidade do indivíduo, quanto molda-se pelo artifício com que sua figura é externamente elaborada, ou seja aquilo que de-fora lhe confere sentidos sociais, políticos, eficácias num jogo de representações e anseios políticos²⁹. Isto permite perseguir a construção do imperador enquanto um lugar do contrato social investido de toda uma estratégica liturgia da realeza que tenta obter uma eficácia política, sem cair num certo fascínio que o vangloria. O estudo do rei, aqui, vem permeado por uma série de relações que não começam, circunscrevem e se esgotam no interior do estado ou de uma individualidade, antes emerge e se organiza numa série de relações, efeitos, cadeias que acabam instaurando esta noção de um todo centralizado na figura do rei. Nesta pesquisa, D. Pedro vem conjugado a vários usos da praça pública, remodelado pelos debates nas câmaras e os compromissos firmados, correlacionado com um povo em armas, amarrado a um aparato de coerção que rege a sujeição, enfeixado num calendário de datas memoráveis que nos escapam ou parecem inócuas, ou seja procurei destacar algumas redes de funcionamento e poder que constituem esta *persona*.

Desta maneira, D. Pedro acabou mediando a elaboração de uma primeira noção de Brasil, enquanto um corpo político autônomo. Bem notou Maria Eurydice de Barros Ribeiro a respeito desta dinâmica da liturgia política no Brasil do início da década de 1820:

Por não existir a nação é que era necessário representá-la com o máximo de ornamentos. Os ritos não foram poupados.(...) Transcendendo a figura humana do rei, as

²⁸ Haroche, C./Courtine, J. J., O homem desfigurado. Semiologia e Antropologia política da expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX, RBH, set.86/fev.87, v. 7 n. 13; *Histoire du Visage: exprimer et taire ses émotions, XVIe.-début XIX e. siècle*. Paris: Rivages/Histoire, 1988.

²⁹ Como afirmam Haroche e Courtine: *A etimologia do termo persona registra deste modo um fato de estrutura: é sob uma forma destacada dele mesmo que o sujeito entra na vida social, sob a preexistência de um olhar que domina sua existência individual, de uma exterioridade indissociável do sentimento de sua interioridade. E desde então pouco importa opor a verdadeira natureza do ser à falsidade de sua aparência; mas ao contrário, sublinhar o caráter inelutável deste desdobramento: a vida destina o sujeito a uma forma separada dele mesmo, a uma máscara. O engodo é a regra desta decomposição de si mesmo que acaba em uma máscara seja de resistência ou de submissão, de impassibilidade ou de emoção. Op. cit., RBH, p. 9.*

representações simbólicas do poder monárquico evocam elementos históricos de longa duração que associam o soberano à idéia de justiça, ordem, paz, equilíbrio ³⁰.

Para encerrar, é bom indicar o modo intenso e cortante com que o próprio D. Pedro via a si mesmo no corpo do rei, daquele que significa o corpo político, capaz de sintetizar a soberania, a grandeza, o contrato de um país. Na comemoração do sesquicentenário da independência do Brasil, a ditadura militar, com a anuência do governo português, trasladou o corpo deste herói nacional, recebendo-o com uma parada militar, aceno de bandeirinhas verde-amarelo, crianças em seus uniformes escolares, militares com suas roupas de gala. Os restos mortais de D. Pedro I, sobre um carro de combate urutu, desfilaram pelas avenidas de São Paulo até chegar ao mausoléu no Ipiranga, como se o herói reencontrasse seu gesto maior, o ato de fundação da nação brasileira no grito da independência proclamado no Ipiranga. Duplicava-se no presente a imagem do herói e do fato passados, celebrando-os e, novamente, unindo-os³¹.

Para os brasileiros, a imagem heróica de D. Pedro sobrepuja a do imperador. Sendo que, em 1972, o herói reinou na festa da independência. Contudo, ao morrer em 1834, D. Pedro IV, na versão portuguesa, legou por escrito e moto/u próprio o seu coração a *mui leal cidade do Porto* que, *heroicamente*, sediou a sua batalha contra o miguelismo e ancorou sua vitória ³².

Na hora da sua morte, ao distribuir seu legado, o rei português brindou esta cidade com o que melhor podia deixar de herança: o seu próprio corpo, o que é também um modo de indiciar sua noção de um bom governante. Em fevereiro de 1835, com pompa, circunstância, cortejo, sob pálido, a câmara do Porto recebeu, *agraciada*, o coração real, num estojo de veludo preto e dentro de um vaso de prata

³⁰ Os Símbolos do Poder. Cerimônias e imagens do estado monárquico no Brasil, Brasília: Ed. UnB, 1995, p. 13-14. Agradeço esta indicação a Afonso Carlos Marques dos Santos.

³¹ Manchete, 9/set/1972, brindava os leitores com um disco do hino nacional e da independência, num momento em que esta prática não era comum. Em 16/set/1972, a revista reproduzia o quadro O Grito do Ipiranga de Pedro Américo de 1886 e recontava a história do 7 de setembro. Já o nº. 1066 de 23/set/1972, trazia um artigo de Murilo Melo Filho sobre a independência e considerava o Brasil um *oásis de paz*, em plena ditadura militar. Na sequência, existe uma reportagem sobre o retorno dos restos mortais de D. Pedro I à colina do Ipiranga, com uma série de fotografias que mostram o desfile militar, os civis usando verde e amarelo.

dourado que até hoje permanece na capela-mor da Igreja da Lapa. Apesar dos esforços da ditadura militar e dos seus usos do corpo do herói, Portugal não cedeu o coração real em 1972, sequer para uma visita de cortesia e passageira.

Em tempo, de algum modo estas inteligibilidades e representações a respeito da fundação do Brasil, enquanto um corpo político autônomo, ainda permeiam a nossa contemporaneidade.

Cultura e Política:

D. João e as vicissitudes do reino

Entre fins do século XVIII e início do XIX, houve uma inflexão na idéia de Brasil à medida em que a Academia de Ciências de Lisboa, com sua vontade e ação projetivas, patrocinou um estudo da natureza no império português quanto à maneira de conhecê-la, abordá-la, o modo de encará-la e torná-la utilitária a fim de gerar riquezas.

Ao mesmo tempo, os letrados que frequentavam a Academia, trabalhavam, em geral, para o estado português, como burocratas. Muitos destes letrados se engajaram num programa de reforma ilustrada do império português, tentando reorganizá-lo a fim de gerar mais riquezas, abrir novas frentes de produção agrícola e repensar a estrutura política do império.

Tal projeto acabou sendo capitaneado por D. Rodrigo de Souza Coutinho, herdeiro político e intelectual de Pombal, diplomata viajado, que mantinha amizade e correspondência com Raynal. Esta reestruturação política angulava-se em uma valorização do Brasil, que era encarado, por muitos, como a solução para as dificuldades econômicas lusas. Assim, alterava-se bastante a relação entre Brasil e Portugal que se pautaria por um *sistema federativo* – segundo D. Rodrigo – ou, melhor, uma *reciprocidade*, como apregoavam os vintistas e muitos brasileiros em 1820-22. Legando-se para o passado o antigo sistema colonial, cada vez mais, entendido como um sinônimo de opressão, tal qual postularam Raynal e De Pradt.

Tal inflexão constituía-se, num primeiro momento, por uma série de saberes e *viagens filosóficas*, em geral, patrocinados e orientados pela Academia de Ciências de Lisboa. Posteriormente, rearranja-se com as viagens de estrangeiros, marcadamente europeus, ao Brasil. Eles encarregaram-se de também produzir uma imagética sobre o país, um modo de compreendê-lo. Estas duas frentes de saber vincadas pelas

viagens, não se opõem, degladiam ou se excluem mutuamente, ao contrário, paulatinamente, vão se enredando, construindo uma outra maneira de pensar o Brasil, sobretudo de narrá-lo, desvendar seus segredos recônditos no interior, nos traços da natureza, na abundância de sua fauna e flora.

Tal inflexão molda-se através de séries discursivas e práticas de saber diversas que, conjugadas entre si, entrecortadas e entremeadas, acabaram por reconfigurar a noção de Brasil, potencializando suas especificidades e singularidades na superfície e no globo do mundo a ponto de, a médio prazo, ser concebido enquanto um corpo político autônomo

Minha tentativa, agora, reside em indicar este deslocamento da noção de natureza brasileira gestada dentro da Academia visando torná-la, progressivamente, produtiva. Tal deslocamento resultou também numa outra representação do Brasil, que positivava a natureza e a apreendia de modo inédito dentro do mundo português. Ou seja, havia um lugar acadêmico, extremamente letrado, que enunciava o Brasil, positivando e recuperando o elogio da sua natureza paradisíaca sob uma chave das ciências ¹.

Ora, tal compreensão do Brasil facilitou na escolha da transferência da corte para cá, bem como informou uma geração de letrados sobre os recursos do Brasil. Justamente um rol de letrados que participou dos debates da independência, que acreditava na potência do estado como um agente transformador da sociedade, o que pesou na redefinição do Brasil como um corpo político autônomo.

Em seguida neste capítulo, estudo a transferência da corte para o Rio de Janeiro que adquire uma importância capital no império luso-brasileiro e, simultaneamente, transformava o império numa realidade palpável, política. Esta mudança da corte abriu as comportas para que uma elite carioca e do sudeste ampliasse o seu prestígio social, pudesse participar do jogo político e da esfera pública. Entre os dois assuntos _ a natureza brasílica sob a ótica da história natural e

¹ Sobre este fomentismo ilustrado, a Academia de Ciências de Lisboa, a noção de crise, ver: Novais, F., *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, São Paulo: HUCITEC, 1979, que pioneiramente analisou a importância da Academia de Ciências de Lisboa e o peso da obra de Raynal. Wehling, A., *O fomentismo português no final do século XVIII. Doutrinas, mecanismos, exemplificações*, *RIHGB*, 1977, v. 316.

o governo de D. João VI no Rio _ há certamente várias descontinuidades e, prudentemente, não tento eliminá-las ou sintetizá-las. Contudo, parece-me que são dinâmicas que correram juntas e acabaram por reordenar a idéia de Brasil, respeitando o modo de ocorrência de cada uma, suas respectivas importâncias, validades, repercussões, eficácias em momentos distintos. Tais descontinuidades e dinâmicas não impedem ou se comportam como um obstáculo nesta pesquisa, antes iluminam-se mutuamente. Saliento que, ao mesmo tempo, aparece um rol de letrados que adentrou o estado, levou avante o projeto do poderoso império e rediscutiu um olhar que compreendia o Brasil.

O MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL

O italiano Domingos Vandelli (1730-1816), contratado por Pombal na reforma da Universidade de Coimbra encetada em meados do XVIII, participou ativamente da fundação da Academia de Ciências Lisboa em 1779 e, em fins deste século, escreveu um texto orientando os empreendedores de uma *viagem filosófica* por todas as partes do império, mas sobretudo privilegiava o conhecimento de Portugal e Brasil. Neste texto ², ele sistematizava a viagem, ensinava como narrá-la, detendo-se na escrita da memória que documenta a viagem e, ao mesmo tempo, indica o objeto explorado. Sorrateiramente, ele também controlava, à distância, o dia do viajante, pois definia os horários de levantar, de marchar, de tomar as refeições, detalhando os preparativos da viagem, a escolha dos carregadores e auxiliares.

Ele explicava ao viajante a necessidade de catalogar a natureza nos moldes da história natural, estreitamente vincado por Lineu ³, onde privilegia: a classificação, o

² Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filosofo Naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar, 1799. ACL, Série Vermelha, Mn. 405. Vandelli destaca-se na vertente naturalista-utilitária da Academia. Pessoalmente, apostava na agricultura como maneira de repor as finanças portuguesas e reorientar sua produção de riqueza. Porém, também foi proprietário de uma fábrica de louças, atentando para seu modo de produção.

³ Vandelli realizou viagens filosóficas pela Itália e organizou em Pádua um museu natural, manteve uma correspondência com Lineu e apresentou à Academia um *Diccionario de termos técnicos de História Natural extrahidos das Obras de Linneu, com a sua explicação, e estampas abertas em cobre*, Coimbra: Real

estudo da forma de reprodução da fauna/flora, o número, a figura, a proporção, a situação e suas potencialidades. Sem que estes critérios mantivessem entre si ou no quadro algum princípio de organização, subordinação, ou que constituíssem um mundo cósmico.

Cuidadosamente, Vandelli indicava como escrever uma *memória*, dividindo um caderno numa seqüência de dias que correspondem ao período da viagem feita. Uma faixa lateral do caderno deve, rigorosamente, apontar a latitude e longitude percorridas, sendo que em cada dia o naturalista deve descrever com minúcia as atividades científicas, a região conhecida, as plantas recolhidas, os animais vistos e estudados e a geografia local, com destaque para seus aspectos minerais/mineralógicos. Ainda enfatizava a necessidade de escrever o diário de viagem religiosamente todo dia, como uma atividade vital do explorador, zelando pela coleta de elementos da natureza: flores, sementes, folhas, raízes, animais, pássaros, catalogando-os, etiquetando-os, destacando seus usos pelas comunidades locais e a maneira de nomeá-los, a possibilidade de torná-los uma produção rentável a ser explorada pela coroa portuguesa.

Desta maneira, pelas lentes da história natural, ele tornava a natureza todo um domínio de empiricidade, cognoscível, descritível e ordenável em sua totalidade. O esforço do professor de história natural e do naturalista residia em *reduzir* a multiplicidade de objetos dos reinos naturais, a sua vasta quantidade e variedade que não cabiam na memória humana, no âmbito de seu conhecimento. Logo, para apreendê-lo, era necessário reduzi-los através de um sistema metódico, sublinhando o seu traço natural, de pertencimento à natureza ⁴. Instrumentalizava-se um olhar que ao apreender um dado objeto, acabava por modificá-lo.

Officina da Universidade de Coimbra, 1787. Aí, foi professor de Química e História Natural, diretor do Real Jardim Botânico.

⁴ Ou como afirma sinteticamente Amorim da Costa: *Necessário era coligir factos observados na natureza, e combiná-los, procurando generalizá-los e ligá-los reciprocamente por um encadeamento de analogias até chegar àquele grau superior de conhecimento que se requer para explicar os factos particulares pelos gerais e para comparar a natureza consigo mesma nas suas grandes operações.* Domingos Vandelli (1730-1816) e a filosofia natural na Universidade de Coimbra, *Memórias e Notícias Pub. Mus. Lab. Mineral. Geol.*, Universidade de Coimbra, 1988, n. 6, p. 39-40. Desta maneira, escandia-se tudo que soasse ou parecesse arbitrário na natureza, facilitando um jeito do homem abarcá-la em sua totalidade e através de estudos comparativos. Vandelli explanava em sua *Memória* sobre a necessidade d'uma viagem philosophica feita ao

Vandelli ensinava a montar uma coleção da natureza, tanto através do ato de coligir material, quanto pelo desenho bem elaborado desde que pautado por estes mesmos critérios de Lineu. O desenho deveria indicar cada parte do animal, da planta, da rocha, do rio, do acidente geográfico enfocado ⁵. Desta maneira e progressivamente procurava mapear a natureza do império português, viabilizando que um outro filósofo retornasse para aquele lugar, encontrasse aqueles objetos e utilizasse aquelas anotações, para empreender um novo patamar de conhecimento ou uma outra forma de explorar aquela mesma natureza. Por outro lado, construía uma coleção _ na Academia _ deste império, que dava a conhecer os recursos naturais do mundo português, sem deslocar-se de Lisboa, por exemplo.

Esta vontade em montar uma coleção abrange a fundação do Horto Botânico, do Jardim Botânico, do Museu de História Natural, em Coimbra, Lisboa e virada do século XVIII para o XIX pelo Brasil ⁶. Através destas viagens filosóficas, tornava-se possível uma duplicação, reprodução e visualização do mundo botânico, animal e mineral ultramarino português, através de uma sistemática vontade de elaborar coleções verdadeiras e correlatas à natureza, fomentando o aparecimento de *museus* que trariam para perto aquele objeto que antes só existia longe, fora do alcance de sua visão, vislumbrando num único espaço aquilo que estava disperso nos três reinos naturais, além de contemplar indumentárias humanas, hábitos, ornamentos, armas e manufaturas de nações desconhecidas ⁷.

reino e depois nos seus dominios, ACL, Série Azul, Mn. 17: *Só por meio d'analyse de todas as terras, e do exame dos seus principaes constituintes, se conhece a diversa proporção em quê, se achão combinados; donde se deduz quaes são as plantas para que são proprias, ou que mais facilmente podem produzir; e ao mesmo tempo se conhece qual he o methodo mais facil e economico de obter huma terra capaz de uma determinada cultura, compondo-a para isso artificialmente com as diferentes porções de terras heterogêneas que as experiências e observações tiveram mostrado serem mais adequados do fim do proposto. Op. cit., p. 389-390.*

⁵ No século XVIII, a história natural alvejou a natureza como um todo, recortando-a mediante a sua anatomia, forma, seus costumes, nascimento, sua morte, buscando por o ser a nu, desfazendo-se aí de uma série de signos encobertos, enigmáticos, do bestário que muitas vezes entremeavam-se aos seres.

⁶ O primeiro jardim botânico foi fundado por ordem de D. Maria I em Belém, depois espalhou-se, nos mesmos moldes, por Olinda, Salvador, Rio de Janeiro, Ouro Preto, Goiás e São Paulo, como uma prática de colecionar a natureza, recortá-la, ensinar e divertir. Jobim, L. C., Os jardins botânicos e o fomentismo português no Brasil, *Anais da III Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 1984.

⁷ Vandelli, D., Memória sobre a utilidade dos Jardins Botânicos e, museus de História Natural, ACL, Série Vermelha, Documentos vários, século XVIII, Mn. 143, p. 10. Ele apreciava as virtudes pedagógicas e lúdicas deste museu, porém salientava: *Hum muzeu bem distribuido será verdadeiro theatro da natureza, no qual hum*

Neste sentido, ele preparou um *teatro* da natureza, sendo igualmente um modo de capturá-la dentro do laboratório, dissecar seus detalhes, desvendar seus segredos. Tal *teatro* eram *centros de atividade prática de dissecação, classificação de plantas úteis, isolamento de substâncias e invenção de artefatos mecânicos* ⁸. Em lugares atrelados à Universidade de Coimbra homens de saber davam continuidade a este trabalho de esmiuçar a natureza, contemplando basicamente sua capacidade de ser útil, reiventando-a a partir da descoberta destas operações internas da natureza. Então, tanto a natureza se duplicava, de forma ordenada e cognoscível num museu, no horto, no jardim, no gabinete do naturalista, quanto no teatro que a desmontava. Num e noutro, construía-se um entendimento específico e discursivo sobre um determinado objeto natural, e por decorrência, acerca da natureza brasileira, especificando-a e diferenciando-a de toda e qualquer outra. Tal discurso vinha perpassado por uma série de dispositivos _ nomenclatura, classificação, forma de desenhar, exclusão do que se ouve falar em prol do que se observa _ que o tornavam *verdadeiros*.

É interessante notar que antes da fundação da Academia ou desta sistematização vandelliana, vários engenheiros-militares, cirurgiões da colônia brasileira em meados do século XVIII, enviavam para o Conselho Ultramarino um escrito caracterizando a natureza, relatando um tipo de planta, a passagem de um cometa, um animal curioso; todavia, desta feita, com a Academia instaurava-se um gênero de escrita correto de narrar a viagem filosófica nas memórias e estas passavam a ser obra de um letrado. Nesta medida, a Academia homogeneizava toda uma discursividade sobre a natureza.

Quanto ao museu, que também funcionava como um gênero discursivo, o próprio Vandelli indicava uma mudança no seu estatuto no século XVIII, ao deixar de colecionar medalhas, preferindo os objetos da história natural, a partir da qual era possível conhecer todo o universo porque esta lhe dizia respeito e se comportava

mestre poderá ensinar a História Natural; e donde hum observador póde tomar o gosto, e intruir-se, e por isso, todo deve ser distribuido na vista principal de instruir.

como um método capaz de abarcá-lo e abordá-lo ⁹. Através do museu, a história natural tratava dos objetos naturais contemporâneos ao homem, das distantes etnias e remotas sociedades perdidas no globo. Contudo, também datava tais objetos, entreabrindo sua atenção para os fósseis, os animais extintos e as plantas desaparecidas. Desta maneira, a natureza se transformava num patrimônio de um lugar, no caso, do Brasil, bem como, no museu, cada objeto recolhido e aí inserido ganhava uma relevância única e simbólica, pois aludia a toda uma espécie de planta, animal, minério. A multiplicidade dos seres _ as antas do Brasil, por exemplo, encontrados no mundo natural, resumia-se, logo, num único ser _ uma só anta _ visto e estudado nesta coleção.

No Estatuto da Universidade de Coimbra, reformada no espírito das Luzes, explicitava-se esta capacidade de apreender mais e mais objetos sob o prisma da História Natural, capaz de enunciar uma verdade e a necessidade de formar uma coleção que finalize, complete e sintetize tal conhecimento e domínio sobre o objeto:

Sendo manifesto que nenhuma coisa pode contribuir mais para o adiantamento da História Natural do que a vista contínua dos objetos que ela compreende, a qual produz idéias cheias de mais força e verdade, do que todas as descrições mais exatas e figuras mais perfeitas: é necessário para frisar dignamente o estudo da Natureza no Centro da Universidade, que se faça uma coleção dos produtos que pertencem aos três reinos da mesma natureza ¹⁰.

A importância desta História Natural igualmente reverberava na Academia de Ciências de Lisboa. O naturalista português e fundador desta instituição, Correia da Serra, considerou no **Discurso Preliminar** que abre o primeiro volume das **Memórias Económicas para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal e suas conquistas**, editado pela primeira vez em 1789:

⁸ Munteal Filho, O., **Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do Antigo Sistema Colonial (1779-1808)**, Rio de Janeiro: PUC-RJ, Dissertação de mestrado, 1993, p. 60

⁹ Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos, e muzeus de história natural, **Op. cit.**, p. 7. Françoise Choay rapidamente comenta que tanto para os naturalistas quanto para os antiquários vigia um mesmo princípio de in loco fazer um desenho do objeto, da necessidade de se ir até ele para apreendê-lo numa estampa e, também, ela indica que houve um repasse da tipologia, da forma de classificação da história natural para a maneira de catalogar o monumento histórico, preservando-o. Tais procedimentos, penso, poderiam estabelecer uma noção de continuidade e semelhança, proximidade, entre um museu natural e o histórico. **L'Allégorie du Patrimoine**, Paris: Seuil, 1992, p. 78, 90.

O primeiro passo de uma nação, para aproveitar suas vantagens, é conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, o de que são capazes. A História Natural é a única ciência que tais luzes pode dar; e sem um conhecimento sólido desta parte, tudo se ficará devendo aos acasos, que raras vezes bastam para fazer a fortuna e riqueza de um povo.

As artes (leia-se artifício, técnica) todas não são mais do que uma aplicação do conhecimento da natureza às nossas precisões e utilidades; o seu adiantamento depende todo das ciências naturais e das exactas, e quanto mais estas têm sido cultivadas em cada povo, tanto mais as artes têm nele chegado ao seu auge ¹¹.

Segundo Vandelli a história natural propiciaria uma (re)utilização da natureza capitaneada pelo estado português, combatendo assim a crise e/ou decadência ¹² _ para ficar nos termos da época _ enfrentados na queda da mineração _ na falta de uma produção agrícola forte e abundante, na rediscussão do metalismo. Ou seja, todo este investimento do naturalista retornaria para as mãos do estado, que orientado pelo letrado, pelas luzes, conseguiria elaborar um novo projeto de riquezas a serem produzidas ou exploradas e que concretizariam a marcha do progresso.

Este saber acadêmico do naturalista tinha um caráter extremamente prático, uma finalidade de servir ao mundo dos homens, respeitando, contudo, a coerência interna da natureza, aprendendo a desvendar os seus mecanismos, as suas ordenações internas e, ao assenhorar-se destes procedimentos, poderia reduplicar a natureza, explorando-a em outras partes do império. Vandelli alertava para a sapiência interna da natureza que o naturalista deveria se esforçar para penetrar e compreender:

... só a observação, e a experiência podem pôr em estado de penetrar por este vastissimo paiz (o Brasil), a experiência o confirmará nas suas tentativas, e a observação e a contemplação da Natureza lhe ensinarão toda a Sciencia da História Natural. A Natureza não erra nas suas obras, ella sabe regular os tempos, escolher o terreno e procurar o Clima saudavel às suas

¹⁰ Estatutos da Universidade de Coimbra, Lisboa: Impressão Régia, 1772, p. 264.

¹¹ Memórias Económicas, t. I, p. III-IV.

¹² A historiografia brasileira contemporânea enfatizou a presença das idéias fisiocratas na revalorização da agricultura a fim de combater e deter o declínio econômico português com o fim da mineração, o aumento da

produções. (...) Por isso devendo o Filósofo seguir a natureza na sua indagação das plantas, deve começar por conhecer a sua habitação, observando os lugares em que vegetão, os Litoraes, as Fontes, os Rios ¹³.

Em outra instrução, ele indicava a validade e uso dos hortos, jardins botânicos, orientados pela história natural, por decorrência, os teatros, que permitiriam estudar a natureza de um lugar e as chances de repassar uma planta, um animal, uma produção de um lugar a outro ¹⁴. Ele levantava a hipótese de produções diversas serem implementadas no império, mas principalmente no Brasil. Desta maneira, cumpria um dos principais intentos da Academia e trabalhava a favor do império português:

O Zelo, e amor da Patria animado com o louvor e beneplacito de S. Mgte. Estabelece em Lisboa a imitação de todas as Nações cultas esta Academia de Sciencias consagrada á gloria e Felicidade publica, para adiantamento da Instrucção Nacional, perfeição das Sciencias, e das Artes e augmento da Industria Popular ¹⁵.

Tais instruções organizadas por Vandelli nortearam várias viagens filosóficas por Portugal, Brasil e África. Elas ganhavam um estatuto único em enunciar uma verdade científica, esclarecida, sobre uma região percorrida, bem como homogeneizavam o modo de descrever e narrar o objeto conhecido. Por suas vez, memórias das viagens de um dado objeto natural estudado retornavam à Academia, recebendo uma chancela científica que avalizava ainda mais a sua verdade.

A Academia congregava homens de letras, em geral formados em Coimbra, que tinham seu título de letrado reforçado e mais reconhecido à medida em que dela participavam. Estes homens de letras passavam, paulatinamente através da

demanda de matérias-primas, a concorrência dos produtos antilhanos e a reação do fomentismo ilustrado neste cenário de crise. Novais, F., *Op. cit.*; Wehling, A., *Op. cit.*

¹³ *Op. cit.*, fl. 51-52.

¹⁴ *Se corresponder a aceitação do público aos meus sinceros desejos, ocupar-me-ei em fazer experiências sobre as plantas que se cultivam, e se cultivarão neste Real Jardim Botânico a fim de conhecer as mais adequadas para este feliz clima, e aquelas que multiplicadas poderão dar maior utilidade; farei mais exactas observações sobre os lugares incultos; indicarei os meios proporcionados conforme as situações, e produções, tratando fundamentalmente de todos estes objectos. Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos a respeito da agricultura, e principalmente da cultura das chamecas. Domingos Vandelli. Aritmética Política, Economia e Finanças, Intr. e dir. Serrão, J. V., Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, Lisboa: Banco de Portugal, 1994, p. 8.*

Academia, a participar do estado português, quer porque nomeavam e localizavam os problemas lusos, quer porque apontavam soluções e encaminhamentos. Os debates acadêmicos não se pautavam apenas por trabalhos de ordem teórica e distante do que elegiam como a sua realidade. Ao contrário, escolhiam temas caros aos foros políticos e econômicos portugueses, a fim de influenciar nas suas decisões, relevando sempre o lado prático dessa intervenção. José Bonifácio, formado em Coimbra, ativo membro da Academia da qual chegou a ser secretário, dileto seguidor de D. Rodrigo de Souza Coutinho que lhe proporcionou uma longa viagem filosófica¹⁶ à Alemanha e França, expôs esta preocupação com o mundo prático, dos homens:

*Eu não sou partidista da mitosofia ou da teosofia, sou Filósofo, isto é, constante indagador da verdadeira e útil sabedoria. Deixo aos Platônicos velhos e novos o seu Autoagaton; e procuro conhecer os homens e as coisas pelo lado do seu uso prático, para deles adquirir o conhecimento útil*¹⁷.

Por outro lado, exigia-se deste homem de dupla face, de estado e de letras, uma moralidade própria pautada na moderação dos hábitos, nas atitudes contidas, na fidelidade à autoridade, depositando uma confiança no estado enquanto uma instância de poder capaz de promover a reforma. Desta maneira, o homem de estado e o letrado guardavam uma coerência, uma consonância entre si, ao se guiarem por um mesmo comportamento moral, inclinado a fomentar o progresso e o saber.

O acadêmico José Monteiro da Rocha, ao comentar os Estatutos da Academia Real de Ciências, salientava que esta atuava mais no âmbito dos costumes do que das leis, inscrevendo-se na educação pública que conformava uma moralidade pública. Aliás, prezava mais esta intervenção nos costumes do que nas leis, por ser mais

¹⁵ Plano de Estatutos em que se convierão os primeiros sócios da Academia das Sciencias de Lisboa em que consegue do beneplacito de Sua Magestade. ACL, Série Azul, Mn. 972.

¹⁶ A viagem filosófica era um modo de bem formar um letrado, o coroamento de sua boa educação. De um lado, poderia percorrer o passado da civilização ao atravessar a Itália ou aprender muito sobre o relativismo cultural e a o estado de natureza ao embrenhar-se nas florestas da América. Em certa medida, o mundo se tornava uma imensa enciclopédia a ser percorrida pelo letrado. Este aspecto da viagem que finaliza a educação surge no protagonista de Frey Apollonio, um romance do Brasil: São Paulo: Brasiliense, 1992, escrito por von Martius. Aqui, Hartman, um naturalista botânico, alemão, tal qual o autor, perde-se na Amazônia, descobrindo os selvagens, os índios domesticados, os estágios da civilização e a majestosa natureza dos trópicos.

¹⁷ Apud, Sousa, O. T. de, *O Pensamento de José Bonifácio*, São Paulo: Livraria Martins, 1944, p. 123. A bagagem de José Bonifácio ao retornar ao Brasil em 1819, evidencia seu apreço pelo mundo prático, utilitário,

eficaz, duradoura, necessária no *governo dos homens* ¹⁸. Para tanto, exigia dos membros desta associação – que era também um lugar de sociabilidade letrada – um espírito coletivo de corporação, a indagação constante da verdade, uma *imparcialidade* dos acadêmicos em julgar a verdade, encontrá-la, perceber na contribuição do outro um passo na direção da verdade, da civilização, não se prendendo às mesquinhas e picuinhas humanas. Igualmente requeria *docilidade* nesta procura da verdade e no trato entre os sócios. Esta postura moral e moralizante foi, por vezes, saudada pelos acadêmicos nos discursos ao avaliar o encerramento de uma gestão, elogiando a modéstia ou se colocando como um homem modesto, numa retórica falaciosa, pois, ao se proclamar modesto, com poucas luzes, escolhido pelos bons amigos para exercer um cargo, de secretário por exemplo, o sujeito discretamente camuflava seu preparo intelectual e exibia sua modéstia.

Nesta geração de 1790 – para usar a categoria de K. Maxwell¹⁹ –, vários de seus membros foram maçons ²⁰, perfilando-se também por uma atitude moral marcada pela fraternidade, e que vinha acompanhada de um série de signos e símbolos que alardeavam uma bondade universal, guiada por uma razão divinizada.

No processo inquisitorial que o acusa de ser maçom, Vieira Couto descreveu o rito de passagem, no qual um homem, escolhido por seus méritos, transformava-se num irmão maçom. Gostaria de apresentar, rapidamente, tal rito, pois indica a força de uma moralidade que deveria ser seguida fielmente, a passagem que impõe uma renúncia aos erros do passado e um sincero reconhecimento das falhas humanas – inclusive as suas.

produtivo. Ele trouxe: 15 caixões de livros, 9 de modelos de máquinas, 1 de desenhos e estampas, 36 pequenos caixões de minerais, e 3 barômetros. AHU, Rio de Janeiro, Cx. 277, Doc. 59, 21/agosto/1829.

¹⁸ Duas Cartas comentando os Estatutos da Academia Real de Sciencias, ACL, Série Azul, Mn. 975.

¹⁹ Generation of the 1790s and the idea of luso-brazilian Empire, Alden, D., *Colonial Roots of Modern Brazil*, Univ. of California, 1973.

²⁰ Eram maçons declarados: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Arruda Câmara, Antonio de Moraes Silva, Antonio Pereira de Souza Caldas, Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira, Carlo Antonio Napione, Francisco de Melo Franco, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, José Bonifácio e seus irmãos, Hipólito da Costa que chegou a escrever *Cartas sobre a Framaçonaria*, Paris: Off. de A. Bobée, 1821, que circulou tanto em Portugal quanto no Rio de Janeiro. Ver o levantamento de Oliveira Marques, A. H. de, *História da Maçonaria em Portugal – Das origens ao triunfo*, Lisboa: Ed. Presença, 1990, p. 331-433, onde destacam-se também inúmeros negociantes e burocratas da coroa portuguesa. Talvez, esta filiação e frequência à maçonaria, tingisse seus anseios políticos com um mesmo tom, ou abrisse brechas para negociar uma solução comum, servindo bastante como um lugar sigiloso de sociabilidade.

Vieira Couto relatou que foi levado, vendado, numa noite escura a uma casa em Lisboa, na qual ficou sabendo que não poderia entrar na sociedade, pois temia-se que alguém, anonimamente, tivesse delatado aquela reunião, adiando a sua apresentação aos outros membros. Não se sabe se este procedimento era comum, a fim de incutir naquele que se associava um certo temor por ser uma associação suspeita para a Intendência de Polícia, ou se reiterava a necessidade de uns confiarem nos outros, para garantir a integridade de todos os maçons. Também não se pode desprezar que, naquela noite, a vigilância policial talvez estivesse mais acirrada, inviabilizando a reunião.

No próximo encontro, às 9 da noite, Vieira Couto vestiu um avental branco por significar a *pureza de costumes que todo o maçom deve cultivar*, as luvas, pois não poderia manchar suas mãos *no sangue ou na iniquidade*. Um homem armado o forçou a dar um salto para esquivar-se e defender-se, aludindo à constante *vigilância* que o maçom precisa ter na prática das suas *virtudes*. Em seguida, despiu os sapatos e a casaca, para não se deixar levar pelo *fausto*, pela *gala*, tampouco ter um *comportamento vão*. Puseram-lhe uma venda nos olhos para rememorar-lhe o estado de ignorância do homem e seus prejuízos para qualquer homem, inclusive para o iniciante. Durante a cerimônia, ele retirou a venda, saindo de um estado de ignorância para o conhecimento humano, e o mundo das virtudes, coincidindo precisamente com a passagem de um homem comum a um maçom, acolhido pela fraternidade.

Foi-lhe oferecida uma ceia frugal, onde era proibido esbaldar-se na comida e na bebida, servindo-se com moderação e todos se confraternizaram, brindando à saúde do rei. Em meio ao rito, ele ainda escreveu num papel seu nome, filiação, pátria, num gesto habitual entre os maçons para mostrar que todos se congregavam numa humanidade, que vencia as barreiras geográficas e sublinhava o caráter humano de todos os filiados que, juntos, cultivavam a virtude e o bem comum ²¹. A cada gesto correspondia um significado moral, um voto do iniciante em se comportar de tal e qual maneira a fim de cultivar a virtude. Em suma, individualmente o sujeito

²¹ ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 16809. Vieira Couto arrolou ainda sua biblioteca que continha Raynal, Voltaire, Mirabeau e permaneceu preso entre 1803-1805.

vivenciava, neste rito de entrada, uma passagem ao mundo fraterno, ilustrado, bem-intencionado dos maçons que, no futuro, poderia ser para todos os homens da sociedade, desde que já fossem tocados pelas luzes, boa educação, civilidade.

Ora, talvez esta experiência em ser maçom atravessasse muitos comportamentos letrados, onde se valorizava uma postura civilizada, normatizada pelas luzes, abrindo espaços de participação para letrados que entravam em contato com negociantes, proprietários, burocratas, instaurando um lugar de convivência e sociabilidade entre as elites, bastante permeado por um universo simbólico que apostava na racionalidade, no progresso humano e numa felicidade geral, sem anular seu interesse pelo prático, pelas finanças, pela obtenção de um prestígio social..

Há que se notar, então, que essas produções letradas ajudavam a repensar e a reformular o próprio estado português na redefinição pelo projeto de um poderoso império luso-brasileiro, que repunha as relações Brasil/Portugal, sustentava uma maior reciprocidade entre as partes, inclusive com a mudança da corte.

Balthazar da Silva Lisboa, antes de ocupar cargos administrativos no Rio de Janeiro ao final do século XVIII, escreveu um conjunto de memórias que iam desde um estudo sobre Ilhéus até um **Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da Filosofia Natural portuguesa acompanhado de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil** ²², oferecido à Sua Alteza Real (1786) ou

²² Confiante na ação do naturalista no Brasil, papel que chegou a exercer, tendo como auxiliar seu irmão José da Silva Lisboa, Balthazar via uma solução entre os brancos e índios, a ocupação do interior do Brasil e seu conhecimento, atrelados a uma marcha da civilização. Ele declarava, neste texto: *He de esperar que os Naturalistas enviados por autoridade regia, hajão de fazer ver todos os potentos, que a natureza quis ocultar naqueles paraísos, onde parece, que em nenhuma outra parte do mundo, procurou manifestar tanto o seu poder. Mas não sei, se os Índios conciliados com brandura e premios, podem fazer resultar daquellas expedições maiores conveniencias ao Estado; maiores descobertas? A facilidade dos caminhos, e terrenos que se hão de perscrutar, a povoação, que apôz outras se irão formando (,) sua boa educação; um tracto mais civilizado; a salvação de suas almas, que ignorão a luz do Evangelho por nascerem nas trevas do gentilismo...* **Discurso Histórico, Político e Econômico. Aos progressos, e estado atual da Filosofia Natural Portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brasil**, Lisboa: Off. De Antonio Gomes, 1786, p. 67-68. O letrado e burocrata Balthazar da Silva Lisboa apresentou um resumo da suas dificuldades para levar a cabo uma viagem filosófica ao Conselho Ultramarino, o que sem dúvida aumentava os seus créditos e empenho diante da máquina burocrática e, mesmo em meados da década de 1790, ainda escolhia *produções da natureza* para enviar ao Real Gabinete de História Natural. AHU, Rio de Janeiro, Cx. 145, Doc. 9, 6/janeiro/1790; Cx. 156, Doc. 28, 24/março/1794, respectivamente.

os textos de José Vieira Couto ²³, encomendados pelo estado português, a respeito das minas, suas condições e possíveis soluções. Tal interesse não se restringia ao sudeste do Brasil, pois também despontava na região norte-nordeste, com a viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira vetorizada pela Academia, ou como aparece nesta correspondência oficial de Thomáz José de Mello para D. Rodrigo de Souza Coutinho à frente do Conselho Ultramarino:

Em cumprimento da Real Ordem de 31 de março do anno passado pertencente ao descobrimento do salitre, e de que se acha encarregado Manoel de Arruda Camara entregue ao mesmo com varias instruções o impresso sobre o modo de conhecer as terras, onde há salitre: e logo que offereça ocaziam oportuna, lhe fara remeter a memória que agora recebo sobre a mesma materia, acompanhada da Ordem regia de 21 de junho do anno de 1796 por quanto ignoro onde prezentemente esteja o dito Manoel de Arruda Camara que já sahio para o sertão na diligencia de descobrir o salitre ²⁴.

Aí domar a natureza significava também um ganho do progresso, o que não escapava ao olhar atento e minucioso dos administradores portugueses, que mandavam imprimir e distribuir pelo Brasil afora memórias que propiciassem o conhecimento utilitário destas novas riquezas ²⁵. Em 1798, por ordem de D. Maria I, distribuiu-se aos habitantes da Bahia, de Pernambuco, do Pará, Maranhão, Goiás, São Paulo, Mato Grosso, Angola, Cabo Verde, Ceará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Sul os seguintes escritos: **Memória sobre o loureiro ananomio ou caneleira de Ceyt** por Manuel Jacinto Nogueira da Gama, **Memória sobre a caneleira para acompanhar a remessa das plantas de canela**, **Memórias sobre a reforma de alambiques** por João Manço Pereira, **Methodo para preparar a cochinilha**, **Memória sobre o salitre**, **Extracto do modo de se fazer salitre nas fabricas de tabaco da Virgínia**, **Exposição**

²³ Trata-se da Memória sobre a Capitania de Minas Gerais, seu território, clima e produções metallicas, sobre a necessidade de se estabelecer e animar a mineração decadente do Brasil sobre o commercio e exploração dos metaes e a intereses regios com um appendice sobre os diamantes e nitro natural (1799) e Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais, suas descrições, ensaio e domicilio próprio à maneira de hum appendice. Sobre a nossa Lorena Diamantina, sua descrição, suas produções mineralógicas, e utilidades que deste Paiz possa resultar ao Estado (1801).

²⁴ AHU, Pernambuco, Cx. 111.

²⁵ Num estudo importante Maria Odila da Silva Dias notava: *O fomento e a difusão dos estudos naturais na Colônia até então todos como "suspeitos e ignóbeis", constituía fenómeno inteiramente revolucionário, se*

de hum novo remedio curativo e preservativo da peste, *Memória sobre a pratica de se fazer salitre* ²⁶. Por vezes, as autoridades brasileiras reclamavam da pouca aceitação ou mesmo do desdenho dos proprietários, fazendeiros, negociantes do Brasil frente a estes escritos, apesar do esforço de difusão dos estados. Por outro lado, durante sua viagem-filosófica aos EUA, o partidário e amigo de D. Rodrigo, Hipólito da Costa, preocupava-se em discorrer sobre os elementos naturais, os hábitos da população, vangloriando-se de saudar um naturalista americano renomado, remetendo para Lisboa amostras de plantas, animais e minerais.

Esta dedicada atenção em formar uma coleção da natureza brasílica, um museu que denotasse todo o império e seus recursos, envolvia toda uma explicação quanto à maneira de embalar os objetos naturais, colar etiquetas bem preenchidas e precisas, remeter o material para Lisboa, servir para novas análises e pesquisas, escrever a memória a ser lida e aprovada na Academia, que depois poderia ser editada pelo estado, pela tipografia régia, pela Academia e, de novo, remetida para América ou outras possessões portuguesas, para uso dos proprietários, fazendeiros, habitantes e autoridades locais. Assim, havia um trânsito de memórias e objetos que iam e vinham pelos mares, reordenando a compreensão desta natureza. No Brasil, os naturalistas Manuel Arruda da Câmara, Alexandre Rodrigues Ferreira, João da Silva Feijó, Bittencourt de Sá, Joaquim de A. Castro, Balthazar da Silva Lisboa, frei Conceição Velloso, Joaquim Velloso de Miranda, José da Costa Azevedo, José Bonifácio de Andrada e Silva, a par de outros menos conhecidos ou mesmo aqueles que, vez por outra, tomavam esta iniciativa e enviavam um único texto para a Academia ou para o Conselho Ultramarino ²⁷. Calculadamente, o estado português incentivava e solicitava freqüentemente a contratação de naturalistas na colônia brasileira, a procura por determinadas plantas, a verificação de que algumas

confrontamos com os moldes do ensino jesuítico que predominava até o momento. Aspectos da Ilustração Brasileira, RIHGB, 1968, v. 268, p. 133.

²⁶ AHU, Cód. 573, fl. 266v.

²⁷ Como o caso da *Memória de Santa Cruz*, seus estabelecimentos, e sucessos mais notáveis, continuados do tempo da extinção dos jesuitas, até o ano de 1778, com especial destaque a elaboração de um quadro da natureza local. AHU, Rio de Janeiro, Cx. 171, Doc. 114, 1798. Ou ainda o envio constante de caixas com borboletas, insetos, pássaros, animais silvestres empalhados, catalogados, nomeados conforme o costume e, se possível, com o nome científico. AHU, Rio de Janeiro, Cx. 149, Doc. 32, 16/abril/1791.

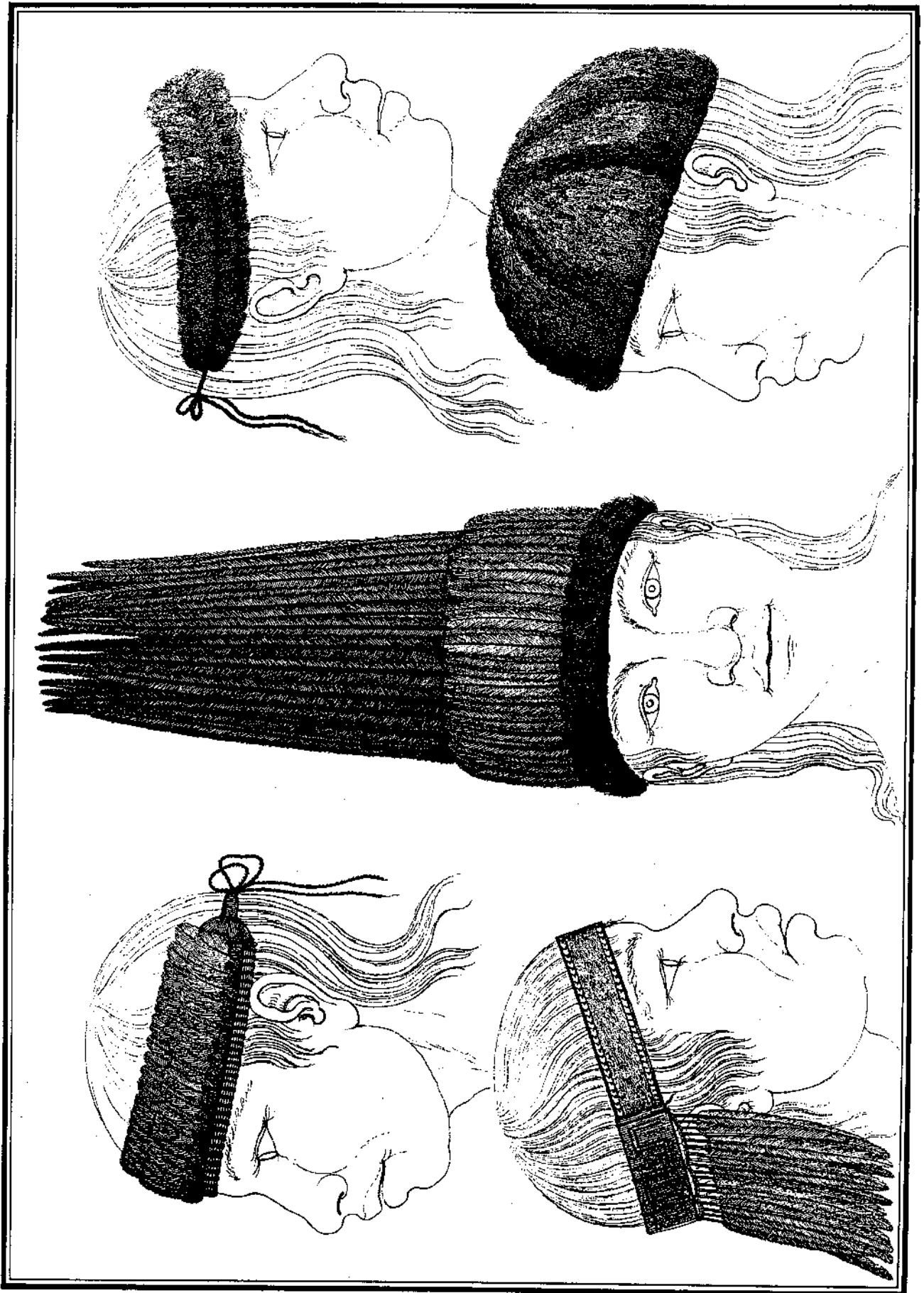
produções aqui se adaptavam _ como o linho de cânhamo, a cochinilha _, a remessa do material de forma apropriada para Portugal ²⁸.

Aos poucos, ia-se erigindo um conhecimento angulado na especificidade da natureza brasileira que também se difundia através dos textos remetidos pela coroa, pelas estampas, desenhos e sementes para serem testadas. Instaurava-se uma espécie de curiosa enciclopédia sobre a América portuguesa, com textos que tentavam tecnicamente utilizá-la do modo mais rentável, com uma série de estampas e desenhos que buscavam retratá-la fielmente, e guiado por um olhar catalogador, detalhista, sem perder de vista o caráter universal de uma especificidade, de ser recontada e entendida por outros leitores longínquos. Ao empreender e montar uma imensa coleção sobre a natureza nas diversas partes do império, criava-se um gabinete ideal e idealizado do naturalista, que reunia toda uma natureza dispersa e dispar num acervo físico e mental, num museu que desejava sintetizá-la e torna-lá, simultaneamente, visível e conhecida.

Na sua *Viagem Filosófica*, Alexandre Rodrigues Ferreira, discípulo de Vandelli, montou numa prancha uma seleção de rostos indígenas, como se fosse uma espécie de dicionário ou uma enciclopédia. Estes retratos demarcavam os traços mais característicos daquela tribo, nação indígena, sendo acompanhado pela descrição e localização geográfica. Em plano de fundo branco, surgiram homens pouco conhecidos, arrolados para qualquer estrangeiro, para o estudioso fechado em seu gabinete, e tratavam das distinções e semelhanças humanas ²⁹. A relevância da coleção formada, no decorrer desta viagem pelo norte do Brasil, explorando sobretudo a Amazônia, era tamanha que, na invasão francesa a Portugal, uma das

²⁸ D. Rodrigo de Souza Coutinho, em geral assinava estas ordens, pedindo a descoberta de terras para explorar salitre (AHU, Cód. 573, fl. 230-230v), o aumento da produção do linho de cânhamo (AHU, Cód. 574, fl. 26-26v), o pedido de flores, plantas etiquetadas, aves indígenas, cebolas bem acondicionadas (AHU, Cód. 575, fl. 146v-147, 153, 363).

²⁹ Este tipo de prancha se transformou quase numa norma dos viajantes do começo dos oitocentos para mostrar a variedade de gente que compunha o Brasil, os selvagens, os bons gentios, os negros africanos, tendo o desvelo de marcar esta diversidade e apontar para uma camada da população que não se inseria, facilmente e de imediato, num mundo civilizado. Assim, este tipo de retrato desponta em Debret, Rugendas, mas o primeiro que conheço sobre o Brasil, remonta a Alexandre Rodrigues Ferreira em fins do século XVIII. Adiante que este olhar enciclopédico também vai sistematizar num plano outros motivos da natureza brasileira: as frutas e a fauna do país.



ORNAMENTOS DE CABEÇA DE ÍNDIOS DA AMAZÔNIA

exigências imediatas do importante naturalista Geoffroy de Saint-Hilaire foi trazer esta coleção para Paris, saqueando-a do Horto de História Natural de Lisboa.

Tal redefinição da natureza, encetada a partir da Academia através de memória e ensaios, adentrou o estado tanto na formação de uma elite letrada que nele atuava, quanto no programa de reformas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, também um membro desta instituição, que manteve contatos e correspondência com Raynal e D'Alambert, afilhado político de Pombal e bastante inclinado a estabelecer um sistema federativo entre Portugal e o *genérico Brasil*, como considerava as colônias americanas de Portugal. Ele propunha, enfim, um *sistema político* ³⁰ que enlaçasse Brasil e Portugal por meio de um novo programa de relações que apostava nesta *naturalização de outras riquezas* no Brasil, uma reorganização das taxações e impostos, vislumbrando um outro modo de relacionar a metrópole e a colônia, na esteira do que aconselhava Raynal e Adam Smith, visando não perder a colônia de além-mar, como ocorrera com a intolerante Inglaterra.

Seu programa de reformas fiava-se no estado enquanto uma instância capaz de modernizar tais relações, principalmente se coordenadas por letrados; ele apostava nas instituições que formassem tais letrados ou servissem como espaços de atuação, trabalho, publicação e tradução de textos que alavancassem esta reforma ilustrada, tais como a Tipografia do Arco do Cego ou o Seminário de Olinda ³¹. Ora,

³⁰ Sistema político que mais convém que a nossa coroa abrace para a conservação dos seus vastos domínios, particularmente dos da América, que fazem propriamente a base da Grandeza do Nosso Augusto Trono, está transcrito por Marcos Carneiro de Mendonça na sua obra *O Intendente Câmara – Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes, 1764-1835*, São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1958, p. 277-299. D. Rodrigo de Sousa Coutinho falava abertamente da dependência de Portugal perante suas colônias, sem as quais seria uma província da Espanha, daí a máxima necessidade de estabelecer uma vigorosa integridade com seus domínios ultramarinos, o que implicava na cessão de direitos, uma relação pautada pela *reciprocidade*. Por sua vez, o intendente Câmara escreveu memórias sobre a natureza brasileira, foi um naturalista, excursionou pela Europa custeado por este programa português de formação dos homens de estado, assumiu cargos importantes em Minas, na redefinição de uma política de mineração e, de acordo com Marcos Carneiro de Mendonça, eram grandes as suas afinidades políticas e intelectuais com D. Rodrigo, ver cap. IX. Sobre a sua análise ver: Lyra, M. de L. V., *A Utopia do Poderoso Império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, especialmente o cap. A Estratégia da Política Reformista; Maxwell, K., *Condicionalismos da independência do Brasil*, Oliveira Marques, A. H./Serrão, J.(dir.), *Nova Expansão Portuguesa, O Império Luso-Brasileiro*, coord. Nizza da Silva, M. B., Lisboa: Ed. Estampa, 1988.

³¹ Lyra, M. de L. V., *Op. cit.* Sobre o Seminário de Olinda: *Estatutos do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça da Cidade de Olinda de Pernambuco*, Lisboa: Typ. Da Academia Real de Sciencias, 1798, que recebeu a anuência da Academia e contemplava, nos estudos menores, a história natural e também Neves,

no plano internacional e nos meios letrados, filosóficos, na reestruturação do estado português, a fim de instaurar *um só legislador e uma só legislação* para todo o império, esta política de D. Rodrigo de Sousa Coutinho respondia às mudanças e experiências revolucionárias a favor da liberdade, seja na França ou nos EUA de fins dos setecentos.

Noutra direção, tal programa de reformas _ como notou Afonso Marques dos Santos _ procurava barrar os descontentamentos internos da colônia, as conhecidas inconfidências, sobretudo aquelas que envolviam tais camadas letradas, formadas no interior do próprio império ³². Ora, o programa de reformas funcionava em frentes diversas e tentava rearticular os laços entre Brasil e Portugal e, suponho, lentamente foi retirando o Brasil daquela condição *genérica* ³³, como dissera D. Rodrigo, para uma especificidade Brasil.

Houve, assim, uma espécie de coincidência e consonância entre a formação destes letrados e a especificidade Brasil. Vieira Couto, discorria a respeito das Minas Gerais, erigindo-a num lugar especial, positivado, dentro do continente americano. Ele exclamava e esboçava uma vista:

Sahi a viajar, a fim de fazer uma maior colecção dellas (das rochas), phenomeno admiravel! Vi rochas inteiras, montes inteiros, serranias inteiras, que não se formavão senão

G. P. C. P. das. **O Seminário de Olinda: Educação, Cultura e política nos tempos modernos**, Niterói: UFF, Dissertação de mestrado, v. II, p. 313-423. Para conhecer uma formação letrada na Tipografia do Arco do Cego e sua importância para o estado português: Bittencourt, F., **Os Fundadores**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, capítulo dedicado a José Feliciano Fernandes Pinheiro; Conceição Vellozo, J. M. da, **Flora Fluminensis**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1961.

³² O irmão de Manuel Ferreira da Câmara, José de Sá Bithencourt, também formado em Coimbra fôra acusado várias vezes de envolvimento com a inconfidência mineira; a inconfidência carioca teria como pólo aglutinador e de difusão a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, leitora e apreciadora de Mably e Raynal. Segundo rumores, Arruda Câmara participara em Pernambuco de uma revolta frustrada e descoberta em 1801 e de sociedades secretas; Vieira Couto foi julgado pela inquisição de Coimbra por ser maçom. Há que se notar as relações pessoais travadas por estes letrados em fins do século XVIII e começo do XIX, propiciando um contato pessoal, a amizade, a indicação de cargos entre si, um debate intelectual e de projetos políticos. D. Rodrigo era amigo de Bonifácio, cuja filha casou-se com o filho de Vandelli e o ministro percorreu a Europa com o futuro intendente Câmara. Por seu turno, seus dois irmãos Martim Francisco e Antonio Carlos frequentaram e trabalharam na Tipografia do Arco do Cego, sob ordens do frei Conceição Velloso e junto com Fernandes Pinheiro, Arruda Câmara, José Hipólito da Costa, João Manso Pereira, tanto publicando seus estudos quanto traduzindo obras científicas, das quais se tornavam uma espécie de co-autores porque a tradução implicava, ao menos, uma simpatia pelo texto original. Nestas experiências cotidianas esta camada luso-brasileira ganhava contornos, simpatias, favoritismos, sem negar ou anular suas discordâncias internas, como a diversidade de concepção e postura a cerca da escravidão opondo José Bonifácio e Azeredo Coutinho.

³³ Mendonça, M. C., *Op. cit.*, p. 279.

unicamente destas memoraveis minas! Caminhava por espaço de leguas, e o chão não era outra couza, senão hum lastro constinuado de cobres! ³⁴

Ele aproveita para contrapor-se a Raynal que negara as chances de Minas possuir cobre, um minério que poderia garantir fábricas e outros artefatos. Desta forma, enaltecia ainda mais a natureza mineira, cuja abundância, fartura e variedade de minérios era maior do que qualquer previsão abalizada. Além disso, entremeava ao seu discurso elogios da grandeza da paisagem e seu caráter único. Prosseguindo sua viagem, narrada dia-a-dia, descrevendo cada localidade visitada, esmiuçando sua população, hábitos, economia, geografia, fauna, flora e minérios, ele encontrava uma palavra “certa”, apropriada, para sua descrição ao atravessar vales, vilas, arraial, monte, rio, espaços distantes, vielas e estradas: *vistas*, porque tanto aludia ao observado quanto garantia uma imagem do objeto a mais próxima possível dele, coerente com suas características; igualmente evidenciava a presença de alguém, um sujeito, que vê com um olhar treinado, guiado pelo intelecto, ainda que não dispense as metáforas e figuras de linguagem, até certo traço poético.

A descrição de um lugar vinha acompanhada de uma série de atributos, cores, formas, linhas, contraste perante a luz do sol, ao cair da tarde, sob o céu estrelado. Através destes dispositivos do discursos, ia-se dispersa e pontualmente redefinindo o Brasil, edificando seu caráter único, total. Por isso, cada vez mais, as viagens filosóficas se transformaram num empreendimento do estado a fim de apreender e entender em sua completude este território brasileiro, suas gentes, fauna e flora, almejando descobrir uma totalidade e especificidade no novo mundo.

A CORTE NO RIO DE JANEIRO E A REDISSCUSSÃO DAS RELAÇÕES BRASIL- PORTUGAL

³⁴ Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais, suas descrições, ensaios e domicilio proprio a maneira de hum appendice. Sobre a nossa Lorena Diamantina, sua descrição, suas produções mineralógicas, e utilidades que deste Paiz possa resultar ao estado. AHU. Doc. 1819, fl. 14. Escrito em 1801 e, já em 1802, estava nas mãos para uso e conhecimento do governador e capitão general de Minas Geraes. O uso da *vista* encontra-se na fl. 30.

Em 1814, Silvestre Pinheiro Ferreira, conselheiro de D. João, já o avisara quanto à necessidade de rever as relações entre Portugal e Brasil, no sentido de que não mais existia um pacto colonial e Portugal até se encontrava em desvantagem frente ao Brasil.

Tal aviso se fazia premente, num contexto mais geral, porque a guerra napoleônica acabara, deixando Portugal sob uma dependência militar da Inglaterra e inclusive sob uma regência escolhida por D. João, mas comandada pelo marechal Beresford. Mesmo considerando que os portugueses, através das juntas governativas como do Porto e da ação de dispersos levantes populares, muito contribuíram para a expulsão dos invasores franceses. Essa experiência da junta governativa, baseada num poder local, mobilizava as pessoas em suas regiões, valendo-se de sua ação, resistência e também conseguia negociar com a regência, instaurada pelo Príncipe, como instância máxima de governo deixado em terras portuguesas. Valentim Alexandre a analisa:

No fundo, o que a junta do Porto assim estabelecia era um compromisso entre as formas tradicionais de legitimidade, próprias do Antigo Regime _ em que todo o poder deriva do soberano, pelo que caberia devolvê-lo de imediato à regência por ele nomeada _ e a nova legitimidade, que nesse... documento [Nota da junta do Porto, de 4 de Agosto de 1808, e bases anexas] aparece fortemente acentuada, nas referências à formação do "supremo governo" no Porto, "a instâncias do povo da mesma cidade" e ao facto de se lhe terem subordinado "livre e espontaneamente as cidades, vilas e pessoas constituídas em dignidade dos estados eclesiástico, civil e militar das províncias do Minho, Trás-os-Montes e Beira"...desta nova fonte de poder se prevalectia a junta para modificar a regência - sem contudo romper inteiramente com a lógica anterior, reclamando para si toda a autoridade.³⁵

Sua importância foi notada pela corte no Rio. Logo no início da instrução de 2 de janeiro de 1809 vinda do Rio, que serviu de base para a Carta Régia de 7 de março de 1810, na qual se fixava um plano de reformas no intuito de promover o desenvolvimento econômico de Portugal _ ambas provavelmente de autoria de D.

³⁵ Alexandre, V., *Os Sentidos do Império*, Porto: Eds. Afrontamento, 1993, p. 189.

Rodrigo de Sousa Coutinho –, D. João saudava a regência e, de imediato, agradecia às *Juntas q. se levantarão no Reino, e q. tão meritoriamente se distinguirão, á porfia na salvação e restauração do mesmo* ³⁶. Mandava, então, cartas régias aos seus presidentes, congratulações a seus membros e uma promessa de mercês. As juntas perderam sua força para a regência implantada pelo comando militar inglês em acordo com a coroa portuguesa. Embora, no Rio, D. Rodrigo chegasse a propor que, através delas, se implantasse o seu plano de reformas, no que foi refutado pelos conselheiros reais. Também em fins de 1808, chegou-se a discutir entre os conselheiros do príncipe uma proposta, – provavelmente também de D. Rodrigo –, de nelas centralizar a forma de governo a ser exercido em Portugal. Foi recusada sob o argumento de que poderia formar um sistema federativo, o que seria uma contradição frente ao poder real, e porque permitiria à junta do Porto punir os traidores que tivessem colaborado com os invasores, principalmente os de classes superiores ³⁷. A questão das juntas no mundo português criava uma possibilidade de formar um governo que, no limite, feria a autoridade real, pois conferia-lhe o poder de governar e funcionar como uma esfera de decisão política.

Essa nova presença da junta, enquanto um poder local e legítimo em sua localidade, capaz de reunir os vários corpos sociais, como clero, nobreza, negociantes, proprietários, magistrados e militares, na esfera da vila e freguesia de fazer-se representar e debater com um poder maior, mais centralizado e que, por isso, aparece como um foco irradiador e catalizador de soberania, nasce no interior da guerra e no esforço de vencê-la. Contudo, continuará a ter uma importância, tanto no Brasil como em Portugal, até a década de 1820 ³⁸. Continuará a ser uma lição e um aprendizado a respeito da atuação política, de se representar a localidade e expressar a sua vontade. Adiante, se verá de que forma essas câmaras e juntas ajudaram a redefinir uma noção

³⁶ ANTT, Ministério do Reino, Governadores do Reino, Livro 380, fl. 1-2.

³⁷ Sobre as juntas no período da guerra, os planos de D. Rodrigo que delas se valia e os argumentos contrários, ver: Alexandre, V., *Op. Cit.*, Das juntas à regência: a partilha do poder em Portugal e Os Planos para Portugal, p. 180-209 e p.232-243, respectivamente.

³⁸ Cabe salientar que estas juntas não terão a magnitude que alcançaram na Espanha, pois delas nasceu o movimento reivindicando as Cortes e a Constituição Espanhola de 1812.

de contrato social, através de suas próprias práticas, em momentos decisivos das relações entre Portugal e Brasil e na elaboração sócio-política da soberania.

Paralelamente, Portugal viveu uma crise na produção e circulação da riqueza desde a saída da Família Real em 1807. Durante a guerra, enfrentou várias convulsões, tais como: bloqueios navais, interrupção do comércio ultramarino com países europeus, suspensão do sistema colonial, combates, levantes populares, migrações, fuga de gentes e capitais e perseguições políticas. O país, muito mais Lisboa e menos o Porto ³⁹, não mais servia de entreposto internacional obrigatório para as mercadorias vindas do Brasil e que antes eram redistribuídas, através de Hamburgo e portos italianos como Genova, para a Europa do norte e área mediterrânea, ou seguiam de Lisboa para países como a Inglaterra e Espanha ⁴⁰. Por outro lado, as mercadorias portuguesas e estrangeiras destinadas ao Brasil – artigos manufaturados, principalmente têxteis e alimentos – pouco passavam por Lisboa. A maior parte dos produtos escoava por intermédio da Inglaterra, a partir do Tratado de Amizade e Comércio de 1810. José da Silva Lisboa ao elencar e justificar os *benefícios políticos* do governo de D. João no âmbito da história, ressaltava o interesse brasileiro neste acordo:

O ponto capital pois era dar ao Brasil todo o racional favor aos Inglezes, que, pela sua energia mercantil, e vasta correspondencia estabelecida nos Emporios da Europa, erão os únicos Negociantes que tinham cabedues e meios de introduzir os nossos Generos em todos os Emporios ⁴¹.

Em contrapartida, as mercadorias inglesas entravam francamente no Brasil, pagando taxas alfandegárias de 24%, no caso da embarcação ser estrangeira, e 16% quando fosse de bandeira luso-brasileira, entre 1808-09. A partir do Tratado, as taxas baixaram para 15%. Se o Tratado atendia, com desigualdade, à Inglaterra e ao Brasil, ele escantilhava Portugal, fazendo com que os negociantes lusos perdessem o

³⁹ Bonifácio, M. de F., *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português*, Lisboa: Ed. Estampa, 1991, p.124.

⁴⁰ Convém dizer que a reexportação das mercadorias de Portugal para o estrangeiro ficava a cargo dos negociantes estrangeiros em Portugal.

⁴¹ Lisboa, J. da S., *Memória dos Benefícios Políticos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*, Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1818, Parte I, p.142.

exclusivo colonial e sequer conseguissem auferir lucros quando seus produtos concorriam com baixas taxas obtidas pela Inglaterra. Além dos negociantes sediados em Lisboa, o Estado português perdia muito com a suspensão do exclusivo colonial, pois dele advinha cobranças de impostos e o arrendamento de monopólios.

Com a guerra e as novas regras comerciais, a produção industrial realizada nas oficinas, que antes tinham no Brasil um estímulo ao vender-lhe têxteis, como linhos, rendas, lã, seda, linhas, algodão, chapelaria fina ou chapéus, barretes grossos de lã e curtimento de couros, foi arrasada, porque as fábricas foram atacadas, fugiram os empreendedores, operários, artesãos, técnicos, máquinas foram destruídas, quebrou-se o processo produtivo e seus modos de comercialização⁴². Ao mesmo tempo, a Inglaterra invadia o Brasil e Portugal, ao longo da década de 1810, com seus tecidos. Enfim, dinamitou-se a indústria têxtil portuguesa que perdia seu cliente ⁴³ e não conseguiria organizar-se frente à concorrência dos gênero inglês.

No intuito de remediar a situação econômica em Portugal diante das novas regras introduzidas pelo Tratado de 1810, D. Rodrigo defendeu a Carta Régia de 7 de março de 1810, na qual criticava o sistema mercantil, desmontava o sistema alfandegário e priorizava a agricultura com uma série de reformas nos conformes das memórias apresentadas e aprovadas pela Academia de Ciências de Lisboa. A mais drástica reforma de D. Rodrigo atacava os direitos senhoriais e poderia promover, se tivesse vingado, uma reestruturação no campo. O plano de reformas foi criticado por conselheiros reais e ministros, D. Fernando José de Portugal e o visconde de Anadia, não saindo do papel; apesar das tentativas de D. Rodrigo, em 1809, com as suas instruções e com a Carta Régia ⁴⁴ de 1810.

⁴² Sobre as formas de produção fabril e artesanal ver o ótimo trabalho de Jorge Pedreira, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial Portugal e Brasil (1780-1830)*, Lisboa: DIFEL, 1994, especialmente o capítulo Guerra, Comércio Marítimo e Poder Colonial _ a economia portuguesa entre a prosperidade mercantil e o colapso do império luso-brasileiro.

⁴³ Alexandre, V., Um momento crucial do subdesenvolvimento português: efeitos econômicos da perda do Império do Brasil, *Ler História*, n. 7, 1986.

⁴⁴ Estes projetos de D. Rodrigo caracterizam uma viragem no seu pensamento desde a *Memória sobre os melhoramentos dos domínios da América de 1797*, existe uma crucial mudança a respeito da compreensão do desenvolvimento da América e suas relações com a metrópole que vai de uma matriz mercantilista a uma

Pelo Tratado de 1810, também a Companhia dos Vinhos do Alto Douro não mais tinha no Brasil um comprador costumaz e, por outro lado, tinha dificuldades em repassar seu produto para outros consumidores, abalando os negociantes e proprietários envolvidos na produção do vinho, pois quebrara-se o monopólio.

A entrada de alimentos e matérias-primas brasileiras, tais como o açúcar, café, algodão, couro, tabaco e cacau, sustentou as (re)exportações portuguesas entre o período de 1796-1807 ⁴⁵, assim com a interrupção do comércio colonial desde 1808, só se regularizando a partir de 1814 com o reestabelecimento das marinhas nacionais. Portugal viveu uma decadência comercial que se estendeu pela década de 1820. Desta perspectiva, perdiam os negociantes portugueses e os grandes contratadores. Ainda em 1814, os plenipotenciários portugueses em Viena, capitaneados por Palmela, tentam reverter o Tratado, oferecendo medidas contra o tráfico de escravos em troca de revogá-lo, o que permitiria reconduzir Lisboa à sua condição de entreposto internacional, reordenar as redes de comércio no Império e até repor o monopólio colonial ⁴⁶. A Inglaterra rechaçou a iniciativa.

Além disso, a crise atingiu a produção de grãos a ponto de Portugal precisar importá-lo da Grécia e Itália, afetando os camponeses, o Relatório da Comissão de Agricultura apresentado às Cortes, em 1821, falava da importação de 192 milhões de cruzados em cereais entre 1808-1819 ⁴⁷. Desse modo, a relação comercial entre Portugal e seus domínios ultramarinos, entenda-se majoritariamente com o Brasil, foi uma perda para a metrópole, na década de 1810, como mostra um quadro montado pelo estudioso italiano Adrien Balbi, em 1822, a partir dos balanços comerciais entre

proposta liberal. Ver Cardoso, J. L., *O Pensamento Económico em Portugal nos finais do século XVIII _ 1780-1808*, Lisboa: Ed. Estampa, 1989, p. 183-211.

⁴⁵ Alexandre, V., *Op. cit.*, Quadros I, II, III, p. 33

⁴⁶ Comentado por Bonifácio, M. de F., *Op. cit.*, p. 53-70.

⁴⁷ *Diário das Cortes*, 15/03/1821, p. 255-256, que afirmava: *...porem nestes ultimos tempos a causa mais immediata da ruina dos Lavradores, e Proprietarios, e por consequencia da Nação toda, he o vagaroso, nullo, e incerto consumo dos fructos, e o seu diminuto preço...*, entrando, cada vez mais, cereais estrangeiros, havendo um abandono por parte dos camponeses da agricultura, optando pelo pastorio ou deixando o país.

Brasil - Portugal feitas pelo estado e oferecido a D. João VI ⁴⁸. Era um documento econômico da época publicado com ampla divulgação.

De modo geral, havia tanto um déficit na balança quanto uma quebra do sistema de monopólio e uma extrema dificuldade em obter e gerir recursos para o erário público. A regência afirmava:

Por muitas vezes, Senhor, temos offerecido á Consideração de V. Mage. o estado da Sua Real fazenda, mostrando, que as rendas do Erario annuaes, que vão a diminuir á proporção, que diminue a riqueza dos particulares; que esta somma de nenhum modo pode chegar para as despesas actuaes, se não á força de huma mui severa economia, que corte os gastos, que se podem poupar em todas as repartições, que não carregue o erario com desembolsos extraordinarios, que pertubem a ordem regular dos seus pagamentos e o desacreditem, e que por meio de alguns sacrificios consiga restabelecer o equilibrio entre a receita, e a despesa, sem o qual será infallivel o perdão do credito, e inevitavel huma banca rota, cujas funestas consequencias devem assustar a todos os que sabem, que a Revolução, de que a Divina Misericórdia nos tirou, teve princípio no deficit, em que se achava a França no anno de 1789
⁴⁹.

Em contraponto, ocorreu uma reorganização do comércio e uma estabilidade econômica a partir do Brasil, marcadamente do Rio, o que também acabou por lhe conferir um caráter hegemônico no Império e proporcionou-lhe, no início do século XIX, mais um processo de autonomização perante Portugal do que uma tentativa de submetê-lo a um mando carioca. Não se trata, aqui, de considerar a vinda da família real o motivo deste processo de autonomia, que procedia do século XVIII com uma gama de tensões e transformações sociais. Antes, a mudança do estatuto do Rio numa corte e a proximidade com o rei colaborou para intensificar tal processo. De toda forma, não há uma relação de causa e efeito entre a chegada da família real e a independência, mesmo porque o desenlace da separação ocorreu no transcorrer de

⁴⁸ Quanto à formulação do quadro por Balbi baseado nestes balanços, ver Sousa, J. A. S. de, Aspectos do comércio do Brasil e de Portugal no fim do século XVIII e começo do XIX, RIHGB, Rio de Janeiro, 1970, t. 289, p. 3-25.

⁴⁹ ANTT, Ministério do Reino, Governadores do Reino, Registro de Cartas ao Príncipe Regente, Livro 318, Carta 482, 9/6/1817, fl. 29-30.

Comércio de Portugal com as nações estrangeiras (I):

ANOS	IMPORT. (mil cruzados)	EXPORT. (idem)	PERDAS (II) (idem)	GANHOS (II) (idem)
1796	31 631	40 033	—	8 401
1797	36 245	29 557	6 688	—
1798	36 823	37 634	—	811
1799	49 388	44 220	5 167	—
1800	50 078	51 712	—	1 633
1801	48 343	62 759	—	14 415
1802	44 855	53 513	—	8 657
1803	37 670	53 820	—	16 150
1804	44 602	52 652	—	8 049
1805	49 141	56 635	—	7 493
1806	41 102	58 138	—	17 036
1807	34 740	52 498	—	17 757
1808	6 851	14 527	—	7 676
1809	22 084	24 645	—	2 560
1810	42 629	31 304	11 324	—
1811	96 760	17 284	79 475	—
1812	86 005	26 146	59 858	—
1813	77 452	24 826	52 625	—
1814	56 648	43 917	12 730	—
1815	61 687	48 961	12 725	—
1816	44 674	40 446	4 228	—
1817	39 521	39 425	95	—
1818	49 200	42 320	6 879	—
1819	37 209	28 228	8 980	—

Fonte: *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve* de Adrien Balbi, Paris, 1822, 1^o. tomo, p. 441.

1822, quando as negociações com a Assembléia Portuguesa se inviabilizaram e uma série de protagonistas sociais do Rio vislumbraram, na separação, modos de garantir sua hegemonia política e social.

Se, externamente, se reorganizavam as linhas comerciais do Brasil com a Europa, internamente, a corte foi uma oportunidade para que negociantes locais deslanchassem na vida social, política, conquistando prestígio e aumentando sua riqueza.

Desde a década de 1790, no Rio, os homens de *grosso trato* controlavam o tráfego entre Brasil e África ⁵⁰, enquanto outros empreendimentos do império, predominantemente, ficavam nas mãos dos negociantes portugueses. Já o comércio de cabotagem, ligando o Rio de norte a sul, de Cabo Frio a Pernambuco, de Ilha Bela ao Rio Grande do Sul, dependia mais dos negociantes brasileiros e muito menos dos portugueses. A partir de 1816, ficou apenas sob o domínio dos primeiros, pois proibiu-se a participação estrangeira. Entre 1790 e 1830, os homens de grosso trato conseguiram fincar sua hegemonia comercial e consolidaram seus interesses no centro-sul do país, bem como passaram a financiar a coroa, prestando-lhe serviços e recebendo em troca a nomeação para ocupar cargos na Real Junta do Comércio, no

⁵⁰ Ao fazer um balanço do seu governo no Rio de Janeiro, entre 1769-1779, o marquês de Lavradio já assinalava a ascensão destes homens: *Aqueles negociantes que aqui passam por mais ricos, como Braz Carneiro Leão, Manuel da Costa Cardoso, José Caetano Alves, e alguns outros, têm constituído a sua riqueza e o seu fundo no maior comércio de comissões, que tem tido, isto é, de fazendas e navios que lhes tem sido consignados.* Em seguida, descrevia sua forma de atuação: *Como estes homens são mui activos e de verdade, e têm tido a fortuna de poderem dar uma pronta saída às fazendas que lhes vêm, de as reputarem bem, e de as passarem a pessoas que lhes façam mais prontos pagamentos, e de serem diligentes de procurarem novas cargas para a pronta saída de navios que lhes são encarregados, esta notícia, comunicada aos negociantes da Europa, os obriga a procurá-los por seus comissários, a dirigir-lhes à sua comissão os efeitos e embarcações que para aqui mandam.* Relatório do marquês de Lavradio, Vice-Rei do Brasil de 1769 a 1779, apresentado ao Vice-Rei Luis de Vasconcelos e Souza, seu sucessor, in Carnaxide, Visconde de, **O Brasil na administração pombalina; economia e política externa**, São Paulo: Nacional, 1940, p. 306. Quanto a situação destes negociantes, utilizo os seguintes estudos: Fragoso, J.L.R., **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; Florentino, M., **Em Costas Negras: Um estudo sobre o Tráfico Atlântico de Escravos para o porto do Rio de Janeiro, c1790-c1830**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; Gorenstein, R., **Comércio e Política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830)**, Martinho, L.M./ Gorenstein, R., **Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência**, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1993; Lobo, E. M.L., **História do Rio de Janeiro (Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)**, Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

Banco do Brasil, no Serviço do Paço, postos nos corpos de milícia, títulos de nobreza, honrarias, terras devolutas.

Amaro e Manuel Velho da Silva, Luis de Sousa Dias, Antonio Gomes Barroso, Fernando Carneiro Leão, explorando suas relações pessoais, compraram ações do recém-fundado Banco do Brasil e auxiliaram o Estado em outros serviços, recebendo em troca cargos e títulos. Eles formavam *um pequeno e abastado grupo de empresários com práticas monopolistas e especulativas* ⁵¹. Porque detinham o controle da navegação _ ao construírem suas embarcações, principalmente tumbeiros, do circuito comercial envolvendo comissários, consignações, firmas e seguradoras, do financiamento que se baseava numa extensa cadeia de dívidas e créditos, bem como se valiam de situações conjunturais para vender, transportar e comprar determinado produto. Eles criaram um sistema de seguradoras formadas a partir da associação de diversos negociantes, incluindo os de menor cacife, onde o crédito de um e a dívida de outro somadas acabavam por garantir o capital para arcar com esse comércio à distância, já que o risco de perder uma embarcação ou uma demora prolongada em porto africano poderia ter um custo tão alto que um único empreendedor não suportaria. Assim funcionavam as seguradoras *Indemnidade, Providente, Permanente* e, mesmo quando os comerciantes ingleses desembarcaram no Rio, eles se associaram a muitas firmas locais ⁵². Destas atividades comerciais e do tráfico nasceu uma acumulação de capital interno no Brasil e uma gama de relações entre grandes e pequenos negociantes, proprietários, que, aos poucos, financiavam o estado.

Havia, então, um sistema comercial interno à colônia que descortinou, na instalação da corte um modo de ascensão social e de ocupar a cena pública e política. O caso mais conhecido, e certamente o mais exemplar da trajetória de um negociante deste naipe, foi a família Carneiro Leão ⁵³, cujo começo da riqueza se deu no século XVIII com a vinda do filho de lavradores, Brás Carneiro Leão, para o Rio. Ao longo

⁵¹ Fragoso, J. L. R., *Op. cit.*, p. 180. O autor sugere que este grupo de elite seria constituído de 20 a 30 pessoas.

⁵² Este sistema de autofinanciamento colonial também ocorria na Bahia, Fragoso, J. L. R., *Op. cit.*, p.205. O autor também comenta, na mesma página, que o sudeste do Brasil garantia o seu próprio financiamento.

⁵³ Gorenstein, R., *Op. cit.*, p. 198-207 e Baependi, Senador conde de, *Apontamentos biográficos da família Braz Carneiro Leão*, RIHGB, n.43, 1880.

de sua vida foi caixeiro, trabalhou como agente e consignatário de uma firma portuguesa, importou escravos da África e manufaturas de Portugal, revendeu mercadorias e almas nas praças de São Paulo, Minas, Mato Grosso e Goiás, comprou casas, terrenos e propriedades urbanas, casando-se com a filha de um rico negociante do Rio. Adquiriu propriedades rurais, serviu ao Estado e foi honrado com o hábito de Cristo. Seu filho, Fernando, bem administrou a firma Carneiro, Viúva e Filhos. Ao contrário do pai, fez um estágio em Lisboa, na firma Pedra & Cia, casando-se com a herdeira. Foi fidalgo cavaleiro, agraciado com o hábito de Cristo e o coronel do 1º. Regimento de Cavalaria de Milícia, chegando a guarda-roupa da câmara de D. Pedro. Sua firma foi a maior do Rio, associando-se inclusive a ingleses. Tornou-se grande latifundiário também pelas terras concedidas por D. João. Maria Graham ⁵⁴ surpreendeu-se com a baronesa de São Salvador dos Campos de Goitacazes, viúva do patriarca, sogra do Intendente da Polícia Paulo Fernandes Viana e dama da Imperatriz Leopoldina. Impressionou-se com a educação das filhas, o fastio da casa, louçaria e mobiliário.

Estes negociantes ocuparam cargos na burocracia recém instalada, fosse no Serviço do Paço que contava _ segundo Luccock _ com mil funcionários ⁵⁵, fosse com sua atuação no senado da Câmara. Assim ganharam projeção e ocuparam este espaço para discutir a expansão da cidade, o abastecimento de gêneros alimentícios, a organização das festas reais ⁵⁶.

Paralelamente, se aproximavam do rei e se transformavam, mais e mais, em homens de corte ao serem lisonjados com títulos, mercês, honrarias, nomeações,

⁵⁴ Graham, M., *Diário de uma Viagem ao Brasil*, Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1990, p. 270-273.

⁵⁵ O autor indicava 1000 funcionários vinculados à corte e outros 1000 funcionários públicos que atuavam em diversos órgãos. Luccock, J., *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1975, p. 29.

⁵⁶ Gouvêa, M. de F. S., *O Senado da Câmara do Rio de Janeiro e o Projeto Imperial Luso-Brasileiro. 1750-1820*, Projeto de pesquisa, Niterói, UFF. A autora salienta que entre os principais temas do Senado da Câmara encontravam-se: estes relacionados ao cotidiano e à administração colonial, além das *representações coletivas acerca da mística do poder real na colônia e a relação entre a crise do sistema colonial e o projeto imperial luso-brasileiro*, p. 2. Gostaria de indicar que a preocupação com o abastecimento de gêneros era perpassado por uma redefinição de mercado que opunha dois grupos de senhores, negociantes e fazendeiros, bem como realçar que a própria cidade e sua gestão são atentamente avaliados perante as mudanças vividas.

condecorações, tenças e serventias de ofícios, geralmente distribuídos em alguma ocasião festiva, como por exemplo: o aniversário, batizado ou casamento de um membro da família real. Estas honrarias vinham, em geral, acompanhadas de ganhos econômicos, como a concessão de um serviço do estado, o acesso à terra e à sua propriedade, bem como criava relações de poder, na esfera pública e do governo, pautadas nas dinâmicas pessoais, nos casamentos e parentescos.

Por outro lado, ao ocupar tais cargos, muitos homens da elite financiavam obras públicas que poderiam ser-lhes bastante úteis. Neste sentido, incrementaram a construção de pontes e estradas ligando Rio-Minas-São Paulo, contribuindo para o crescimento comercial da região, ou promoveram um embelezamento da capital, assentando o calçamento, revendo a distribuição de água e dando continuidade às mudanças, que vinham desde o fim do século XVIII, como se deu com o Valongo, o saneamento das ruas, o chafariz de mestre Valentim ⁵⁷.

Várias pesquisas se detiveram na reconstrução da formação da elite do centro-sudeste, denotando sua diversidade, a preponderância dos negociantes, a organização das maneiras de fazer o comércio, sem contudo haver pontos pacíficos e concordâncias plenas entre tais estudos. Antes permitem perceber os interesses em jogo e as personagens sociais que aí emergem. Por ora, ratreio estes grupos em choque e que vão, de acordo com a conjuntura, se aliar a fim de efetivar a emancipação política do Brasil no início da década de 1820. Porque também está em jogo: a formação e estabelecimento de um mercado de bens, produtos, serviços, trabalhos e quem o domina ou como exercer tal dominção. Daí certo tom sociológico do meu texto nesta altura.

Havia também um fluxo comercial interno ao sudeste, que interligava Minas, Rio, São Paulo e o sul do país, realizado por tropeiros e negociantes, que também ansiavam por atuar com maior vigor no âmbito político ⁵⁸. Eles atendiam a três

⁵⁷ Marques, M. E. C. M./ Siqueira, V. B. C., O Rio de Janeiro Setecentista: a História da Construção da Capital, Gávea, Revista de História da Arte e Arquitetura, PUC-RJ, 1989, n. 7, p. 193-195 _ agradeço a Fernanda Bicalho a indicação deste artigo

⁵⁸ A pesquisa capital sobre a conformação desta elite e seus interesses políticos é de Lenharo, A., As tropas da moderação, São Paulo: Símbolo, 1979.

núcleos de abastecimento: externo atendendo a Lisboa, Porto e a região do Prata, com sal, azeite, carne salgada; interno e baseado na cabotagem que incluía Santa Catarina, Rio Grande do Sul, outras áreas próximas ao Rio de Janeiro, para onde revendiam couro, trigo, arroz e milho, hortaliças. Outro núcleo interno cujas rotas eram terrestres e atingiam São Paulo, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, com gado em pé, queijos e cereias. Eles dominavam o setor de abastecimento, usando a mesma estrutura mercantil do comércio exterior, sendo que havia firmas nas duas frentes de negócios como a Carneiro, Viúva & Filhos.

Esta rede de abastecimento interno implicava fazendas no interior do país, firmas de tropas dissociadas das casas comerciais cariocas, feiras, pousadas e cabotagem. Assim ela se estendia por todo sul-sudeste, bem como, prestavam vários serviços à coroa ao construir estradas, rotas comerciais, aparelhos burocráticos, e acabavam sendo recompensados com terras ⁵⁹. Antonio da Silva Prado, depois Barão de Iguape, começou como arrematante de contratos de cobrança de impostos, negociou açúcar, animais e outros gêneros, foi senhor de engenho e até banqueiro. Como alertou Sérgio Buarque de Hollanda ⁶⁰, a elite brasileira, do início do século XIX e primeiro reinado, era fortemente composta por negociantes, tanto preocupados em estabelecer e incrementar o mercado, quanto empenhados em demarcar um espaço de participação política.

Por outro lado, entre 1770-1790, as lavouras de cana-se-açúcar, anil, tabaco, algodão e alimentos expandiram muito nos arredores do Rio de Janeiro, ocupando terras devolutas, áreas de posseiros e sesmarias que pertenceram à Companhia de Jesus ⁶¹. Houve, segundo Salles Oliveira, na região de Campos de Goitacazes e no Recôncavo da Guanabara, uma mercantilização da terra que expulsava os antigos

⁵⁹ Lenharo afirma sobre a Junta de Comércio criada em 1808: *Esse tribunal funcionava como uma câmara consultiva, formada por diversos deputados que propunham projetos administrativos fundamentais para o governo joanino. A Junta recolhia impostos que, sob seus cuidados, eram investidos em obras de grande envergadura que moldaram as bases de infra-estrutura administrativa no Centro-Sul.*, Op. Cit., p. 59-60.

⁶⁰ Ver o prefácio deste autor a Petrone, M. T. S., *O Barão de Iguape - um empresário da época da Independência*, São Paulo/Brasília: Ed. Nacional/INL, 1976. No livro, aparece a organização dos negócios, o controle contábil, as redes de comércio de Antonio da Silva Prado e a sua trajetória de vida.

posseiros, os pequenos arrendatários e os índios, em favor da formação e estabelecimento de uma propriedade rural particular que produzisse em grandes quantidades. Esta dinâmica de mercantilização passou a incorporar os homens livres pobres as estas propriedades, porque precisavam empregar sua mão-de-obra na produção de alimentos para a escravaria, o que vinha instaurar e/ou reforçar as relações de favor entre eles.

Surgiram nesta região grandes unidades produtivas, como por exemplo: a Fazenda de Goitacazes, *que em 1779 era trabalhada por 1400 escravos, (sendo) adquirida em 1781 por Joaquim Vicente dos Reis e seus sócios, um dos grupos de arrematantes de contratos da capitania que maiores dívidas havia contraído com a Fazenda Real. Entre os fins do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, Vicente dos Reis havia transformado a fazenda em uma empresa altamente lucrativa. Em 1820, a fazenda de Goitacazes abrangia engenhos, plantações, cinco currais e vinte mil caeças de gado, uma fábrica de louças, provavelmente empregando mão-de-obra indígena, 1600 escravos, além dos lavradores de cana fixados em terras aforadas e arrendadas* ⁶².

Por um lado, estes produtores rivalizaram com o grupo de atacadistas, homens de grosso trato e tradicionais plantadores da província. No entanto não podiam se desvincilhar do sistema de endividamento que com eles os mantinham e lhes garantia a continuidade dos negócios. No entanto, dentro de suas próprias propriedades ou nos seus arredores, se depararam com esta ampla camada de homens livres pobres e índios desligados da terra _ tal qual estavam habituados _ pelo processo de mercantilização e, ao mesmo tempo, empregavam o trabalho escravo. Deste “modo de produção” e de se apropriar da terra nasceu um grupo de senhores enriquecido pelas lavouras mercantis, que comercializava gêneros no mercado interno e destinados à exportação, no qual se destacaram Gonçalves Ledo e Clemente Pereira.

⁶¹ Oliveira, C. H. L. de S., *Astúcia Liberal _ relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*, São Paulo: USP, Tese de doutoramento, 1986, sobretudo o capítulo: A exploração da terra e do trabalho, trata desta organização da produção e da forma de obtenção da propriedade da terra.

⁶² *Idem*, p. 90.

Ao final do século XVIII, este grupo conseguiu acesso aos postos de oficiais nas milícias e ordenanças, assegurando também um controle sobre os homens livres pobres que ficavam sob o seu comando e, em parte, lhes financiavam os uniformes e alimentação. Outro sinal da mudança de sua importância social e política se deu com o envio de seus filhos às universidades européias, tornando-se bacharéis que poderiam ocupar cargos na burocracia do império. Por seu turno, este grupo de produtores, ávidos por ampliar sua atuação e força no mercado, vislumbraram, na instalação da corte, um modo de participar ativamente do jogo político e, igualmente, de criar um conjunto de regras que lhe fosse mais propício no que tange à regulamentação do mercado, organizado até então muito mais em benefício do grupo anterior.

É bom notar que parte dos lucros destes homens de *grosso trato*, dos grandes negociantes externos e ligados à rede de abastecimento, financiava os gastos de apoio ao Estado, os agrados a funcionários, à filantropia e diversas irmandades, além de um estilo de vida na corte onde as aparências muito contavam e acabavam por contribuir na definição do lugar social do indivíduo. Desse modo, o Rio tornou-se a corte de D. João, porto mercantil, ladeado de fazendas e engenhos, pólo de tropeiros, base dos negócios ingleses, lugar de festas majestosas.

A cidade ganhara uma magnitude que nunca tivera, mas prenunciada ao final do século XVIII ⁶³, com uma elite composta de funcionários graduados da burocracia, a aristocracia e negociantes lusos que vieram com D. João, oficiais, comerciantes e diplomatas ingleses, os negociantes de terra de menor envergadura, os de *grosso trato*, fazendeiros, proprietários de terra e de escravos, donos de áreas urbanas, sendo que um mesmo homem poderia assumir diversas atividades na burocracia e/ou a serviço do estado ao mesmo tempo ou exercê-las ao longo de sua vida. A elite local, com escravaria, lavouras em grande escala, casas de comércio, construções navais, firmas, seguradoras estava disposta e interessada em ocupar a cena pública e

⁶³ A própria estrutura da cidade se modificou entre 1790 e a chegada da Família Real, seja na valorização da figura do negociante, seja na construção de espaços públicos, seja na reorganização dos espaços da cidade e de

encontrou na presença do monarca, na instalação de um amplo e poderoso aparelho burocrático e jurídico, formas de efetivar os seus anseios, embora convivessem cotidianamente com os marinheiros ruidosos, os escravos, os forros, os fugidos e os desertores, sobre os quais suas riquezas se alicerçavam. Ora, tais personagens em cena viam na corte uma forma de sociabilidade que respondia a seus anseios de prestígio e interesse político, sem perder de vista suas diversidades.

A burocracia, neste momento, cresceu tanto com o Desembargo do Paço, a Mesa de Consciência e Ordens, Ministérios do Reino, Marinha e Ultramar; Guerra e Negócios Estrangeiros, Erário Régio, Junta do Comércio, Agricultura e Navegação, quanto com a criação de uma rede de informações e saberes úteis ao estado, quer com a Imprensa Régia, a Escola Militar, a Fábrica de Pólvora, a própria Missão Artística, entre outras iniciativas que auxiliavam no andamento da burocracia e contribuía para um refinamento da sociabilidade que a condição de corte exigia. O papel desta burocracia foi crucial para o estado brasileiro, pois vinculava o Rio às outras províncias e, apesar da sua semelhança com a burocracia portuguesa, instalava aqui um aparelho de estado centralizado, com sua rotina e mecânica, que concorriam para fixar uma soberania no Rio de Janeiro frente às outras províncias do Brasil. Como notou Alan K. Manchester:

The creation of the mechanism of a sovereign state in Brazil, parallel to and co-equal with the prototype in Lisbon, produced a centralized, national bureaucracy which looked to Rio de Janeiro as the source of authority. At the same time, the bureaucracy of the provinces was expanded within the framework of the traditional absolutist colonial administration with its focus now in Rio de Janeiro. This bureaucracy, both national and provincial, provided a ready-made administrative structure with experienced personnel for an independent Brazil ⁶⁴.

Para governar a cidade enquanto corte, foi instituída a Intendência Geral de Polícia, nos moldes da portuguesa, um órgão público de caráter administrativo e judiciário voltado para a cidade do Rio de Janeiro, cujas funções recobriam desde o

hierarquia social, seja na atuação do Senado da Câmara. Ver: Gouvêa, M. de F. S., **Op. cit.** e Marques, M. E. C. M./ Siqueira, V. B. C., **Op. cit.**

calçamento da rua, reparos nas estradas, aterro de pântanos, matrículas de estrangeiros, fornecimento de passaportes, cobrança de pedágios nas estradas e pontes, autorização e fiscalização de loterias, correspondência com as províncias, regulamentação da entrada e saída de pessoas da cidade, tropas e gado, até a vigilância das ruas, o controle social e policesco dos ditos vadios, desertores, escravos fugidos e dos desordeiros. A Intendência visava controlar os habitantes da cidade e, igualmente, se responsabilizava pela organização da sua rede “urbana”, sendo que a maior parte das construções e dos serviços públicos era realizado pelos presos _ libertos e/ou escravos _ sob a alçada da Intendência, pelos escravos alugados pelo estado e os negros ditos emancipados. A Intendência vigiava os habitantes da cidade e, ao mesmo tempo, se incumbia de dotar o Rio de Janeiro de uma feição de uma cidade que se comportava enquanto corte.

O primeiro Intendente nomeado, Paulo Fernandes Viana ao avaliar a sua gestão, comentou tanto a sua ajuda financeira _ leia-se da família Carneiro Leão, pois era casado com uma das suas raparigas _ para vigiar e melhorar a cidade, quanto seus esforços em iluminar as ruas e promover as festas reais e, especialmente, salientava a sua preocupação com a ordem no mundo do trabalho, buscando combater os *vadios*:

Omitto outras mais pequenas obras, como a do sitio da Penha, e continuos reparos de estradas e ruas a que acudi, sendo objectos principalmente a que o senado devia providenciar, e de que a intendência se podia dispensar a não se inflamar sempre pelo melhoramento de couzas que interessavam o bem público, e o que e mais, entrettenham a classe de artífices e de jornaleiros, que, seguros da sua subsistência; melhoravam de costumes, e não tinham ociozidade para se darem, como costuma succeder, aos vicios que sempre acarretam grandes males à sociedade ⁶⁴.

⁶⁴ The Growth of Bureaucracy in Brazil, 1808-21, *Journal of Latin American Studies*, Cambridge University Press, V. 4, Part I, 1972, p. 83.

⁶⁵ Abreviada demonstração dos trabalhos da policia em todo o tempo que a serviu o desembargador Paulo Fernandes Viana, *RIHGB*, 1892, t. 55, Parte 1, p. 377. Também se pode acompanhar a diversidade de encargos da Intendência e sua atenção em vigiar e controlar a circulação de bens e pessoas pela cidade, bem como Paulo Fernandes Viana compreendia a sua atuação na condição de um trabalho em prol da civilização. Reis, M. de F.,

Boa parte dos viajantes, que passaram pelo Rio de Janeiro nesta década de 1810, reconhecia as suas mudanças, indicando um refinamento da sociabilidade que se estendia às moradias, aos móveis, às roupas, às jóias, aos adornos, à etiqueta, ao comer e beber, à importação e uso de objetos que faziam seu dono mais elegante ou à vontade, numa sociedade de corte que propiciava o aparecimento ou a expansão de novos serviços: a modista francesa, os tecidos importados, o cabelereiro, o professor de dança, os préstimos de um pintor ⁶⁶, a par de incentivar as idas ao teatro, aos banquetes e bailes, às missas solenes, sobretudo se contassem com a presença de alguém da realeza. O comerciante inglês Luccock afirmava em 1818:

Entre os edificios públicos, esses ornamentos da cidade, podem ser enumerados uma igreja nova, várias capelas e campanários, um novo tesouro e uma nova Bolsa. As casas particulares revelavam quantidade maior de mobília, seu estilo estava modernizado e adaptado à situação superior de seus possuidores. Sua maneira de vestir-se fizera-se mais respeitável; suas mesas paraeciam cobertas de variedade maior; os mercados eram supridos mais e melhor, não somente com os comuns artigos sólidos de primeira necessidade, como ainda de aves, caças e frutas ⁶⁷.

Tal refinamento da sociabilidade atravessava as esferas pública e privada. As ruas foram calçadas, a própria Quinta da Boa Vista ganhou aspectos de um palácio, conforme explicitou pedagogicamente Debret ao desenhá-la em diversos momentos, denotando a evolução deste edifício e, por sua vez, estas áreas públicas guardavam uma coerência com o zelo em ser bem educado, estar em dia com a moda, em alterar os hábitos de alimentação, em portar-se adequadamente em um baile de acordo com as regras, muitas vezes, divulgadas por professores ou pelas folhas avulsas de etiqueta editadas.

A Intendência Geral da Polícia da corte e do estado do Brasil: os termos de bem viver e a ação de Paulo Fernandes Viana, *Anais da II Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo, 1983.

⁶⁶ Os anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro* permitem vislumbrar esta oferta de trabalhos ao longo da década de 1810. Por exemplo: em 1811, um professo de dança anunciava e direcionava a sua clientela: *a todas as pessoas civilizadas desta cidade que elle propõe ensinar todas as qualidades de Danças próprias para a sociedade* (13/julho/1811) ou a notícia de que Simplicio João Rodrigues de Sá, um artista retratista, estava se mudando de endereço (2/dezembro/1812).

⁶⁷ *Op. cit.*, p. 364.

Procurava-se criar e consolidar um comportamento que fosse útil e coerente nestas duas esferas, prezando a figura do pai e do rei _ correlacionando um ao outro e implicando uma noção transitiva de que o bom pai seria um bom rei, ou seja, um bom senhor age bem em quaisquer destas esferas, sem necessariamente valer-se das mesmas qualidades ou dos mesmos procedimentos em ambas. Neste sentido, as práticas e os envolvimento pessoais não se encontravam fora do governo e sua efetivação, antes dele participavam. Então entre tal sociabilidade e o governo, haveria uma coerência em que, em última instância, os elementos se reforçariam mutuamente, com racionalidades parecidas, cuja principal finalidade consistia na obtenção da obediência de muitos e na perpetuação desta ordem, demonstrando a violência que latejava nesta elaboração de poder. Exemplificando: um negociante capaz de administrar sua família, sua domesticidade e seu bens, que agisse de acordo com o comportamento católico _ frequentando as missas, cultivando o hábito de orar, distribuindo esmolas, contribuindo para uma irmandade _ estaria apto a participar do âmbito da política, para discutir o governo, a divisão dos poderes, as leis a serem formuladas e implantadas, o contrato social vigente e a questão da soberania, que foram objeto de conversas, discordâncias e negociações nas livrarias, tipografias, lojas maçônicas de então. Contudo tais formulações notabilizavam-se por assegurar uma sociedade escravista, marcada fundamentalmente pela desigualdade social. Nesta mesma linha de raciocínio, recorde-se que a argumentação que vituperou a persona D. Pedro no Brasil o caracterizava como um amante desenfreado, desprezando a boa imperatriz, apegado às paixões, autoritário na política, enérgico demais, destituído de senso de justiça ao privilegiar os portugueses e/ou colocar-se acima da lei. Este repúdio atingia sua vida em família e de governante, transitando da esfera pública à privada.

Com um aumento significativo da população neste momento ⁶⁸ houve também a sua redistribuição pelo Rio de Janeiro. Os negociantes nacionais, aristocratas, altos funcionários e estrangeiros preferiam morar nos arredores da cidade, instalando-se

em Botafogo, Catete, Laranjeiras, São Cristóvão, Mata Porcos e, por outro lado, vários órgãos públicos passavam a cercar o campo de Santana, sem desalojar entretanto o chafariz das lavadeiras, o pelourinho ou expulsar os escravos que aos sábados e domingos aí dançavam suas músicas. Um relato de viagem chegou a calcular uma cifra de 10 a 15 mil negros nestas festas e afirmava:

É uma recreação muito curiosa, e oferece um espetáculo singular de alegria, tumulto e confusão, que provavelmente não é possível ser visto na mesma escala em outro país fora da própria África ⁶⁹.

Na Tijuca, Santa Teresa e no Corcovado existiam quilombos, bem como nos arredores da cidade em Miriti e Iguaçu, por exemplo. Nesta freguesia de Santana, concentrava-se uma gama variada da sociedade carioca: os órgãos públicos, um comércio varejista, as atividades manufatureiras e artesanais, até os cortiços e casebres da gente pobre ⁷⁰, além de se tornar local de paradas militares e das maiores festas reais, sendo que aí foi construída a varanda da aclamação de D. João e D. Pedro. Para cá afluía a população diversificada da cidade. Logo, eleger este campo uma área de festas oficiais e da realeza significava também assegurar que a maior parte da população as assistisse e/ou dela participasse. Dito de outro modo, a realeza também não podia se isolar em alguma residência ou num ponto qualquer do Rio; era fundamental que seus signos e sentidos circulassem pelo tecido social, fossem comunicados e, de alguma forma, apreendidos. Assim o Rio de Janeiro tornava-se um rico e diverso universo cultural ⁷¹.

Esta presença do rei implementou de vez e intensamente um calendário calcado em festas, que entremeavam as da religião católica às da realeza. Havia uma

⁶⁸ O censo realizado em 1821 por ordem de D. Pedro indicava 43.139 livres e 36.182 escravos no Rio de Janeiro, já suas áreas suburbanas contariam com 14.466 livres e 18.908 escravos. Mappa da População da Corte e província do Rio de Janeiro em 1821, RIHGB, 1870, t. 33, p. 137.

⁶⁹ Citado in Algranti, L. M., *O Feitor Ausente _ Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro - 1808-1822*, Petrópolis: Vozes, 1988, p. 144.

⁷⁰ Kato, R. M., *Revolutas de rua: o Rio de Janeiro em 3 momentos (1821 -1828 - 1831)*, Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de mestrado, 1988, p. 33.

⁷¹ Como bem sintetizou Mary Karasch: *Because of the ethnic diversity of the city, they developed a new Afro-Cariocan culture that combined many African and Luso-Brazilian traditions. Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*, New Jersey: Princeton University Press, 1987, p. 214.

divisão e distribuição entre os dias de grande gala ⁷², abarcando os aniversários de D. João, da rainha e de D. Pedro, o dia de Reis, a primeira oitava da Páscoa, a procissão de Corpus Cristi na capela real e o nome do rei; já a simples gala incluía a data de chegada da família real, em 7 de março, outros aniversários reais, a procissão de Corpus Cristi pela cidade, o dia dedicado ao coração de Jesus, o Natal. Tratava-se de datas oficiais promovidas pelo estado ou a ele ligadas, que movimentavam as personagens da cidade através dos cortejos, das procissões, dos banquetes, cavalhadas, iluminações.

Em meio à cidade, também surgiam as festas negras/escravas de forte traço religioso, voltadas para um santo de sua devoção, celebradas nas ruas, igrejas e com a atuação das irmandades, nas quais os negros cultivavam danças, músicas, credos _ considerando as procedências e vitalidade da cultura africana, isto é ao mesmo tempo podiam venerar Nossa Senhora da Lampadosa, Nossa Senhora de Belém e eleger um rei congo ⁷³, promover batuques, curar-se com suas práticas medicinais _ e aproveitavam, muitas vezes, a oportunidade para realizar uma fuga ⁷⁴. Havia, em certa medida, um trânsito dos signos entre uma festa e outra e, por sua vez, tais celebrações negras/escravas constituíam um calendário social que ora coincidia com o oficial, ora dele se afastava. Aqui, é importante assinalar um aumento do volume de festas, mobilizando a cidade e que configuravam uma liturgia do poder.

⁷² Uso aqui o calendário publicado no Almanaque do Rio de Janeiro para o anno de 1816, **RIHGB**, 1965, t. 268, p. 180-181.

⁷³ Os negros do Rio de Janeiro comemoravam, em geral no dia de Reis, dedicado também a São Balthazar, um rei mago negro, a coroação do rei de congo na Igreja de N. Sra. da Lampadosa. Esta festa mobilizava várias nações negras e constituía-se através de uma série de elementos representativos da realeza que também circulavam pelo tecido social e basculavam a própria noção de realeza. Mary Karasch conta sobre este reinados dos congos: *When the procession reached the church, only the king, queen, and their vassals entered. Once throned, the chaplain crowned them, afterwards taking them to the sacristy to read and sign the coronation document. In one such coronation that took place on 7 October 1811, in the church of Nossa senhora da Lampadosa, Caetano Lopes dos Santos and Maria Joaquina of the Cabundá (Mbundu) nation werw crowned king and queen. Theu had been "elected by their nation" and had received the approval of the chief of police. In testimony thereof, the chaplain of the brotherhood and "the crowned kings" of the other African nations signed the coronation document. After the religious solemnity, the royal couple presided over a popular celebration in their honor in S. Domingos. During the afternnon the slaves put on other theatrical dances nd entertained tehmselves with the batuque.* **Op. cit.**, p. 249.

⁷⁴ Entre outros casos, cito a notícia da **Gazeta do Rio de Janeiro** de 25/fevereiro/1809 que avisava a fuga de uma escrava descrita em suas marcas e sinais, indicando o dono e o endereço justamente no dia de Entrudo.

A população da cidade cresceu tanto pela transferência da corte quanto devido à entrada maciça de africanos. Apesar do acordo com a Inglaterra para diminuir e cessar o tráfico, este foi um período de intensa chegada de negros, homens jovens de preferência, vindos principalmente do centro-oeste africano e sendo denominados de várias formas no Brasil: negro, pardo, mulato, crioulo. Exercendo diversos trabalhos nas casas, qualificados ou não, servindo de aluguel que circulavam pela cidade, nas tavernas, nas praças, nas ruas, nas casas, nas igrejas, alfândegas, mercados, no porto, estando sujeitos aos castigos físicos, à prisão e ao trato violento diário e contínuo, que a própria condição de escravo embutia, o que não significa uma anulação de seus anseios, de seus desejos e modos de significar suas vidas _ fosse num plano pessoal, fosse coletivamente ⁷⁵. De todo modo, a presença negra/escrava tornou-se, neste início do século XIX, parte integrante e crucial do Rio de Janeiro.

Ao gerar riquezas, os escravos eram motivo de atenção, vigilância e punição do poder público e reiventavam modos de criar sua existência nesta terra estranha, debatendo-se entre a cultura africana, suas relações anteriores, e as novas condições de vida, frente aos contatos culturais com os brancos livres pobres e outros negros _ livres, forros, fugidos, aquilombados, escravos de ganho e das fazendas, os emancipados sob guarda e serviço do estado⁷⁶.

Neste início do século XIX, os pequenos proprietários conseguiam adquirir a propriedade cativa, tal qual a *descrição densa* feita por esta autora de um arrendatário, Antônio Felipe de Oliveira, em 1832, *que vivia com a família "mariscando cascas d'ostras", o que fazia com a ajuda de três escravas*. Ou então o casal de pretos forros, pescadores,

⁷⁵ Ver Slenes, R. W., *Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX*, RBH, São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1988, v. 8, n. 16; Castro, H. M. M. de, *Das Cores do Silêncio - Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista - Brasil - Séc. XIX*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, especialmente o capítulo, *Conflito e coesão na comunidade escrava*; Gomes, F. dos S., *Histórias de Quilombolas _ Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

⁷⁶ Hebe de Castro bem sintetizou as relações entre estes homens pobres, negros, escravos, mulatos: *O caráter plástico e flexível das hierarquias sociais, desde o período colonial, e as lealdades verticais que engendrava, sempre retornam às análises sobre a sociedade brasileira tradicional. Tentei mostrar, entretanto, que este movimento, para livres ou escravos, não dependia apenas de seu sentido vertical, não se esgotava na incorporação, por dependentes ou escravos, de códigos exclusivamente senhoriais ou brancos. Sua*

que eram senhores de uma escrava em 1824 ⁷⁷. Afora pertencer a um senhor de mínimas posses, os escravos ainda podiam partilhar os espaços das oficinas e manufaturas com outros homens livres pobres, além das ruas, praças, portos, tavernas. Ao aprender um ofício, valorizava-se o preço do escravo no mercado. A fábrica de pólvora da Lagoa operava, na década de 1810, com mais de 100 escravos. A oficina de José Vieira Sarmiento, que produzia pente de tartaruga, contava com 11 escravos e 9 alugados trabalhando, sendo que exerciam funções de aprendizes e oficiais junto às prensas, fogareiros. A loja de latoeiros de Maria de Jesus Pegas, viúva de José Roiz Pegas, tinha por oficial um escravo ⁷⁸. O mundo do trabalho e a convivência na cidade, criavam oportunidades de encontros e conversas na rua entre os escravos, negros, pobres livres libertos, e também não se pode desprezar, neste sentido, a frequência à milícias de pardos, negros e mistas, ou as irmandades que congregavam livres, forros, escravos ⁷⁹.

Enfim, entre os escravos, os negros, os mulatos, os pobres livres, havia uma circulação de idéias, vivências, discordâncias, necessidades, violências. Noutras palavras, havia uma preocupação em vigiar e controlar a presença e circulação escrava e dos livres pobres e forros, assegurando que trabalhassem e não suscitassem a desordem social. Aí também aparecia uma gama de portugueses de pequeno cabedal que viera com a instalação da corte, formando pequenas lavouras, investindo no comércio miúdo, prestando serviços na área urbana principalmente na função de

plasticidade lhe permitia apropriações diversas. Apropriações que potencializavam e dependiam também de coesões horizontais, daí sua força e efetividade. Op. cit., p 160.

⁷⁷ *Idem*, p. 36.

⁷⁸ Andrade, R. G. de, *Burocracia e Economia na primeira metade do século XIX (A Junta do Comércio e as atividades artesanais e manufatureiras na cidade do Rio de Janeiro: 1808-50)*, Niterói, UFF, Dissertação de mestrado, 1980, p. 144, 139-140, 126, respectivamente.

⁷⁹ Russell-Wood comentou que as irmandades e milícias propiciavam esta convivência entre estes negros/escravos/libres. Ele afirmou quanto às milícias do século XVIII uma prática que também se estende ao início do XIX: *They were composed mainly of white inhabitants of a given region but annexed to the regiments (terços) were companies of freedmen of African descent under their own commanders. For security reasons, and because of the difficulty of finding enough free blacks and free mulattos within certain areas to form a regiment, it was rare for coloured militia groups to exceed company standing in rural areas.* A respeito das irmandades, o autor apontou o reconhecimento oficial da sua importância: *The vital role played by such brotherhoods in furthering the adaptation and social integration of the black and mulatto slave and freedman in colonial Brazil was recognized by the crown, municipal councils, and colonists.* Russell-Wood, A. J. R., *The Black Man in Slavery and Freedom in Colonial Brazil*, New York: St. Martin's Press, 1982, p. 85 e 158 respectivamente.

caixeiros ⁸⁰, arranjando-se no funcionalismo público, que se encontravam, aos trancos e barrancos inclusive, com esta população negra, pobre, livre, mulata, escrava, muitas vezes encarada pela autoridade pública sob a chancela de *vadia*.

Igualmente, esta presença negra/escrava suscitava uma apreensão entre os senhores e o estado devido ao temor de que se repetisse uma nova São Domingos, e à tensão a ser exercida, no cotidiano, um controle social e criminal das suas atividades.

Também residia, circulava, trabalhava aqui e acolá uma população pobre que podia tanto exercer um ofício, como o caso caixeiros de forte presença portuguesa, quanto constituir-se de um grande número de praças que serviam nos regimentos de infantaria, milícia, artilharia, quer do Rio, quer das vizinhanças ⁸¹.

A cidade era dividida entre regimentos e quartéis, sendo que a sede do mando militar incidia no próprio palácio. Cabendo a cada quartel o domínio daquela região. Os praças circulavam pela cidade, com ou sem uniformes, encarregados de vigiá-la, andando pelas ruas recentemente iluminadas e pelos trajetos determinados pelo traçado das ruas ou pelos oficiais. Apesar desta tarefas, a vida do recrutado exigia trabalho compulsório, um deslocamento frequente de um lugar a outro. Sendo mal remunerado, procurava outras formas de melhor garantir a sua sobrevivência ou então de atender às suas vontades. Luccock acidamente comentou a respeito destes praças no Rio de Janeiro:

Seu aspecto geral é aquilo que se poderia esperar dos seus vencimentos miseráveis, da sua disciplina mais miserável ainda, e do peso com que os trabalhos recaem sobre um número tão diminuto de homens, cujo exíguo soldo não lhes permite senão um alimento grosseiro e insuficiente. A fim de melhorarem seu rancho, muitos deles conseguem licença para outros

⁸⁰ Luccock calculou em 4000 pessoas empregadas como caixeiros, aprendizes e criados de lojas em 1808, *Op. cit.*, p. 29. Embora não fossem todos portugueses, o número dá uma idéia do volume de pessoas que trabalhavam neste ramo, no qual ser português era valorizado. Quanto à conformação dos caixeiros neste momento, ver: Martinho, L. M., *Op. cit.*

⁸¹ Pereira da Silva afirmou que em 1805 havia 3000 praças no Rio de Janeiro e 800 vagabundos, o que já seria motivo de preocupação por parte do estado. Contudo, cabe dizer que toda a cidade contava com regimentos espalhados e outros existiam em Irajá, Inhomirim, São Gonçalo, Macacu, Tapacorá, Guaratiba, ou seja, a divisão e arrigimentação das tropas visava tanto manter uma vigilância sobre estes homens livres pobres quanto à realização do trabalho compulsório a favor do estado ou do próprio comandante que sempre possuía _ por

trabalhos, repartindo seus proventos com os oficiais que lhes concederam uma liberdade temporária. Daí provêm, supponho, o fato de haver entre os soldados rasos e oficiais uma familiaridade que destrói toda disciplina militar ⁸².

A cidade abarcava, então, os desertores das tropas, os vadios e ciganos, os artífices de baixa renda, os vendeiros, os barbeiros, os mascates e outros mais. A fim de manter esta ordem social calcada na escravidão, na reapropriação das terras, no domínio das formas de produção e comercialização de gêneros, estes homens da elite se debateram com a possibilidade de ampliar ou alterar sua participação política. No entanto se confrontaram na cena pública com múltiplos interlocutores sociais.

Desta maneira, o Rio conquistou a hegemonia do império luso-brasileiro, entretanto tal situação não era tranquila e nem unânime. Daí, a perspicácia do aviso de Silvestre Pinheiro Ferreira ao tentar instaurar uma rede de poder no império que o estruturasse e o hierarquizasse da mesma maneira, procurando amenizar as discrepâncias entre seus diversos interesses .

Ao iniciar seu projeto, Silvestre Pinheiro Ferreira abordou francamente um dos principais problemas enfrentados por D. João: a criação de um lugar hegemônico no mundo luso-brasileiro. Ele não se limitou à ordem econômica, atentando ainda para o âmbito político e administrativo do estado: qual o lugar, a fonte de poder? Onde o rei residiria e instalaria a sua corte? Enfim, onde localizar a soberania? Caso estas perguntas ficassem em aberto, corria-se o risco de quebrar a unidade imperial. Ele escrevia:

A questão de Estado, que se agita sobre o regresso da Corte de V.A.R. para a Europa, e sobre a qual V.A.R., por efeitos de Sua Alta Benevolencia, Se Ha Dignado de Ordenar-me que

definição _ algum bem, negócio, estatuto, privilégio nesta ordem social. Kato comenta estes dados de Pereira da Silva, *Op. cit.*, p. 16 e ver o Mappa da População da Corte..., *Op. cit.*, p. 137.

⁸² *Op. cit.*, p. 54-55. Dados para o ano de 1808. Convém salientar desta observação: a relação estreita e de favor entre o comandante e o seu subordinado, o benefício que aquele retira deste, sua possibilidade de dispensar alguém do recrutamento de acordo com as suas preferências, a par do trabalho que o homem livre pobre e/ou forro exerceria em outro lugar. No que tange às milícias, também reconhecia suas dificuldades de subsistência, afirmava que eram recrutados entre os donos de lojas _ de pequena monta _ os aprendizes e criados, sendo que ficavam subordinados aos negociantes que ocupavam os cargos de oficiais. Usufruíam da vantagem de não precisar se apresentar regularmente à revista, *idem*, p. 55. Perceba-se, mais uma vez, que o próprio modo de

diga o meu parecer, he sem duvida hum dos maiores prblemas políticos, que jamais Soberano algum teve de resolver. Porquanto nelle se não trata simplesmente de saber, em qual dos vastos Dominios da Real Coroa convem mais que V.A.R. se Digne de fixar Sua Residencia. Trata-se de nada menos, que de suspender, e dissipar a torrente de males, com que a vertigem revolucionaria do Seculo, o exemplo de Povos visinhos, e a mal entendida Politica que vae devastando a Europa, ameação de huma proxima dissolução, e de total ruina os Estados de V.A.R., espalhados pelas cinco Partes do Mundo: quer seja pela emancipação das Colonias, no caso de V.A.R. regressar para a Europa: quer seja pela insurrecção do Reino de Portugal, se aquelles Povos, perdida a esperança que ainda os anima, de tornarem a ver o seu amado Principe, se julgarem reduzidos á humilhante qualidade de Colonia ⁸³.

Ele aconselhava a fixar a corte no local mais apropriado para combater os inimigos externos que mal influenciassem o reino ou as colônias, sendo fundamental abolir a distinção entre metrópole e colônia, reorganizando toda a sua administração a partir de uma nova divisão e distribuição de títulos nobiliárquicos por todo o Império entre: arquiducados, ducados, marquezados, condados, e estes últimos seriam subdivididos em viscondados, e estes, por sua vez, em baronatos. Silvestre Pinheiro Ferreira propunha uma regulamentação da inspeção e proteção a serem exercidas pelos titulares da nobreza. Ao mesmo tempo, desejava a instalação de duas cortes: Lisboa e Rio de Janeiro, a par de uma reformulação burocrática do Império, que se reorganizaria também em províncias, comarcas, distritos e freguesias. Um sistema administrativo se sobrepunha a outro, garantindo um maior controle. De todo modo, era necessário repensar a organização do Império, principalmente porque o Rio de Janeiro se tornava o seu centro hegemônico, contando com a presença do soberano e eleito à condição de corte.

organizar as tropas e as milícias contribuíam para o aparecimento de relações de dependência e favores entre os oficiais e os recrutas.

⁸³ Proposta autographa sobre o regresso da Corte para Portugal e providencias convenientes para prevenir na reforma politica, por Silvestre Pinheiro Ferreira, **Documentos para a História da Independência**, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v.I, 1923, p. 129.

OS QUADROS DA NATUREZA: UMA CULTURA POÉTICA

No início do século XIX, o Brasil, mas principalmente o Rio de Janeiro, recebeu uma leva de viajantes estrangeiros que vinham para fazer negócios, abrir casas comerciais, explorar riquezas, tentar fundar colônias como Langsdorff, conhecer o próprio Brasil. Muitos deles acabaram por constituir um olhar balizado pela cultura letrada européia, dita a mais civilizada, a respeito do Brasil, sua natureza e sua gente. Eles circulavam no âmbito do governo da corte, pois muitos eram agentes diplomáticos ou vieram a serviço do estado, como Debret que se instalou, aqui, para trabalhar na missão artística. Um dos assuntos mais debatidos por estas viajantes consistia na natureza brasileira, sua exuberância e diversidade. Contudo, ao procurar conhecê-la também se detiveram na gente do Brasil, seus graus de civilização _ para usar uma classificação da época _ e acabaram construindo uma dada interpretação do país e da corte. Neste sentido, gostaria de recuperar como pensaram, numa determinada lógica, tal natureza e nortearam algumas interpretações letradas a respeito do Brasil que vão permear a primeira metade do século XIX. Depois, retornamos à tensões políticas portuguesas e pernambucanas que acabaram por reverter a situação de D. João VI, considerado em sua realeza. De certa forma, retomo a discussão do item **O museu de história natural**.

No âmbito da história natural no século XVIII, a natureza dos trópicos foi investida de uma índole negativa. Buffon, Cornelius de Pawn e o abade Raynal, em seus estudos sobre a natureza incorporaram o mundo americano. Os três continuaram a importância conferida ao clima por Montesquieu, que formulara uma teoria geral do clima como chave da explicação para a pluralidade dos costumes e leis, englobados num conjunto coordenado por razões naturais. Assim, Buffon explicava a diversidade do Novo Mundo frente à Europa em função da sua inferioridade biológica, sendo o americano uma variedade de uma mesma espécie. De Pawn radicalizou as proposições de Buffon, considerando os americanos uma outra raça em virtude dos efeitos maléficos do clima. Há discordâncias entre estes autores, no entanto, acabaram por assentar um *termo médio* a respeito da América,

reafirmando a tese da inferioridade da natureza americana e a debilidade de suas espécies animais, vegetais e humanas. De modo geral, a decadência tropical definiria a América ⁸⁴.

Na obra de Alexander von Humboldt houve uma torsão a respeito desta compreensão da América porque sua análise modificou a idéia de América. Seus estudos subverteram a noção frágil do clima americano e da natureza tropical. Além disso, Humboldt modificou o modo de considerar a natureza, erigindo-a de vez num objeto da ciência. Aqui, intensificava-se a estratégia de apreender a natureza via observação _ uma extensão maximizada da visão que excluía o gosto, o olfato, o ouvir-dizer. A sua compreensão da natureza abarcava a história natural, a necessidade de classificar a fauna, flora. Entretanto, introjetava-se na natureza uma força cósmica que a rege, com uma existência dramática, uma força que o homem não poderia sonhar ou conceber.

Assim, as categorias de Lineu não conseguiriam expressá-la o suficiente, tolhendo a sua majestosa existência, sua dinâmica interna gigantesca e contínua. Neste sentido, Humboldt também significava um deslocamento perante a proposta de Lineu, embora não abandonasse o apreço e a necessidade da história natural. De suas longas viagens pela América, principalmente espanhola, Humboldt escreveu os *quadros da natureza* que conciliavam uma performance estética e a história natural:

The "view" or tableau was the form Humboldt chose for his experiments in what he called "the esthetic mode of treating subjects of natural history". His were innovative attempts to correct what he saw as the failings of travel writing in his time: on the one hand, a trivializing preoccupation with what he called "the merely personal", and, on the other, an accumulation of scientific detail that was spiritually and esthetically deadening ⁸⁵.

Humboldt localizava no interior da natureza uma série de *ruínas*, da mesma importância que tinham na arquitetura, as ruínas legadas pelo mundo antigo, que atestavam uma datação remota da sua existência, uma grandiosidade anterior e esquecida. Procurando nesta natureza a reminescência e aí vislumbrava *vistas*

⁸⁴ Ver Gerbi, A., *O Novo Mundo: disputa de uma polêmica, 1750-1900*, São Paulo: Cia das Letras, 1996.

⁸⁵ Pratt, M. L., *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*, London/New York: Routledge, 1992, p. 120-121. Agradeço esta indicação a Robert Slenes.

pitorescas que se comportavam como *monumentos* que interessariam ao *estudo filosófico do homem*. Nesta análise da ruína, poderia recuperar o momento da chegada do homem ao continente americano, as civilizações perdidas, a mudança com a chegada dos conquistadores. Ele reunia tais ruínas e monumentos num *atlas pitoresco* que lhe permitia tanto conhecer a natureza americana, as gentes deste continente, quanto seu passado.

Neste estudo do *atlas pitoresco*, ele positivava a América com um passado próprio, intransferível, sem assemelhar-se à Europa ⁸⁶. De certo, sua formulação intelectual asseverava de vez a especificidade do território americano, não à toa sua figura foi tão querida pelos líderes da independência americana; pelos letrados brasileiros, sendo eleito em 1839 sócio do IHGB; além de ser reverenciado e consultado por vários viajantes europeus que vieram ao Brasil.

Neste momento, o Brasil recebeu uma leva de viajantes europeus, vindos da França, Alemanha, Áustria, Inglaterra e Rússia, em nome de suas academias de saber, mobilizados pelo intento de conhecer a abundante e prodigiosa natureza brasileira, sua gente diversa, por abarcar índios, negros, mulatos, brancos. Muitos viajantes vieram também interessados em negociar, trabalhar num ofício, como Langsdorff que tentara fundar uma colônia de trabalhadores, Maria Graham que foi tutora dos príncipes, Tollenare e Koster que negociavam em Pernambuco. Somente no começo do século, pode-se indicar a vinda de John Mawe, John Luccock, Maria Graham, Henry Coster, von Eschwegw, von Langsdorff, Spix e Martius, von Sellow, príncipe Wied-Neuwied, Rugendas, Debret, Thomas Ender, entre outros. Vários destes organizaram expedições ao interior do país, preocupando-se em deixar um relato organizado, no qual desponta um encantamento do espectador perante a força vital desta natureza, e uma série de estampas, gravuras, que tornavam visíveis as particularidades, riquezas, fauna, flora, hidrografia, acidentes geográficos, a gente ⁸⁷.

⁸⁶ Humboldt, A. de. *Recherches concerning the institutions & monuments of the ancient inhabitants of America with descriptions of views of some of most striking scenes in the Cordilheras*, Murray & Colbwin, 1814.

⁸⁷ Ver Oberecker, C., *Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros, Holanda, S. B. de, História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo: DIFEL, 1976, t. II, v. 1, cap. V; Mota, C. G., *Europeus no Brasil à época da Independência*, ____ (org.) 1822: *Dimensões*, São Paulo: Perspectiva, 1972.

Estas expedições palmilharam o interior do Brasil, (re)descobrimo sua fauna, flora, dando continuidade àquele projeto da Academia lisboeta. Todavia, eram muito vincados pelos contatos com e leitura de Humboldt. Langsdorff e Rugendas o conheceram, Lebreton o consultou ao escolher os nomes da missão artística de 1816, Martius manteve com ele uma correspondência, José Bonifácio era seu amigo e admirador.

Neste sentido, houve um olhar instrumentalizado e enciclopédico a recortar, classificar, enfocar minuciosamente, nomear toda a natureza brasileira, tornando-a específica, irreduzível a si mesma e, ao mesmo tempo, capaz de ser inserida quer numa geografia do mundo, quer nos espaços dos planos destinados aos desenhos, que assinalavam a estrutura da planta, suas partes e formas. Este investimento em dissecar a natureza, renomeava suas formas, matizava suas utilidades e acabava por singularizá-la frente as outras conhecidas.

Um fio de continuidade se estabelecia entre os naturalistas portugueses de fins do século XVIII e esta leva de viajantes europeus: o interesse por desvendar a natureza, principalmente em sua morfologia. No entanto, esta gama de viajantes e sábios europeus vinha marcada pela noção do *pitresco*, pelo desejo de também conhecer na intimidade esta gente tão variada em seus costumes, modos de vestir, comer, adorar a Deus, sempre sob toada de um olhar civilizado que mapeava tal país. Em meio a esta preocupação escreveram relatos e desenharam pranchas, sob as coordenadas de uma estética pitoresca e norteados pela discussão a respeito de um método eficaz para apreender e entender tal gente. Este olhar do naturalista primava, mais e mais, pela observação e pela experiência, permitindo-lhe também transformar em objeto de estudo as gentes do Brasil.

Neste diapasão enciclopédico, insere-se a prancha de Debret, que num plano cartesiano, colocava uma farta cesta de frutas brasileiras, algumas pouco vistas no exterior. Ele as reunia numa mesma cesta, apontando sua procedência comum ... a natureza brasileira. Embaixo, indicava cada fruta, apresentando seus nomes e algumas qualidades. Por seu turno, o leitor ligava a fruta ao nome e atributos a partir da sua localização no plano cartesiano; assim, o pintor controlava o olhar do espectador e, de

imediatamente, lhe dava uma aula sobre a flora brasileira. De um lado, a cesta de frutas remetia ao gênero natureza-morta, comum na formação de um pintor acadêmico de então; por outro, a expunha tal qual num dicionário.

Em Debret, a natureza tem destaque, todavia seu tema principal gira em torno da civilização brasileira, tornando-se o nexo de suas observações. Ele atenta para o índio, o negro, o branco, seus respectivos hábitos e crenças, detalhando suas particularidades e, ao conhecê-las bem, pode intervir nesta sociedade, ao aceitar uma encomenda para uma festa real para montar sua cena pública, ao pensar sobre a marcha de sua história, ao *propagar a arte entre um povo ainda na infância* ⁸⁸. Há, segundo ele, um fio-condutor que une estes estágios da civilização e ele busca descobri-lo e descrevê-lo:

A obra que ofereço ao público é uma descrição fiel do caráter e dos hábitos dos brasileiros em geral. Devo, portanto, a fim de seguir uma ordem lógica, começar pela história do índio selvagem, primeiro habitante desta parte do globo tão admirada pela abundância dos benefícios que a natureza lhe prodigalizou.

Em seguida, reconhecia esta trajetória da civilização que, *em germe*, aparece no selvagem, havendo entre eles uma linearidade progressiva e contínua:

... tudo o que o espírito humano concebeu como idéias filosóficas elevadas, admiráveis ou mesmo estranhas, encontra-se, em princípio e em germe, no índio selvagem, com sua aplicação determinada apenas pelos impulsos do instinto ou da inspiração. É, em uma palavra, o homem da natureza, com seus meios intelectuais primitivos, que eu quero mostrar em face do homem da civilização, armado com todos os recursos da ciência ⁸⁹.

Não à toa sua obra recobre do pitoresco à história, do mundo da natureza à monarquia constitucional de D. Pedro I. Aqui, tanto a natureza quanto a corte tropical eram laboratórios de Debret para melhor entender e estudar o ritmo e a trajetória da civilização de um jovem Brasil, que ele vê se transformar numa pátria. Ele se prende ao estado geral da sociedade, procurando flagrar esta transformação da natureza em cultura, do índio ao governo independente. Sua narrativa obedece estritamente este preceito, acompanha desde a fartura das frutas, os funerais dos

⁸⁸ Debret, J.B., *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, São Paulo: Martins/Edusp, 1972, t. I, v. I e II, p. 5.

índios, as festas religiosas dos negros, até a coroação do imperador. Este entendimento sobre o Brasil vai permear sua produção artística e festiva na corte brasileira ⁹⁰.

Também von Martius arranhou uma gama variada de animais e plantas dentro de uma única paisagem, orquestrada pela sua habilidade de desmontar e remontar estruturas e formas naturais. Tais elementos da natureza, contudo, nunca seriam encontrados ou vistos num mesmo *locus*, num mesmo ambiente natural, segundo a própria ordem da natureza. Longe disso, esta cena nascia do engenho do homem de ciências que ainda tomava o zelo de dicionarizar embaixo, numa legenda, cada elemento da natureza aí vislumbrado. O olhar instrumentalizado do viajante salientava a variedade e a beleza desta natureza tão singular, sendo até capaz de despertar a ordem dos sentidos no espectador que se deparasse com tal paisagem tão bem engendrada. Aliás, as figuras humanas, personagens desta paisagem, também ficam embevecidos de encontrar tal lugar, funcionando como um duplo dos sentimentos motivados no espectador. A natureza se transformava, aqui, pela astúcia do naturalista-desenhista, num microcosmo, numa síntese e miniatura da natureza, que evoca também um sentimento de bem-estar naquele que a contempla.

O próprio Martius se colocava na posição daquele que reencontra na natureza uma dimensão cósmica da vida, um sentimento despertado pela força da natureza que gera uma sincera alegria no foro íntimo daquele que a vê, criando um elo harmônico entre a subjetividade e a natureza. No distante Pará, ele confessava:

Achávamo-nos, portanto, numa região já por um lado enobrecida pelo cultivo, por outro lado representando invencível força criadora do solo americano; e um só olhar abrangia as mais diversas manifestações da natureza. Mas se a cada passo nos deslumbrava a riqueza luxuriante e a incrível fertilidade dessa criação, era ao mesmo tempo de enlevo e de alívio a sensação que tínhamos diante da indizível tranquilidade e harmonia, que pairavam aqui sobre

⁸⁹ Op. cit., p. 6, 13, respectivamente.

⁹⁰ Ver adiante os capítulos. *As Festas do Imperador e O Imperador a ser lembrado: Debret e Grandjean de Montigny*. Num estudo minucioso, Robert Slenes desmonta a vertente romântica, a produção artística, os círculos acadêmicos que informam a obra de Rugendas e, paralelamente, percebe como um mundo africano vaza nesta imagética. Bávaros e bakongo na “Habitação de Negros”: Johann Moritz Rugendas e a invenção do povo brasileiro. Trabalho em elaboração.

a natureza. Tudo em volta de nós se destacava distintamente como uma ressonância, como um ato do grandioso drama do mundo, no qual todos os seres são animados pelo Criador com o imortal gozo de ser, cada um segundo o seu modo, porfiam anelantes pelo elogio e pelo louvor de Deus; e mais significativo, mais patente do que em qualquer outro lugar, pareceram-nos ressoar, em harmoniosa concordância no hino à vida, tanto as plantas como os animais, tanto os elementos como o éter e como o sol, dominador dos planetas ⁹¹.

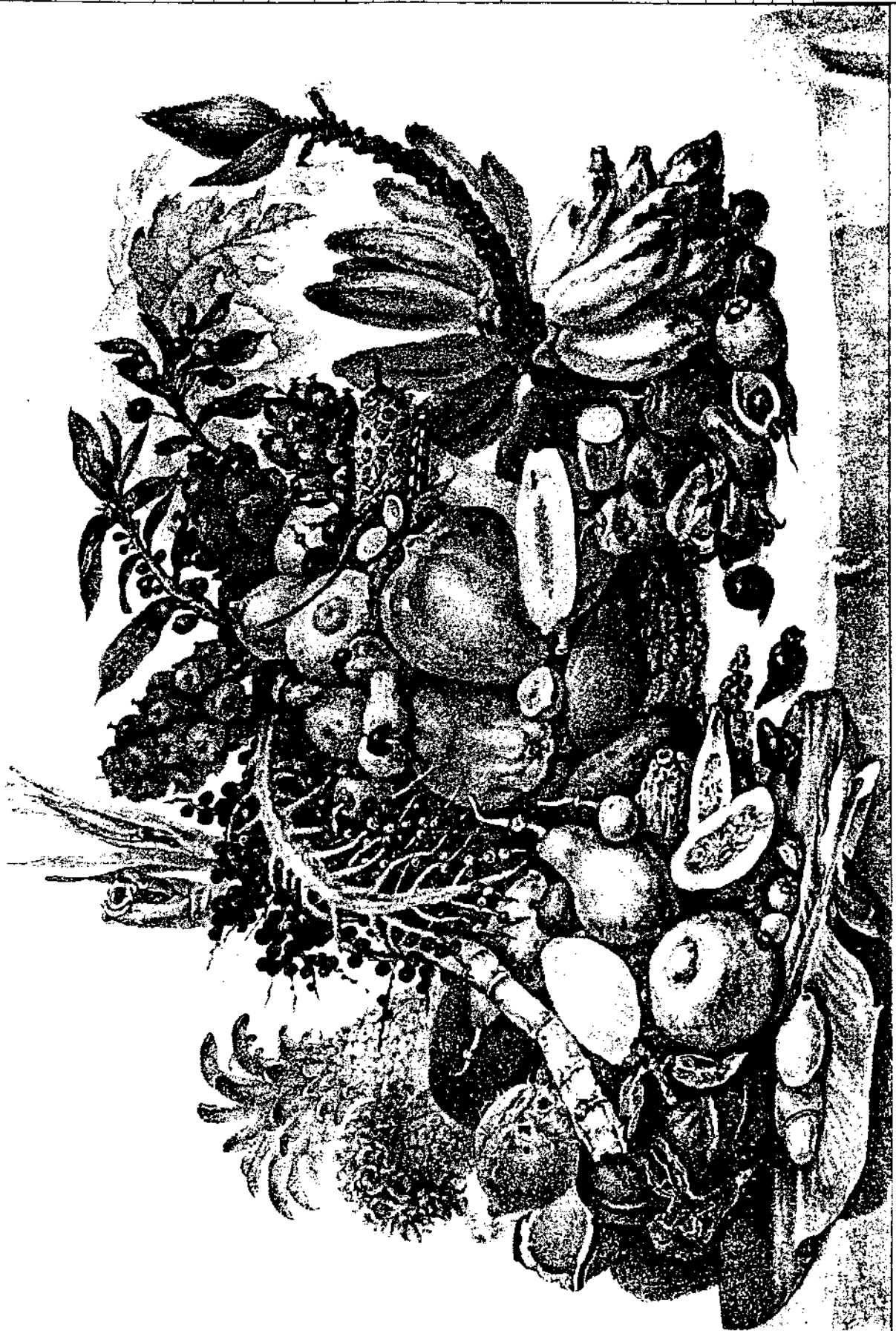
Tanto Debret quanto von Martius, Rugendas, Hercules Florence, Taunay conheciam o debate a respeito do pitoresco, nascido no interior da estética e das maneiras de conformar um objeto natural no quadro, na paisagem, buscando moldá-la numa totalidade, insistindo, porém, na necessidade do artista mediar e controlar os sentimentos suscitados no espectador por aquela visão. Através desta idéia pitoresca surgida em fins do século XVIII, podiam construir uma paisagem sobre a natureza, modulando-se por seus princípios fundamentais. O pitoresco privilegia o espetáculo da natureza, preferindo-a dentro da paisagem a uma ordem instalada _ como num jardim francês _ pela razão geométrica que ordena o espaço e o pitoresco rejeita a figuração acadêmica, que imobiliza um dado momento, um objeto tal qual uma estátua.

No pitoresco, não se renuncia ao olhar do próprio pintor, antes ele adentra a paisagem, conformando um *ponto de vista*, que se torna uma espécie de *a priori* para a existência do quadro, da *vista* a ser erigida. Por outro lado, esta vista pitoresca almeja produzir no espectador um determinado efeito aprazível na esfera dos sentidos, não desejando suscitar o horror, o susto, a apreensão, como faria o sublime ⁹². Longe disso, busca uma harmonia, um enlevo que o próprio pintor sentiu sob seu ponto de vista, almeja suscitar uma sensação de graça e beleza no espectador. Haveria, então, uma

⁹¹ Spix e Martius, *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*, São Paulo: Melhoramentos/IHGB/INL, 1976, v. III, p. 13. Ver também sobre von Martius: Lisboa, K. M., *A Nova Atlântida ou o gabinete naturalista dos doutores Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, São Paulo: USP, Dissertação de mestrado, 1995.

⁹² O sublime afasta o espectador, suscita-lhe uma dor, exercendo um poder terrífico que intimida aquele que vê através da estética. Burke, E., *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do Sublime e do Belo*, Campinas: Papirus/Ed. UNICAMP, 1993.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100



C B I E L A G B D E K IV VII V II VI IX III VII I

FRUTAS DO BRASIL

necessária analogia entre a natureza vista em sua rudeza ⁹³, em suas irregularidades, observada em suas variedades, o sentimento mobilizado no espectador e a subjetividade do próprio pintor que, primeiramente, vira aquela cena. Daí o apreço pela observação, pelo primeiro esboço traçado pelo pintor-gravaturista, pois, como ensina Willian Gilpin em seu *Trois essais sur le beau pittoresque*:

L'esquisse montre la première conception, qui, communément, est la plus forte et la plus brillante, et la promptude de l'exécution ne laisse pas le temps de se refroidir au feu et à l'enthousiasme qui président aux effusions du génie. (...) Votre intention en prenant une vue d'après nature, peut être de la fixer dans votre mémoire ou de transmettre vos idées à d'autres.

Pour remplir ce premier objet: lorsque vous rencontrez un site dont vous voulez faire l'esquisse, il faut d'abord vous placer au meilleur point de vue. Quelques pas à droite ou à gauche font souvent une grande différence. (...) Après avoir fixé votre point de vue, vous vous occuperez de réduire la vue d'après la grandeur de votre papier. (...) L'avantage de cette célérité des esquisses à la mine de plomb consiste à pouvoir représenter promptement les traits caractéristiques ⁹⁴.

O bosquejo sinteticamente abreviava a cena da natureza e a primeira impressão do artista, eivada pelo seu próprio sentimento frente a tal espetáculo da natureza, marcada pelo seu encantamento.

Para configurar tais traços característicos, o pintor privilegiava a observação como método e, plasticamente, norteava-se pelos seguintes princípios fundamentais: a simplicidade, variedade, quantidade, uniformidade, a conveniência de combinar tais características num quadro, construindo uma unidade e nitidez através destes recursos. Esta estética do pitoresco marcava-se por uma linha sinuosa, que serpentina e guia o olhar através desta variedade da paisagem, optando pelo movimento ondulado ao invés da rigorosa geometria, cuidando em arranjar as massas, cores, luzes e sombras, sempre motivado pela vista bela e graciosa como resultado final. A

⁹³ No pitoresco, a natureza é concebida em sua rugosidade, aspereza, irregularidade, imbricadas ao rude, ao grosseiro, ao acidental e desigual em sua configuração, que estão inscritos nas montanhas, árvores e sua folhagem, nos rios, por exemplo. Ver: Andrews, M., *The Search for the Picturesque*, Stanford: Univ. Press, 1989, caps. 2 e 3.

⁹⁴ *Trois essais sur le beau pittoresque sur les voyages pittoresques et sur l'art d'esquisser les paysages, suivi d'un poème sur la peinture de paysage*, paru en 1792, et traduit de l'anglais par le Baron de Blumesteinsn en 1799, Paris: Éds. du Moniteur, 1982, p. 53-54. Agradeço a Stella Bresciani pela indicação.

gradação de luzes e cores, por sua vez, deveria adoçar tais linhas, criando uma vibração luminosa agradável no objeto vislumbrado. Numa tela, estes princípios reforçavam-se mutuamente, corrigiam-se, participando da boa e necessária composição final ⁹⁵. Combinados entre si, estes elementos imagéticos modelavam uma paisagem totalizante de algum lugar visitado por este pintor, para quem a viagem fazia parte do próprio ofício e, simultaneamente, tocavam o espectador, comunicando uma dada impressão e uma idéia do que era aquela localidade.

O pintor-gravurista organizava uma cena com as variantes da natureza, cores, tonalidades, linhas de um objeto. Cuidadosamente, Hercules Florence, contratado pela expedição Langsdorf, modelava as grandes massas de pedras, através do movimento sinuoso e contínuo do vento, que tanto esculpe a pedra quanto enverga as árvores, delineando a **Terceira Vista dos rochedos da Chapada de 1827** ⁹⁶, com um traço ondulado que, caprichosamente, dá forma às rochas e insinua a ondulação do vento. Mais ao fundo, do lado direito, duas formações rochosas lembram dois totens esquecidos pelo tempo que corre e por ele talhados nestes anos de ventania.

Numa mesma paisagem, ele poderia reunir, tal qual Debret e Martius ⁹⁷, elementos naturais dispersos, mas que, no conjunto da paisagem, argamassavam a noção de uma *cor local*, de algo que, irreduzivelmente, só existia ali e em nenhuma outra parte do globo terrestre.

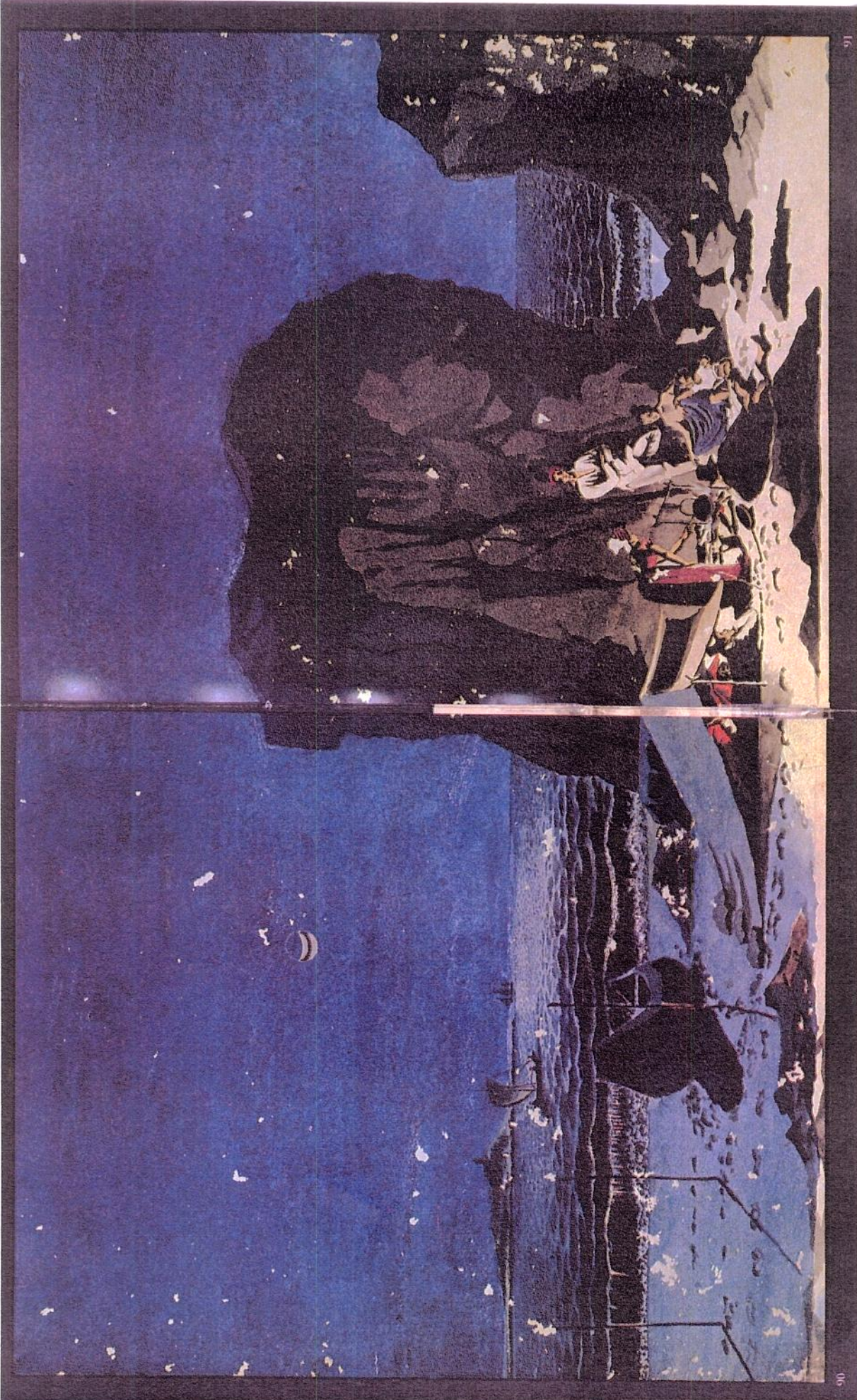
Numa paisagem noturna ⁹⁸, ele, *convenientemente*, agrupava um bloco de pedras, as pequenas canoas que se distribuem desde a praia até o horizonte

⁹⁵ Estes princípios aparecem sistematizados em Gilpin e, pioneiramente, na obra artística de Hogarth que chegou a organizá-las num tratado, *Analyse de la Beauté destinée à fixer les idées vagues qu'on a du goût*, Paris: énsb-a, 1981. Escrito em 1753, este texto teve sua primeira versão francesa em 1805. No prefácio, Bernard Cottret assinala: *L'Analyse nous transmet à ce titre, la biographie _ ou mieux encore la généalogie _ fictive du métier de peintre-graveur*. *Op. cit.*, p. 24. Também foi Stella Bresciani que, gentilmente, me cedeu este texto.

⁹⁶ **Expedição Langsdorff ao Brasil _ Aquarelas e Desenhos de Florence**, Rio de Janeiro: Eds. Alumbamento, 1988, p. 88, fig. no. 136.

⁹⁷ Sobre esta figura, ele comentava brevemente: *With the exception of the large outcrop of rock at the front and the one on the left, all the others have been grouped nearer to each other than in reality, in order to contain them within an angle of 45 degrees*. *Op. cit.*, p. 133. Repare-se na sua preocupação em manter a fidelidade ao que foi observado, asseverando a sua veracidade.

⁹⁸ Vista de acampamento ao luar, **A Descoberta da Amazônia. Os diários do naturalista Hércules Florence**, apes. Por Mario Carelli, São Paulo: Ed. Marca D'Água, 1995, p. 90-91. Ao percorrer estas aquarelas, acha-se um primoroso estudo dos céus, com as suas variações cromáticas e de tonalidades, privilegiando o movimento



marítimo, o ritmo das ondas do mar, um pequeno grupo de pessoas que vão passar a noite ao relento, porém sem tormentos ou preocupação, estas personagens quase comungam de uma certa paz cósmica que permeia os homens, as águas, a areia, as rochas. Reina uma integração entre a obra do homens, o fogo, as canoas, as vestes rudes, e a obra da natureza _ cuja autoria é de Deus. Para bem demarcar o brilho das estrelas e a sua localização precisa no céu, Hercules Florence faz pequeninos furos neste azul rasgado e escuro, que aqui e acolá, delicadamente, o mancham de branco. Por trás da tela, coloca uma vela acesa que, no engenhoso invento, reproduz o brilho único destas estrelas. Este procedimento de tamanho efeito imagético, daria uma impressão de que estes céus são únicos e tão admiráveis que a fim de imitá-lo, o artista se vê na contingência de procurar um outro expediente figurativo, cênico, para expressá-lo, que não se restringisse ao pictórico.

Esta elaboração imagética angulada no pitoresco, igualmente, se prestava para a construção figurativa dos costumes, da população local, de seus hábitos, com trajés, comes e bebes, festejos, muitas vezes em meio a paisagens. Desta maneira, as tribos indígenas, tão caras ao naturalista que vinha ao Brasil, adentravam à paisagem, no estudo de seus hábitos, na vontade de desvendar o seu remoto passado, a forma pela qual vieram parar no continente americano. Neste mesmo diapasão, incluíam as cenas costumeiras com negros, escravos, a população heterogênea _ para usar uma aceção de José Bonifácio _ do Brasil. No intuito de bem compreender estes costumes, esta gente, o naturalista deveria se dedicar à observação, intensa, prolongada, convivendo diariamente, até que a intimidade do outro lhe permitisse compreendê-lo e apreendê-lo, numa espécie de investigação letrada, intelectualizada, sensível e racional do homem, enquanto objeto de conhecimento.

Nesta clave, os viajantes-artistas capturavam as etnias desconhecidas, o mundo africano no Brasil, buscando entendê-los em suas faculdades, em sua imaginação, reflexão, gosto, matizando sua organização interna, sua religião, as

das nuvens que guiam o olhar do espectador pelas ondas que desenha e nas margens de contraste com o horizonte de matas, rios, vilarejos e fazendas. Ver seus Estudos de céu em São Carlos, atual Campinas, e o estudo de sol nascente no mesmo local, da década de 1830. *Op. cit.*, p. 6-11. Esta uniformidade da cor, este azul esplendoroso, os alaranjados, acizentados destes estudos de céu, a par de uma longa continuação das linhas sinuosas produzem esta noção de grandeza no espectador, ensinava Gilpin. *Op. cit.*, 35.

relações de parentesco, primando por recuperá-los em seus traços característicos e indicando o seu grau de civilização ou selvageria. Neste sentido, muitas vezes, estes homens de outras etnias e nações ficavam fora da história, mais próximos da natureza, com pouca chance de estabelecer um governo concernente a todo Brasil.

Através do pitoresco, surgia a imagética que duplicava a natureza, os hábitos, a gente, numa mimesis artística pautada pelo pictórico. Em cada pátria erigia-se uma imagética do local, a sua tonalidade, que lhe era inerente e intransferível. Não se renunciava, aqui, ao olhar físico da observação e da experiência, ao desejo de um conhecimento enciclopédico da natureza, da descrição da sua morfologia e, ao mesmo tempo, abriam-se brechas, canais, trânsito para uma poética, guiada pela imaginação que decola desta paisagem e a ela fica consonante, sem distorcê-la, negá-la, contradizê-la.

Esta paisagem tem uma abertura semântica para a projeção do espectador, da sua subjetividade, prevista inclusive pelo pitoresco ao proporcionar um momento de *meditação*, daí a recuperação destes escritos e coleção imagética por parte dos românticos, que buscavam desvendar o passado brasileiro, sua natureza, o espírito do povo. O efeito mimético da paisagem acabava por torná-la uma realidade conhecida pela razão, em sua morfologia, mas apenas a sensibilidade de um artista, alguém enfronhado nas artes e suas discussões, frequentador da alta cultura, teria a habilidade para realizar tal cena. Por outro lado, esta laboriosa construção da natureza, das gentes, costumes, numa cena, numa *vista*, liberava o homem da natureza, saindo da sua dependência, de um estado menos civilizado _ em alguns lugares do Brasil, um *estado selvaagem* _ para outro mais civilizado. Porém, este mesmo homem permanecia afeiçoado a esta natureza, sem deixar de se inserir na trajetória da perfectibilidade humana ⁹⁹.

⁹⁹ Em Frey Apollonio, esta discussão sobre o estado de bárbarie dos índios, o que irremediavelmente os colocava fora da trajetória da perfectibilidade humana, os selvagens que poderiam ser educados, os já domesticados apareciam num debate letrado entre o próprio frei e Hartman, ao percorrerem a Amazônia. Em outro momento da narrativa, Hartman _ duplo de von Martius _ encontra no meio da floresta uma comunidade indígena antiga, perdida, que se privou do contato com os conquistadores a fim de manter a sua cultura tão nobre, que se comporta tal e qual uma sociedade utópica, com uma mecânica de relojoeiro, uma distribuição de bens e tarefas, vivendo numa área da Amazônia que transformou, pelo seu artifício e técnica, num belo jardim. O custo desta comunidade idealizada consiste em não poder manter qualquer contato com os civilizados, pois

Tal noção do pitoresco não dispensava a morfologia proveniente da história natural na configuração de um animal, planta, rochedo; ao contrário, dela se valia a fim de compreender suas partes em si mesmas e a variedade de formas, serventias, cores no interior da natureza. Daí, a presença de estudos semelhantes em Rugendas, Hercules Florence, Alexandre Rodrigues Ferreira, Conceição Velloso na representação de uma única planta, corpo de um pássaro, porque desenhavam de acordo com esta morfologia.

Havia, porém, um imperativo em fazer uma paisagem própria ao Brasil nesta leva de viajantes europeus do início do século XIX, o que dá, para a nossa contemporaneidade, a impressão de que ampliaram o retrato do Brasil, formulando maximamente em sua totalidade tão ambicionada, sobretudo ao conformarem um amplo quadro da natureza em sua completude e unidade, suscitando um efeito sensível agradável no espectador.

Na fronteira entre olhar científico e sensibilidade poética, vários destes viajantes europeus, naturalistas reconhecidos em círculos acadêmicos, mediados pela noção do pitoresco, funcionaram tanto no âmbito de um saber científico, quanto na formulação de uma poética brasileira, à medida em que davam visibilidade à paisagem brasileira, à sua única natureza e, a partir dela e nela mesma o poeta encontraria uma matéria-prima para seus versos.

O francês Ferdinand Denis, que atravessou o Brasil entre 1816-1819, escreveu uma espécie de catálogo das regiões brasileiras, apresentando desde a sua geografia, vegetação, até os costumes do sertanejo, do gaúcho, da corte, dos índios no norte do país. Propôs no seu **Resumo da história literária do Brasil** de 1825 que, a partir da natureza americana, em sua grandiosidade, força, beleza, o poeta pudesse fundar uma literatura brasileira, ou seja, a natureza se comportava como o esteio da verdadeira, mais sincera, emocionante, poesia brasileira. Ele asseverava:

isto arruinaria a sua perfeição. Na sua condição utópica, esta comunidade vive condenada a um eterno enclausuramento, pois sempre repete no presente e no futuro, um mesmo passado ordeiro e feliz; sendo assim incompatível, por definição, com o mundo regido pelo progresso. Por outro lado, tal comunidade funciona para von Martius como uma ruína, nos moldes de Humboldt, muito querida, pois permitiria ao naturalista encontrar, de fato, o passado intocado dos americanos, sua verdade primeira e olvidada.

Se os poetas dessas regiões fitarem a natureza, se se penetrarem da grandeza que ela oferece, dentro de poucos anos serão iguais a nós, talvez nossos mestres ¹⁰⁰.

Denis publicara em 1824 *Scènes da la nature sous les tropiques*, onde definia que a poesia descende diretamente do clima e, para a Europa civilizada, os viajantes recuperavam uma *cor local* perdida ao longo do processo de civilização, pois esta ocorre com maior intensidade na natureza, proporcionando paisagens únicas e uma outra arte, diversa da européia, mas _ a seu modo _ muito agradável e bela. Por isso, se encarregava de nomear, tal qual um cartógrafo, os elementos da natureza tropical que denotavam esta especificidade que caberia ao poeta retomar e, então, fundar a literatura americana e, por decorrência, brasileira: as palmeiras, rochedos, os rios volumosos, as florestas de verdes variados, árvores frondosas.

Ele ressaltava a capacidade desta natureza tropical excitar a imaginação, sua filiação ao clima, sua variedade que produziria os mesmos efeitos do pitoresco no leitor, como a floresta amazônica imponente que despertava a harmonia perfeita e dava uma impressão de majestade; como o grito ruidoso dos animais e o canto dos pássaros que trariam à tona algo de selvagem e melancólico no leitor, mas não a ponto de horrorizá-lo, exauri-lo ou causar-lhe alguma dor. A arte, assim, resultaria da natureza e, paralelamente, atestaria a marcha da civilização nos trópicos na medida em que é um artifício humano que toca os mais belos e bons sentimentos ¹⁰¹. Ou seja, estabelecia-se um dos princípios fundadores da proposição de Gonçalves de Magalhães na *Nictheroy* em 1836, visto na *Introdução*.

¹⁰⁰ Denis, J. F., *Resumo da história literária do Brasil*, César, G. (org.), *Historiadores e críticos do romantismo. A contribuição européia: crítica e história literária*. Rio de Janeiro/São Paulo: LTC/Edusp, 1978, p. 37. O estudo de Flora Sussekind _ *O Brasil não é longe daqui*, São Paulo: Cia das Letras, 1990 _ explora justamente a interiorização, na literatura brasileira oitocentista, da experiência do viajante que mapeia um país, forjando uma imagem dele. Ela percebe a maneira pela qual se erigiu um narrador que se quer brasileiro, capaz de enunciar, poeticamente, as coisas do Brasil, enquanto um brasileiro. Também sobre esta redefinição da natureza brasileira e sua fortuna, enquanto herança e problema, na literatura, ver: Ventura, R., *Estilo Tropical _ História cultural e polêmicas literárias no Brasil*, São Paulo: Cia das Letras, 1991, especialmente parte I *Estilo, Raça, Natureza*.

¹⁰¹ Denis, J. F., *Scènes de la nature sous les tropiques, et de leur influence sur la poésie, suivies de Camoëus et Jozé Indio*, Paris: Chez Loius Janet, 1824. Logo na abertura do livro, na epígrafe, o autor reconhecia seu *parti pris* em Humboldt: *On ne saurait douter que le climat, la configuration du sol, la physionomie des végétaux, l'aspect d'une nature riante ou sauvage, n'influent sur les progrès des arts et sur le style qui distingue leurs productions*.

Ora, é interessante indicar a coexistência destes relatos de viajantes e sua produção imagética ancorados no pitoresco e estas memórias luso-brasileiras sobre a natureza brasileira, seus usos, possibilidades de naturalização de outras produções naturais no Brasil, resultantes muitas vezes de viagens filosóficas, de estudos *in loco*, que tiveram uma longa vida em termos de publicação e sucessivas edições, aparecendo tanto como pequenos livretos, no interior de um periódico como O Patriota de 1813-1814, sendo reproduzida em jornais voltados para artes e ciências, como no Nictheroy, O Guanabara, Minerva Brasiliense. Sobretudo vinham à tona no Auxiliador da Indústria Nacional ¹⁰², patrocinado e editado pela Sociedade da Indústria Nacional ¹⁰³, Museu Universal. Tais periódicos circulavam nas décadas de 1830-50, com a intenção de se portarem como jornais literários, culturais, científicos, dirigidos a um público leitor que se queria ou se entendia enquanto um letrado, ao menos, amador. Coexistindo com um projeto romântico de uma letartura nacional que surgia na revista Nictheroy, em O Guanabara, sem que um gênero de escrita sobre a natureza e suas considerações excluísse o outro ou o detratasse.

¹⁰² A título de exemplificar, gostaria de assinalar que, em 1841, o Auxiliador da Indústria Nacional reeditou ao longo do ano: **Observações sobre a canella do Rio de Janeiro**, por Bernardino Antonio Gomes escrita em 1798, **Memória sobre o cultivo e preparação do giroseiro aromático, vulgo cravo da Índia, nas ilhas de Bourbon e Cayena**, de autoria de Fourcroy e traduzida por frei José Marianno da Conceição Vellozo, **Memória sobre a pipereira negra, que produz o fructo conhecido vulgarmente pelo nome Pimenta da Índia** escrita por Frei Conceição Vellozo, **Dissertação sobre as plantas do Brasil que póde dar linhos próprios para muitos usos da sociedade, e supprir a falta do cânhamo de Manoel Arruda da Câmara**, **Memórias sobre a plantação dos algodões e sua exportação; sobre a decadência da lavoura de mandiocas no termo da Villa de Camamú, comarca de Ilheus**, escrita em 1798 por José de Sá Bethencourt, **Memória sobre a cultura de umbêmba**, e sobre a criação da cochinhilha por frei Conceição Vellozo e, com sua tradução, também publicou-se a **Memória sobre os queijos Roquefort de Chaptal**, **Memória sobre o bicho da seda indigena da Proivíncia do Espírito Santo: explicação histórica da sua vida, vantagens que se podem obter dando-se-lhe educação domestica** de Joaquim Machado de Oliveira. Em geral, estes escritos datavam de fins dos setecentos, mas ainda gozavam da capacidade de enunciar uma verdade científica, ensinar a domar a natureza, usufrindo das suas potencialidades.

¹⁰³ A Sociedade Nacional da Indústria Nacional nasceu dentro do Museu Nacional e Imperial na década de 1820, sendo seu jornal editado pela primeira vez em 1833 sob direção de Balthazar da Silva Lisboa, cônego Januário da Cunha Barbosa e frei Custódio de Alves Serrão, que estudara ciências em Coimbra, era lente de botânica, zoologia, química e mineralogia e ocupava a direção deste museu e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Ora, entre os fundadores da SAIN havia um apreço por esta história natural, a feitura das memórias e seus usos. Werneck da Silva, J. L., **Isto é o que me parece. A SAIN (1827-1904) na formação social brasileira. A conjuntura de 1871 até 1877**, Niterói: UFF, Dissertação de mestrado, 1979, p. 61-63, 78-80. O Auxiliador da Indústria Nacional sofreu uma interrupção na sua publicação em meados da década de 1830. Porém, ao retornar, atravessou o século XIX. Não posso deixar de recordar que do SAIN sairá a proposta e resolução de se fundar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (doravante, IHGB), sendo vários letrados

O *Auxiliador da Indústria Nacional* pautava-se por estas memórias, centrados numa descrição local, numa nova plantação, na explicação de uma nova máquina e sua utilidade, recobrando tanto a vida doméstica ao ensinar a combater formigas, carrapatos, cupins, as formas de bem usar o estrume, a maneira de fazer uma horta, quanto uma grande fazenda, um engenho exportador, uma plantação de arroz em larga escala. Para nós, tal periódico assemelha-se mais a uma grande enciclopédia de curiosidades e notícias caducas, com um rol de informações descabidas e engraçadas, porém, naquele momento _ entre as décadas de 1830-40 _ conformava um lastro de textos técnicos, permeados de cientificidade, almejando contribuir para o espraiamento das luzes, das técnicas, das boas formas de administrar um negócio, respaldado nas leis/mecanismos da natureza, agilizando a produção. No conjunto, despontando em diversas publicações, tais escritos se avolumavam, atravessando gerações de homens das elites brasileiras, pois alguns destes jornais, como o *Auxiliador da Indústria Nacional*, era remetido para outras províncias ou cidades importantes, atuando pedagogicamente na configuração do ideário destas elites, tratando inclusive de questões espinhosas como a escravidão, a necessidade de introduzir uma mão-de-obra livre, a formação de colônias.

Outro lugar no qual esta espécie de saber proliferou, ganhou envergadura de verdade legítima, foi no IHGB ¹⁰⁴. Estes letrados, muitas vezes os mesmos que assinaram estas memórias de fins do século XVIII, participantes ativos do processo de independência, membros da SAIN ¹⁰⁵, preocupavam-se com a elaboração de um saber

instituições, como o cônego Januário da Cunha Barbosa, Raymundo José da Cunha Matos, Emílio Joaquim da Silva Maia, ou anos depois, o próprio Varnhagen.

¹⁰⁴ Acho interessante notar que, em geral, a produção do IHGB é considerada pesada, esquemática, sem eficácia, quase uma bobagem. Contudo, a convivência com sua produção desfaz estes equívocos, pois estes homens tentaram arduamente criar uma interpretação histórica do passado e, simultaneamente, se preocuparam em discutir a elaboração de um saber histórico que se diferenciasse da literatura, da ficção, das lendas e romances, embora muito aprendessem com estas prosas, textos, incursionando freqüentemente por estas bandas. Tenho claro que a respeito do IHGB, mais aponto problemas e questões da época do que os resolvo. Por outro lado reconheço que, muitas vezes, a escrita maçante, longa demais, entremeada a uma erudição, que não é a nossa, tende a afastar o leitor.

¹⁰⁵ Este é o caso de José Feliciano Fernandes Pinheiro, mais tarde Visconde de São Leopoldo. Fundador do IHGB e seu primeiro presidente. Foi constituinte por São Paulo nas Cortes portuguesas, pertenceu à elite paulista, foi membro da SAIN. Vinha de uma família de negociantes que galgava postos militares, cursou filosofia, direito eclesiástico, geometria em Coimbra e já no começo do século XIX escrevera uma história da América editada pela Tipografia do Arco do Cego. Maria Odila da Silva Dias apontou com pioneirismo esta relação entre o reformismo ilustrado e a obra do IHGB, siga de certa maneira sua pista. *Op. cit.*

prático sobre o mundo político e a economia. No intuito de gerar riquezas a par do progresso, muitos deles se detinham no estudo das relações de trabalho ou no uso e implementação de novas técnicas, seja na agricultura, nas oficinas, seja no interior das residências.

Estes textos conjugavam-se às memórias acerca de uma região percorrida e desvedada que, assim, passava a integrar _ pelas lentes do naturalista _ o Brasil, porque estes homens do IHGB atuavam na esfera política e se impunham a grande e imprescindível tarefa de ordenar e fundar uma interpretação história válida e totalizante para o país recém-nascido, a par do melhor modo de escrevê-la. Neste sentido, reeditaram várias memórias apresentadas, de início, à Academia de Ciências. Vale dizer que a publicação de um texto na revista consistia num modo do IHGB manifestar a sua aprovação e endosso ¹⁰⁶, servindo ao autor como um índice social e legítimo de que pertencia a uma comunidade acadêmica.

No interior desta instituição, continuou-se a valorizar este gênero de escrita, as memórias, que poderiam subsidiar a história na ausência de uma série documental acerca de um fato, personagem, problema, lugar, ou para preencher suas lacunas. A fala balizada e autorizada destes naturalistas poderia, no limite, complementar ou até mesmo substituir as fontes consumidas pela *voragem dos tempos*. Na busca do passado brasileiro e da sua natureza, recorriam a estas memórias, imputando-lhes a força de um documento que auxiliaria na descoberta da história brasileira. Em 1843, cônego Januário da Cunha Barbosa avaliava a necessidade de novas viagens filosóficas, de expedições científicas adentrarem o Brasil revelando-. Afirmava ele no 5º. Relatório do IHGB :

Muito lastima o Instituto que ainda o Governo Imperial não tenha as necessárias proporções para fazer acompanhar essas comissões científicas, que o amor das sciencias traz ao nosso Império para examinaem as matas, rios, montanhas do nosso interior, de alguns jovens engenheiros e naturalistas das escolas militar e médica, que muito aproveitariam a si ao

¹⁰⁶ O secretário Joaquim Manuel de Macedo enaltecia os “serviços” prestados pela revista:... *a coleção de nossas revistas se tem tornado um cofre precioso, onde se guardam em deposito tesouros importantíssimos; e a leitura deles será muitas vezes frutuosa para o ministro, o legislador e o diplomata, e em uma palavra para todos aqueles que não olham com indiferença as coisas da pátria.* Relatório do 1º. secretário do IHGB, RIHGB, 1852, t. 15.

Estado, praticando com distinctos sábios, colhendo muitos esclarecimentos de que ainda carecemos, e muitos productos naturaes que enriqueceriam o Museu Nacional. A escola prática, que assim esses jiovens frequentassem, dilataria a esphera de seus conhecimentos dilatando a nossa gloria pela habilitação de engenheiros e naturalistas que se devem empregar em muitas commissões que o Governo tem de empehender. Tempo virá em que esta ideia tenha o seu necessário desenvolvimento, para que se não diga que os estrangeiros sabem mais do nosso do que nós mesmos ¹⁰⁷.

O IHGB pedia o apoio a novas expedições, confiando na enunciação de verdade e no saber do naturalista e, ao mesmo tempo, começava um elogio das obras dos letrados brasileiros de fins do século XVIII, ao fazer o elogio fúnebre e o seu perfil biográfico ¹⁰⁸ nas páginas da revista, tornando-o um varão do Brasil _ para usar uma expressão de Pereira da Silva. Aí arrolaram e exaltaram: Balthazar da Silva Lisboa, José da Silva Lisboa, José Bonifácio, Conceição Velloso, Alexandre Rodrigues Ferreira, Pereira Caldas, Manuel Ferreira da Camara Bittancourt e Sá, Azeredo Coutinho, Francisco Soares Franco, os inconfidentes mineiros e cariocas, justamente por assinarem poemas, obras literárias, evidenciando a presença das luzes por estas bandas. Criava-se, aos poucos, uma linhagem intelectual para o Brasil e, ao mesmo tempo, o IHGB se projetava como seu herdeiro direto.

Por seu turno, o IHGB buscava principalmente a construção de uma história que amarrasse coerentemente a história brasileira, o seu passado vislumbrado na majestosa natureza, numa coleção de paisagens e o seu presente do governo dos homens, marcado pela civilização.

¹⁰⁷ Relatório lido no acto de solemnizar-se o 5º. aniversário do IHGB, *RIHGB*, 1843, t. 5, p. 9.

¹⁰⁸ Havia uma sessão da RIHGB dedicada à Biografia dos Brasileiros Ilustres pelas Sciencias, Letras, Armas e Virtudes, edificando um panteão de letrados que, desde o período colonial e principalmente com as Academias literárias e científicas, contribuíram para o nascimento e desenvolvimento das luzes no Brasil. Tais homens e suas obras atestavam a própria marcha da civilização no país, assim o IHGB insistia também na idéia de história como uma galeria de homens exemplares e cheios de virtude, que com suas qualidades e obras concorrem para o progresso do país. Aliás esta necessidade de enxergar uma linhagem intelectual brasileira e as obras que expressassem este marcha das luzes emerge, com veemência, no esforço de reencontrar uma coleção de obras literárias ao Brasil. Dai as *modulações poéticas* e os *florilégios da literatura brasileira* cuidadosamente organizados na primeira metade do século XIX. O mesmo côengo Januário solicitava aos seus leitores que achassem poemas e romances olvidados, perdidos, que lhe remetessem para providenciar uma cópia, elencá-lo no rol das obras brasileiras e, assegurava, a restituição do escrito para as mãos do dono. Ele ainda colocava junto a cada poesia uma curta biografia do autor, visando tanto difundir o poema quanto repor a existência de

Ora, na década de 1840, o IHGB enfrentou dois dilemas importantes, entre outros ¹⁰⁹:

- * como desvencilhar a história brasileira da sua natureza magnífica, como entender esse passado onde história e natureza se confundiam, a ponto de a natureza resplandecer mais que a história;
- * de que formas se deveria criar e estabelecer uma narrativa histórica que abarcasse este mesmo passado, tornando-o conhecido no presente e inteligível.

À primeira vista, tratava-se de tarefas díspares e que ocuparam muitos dos membros do Instituto. Parece-me, no entanto, que elas estavam bastante imbricadas. Estes debates do qual participaram Fernandes Pinheiro, cônego Januário, a *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* de Debret, os escritos de Gonçalves de Magalhães acabaram por erigir tal natureza num patrimônio do país, pois ali o passado se tornava presente, podia-se encontrar vestígios de alguma grande e perdida civilização _ bem ao gosto romântico _ e a melhor narrativa para tal natureza e seu passado residia no romance, na lenda, na fábula.

Por isso, vários dos principais historiadores do IHGB dedicaram-se a montar coleções de poesias, arrolando-as desde o período colonial, sempre preferindo as que tematizavam a América e o Brasil ¹¹⁰. Entendiam que estas poesias abordavam um tema de maior consonância com a jovem nação e, ao mesmo tempo, reinventavam uma linhagem de intelectuais, de poetas e escritores, que os precedia na enorme tarefa de tornar o Brasil um assunto compreensível que também tocasse os sentimentos do leitor.

poeta num tempo anterior, do famigerado passado colonial. *Parnaso Brasileiro, ou collecção das melhores poesias dos poetas do Brasil*, Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Nacional, 1829/1830.

¹⁰⁹ Tais indagações eram permeadas por problemas sociais e políticos como, por exemplo, trazer o índio para a civilização, disciplinando-o para o mundo do trabalho, coagindo-o a pertencer a uma ordem social. Sobre esta relação história/natureza, ver: Domingues, H. M. B., *A noção de civilização na visão dos construtores do Império (A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 1838-1850/60)*, Niterói: UFF, Dissertação de mestrado, 1989, especialmente A Questão da Origem.

¹¹⁰ Além do mais, entendia-se a própria literatura como uma prova eficaz da marcha da civilização e convocava um trabalho delicado com a linguagem e as origens de um povo. Pereira da Silva em seu *Parnaso Brasileiro ou seleção dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil*, publicado no Rio de Janeiro por Eduardo e Henrique Laemmert em 1843, dizia que a literatura : *é o desenvolvimento das forças intelectuais todas de um povo: é o complexo de suas luzes e civilização: é a expressão do grau de ciências que ele possui; e a reunião de tudo quanto exprimem a imaginação e o raciocínio pela linguagem e pelos escritos.*

Tentava-se repor uma coerência entre o assunto, o passado, a forma poética que lhe faria jus e, paralelamente, estes autores e outros sócios publicavam pequenos romances sobre índios(as) que se casavam com brancos (as), os primeiros contatos entre aqueles filhos da natureza e os homens civilizados, romances que adquiriam uma dimensão histórica, servindo para propagar uma idéia de Brasil e cultivar um sentimento patriótico no leitor.

No entanto, a grande expectativa recaía sobre o possível, senão provável, aparecimento, num futuro próximo, de um épico que narrasse a natureza brasílica e sua gente. Talvez a melhor solução, para atender este anseio por um épico, resida na publicação de *O Guarani* de José de Alencar, quando finalmente combinam-se com rara felicidade, nos conformes da estética e gosto românticos, um jovem e viril índio de boa índole com a prestimosa e boa alma de uma rapariga portuguesa: Peri e Ceci. No interior da floresta, perto do Paquequer e no meio ao solar dos Mariz, no bojo de uma tensão entre brancos e índios, os dois descobrem o amor, a felicidade de estarem juntos e o quanto um pode ser imprescindível ao outro. Na cena final do romance, depois de um cataclismo, funda-se um novo tempo histórico que nasce de um dilúvio no qual ressoam as referências bíblicas. Mais do que em qualquer momento anterior, a natureza paria o tempo da história, ao participar de seu mito de origem ¹¹¹.

Caberia, à história, a erudição, o domínio das fontes e uma necessidade de enredá-las numa narrativa que demarcasse os fatos, entrelaçasse os acontecimentos, revelando aí um passado colonial no qual a tirania da metrópole portuguesa, muitas vezes, se evidenciava. Houve, então, um esforço em separar a história da fábula, como gêneros narrativos genuínos de um país, sendo que a última poderia se ocupar da natureza, tratando de seus mitos, magias, personagens fabulosos.

Porém uma aporia persistia: apesar desta separação da ordem do método entre natureza e história, como negar que no passado do Brasil a natureza era vital e,

¹¹¹ Ver De Marco, V., *A Perda das Ilusões – O romance histórico em José de Alencar*, Campinas, Ed. UNICAMP, 1993. A autora mostra a recorrência do autor a fontes consideradas históricas que vão sendo entremeadas ao romance e lhe dando sustentação. Além de evidenciar a importância de um desfecho que entreabria o tempo histórico ao demarcar um mito de origem. Sob hipótese: talvez este romance de Alencar tenha resolvido, em parte, a necessidade epistêmica de um épico brasileiro que mediasse natureza e história.

em certa medida, gestava o presente? Como trazer para dentro da história o problema da natureza?

Cônego Januário da Cunha Barbosa indicou com precisão o problema: qual o plano para escrever a história do Brasil? No concurso promovido pelo IHGB em torno desta questão, von Martius respondeu e foi laureado com o único plano aprovado e autorizado pelo IHGB ¹¹². Seu projeto vinha justamente responder esta necessidade epistêmica de casar passado/presente ou, em outra versão, natureza/história.

Nascia aqui um parâmetro _ várias vezes reiterado _ para se pensar e escrever esta história que aliava, de modo coerente, o saber histórico e a natureza, sem enveredar, contudo, pelo romance, pela fábula. A grande novidade de seu projeto consistia em propor que a escrita da história brasileira deveria recuperar cada passada, a maior parte dos vestígios, das formas de viver, dos contatos e convivências entre índios, brancos e negros, remontando à pesquisa documental, inclusive à África, aos sertões brasileiros, ao recôndito da mata, aos arquivos europeus organizados. Ele expunha, pela primeira vez, a possibilidade de tramar a história brasileira recorrendo a seu povo, que se espalhara num passado colonial e num passado anterior, mais remoto, por todo território quando os homens atravessaram o Estreito de Behring.

Criava-se uma continuidade histórica que se originava na natureza _ os índios _ permitia a entrada de novas raças _ os negros, enredar-se-ia à civilização dos portugueses. Habilmente, o naturalista, filósofo von Martius criava um princípio histórico que amarrava todo o território brasileiro e todo o seu passado, evitando a sua fragmentação que pareceria postiça, pois o argumento chave e forte asseverava que, no seu conjunto, tais raças constituiriam, num futuro não muito distante, o *povo brasileiro*. E, se algum “espertinho” reivindicasse a quebra da unidade nacional, estaria se contrapondo a um princípio anterior e maior ditado pela natureza, à medida em que se pautava por uma noção de raça, o que naturalizava, de imediato, este sujeito histórico. Assim também a tentativa de rebelião que levasse à quebra da

¹¹² Como se deve escrever a história do Brasil, *RIHGB*, 1844, t. 6.

unidade nacional ameaçaria um sujeito histórico, embuído de legitimidade e ação humana _ sem a qual a história não ocorre: o próprio povo.

Vimos, aqui, uma linhagem intelectual forjada entre fins do século XVIII e meados do XIX a par de um espraiamento de uma acepção positiva da natureza brasileira, contudo uma preocupação com a sua gente, tão heterôgenea, incapaz de por si só exercer o governo, empreender a história da civilização; daí a necessidade de um bom governo que administre o país e realize as mudanças que a civilização exige. Nesta concepção, a monarquia constitucional, tendo a frente um imperador, se erigia na melhor forma de governo e na autoridade pública máxima que desempenha um papel central.

Contudo, falta estudar e demarcar os deslocamentos operados na figura do rei português em D. João VI. Como vários debates liberais assolaram a sua autoridade a ponto de forçá-lo a ceder a um pacto liberal. Conquanto, a noção positiva do Brasil, com sua natureza continuava a ser moldada `as expensas inclusive deste rei e, depois, de D. Pedro, que custearam viagens, expedições científicas. Entre 1810-1820, a dinastia de Bragança patrocinou a missão artística francesa, fundou o Museu de História Natural, a Academia Real de Medicina, implementou a fábrica de pólvora no Rio, os hortos botânicos pelo Brasil, ao mirar a civilização e levar a avante o projeto do poderoso império. No entanto, no além-mar, várias vozes reclamavam de que Portugal se convertera na colônia do Brasil.

A INVERSÃO DOS PAPÉIS: PORTUGAL COMO COLÔNIA DO BRASIL

Silvestre Pinheiro Ferreira foi o primeiro conselheiro a avisar D. João que a sua ausência era muito ressentida em Portugal, alertando-o quanto à uma possibilidade de revolta, anarquia, caso ela se prolongasse demais, e preocupando-se com o risco de se romper a unidade luso-brasileira; daí que sugerira a ida do Príncipe da Beira para acalmar os animos.

No entanto, existiam outras reclamações pedindo o retorno do soberano, após a expulsão dos invasores. Ao saber em 1817 do auto de levantamento a ser celebrado no Rio de Janeiro, os ministros do reino – Marquez de Borba, Principal Souza, Ricardo Raimundo Nogueira, João Antonio Salter de Mendonça – escreveram para D. João no Rio:

Não devemos porem, Senhor, occultar a V. Mage. por nossa honra, e obrigação, o descontentamento geral de todos os Seus fiéis Vassallos pela demora de V. Magestade no Reino do Brazil, depois dos extraordinarios sacrificios, e heroicidades, que fizerão, para conseguirem a salvação da Monarquia, e a prompta restituição de V. Mage. á antiga sede da mesma....E todos supplicamos a Deos Nosso Sr inspire a V. Mage., que se compadeça da necessidade, que temos da Sua Augusta Presença nestes Reinos para a conservação dos mesmos, e nossso amparo e se digne pela sua Misericórdia dispôr tudo de maneira, que V. Mage. Possa vir com toda a brevidade ¹¹³.

De dentro do próprio governo português pedia-se a presença real. Havia uma compreensão generalizada de que Portugal estava *orfão*, sem seu rei, e que o epicentro do Império residia no Rio de Janeiro. Em 1818, um anônimo solicitava, num português ruim, a volta de D. João, ponderando que conjurações, como a de Gomes Freire Andrade de 1817, ocorriam porque o rei estava ausente, bem como invertera-se a relação colonial no que tange ao comércio, ofícios, às fábricas, artes, e agricultura e reivindicava-se o tratamento dado aos brasileiros, a fim de atenuar seus males:

Agora por nossa deSgraça, estamos vendo os louros voltados, aque vinha do Brazil, para Portugal, vay Agora de Portugal para ô Brazil...e não Somos nós por ventura, Bassallos de V. M. para Sermos tratados pella mesma maneira q. são hoje os Brasileiros?que tão felizes seachão enos emtanta desGraça? há mt.o bem pode V. M. socorrernos, quando não, Será por tempos, V. M. Rey dehum Povo mendigo, edesgraçado ¹¹⁴.

Em 1817, porém, a hegemonia brasileira estava consumada e evidente diante da crise econômica enfrentada por Portugal, cujo maior perigo era degradingolar –

¹¹³ ANTT, Ministério do Reino, Governadores do Reino, Registro de Cartas ao Príncipe Regente, Livro 317, Carta 466, 17/03/1817, fl.377.

como avisavam os governadores do reino ao discorrer sobre o erário _ numa *revolução*. O Império enfrentou, no mesmo ano, duas revoltas dos dois lados do Atlântico: a insurreição em Pernambuco e o movimento de Gomes Freire Andrade, que almejavam governos próprios desvinculados do Rio e da casa de Bragança.

Além da simultaneidade das datas, estes movimentos evidenciam a fragilidade desta união que precisava ser repensada em sua estrutura, bem como indica a maneira pela qual se ordena um movimento que se quer rebelde, cuja finalidade consistiria em destituir o governo e implantar uma nova autoridade pública gestora do estado. Adianto ao leitor que a reconstituição destes movimentos de 1817 corre por conta das devassas, viajantes, documentos oficiais, historiadores, o que implica, da minha parte, em apontar os envolvidos, perseguir os objetivos, tentar esboçar o modo da ação e localizar os signos, os gestos, as cerimônias, as cores, que investem tal movimento de uma representação coletiva que busca convencer o outro.

Em Lisboa, quando o marechal Beresford soube que Pedro Pinto de Moraes Sarmento, capitão ajudante de ordens do Brigadeiro Vahia, vira num botequim uns panfletos contra o governo e fôra convidado por Antonio Cabral Calheiros para participar de uma sociedade secreta cuja intenção era derrubá-lo, afastar todos os oficiais ingleses, reorganizar a administração do estado e o comércio, rever o plano para as tropas, mandou que se inteirasse mais do assunto, fingindo a sua adesão. Um dos panfletos, o mais sintético, proclamava com violência ¹¹⁵, propondo uma inversão da ordem estabelecida:

Espírito Nacional

Quem perde Portugal? o Marechal

Quem sanciona as Leis? o Rei

Quem são os executores? os Governadores

¹¹⁴ Carta de hum fiel vassallo a El rei D. João VI, relatando o estado do reino de Portugal sob o governo regencial e pedindo a volta de S. M., *Documentos para a História da Independência...*, Op. cit., p.6.

¹¹⁵ ANTT, Casa Forte, Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, Maço 22, fl. 204. Trata-se da devassa aberta para apurar o crime, constando depoimentos e papéis apreendidos.

Para o Marechal: hum Punhal

Para o Rei: a Lei

Para os Governadores: os Executores.

Ao conseguir uma lista de nomes, papéis comprometedores e temendo que a sedição ocorresse a qualquer momento, Beresford e os governadores do reino ordenaram a prisão de todos os implicados, instauraram um processo e não hesitaram em enforcar 11 dos acusados, entre eles o general Gomes Freire Andrade que era considerado um herói de guerra e, há um ano, tornara-se grão-mestre da maçonaria, onde se organizava uma rede de amigos, hierarquia, solidariedades, um pertencimento do indivíduo a um grupo social.

A Sociedade nasceu em abril de 1817 e basicamente se compunha de homens vinculados às tropas ou que por elas passaram: o coronel reformado Manoel Monteiro de Carvalho, o alferes do Regimento de Infantaria n. 4 José Joaquim Pinto da Silva, o alferes de Regimento de Infantaria n. 16 José Ribeiro Pinto, o major do Batalhão de Caçadores José Francisco das Neves, o antigo sargento que servira no Regimento de Infantaria n. 4 Henrique José Garcia de Moraes, o capitão de artilharia n. 3 Manuel de Jesus Monteiro, o capitão de Infantaria n. 13 Pedro Ricardo de Figueiró, o oficial de Infantaria n. 4 Manuel Ignacio de Figueiredo, o ex-tenente do Regimento de milícias Maximiano Dias Ribeiro, o segundo tenente do Regimento de Artilharia n. 4 Antonio Pinto Fonseca Neves, o antigo tenente do Regimento de Infantaria n. 13 Verissimo Antonio Ferreira da Costa, o general Gomes Freire Andrade, o antigo alferes do Regimento de Infantaria n. 3 Antonio Cabral Calheiros.

O conhecimento entre eles se deve por terem prestado serviço no exército ao mesmo tempo, ou sob o comando de um ou outro oficial. Por exemplo: o coronel Monteiro servira a Gomes Freire Andrade no Regimento de Infantaria n. 4, de onde provinham vários conjurados, e continuava a receber em sua casa a José Ribeiro Pinto. Embora nem sempre todos os envolvidos se conhecessem ou fossem membros do exército, Campelo acabou entrando no movimento por ser amigo e vizinho de José Ribeiro Pinto, um alferes. Também participavam o arquiteto Francisco Antonio de

Souza e o bacharel João de Sá Pereira Soares. Foram ainda presos o barão d'Eben, José Diogo Serra, José Dionízio da Serra, Cypriano Lopes, além de outros tantos para averiguação de dados. Por exemplo: para saber como se tinha executado a impressão dos pasquins, quem os tinha lido, se existiam outros participantes não arrolados ¹¹⁶.

Os papéis surruiados por Moraes Sarmento, numa reunião no dia 19 de maio, e entregues a Beresford denotavam os anseios e a organização da sociedade. Havia um procedimento estabelecido para a entrada de um novo associado, que se moldava num ritual onde o novo membro era levado, numa noite, pelas ruas da cidade até chegar a uma casa. Vendado era apresentado a três associados e *num dos angulos da casa, para onde a luz fará sombra e assentado então o admitido da parte da claridade, e do lado oposto, ou com a frente para elle; o seu padrinho, ou um dos associados* ¹¹⁷ lhe exigiria uma identificação e indagaria:

- * que pensa do atual estado português e quais os seus deveres;
- * se cumpriria os deveres desta sociedade, unindo-se a ela até a morte;
- * com quais meios pode auxiliar a sociedade;
- * se ratificaria tudo jurando os Santos Evangelhos.

Na sequência, o novato tem a venda retirada, é saudado pelo mais eloquente associado presente à ocasião e, de preferência, sugere nomes de amigos seus para adentrá-la.

É inevitável vislumbrar, neste rito de entrada, a aproximação feita entre a luz e a sociedade, a saída do membro da cegueira passando para um lugar mais iluminado, a sua vontade de se expandir à medida em que tão rapidamente solicita nomes para integrá-la, um forte traço maçônico ¹¹⁸, pois o rol de perguntas em que se

¹¹⁶ O Desembargador responsável pelo processo tenta minuciosamente reconstituir quem tivera acesso aos pasquins, seus autores, aonde iriam ser afixados, quem os distribuiria, porque precisa circunscrever toda rede de pessoas relacionadas à sedição.

¹¹⁷ Apud Brandão, R., *Vida e morte de Gomes Freire*, Lisboa: Ed. Comunicação, 1987, p. 120.

¹¹⁸ O juramento prestado nas Deputações começava, valendo-se da geometria, da noção de um mundo projetado, ordenado e criado por um demiurgo: *Árbitro Supremo Increada Essencia, Magnifico Arquitecto da Maquina Ordenada que habitamos...* Op. Cit., p. 119. Além de alguns envolvidos serem maçons como o próprio Pedro Pinto de Moraes Sarmento, José d'Andrade Corvo de Camões, João de Sá Pereira. Sob hipótese: talvez o fato da

exige a manifestação da boa vontade do novo membro, sua plena adesão jurando segui-la até a morte sob os Santos Evangelhos, também estava presente no batismo de um novo maçom. Além disso, a cerimônia buscava criar um caráter secreto à sociedade e uma solidariedade entre seus membros.

Desta série de papéis ainda constava: proclamações, fórmulas para instalar deputações em várias partes do país, instruções e normas para tais deputações, mapas de novos associados e um sistema em código para correspondência, no qual cada letra ganhava uma outra para representá-la e se explicava como estabelecer uma correspondência sem cair no risco de uma espionagem, um desvio ou perda de documentos. Estes papéis demonstram o vivo interesse da sociedade em angariar mais adeptos para além de Lisboa e a consciência de que exerciam atividades rebeldes, contrárias ao governo, que, para se efetivarem, precisariam de uma ação sistematizada. Eles se opunham ao soberano e seu ao representante, Beresford, que se tornara um tirano. Um dos papéis recolhidos afirmava:

Destronizar um Soberano, que se tornou tirano dos seus Vassallos, quando não tenha outros encontros, tem ode arriscar a segurança da Soberania às vicissitudes populares, e todo homem sisudo deve constituir-se [em] muralha para defendello: Mas hum tirano subalterno cujo Machiavelismo, e intriga ... que promove atestada contra a Soberania, mete entre o Soberano, e os Vassallos, quando não hum odio irreconciliavel ao menos huma pecaminosa indiferença deve ser banido pelo menos como Réo de Leza Magestade, e Leza Nação ¹¹⁹.

Beresford afastara, através do seu governo, o rei de seu vassalo, cometendo um crime dos mais graves. Assim, o rei não era querido, criando-se um abismo entre o seu vassalo e a sua real figura. Encarava-se tal afastamento como uma quebra da ordem social, uma maneira de retirar o soberano do trono, do seu lugar. O próprio documento explicita a maneira simbólica pela qual se negara a figura de D. João, enquanto um soberano:

As Luminárias, q. he outro testemunho da alegria publica, mostráoão antes tristeza publica. As do Regimto. N. 16, que se o Povo tivesse prefêito gosto com a Aclamação doseu

cerimônia usar elementos maçônicos acabasse por lhe conferir uma aura de aprovação e legitimidade que talvez não fosse tão fácil criar.

Soberano fazia empedaços, eaos seus Authores, escapavão pela indifferença detodos. Ellas tratávão só das ... do Regimto. sem falar no objecto Augusto da Aclamação foi pela indifferença geral, que à aparição do Retrato do Monarca nenhum só viva se ouviu ¹²⁰.

As luminárias funcionavam, no vocabulário político da época, como uma forma de exaltar o rei e, paralelamente, expressar a adesão do povo ao governo e seu contentamento. Sequer as luminárias eram a favor de D. João, sendo que as do Regimento n. 16 _ do qual fazia parte o empenhado José Ribeiro Pinto _ estavam despedaçadas, sem grandeza, sem ser por inteiro. Os conjurados se viam sob um domínio tirano e esquecidos pelo rei.

Eles ainda se opunham às condições vividas pelo exército e queriam reformá-lo, estruturar e por em prática um novo plano que o ordenasse. Opunham-se aos oficiais ingleses, porque tiravam estes cargos aos portugueses, queriam substituí-los pelos da terra *que se achavão em desgraça* ¹²¹, reclamavam dos soldos atrasados, do seu baixo valor e de que não existiam fundos para pagar os reformados e os montepios. Além disso, discordavam do novo plano de recrutamento criado por Beresford.

Não à toa, encontraram em Gomes Freire Andrade um dos nomes para liderar o movimento, pois ele, em 1806, publicara um projeto para reorganizar o exército ¹²². Defendia que este deveria ter utilidade em tempos de guerra e paz. Nos de guerra, se usariam as táticas e, nos de paz, não se poderia afastar o soldado de sua região _ como muitas vezes ocorria _ tampouco absorvê-lo anos a fio no serviço _ o que era bem comum. Para tanto, propunha que o soldado residisse na área em que nascera, prestando serviço ali mesmo, sem abandonar a família, antes servindo-lhe na lavoura, no pastoreio, diminuindo a sua carência. Também criava formas de o soldado encerrar o seu recrutamento em vista das necessidades e penúria familiares; assim, a morte de um pai, os irmãos pequenos e uma pobre mãe permitiriam que o soldado deixasse a tropa para se dedicar aos seus.

¹¹⁹ ANTT, Casa Forte, Ministério dos Negócios eclesiásticos e da Justiça, Maço 22, fl. 20v-21.

¹²⁰ *Op. Cit.*, fl. 21v.

¹²¹ *Idem* fl. 511. faz parte do depoimento de Henrique José Garcia de Moraes que trata de forma mais sistemática das reclamações quanto ao exército.

¹²² Trata-se do *Ensaio sobre o methodo de organizar em Portugal o exército*, Lisboa: Off. de João Rodrigues Neves, 1806.

No universo dos soldados e nas suas condições de vida, afora o longo tempo que este trabalho compulsório lhes roubava, o projeto devia soar como uma mudança simpática e providencial em várias situações. Por outro lado, do ponto de vista mais geral, o plano tentava estabelecer uma relação entre a agricultura, a província e a mão-de-obra, a fim de beneficiar a produção e retirar a agricultura das dificuldades em que se encontrava.

Esse quadro de tirania e desagrado com o exército esboçado pelo associados, acabava por justificar uma revolta. Numa carta, apreendida pelo Intendente da polícia e endereçada ao rei, expunha-se o direito adquirido de revolta:

*Esta Carta talvêz parêca a V. Exa. hum Attentado à Real Soberania; por q. hum vassalo pertender oppor-se às determinações do seu Soberano, hé hum acto de revolta; mas seja desculpavel a hum bom Português chorar os males de sua desmantelada Patria..*¹²³.

Vivendo sob apreensões _ para usar uma palavra várias vezes repetida nos depoimentos _ o povo teria o direito de se revoltar, principalmente para evitar um mal maior que desembocasse na completa anarquia e num derrame de sangue. Justificava-se assim a rebeldia. Ela não era, nem poderia ser, desenfreada, sem rumo; embora fosse necessária para mudar o governo e as condições de vida enfrentadas.

Este entendimento atravessava também a maneira pela qual se daria o movimento, a conjura, a sua própria forma de ocorrência. Preocupados em averiguar e destrinçar este acontecer, o Desembargador Joze Vicente Caldeira de Cazal Ribeiro, em nome da Intendência de polícia e do estado, perguntava suscitantemente ao coronel Monteiro:

*... qual era o desenvolvimento do Plano concebido para vir a effeito a Revolução projetada?*¹²⁴

Reconstituindo vários depoimentos, a resposta mais geral e completa seria a seguinte. Numa noite, juntar-se-ia o partido da Tropa, a guarnição da capital, parte da polícia, na rua, formando um motim na praça pública. Iriam depor e prenderiam

¹²³ ANTT, Casa Forte, Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, Maço 22, fl. 216.

¹²⁴ Op. cit., fl. 335.

Beresford e os oficiais ingleses, assumindo o governo um Conselho Regenerador ¹²⁵, responsável por reorganizá-lo, convocando as Cortes que escolheriam um rei constitucional. Daí, a importância de contar com associados ligados ao exército e espalhados no seu interior, pois dele nasceria o movimento.

Contudo, num momento chave, quando toda a tropa e milícia ocupassem a cena pública, em meio ao motim, os oficiais elegeriam um comandante _ previamente avisado e cúmplice da revolta _ que seria chamado para evitar a sedição popular. Este era o lugar destinado a Gomes Freire Andrade, que no seu depoimento afirmou inteirar-se da rebelião para:

*... conhecer afundo do que se tratava para que no caso de que ouvesse huma subita explosão elle respondente poder dar mediante a sua popularidade apreciza direcção a ella para conservar o Reino ao Soberano e evitar a Anarquia...*¹²⁶

O movimento acabou por incorporar ao seu título o nome de Gomes Freire Andrade, que nem iniciou o movimento, tampouco o arregimentava. Contudo foi chamado por Cabral de cabeça principal, a Intendência da polícia precisava de um mandante e duvidava que os outros fossem capazes de pensar e engendrar tal plano, vinha de uma família importante, era um maçom altamente graduado e fora um veterano de guerra. Além disso e, principalmente, desempenharia um papel capital no processo da revolta, porque a sua pessoa controlaria, com a sua presença, o desenrolar do motim, dominando a sua capacidade de expandir-se, impondo-lhe um limite. Por isso, não escapou à força e seu nome ficou para sempre associado à rebelião de 1817.

É fundamental reparar, aqui, como havia um entendimento, por parte de alguns associados, acerca do processo de uma rebelião. Ela precisava da presença e atuação das forças vindas do povo, como a tropa, porque, sem estas, não se consumaria o motim e a capacidade de mudança, contudo não poderia ir além, seguindo o próprio fluxo do motim, era premente regular o seu ritmo e intensidade,

¹²⁵ A Intendência de Polícia insistia em descobrir os nomes dos integrantes deste Conselho, sendo que alguns depoentes arrolam outros nomes afora o de Gomes Freire Andrade, tais como o Barão d'Eben, o marquês da Ponta de Lima. A fim de alcançar seus intentos, foi feita uma proclamação pela sociedade que pregava uma obediência cega ao Conselho, escandindo qualquer possibilidade de revolta.

¹²⁶ *Idem.*, fl.394.

somente um líder poderia controlá-la.

Os rebeldes não queriam fundar uma república, antes se viam como um fio de continuidade em relação à monarquia, buscando lhe dar um novo estatuto _ o constitucional _ mas nunca desejaram refutá-la. Entendiam que davam prosseguimento à fundação de Portugal, cujo nascimento se dera por intermédio da figura de um rei. O Juramento das deputações dizia:

*... Os Reinos Senhor, cuja independencia vamos defender sam Vossos; vós os fizesteis para Vós; Vós os desteis ao Santo Affonso nos Campos de Ourique, e lhos desteis para que vos guardasse. D'elle hoje o Ingrato Neto atrevesse a querer profanar a Vossa Obra, e atropelar os Nossos Direitos...Nós poucos, protestamos e juramos o designio frustrar-lhe, e a Patria conservar qual a creasteis...*¹²⁷.

Eles procuravam repor, através da monarquia constitucional, a ordem anterior, de um tempo de outrora, onde o rei era querido, justo, e eles tinham seus interesses atendidos, daí a intenção de formar um Conselho Regenerador. Um livro publicado, em 1818, condenou o movimento, atacando virulentamente um dos seus objetivos: instaurar uma monarquia constitucional. O autor anônimo achava que este monarca sempre estaria no fio da navalha, pois não representava a sociedade globalmente, nem a tinha sob os seus desígnios, ficando à merce das negociações do estado, da vontade do povo, de outros interesses, ele não realizaria os seus desejos ou os de todo o povo ¹²⁸.

PERNAMBUCO: AS CORES DA REPÚBLICA

Naquele mesmo ano de 1817, entre março e maio, por mais de 70 dias, o

¹²⁷ Brandão, R., *Op. cit.*, p.119.

¹²⁸ Trata-se de *Reflexões sobre a Conspiração descoberta e castigada no anno de 1817 por hum verdadeiro amigo da Patria*, Lisboa: Imprensa Regia, 1818. Na p. 71, ele assim definia este rei: *He hum Executor, ou mandatario dos arbitros de hum partido, ou conloio, que no momento predomina em qualquer Nação; he hum idolo fantastico, que a vaidade, e a ambição dos sediciosos deseja ter distante dos olhos, como que para lhes excitar o appetite das honras, e apparatus pomposos; he huma victima exposta aos furores da aristocracia, e democracia, sempre proxima a passar do throno ao cadafalso.* Convém reparar que as insignias, que cercavam

governo de D. João enfrentou uma insurreição em Pernambuco, a qual os participantes chamaram de *revolução*.

A junta de governo _ forma escolhida para representar e exercer o governo - provisório era composta pelo padre João Ribeiro, pelo negociante Domingos José Martins, pelo magistrado José Luís Mendonça, por Manuel Correa de Araújo _ representante da agricultura, e Domingos Theotônio Jorge Martins Pessoa pelo corpo militar. Ela derrubou o governador submetendo-o a uma derrota na Fortaleza de Brum, conclamou a adesão da Paraíba e Rio Grande do Norte, decretou a separação de Pernambuco do resto do Brasil e instaurou uma república. A junta era auxiliada por um Conselho formado pelo desembargador Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, Antônio Moraes e Silva, José Pereira Caldas, o deão Bernardo Luís Ferreira Portugal e o negociante Gervásio Pires Ferreira, todos eles passaram pela Universidade de Coimbra, conheciam ou eram maçons. Além disso, vários destes homens tinham estudado ou atuado no Seminário de Olinda e na Tipografia do Arco do Cego.

Participavam deste movimento: uma parte dos negociantes inclinada, cada vez mais, a incrementar as exportações sem passar pelas casas comerciais, sediadas em Lisboa, que repassavam o algodão, o açúcar e outros produtos para a Inglaterra, embora existissem negociantes ingleses e franceses no Recife. Outra ala de negociantes, na maioria portugueses residentes em Pernambuco, mas fortemente vinculados às casas comerciais lisboetas, se opôs ao movimento. Já com ele simpatizavam: diversos proprietários de terras e engenhos preocupados em desvincilhar-se das dívidas que ainda eram cobradas por conta da antiga e finda Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba; ou que ficavam na pendência dos monopolizadores das prensas, o que acabava por baratear o preço do algodão; homens do clero, marcadamente os formados no Seminário de Olinda, leitores de iluministas como o Padre João Ribeiro, que tinha muitos admiradores; pequenos sitiantes, homens livres, boticários, o mulato Pedro da Silva Pedroso, _ que chegou a capitão com o movimento.

o rei, perdem, aqui, seu caráter litúrgico e constituinte da existência de um monarca, tornando-se apenas uma falsa pompa.

Todos estes, de modo geral, se opunham ao aumento da carga tributária que Pernambuco pagava desde a instalação da corte, o que contribuía para uma visão despótica do rei. Também participaram escravos e negros. Muitos dos escravos, participaram sendo trazidos para o Campo do Erário pelos seus próprios senhores, como fizeram: Claudino José Carrilho, coronel Suassuna, José Carneiro Carvalho da Cunha, capitão-mor Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque a fim de auxiliarem no confronto militar; outros porque foram convocados diretamente pelo Governo Provisório nas horas de aperto, diversos por iniciativa própria, dos quais se tem poucas notícias. Além disso, muitos destes negociantes, proprietários, homens livres também eram integrantes das tropas, que auxiliaram a efetivar o movimento ¹²⁹

Como se deu este movimento? Qual foi seu início? Depois de uma delação, o governador Caetano Pinto mandou prender civis e militares denunciados, como o negociante José Martins e o capitão Domingos Teotônio. Já no dia 4 de março, ele recomendou a seus oficiais a subordinação prevista pelas leis militares. Nesta mesma ordem do dia, alertou que a sociedade ocorre em função da relação existente com o monarca e não com o lugar aonde se nasce, numa alusão à animosidade entre brasileiros e portugueses, pois comentava-se que a revolta seria contra os portugueses e empreendida por brasileiros. No entanto, suas ordens não foram completamente cumpridas. No regimento de artilharia, o capitão José de Barros Lima feriu o brigadeiro Manuel Joaquim Barbosa de Castro, que era malquisto pelo soldados devido à sua severidade. O ajudante de ordens do governador, tenente-coronel Alexandre Tomás de Aquino Siqueira, foi ao quartel tentar resolver a situação e acabou morto pelos soldados. Em seu próprio socorro, o governador se recolheu na fortaleza de Brum.

Os rebeldes, presos anteriormente sob as ordens do governador, foram soltos. Na sequência, houve uma disputa entre *realistas* e *patriotas* pelas áreas da cidade: a ponte que ligava o Recife e o bairro de Santo Antonio, a resistência no regimento de

¹²⁹ Um estudo que rastreia os vários interesses em jogo entremeados ao desenrolar dos acontecimentos, encontra-se em Leite, G. L., *Pernambuco, 1817: estrutura e comportamentos sociais*, Recife: Ed. Massangana da Fundação Joaquim Nabuco, 1988.

Olinda, o domínio sobre o Campo do Erário, onde o marechal José Roberto Pereira da Silva defendia o governo *realista*.

A fortaleza de Brum se rendeu no dia 7. Para conquistar o governo, os rebeldes contaram com uma ação das tropas, com os comandantes, em geral proprietários, e os soldados recrutados ¹³⁰, além de ter se iniciado dentro de um quartel.

Outros interesses se faziam presentes na rebelião e a impulsionaram, mas ela tinha seu ponto de partida numa ação com as tropas, mobilizando a sua violência, força física e a sua organização interna, que lhe designava um líder, uma prioridade de ordens a serem seguidas, uma hierarquia, um posicionamento determinado dentro de um espaço _ como numa praça pública.

Numa proclamação de 9 de março, o governo provisório ao narrar o acontecido privilegiava um sujeito empreendedor da revolta, que se manifestou e se expandiu em favor de seus oficiais, a tropa:

A Tropa inteira se supôz envolvida na ruina de alguns de seus Officiaes, o grito da defeza foi geral, elle ressou em todos os angulos da Povoação de Santo Antonio; o povo se tornou Soldado, e protetor dos Soldados, porque erão Brasileiros como elles ¹³¹.

¹³⁰ Koster comenta que a administração no Brasil é militar, criando uma hierarquia entre os que têm propriedades e os despossuídos, aborda o recebimento de soldos ou não por parte dos oficiais, revela o tratamento senhorial e abusivo dos comandantes frente aos recrutados, podem mandá-los de um lado a outro à sua revelia, autorizam prisões sem justificativa e os mantêm trancafiados por nada, cercam as casas dos homens recém-recrutados para que não fujam, ele chega a afirmar: *Os abusos nesse exercício de Capitão-mor são inumeros e as classes baixas de pessoas livres são oprimidas por esses grandes homens e seus subalternos, até mesmo cabos*, Koster, H., *Viagens ao Nordeste do Brasil*, São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1942, p.261. Por sua vez, os recrutados respondem com as fugas, com as reclamações dos baixos soldos e fardas em péssimo estado. Oliveira Lima ressalta que, neste momento, o serviço militar era universal, obrigatório, abarcando todos os homens de 16 a 60 anos. Somente os regimentos de linha e os oficiais superiores de milícia recebiam soldos, sendo que o capitão-mor, normalmente, era um agricultor, responsável pela milícia e não recebia soldo. Acrescente-se, porém, que tal cargo conferia destaque ao sujeito na sua região. Tavares, F. Muniz, *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, Recife: Imprensa Industrial, 1917, revista e anotada por Oliveira Lima, p. 53, nota XVII. A primeira edição da obra data de 1840 e Carlos Guilherme Mota acredita que foi escrita nos anos 30. Trata-se de um personagem do primeiro plano deste movimento, que se manteve vinculado aos debates políticos, e se preocupou em ordenar tal movimento ao narrá-lo enquanto uma história. Certamente, o autor reforçou, no livro, a importância da monarquia constitucional em virtude de suas próprias posições em situações posteriores a 1817, como a sua participação nas Cortes e a favor da Independência. Contudo essa positividade emprestada à monarquia não prejudica ou compromete as idéias que nele se persegue. Porque, através dele, se reconstrói a cena da rebelião, as narrativas quanto às festas político-religiosas, as relações entre propriedade e igualdade, além das detalhadas notas de Oliveira Lima. Ver Muniz Tavares e a visão "liberal" da Revolução, Mota, C. G., *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*, São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1972.

¹³¹ Proclamação habitantes de Pernambuco, AHU, Pernambuco, maço 176.

Apesar do documento enunciar e creditar ao povo o grito da defesa, este, imediatamente, é transformado num soldado, naquele que obedece ordens e se distingue pela disciplina. O uso das tropas constituía-se tanto numa maneira dos rebeldes se valerem de uma subordinação já existente, quanto de evitarem uma ação popular que, perigosamente, acabasse se misturando com os escravos. Pouco depois, houve uma promoção de oficiais e um aumento no soldo a fim de garantir o apoio militar, dos comandantes, e felicitar a soldadesca pelo seu desempenho, além de angariar a sua empatia. A tropa funcionava como um modo de criar a mudança e uma possibilidade de mantê-la sob rédeas através de sua organização interna.

Muniz Tavares, personagem atuante desta rebelião, na sua **História da Revolução de Pernambuco**, refletiu a respeito da mudança, quanto ao modo de despertá-la e a necessidade de domá-la:

He impeto de leão o impeto popular: a habilidade do politico consiste em saber aproveitá-lo, e dirigir o momento sem deixá-lo esfriar; porque sendo a inconstancia connexa com a natureza humana, o que em hum dado tempo he reputado util, pouco depois evita-se como damnoso. He demais necessario manter o entusiasmo por meio de alguma ação relevante, que despertando o valor, assegure a confiança suscitada ¹³².

Caberia a uma liderança, a um político encaminhar a ação, o ímpeto, a força de um levante que pode insuflar a mudança. Nunca porém, ele pode descambar e vir a tornar Pernambuco uma nova São Domingos. No interior dos próprios membros do Governo Provisório não havia um consenso. José Luís de Mendonça propunha no dia 8 que enviassem um memorial a D. João explicando os motivos dos excessos dos pernambucanos e ainda achava útil protestar por ora fidelidade ao Monarcha, o que não impedia a instrução, e armamento do povo. Elle assim opinava, não porque preferisse o governo monarchico ao republicano, mas por estar convencido que era um salto mortal a mudança instantanea da escravidão á liberdade ¹³³. Por outro lado, Martins e Manuel José

¹³² Tavares, F. Muniz, **Op. cit.**, p. CCXXII.

¹³³ Tollenare, L. F. de, **Notes Dominicales prises pendant un voyage en Portugal e au Brésil, en 1816, 1817, 1818**, Paris: PUF, 1972, v. II, p. 580, nota 7 e Tavares, F. Muniz, **Op. cit.**, p. CX, respectivamente.

Pereira Caldas, por exemplo, radicalizavam o movimento. Pereira Caldas chegou a declarar, segundo testemunhas, que a palavra revolução era *sinônimo de sangue* ¹³⁴.

Certamente, não se trata, aqui, de avaliar a noção de revolução existente em Pernambuco em 1817, tampouco destrinçar cada interesse social esboçado, antes indica como o motim militar ou a sedição militar não foi uma forma de acontecer à toa, não era qualquer uma, ao contrário era entendida, por parte de vários rebeldes, como uma forma de ritmar os acontecimentos e impor um limite às mudanças. O que, por sua vez, não significa destituir, de imediato, a rebelião de 1817 de outras interpretações, outros quereres por parte dos negros, dos homens livres pobres, dos escravos.

Durante março-maio, regiões de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, viveram sob uma república, cuja soberania indivisível, imprescritível, inalienável _ de acordo com a Declaração dos Direitos Naturais, Cíveis e Políticos do Homem _ *reside no Povo inteiro, e cada hum Cidadão tem direito igual de concorrer para o seu exercício.*

Na definição desta soberania não havia lugar para o rei, fundava-se no povo dotado dos seguintes direitos: liberdade, igualdade, segurança, propriedade e resistência às apreensões, como as que enfrentavam num momento anterior sob governo de um rei mal cercado, como era D. João. A resistência às apreensões garantia o direito à revolta, à destituir um governo e instaurar um outro. Este novo governo, porém, pregava a igualdade entre os proprietários. Quando da discussão da lei orgânica a ser implantada, alguns proprietários rurais indagaram justamente o significado desta igualdade, o que comprometia e a quem circunscrevia. O governo provisório respondeu prontamente:

Nutrido em sentimentos generosos, não pode jamais acreditar que os homens, por mais ou menos tostados, degenerassem do original typo de igualdade. Mas está igualmente convencido que a base de toda a sociedade regular hé a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade. Impellido destas duas forças oppostas, dezeja uma emancipação que não permitta mais lavoura entre elles o cancro da escravidão, mas dezeja-a lenta, regular e legal ¹³⁵.

Entre a igualdade e a propriedade, respeitava-se a segunda e, a longo prazo,

¹³⁴ Tollenare, L. F de, *Op. cit.*, p. 588, nota 22.

acenava-se com o gradual fim da escravidão, sempre jogado para um futuro indefinido e que ocorreria à conta-gotas. Segundo Muniz Tavares, a igualdade funcionava frente a lei e não quanto às pessoas, quando acabava gerando anarquia e dissolução social.

Em contraponto, esta noção de igualdade rompia com o rei. As proclamações delimitavam um tempo anterior à revolta, um tempo de tirania, com capitães gerais abusados, altos impostos, uma corte pomposa. Eles inauguraram um novo tempo de liberdade, oposto ao despotismo anterior. Numa proclamação _ Os governadores do Bispado confirmados pelo Governo Patriotico saúdão em nome de Jesus Christo, e dezejão seriamente a Paz e tranquillidade de Consciencia a todas as suas Ovelhas ¹³⁶ _, defendia-se a quebra do contrato entre o rei e o súdito, porque o primeiro não cumpriu a sua parte:

He da natureza de todos os contractos bilaterais de boa fé extinguirem-se todas as vezes que os socios faltão ás condições estipuladas.

Justificavam o fim do contrato, a sua natural extinção, sem se tornar uma agressão, um pecado aos olhos de Deus, estes eclesiásticos ainda explicavam que, no Milagre de Ourique, os lusitanos conferiram a D. Affonso Henriques parte de seus direitos, que se transformavam, ato contínuo, em obrigações do soberano. Caso o rei as descumprisse, sobre ele recaía a pena de morte ou a deposição. Tais votos entre o povo e o rei português eram sempre renovados a cada aclamação, pois reafirmavam, mais uma vez, a lei fundamental e a Corte de Lamego.

A república vinha instalar um novo contrato e estourava o seu modo de celebração anterior _ a aclamação e o seu ato inaugural ocorrido significativamente num milagre _ à medida em que nela o rei não tem direito à existência. Então, ela também recorreu algumas representações. A rebelião _ instrumentalizada pelo governo provisório _ precisava de uma bandeira, de insígnias, de cerimônias que a dessem a ver, congregassem a população e a celebrassem. Tollenare disse: *On prépare un nouveau pavillon national* ¹³⁷.

¹³⁵ Idem, p. 570, nota 11.

¹³⁶ AHU, Pernambuco, maço 176, documento sem numeração.

¹³⁷ Tollenare, Op. cit., p. 577.

Muniz Tavares conta que, na capitulação dos realistas, os oficiais influentes, sem consulta prévia ou à província, arrancaram de suas barretinas as armas reais. Toda tropa os imitou. Desprezaram também as insígnias das ordens militares. Na praça, gente de toda classe saudava os rebeldes, atirando os chapéus ao ar e dando vivas.

O governo provisório introduziu o *vós* no tratamento das pessoas, o que assustou a muito proprietário e incentivou uma igualdade, no falar, entre a população. Além de se usar, frequentemente, o evocativo: *Patriotas, Pernabucanos*, nas proclamações e avisos, que rapidamente circulavam pelas ruas e tinham maior chance de alcançar uma população mais ampla e diversificada. Igualmente seus documentos vinham datados do primeiro ano da segunda república, sendo a primeira a que expulsou os holandeses. Desta maneira, fundavam um novo momento histórico que se atava a uma luta pela liberdade contra o estrangeiro no século XVII, conferindo ao movimento vivido na atualidade uma densidade histórica e um passado de glória. Atrelado a esta acepção, introduziu-se um novo calendário, cujo ponto zero começava com o próprio movimento; trocou-se o nome do Campo do Erário para Campo da Honra, pois fôra o principal palco da revolta. Inventou-se uma nova bandeira, um novo laço nacional, de cores azul e branco.

Tentava-se, assim, materializar o novo tempo

Cabe matizar um pouco o significado da bandeira. Era dividida ao meio, horizontalmente, entre as duas cores, tinha no branco uma cruz vermelha, sinal da religião cristã, alusão ao primeiro nome do Brasil _ Terra de Santa Cruz _ , e um caminho de redenção. Tollenare explicou que o branco fora escolhido *pour rendre la transition moins brusque* e por ser um *símbolo de intenções pacíficas* ¹³⁸, também a cor procurava expressar um sentido mais moderado do movimento, evitando um aumento e/ou um novo uso da violência.

A cruz portava estes três significados já elencados, porém a idéia de redenção parece ser bastante forte na medida em que se inaugurava um novo tempo, que

¹³⁸ *Idem*, p. 569, L. Bourdon acrescentou na nota 26, p. 574, que o branco também aludia à bandeira anterior sem as armas reais.

reatava com uma justiça perdida, a bandeira era abençoada numa quinta-feira santa _ tradicional dia de procissão e cujo principal rito, a comunhão, trata justamente da conversão do vinho em sangue, do pão num corpo santificado, e da morte de Cristo purificadora dos pecados humanos_, e foi saudada pelos versos de Frei Caneca, distribuídos no Campo da Honra no dia da sagração da bandeira, que celebravam a morte heróica em prol da pátria, uma morte que alcança a eternidade e se perpetua no coletivo:

Cidadãos pernambucanos

Sigamos de Marte a lida;

É triste acabar no ócio,

Morrer pela Pátria é vida.

Quando a voz da Pátria chama.

Tudo deve obedecer;

Por ela a morte é suave,

Por ela cumpre morrer.

O patriota não morre,

Vive além da eternidade;

Sua glória, seu renome

São troféus da humanidade ¹³⁹.

Na parte azul da bandeira, um sol esplendoroso acompanhado de um arco-íris e de três estrelas que simbolizavam as três províncias rebeldes. O sol significava tanto os habitantes de Pernabuco que sob ele viviam ¹⁴⁰, quanto lembrava um teor de justiça e astro que rege o universo.

Um bando, em 1º. de abril, espalhou a notícia da festa no dia seguinte, quinta-feira da paixão. A bandeira foi sagrada numa cerimônia, no Campo da Honra, onde

¹³⁹ Costa, F. A. Pereira da, *Anais Pernambucanos, 1795-1817*, Recife: Arquivo Público Estadual, 1958, v. VII, p.425.

¹⁴⁰ Op. Cit., p. 414.

se dera uma disputa entre o passado (*realistas*) e o presente (*novo governo*, muito preocupado em anunciar a sua estabilidade).

A tropa estava reunida em linha, música tocava em intervalos, estavam presentes o governo provisório, a câmara, _ ambos ao lado do evangelho _ o povo. O deão da Catedral com o clero da paróquia de Santo Antonio oficiavam o rito. Na cerimônia, o sol novamente era evocado, pois o altar estava voltado para o Oriente, aonde ele nasce e, aos poucos, vai conquistando todo o dia, ao se irradiar. Entrelaçava-se o sol da manhã _ tudo começou à oito horas _ a um sol de teor político, de caráter ordenador, e, ao mesmo tempo, justo presente na própria bandeira porqu a todos atinge, sem nenhuma distinção. Além de conjugar esta imagem do sol ao sentido altamente positivo que as luzes desfrutavam neste momento. Muniz Tavares comentou:

...o Sol reflectindo sobre elle (o altar) os seus luminosos raios, parecia ensinar aos circunstantes a recorrer ao verdadeiro Sol da Justiça, d'onde provem o unico seguro auxilio ¹⁴¹.

O uso e a escolha do sol lembrava ao espectador que existia um lugar privilegiado no universo, um astro reponsável pela ordem, em torno do qual o mundo gira contínua e perpetuamente. Um ser inexorável que volta a cada dia. Talvez o novo governo vislumbrasse em si mesmo o papel de um sol no campo político e social, ou então, uma meta a ser alcançada.

Por outro lado, na oração proferida junto ao altar naquele dia, pregou-se uma lição aos patriotas, a respeito da origem da figura real e quanto aos seus deveres. Segundo o deão Ferreira Portugal, o rei é obra do Satanás, porque os homens nascem naturalmente, por vontade divina, livres; somente Santanás, tão ardiloso e traiçoeiro, engana os homens a tal ponto que sigam um rei, que não elegeram e que os ludibria. Neste sentido, a república se filiava a Deus porque recuperava seu desígnio primeiro. Por outro lado, o deão ensinava a tarefa dos *patriotas*:

...disciplina e união: a disciplina he origem dos grandes feitos; a união he a fonte de todos os bens, e o vehiculo exclusivo da força dos Estados ¹⁴².

Em seguida, os celebrantes entregaram a bandeira aos governadores que as

¹⁴¹ Tavares, F. Muniz, *Op. cit.*, p.CLX

colocaram à tiracolo e as repassaram aos coronéis dos regimentos de brancos, pardos e pretos. Assim, a bandeira recobriu toda a sociedade, indo das mãos de Deus, através de seus representantes na terra, passando pelos que exercem o governo, pelos que o protegem, chegando a seu povo.

O governo provisório e o movimento nascido de uma revolta que o instalou precisaram inventar uma cena pública que os consagrasse, um ato inaugural que expunha seus símbolos e, ao mesmo tempo, indicava as responsabilidades do patriota. Era uma forma de celebrar um novo estatuto do contrato social republicano¹⁴³.

Quando a repressão desencadeada pelo Conde dos Arcos por terra, trazendo tropas da Bahia, o forte bloqueio naval sobre Pernambuco, as forças vindas do Rio comandadas por Luiz do Rego, venceram os rebeldes e adentraram a cidade, tomando-a, uma das primeiras providências foi uma nova festa que celebrava o governador interino, a par de uma subscrição polpuda, por parte dos comerciantes, para o exército de Sua Majestade. Já as condições de rendição impingiam que se arvorassem as bandeiras reais, salvas fossem dadas das fortalezas, que se gritasse sete vezes: *Viva El-Rei Nosso Senhor e toda a Família Real*, com os militares descarregando três vezes as suas armas¹⁴⁴; estes eram os sinais da capitulação.

Para o governador interino, o corpo dos negociantes organizou a festa na Matriz do Corpo Santo, ao longo de três dias, com cânticos, duas bênções do Santíssimo e dois sermões por dia, sendo o último seguido de Te Deum. Nos intervalos das rezas, doces, iguarias, refrescos, eram servidos para contentamento geral da população, para quem a fartura de alimentos, obtidos sem o suor do trabalho e depois do cerco militar, soava como um regozijo.

¹⁴² Pereira da Costa, *Op. cit* p. 419-420.

¹⁴³ A força deste acontecimento foi tamanha que, em 1917, Pernambuco adotou oficialmente esta bandeira e Pereira da Costa sugere, na esteira de Alfredo de Carvalho – a confecção de um grande quadro histórico centrado nesta cena: *Este espetáculo da benção e entrega das bandeiras republicanas ... deve ter sido realmente tão pitoresco quão emocionante, e a sua perpetuação, em uma grande tela histórica, é assunto dos mais dignos de tentar o pincel de um artista nacional, sobretudo considerada a abundância da documentação necessária: além do desenho autêntico da bandeira e da descrição da cerimônia, por Muniz Tavares, existem excelentes elementos de composição na gravura quase contemporânea do Campo do Erário, do livro de Henderson, nos numerosos retratos dos principais assistentes e nos grupos de militares e de populares das estampas de Bradford, Chamberlain, Martius, Debret e Rugendas, Apud Op. cit p. 420-421.*

A entrada do novo governador Luiz Rego foi uma outra festa especial, em junho de 1817, porque representava o próprio D. João e a retomada de seus domínios. Revivia-se uma festa própria dos reis e bispos: a entrada, onde as ruas eram atapetadas, as janelas adornadas com alcatifas e colchas, de onde os mercadores saudavam o governador e as senhoras acenavam lenços brancos e derramavam flores, além dos vivas da população; através da entrada a cidade acolhia o seu soberano e a ele se submetia. Deixava-se para trás a celebração do sol e sua justiça, da bandeira que evocava o Equador _ onde o sol sempre aparecia _ e a redenção.

A entrada festejada repunha, em certa medida, o contrato com D. João. Mas Luiz do Rego não se fez de rogado, continuou a ação repressora iniciada pelo Conde dos Arcos, mais tarde ministro. Castigou escravos e negros ¹⁴⁵, expôs sem dó cabeças de conjurados, trancafiou nas prisões baianas outros tantos rebeldes, reorganizou as tropas, mandando, de sopetão, boa parte das que participaram do movimento para Montevideu e, simultaneamente, recrutou outros soldados e os “adestrou”. Casou a festa da entrada de um enviado do rei, aquele que o presentificava, com a mão violenta do poder real.

ENTRE O REI PORTUGUÊS E O POVO: O PACTO LIBERAL DO VINTISMO

Neste mesmo ano de 1817, apesar do governo de D. João conseguir debelar e reprimir duas revoltas separatistas e contra o seu poder real, ele passou a enfrentar outra acirrada batalha, a respeito das relações entre Brasil e Portugal, desencadeada pelos jornais portugueses editados em Londres, como **O Português** de Rocha Loureiro, **O Investigador Português em Inglaterra** (1814-18), editado por José Liberato Freire de Carvalho. Eles abriram franca campanha contra o estatuto colonial

¹⁴⁴ *Ibidem* p. 457.

¹⁴⁵ O governador assim justificava seus açoites e castigos contra os escravos, negros, mulatos: *Não forão todos os negros nem todos os mulatos os que tomarão o partido dos rebeldes e se unirão a elles. Porem , dos homens destas cores, aquelles que abraçarão-na de hum modo excessivo e insultante e fizerão lembrar com frequência aos moradores desta capitania as scenas de São Domingos. Os homens mais abjectos desta classe, os mesmos*

que Portugal ocupava, denunciando-o e propondo a revalorização de Lisboa como sede do Império. Aliás, estes jornais editados em português em Londres – como o **Correio Brasiliense** de Hipólito da Costa para ficar naquele que mais pesou na situação brasileira ¹⁴⁶ ao defender a sua hegemonia dentro do Império apesar de buscar um equilíbrio econômico entre as partes, à medida em que incumbia o Brasil das atividades agrícolas e Portugal das industriais – acabaram por colocar na ordem do dia os debates e conceitos liberais, fazendo-os circular dos dois lados do Atlântico, quer porque traduziam textos de Say, Adam Smith, Simonde, Bentham, José da Silva Lisboa, abade de Pradt, quer porque expunham e posicionavam-se a respeito das novas condições de comércio, pautadas em princípios liberais, ou até porque reivindicaram uma outra concepção de política.

Num primeiro momento, embora não tivessem os mesmos projetos para o Império, eles se deparavam com as mesmas questões: o estabelecimento de relações internas ao mundo luso-brasileiro alcançando um ponto de equilíbrio e a necessidade de definir um centro de importância que detivesse a hegemonia política. A partir de 1816-17, **O Investigador** e **O Português** começam a vislumbrar a ruptura concreta entre Portugal e Brasil.

José Liberato Freire de Carvalho contou em suas **Memórias** sua estratégia para mudar esta situação desfavorável a Portugal. Primeiro, expunha uma próxima ruptura entre Portugal e Brasil, pois o governo do Rio de Janeiro estaria mais interessado em anexar Montevidéu às expensas de desfazer-se de Portugal e, depois, tratava de revigorar o significado das Cortes ¹⁴⁷:

Pretendi sempre tratar o governo do Brasil com todo o respeito, e moderação que fossem compatíveis com o que eu devia a Portugal, como o país em que tinha nascido, e para o qual começavam a dirigir-se todas as minhas vistas, olhando para o desprezo, com que o tratava o

mendigos insultarão seos antigos bemfeitores, seos senhores e senhoras, e se promettião com todo o despejo a posse de huma senhora como acontecimento infalível. Citado por Tollenare, **Op. cit.**, v. III, p. 650, nota 6.

¹⁴⁶ Varnhagen, Pereira da Silva, Moreira de Azevedo o elogiam por sua atuação política, Varnhagem acha que foi o estadista que mais contribuiu para a formação do Brasil num império constitucional, Rizzini, C., **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**, São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1957, p. 27.

¹⁴⁷ **O Português** de Rocha Loureiro, em 1816, abordou a separação entre Portugal e Brasil, sugerindo a união entre Portugal e Espanha. Em 1817-18, ele retomou o tema da união ibérica, achando inviável manter Portugal sob o jugo brasileiro, in Alexandre, V., **Op. cit.**, p. 434-436.

governo do Rio de Janeiro, que não só o pretendia esbulhar da sua primogenitura, mas exaurir-lo de todo o seu sangue, antes de lhe dar de mão, como nesse tempo se afirmava.

...

Determinei-me logo a empregar todas as minhas forças, para ver se neutralizava tão impolíticas como ingratas ideias. Sem contudo, caminhar de salto, porque sabia que assim como a natureza não dá saltos, também estes, para maior segurança não se devem dar em negócios da vida, comecei a mostrar lentamente como Portugal não merecia ser tratado como colónia, e que para o conservar contente e feliz, era preciso dar-lhe leis compatíveis com a situação, e até com as luzes do século. Para isto, enfim, era necessário, como preliminar, restituir-lhe a sua primitiva Constituição política, para que, por meio dela, pudesse conservar a vida, que perdera, mudando-se-lhe o assento do governo para o Brasil...

Fui, portanto, o primeiro que em um jornal público ousei expôr aos olhos de todos o texto das nossas Cortes, que até ali só alguns curiosos podiam ir ler entre a poeira dos arquivos. Foi sim o Investigador Português o primeiro jornal que ... deu a ler aos portugueses as cortes de Lamego ¹⁴⁸.

Com metáforas fortes, _ como o país que se esbulha em sangue _ ele tocava no ponto mais delicado: a necessidade de se criar novas regras que regulassem este mundo luso-brasileiro e encontrou nas Cortes, um expediente português, que diretamente indagava e delineava a condição do soberano, que não poderia existir ou governar um império sem nelas se enredar. Os homens do Porto que capitanearam a Revolução Liberal em 1820 o seguiram e tinham o mesmo apreço pelas Cortes, enquanto estratégia política, a fim de reordenar a soberania, o lugar do rei e atender os próprios interesses daqueles que perdiam com a crise portuguesa.

Em junho de 1818, José Liberato publica em seu jornal as **Considerações sobre a Sede da Monarquia Portuguesa** ¹⁴⁹, que teria sido enviada por lisboetas. Aqui, defende a transferência da corte para Lisboa, que retomaria seu papel de entreposto comercial, devido ao papel dos portos portugueses, que garantiriam o escoamento dos gêneros vindos do Brasil.

¹⁴⁸ **Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho**, Lisboa: Assirio e Alvim, 1982, p.92.

¹⁴⁹ **O Investigador Português**, n. 84, Junho de 1818, p. 441-442.

No entanto, pela primeira vez, aparece enunciada uma separação entre Portugal e Brasil, sem reformas a serem feitas para solucionar suas relações, e a sua efetivação pouco transtorno traria à antiga metrópole, já que pode recorrer a outros domínios na Ásia e África. Iniciava-se o deslocamento do eixo colonial português da América para a África, seria uma busca por novos brasis como se dizia no decorrer da década de 1820. Em virtude desta publicação, José Liberato acabou saindo da redação do jornal, que era financiado e apoiado pela delegação portuguesa em Londres, por intervenção direta de D. Antonio Vila Nova Portugal, ministro de D. João no Rio de Janeiro.

Em suas **Memórias**, José Liberato conta uma conversa com o conde de Palmela, onde teria sido convidado para retomar o **Investigador**. Ele se negou e afirmou que o rei estaria à beira de um *precipício inevitável* ¹⁵⁰. Em 1819, no primeiro volume do **Campeão Português**, ele voltou a tratar da relação entre cortes e o rei, entre o soberano e seu povo, ao dirigir-se numa carta aberta a D. João:

Senhor, _ Muitas vezes terão dito a V. M. seus conselheiros, e ministros que os direitos da Sua Real Coroa não prescrevem; e com efeito têm dito uma verdade inegável. e porém natural que esses mesmos conselheiros e ministros nunca dissessem a V. M. outra verdade, essencialmente ligada com a primeira, isto é, que os direitos do seu povo também não prescrevem. [Isto o Campeão lhe revelará]

Senhor, _ As palavras.direitos da Coroa envolvem em si outra idéia associada, que se enuncia por outras palavras, que são: os direitos do povo. E a razão é bem clara, porque sem povo não há Trono nem Coroa, quando pode haver, e tem havido, povo sem haver Trono ou Coroa. Logo para haver essa Coroa é preciso que haja alguém que a tenha dado, e esse alguém é o povo, pois que este na ordem da natureza, e das ideias , é primeiro do que ela.

Se a Coroa e o Trono não podem existir sem haver povo, muito evidente ainda é, que as Coroas e os Tronos são feitos de pactos entre os povos e os Reis; e que estes pactos não podem ter existido, sem haverem criado direitos e deveres, comuns tanto para os Reis como para os povos. Logo temos ainda outra verdade inegável, que os Reis assim como os povos têm direitos,

¹⁵⁰ **Memórias de José Liberato...**, Op. cit., p. 101.

*e que os de uns e de outros nunca prescrevem, porque dimanam da mesma origem...*¹⁵¹.

Publicamente, ele explicitava uma outra condição do pacto social, no qual o rei ficava atado ao seu povo num sistema de direitos e deveres que se amarravam, de maneira intrínseca, entre um e outro, e não mais, como nos tratados políticos vistos anteriormente de fins do século XVIII e começo do XIX, o príncipe era bom e justo por dever moral e cristão, como parte inerente de sua dignidade.

Além do mais, a preponderância e anterioridade era imputada ao povo, por isso seus direitos não prescreviam frente ao rei, e, por sua vez, o rei só tinha direitos e deveres _ e mesmo condição de existência _ ao se instalar uma relação com o povo. Por isso a condição do povo era contraditória; de um lado podia existir independente do rei e este não conhecia a mesma sorte; por outro, o povo só ganhava o estatuto de um corpo político autônomo quando uma autoridade, o governava, perfeitamente, o rei.

Por seu lado, a regência já temia a convocação das Cortes desde 1810, porque seria um perigo que poderia criar partidos vários no país e desembocar na anarquia¹⁵². Em dezembro de 1817, a regência voltou a insistir na proibição da entrada do **Correio Brasiliense**, do **Português** e principalmente do **Investigador**, por considerar que excitavam o descontentamento da nação contra o paternal governo de Sua Majestade.

Curiosamente, os ministros do reino, com franqueza, criticaram o **Investigador** por tornar pública a precária situação do reino, mas concordaram com o dramático quadro por ele desenhado, que aliás ela se encarregara de reportar ao Príncipe Regente, através da sua correspondência. O perigo, então, residia em se tornar público o reconhecimento desta crise, atacar as *classes mais autorizadas* e propor a convocação das Cortes. Para além disso, José Liberato publicara artigos sobre as Cortes na Espanha e França, realçando a sua importância e seu caráter inovador. A regência se nega a *erigir o Povo em Juiz Supremo do Seu Monarca*, pois:

A doutrina da Soberania do Povo he hum dogma horrivel, com que os Escritores do

¹⁵¹ *Idem*, p. 117-118, grifos do original.

¹⁵² ANTT, Ministério do Reino, Governadores do reino, Registro de Cartas ao Príncipe Regente, Livro 314, Carta 56, 16/08/1810.

partido revolucionario preparão os animos para as funestas innovações, que me- ditavão, e com que conseguirão arrastar quasi todas as Nações civilizadas á borda do precipicio: He verdade que a paz tirou a este partido as forças físicas, com que havia levado avante os seus projectos, mas não o pôde despojar das armas que lhe restão, e de que faz uso, espalhando escritos sediciosos, e declamando contra os Governos legitimos. Da sentença proferida contra os Revolucionarios da infame conjuração (de Gomes Freire Andrade), que aqui se descobrio, se vê que o seu intento era convocarem Cortes, para deliberarem sobre a forma do governo, e elegerem hum Rei Constitucional ¹⁵³.

A regência localizava o perigo das Cortes, que seriam muito ciosas da sua capacidade de representação, mobilização e de implantar a mudança, e acabariam por engendrar um pacto social no qual o rei teria que ser constitucional. Isto vinha, mais uma vez, deslocar e revirar a definição do rei português existente em fins do século XVIII.

Desde 1817, já estava nítido, dentro do governo, quais eram os perigos do reino: a ruptura ou a manutenção das relações entre Brasil e Portugal, que perpassavam a própria condição do soberano e seus vínculos necessários e imprescindíveis com o seu povo, conformado nas Cortes.

Talvez, por saber destes dilemas, o ministro encarregado de negócios junto à Confederação Helvética aconselhava D. João a se tornar, por vontade e iniciativa próprias, um rei constitucional. Isto evitaria que os sediciosos abusassem da sua ausência, diminuiriam a influência espanhola e seria uma boa estratégia política, como aquela adotada por Augusto na Roma clássica que:

... conhecia muito bem, que os homens são governados por nomes, nem elle se enganava no seu calculo quando dizia, que o Senado, e Povo Romano se sujeitarião á escravidão com tanto que elles estivessem persuadidos de que ainda gozavam a sua antiga liberdade, o que lhes fazia crer Augusto, e os seus successores com o jogo de palavras ¹⁵⁴.

As Cortes convocadas e o príncipe real enviado para Portugal seriam responsáveis pela sua administração, garantindo a extensão do poder de D. João,

¹⁵³ Idem, Livro 318, Carta 507, 23/12/1817, fl. 146-147.

¹⁵⁴ Carneiro, H. J. D'Araújo, *Cartas dirigidas a Sua Majestade El Rey D. João VI desde 1817 a cerca do estado de Portugal e Brazil e outros mais documentos*, Londres: Imp. Cox e Baylis, s/d., p. 10.

bem como desbancariam qualquer reclamação quanto à sua ausência. Além disso, o rei deveria usar do seu direito de convocar as cortes e as teria sob seu domínio, governando com elas. As propostas de Araújo Carneiro não foram levadas avante e, em 1820, um movimento articulado no Porto espalhou-se pelo país e sua principal reivindicação consistia na convocação da Cortes, não pelo rei português, mas pela nação portuguesa, ela se auto-convocava e escolhia viver sob uma monarquia constitucional; redefinia-se aí, por completo, o estatuto real.

Em 1818, o desembargador da Relação do Porto Manoel Fernandes Thomaz, o advogado desta mesma Relação e secretario da Companhia dos Vinhos José Ferreira Borges, o Juíz de Orfãos José da Silva Carvalho, o comerciante desta cidade João Ferreira Viana, começaram, em conversas e jantares, a discutir as condições de Portugal, fundando uma sociedade chamada Sinédrio e acreditando que a qualquer momento:

... há-de haver necessariamente revoltas, e anarquia; preparemo-nos (dizia Fernandes Thomaz) para esse caso, e formemos hum corpo compacto, que appareça nessa occasião para dirigir o movimento a prol do Paiz, e da sua liberdade ¹⁵⁵.

Quando hovesse uma oportunidade, eles se valeriam dela para implementar as mudanças que julgavam necessárias ao país. Eles agiriam como Gomes Freire Andrade: dominariam a anarquia ao se tornarem presentes e líderes da situação. Aliás, os vintistas viram em Gomes Freire Andrade tanto um prelúdio do seu próprio movimento, quanto mais uma violenta repressão exercida pelo governo. Por isso, ao se narrarem, referiam-se ao triste fim de 1817 e se preocuparam, logo que assumiram o governo em 1820, em absolver a sua memória ¹⁵⁶.

¹⁵⁵ D 'Araújo, J. M. Xavier, **Revelações e Memórias para a História da Revolução de 24 de agosto de 1820, e de 15 de setembro do mesmo anno**, Lisboa: Typ. Rollandiana, 1846, p. 9. O autor participou da revolução e se encarregou de narrá-la, enquanto uma história, anos depois que vem acompanhada de um rol de documentos. Por outro lado, sua narrativa coincide basicamente em todos os pontos com aquela feita pelos vintistas quando assumem o governo português e passam a se corresponder com o rei no Brasil, ANTT, Ministério do Reino, Correspondência do governo de Portugal com a corte do Rio de Janeiro, Livro 321. O próprio movimento criou uma explicação histórica que encadeava os seus passos, procedimentos, formas de luta, valores e a sua vitória.

¹⁵⁶ ANTT, Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, maço 22, fl. 88-93v, trata justamente da recuperação da memória por parte dos vintistas do movimento de 1817, denunciando a violenta sentença final, isentando os acusados dos seus crimes alegando que agiram em prol da nação.

Para além disso, havia um outro traço que encadeava um e outro movimento, na compreensão dos vintistas: o lugar destacado das tropas. Aliás, a primeira proclamação deste movimento dirigia-se aos Soldados e alertava:

He necessaria uma reforma; mas esta reforma deve guiar-se pela razão, e pela justiça, não pela licença. Coadjuvai a ordem; cohibi os tumultos; abafai a anarchia ¹⁵⁷.

De 1818 a 1820, o Sinédrio ¹⁵⁸ cresceu com a adesão de negociantes do Porto e oficiais vinculados às tropas, sempre atarantado com a inversão de papéis sofrida por Portugal em relação ao Brasil. A sociedade tinha por norma observar a opinião pública, inteirar-se do que ocorria na Espanha, reunir-se todo dia 22, num jantar, para se informar do que se passara no último mês. Sua atuação se tornou mais militante com a Constituição Espanhola, avaliando que aquele seria um bom momento para agir.

Antes, porém, Fernandes Thomaz foi a Lisboa conseguir mais simpatias e articulou-se no Porto a participação de oficiais, o que garantia a mobilização de seus subordinados. Mais uma vez, as tropas – Regimento n. 6, n. 18, n. 9, n. 21, n. 15 de infantaria, n. 7, n. 11, n. 12 de caçadores, Regmento de artilharia n. 4, corpo de polícia, todos no Porto, milícias da Maia, da Vila da Feira, do Porto, as forças de linha de Traz-os-Montes – ocuparam a cena pública e implementaram a mudança sob o comando do Sinédrio. Do Porto, a revolta se expandiu até Lisboa onde a Casa do 24 – instituição que congregava os diversos ofícios da cidade, sendo então um reduto de artesãos e comerciantes – se manifestou a favor da convocação das Cortes, da instalação de um novo governo na forma de uma junta de governo.

Em 24 de agosto de 1820, o coronel Cabreira reuniu a artilharia no campo de Santo Ovidio, assistiram a uma missa e, ao seu final, com uma salva de 21 tiros avisou que um grande feito estava começando. Depois, com alguns contratempos, os regimentos n. 6 e n. 18 se juntaram a ele. Formou-se um conselho militar no campo de Santo Ovidio, que convocou a câmara e, juntos, formaram a Junta Provisória do

¹⁵⁷ Xavier D'Araújo, *Op. cit.*, p.85.

¹⁵⁸ É interessante observar o significado do Sinédrio: um antigo tribunal judeu, formado por sacerdotes anciãos e escribas, responsáveis por julgar questões criminais, políticas, administrativas de alguma tribo. Ferreira, A. B. de H., *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2a. ed., 1986, p. 1590. Os vintistas imputavam a si mesmos o papel de juizes mais corretos para a situação.

Governo Supremo do Reino. Daí, seguiram para a Praça Nova, onde as tropas postadas num grande quadrado tinham ao centro a artilharia. Quando tudo estava instalado, as conversas e debates transferiram-se para a sala da Câmara. Os regimentos, batalhões, esquadrões e milícias marcharam na direção da Lisboa e, paulatinamente, iam conseguindo a participação de outras vilas e cidades, tais como: Leiria, Alcobaça, Coimbra.

Em Lisboa, os ministros do reino, por sua vez, temiam comemorar, como anulmente se fazia, a libertação de Lisboa do jugo dos invasores franceses em 15 de setembro, porque a reunião das tropas poderia servir de desculpa e/ou pontapé inicial para o movimento vintista conquistar a cidade. Apesar de suas precauções, foi justamente esta ocasião que eles aproveitaram para promover a revolução em Lisboa. Já existiam as conversas entre Fernandes Thomaz e a Casa dos 24 lisboeta, contando também com o Juíz do Povo _ cargo atribuído ao membro mais velho da Casa dos 24 _ e as tropas da cidade passavam a se solidarizar com a Junta Provisória do Porto. No dia 15, os regimentos n. 16, n. 1, n. 4 de cavalaria, o corpo de polícia, o regimento n. 1 de artilharia a pé, toda a artilharia a cavalo, compareceram ao Rocio, proclamando vivas ao rei e à constituição de Portugal. O juíz do Povo e seu escrivão vieram *para regular o movimento* ¹⁵⁹, escolheram os nomes do governo interino e deu-se por encerrado o tempo e o governo da regência.

Numa correspondência a D. João VI, os membros do governo provisório relataram estes acontecimentos em Lisboa, salientando que o povo paisano e a tropa forçaram os membros da regência a aparecerem várias vezes na varanda do Palácio da regência para uma abdicação solene. A nova junta também apareceu na varanda e foram dados vivas ao rei, à religião e às Cortes destinadas a formar uma nova constituição. Atenderam-se às exigências do povo para que os novos governantes, então escolhidos, se apresentassem à varanda _ como faziam os reis portugueses no ato da sua aclamação_; o Conde de Rezende, dirigindo-se ao rei, reparou que, de

¹⁵⁹ Xavier D'Araújo, *Op. cit.*, p. 55.

fato, eram queridos *porque a esse tempo havia huma illuminação geral* ¹⁶⁰, mais uma forma de se expressar um contentamento e uma concordância.

Através destes sinais _ apresentação na varanda, vivas, iluminações _ os antigos regentes tinham certeza do fim do seu mandato e, ao mesmo tempo, descortinava-se um novo governo e uma nova relação entre o rei e seu povo. Rapidamente, no dia 1o. de outubro, celebrou-se uma festa, uma parada na praça do Rocio, afirmando que todo país, de Lisboa a qualquer canto mais distante ou no seu interior, estava de acordo em dar vivas ao rei e com a composição do novo governo. Assim, a Junta assegurava ao rei que garantia o seu mando e, por outro lado, evitava que seu reino caísse na anarquia, o que deixava o rei em dívida com tais homens: Antonio da Silveira Pinto da Fonseca, Sebastião Brago Valente de Brito Cabreira, Bernardo Correa de Castro Sepulveda, Frei Francisco de São Luiz, Manuel Frenandes Thomaz, Luiz Pedro de Andrade e Brederode, João da Cunha Sotto Maior, Jose Pereira de Souza e Castro, Roque Ribeiro de Abranches Castello Branco, José da Silva Carvalho, José Maria Xavier d'Araújo, Francisco Gomes da Silva, José Ferreira Borges, José Joaquim Ferreira de Moura.

No dia 5 de outubro, as tropas vindas do norte do país adentraram Lisboa, seguidas de vivas; no dia 6, os grandes do reino, os tribunais, as corporações juraram obediência ao rei, às Cortes, e expediram-se recomendações aos bispos e prelados para entoar em suas igrejas o Te Deum pela proteção de Portugal, tal qual o Patriarca de Lisboa realizara no dia primeiro. Estas festas consistiam numa maneira de reunir a população, divulgar o novo governo, reafirmar a ordem através da figura do rei, que era mantida, e ,em certa medida, emprestar um caráter sacro ao novo governo que se estabelecia por intermédio de missas e Te Deuns.

Convém ressaltar que a presença militar foi bastante forte à medida em que evocava a disciplina, uma ação hierarquizada e organizada, bem como lembrava ao rei que fora o exército o responsável pela expulsão dos franceses _ num silêncio à investida inglesa _, além de encobrir sob a chancela *militar* várias tensões sociais,

¹⁶⁰ ANTT, Ministério do reino, Correspondência do governo de Portugal com a corte do Rio de Janeiro, Livro 321, Carta n. 1, de 15/09/ 1820, p.10.

porque deixava escamoteadas as divergências entre os oficiais, as suas várias procedências econômico-sociais: comerciantes, proprietários, apesar das reclamações a respeito dos baixos soldos. Também tal chancela uniformizava as várias e possíveis relações existentes entre os próprios soldados e entre estes e seus comandantes.

Uma das primeiras providências do governo foi analisar a dívida pública e reclassificar os oficiais portugueses, de acordo com a antiguidade de serviços prestados. Xavier d'Araújo sublinhou: *fez-se huma Promoção geral, e os Officiaes ficarão satisfeitos pela justiça, que se lhe fez! assim se annullou o Partido Militar, e o Governo poude dedicar-se exclusivamente ao cuidado importante de convocar as Cortes* ¹⁶¹. Desta maneira, o vintismo esvaziava a ação dos comandantes e repassava a cena e o debate políticos para o âmbito das Cortes, procurando retirá-la, ao menos em Portugal, das ruas e das praças.

Participaram do vintismo: magistrados, burgueses, militares, parte da nobreza, que trataram de organizar a convocação das Cortes, sem a presença do rei. Pela primeira vez, a nação através da sua representação se auto-convocava, e por uma imperiosa necessidade de retomar o seu passado próspero.

Na explicação dada no **Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos, e Povos da Europa**, assumiam seu papel de estabelecer uma lei fundamental, uma tarefa que as Cortes tinham no passado, e que almejavam que fosse retomada; assim se inseriam num dado fio de continuidade. O vintismo se auto-representou como herdeiro das Cortes de Lamego, só que passava a enfatizar mais o pacto aí celebrado, e pouco atentava para o fato de terem nascido como decorrência de um milagre, tal qual fizera o marquês de Penalva em seus escritos. O **Manifesto** afirmava acerca dos interesses portugueses:

*O que hoje pois querem, e desejão não he huma innovação: a restituição de suas antigas, e saudaveis instituições corrigidas, e applicadas segundo as luzes do seculo, e as circumstancias politicas do mundo civilizado: he a restituição dos inalienaveis direitos que a natureza concedeo a todos os Povos...*¹⁶²

¹⁶¹ Xavier D'Araújo, *Op. cit.*, p. 70.

¹⁶² *Idem*, **Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos, e Povos da Europa**, p. 219, escrito por Fernandes Thomaz.

Retomados estes direitos, os homens poderiam (re)fundar a sociedade em que viviam e suas relações, através de uma lei modificada para melhor, por ser atualizada pela razão. Por retomar seus direitos definidos pela natureza, em nome de seu próprio bem e frente a crise enfrentada em Portugal, o movimento não podia ser considerado uma rebelião, à medida em que buscava uma lei justa, quando ela não mais existia:

Mas a rebelião he a resistencia ao poder legitimo, e não he legitimo o poder, que não he regulado pela Ley, que não he dirigido ao bem dos governados, e para felicidade delles ¹⁶³.

Por isso, os vintistas inseriam-se numa linhagem que abarcava as Cortes de Lamego, o levante português de 1640 contra os espanhóis e que acabou resultando numa nova constituição implementada por D. João IV, pois esta nascia de uma revolta contra o invasor e na alegação do exercício do direito do *cidadão*. Neste sentido, ao criar no passado uma situação especular frente à sua ação no presente e, ao justificar sua ocorrência por esta semelhança, o movimento liberal de 1820 se auto-intituiu: Regeneração de 1820. Aqui, o passado evocado valorizava uma noção de contrato social e o termo não impedia uma ampla circulação da palavra revolução nos periódicos entre 1820-1823. Um termo não se contrapunha ao outro ou anulava o seu significado, antes se conjugavam porque a regeneração também se moldava por uma atitude revolucionária frente ao poder do rei _ ao torná-lo constitucional _ a distinção de classes _ ampliava-se o leque de eleitores das Cortes para além do clero e nobreza, o direito de propriedade _ abolindo os forais _ a religião _ ao declarar o fim da inquisição, por exemplo _ mas o novo não vinha negar um direito dado pela natureza e tampouco o pacto social fincado no passado, o que fazia com que o significado da regeneração sobrepujasse a noção de revolução.

Neste procedimento de escolher o seu próprio passado, havia um processo de filtragem de personagens, datas, conceitos, imagens que também vinha reconstruir o evento anterior evocado. Desta maneira, o Manifesto aos Portugueses, escrito por Fernades Thomaz e datado de 24 de agosto de 1820, destacou a presença dos soldados a serviço da nação desde sua fundação:

¹⁶³ *Ibidem*, p. 220.

Nos gloriosos campos de Ourique o exército levanta a voz e aparece a monarquia; hoje, no berço de Portugal, o exército levanta a voz e salva da destruição e da ruína este precioso depósito confiado à sua guarda e sustentado pelo valor de seu braço invencível, depois de muitos séculos de existência ¹⁶⁴.

Cada vez menos, nas falas dos vintistas e nos debates das Cortes, que funcionaram entre 1821-1822, o milagre de Ourique e a entronização da figura do rei, eleito por Deus, abençoado numa santa batalha contra os mouros, reconhecido por seus pares pela bondade, coragem e justiça, davam conta de explicar a existência dos homens em sociedade. Longe disso e anterior, polulavam as noções de contrato social realizado entre os homens, a fim de saírem do estado de natureza para desfrutar de uma maior felicidade. Numa reunião das Cortes de 13 de fevereiro de 1821, discutia-se a fonte da soberania e as relações postas entre Portugal e as próprias Cortes. O deputado Pereira do Carmo reconhecia o princípio da soberania nas antigas cortes portuguesas, quando a Nação se reunia para escolher e deliberar a respeito de sua lei fundamental. Ele emprestava ao passado noções e conceitos políticos caros ao liberalismo e que não existiam lá atrás, como a própria idéia de nação, o direito e finalidade da representação. Apresentando o projeto para as bases da constituição, ele notava as alterações que estavam sendo propostas e, simultaneamente, legitimava esta mudança capaz de reiterar a justiça do pacto primevo:

(a comissão encarregada desta projeto, seguindo os bons e antigos costumes lusos)...acordou em dividir, e equilibrar os três poderes, para evitar o despotismo, que resulta da sua acumulação; e em ordenar outras cautelas, que nos ponhão a coberto das tentativas do poder arbitrário: porque, Senhores, devemos assentar por uma vez, que toda Nação que desperdiça as ocasiões de se resgatar, merece perpetuamente ser escrava ¹⁶⁵.

A nova divisão de poderes, cujo objetivo consistia num controle maior do poder, era inserida num resgate de fio-condutor que ia desde a fundação da nação até aquelas Cortes. Assim, o novo acabava sendo alinhavado com o momento e o mito de fundação de Portugal, que, por outro lado, ajudava a legitimá-lo. Da mesma

¹⁶⁴ Tomás, M. F., *A Revolução de 1820*, recolha, prefácio e notas de José Tengarrinha, Lisboa: Ed. Caminho, 1982, p.47.

¹⁶⁵ *Diário das Cortes*, 1821, p. 80.

forma, mostrava o outro terrível perigo da sociedade, além da anarquia: o despotismo, entendido como a concentração descabida de poder numa figura ou instituição e do qual a maior evidência, naquele momento, residia na atuação dos ministros no Rio de Janeiro que enganavam o rei com lisonjas, pois D. João continuava sendo justo e bom, apesar de tão enganado. De modo geral, o vintismo e as Cortes pouparam D. João VI das críticas mais virulentas, sob o argumento de que ele não sabia dos males vividos por Portugal, do abandono de seu povo, da crise na agricultura, comércio e indústria.

Prosseguindo esta discussão nas Cortes quanto à suas bases, o deputado Castello Branco explicava a criação do pacto social. Os homens viviam em estado de natureza, mas a fim de garantir uma felicidade maior, resolvem viver em sociedade. Para tanto, abrem mão, por livre escolha, de sua liberdade e independência naturais com o intuito de obterem mais felicidade, de um modo que nunca conseguiriam no estado de natureza. Embora tolhidos, em sociedade, mantêm os seus direitos essenciais e podem usufruir de uma felicidade compreendida como a garantia mútua de segurança, liberdade e propriedade. Nesta condições, os homens fazem um pacto e permanecem gratos à natureza, que dotou-lhes da faculdade de preencher a sua felicidade. Entre o estado de natureza e o social não há uma contradição, antes o primeiro prepara o segundo, servindo-lhe de base.

Quando se delibera a favor do contrato, ato contínuo, definem-se as leis, nas quais uns homens devem mandar e outros obedecer. Cada homem obedecia em sua própria classe e assim concorria com igual parte para o desempenho do pacto social. Esta ordem, contudo, foi quebrada em Portugal, porque concentrou-se o poder de legislar e executar nas mesmas pessoas, nos ministros ardilosos de D. João VI. Por isso, houve uma ruptura do pacto social. Agora, nas Cortes, refunda-se o pacto, acertando a divisão de poderes e o necessário equilíbrio entre eles, para evitar o despotismo. Daí a importância das Cortes e, ao mesmo tempo, uma inflexão na maneira de se definir a figura do rei. As Cortes deram um novo sentido à soberania, quer na sua origem, atribuição, quer no seu desempenho, coexistiam as interpretações realistas, mas , pela primeira vez, emergia uma concepção tão

diferente do poder enlaçado à idéia de nação. Para tanto, basta reparar que, entre 1820-23, foram traduzidos de um lado Volney, Rousseau e Bentham, de outro o abade Barruel defendendo o poder régio na esteira de Buffon.

Numa sessão das Cortes de 10 de agosto de 1821, ao debater o exercício e a definição da soberania, o deputado Fernandes Thomaz asseverava que esta se concentrava nas Cortes, no rei, nos juizes e nas autoridades, sendo que só os representantes detinham o direito de exercê-la e não o conjunto da nação no todo da sua população. No representado não residia o pleno e único exercício da soberania, tampouco cabe a qualquer um destes representantes uma exclusividade do poder, embora seja premente demarcar os limites e funções de cada poder. Por outro lado, para que um poder exista é fundamental que os outros o reconheçam enquanto tal. Nesta medida, somente a nação tem o pleno domínio da soberania e o direito de criar leis. A soberania passava a ser calcada na nação e não mais na relação entre o súdito e o rei, que se tornava mais um poder e não a sua fonte exclusiva. Nesta mesma sessão, Fernandes Thomaz argumentava que nos dias 24 de agosto e 15 de setembro, a nação portuguesa escolheu ser governada pela casa de Bragança, cabe a ela eleger seu governante ou destituí-lo:

Este é um dogma tão essencial como o outro da soberania da nação; porque se ela tem a soberania, a ela pertence escolher a casa que há-de reinar; e quando esta casa lhe não agradar, pode a mesma nação eleger outra; mas quando ela o não faz e deixa sucessivamente que o trono vá passando de um filho a outro filho, etc., há uma eleição tácita da parte da nação, em cada uma destas sucessões ¹⁶⁶.

O rei, então, não passava incólume de geração em geração; pelo contrário, a sua aclamação pressupunha, mesmo na visão dos liberais, uma concordância da nação em tê-lo como governante, reafirmando, mais uma vez, o pacto social. O rei se tornava constitucional porque partilhava dos poderes da nação, era por ela escolhido, devia obediência às leis decididas e votadas pelas Cortes, obrigando-se a executar as suas determinações e gozando de um espaço de negociação pelo seu veto real e por alinhar-se ou não com algumas forças das próprias Cortes; enfim, o rei tensionava-se

¹⁶⁶ Tomás, M. F., *Op. cit.*, p. 123.

com as Cortes e o poder legislativo. Ainda, estudava-se a noção de soberania no que tange à sua origem, suas atribuições e seus desempenhos. Com isso, mudava-se o entendimento do poder e seu próprio exercício.

Quando as notícias do movimento vintista e a convocação das Cortes, com a eleição dos seus representantes, chegaram ao Rio de Janeiro, D. João VI ouviu várias posições e conselhos. O ministro D. Antonio Vilanova Portugal sugeria que ficasse no Brasil e achava as Cortes uma afronta:

As Cortes são ilegais e é necessário dizer que o são, para que elas não digam aos povos que têm autoridade de dar lei ao trono ¹⁶⁷.

O conde de Palmela apresentou um projeto de constituição que pegasse no contrapé as Cortes reunidas e a forçassem a discutir o que era mandado pelo rei. Silvestre Pinheiro Ferreira lembrou do seu antigo projeto, que antevia uma fratura no Império.

Afora os círculos palacianos, a notícia circulava pelo Rio de Janeiro, quer pelos impressos vindos de Portugal, quer pelos folhetos políticos, catecismos políticos, diálogos, periódicos publicados que invadiam as ruas. Eram, muitas vezes, de curta duração e vendidos na livraria de Paulo Martin, por exemplo. Tais publicações colocavam em circulação entre os letrados e a elite uma série de conceitos e práticas políticas. Em geral, o editor ou o autor expunham a sua opinião e a justificavam, tentando, no limite, obter a simpatia ou até a adesão do leitor. Os diálogos e catecismos se apresentavam na forma de perguntas e respostas _ revestidos ou não de personagens, como o compadre_, que discorriam sobre conceitos políticos, por exemplo: o que eram as Cortes, a noção de monarquia constitucional e suas divergências com o rei absoluto, a importância da representação, o bom uso do voto, os horrores da anarquia e do despotismo, entre outros tantos. No seu conjunto, tais publicações tornavam-se um modo efetivo de os letrados participarem do debate político, despertando simpatias, afinidades, ou repúdios e polêmicas ¹⁶⁸. Também

¹⁶⁷ Documentos para a História da Independência do Brasil, Op. cit., Carta de 28 de outubro de 1820, p. 174.

¹⁶⁸ Ver sobre a difusão das informações sobre as Cortes: Neves, L.M. B. P das, *Corcundas, Constitucionais e Pés-de-chumbo: a cultura política da Independência, 1820-1822*, São Paulo: USP, 1992; Silva, M. B. N. da, *Movimento Constitucional e Separatismo no Brasil, 1821-1823*, Lisboa: Livros Horizonte, 1988. Também

serviam para difundir e discutir um saber político de matriz liberal, tornando-o do âmbito público. Para negociantes, proprietários, homens de estado e de letras, que almejavam a participação política como representantes da vontade do povo e, por vezes, nas intuições burocráticas, o redator de **O Bem da Ordem**, no seu primeiro número de 1821, recomendava e aludia a uma das suas tarefas:

... No que porém mais que tudo deveis cuidar, é em adquirir os conhecimentos políticos, que vos são necessários, já para desempenhardes com acerto o importante emprego de representantes da vossa pátria, ou província, quando fordes para isso legitimamente nomeados, já quando por seu turno vos tocar exercer alguma função na pública administração, visto que uma vez estabelecida esta forma de governo, em que a nação toma parte tão essencial nas suas operações, é de absoluta necessidade, que todos se instruem no que lhes cumpre fazer.

A convocação das Cortes colocava um problema para o Brasil: a sua forma de participação, a necessidade de eleger representantes e como regular tais eleições. Em Portugal, decidiu-se esperar a opção feita pelos brasileiros visto que das Cortes participavam aqueles que queriam aderir e firmar um novo pacto social. Por outro lado, por alterar o estatuto do rei, consequentemente, também transformava o seu significado social. Os folhetos, jornais, catecismos e diálogos repunham debates ocorridos nas Cortes. A **Idade d'Ouro do Brasil**, em 1821, explicava sobre a constituição e seus enlances com o rei:

As leis nos governos constitucionais são feitas pela vontade geral do povo representado por seus deputados, que são escolhidos dentre aqueles, que se julgam mais sábios e honrados. E o rei é o executor dessas leis.

Nos governos absolutos o rei é ao mesmo tempo legislador, e executor, e as leis são feitas pela sua vontade, e as meias das vezes pela vontade dos seus validos, que acomodam as leis ao seu interesse, e às suas preocupações, sem consultarem a vontade pública, e o bem geral ¹⁶⁹.

Dentre os folhetos de rápida circulação, o que mais chamava atenção e causava polêmica fora redigido em francês _ depois traduzido para o português e publicado

posso lembrar que a **Gazeta do Rio de Janeiro** e o **Correio Braziliense** de Hipólito da Costa reproduziam, em suas páginas, trechos longos dos Diários das Cortes, proporcionando ao leitor carioca a chance de posicionar-se sobre o tema ou, ao menos, conhecê-lo. O leitor, neste momento e em geral, era alguém com alguma educação letrada, do círculo das elites, ou ainda um boticário, cirurgião, oficial, um moleque adotado por um padre que se responsabiliza pela sua educação.

pela tipografia da Viúva Serva e Carvalho na Bahia, a par de uma contra-argumentação – sob inspiração do ministro Vila Nova Portugal, cujo título perguntava: **Deverá El-Rei e a Família Real de Bragança, nas presentes circunstancias, voltar para Portugal, ou deixar-se ficar no Brazil?** Seguindo a posição do ministro, aconselhava o rei a ficar, pois sua partida poderia acarretar na separação do Brasil e Portugal, sendo que o Brasil prometia se tornar um grande império sob a sua administração, enquanto Portugal muito perderia com a separação. O Brasil muito tinha a trocar e comerciar com vários países da Europa, enquanto de Portugal só recebia vinhos e mais vinhos, único produto que o ligava ao Brasil. Nesta condições, seria melhor permanecer aqui, enviando o príncipe para lá. Defendia:

Tout ce qui doit occuper dans ce moment-ci S. M., mais ce qui doit l'occuper sérieusement, c'est de fortifier son autorité au Brésil et de la mettre à l'abri des attaques des révolutionnaires soit d'Europe soit d'Amerique ¹⁷⁰.

Cabe indagar por que este folheto suscitou tantas discussões, uns concordavam com a ida de D. João, outros brigavam pela sua permanência; no entanto, além desta polarização – que hoje soa bizantina –, o que ele flagrava era justamente a inerente relação entre o rei capaz de representar e, em si abarcar, os laços entre Brasil e Portugal. À medida em que se mudava o estatuto do rei, estes laços também se recompunham. Nas Cortes, os deputados portugueses aguardavam a ida dos deputados brasileiros no intuito de reavaliarem e reordenarem os vínculos entre Brasil e Portugal. Transferia-se para a esfera das Cortes a questão separatista, bem como repensava-se o rei e sua capacidade de representação. O **Correio Braziliense** advertia:

A dificuldade de continuar nessa união resulta de uma variedade de circunstancias, que seria demasiado longo especificar; mas basta lembrar, que, havendo Côrtes em Portugal, e não as havendo no Brazil, esta disparidade, na mais essencial instituição política, deve traçar uma linha de divisão, em vez de formar um laço de união entre os dous povos ¹⁷¹.

¹⁶⁹ **Idade d'Ouro do Brasil**, no. 22, 24 de fevereiro de 1821.

¹⁷⁰ *Le Roi et la Famille Royale de Bragance doivent-ils, dans les circonstances présentes, Retourner en Portugal, ou bien Rester au Brésil*, p. 15, Faoro, R. (intr.), **O Debate Político no Processo da Independência**, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973.

¹⁷¹ **Miscellanea**, Vol. XXV, no. 149, p. 459-460.

Estava, então, em aberto um processo de negociação e redefinição das relações Brasil - Portugal, que se entremeava à própria figura do rei. Depois de meses em suspense, sem decidir aderir ou não às Cortes e, por fim, forçado por uma manifestação na praça do Rocio no Rio de Janeiro, D. João retornou a Portugal já tendo jurado as cortes; no entanto Silvestre Pinheiro Ferreira se preocupava se D. João não se tornaria apenas um presidente vitalício ¹⁷².

Em Lisboa, o congresso se alvoroçava com a chegada do rei, exigindo que reconhecesse seu juramento às Cortes e discutindo a maneira de recebê-lo. Debateram fervorosamente: quem iria cumprimentá-lo no navio, quem o saudaria no congresso, quais os termos da oração de juramento a ser feita pelo rei, quais as arengas a serem ditas em sua presença, quando terminar com a regência, nomeada pelo vintismo e instaurar o rei no poder executivo, qual a ordem de entrada dos participantes, por que era necessário que D. Miguel também prestasse o juramento, onde fazê-lo, numa igreja ou no próprio congresso, quem comandaria a recepção, a câmara ou o congresso, quais as incumbências de cada uma destas instituições.

Discutiu-se minuciosamente a presença do rei no congresso, o lugar de cada um, o modo se vestir, a dignidade da ocasião que era tão grandiosa quanto os dias da instalação das Cortes, mas não superior. Quanto à chegada do rei em Lisboa, seguiram o regimento do senado da câmara de 1502 que definia a entrada real, a qual celebrava o antigo pacto do rei com o seu povo, onde cabiam arcos do triunfo, ruas alcatifadas, vivas de todo lado, representava a cidade acolhendo, reverenciando o soberano, submetendo-se. Porém, D. João, quando chegou, dispensou o pálido _ cujo uso e grandenxa estavam prescritos no antigo regimento - e foi de coche diretamente ao congresso, sem celebrar, devidamente, a sua dignidade frente a seu povo. Sua chegada foi o encontro de um rei derrotado, cercado pelas tropas distribuídas pelas ruas e responsáveis pelo 24 de agosto, com um novo regime, cujos deputados ao decidirem o que vestiriam neste dia solene: casaca, uniformes, seda ou qualquer outro tecido, trajes abafados ou confortáveis, acabaram por optar pela discrição do

¹⁷² Ferreira, S. P., Memórias e cartas biográficas sobre a revolução popular e o ministério do Rio de Janeiro desde 26 de fevereiro de 1821 até o regresso de S. M. o Sr. D. João VI para Lisboa e os votos dos homens d'Estado que acompanharam a S. M., ABN, 1876-77, vol. II, Carta XVII, p. 297.

preto, pelos uniformes militares, pelas poucas e justas insígnias, por uma elegância contida, em nada pomposa. E o argumento decisivo de Pereira do Carmo a favor desta postura afirmava:

Diz elle _ João Jacques Rousseau _ em alguma parte do seu Contrato Social = que não desprezemos huma certa decoração pública, que seja nobre e decente; porque se não póde crer até que ponto o coração do Povo segue os olhos, e quanto lhe impõe a magestade do cerimônial. Isto (acrescenta elle) dá á Auctoridade hum ar de ordem, que inspira confiança, e desvia as idéas de capricho, e phantasia, unidos ao poder arbitrario = Eu sigo inteiramente o parecer do Philosopho de Genebra ¹⁷³.

Durante a sua vida, houve uma viragem na concepção de rei, D. João fôra aclamado, em 1818 no Rio de Janeiro, numa grande festa, rica em luminárias, bandas, missas, cortejos espalhados por toda a cidade. Ao regressar a Lisboa, se rendeu ao argumento de Rousseau. Contudo, ao partir, seu filho, Pedro, apparecera como uma solução política, _ aos olhos de uma elite que perdia seu estatuto de corte e continuava ansiando por ocupar espaços políticos e públicos que serviam à sua necessidade de implementar um mercado próprio e garantir a sua riqueza _, por saber domar a cena pública e, ao mesmo tempo, na conformação de sua *persona* lançou-se mão das luminárias, retratos, pálios, entradas, sermões, reconhecendo a sua importância para instalar um pacto com o seu povo.

¹⁷³ **Diário das Cortes**, no. 93, p. 1077

As várias representações do Brasil: a opção por D. Pedro

Entre fins de 1820 e início de 1821, o Rio de Janeiro vivia em estado de suspensão. De um lado, os altos burocratas portugueses como o ministro Vila Nova Portugal, Silvestre Pinheiro Ferreira, a nobreza emigrada, os grandes negociantes como Carneiro Leão, Fernandes Viana, Nogueira da Gama, Carneiro de Campos, lutavam para que D. João continuasse no Brasil, mesmo à custa da separação de Portugal na esteira do que propunha o panfleto em francês e apesar das suas discordâncias internas. Ora, estes burocratas atuavam na política ligando-se a grupos de negociantes, proprietários e/ou mantendo certa autonomia ao defenderem o próprio estado, orientado por um saber idôneo e verdadeiro _ em geral, vetorizado pelos debates da Academia de Ciências de Lisboa ¹. Daí, seu peso nas decisões políticas da época e zelosa vigilância do espaço público.

Por outro lado, atacadistas fluminenses, proprietários de engenhos e fazendas do Recôncavo e de Goitacazes alinhavam-se aos vintistas e às Cortes, pois se viam prejudicados tanto em sua participação política quanto na disputa de mercados frente ao grupo anterior, almejando a saída de D. João _ e, com ele, a maior parte da sua burocracia e nobreza _ e a chance de estabelecer novas regras reguladoras das relações de poder, por exemplo: que fosse o poder dividido em três, onde no legislativo atuariam; que existisse liberdade de imprensa; que se definissem as esferas das câmaras, do conselho de estado, da província, sem embaralhá-las, como ocorria no Rio de Janeiro. Enfim, a possibilidade de reivindicarem seus próprios espaços e também (re)criarem leis e instituições públicas que lhes atendessem. Daqui participavam: Januário da Cunha Barbosa, Clemente Pereira, Manuel Joaquim da

¹ Vários destes burocratas tinham sua formação na Academia, atentos à necessidade da formulação de um plano capaz de racionalizar o estado e implementar o progresso no império luso-brasileiro, retirando-o da letargia, da decadência, da crise. Esta corrente abarcava José Bonifácio, José da Silva Lisboa, conde de Palmela, Mariano da Conceição Velloso, e, em geral, davam continuidade ao projeto do poderoso império.

Silva Porto, Joaquim Gonçalves Ledo, Luis Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho ².

Estes interesses não tinham se enfrentado publicamente até meados de fevereiro de 1821. Convém dizer, que ao longo de 1821-22, esses grupos e suas necessidades vão se articular de várias formas e, no final das contas, em conjunto apoiaram a independência sob a batuta de D. Pedro, embora isso não minimizasse ou anulasse suas rivalidades. No **Revérbero Constitucional Fluminense** lançado em setembro de 1821 por Ledo e pelo cônego Januário, vendido na livraria de Paulo Martin, em boticas, lojas de livros, casas comerciais, contrapunham-se ao antigo ministério de D. João, acusando-o de despotismo, e defendiam uma constituição a ser realizada no Rio. Segundo eles, a necessidade de leis estava inscrita, universalmente, na alma dos homens. Todavia, somente as *verdadeiras leis* governariam com liberalidade. Tais leis se assemelhariam àquelas descobertas por Newton que regem a natureza, seriam *correlatas as de Newton*, mas *regulariam a sociedade* e foram explicitadas por Rousseau e Montesquieu:

O Rio de Janeiro só deseja possuir hum governo liberal, e permanente, regulado por Leis fixas, e bebidas na Natureza. Esta pertença não he nova, he ao contrario radical na humanidade: não he criminosa., porque tem a sua origem no sentimento da própria felicidade, e conservação que o Author da Natureza gravou nas nossas almas. Queremos portanto e devemos querer huma Constituição, nem o poder arbitrário póde assegurar a felicidade e a vida dos Reis ³.

Descortinavam nos debates, para instaurar uma constituição e sua efetivação, um modo de estabelecer regras sociais que lhes fossem mais lucrativas, embora escamoteassem seus interesses particulares em nome do todo, fazendo-os parecer, através de um jogo de palavras, um projeto que a todos atendessem. Além do mais,

² Há um bom estudo de Cecília Helena L. de Sales Oliveira quanto aos jogos políticos das elites fluminenses na conformação de um espaço público político e de mercado que lhes fosse útil e satisfatório. Ela localiza cada interesse em disputa, nomeia seus defensores, rastreia suas estratégias e as suas relações pessoais e comerciais. Guiada por estas preocupações, ela também aborda estes dois acontecimentos estudados a seguir: a exigência de que D. João jurasse as Cortes e a reunião de eleitores na Praça do Comércio. **Astúcia Liberal _ as relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)**, São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1986.

³ **Revérbero Constitucional Fluminense**, doravante RCF, 15/setembro/1821, p. 5-6. O **Revérbero** projetava uma situação de polarização política entre o seu grupo e o outro “despótico”, em torno do rei. Igualmente, um testemunho dos acontecimentos do dia 26, cúmplice desta corrente, interpretava a situação política através desta cisão, como se não existissem outros desejos políticos.

queriam assegurar o seu espaço de participação política sem ficar à deriva da vontade e das decisões dos grandes negociantes, como tinha ocorrido, em 1817, quando Fernandes Viana impusera um imposto sobre a comercialização dos escravos cujo pagamento recaía sobre estes proprietários e comerciantes de mercados, deixando ilesos os traficantes ⁴.

Entre 18 e 24 de fevereiro de 1821, D. João assinou decretos onde decidia pela partida de D. Pedro para Portugal com a incumbência de reorganizar o poder lá, sem contudo aderir às Cortes, bem como mandava organizar por todo o império uma consulta às câmaras e vilas para delinear uma nova constituição, sendo que uma comissão de doutos, escolhidos pelo rei e residentes no Rio, encaminhariam tal reforma. Com tal procedimento, astutamente, o rei recorria às instituições de consulta e de mando local, a câmara, usando-a como respaldo e contra-argumento para, possivelmente, se opor às Cortes que, agora, deliberavam sobre a autoridade real, limitando-a, e promovendo uma viragem na noção de soberania. À instauração das Cortes, D. João VI respondeu com o apelo às câmaras, mobilizando uma outra maneira de argamassar sua legitimidade.

Desta reforma tomavam parte: Antonio Luis Pereira da Cunha, Manoel Jacinto Nogueira da Gama, João Severino Maciel da Costa, Mariano José Pereira da Fonseca, José da Silva Lisboa, Luiz José de Carvalho e Mello, João Rodrigues Pereira de Almeida, José Caetano Gomes, José de Oliveira Botelho Pinto Mosqueira, Monsenhor Almeida, Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira, Manoel Faria de Figueiredo, Camilo Maria Tonnellete, João de Souza Mendonça Corte Real, Antonio José da Costa Ferreira, Francisco Xavier Pires, José Caetano Gomes, Desembargador João José de Mendonça e Cel. Francisco Saraiva da Costa Refoios ⁵, na qual a chamada corrente *constitucional* não era contemplada. Assim, do Rio, Clemente Pereira, Ledo, Silva Porto optaram por se alinhar ao movimento português, concorrendo com essas facções locais de poder, bem como vislumbravam na partida de D. João um modo de repensar as relações entre Brasil e Portugal, sem acarretar, necessariamente, no

⁴ Oliveira, C. H. L. de S., *Op. cit.*, p. 147-149.

separatismo.

Numa rápida reação, esta corrente *constitucional* se articulou junto com oficiais das tropas de linha e milícias ⁶, insatisfeitos com a demora para efetivar as promoções e que perceberam, nesta manifestação, um modo de expressar seu desgosto e exigir providências. Afora a oportunidade para os oficiais fluminenses que estavam em desvantagem nas promoções frente a preferência da coroa por oficiais portugueses. Por seu lado, as tropas de linha viviam descontentes com o atraso constante dos soldos e o seu pequeno valor. Os soldados portugueses, por sua vez, reclamavam da estadia prolongada e involuntária no Brasil. As tropas se encarregariam da movimentação no largo do Rocio no dia 26 de fevereiro, a fim de que o rei jurasse as Cortes e anulava-se, desta maneira, sua tentativa de articular sua legitimidade através das câmaras.

Um relato de uma testemunha da época, bastante envolvida com a situação e a favor dos *constitucionais*, elenca os nomes dos organizadores do movimento: Antonio Cutrim de Vasconcellos, Antonio Duarte Pimenta, major da cavalaria Antonio de Padua Costa e Almeida, tenente Cypriano José Soares, padre Francisco Romão de Goes, João Luís Ferreira Durmont, José Cupertino, Luiz de Souza Gama, Manoel Lopes da Costa Dias, negociante, fazendeiro e comandante de uma companhia de cavalaria da corte Manoel dos Santos Portugal, padre e bacharel Marcelino José Alves Macamboa ⁷. Entre si, estabeleceram um juramento: *Constituição de Portugal ou a Morte*. É quase irresistível comentar a semelhança desta divisa com aquela proclamada por D. Pedro no Ipiranga, todavia expõe o limite do que se almejava: a morte resultaria de uma luta interna entre homens de bem, reivindicando o reconhecimento do legislativo.

⁵ Apud Kato, R. M., *Revoltas de rua: o Rio de Janeiro em 3 momentos (1821-1828-1831)*, Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de mestrado, 1988, p. 96, nota 10.

⁶ Contribuíam para estas articulações as relações já existentes entre estes liberais e as tropas: Ledo era contador do arsenal do exército, Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho era oficial das tropas de infantaria de linha, os irmãos Silva Porto estocavam artigos para a Armada Real. Oliveira Salles, *Op. cit.*, p. 138-140.

⁷ Relação dos Acontecimentos do Rio de Janeiro no dia 26 de Fevereiro de 1821 e algumas circunstancias que o precederam e o produziram, BNL, Reservados, Cód. 10.759. Talvez seja o mesmo documento Relação dos sucessos do dia 26 de fevereiro de 1821 na Corte do Rio de Janeiro, Bahia, Tipografia da Viúva Serva e Carvalho, com licença da Comissão de Censura, Biblioteca Frederico Edelweiss, Universidade Federal da Bahia, Cód. 981.53 Rel. 5493, utilizado por Cecília Helena L. de Salles Oliveira.

Os relatos desta reivindicação pela concordância real com as Cortes, nomeiam alguns momentos e modos de agir chaves. Ao amanhecer do dia 26 de fevereiro com os tiros do canhão do navio Registo, a artilharia montada da corte, o batalhão de infantaria português n. 2, o batalhão de caçadores n. 3 do exército luso, o regimento de artilharia de guarnição, o destacamento de artífices ⁸, se alinharam no largo do Rocio, solicitaram ao brigadeiro Francisco Joaquim Carretti que aceitasse o comando geral do movimento e exigiram a D. João que se rendesse às Cortes e mudasse seu ministério. Outros batalhões e oficiais foram aderindo. Estrategicamente, parece importante ir congregando, paulatinamente e em ordem, vários movimentos _ tropas vindo de cá e acolá, soldados marchando pelas ruas, tropel de cavalos _ que juntos e regradamente exerceriam uma pressão. À semelhança dos movimentos políticos de 1817, no intuito de promover uma mudança, um projeto político se valia das ruas para expor sua vontade, recorrendo às tropas _ numa referência ao povo em armas, mas sob controle hierárquico e domínio da disciplina.

Antes porém, na madrugada deste dia, o padre Francisco Romão de Goez avisou ao príncipe D. Pedro o que se passava, sob a desculpa de evitar algum incômodo ou qualquer preocupação à D. Leopoldina, então grávida. Por outro lado, era uma maneira de contornar uma reação violenta por parte do rei ao, indiretamente, dar-lhe conhecimento. Prontamente, D. Pedro se encarregou das negociações:

Poucos momentos depois appareceo S. A .R., o Principe Real, e logo que entrou na praça vazia que a Tropa havia formado, estando as embocaduras das ruas guarneçadas com peças d'artilharia mostrou um papel que se dignou a ler /era um Decreto datado de 24 de Fevereiro/ e disse depois ao Povo e a Tropa que ali se achava: Tudo está feito: a Tropa pode ir já a quartéis, e os officiaes vão beijar a mão de meu Augusto Pai ⁹.

No largo do Rocio, o bacharel Marcelino José Alves Macamboa respondeu,

⁸ Os seguintes oficiais se ligaram ao movimento, levando consigo suas tropas: os maiores graduados Francisco Peixoto de Magalhães Portugal, João Chrysostomo Corrêa Guedes, José Maria da Costa, José da Silva Reis; os capitães Joaquim Francisco de Sá e Vasconcellos, Julio Cesar Feio de Figueiredo; os tenentes Antonio de Sá Carneiro, José Maria de Salles Pereira; os capitães de artilharia montada João Carlos Pardal, José Joaquim Januário Lapa, Luiz Antonio Bigalho, **Op. cit.**

⁹ **Idem.**

depois de ler os tais papéis, que estes não atendiam ao reivindicado, o rei deveria jurar as Cortes, haveria eleição de deputados brasileiros para delas participar e a nomeação de novos ministros. Neste momento de tensão, D. Pedro se comprometeu a levar os pedidos da tropa-povo-oficiais a seu pai, até mesmo com os nomes para o novo ministério, que se prestava mais aos constitucionais e afastava Fernandes Viana, Vila Nova Portugal. Voltando à Quinta da Boa Vista, onde D. João desde cedo fora informado dos acontecimentos, D. Pedro conseguiu a sua autorização em todos os itens. Enquanto isso, o senado da câmara se reunia na grande sala do Real Teatro São João, o que aumentava o prestígio do movimento, pois, em certa medida, o legalizava, e demarcava um outro espaço de discussões fora das ruas, onde apenas os vereadores, oficiais e autoridades teriam acesso.

D. Pedro retornou à praça, leu os decretos datados do dia 24, como se fosse uma vontade do rei anterior às exigências dos *constitucionais*, das tropas, numa forma de dissimular a derrota de D. João e seu ministério cedendo às exigências do *povo*. D. Pedro ouviu vivas. Subiu ao teatro, que ficava nesta praça, foi à varanda, releu os decretos, foi saudado, de novo, com vivas e aplausos. Ali mesmo, da varanda, jurou por si e seu pai as Cortes a serem feitas em Lisboa. Outras autoridades públicas, inclusive o novo ministério, prestaram juramentos. Ao que se diz, as tropas e o povo pediram a presença do rei.

*O Príncipe Real q. foi verdadeiramente. naquella dia um Anjo da Paz, q. veio tranquillizar os animos perturbados, desvellado pela publica felicidade, e sem atender ao rigor d'hum sol ardente, tornou á real Quinta da Boa Vista, aonde foi novamte. representar a Seu Augusto Pay os nobres e fieis sentimentos. q. animavam a todos os habitantes desta Côte*¹⁰.

Às onze da manhã, D. João chegou à praça, foi saudado com aplausos, vivas e tiros, teve o coche seguido pelas tropas, sendo que D. Pedro ia à frente e a cavalo. Na janela do teatro, D. João foi aclamado e reafirmou o compromisso do filho. As tropas desfilaram em sua honra e o rei deu a sua mão a beijar, num sinal de reverência de seus súditos que repunha a ordem anterior, no entanto cumpria-se o desejo do movimento arregimentado por oficiais e constitucionais à revelia das ordens joaninas

¹⁰ *Ibidem.*

e graças à atuação de D. Pedro. Naquela mesma noite, a família real foi aclamada no teatro, com vivas e luzes.

A saudação da família real no teatro, antes, durante e depois do espetáculo era de praxe e reiterava a importância do rei, mostrava o bom comportamento do súdito, sua lealdade, e, desta feita, expressava a concordância de todos em torno desta autoridade que se redimensionava e ganhava outros sentidos ao aderir às Cortes. No entanto, pela primeira vez, D. Pedro surgia na praça pública, no jogo de cena de como resolver um impasse político e vinha permeado de elogios que o erigiam num *anjo da paz*.

Para os constitucionais, os burocratas, os negociantes, ricos proprietários e no entender de vários historiadores oitocentistas, como Pereira da Silva, neste dia 26 de fevereiro, pela primeira vez, D. Pedro ocupou a cena pública — sem ser numa das festas próprias da realeza — encaminhou uma solicitação da praça, que podia degingolar em outros quereres ou até na famigerada anarquia, resolveu a tensão entre seu pai e seu *povo* ¹¹, atendeu às reivindicações destes liberais, mas não se indispôs com o outro grupo. Ele parecia um instrumento da *vontade geral*, no entender dos constitucionais, e podia exercer uma autoridade pública. Pereira da Silva, ao escrever a sua *História da Fundação do Império Brasileiro*, em 1865, reparou justamente nesta atuação do príncipe, idealizando-a:

Raiava a primeira ocasião em que devia apparecer francamente o príncipe na scena politica ¹².

Aos próprios contemporâneos não escapou o importante papel desempenhado por D. Pedro. Nas poesias que circularam em 1821 com o intuito de enaltecé-lo, ele já era associado a um herói:

¹¹ O próximo capítulo contempla uma discussão sobre a noção de *povo*, por isso peço certa paciência ao leitor.

¹² *História da Fundação do Império Brasileiro*, Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865, t. V, Seção II p. 79. Mergulhado num sistema monárquico, membro do IHGB sob os auspícios de D. Pedro II, este historiador denota o que lhe parecia mais lógico e verdadeiro quanto à situação de D. Pedro I, buscando apontar sua capacidade política e, ao mesmo tempo, lhe vangloriava os feitos, acentuando seu caráter heróico. Do meu lado, não se trata de enaltecer um herói, antes procuro recuperar as maneiras pelas quais acabou por significar e sintetizar em si mesmo uma primeira representação política e totalizante do Brasil. Não à toa, a República vai investir tanto contra D. Pedro I, transformando-o num devasso, sedutor, homem de paixões, pois sem elas não há bravura, contudo sem comedimento, faltando-lhe o guia da razão.

*Os Heróis sempre marcáráo
Hum dia com grandes Feitos?
Ou mais tropheos, que ganhárão.
Outros além levantárão
Padrões de valor inteiro;
Mas o Rio de Janeiro
Hum Heróe em si achou,
Que de mais gloria c'roou,
26 de Fevereiro* ¹³.

Sublinhava-se algumas qualidades muito dignas de um príncipe: a atitude moderada, as palavras contidas, os gestos calculados, o ouvir a todos e obter a anuência do rei, sem constrangê-lo embora derrotado. Ressaltava-se o modo como administrava a cena pública, sem inflamar a tropa, desautorizar os oficiais ou incitar às armas. Perceba-se que, neste início do século XIX, a praça pública participava da lógica da política, pois funcionava como um lugar privilegiado da liturgia de poder e quase um último recurso para solicitar algo ao governante ou desafiá-lo. Quando os *constitucionais* lançaram mão deste expediente, valeram-se de uma cartada de alto risco pois as tropas poderiam desobedecer e, daí, a premência de contar com a fidelidade dos comandantes e bem ordenar o ritmo da tomada do largo do Rocio, como que num compasso de relógio, a fim de evitar desencontros ou esvaziar a sua importância. Todos os pelotões marchariam sincronicamente pela cidade até alcançarem, juntos, o largo do Rocio _ centro de instituições burocráticas, na frente da câmara, praça de festas religiosas, parada obrigatória das procissões, ponto de comércio. Neste sentido, a esfera pública era teatralizada.

Por seu turno, também era a primeira vez que o *povo*, na configuração das tropas ¹⁴, no Rio de Janeiro, reivindicava algo numa praça pública e impunha ao

¹³ *Poesias em applauso dos heroicos feitos do memoravel dia 26 de fevereiro de 1821*, Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1821.

¹⁴ Naquele mesmo dia, depois de tudo resolvido, abriu-se uma subscrição voluntária por fazendeiros e comerciantes para recompensar a tropa de 1ª. linha pela sua atuação. Em apenas uma hora e meia, a subscrição estava finda e a tropa remunerada, voltando para os quartéis. Mello Moraes, *História do Brasil-Reino e do Brasil-Império*, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1982, t. I, p. 149.

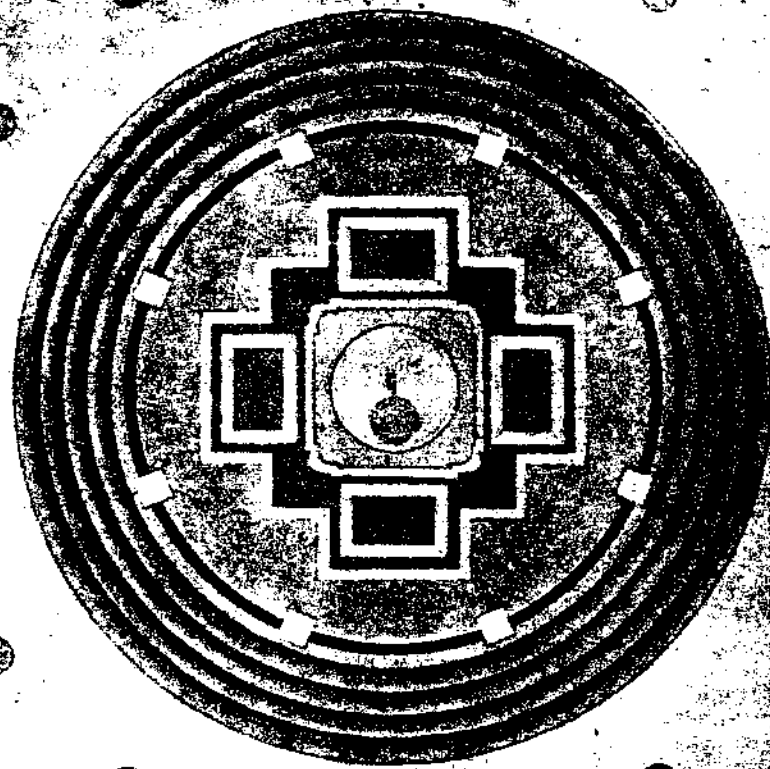
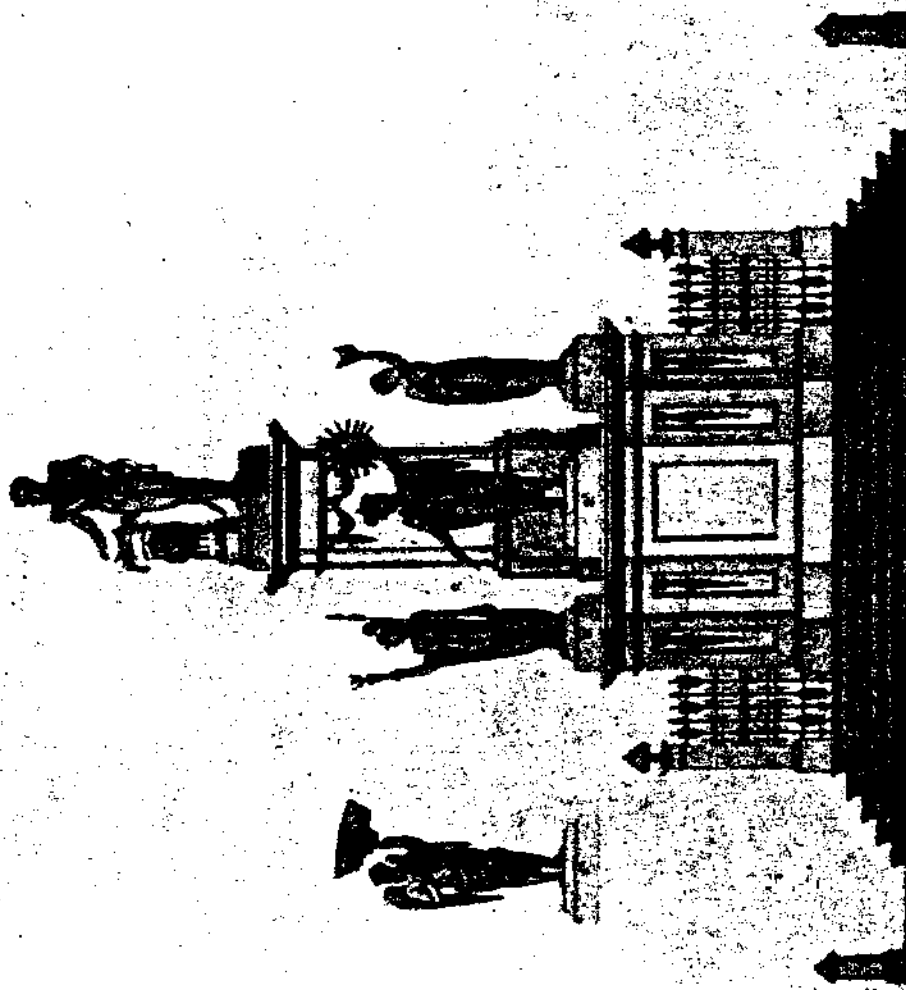
governante _ ao soberano _ a sua vontade. Aliás, pouco depois em 1822, o largo do Rocio foi rebatizado de Praça da Constituição, nome que só foi mudado pela República, em 1890, para Praça Tiradentes ¹⁵, o que demonstra a sua importância enquanto um espaço político e simbólico que comemora e referenda o regime político vigente. Nesta direção, em 1822, pretendeu-se erigir ali um monumento ao 26 de fevereiro. O projeto propunha uma estátua na qual D. Pedro ocupava o alto do pedestal, em uniforme militar, com a mão sobre a constituição posta em cima de uma pequena coluna ornada com o brasão real, circundado embaixo por figuras emblemáticas, como Minerva que aludia à sua sabedoria recém-descoberta pelas elites locais devido à sua atuação. No monumento, há um plano geometrizado que afunila, de baixo para cima, uma série de círculos, dos maiores até o menor que também é o ponto mais alto e central que coincide, por sua vez, com a cabeça de D. Pedro ¹⁶.

No **Revérbero Constitucional** ¹⁷, uma Carta ao Redator, com o aval de Ledo e do cônego Januário, sugeriu que se ergue-se um monumento que não fosse um obelisco, uma pedra, uma coluna, preferia erigir um colégio _ numa referência à importância da educação no âmbito político e de acordo com os ensinamentos de Mably, que o jornal fez questão de mencionar _ em cujo pórtico esta data, digna de ser lembrada, seria gravada: 26 de fevereiro. Estes projetos não saíram do papel, no entanto repõem a importância que se desejava conferir a tal dia, tentando torná-lo *memorável*, sobretudo considerando a ausência de monumentos permanentes na cidade, sem uma éfide, uma personagem imortalizada, embora existissem marcos.

Esta movimentação política não foi apenas uma negociação palaciana, entre ministros, negociantes, nova e tradicional nobreza. Desta feita, a rua passava a desempenhar um papel preponderante na cultura política da época e, simultaneamente, D. Pedro aparecia como um líder ou um político, muito ao gosto do que se vira nos movimentos de 1817: de Gomes Freire Andrade e na Insurreição

¹⁵ Coaracy, V., **Memórias da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, v. 3, especialmente o capítulo: Rossio.

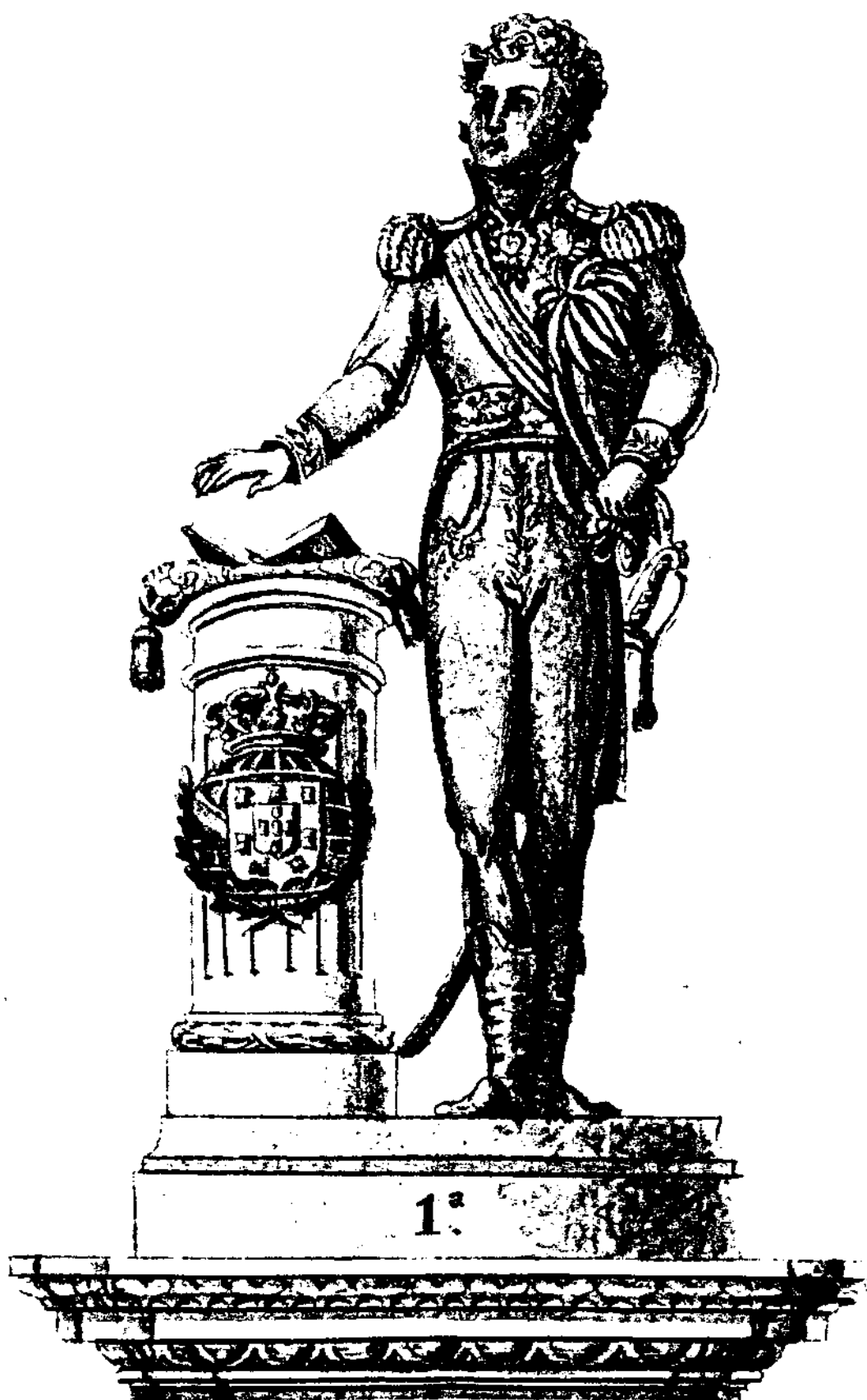
¹⁶ Prospecto e planta do Monumento, desenho a nanquim e sépia por Francisco Pedro do Amaral. Herstal, S., **D. Pedro**, São Paulo/Lisboa, Ministério da Educação e Cultura/Ministério dos Negócios Estrangeiros, p. 168.



PROSPETTO, E PLANTA DEL MONUMENTO.
 Part. 2. Prosp. da CONSTITUIÇÃO de 1890.
 A. Teixeira de Mattos, 1900.

Fig. 4

PORMENOR DO MONUMENTO, ONDE D. PEDRO JURA A CONSTITUIÇÃO E, NESTE GESTO, TAMBÉM A PROTEGE.



Pernambucana, pois tornou visível a sua capacidade política de resolver um conflito, de acordo com o vocabulário político da época. Como diria, em 1823, Sierra y Mariscal avaliando as revoluções no Brasil e sem se prender a este movimento especificamente:

Grande sabêr hé o d'aquelle que antes de rebentar huma revolução se apodera d'ella, e a contem com remedios proprios e radicaes, mas maior hé o d'aquelle que depois de principiada espera occasião oportuna, e a aproveita ¹⁸.

Sierra y Mariscal sintetizava um modo de agir mais correto e condizente com a intenção política liberal, que não reprime a revolta, o descontentamento, mas ao contrário sabe remanejá-los a seu favor. Ou seja, não dispensa a cena pública, antes sabe domá-la.

Talvez caiba indagar se os grandes negociantes, os proprietários de terras e escravos, os atacadistas, os homens de estado, não perceberam aí, também pela primeira vez, a importância de D. Pedro na constituição de uma cena pública ordeira, sem violência ou distúrbios. O *Revérbero Constitucional* não foi desde o começo simpático a D. Pedro, mas ao longo de 1822 foi se tornando a favor da sua presença e atuação, participando da sua escolha na condição de um soberano constitucional. Em abril de 1822 depois de sugerir o monumento, o jornal proclamava:

Príncipe ...eleva o Templo da Liberdade Brasília: forme-se nele o Livro da Lei que nos deve reger e sobre as Bases já por nós juradas... jura defendê-la e guardá-la... jura identificar-te com ela... Não desprezeis a glória de ser o Fundador de um novo Império. O Brasileiro de joelhos te amostra o peito que n'elle gravado em lettras de diamante o teu nome... As Nações todas têm um momento único que não torna quando escapa para estabelecerem seus Governos. O Rubicon passou-se. Atrás fica o inferno. Adiante está o templo da immortalidade ¹⁹.

Não se abandonava o projeto constitucional que redefinisse as leis, no entanto ele se entremeava à *persona* de D. Pedro e, por outro lado, repassava-se para o príncipe o papel de aproveitar-se de uma situação, de não perder o momento, de atuar e domar uma cena pública que também era histórica.

¹⁷ RCF, 2/ abril/ 1822, p. 255.

¹⁸ Idéas Geraes sobra a Revolução do Brazil e suas consequências, ABN, 1931, v. XLIII-IV, p. 6.

Os *constitucionais* organizaram um acontecimento capaz de mobilizar a praça e, em tese, atingir do rei ao transeunte, sem aproximar-se de uma anarquia. Sua estratégia política passava por um jogo de cena e, assim, o 26 de fevereiro adquiriu a dimensão de fato histórico, podendo entrar para os anais reais ou de Portugal, porque o rei jurou a constituição. Durante o biênio 1821-22, esta data terá tanta importância e repercussão quanto o 9 de janeiro, mais conhecido sob a alcunha de Fico.

Em abril de 1821, contudo, o Rio assistiu a outra manifestação em praça pública, que colocava em disputa, mais uma vez, estes círculos da elite e cujo desfecho foi, ao contrário da anterior, um *tumulto*. Desde 7 de março, D. João tornou pública sua decisão de voltar a Portugal e foi convocada, para o dia 22 de abril, uma reunião de eleitores paroquiais ²⁰ a fim de escolher os representantes da comarca que, por sua vez, elegeriam os deputados e se proceder uma avaliação dos projetos de governo que seriam levados avante por D. Pedro, que ficaria como lugar-tenente ²¹.

A corrente de Ledo, Clemente Pereira, Souza Coutinho, Silva Porto, pretendia estabelecer uma junta provisória como forma de governo, nos moldes do que se implantara na Bahia, em fevereiro, e viria a esvaziar a força de D. Pedro ou de qualquer representante do rei. Já os grandes negociantes, os altos burocratas, queriam apenas referendar o projeto de governo a ser seguido e definir os deputados da comarca. Tentando golpear os *constitucionais*, que estariam vindo das fazendas para o Rio, o governo mudou, de súbito entre os dias 19 e 20 de abril, a data da reunião de eleitores, antecipando-a para o Sábado de Aleluia, dia 21 de abril.

Os *constitucionais* reagiram convocando um amplo leque de eleitores e conseguindo, com o aval do ouvidor, transferir a reunião para a Praça do Comércio — um edifício construído às expensas dos comerciantes portugueses, brasileiros, ingleses, entre as ruas da Alfândega, Sabão, Alecrim, com um dos lados voltados

¹⁹ RCF, 30/ abril/ 1822, p. 303.

²⁰ Sobre o intrínseco sistema eleitoral e suas regras, ver: Salles Oliveira, *Op. cit.*, p. 165-170 e Kato, *Op. cit.*, p. 62-68.

²¹ Reconstruo esta reunião de eleitores a partir da devassa ordenada pela coroa, as cartas de Silvestre Pinheiro Ferreira e uma testemunha que descreveu o acontecido, buscando apresentá-lo em detalhes. Ainda Mello Moares selecionou uma documentação que retratava esta eleição.

para o mar, obra do arquiteto francês Grandjean de Montgny, com colunas dóricas, inaugurado com D. João VI e pompa em 1820. Silvestre Pinheiro Ferreira desaconselhou o caráter *excessivamente público* que a reunião ganharia ao ocorrer na Praça do Comércio, sugerindo o sustensório da Igreja de São Francisco de Paula, que evitaria o *ajuntamento de povo* e seria mais *fácil de guardar* ²². Suas preocupações se justificavam, pois como ministro da guerra, sabia dos boatos nas ruas Direita e da Quitanda, nos quartéis, nos cafés, nas tavernas, nas lojas de mercadores. Ele temia o que se passava nas ruas, chegou a sugerir a D. Pedro que conversasse com os oficiais de 1a. e 2a. linha para que não agissem contra a ordem pública, sabia do descontentamento das tropas de linha e de milícia e *que bem longe de os espíritos se aquietarem vão entrando em uma effervescencia tanto mais difficil de reprimir quanto são desvairados os motivos* ²³, reconhecia viver um momento de tensão político-social, na qual as possibilidades estavam em aberto:

Todos antevem em grosso, que nada do que hoje existe se pode conservar. Mas quaes serão as mudanças que se preparam? Quaes serão as victimas das reformas? E serão estas para bem ou para maior desventura do Estado? Eis aqui as perguntas que cada hum se faz a si mesmo, e que fazem todos huns aos outros ²⁴.

Às 4 horas da tarde, os eleitores se reuniram na Praça do Comércio, onde tablados e arquibancadas foram erguidos para assentar o povo. Eram considerados eleitores, de acordo com a Constituição de Cádiz empregada como referência pelas Cortes portuguesas: os homens de bem, com um tanto de propriedades, e os de ofícios, o que acabava por abarcar: soldados, boticários, taverneiros, bacharéis, mascates, caixeiros, artesãos, lavradores, rendeiros, pequenos proprietários, foreiros, enfim a condição de cidadania se fundava na propriedade e no trabalho, com exceção dos escravos e dos trabalhadores livres pobres sem ocupação permanente e fixa. Lá estavam 160 eleitores, de todas as classes e corporações, militares e paisanos. O

²² Ferreira, S. P., Memórias e cartas biográficas sobre a revolução popular e o ministério do Rio de Janeiro desde 26 de fevereiro de 1821 até o regresso de S. M. o Sr. D. João VI com a Corte para Lisboa e os votos dos homens d'Estado que acompanharam a S. M. (2a. parte), ABN, 1877-78, vol. III, Carta XXV, p. 189.

²³ Cartas sobre a revolução do Brasil pelo conselheiro Silvestre Pinheiro Ferreira, RIHGB, 1888, t. 51, Carta 21a., p. 303-304.

²⁴ Ferreira, S. P., Op. cit, ABN, 1876-1877, vol. II, Carta XXI, p. 314.

ouvidor Joaquim José de Queiroz, aliado a Clemente Pereira, Ledo, Manuel José de Souza França, Santos Portugal, iniciou os trabalhos. Aliás, Clemente Pereira e Ledo secretariavam a reunião, o que assinala o seu interesse em valer-se da situação. Em conjunto, encaminharam a proposta de adotar a constituição espanhola interinamente para reger a sociedade, até que a nova constituição portuguesa ficasse pronta, além da instalação de uma junta provisória, porque estabeleciam uma redefinição e redistribuição de poder entre as câmaras, o governo provincial, o conselho de estado aí criado e o próprio príncipe.

Repentinamente, os outros eleitores, a população que circulava pela Praça do Comércio, os artífices, mascates, boticários, cirurgiões, professores régios, caixeiros, sapateiros, ourives e outros tantos aliçados do processo eleitoral, mas que estavam dentro ou nos arredores do edifício, começaram a propor as suas vontades e reivindicações, mostrando que as possuíam e não serviam aos interesses das elites. Indagavam a própria constituição do poder e, conforme tinha sido solicitado, levaram seus papéis e suas memórias:

Onde cada qual expunha os seus sentimentos, combinava-as (as memórias), mostravam-as publicamente ... tanta liberalidade animou também a muitos homens sensatos e patriotas, ainda que pouco prudentes, os quaes assentavam que era um dever o ir apresentar as suas reflexões, para assim não ficar a escolha de um governo na mão de um pequeno número ²⁵.

Uns queriam a permanência da família real, outros sua partida. Alguns pleiteavam a vigilância dos navios e a proibição de sua saída do Rio, para impedir a fuga de moedas, chegando a ir uma comissão às fortalezas para tratar do assunto. A Gazeta do Rio — publicada e autorizada pela Imprensa Régia — de 25 de abril contava:

Os amigos da ordem, aguardando em silêncio o resultado daquela augusta assembléia, quando por inesperada fatalidade, inimigos da causa pública sofregamente procurava, medidas violentas e providências arrebatadas. Discursos insidiosos, vozes tumultuosas, substituíram a tranquilidade e sangue frio necessários em deliberações de tanta importância. Objetos alheios daquela assembléia, e portanto nulos sucederam aos legítimos fins a que ela se propunha, e

²⁵ Memória sobre os acontecimentos dos dias 21 e 22 de abril de 1821 na Praça do Commercio do Rio de

rumores anárquicos ressoaram no que deveria ser o sagrado alcáçar da liberdade ²⁶.

Ou nas palavras de Ledo :... *havia no povo uma manifesta sedição e tumultuário motim pois que pela sua vozeria e alarido não deram lugar algum dos eleitores terem ação alguma deliberativa, tendo eles sido instrumentos passivos da violência e das ameaças da mesma população desenfreada e que pouco faltou para degenerar em anarquia*. Para Mariano Jozé Pereira da Fonseca, deputado do Régio Tribunal da Junta do Comércio, censor régio, *se levantou hum a vozeria e alarido orrorozo e segundo José da Silva Lisboa, censor régio, renovou-se a gritaria em que a multidão dos que cercavão os arquibancos dos Elleitores bradavão que se estabelese a Constituição de Hespanha*. Manoel Jacinto Nogueira da Gama, abastado negociante e conselheiro da Real Fazenda, chamou de *motim popular*.²⁷

Perceba-se que diversamente do 26 de fevereiro, tal reunião foi interpretada da mesma maneira no âmbito da elite: um monte de populacho sem rosto, desencontrado, desorganizado e perigoso falava, usava da palavra, expunha sua vontade. Além disso, era incontrolável, constituindo-se num risco iminente de violência e quebra da ordem social.

A reunião saía do controle das elites e, desta feita, pode-se assinalar que a população mais generalizada, mais heterogênea da cidade, com seus diversos quereres vindos das ruas, com seus boatos, ganhavam voz e se expressavam reivindicando a sua participação numa praça pública investida de caráter político. Segundo a devassa aberta no dia 23, falavam em nome do povo _ o que não significa que fosse inteiramente reconhecido por ele ou que lhe tivessem outorgado a palavra_: o padre Macamboa, o negociante José Nogueira Soares, o cirurgião Pereira Ramos,

janeiro. Escripção em maio do mesmo anno por uma testemunha presencial, **RIHGB**, 1864, t. 27, p. 276.

²⁶ Documento citado por Mello Moraes, **Op. cit.**, t. I, p. 121.

²⁷ Processo da Revolta na Praça do Commercio do Rio de Janeiro. Inquirição de testemunhas, **Documentos para a História da Independência do Brasil**, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1923, p.306, 285, 289, 291, respectivamente. Trata-se do depoimento deste envolvidos. A devassa ordenada por D. João VI conta com 30 depoimentos, sendo 28 eleitores, incluindo militares e burocratas, e abrange tanto a facção de Ledo e Clemente Pereira quanto a de Nogueira da Gama e José da Silva Lisboa. A fala destes homens transforma as solicitações mais populares em anarquia e respalda a violenta reação do estado ao encará-la como uma necessária medida para deter esta mesma anarquia. Neste ponto, são solidários uns com os outros, sendo este o limite da "liberalidade" de seus governos e projetos políticos.

apelidado de Cavaquinho, o alfaiate e filho de francês Luiz Duprat _ daí, a ansia do governo em encarcerá-los com o intuito de calá-los, puní-los e servirem de exemplo.

No encaminhamento das questões naquela madrugada, a assembléia, coordenada pela *multidão*, decidiu, então, enviar uma comissão de 5 membros para exigir a implantação da constituição espanhola a D. João:

Marchou a pé ao paço da cidade, seguida pela população, a despeito da chuva que caía, e no seu transito todas as casas se illuminaram ²⁸.

Na Quinta de São Cristovão, onde o rei se encontrava, combinavam-se as medidas a serem tomadas. Silvestre Pinheiro Ferreira se recusava a autorizar uma ação militar, enquanto outros a aconselhavam. Enquanto a comissão negociava com D. João VI, os rumores, pela cidade, aumentavam e se espalhavam avisando da movimentação nos quartéis e das tropas pelas ruas. Por volta da meia noite, a comissão voltou à Praça do Comércio com o compromisso de D. João, acerca da constituição espanhola, assinado. Pouco antes, um eleitor trouxera a boa nova da proibição da saída de embarcações sem uma vistoria realizada pelas fortalezas. Tudo isto foi motivo de vivas e aplausos. Contudo, a questão da implantação da junta provisória permanecia, pois sem ela não haveria como levar avante a constituição espanhola, não haveria quem a exercesse, tornando-a efetiva. Houve uma tentativa frustrada, por parte de alguns eleitores, de adiar para o dia seguinte este debate, transferindo para o senado da câmara a decisão, buscando restringir a presença popular e encerrar a reunião. Parte dos eleitores voltou para casa, muitos ficaram na praça, na madrugada, discutindo as propostas a respeito desta junta.

Por sua vez, com o raiar do dia e a manhã chegando, o governo temia que *toda a população desta cidade necessariamente* (passasse) *a tomar parte nos acontecimentos* ²⁹. Temia-se que toda a cidade participasse deste ato político e não se controlasse mais os seus rumos. Era urgente uma ação do estado. Silvestre Pinheiro Ferreira queria cercar a praça com as tropas, forçando a saída dos eleitores, sem distúrbios, e prendendo os líderes *demagogos*. O conselho do rei pedia medidas mais severas. Enquanto Silvestre

²⁸ Memórias sobre os acontecimentos dos dias 21 e 22 de abril..., *Op. cit.*, p. 279.

²⁹ Ferreira, S. P., Cartas sobre a Revolução..., *Op. cit.*, p. 320.

Pinheiro Ferreira tentava ordenar ao governador de armas que fosse à assembléia com o objetivo de decretar o seu fim e, paralelamente, cercasse as ruas, retirasse os barcos próximos da praça, colocando escaleres de vigília, as tropas saíram dos quartéis, obedecendo novas ordens ³⁰.

Muitos eleitores que começavam a deixar o recinto depois das últimas deliberações quanto à junta, se viram cercados pelas tropas, acuados e voltaram para a praça. Lá pelas cinco da manhã, as tropas invadiram a assembléia, não se sabe seguramente quem insultou quem primeiro, embora houvesse uma descarga para o ar a fim de dispersar a multidão ao redor do edifício. Assustados, parte da população e eleitores se acuraram no interior da praça, fechando as portas, que foram arrombadas pela 6^a. cia. dos caçadores vindos pela rua do Sabão. Miguel Feliciano de Souza foi morto, houve feridos, gente em fuga pelas ruas, uns se atirando pelas janelas ao mar, Clemente Pereira foi ferido a baionetas, tantos presos. Os soldados destruíram os papéis daquela assembléia guardados no cofre do edifício, não deixando vestígio da rendição do rei, das exigências mais populares. A reunião de eleitores foi anulada e postergada.

Desta experiência tumultuada e repressiva na Praça do Comércio, vários foram os desdobramentos. No âmbito da organização do goveno, um decreto do dia 23, revogava os compromissos de D. João VI obtidos naquele dia e encarregava D. Pedro da regência do Brasil, instruindo-o sobre sua nova autoridade. Para a punição da assembléia, abriu-se uma devassa sob responsabilidade do desembargador do paço Lucas Antonio Monteiro de Barros, com vários presos, que condenou Duprat, Macamboa, Cavaquinho e José Nogueira Soares. Em agradecimento às leais tropas, os soldos e promoções entre os regimentos da terra e portugueses foram equiparados. Por precaução e exibindo o poderio do estado, as tropas se revezaram, continuamente, no largo do Rocio até o dia 26 quando D. João VI partiu para Lisboa, evitando qualquer ajuntamento de gente, uma nova assembléia ou outra mobilização reivindicativa. Para cumprir o objetivo daquela reunião, isto é: eleger os eleitores da

³⁰ Octavio Tarquínio afirma: *Parece certo que partiu de D. Pedro a decisão última do emprego de meios violentos. Assim o dizem Varnhagen, Oliveira Lima e Tobias Monteiro. História dos Fundadores do Império*

comarca que escolheriam os deputados; estes círculos da elite resolveram instituir a eleição fechada entre um grupo seletivo. Desta vez, abrangendo os *constitucionais* _ reconhecidos, enfim, na esfera política _ e falando em nome de toda população ³¹. No entanto, tais medidas não atenuaram o trauma vivido, os comerciantes estrangeiros e brasileiros se recusaram a negociar naquela Praça e apareceu um cartaz pregado com os dizeres: *Açougue dos Bragança*.

No decorrer de 2 meses, entre fevereiro e abril de 1821, o Rio de Janeiro conheceu duas manifestações ocupando a praça pública, armadas pelas elites. Na primeira, descobriram em D. Pedro um aliado pelo uso de sua figura. Da outra vez, se debateram com o medo da anarquia e perceberam que a sua querida ordem poderia, de um momento para outro, ficar no fio da navalha, porque parte da população, marcada pela sua diversidade, tornava a sua palavra pública e com teor político. No contraste entre um modo de vivenciar a política na praça pública, na assembléia, na definição de um direito de participação política, entre o 26 de fevereiro e o Sábado de Aleluia de 1821, a presença do príncipe parecia mais eficaz aos olhos das elites. Ao que parece, D. Pedro influenciou ou, ao menos, sabia da decisão de mandar a tropa dar fim à assembléia, delineando bem as fronteiras da participação política, os usos da esfera pública, o recurso da violência contra o que chamava de abuso e anarquia. Aos poucos e recorrendo à formulação litúrgica do poder real, as elites se deram conta de que o Príncipe emergia enquanto a melhor opção para ocupar o espaço público e encerrar em si a capacidade de representar a soberania, entrelaçando-se a ela.

do Brasil, Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, v. II _ A Vida de D. Pedro I, t. I, p. 253.

³¹ Como bem assinala Cecília Helena L. de Salles Oliveira: *Assim os mesmo homens que haviam efetuado ardilosas alianças com diferenciados grupos, arvorando-se em defensores da soberania do "povo", concordaram em participar de uma reunião secreta em que quinze "cidadãos" escolheram em nome de 159.280 pessoas os cinco deputados e os dois suplentes da província do Rio de Janeiro. Op. cit., p. 184. Ela ainda aponta que esta corrente liberal lucrou com decretos assinados por D. Pedro atendendo aos seus interesses quanto à propriedade e produção da riqueza, os quais beneficiavam aos grandes negociantes e burocratas que continuaram nos seus postos, p. 183.*

O Imperador-Contrato

Há uma questão que inevitavelmente deve ser pensada na instalação da monarquia no começo dos oitocentos; a opção por ela _ enquanto forma de governo na reordenação das relações entre Brasil e Portugal até a sua ruptura. É importante explorar e matizar um pouco o engendramento da soberania na *persona* de D. Pedro I. De que forma, ele se tornou uma saída política e social para as elites, garantindo a manutenção da ordem e, ao mesmo tempo, a autonomização do Brasil frente a Portugal. Para tanto, é bom assinalar que um conjunto de falas, referências, discussões sobre noção de contrato ¹ fundamentou-o, aparecendo em instâncias sociais variadas, com dinâmicas próprias e que se entrecruzaram forjando, ao fim e ao cabo, um Brasil enquanto corpo político autônomo. Tal noção um tanto generalizada e elástica provinha das câmaras que votaram em D. Pedro, demonstrando seu intento de se associar à sua *persona*, conquanto percorresse os panfletos, proclamações, periódicos. Também, do outro lado do Atlântico, as Cortes debatiam com verve a maneira pela qual se manteria um contrato entre Brasil-Portugal. O deputado por São Paulo, Vergueiro, nomeou o problema em fevereiro de 1822: queremos continuar unidos, mas como? Aliás a questão capital deste período 1820-22 residia na maneira de celebrar um pacto entre Brasil e Portugal, havendo uma gama de interesses, sobretudo entre letrados, homens de elite e do estado, a favor da cristalização de um poderoso império luso-brasileiro. Em meio às dissensões

¹ Maria de Lourdes Vianna Lyra mostra a divulgação dos princípios liberais centrados em Locke, Montesquieu, Rousseau, desde finais do século XVIII no Brasil, onde a noção de contrato adquire importância como modo explicativo da fundação da sociabilidade, da convivência social, garantindo certa paz e ordem política entre os homens. Através das leituras destes teóricos e iluministas, alargava-se a compreensão do contrato e intensificava-se a divulgação deste conceito chave do liberalismo. A autora sublinha a distinção existente entre o pacto de sujeição e o pacto de união. O primeiro seria mais presente no reformismo ilustrado português que vê no estado o agente que regula, tutela e ordena a sociedade. Neste pacto de sujeição, estabelece-se uma certa imanência entre o estado e o rei. *A Utopia do Poderoso Império. Portugal e Brasil: Bastidores da Política, 1798-1822*, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, especialmente O impacto das “novas idéias”: as vertentes da Ilustração. Quanto à difusão dos livros ver o trabalho pioneiro de Frieiro, E., *O diabo na livreria do cônego*, São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1984.

e inviabilidades de estabelecer tal pacto entre Brasil-Portugal, surgiu um amplo e diverso sistema de adesões à *persona* de um monarca.

Dentro deste debate do contrato, descortina-se uma valorização da noção de direito natural, tanto no vintismo quanto nas demandas brasileiras frente a Portugal ou na argumentação das câmaras justificando sua adesão a D. Pedro e exigindo, em troca, um compromisso constitucional. Esta noção de direito natural foi aberta e intensamente reivindicada, sendo acompanhada por uma tríplice caracterização: *inviolável, imprescritível, sagrado* ². Ora, pode-se sugerir que as leituras e um rol de livros centrados no direito natural, desde meados do século XVIII, foram, aos poucos e de diversas maneiras, contribuindo para o estabelecimento de uma acepção positiva do direito natural, que não pode ser refutado sob pena de esvaziar a essência de qualquer homem.

Havia um controle da leitura desde meados deste século XVIII, quando a política pombalina dinamitou a presença educacional e ideológica dos jesuítas, porém instituiu, de imediato, a Real Mesa Censória, responsável por controlar a circulação dos livros, as traduções, a leitura de parte ou de toda a obra, dependendo se o leitor era *licenciado* ou não, a remessa de livros para o império, o alvará de publicação, a censura dos originais. A Real Mesa Censória *licenciava um leitor*, de acordo com a sua formação intelectual, do cargo exercido na burocracia, na Universidade de Coimbra, nas escolas menores; assim, um leitor poderia ter autorização para ler toda a obra ou parte dela, inclusive as proibidas e condenadas pela Real Mesa Censória ³. Ela avaliava cada pedido de livreiro lisboeta para enviar livros ao Brasil, checando a lista de obras, e verificava cada solicitação individual

² Verdelho, T. dos S., *As Palavras e as Idéias na Revolução Liberal de 1820*, Coimbra: INIC, 1981, p. 40.

³ Sobre a censura dos livros neste período estudado: Jobim, L. C., *Inquisição e Censura de livros no Brasil do século XIX*, *Revista de História das Idéias*, 1989, v. 11 que aborda a composição social dos leitores, onde predominavam clérigos, bacharéis, burocratas, professores régios, inclusive negociantes. A respeito da formação e organização da Real Mesa Censória (doravante RMC): Marques, M. A. S., *A Real Mesa Censória e a cultura nacional. Aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*, Separata do *Boletim da Universidade de Coimbra*, 1963, t. XXVI.

que, obrigatoriamente, arrolava os livros de sua propriedade ou os que carregava consigo, por exemplo ao atender uma encomenda de um amigo ⁴.

Esta documentação sobre a Real Mesa Censória, pertencente ao ANTT, permite apontar a presença de diversos títulos que vinham de Portugal tematizando o direito natural. Vários ouvidores, bacharéis de formação, traziam de Portugal obras sobre este assunto, como: João Baptista Guimarães que, em 1799, carregava publicações de Grotius e **Princípios de Direito Natural, Divino e Público** ⁵; Domingos Manoel Marques Soares tinha Grotius, Puffendorf, **Esprits de Lois** de Montesquieu ⁶; Manoel Joaquim Ribeiro Freire lia Puffendorf ⁷, José Albano Fragoso possuía **A Riqueza das Nações** de Adam Smith e **Princípios da História Natural, Divina e das Gentes** ⁸. Outros bacharéis tinham frequentemente em suas livrarias esta gama de livros. Em 1777, Domingos de Bastos Vianna carregava obras de Puffendorf e Bulamarqui, já o sargento Domingos Alves Branco Muniz Barreto – depois ativo participante da discussão política da década de 1820 – carregava Puffendorf, Condillac ⁹. Para o Maranhão em 1800, seguiram com frei Manoel de São Francisco, José Paes, Joaquim José de Almeida e Silva: **Direito Natural** de Bulamarqui ¹⁰. No Pará, em 1804, Belford, cuja família enriquecera com as terras e gozava de prestígio no Maranhão, levava Adam Smith, **Esprits de Lois**, Condillac, outras obras de Montesquieu; Manuel Alx. de Mello trazia **Direito Natural** de Puffendorf ¹¹. Em Pernambuco também, na biblioteca de Antonio José Freire, havia **Elementos do Direito Natural** de Bulamarqui ¹². Em 1817, a casa de livros Martin em Portugal enviava para venda **Direitos do Cidadão** de Mably no Rio de Janeiro,

⁴ Outro modo de adquirir um livro na colônia residia em negociar com as embarcações estrangeiras que, vez por outra, desembarcavam na costa alegando avarias, falta de comida, água potável ou remédios. Desta maneira, um leitor poderia arranjar um novo livro para a sua casa, comprando-o ou trocando por outro bem.

⁵ RMC, Cx. 163.

⁶ RMC, Cx. 153.

⁷ RMC, Cx. 163.

⁸ RMC, Cx. 153.

⁹ RMC, Cx. 157.

¹⁰ RMC, Cx. 159. Em 1802, a Viúva Bertrand – um importante livreiro lisboeta – mandava um lote do recém publicado **Princípios do Direito Natural** de José da Silva Lisboa. Idem. Esta obra teve uma rápida difusão no Brasil, pois o negociante Gervásio Pires Ferreira rematava 400 exemplares deste escrito para Pernambuco ainda em 1802, ano de sua publicação. RMC, Cx. 157.

¹¹ RMC, Cx. 160.

¹² RMC, Cx. 161.

porém o livreiro João Baptista Reycend, em 1791, remetera um lote de obras no qual constava: *Ouevres Posthumes* de Montesquieu, *Morale Naturelle* de Necker, *Code de Bonheur* de d'Erlach, *Histoire Philosophique* e *Histoire des Iles Françaises* de Raynal, *Lettres Persannes* de Montesquieu, *Contrat Social* de Rousseau, *Oeuvres* de Diderot, *L'Éleve de Nature*, que seriam adquiridas por leitores licenciados ¹³. Na biblioteca do negociante Daniel Eduardo Roiz Grijó, com mais de 50 títulos elencados, destacavam-se *Les Principes du Droit Civil* de Boucher, *Traité de Législation Civile, et Pénable* de Bentham, *Ouevres* de Montesquieu, *Constitution d'Angleterre*, *Ouevres Complètes* de Mably, *Repertoire de la Jurisprudence*, *Esprit des Lois Romaines, Des Corps Politiques, et de leurs Gouvernements*, *Manual Político, Judicial, Civil, e Criminal*, *Princípios de Direito Divino, Natural, Público e Universal* ¹⁴. Ou ainda na relação publicada de livros vendidos, no Rio de Janeiro, em Casa de Hygino José Ferreira, *capitão da Náo Dragão*, constava Bulamarqui, escritos contra a Revolução Francesa, *O Amigo da Natureza* de Girard, entre seus 204 títulos dos mais variados assuntos ¹⁵.

Ora, por toda a parte do Brasil, as obras sobre o direito natural chegavam principalmente na bagagem de ouvidores, padres, bacharéis e certos negociantes. Tais obras de Grotius, Puffendorf, Burlamaqui, maciçamente, não sofriam para estes

¹³ RMC, Cx. 156 e 174 (no ano de 1791), respectivamente. Para atuação dos livreiros lisboetas em fins do século XVIII: Caeiro, F. da G., *Livros e livreiros franceses em Lisboa nos fins de Setecentos e no primeiro quartel do século XIX*, Separata do *Bol. da Bibl. da Universidade de Coimbra*, 1980, v. 35; Gama, A. B. da, *Livreiros, editores e impressores em Lisboa no século XVIII*, *Arquivo da Bibliografia Portuguesa*, 1967, ano III, n. 49-52. Os livreiros portugueses mais assíduos nas remessas de livros entre fins do XVIII e começo do XIX são: Borel & Borel, Irmãos Martin que, depois, abrem uma filial no Rio, Reycend, Rolland, Viúva Bertrand.

¹⁴ RMC, Cx. 169.

¹⁵ RMC, Cx., 157. A casa de Hygino José Ferreira poderia vender outros bens e até serviços, provavelmente fosse proprietário ou sócio da nau, porém oferecia um lote grande de livros, tendo o desvelo de imprimir a sua listagem na *Of. de Simão Thaddeo Ferreira*, para enviar para possíveis leitores e compradores na região próxima ao Rio e avisar os letrados locais de seus novos títulos. Esta preocupação em imprimir a listagem, os títulos postos a venda, o volume de obras, denunciam que não era a sua primeira remessa, o que nos leva a pensar que se tratasse de uma casa comercial que também vendia livros. Recentemente, Nireu Cavalcanti apontou a existência de mais uma livraria de propriedade de José Souza Teixeira no Rio de Janeiro de fins do século XVIII, gostaria, então, de acrescentar mais esta casa comercial e indicar a quantidade de livros que circulavam na cidade, pois na livraria de Teixeira havia mais de 300 títulos, além de 400 estampas. Cavalcanti, N. O., *A livraria de Teixeira e a circulação de livros na cidade do Rio de Janeiro, em 1794*, *Acervo*, Revista do Arquivo Nacional, v. 8, n. 1 /2, jan./dez., 1995. Posso ainda acrescentar que, em 1799, os livreiros Rolland remetia mais de 120 títulos, a Viúva Bertrand por volta de 80; em 1800, Paulo Martin remetia mais de 150 títulos, Francisco Rolland mais de 40, a Viúva Bertrand mais de 35, o que indica um volume considerável de entrada de livros, ao menos, naquele biênio. RMC, Cx. 153.

leitores qualquer restrição por parte da Real Mesa Censória, sendo liberadas sem maiores complicações. Considerando que, neste período, o livro poderia circular pelas mãos de mais de um leitor, por empréstimo, por herança, ou ser lido ao longo dos anos, pode-se indicar que, no conjunto e dispersamente, estas obras e leituras contribuíram para formular e consolidar uma certa noção positiva do direito natural. Cassirer explica a importância do direito natural em fins do século XVIII:

O homem possui direitos naturais que existiam antes da constituição de vínculos sociais ou civis e, em face desses direitos, a função própria e o objetivo essencial do Estado consistem em dar-lhes um estatuto na ordem política, conceder-lhes sua proteção e caução. (...) A filosofia francesa do século XVIII não descobriu, portanto, a doutrina dos direitos inalienáveis. Mas foi ela, sem dúvida, a primeira a fazer dessa doutrina um verdadeiro evangelho moral, a aderir-lhe com paixão e a proclamá-la com entusiasmo. E ao proclamá-la desta maneira, inseriu-a verdadeiramente na vida política real, conferindo-lhe essa força de choque, essa potência explosiva que se manifestou nos dias da Revolução Francesa ¹⁶.

Em Portugal, Verney, em seu **Verdadeiro Método de Estudar**, incorporava, desde meados dos setecentos, o direito natural como parte da ética do homem guiado pelas Luzes e filho de Deus. Inseria os deveres do cidadão e do homem no campo da ética e elencando pedagogicamente os livros que ensinavam este bom comportamento e, principalmente, esta moralidade que devia nortear a vida e atitudes de um bom homem. Há que se lembrar o apoio irrestrito da política pombalina a Verney, a sua penetração na Universidade de Coimbra reformada, a sua adoção como o texto exemplar que explica o domínio do saber, sem perder do horizonte suas finalidades morais, políticas, modeladores de um *filósofo* que participa ativamente do mundo dos homens na busca honesta e empenhada da *felicidade geral* ¹⁷.

Ora, entre fins da década de 1810 e começo de 1820, esta noção de direito natural, tão aprovada socialmente e conhecida por uma difusão e filtragem de

¹⁶ Cassirer, E., *A Filosofia do Iluminismo*, Campinas: Ed. UNICAMP, 1992, p. 334.

¹⁷ Verney, L. A., *Verdadeiro Método de Estudar*, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1950, v. III, caps. A Ética como propedêutica da jurisprudência e da teologia moral; Ética Particular: Deveres do Homem _ Deveres do Cidadão; Autores recomendados, onde aconselhava conhecer: Puffendorf, Grotius, principalmente.

leituras, passou a instrumentalizar boa parte das elites no Brasil quanto à sua participação política, adquirindo uma força reivindicativa no intuito de instaurar uma constituição própria ao Brasil e assegurar os seus próprios direitos. De minha parte, só gostaria de indicar a força desta noção de direito natural entremeada à discussão do contrato social, impregnando-o.

AS CORTES DE LISBOA

As Cortes, instaladas em 1820, colocaram o problema da manutenção do império e rediscutiram as formas de integrá-lo a partir da noção de soberania moderna, da divisão dos poderes, onde um limitava o outro. A fim de concretizar tal viragem no império, solicitaram, encaminharam e acolheram as representações de deputados vindos das colônias, buscando repensar as redes de poder entre Brasil e Portugal e o exercício da legitimidade. Por isso, as Cortes converteram-se num fórum privilegiado dos debates e decisões a respeito dos elos entre Brasil/Portugal, funcionando também como um aprendizado político para a deputação brasileira. A grande missão das Cortes residia em nomear e estabelecer um contrato entre os homens liberais do império luso-brasileiro e aí vicejava a noção de contrato social.

Quando as Cortes foram convocadas tanto se esperava a participação dos portugueses quanto a presença dos homens _ portugueses ou não _ do ultramar, principalmente do Brasil, cuja importância crescera a tal ponto nas últimas décadas que colocava Portugal na constrangedora situação de se considerar sua colônia. O vintista Pereira do Carmo temia, em última instância, uma revolução no Brasil que rompesse a unidade do império. Por isso convocava a vinda de deputados do Brasil a fim de estreitar os laços, renegociando a importância de cada uma das partes e os modos de exercer o governo. Ele pregava o respeito a um princípio liberal de que a lei só é implantada, exercida, reconhecida, se os que forem por ela regidos a aprovarem. Dentro deste parâmetro, as Bases da Constituição propunham que a África, Ásia,

Brasil só passassem a cumprir tais leis, *logo que seus legítimos representantes declararem ser esta a sua vontade* ¹⁸.

Apesar destas iniciativas, em diversos momentos e em discussões decisivas, a deputação portuguesa votou o que lhe parecia melhor, à revelia da presença dos deputados brasileiros, o que ganhou o estatuto de a estratégia política nas votações, fazendo parecer legítima a regulamentação das leis porque se dera dentro da assembléia, mas sem contar com todos os representantes – sobretudo os que poderiam ser contrários.

Esta assembléia via-se no interior de uma polaridade entre brasileiros e portugueses, vetorizada pelos seguintes critérios: o local de residência do indivíduo, onde seus negócios estavam radicados, sua naturalidade ¹⁹. No início da legislatura, encontram-se facilmente as expressões: *portugueses dos dois lados do hemisfério, a grande família*. Porque, de ambos os lados, ansiava-se pelo estabelecimento e pela cristalização do projeto do império luso-brasileiro. À medida em que se explicitavam as dissensões e a possibilidade efetiva da ruptura do império, cada vez mais, elas iam desaparecendo, desenhando-se a cisão entre brasileiros e portugueses. Havia casos de deputados brasileiros simpáticos à continuidade desta união sob um férreo pulso monárquico como propunha o português Luis Paulino Pinto da França, radicado na Bahia e partidário do império luso-brasileiro, adversário ferrenho de Cipriano Barata com quem chegou a rolar as escadarias da assembléia por divergências políticas. Do lado luso, os vintistas mais liberais e os apegados ao projeto do grande império viram-se na obrigação de matizar a liberalização destas relações. De ambos os lados,

¹⁸ *Diário das Cortes*, 9/março/1821, p. 233. É bom assinalar que esta série documental permite rastrear as principais tensões existentes dentro das Cortes, pois expressa seus debates, intervenções, discordâncias e de que maneira alguma resolução efetivou-se, preferindo determinadas opções políticas perante outras. Sabe-se que os próprios deputados detiveram-se na tarefa de decidir se cabia ou não conter todos os debates empreendidos ou apenas devia sumariá-los. Preferiram o relato integral no intuito de que o eleitor-leitor pudesse, ao ser bem informado, avaliar o transcorrer do jogo político. Ver *Diário das Cortes*, 26/abril/1821, p. 677-678. Quando se fez necessário recorri ao material das comissões das Cortes cuja documentação encontra-se no Arquivo Histórico Parlamentar em Lisboa.

¹⁹ Ser português ou brasileiro dependia destas categorias não se baseava apenas no local de nascimento. Ribeiro, G. S., “Pés-de-Chumbo” e “Garrafeiros”: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no primeiro reinado (1822-1831), *RBH*, São Paulo: ANPUH/Marco Zero/SCT-CNPq-FINEP, 1992, v. 12, n.23/24; _____, “Ser Português” ou “Ser Brasileiro”? algumas considerações sobre o Primeiro Reinado, *Ler História*, 1994, n. 25.

no entanto, as Cortes foram compreendidas enquanto fórum legítimo e maior, quase um tribunal, do novo pacto a ser instituído entre Brasil e Portugal, visando a construção do grande império projetado desde fins do XVIII. Por isso, quando os deputados brasileiros, com vários subterfúgios, recusaram-se a assinar tal constituição demonstravam, cabalmente, o tamanho da falha e da dificuldade em se manter esta ligação.

No leque da bancada brasileira, ao longo dos debates constituintes, destacaram-se as deputações da Bahia, São Paulo, Rio e Pernambuco. Elas em sua maioria, reivindicaram uma maior flexibilização das relações Brasil-Portugal, exigindo *reciprocidade*, e postularam uma autoridade específica ao Brasil com atuação abrangente e certa independência frente aos tribunais e à burocracia lisboetas. Uma autoridade apropriada ao Brasil e que fosse coerente com as suas especificidades ditadas pela natureza e aí originadas. No jogo político, foram firmando suas posições contrárias às Cortes no decorrer de 1822. Pois, de início, atuavam a favor do império, a tal ponto que representantes do Rio e Pernambuco não manifestaram descontentamento quando a bancada portuguesa decidiu-se ordenar o retorno do príncipe à sua terra natal. Se os portugueses temiam justamente o uso político de D. Pedro por um dos grupos brasileiros, a bancada brasileira ainda não apostava nele enquanto instrumento do processo de autonomização do Brasil.

O processo de adesão do Brasil às Cortes passava por uma série de canais. Através da chegada das notícias lisboetas trazidas pelos navios, das correspondências oficiais e familiares, das longas apresentações e polêmicos artigos dos jornais. No **Correio Brasiliense** de Hipólito da Costa, começava-se a discutir os interesses na esfera das localidades brasileiras. Não houve uma forma de adesão homogênea e capitaneada por alguma província, tampouco passou por uma expressão da vontade mais popular. As províncias mais leais às Cortes eram também as mais ligadas comercialmente a Portugal e, conseqüentemente, aderiram mais cedo ao vintismo e à elaboração de uma nova constituição, daí os movimentos no Pará e na Bahia, que avisaram às Cortes de que formalmente se desligavam do Rio de Janeiro em junho de 1821.

No Rio de Janeiro, o grupo interessado em impor novas regras à mercantilização da terra e do trabalho, os ditos *constitucionais*, encontraram nesta oportunidade o melhor meio de atender às suas necessidades, coadunando-se ao vintismo e aos portugueses aí residentes²⁰.

Em Pernambuco, este liberalismo trouxe para a arena política homens que amargavam a prisão em Salvador como Muniz Tavares, Ribeiro Andrada, José Martiniano de Alencar, envolvidos com movimento de 1817, que foram libertados porque o movimento vintista declarou livre todo aquele que estivesse preso por despotismo e censura política. Estes antigos rebeldes elegeram-se para as Cortes, o que evidencia a aprovação social dentro dos círculos de eleitores daquela região, e aproveitaram o ressentimento e o aprendizado político proporcionados por 1817, asseverando seu liberalismo ao aproximá-lo do vintismo num fundamento do próprio liberalismo: a necessidade da divisão do poder em instâncias diferenciadas de acordo com as proposições de Montesquieu. Também vislumbraram aí uma ocasião para combater de dentro das Cortes seu inimigo comum: o governador Luiz do Rego ²¹ acusado de violência e despotismo.

A própria deputação portuguesa, entretanto, providenciou um expediente, tentando difundir e aumentar as adesões das províncias brasileiras ao movimento constitucional, através de uma nova rede de poder que atravessava todo o império, inclusive Portugal, que se reestruturava com: as Juntas Provisórias. Eleitas na localidade, elas passavam a exercer o poder executivo com todas as suas atribuições e

²⁰ Ver, Oliveira, C. H. L. S. de, *Astúcia Liberal - relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*, São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1986.

²¹ Este trauma de 1817 foi discutido em vários momentos na assembléia e denunciada a ação violenta do governo joanino num âmbito reconhecidamente de legalidade e que se pautava por garantir a iniciativa política e liberal de cada um. Os presos que chegaram de Pernambuco a Lisboa por ordem de Luiz do Rego foram incansavelmente defendidos pela deputação pernambucana e parte da baiana. Fagundes Varela pediu inclusive uma mudança quanto à nomeação do movimento de 1817: de revolução para independência, porque esta última não caracterizaria um crime dentro do sistema constitucional respaldado no contrato social. *Diário das Cortes*, 16/outubro/1821, p. 2670-2671. Ainda em 1822, Madeira de Mello, governador de armas da Bahia, reconhecia a relevância do processo pernambucano de 1817 perante as adesões ao Rio de Janeiro e, retrospectivamente, comparava-a ao movimento de 1798, salientando a maior eficácia dos pernambucanos em virtude da sua repercussão e por implantar uma república. Ele dizia que em Pernambuco ... *se levantou a voz da independência, ali se arrastarão e calcarão aos pés as Bandeiras da Nação e o Escudo de suas Armas foi substituído pela pintura do Sol, Lua e alguns outros giroglíficos: ali foi olhado com Reo de morte o verdadeiro Portugal; e este nome foi substituído pelo de Patriota; ali em fim foi declarado uma República*. AHU, Bahia, Avulsos, Cx. 256, Doc. 28, 17/março/1822.

força anteriores ²² ao vintismo. Tais juntas foram recuperadas do período das guerras napoleônicas, porque arregimentaram a reação local contra os invasores, mantiveram um governo e cultivaram o *apego e/ou fidelidade à pátria, a terra aonde se nasceu* e que conseguiu, enfim, expulsar os franceses e espanhóis.

De acordo com o liberalismo vintista, estas juntas desfrutariam de maior legitimidade à medida em que eram eleitas e, em que, dispunham à primeira vista da sorte de governar tranqüilamente, visto que nasciam de uma escolha local. Assim tentavam criar e sedimentar uma rede de interlocutores, aliados às Cortes. No Brasil, desde o começo de 1821, organizavam-se governos provisórios nas províncias sem se articularem ou se submeterem, obrigatoriamente, a um comando do Rio de Janeiro, experimentando aí uma autonomia na sua forma de governar ²³. Esta era a situação da Junta de Goiana em Pernambuco que assumiu o governo do Recife em outubro de 1821, depois da deflagração de um processo eleitoral na província e uma grande movimentação de tropas, lideradas por proprietários, lavradores, resultando na expulsão do antigo governador Luis do Rego. Esta Junta tendia a governar com uma certa autonomia frente ao Rio e a Lisboa. Ou seja, a polarização dos debates políticos, das formas de encaminhamento do império e a manutenção de sua integridade, não se circunscreviam apenas entre Portugal e as bancadas do sudeste; antes movimentavam várias províncias, repercutindo bastante no Pará, Pernambuco, Bahia, em torno das quais gravitavam o Ceará, Piauí, Sergipe, Alagoas.

A Junta de Goiana, em Pernambuco era formada basicamente por antigos presos de 1817 e plantadores do norte da Zona da Mata. Ela marchou sobre o Recife,

²² A Comissão de Constituição quanto às províncias ultramarinas propôs esta solução em agosto de 1821. *Diário das Cortes*, 21/agosto/ 1821, sendo o decreto de 19 de setembro. Este sistema remodelou o governo do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande, Mato Grosso, Goiás. O sistema de eleição consistia na escolha dos membros da junta entre os eleitores da paróquia da província, eleitos a partir das freguesias. *Diário das Cortes*, 19/setembro/1821, p. 2326.

²³ Roderick Barman chamou este *governo de pequenas pátrias*, encontrando-se na origem da influência local na administração e nos assuntos fiscais das províncias, que caracterizaria a estrutura política do Brasil no Império e impediria qualquer tentativa de um forte governo centralizado no Rio de Janeiro. *Brazil: the Forging of a Nation (1798-1852)*, Stanford: Stanford University Press, 1988, p. 76. Observe-se esta dinâmica de reordenação da rede de poder que propiciava uma maleabilidade no mando local e na centralização do poder. Nascia, então, um debate sobre as novas relações de poder entre o local e o governo central, que teve uma capacidade de perdurar para além do I Reinado. Talvez tal processo tenha colaborado _ em alguma medida _ para a explosão de várias revoltas no período regencial porque portavam um princípio de autonomia local.

enquanto do sul da Zona da Mata vinha outra frente de plantadores, lavradores, oficiais e suas tropas, e quem mais fosse aderindo. Cercando a cidade, forçaram Luiz do Rego a dividir a província em duas áreas administrativas paralelas. O interior ficava ligado à esta junta, enquanto Recife e Olinda permaneciam administrados pelo governador. A Junta de Goiana contava com o 1o. e 2o. batalhões de caçadores de linha e, ao obter o apoio dos 3o. e 4o. batalhões de milicianos do Recife, do corpo de cavalaria, de oficiais inferiores e ampliar sua aliança com os produtores do sul da Zona da Mata, conseguiram expulsar Luiz do Rego e controlar a região portuária para escoar sua produção. Em troca da anuência das tropas, a Junta pagava os soldos em dia, fornecia munição ²⁴. Com esta aliança circunstancial de produtores, antigos presos de 1817, tropas e oficiais, organizou-se pela primeira vez um governo provisório legal em Pernambuco ²⁵ e, de certa forma, revidava-se publicamente a derrota de 1817, convertendo a reação violenta de D. João VI num ato *despótico*.

As Cortes aproveitaram esta reformulação do poder provincial no Brasil, através das Juntas, e transformaram-nas em parte do seu projeto de reorganização do poder político-institucional, vinculando, assim, as províncias ao governo lisboeta norteado pelo liberalismo vintista e atenuando os elos das províncias ou abrindo um outro modo delas relacionarem-se com o Rio de Janeiro, que lutava para manter seu estatuto de corte.

O outro expediente reformulador da autoridade local residia na criação do cargo de governador de armas, encarregado do serviço militar e da segurança pública na província, pautado em um poder constitucional, não absoluto, preparado para repreender àqueles que se opusessem às novas leis e ao vintismo. Este militar era sumariamente nomeado pelas Cortes ²⁶.

²⁴ Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos, 1818-1823*, Recife: Arquivo Público Estadual, 1962, v. VIII, p. 131.

²⁵ Carvalho, M. J. M. de, *Hegemony and Rebellion in Pernambuco (Brazil), 1821-1835*, Urbana-Champaign: University of Illinois, 1989, especialmente cap. 1.

²⁶ A lista destes governadores de armas para cada província do Brasil encontra-se no AHU, Rio de Janeiro, Avulsos, Cx. 283, Doc 72, 9/novembro, 1821. Tais nomeações ocorrem em sincronia com uma movimentação de tropas portuguesas se dirigindo ao Brasil sob a alegação de *fermentação* política e social. Cabe lembrar que durante a década de 1810, houve uma contínua entrada e ida-e-vindas de batalhões e praças lusos para o Brasil, sendo que, em geral, recebiam um soldo maior do que os brasileiros. Logo, cada governador, a rigor, encontraria na província designada uma tropa que o obedecesse.

Tal reorganização no império ²⁷, com a introdução do governador de armas, abolia a autoridade do capitão-general que existira durante todo o período colonial, que concentrava em si a autoridade executiva e militar, podendo destituir toda e qualquer outra autoridade local quando julgasse necessário, inclusive as eclesiásticas, por exemplo: um bispo. Assim, pela primeira vez no Brasil, cindia-se o poder executivo e o militar e, simultaneamente, redimensionava-se o sentido da autonomia local.

Neste novo procedimento, o governo das armas cabia a alguém escolhido pelas Cortes, por sua vez, as juntas nas províncias resultavam da deliberação e votação local, dando oportunidade para uma presença de brasileiros e portugueses. Neste momento, esta divisão entre metrópole-colônia, portugueses-brasileiros, existe e lateja no interior da própria documentação e conseguiu adentrar boa parte da produção historiográfica que lida com este período. Esta dupla presença faz com que sua verossimilhança seja muito plausível. Contudo, parece necessário ter cautela ao tratar esta suposta oposição, porque havia brasileiros íntimos com o comércio português e às suas formas de governo e, vice-versa, portugueses enredados com as propriedades, os bens, os negócios no Brasil. Além daqueles que aqui encontraram um roçado, um comércio de retalhos, um emprego de caixeiro, uma vila onde ser pároco, um cargo de oficial ou como funcionário público de pequeno escalão, um clima ameno, um ofício, ou apenas um lugar para ficar. O antagonismo brasileiro/português ou o ataque ao português exige um cuidado no estudo desta figura, contra a qual se colocava o brasileiro, criando uma contraposição de identidades. Certa prudência teórico-metodológica me faz preferir assinalar, nas especificidades históricas, onde e de que maneiras estas identidades, que se entendiam na adversidade, ocorreram.

Um dos modos de opor brasileiros-portugueses consistia nesta rachadura na organização da autoridade suscitada pelas Cortes, vinda de fora, e que soava como uma profunda interferência nos negócios públicos locais, pois moldou a seguinte situação que se generalizava em boa parte do Brasil. Em geral, o governador de

²⁷ Como se viu uma necessidade antes apontada e estudada por Silvestre Pinheiro Ferreira.

armas designado se filiava a Portugal e as juntas foram, paulatinamente, se abasileirando ou então se compunham, desde a sua instalação, de homens ligados aos interesses brasileiros. Assim, numa mesma província podiam se opor com intensidade um poder ao outro – a junta versus o governador de armas –, identificados básica e rapidamente pela disputa entre portugueses e brasileiros. Daí a recorrência deste conflito institucional em várias províncias. Ademais, o processo de eleição de uma junta podia provocar o embate de gente mais perfilada a Portugal e aqueles enriquecidos no Brasil, como se deu na Bahia com o antagonismo entre Salvador e o Recôncavo, no qual os lavradores, negociantes, artífices, construíram a partir de meados do século XVIII, formas de viver, enriquecer e produzir que diferiam do mundo da metrópole ²⁸.

Paralelamente, esta reordenação da autoridade investia às câmaras de uma importância capital dentro do império, visto que as eleições locais que escolheriam as juntas passavam-se dentro ou a partir dela, à medida que se organizavam a partir das eleições nas freguesias. A câmara servia ainda como um lugar de aprendizado político e espaço de negociação dos interesses diversos, habilitando um representante a concorrer a um cargo nas juntas no âmbito da província.

Foram as câmaras brasileiras, entre 1822-1823, que adotaram em relação a D. Pedro um sistema de correspondência, expressando a adesão à sua *persona*, identificando-o com a *causa do Brasil* e cristalizando a sua soberania à medida em que, nele, atava e fundava seus manifestos desejos. Em contrapartida, ao longo de 1822, o governo do Rio de Janeiro despachou representantes e negociadores da causa do

²⁸ Cabe assinalar que a colônia durante o século XVIII não vivia em função de um único tipo de produção de riquezas, existindo uma diversificação de setores produtivos, criando a oportunidade do aparecimento de outros protagonistas sociais e relações de trabalho e produção. Recorde-se a estruturação do comércio de cabotagem entre o Rio e o sul do país, ao qual os negociantes e autoridades de Salvador tentaram inúmeras vezes se opor ou, ao menos, conseguir se desobrigar de parar no porto do Rio, pagando tarifas e impostos, para completar a remessa ou a vinda de suas mercadorias transacionadas com o sul do país. As atividades agrícolas centradas no abastecimento do sudeste de Minas, a área açucareira de São Paulo com Itu, Sorocaba, Porto Feliz, Jundiaí, Campinas, as redes de tropeiros do sudeste, o Recôncavo fluminense, a exportação da cana em Pernambuco, o bom lucro do tráfico de “almas” e os estaleiros, o charque no sul, além dos artífices, pequenos lavradores, foreiros, arrendatários, os que viviam da pesca, do pequeno comércio das cidades como as mulheres pobres e escravas e seus quitutes, as lavadeiras, os boticários, os carregadores de água e detritos, os barbeiros, os taverneiros, os que regateavam seu trabalho e mercadorias nas feiras e mercados, e outros tantos mais. Em suma, existia uma diversidade personagens sociais, com diferentes modos de sobrevivência e de obtenção de lucros, espalhados pelo Brasil. Assim, não havia um único modo de se relacionar com a metrópole.

Brasil para diversas províncias, como Joaquim Carneiro de Campos que seguiu para a Bahia, conselheiro Drummond para Pernambuco e Bahia, cônego Januário da Cunha Barbosa para Minas. Desta maneira, as câmaras desvincilhavam-se das Cortes. A câmara, instituição nascida na colônia, tornou-se um espaço maleável de atuação e debate políticos, funcionou enquanto lugar institucional reconhecido como capaz de manifestar uma vontade legítima para a edificação da soberania de um novo monarca, pautado, agora, no liberalismo.

Ora, é vital reparar que no exato momento em que surgiram, as Cortes já começavam a reformular a noção de autoridade e suas formas de efetivação. Tal mudança repercutiu em grande escala no Brasil, porque fraturou a antiga autoridade metropolitana do capitão-general. Paralelamente, suscitou uma rediscussão da autoridade local, dos grupos que iriam exercê-la, abrindo uma possibilidade para que aqueles que não ocupavam o primeiro plano do ou o próprio mando local vislumbrassem, nesta ocasião, um momento e uma maneira de alterar esta situação. Contudo, o governador de armas, nomeado por Portugal e, em geral, partidário das Cortes, foi acusado em várias ocasiões de se comportar como um antigo capitão-general, abusando do poder que lhe fôra concedido através do uso da força armada e militarizada. Por isso, entre 1821-1823, em diversas províncias do Brasil _ como em Minas Gerais, por exemplo _ houve tensão a respeito da autoridade local, o que abriu brechas, vez por outra, para que outros desejos sociais se expressassem, fazendo aflorar o medo social e das elites de um temido levante escravo, uma espécie de presentificação da revolução de São Domingos como se passou no Pará, na Bahia, no Maranhão.

Não houve, entretanto, uma compreensão única e homogênea do que fossem as Cortes. A câmara de Campos de Goitacazes remeteu às Cortes, através do Conselho Ultramarino, uma representação, na qual narrava a sua movimentação de tropas em fevereiro de 1821 a fim de se solidarizar com o movimento carioca, comandada pelos oficiais: Antonio Aureliano Rolão, Pedro Augusto Nolasco Pereira da Cunha, Miguel Joaquim Prestes, ligados a Ledo e Clemente Pereira, não por acaso proprietários nesta região. Solicitavam o título de *vila constitucional* e o direito de

montar uma junta, garantindo assim um distanciamento político do Rio de Janeiro e do grupo dos ricos atacadistas, dos portugueses da alta burocracia, dos arrematadores de contratos públicos e dízimos. Em seguida, revelava as diversas compreensões que as Cortes adquiriam ali:

... (há) o Lavrador entendendo, que a Constituição tenha abolido os Dizimos; huns dos Negociantes entendião, que com ella ja tenha acabado o Imposto das Portas, e outros que os Privilegios das Fabricas da Assucar; os Arrendatarios das terras de Morgados, e Religioens contavão que a constituição lhes dava a elles de propriedade, e finalmente os facinorozos suppondo prescriptos seus crimes se apresentavão publicamente dentro desta Villa, o que tudo desligando as ideias, os pençamentos, e as vontades, não tardava em interromper a ordem social porque cada individuo querendo della o fazer valer sua opinião a defenderia, athe fizicamente, como sempre em tais cazos costuma acontecer ²⁹.

Entre tantos sentidos possíveis do que a distante constituição poderia responder como anseios das personagens sociais, esta câmara inqueria sobre as suas decisões, pedindo esclarecimentos sobre as mudanças pretendidas ou se alguma passava a vigorar de imediato, visando restringir os seus significados em nome da ordem. Em outros lugares, também variava a interpretação dos atos e função das Cortes. Na Bahia, Pará, São Paulo, havia escravos que acreditavam que a abolição ocorrera ou estava prestes a se efetivar. Nas cidades do Rio e em São Paulo, a população livre pobre e até remediada de pequenos comerciantes, artífices, mascates, boticários, lavradores, arrendatários, foreiros, barbeiros e taverneiros, os que viviam do trabalho a jornal sem ocupação fixa, reivindicaram seus anseios em abril de 1821 e se fizeram presentes, ocuparam as praças e ruas tanto nas festas realizadas devido ao processo de separação quanto nos movimentos sociais de rua nos quais enunciavam seus quereres, discordâncias e apoios.

Simultaneamente, surgiu no Brasil desde a revogação da censura à imprensa uma gama de publicações, de periódicos, folhetos políticos ³⁰ que definiam e punham

²⁹ Por um engano, em 1994 esta representação se achava no AHU, Bahia, Avulsos, Cx. 253, Doc. 68, 21/junho/1821, embora fosse um documento concernente ao Rio de Janeiro.

³⁰ Recorro aqui à minuciosa pesquisa de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, **Corcundas, Constitucionais e Pés-De-Chumbo: a Cultura Política da Independência, 1820-1822**, São Paulo: USP, Tese de Doutorado,

em movimento uma série de conceitos e posições políticos, marcando a entrada de uma série de interlocutores na esfera da opinião pública, marcadamente letrada, com o intuito não só de causar polêmica, mas principalmente cativar no leitor alguma simpatia que, no futuro ou em alguma eleição, poderia lhe render algo mais efetivo ou em favor de seu grupo político. Tais escritos almejavam também uma circulação oral, pois ao serem debatidos ou comentados nas livrarias, numa taverna, na rua do Ouvidor, nas boticas, lojas maçônicas, sociedades secretas, nas casas de comércio, espriavam seus princípios pelo universo social e não podiam desprezar aquela camada pobre livre, de arrendatários, foreiros, caixeiros, empregados do Paço.

Tais publicações proliferaram em maior número e com maior intensidade no Rio de Janeiro, onde vários homens de estado, vinculados a variados grupos rivalizavam-se: aqueles preocupados com a mercantilização da terra e da propriedade, os ingleses, os comerciantes portugueses, a aristocracia local, os burocratas, ajudaram a bascular as interpretações do que se passava e constituíam, assim, um saber político, divulgavam uma cultura política, movimentavam todo um conjunto de autores centrados na política e formulavam um vocabulário próprio. Aqui, qualquer um poderia ser um possível leitor. Neste momento, apareceram o *Revérbero Constitucional*, *O Espelho*, a ácida *A Malagueta*, *Conciliador do Reino Unido*, *Sabatina Familiar*, *Regulador Brasilico Luso*, *Correio do Rio de Janeiro*, que traziam para a esfera da opinião pública seu debate político vários letrados vinculados ao estado como José da Silva Lisboa, Frei Francisco de Sampaio e aqueles que desejavam ampliar sua participação política no âmbito decisório do estado: cônego Januário, Ledo, João Soares Lisboa. Homens de formação cultural distinta, uma norteadada pelo direito na Universidade de Coimbra e que ajudava a pensar, projetar e construir o grande império. Outra formada no Brasil, chamada por Roderick Barmam de grupo brasiliense, abarcava esta corrente de Ledo, pautava-se por um liberalismo onde a noção de contrato vicejava e tivera sua educação no Brasil,

1992; Silva, M. B. N. da, *Movimento Constitucional e Separatismo no Brasil, 1821-23*, Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

o que não impedia uma afinidade em dados conceitos e em alianças políticas nos momentos de precisão ³¹.

Surgiram, neste momento, em abundância, proclamações e folhetos, nos quais o autor, por vezes um anônimo ou sob pseudônimo, revelava um sentimento patriótico, um empenho de cidadania, expunha um conceito político e/ou uma apreciação sobre algum acontecimento, buscando convencer e educar o seu leitor. Este anonimato comportava-se enquanto um recurso de autoridade de quem falava. Ao esconder sua identidade, o autor se colocava numa posição externa e acima dos embates e, por vezes num tom professoral, tornava a sua posição uma lição isenta de política ³². Assinaram folhetos no intuito de demarcar sua posição e atuar sobre a opinião pública que emergia, pela primeira vez, neste início da década de 1820: José Bonifácio, padre Perereca, José Clemente Pereira, Martim Francisco de Andrada, Raimundo José da Cunha Mattos, Silva Porto, Luis Pereira da Nobrega Coutinho, entre outros mais ³³, bastante mobilizados pela idéia de *felicidade geral da nação*, considerada como obra da política, que se coloca no seu horizonte, como finalidade e meta futura.

Assim, foram difundidas diversas noções tais como: deputado, monarquia constitucional, revolucionário, anarquia, despotismo, assembléia constitucional, contrato, igualdade, entre outras do vocabulário liberal, que antes ficavam mais adstritas à formação letrada de algum leitor, dentro de sua casa, no círculo maçônico

³¹ Barman, R. J., *Op. cit.*; Lúcia Neves retoma este trabalho enquanto chave para entrever a intelectualidade letrada da época, bem como a sua formação sócio-cultural e certos desdobramentos políticos. Curiosamente, este recorte a respeito da formação letrada coincide, em certa medida, com a formação sócio-econômica e política das elites fluminenses estudadas por Cecília H. Salles de Oliveira, *Op. cit.*. Um caso exemplar da formação coimbrã residiria em José Bonifácio e, pelo lado brasiliense, o cônego Januário. De minha parte parece intrigante apontar que para os brasilienses ou os que se entende como os mais liberais no processo de independência, isto é: Ledo e sua trupe, a noção de contrato não só era cara como foi muito debatida e difundida. Estrategicamente, este conceito também servia para abrir-lhes a possibilidade de ampliar sua participação política e assegurar a importância da elaboração de uma constituição que, como demonstra Cecília Salles Oliveira, regularia o mercado em formação. É prudente dizer que esta classificação proposta por R. Barman e retomada por Lúcia Neves não esgota o problema da elaboração de um vocabulário político, seus usos e os diversos projetos que disputavam a cena pública, ao mesmo tempo em que construíam um espaço da opinião pública. Neste sentido, estudos monográficos sobre a formação letrada, sua atuação política e modos de pensar podem ensinar muito sobre o período e alargar nossas interpretações e horizontes historiográficos.

³² Ver Oliveira, C. H. F. de S., Na querela dos folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais, *Revista de História*, USP, n. 116, 1984, p. 55-65.

³³ Sobre quem escreve os periódicos e folhetos, ver: Neves, *Op. cit.*, cap. 1.

e das sociedades secretas, nas academias, nas lojas de livros. De vez, elas ganhavam a rua, o espaço público, intensificando o debate político e alimentando-o, além de consubstanciar uma opinião pública que passava a participar do jogo político. Com este volume e diversidade de escritos, educava-se a própria elite numa pedagogia do constitucionalismo, cultivava a escrita como fonte de poder e palavra mais autorizada e, ao mesmo tempo, argumentava a favor das reformas a serem promovidas pelo estado, ao divulgá-la ³⁴.

Nesta forma de difusão de um saber político, elegia-se um conceito e apresentava-se sua definição, em tom pedagógico, daí a forma frequente dos *diálogos* e dos *catecismos* que funcionavam como uma cartilha política, com palavras simples, parágrafos curtos, um sistema de pergunta e resposta que, agilmente, objetivava o que se procurava ensinar. Também desenhavam, pedagogicamente no seu conteúdo, um modo de ocorrência e organização da política vinculados pelo liberalismo, repudiando as revoltas, a anarquia, os tumultos de rua, o vozerio. Neste sentido, um procedimento comum nestes textos consistia na acusação do outro, o adversário político daquela hora, de simpatizar ou com a anarquia ou com o despotismo, os grandes males que subverteriam a sociedade, inviabilizando as práticas liberais e o seu projeto de sociedade. O *Revérbero* tomava os ministros portugueses por *despóticos*, a série *Reclamação do Brasil* de José da Silva Lisboa denunciava o risco de *anarquia* nas propostas do grupo de Ledo, José Bonifácio atacou n' *O Tamoyo* ³⁵ os ministros de D. Pedro em 1823 e os portugueses radicados aqui, chamando-os de *despóticos*.

³⁴ Neves, L. M. B. P., *Leitura e leitores no Brasil, 1820-1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder*, *Acervo, Revista do Arquivo Nacional*, jan.-dez./1995, v. 8, n. 1/2.

³⁵ Ver Prado Júnior, C., *O Tamoio e a Política dos Andrada na Independência do Brasil, Evolução Política do Brasil e outros Estudos*, São Paulo: Brasiliense, s/d. O jornal era organizado por Vasconcelos Drummond e Francisco Miranda – também editor do *Despertador Brasileiro* –, falavam norteados por Bonifácio que combateu abertamente os rumos políticos do governo de D. Pedro, insistindo numa série de mudanças a serem delineadas e ditadas pela constituição, então em debate na assembléia. Na *Reclamação do Brasil*, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1822, José da Silva Lisboa assinava sob o pseudônimo de *Fiel da Nação*. Ele se opunha à política que tornava Lisboa a única sede de poder no império, que consequentemente levaria a uma diminuição do Rio de Janeiro. Em meados de 1822, ele abandonava de vez o projeto do luso império em favor da emancipação do Brasil, facilitando inclusive a sua vida burocrática e reconquistando o seu prestígio social.

Tais acusações, então, repetiam-se incessantemente, designando aí os limites a serem evitados e ultrapassados _ a saber: *anarquia* e o *despotismo* _ a fim de erigir uma monarquia constitucional. Assim também a anarquia e o despotismo funcionavam como uma espécie de curinga no vocabulário e discurso políticos, em virtude do caráter genérico, podendo recobrir várias experiências e vontades políticas. Estes termos suscitavam uma apreensão no leitor ao apontar e circunscrever um inimigo, servindo, assim, a várias conjunturas políticas.

Neste gênero de escrita dos panfletos, folhetos, proclamações, difundiam-se leituras de segunda mão, pois não citavam um autor por inteiro, um debate em toda a sua compleição e/ou profundidade. Estas publicações procuravam ter uma eficácia política ao se parametrizar por práticas de leitura que permitiam a reprodução de trechos da obra de um algum pensador político reconhecido, assim reproduziam escritos de um vulgarizador ou um discípulo de algum destes teóricos, publicando comentários, notas, traduções, trechos anotados, pareceres. Não havia a nossa preocupação contemporânea em demarcar e enunciar uma autoria, esmiuçar uma idéia, evitar uma leitura torta, frouxa, um mal-entendido. Estes textos invandiram as ruas, as praças, as tipografias, as casas, os pontos de encontro, tentando irradiar posições e acepções políticas e convencer o seu leitor. O **Manifesto ao povo do Rio de Janeiro sobre a residência de S. A. Real no Brasil**, dirigido ao senado da câmara, que pedia a permanência do príncipe no começo de janeiro de 1822, citava De Pradt no intuito de entender, pelas lentes deste autor, os rumos políticos do Brasil com a saída do príncipe ³⁶. Por sua vez, a obra De Pradt circulava em trechos, recortada, através de vulgarizadores e, desta forma, ganhou eficácia política. Assim Burke, Montesquieu, Raynal, De Pradt, Benjamin Constant, Mably, Rousseau, outros mais, angulavam tal aprendizado político das elites ³⁷.

³⁶ Mello Moraes, **História do Brasil-Reino e do Brasil-Império**, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1982, t. 1, p. 246. A afirmação escolhida de Pradt terminava acenando com a ameaça efetiva da independência: *É logo bem evidente que se algum dia o soberano estabelecido no Brasil voltar para Portugal deixará após de si a independência firmada em todas as feitorias do Rio de Janeiro*. A leitura de Pradt também informava as posturas de Bonifácio e a sua compreensão a respeito de uma situação colonial abusada por exemplo no seu texto sobre a abolição gradual da escravidão.

³⁷ Evaristo da Veiga leu Benjamin Constant, Bentham, Ricardo, Say, Sismonde, segundo Octavio Tarquínio de Sousa, **História dos Fundadores do Império do Brasil**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, p. 40. Por ordem

Nestes folhetos e periódicos, a noção de contrato social ocupou lugar privilegiado, quer ao recontar a sua fundação e a passagem do estado de natureza à sociedade, quer por discorrer a respeito da monarquia constitucional e a importância da representação, do voto, do deputado, ou ainda ao tratar da constituição.

O folheto **Constituição Explicada** retirava a sua “inspiração” de Benjamin Constant, um escritor lido por D. Pedro:

... não era um acto d’hostilidade, mas hum acto d’união, que determina as relações reciprocas do Monarcha, e do Povo, sancionando os meios de se defenderem, e de apoiarem , e de se felicitarem mutuamente ³⁸.

O rei seria inviolável, por natureza, ao executar as leis criadas pela autoridade legisladora, não devendo impor contribuições ou conceder privilégios exclusivos, ofender a propriedade, determinar penas arbitrariamente, privar injustamente um cidadão de sua liberdade. Em troca _ numa justa reciprocidade _ o povo seria obediente, não ousando mandar, mas ciente de que é função do rei governar em acordo com as luzes. Este diálogo entre o *Povo* e o *Governo* abordava diretamente o contrato existente e/ou a ser sabiamente celebrado entre o governante e o governado.

A convocação das Cortes expunha o apreço pelo contrato social. Pereira do Carmo evidenciava a sua finalidade: *para organizarem o novo Pacto Social, em que deve assentar a felicidade da geração presente, e das gerações vindouras* ³⁹, sendo que deste pacto, que funda a nação, nascem as leis. Assim, os homens, no intuito de viverem em sociedade, em segurança, com maior domínio de suas propriedades e bens, abrem mão do seu estado de natureza, de sua violência natural, de parte de suas paixões _ ao menos de seu caráter desenfreado. Sendo que a própria natureza dota o homem de

de D. Rorigo de Souza Coutinho, José da Silva Lisboa traduziu os **Extractos de Edmund Burke**, Rio de Janeiro: Imp. Régia, 1812. Quando da Constituinte em 1823, publicou-se **Sophismas Anarchicos _ Exame Critico das Diversas Declarações dos Direitos do Homem, e do Cidadão _ traduzido em linguagem e offercido a Assembleia Geral Constituinte e Legítima do Império do Brasil** por R. P. B., Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1823. Os Irmãos Martin, em 1816, remetiam para venda em sua livraria no Rio de Janeiro o **Traité d’Economie Politique** de J. B. Say e, 1821, mandavam **Direitos do Cidadão** de Mably. ANTT, RMC, Cx. 155, Cx. 156. Os livreiros Borel & Borel enviavam, em 1802, para Pernambuco um lote de obras de Montesquieu. ANTT, RMC, Cx. 161. Estes autores, então, eram difundidos através destas obras enviadas pelos livreiros portugueses ou por amigos, correspondentes, negociantes, ou postos em circulação pelos jornais e panfletos.

³⁸ **Constituição Explicada**, Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1821.

³⁹ **Diário das Cortes**, 31/janeiro/1821, p. 9.

faculdades que lhe permitem julgar o que lhe traz ou não mais felicidade, cuja síntese seria a garantia mútua de segurança, liberdade e propriedade. Aí, neste momento de passagem no qual se abandona o estado de natureza e se opta pela sociedade, com formas definidas de governo, com a adoção de leis que regulem o corpo social, emerge e se estabelece o contrato e, a partir daí, as relações sociais e políticas existentes entre os homens tendem a se comportar enquanto novos ou outros contratos firmados ⁴⁰.

Quando da vigência do contrato, surge a necessidade de criar a lei que fica sob a alçada da assembléia _ votada pelos cidadãos e mediada pela autoridade da representação. Na partição dos poderes, cabe ao rei a execução destas leis, que prescindem de autoridade firme e forte para o seu empreendimento, sem cair no risco de uma república, na qual a pluralidade de autoridades não leva à implementação da felicidade da sociedade, pois geram disputas e controvérsias entre as ordens que não emanam de um único foco soberano na sociedade. Em mais de uma ocasião, as Cortes demarcaram e circunscreveram a sua esfera de poder e, respectivamente, a da realeza.⁴¹

Igualmente, no interior do pacto surgem as leis e uma nova ordem entre seres e coisas, sendo que uns são destinados a obedecer e outros a mandar, ou seja o contrato traz consigo a desigualdade social que se perpetua à medida em que esta funciona na própria racionalidade do contrato. Castello Branco explicitava esta dominação:

... mas a Ley superior a todos os reduzia ao mesmo nível, e cada um destinado a obedecer-lhe na classe em que se achava concorria com igual parte para o desempenho do pacto social ⁴².

⁴⁰ Esta explicação do contrato social surge várias vezes no **Diário das Cortes**, entre elas indico: **Diário das Cortes**, 13/fevereiro/ 1821, início p. 80, discurso de Castello Branco sobre as bases da constituição, das quais está encarregado numa comissão de escrever.

⁴¹ É elucidativa, a fala de Miranda: *O poder legislativo tem a atribuição de fazer as leis, e reside nesta Assembléia. Não póde residir nella juntamente com El Rei: isso he contrario ao que temos estabelecido. El Rei hé o executor das leis, as Cortes são as que fazem essas mesmas leis; já temos demarcado estes poderes. Além disso, estas Cortes são constituintes; os seus Decretos não podem estar sujeitos a véto. Póde ser que o estejam para o futuro, mas ha de ser a um véto suspensivo e limitado.* **Diário das Cortes**, 9/julho/1821, p. 1473.

⁴² **Idem**, p. 81. Grifo meu.

Nesta mesma direção, as Cortes acabaram por votar a distinção entre os direitos civis e políticos, ou os chamados direitos passivos e ativos. O primeiro tornava qualquer um cidadão de Portugal ao participar da sociedade, no entanto somente os que possuísem o direito ativo atuariam na esfera política, votando e sendo eleitos, fazendo as leis ⁴³, porque estavam liberados do mundo da produção e do trabalho, enquanto o *cidadão passivo* precisava garantir sua sobrevivência. Apesar dos esforços contrários de Fernandes Thomaz, esta distinção se estabeleceu, recolocando o problema da desigualdade entre os portugueses, no interior da própria cidadania. Esta mesma escolha apareceu na Constituição brasileira da década de 1820, ao aceitar consensualmente a formulação de Silva Lisboa que propunha esta partição entre direitos políticos e civis, mantendo à margem da política os pequenos arrendatários, foreiros, os homens de ofício, os mascates, os soldados e outros mais que não conseguiriam se eleger e consolidar uma representação própria, pois ao proceder as eleições e assegurar somente a um determinado conjunto de indivíduos a capacidade de representar os outros, entranhava-se na sociedade uma desigualdade que concorria para a dominação de uns sobre os outros.

A prerrogativa do contrato impunha, em certa medida, um comportamento regado do deputado que o habilitasse para um mundo de negociações. A atuação dos deputados nas Cortes, o falar em nome de outrem, ou seja, o próprio exercício da representação exigia, por parte do deputado eleito, um comportamento moral pautado pela *moderação*: uma capacidade de se reger pela razão, domando as próprias paixões a fim de encontrar o melhor meio de resolver um atrito ou apaziguar uma discordância. Em inúmeros momentos em que os debates parlamentares se acirravam, em que as posições chegavam a um ponto de discordância e exasperação, um deputado _ de várias posições _ interpelava a assembléia clamando pela

⁴³ O português Annaes de Carvalho explicou: *Que cousa he a sociedade considerada em o seu sentido politico? Não he mais que a reunião de todos os cidadãos, que tem direitos políticos; eis aqui a palavra sociedade em o seu sentido politico, a reunião de todos os cidadãos que tem direitos políticos. Ora na sociedade portugueza nem todos os que se achão nella podem dizer cidadãos em o sentido politico, e em consequencia deverão haver differentes classes de direitos, uns civicos outros politicos. Diário das Cortes, 3/agosto/1821, p. 1764.*

moderação de si e dos outros ⁴⁴, buscando, em última instância, através da moral do deputado garantir a continuidade das negociações ⁴⁵. Para tanto, confiavam na propagação pedagógica das Luzes quer pela sociedade, quer entre os próprios escolhidos para atuar na esfera política, que através desta boa educação saberiam bem discutir um tema político ⁴⁶.

Aqui cabe destacar que as relações com o Brasil ocupavam um papel importante nas Cortes, porém outros assuntos ganhavam relevância: a organização interna do império sobretudo quanto às formas de mercantilizar a propriedade e o trabalho; acabando com as doações arbitrárias de terra; redefinindo o tempo de serviço obrigatório nas tropas; amortizando a dívida pública; revendo os impostos cobrados nas alfândegas; a tributação e organização do comércio miúdo; uma nova forma de circulação dos gêneros protegendo o mercado interno da entrada maciça de bens de outros países, desmontando os monopólios internos de vinho, as rotas de comércio do azeite, a política de cereais; a reestruturação da burocracia do estado tal qual a organização das câmaras e da magistratura; a liberdade de imprensa, a eleição direta que contemplava caixeiros, empregados públicos, comerciantes de pequena monta, artífices e oficiais das tropas. Tais assuntos e sua resolução encaminhada e aprovada na assembléia cativavam uma série de simpatias e interesses no Brasil. Assim, aqueles que antes não participavam do mundo político e suas decisões tornavam-se eleitores no Brasil, como os artífices, os portugueses emigrados que cultivavam um roçado como arrendatários e foreiros, os oficiais militares. Para os negociantes varejistas e proprietários de fazendas produtoras de anil, cana, charque, regulava-se o mercado e designava-se uma política frente à entrada de mercadorias

⁴⁴ *Diário das Cortes*, 30/abril/1821, p. 709-711, discurso de Castello Branco em particular.

⁴⁵ É vital reparar a positividade da e o apreço pela negociação no interior destes debates liberais. Tenta-se sempre manter um canal aberto, procura-se defendê-la como o modo de realização da política mais consonante com o espraiamento da razão. Contudo, tal postura não evitou a ruptura entre Brasil e Portugal.

⁴⁶ Ao orientar seu leitor quanto à escolha de um deputado *Semanário Cívico da Bahia*, n. 16, 14/junho/1821, exigia esta mesma capacidade de amor à pátria, boa índole, probidade, a par de um conhecimento teórico e prático do comércio e da agricultura brasileira, dos impostos abusivos. Dirigia a escolha do leitor para que recaísse sobre um comerciante, lavrador, homem de letras. Apud Nizza, *Op. cit.*, 77-78. Verdelho considera o deputado uma figura chave do vintismo. *Situa-se no vértice da pirâmide do sistema representativo liberal. Metade político, metade filósofo...* *Op. cit.*, p. 213, grifo meu.

estrangeiras. Findava-se também com uma série de tarifas alfandegárias e impostos criados devido à reorganização do Rio de Janeiro enquanto corte.

Contudo, quando algum problema parecia inegociável no que tange a Brasil e Portugal, astutamente era adiado ou remetido para uma das comissões que não levava avante a discussão. A questão do Brasil, cada vez mais, ia sendo postergada ou subordinada a outras questões, como por exemplo o julgamento do governador de Pernambuco que combatera o movimento de 1817, do qual boa parte da deputação pernambucana participara, vislumbrando nas Cortes uma ocasião de marcar suas posições anteriores — vestindo-as com uma roupagem liberal que se aproximava da portuguesa — detratando seus oponentes; ou a candente necessidade em definir se a representação das províncias era universal ou se prendia estritamente à própria província que elegera aquele deputado.

Ora, as Cortes se propunham justamente a redefinir o contrato do império, revitalizando — ou, segundo sua palavra de ordem mais querida e empregada, *regenerando* — Portugal, advogando para si a capacidade de falar em nome da *nação*⁴⁷ e de preferência sem perder a vastidão de seu império — referendado freqüentemente com a metáfora de uma grande *família*, na qual os portugueses desempenhavam o papel de primogênitos. Refundavam as leis, instaurando um momento histórico novo e capital que repunha a coesão social sob outras bases. Soares Franco dizia:

*O direito porque todas as Nações o tem para rêver e alterar suas Leys fundamentaes, quando ellas concorrem para a sua desgraça, e não se ajusta já com o seu estado político atual. Por ventura seria dado a huma geração um privilegio que se negasse a todas as demais. O mesmo direito temos nós: perdemos acaso a faculdade desentir, de pensar, e de desejar a nossa felicidade. Ficaremos eternamente méros autómatos, regulando-nos pelas ordens e pelas opiniões de homens mortos há sete séculos? ... Se elles vivessem hoje, farião o mesmo que nós fazemos*⁴⁸.

⁴⁷ O que já ficava explícito no juramento do deputado às Cortes que assevera: *Juro cumprir fielmente, e em execução dos Poderes que me forão dados, as obrigações de Deputado nas Cortes Extraordinárias que vão a fazer a Constituição Política da Monarquia Portuguesa, e as reformas e melhoramentos que ellas julgarem necesarios para bem e prosperidade da Nação...* Na discussão para se decidir o conteúdo do juramento Freire defendia que nenhum empecilho, nem a violência, o perigo, nenhum poder lhes impediria que uma justa liberdade fosse dada à nação, conforme as suas reclamações. *Diário das Cortes*, 26/janeiro/1821, p. 2-3.

⁴⁸ *Diário das Cortes*, 30/janeiro/1821, p. 5.

Sob este mesmo argumento, os grupos de Ledo e de Jacinto Nogueira, assim como o próprio Bonifácio também reivindicaram o direito de criar um pacto social através de uma constituição que fosse de justa medida para o Brasil, que respeitasse suas especificidades naturais, daqueles que aqui viviam, e que, necessariamente, contemplasse a *reciprocidade* entre Brasil-Portugal deveria ser contemplada. A preocupação em instituir e assegurar a *reciprocidade* _ termo da época _ demonstra a vontade de permanecer no luso império. A partir de abril-maio de 1822, despontavam, cada vez mais, no Rio de Janeiro uma série de discursos que desabonavam o pacto entre Brasil e Portugal ao retratar o período colonial sob a roupagem do despotismo, com maus governantes, numa relação abusada. Este discurso cresceu depois da proclamação do Fico, da expulsão da Divisão Auxiliadora portuguesa, da proibição dada por D. Pedro do desembarque de mais tropas vindas de Portugal, nos folhetos, nos jornais, nos relatos feitos posteriormente pelos viajantes, nas memórias sobre o epríodo e suas histórias.

Começava-se, entre abril-maio, a falar da independência, da construção de um império exclusivamente no Brasil, embora não se abandonasse de imediato e por completo o projeto do império Luso-brasileiro. A correspondência das câmaras para o príncipe, a partir de junho de 1822, recontavam inúmeras vezes e à exaustão esta interpretação de que as Cortes se tornavam despóticas e de que o estatuto colonial do passado retornava, a sendo fundação de um império brasileiro a melhor e única solução política. Disseminava-se uma compreensão contrária ao governo português e reiterava-se a noção de um passado despótico, carregado nas suas cores e violências, forjado pela subordinação da colônia à metrópole ⁴⁹.

No âmbito das Cortes, desde março de 1822, se avisava que o Brasil se encontrava em plena *fermentação*, como diziam os deputados Vergueiro, Ribeiro de Andrada, Cipriano Barata, Muniz Tavares. Paralelamente, entre os dias 22-23 de março, começava um intermitente debate acerca das relações Brasil-Portugal nas Cortes, centrado na distribuição das autoridades, nas transações comerciais, na

⁴⁹ As câmaras municipais e a independência, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Conselho Federal de Cultura, 1973, v. 1 e 2.

permanência ou partida de D. Pedro, na cobrança de impostos, em geral sob o mote do contrato.

Tal valorização do contrato, por outro lado, transparecia numa correspondência estabelecida pelas Cortes com Jeremy Bentham, aconselhando-se quanto à maneira de prosseguir um determinado debate, providenciando a publicação de suas obras e a *Do Contrato Social* de Rousseau ⁵⁰, afora as inúmeras menções e citações de Locke, Montesquieu, Say, o abade Raynal e Edmund Burke, que enredavam-se aos seus argumentos e os informavam. Desta forma, as Cortes designavam as matrizes de seu pensamento liberal. A par destas leituras e da história recente dos pactos coloniais e suas rupturas trazia lições importantes, sobretudo quanto aos EUA, argumentando que se a Inglaterra lhes tivesse reconhecido a possibilidade de participar das câmaras, das esferas de decisão política que regulamentassem as leis, não teriam perdido aquela rica colônia ⁵¹. Daí, a preocupação em acolher os deputados brasileiros e fincar um pacto _ diferente do colonial, aliás abolindo-o e relegando-o ao tempo do passado _ que unisse o império luso-brasileiro. Solução que também agradava aos brasileiros.

Dentro das Cortes, uma parcela dos liberais _ Fernandes Thomáz, Pereira do Carmo, Freire, Castello Branco, Borges Carneiro, Guerreiro, Moura _ achava importante esperar a chegada dos deputados brasileiros a fim de debater os problemas que atingissem o Brasil e Portugal, sobretudo quanto às ligações entre eles. Neste sentido, discutiu-se mais de uma vez se os representantes eleitos nas Cortes representavam diretamente a localidade que os havia eleito ou se, a partir do momento em que estavam investidos da representação política, deveriam falar e agir dignamente em prol de todos os representados sem qualquer distinção. Enfim, degladiavam-se por um princípio universal da representação ou se esta se restringia e atava muito mais o eleito ao eleitor. Ao longo de 1821-22, esta questão acirrou-se, pois ia aumentando ou amenizando a autonomia dos deputados brasileiros perante Portugal e vice-versa a respeito do Brasil.

⁵⁰ Pina, A. M. F., *De Rousseau ao imaginário da Revolução de 1820*, Lisboa: INIC/Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1988.

⁵¹ Esta recorrente discussão aparece, por exemplo, no *Diário das Cortes*, 26/abril/1821, p. 679-680.

O deputado baiano Lino Coutinho que enfrentou este problema, no começo de setembro de 1822, sem saber do ocorrido no Ipiranga ⁵² e das aclamações ao soberano que começavam a deslanchar pelo país, comentou na assembléia que recebera uma representação com mais de 1411 assinaturas vinda da Bahia, das vilas de Cachoeira, Maragogipe, da ilha de Itaparica, e de várias outras do recôncavo baiano, contando com a adesão de negociantes, homens de ofício, barbeiros, comandantes militares, os que desempenhavam funções burocráticas de mando e enquanto funcionários públicos, boticários, bacharéis, letrados que trabalhavam como professores e lentes, padres, cirurgiões, proprietários que incluíam lavradores, donos de suas casas e moradias ⁵³, enfim toda uma população que tirava ou seu sustento ou sua riqueza do Brasil e pedia a independência do Brasil, o desligamento das Cortes, o seu retorno para a terra natal. Ele dizia:

⁵² Sob hipótese: premeditadamente ou não, talvez fosse estratégico proclamar a independência no Brasil antes que as Cortes finalizassem seus trabalhos e instituissem a nova constituição, a qual a deputação brasileira se veria na contingência de acatar ou de que se afirmaria que o Brasil celebrava um contrato com Portugal. Não à toa, boa parte dos deputados brasileiros, com desculpas esfarrapadas ou não, se recusou a assinar a nova constituição visando justamente a não celebração deste contrato social.

⁵³ A Vila de Cachoeira enviou 1047 assinaturas, sendo que consegui aferir 996 das ocupações. A diferença se deve aos sujeitos que não nomearam seus afazeres, ou que está ilegível ou apagado. Destas 996 assinaturas, 38 se assumiam como negociantes e proprietários, outras 72 se diziam apenas negociantes e 465 se afirmavam ou lavradores ou proprietários, não sendo possível fazer uma distinção clara e rígida entre estes à medida em que vários lavradores ocupavam altas patentes no exército — apenas concedidas a proprietários — e produziam tabaco, algodão e cana-de-açúcar, culturas de grandes escalas, enquanto alguns proprietários indicavam possuir casas e lojas. Não se pode dispensar a hipótese de que algum lavrador fosse um pequeno foreiro, um arrendatário de parques resultados ou ainda alguém que cultivasse uma larga porção de terra da qual não possuísse a propriedade. Por isso, achei melhor enquadrar todos os lavradores junto com os proprietários, pois muitas vezes os indivíduos se intitulavam proprietário-lavrador. Cabe também assinalar que existia uma menor porção de proprietário e negociante (38) que de fato abarcaria uma elite mais enriquecida com recursos para gerar dois tipos de atividades econômicas, que poderiam se imbricar, como no caso da família Carneiro Leão no Rio de Janeiro. Entre estas assinaturas, destaco que apenas 4 se identificaram na condição de cidadão, bem como a importância desta longa lista abranger homens de ofício — alfaiates, pintores, sapateiros, caixeiros, ferreiros, principalmente — e sargentos, alferes, comandantes de milícia, policiais a fim de demonstrar um certo consenso dentro desta vila em favor da independência. As listas de Itaparica e Maragogipe seguem este mesmo padrão em escala menor. AHP, Comissão Especial dos Negócios Políticos e Comerciais do Brasil, Cx. 15, Doc. 31. João José Reis menciona que desta Vila de Cachoeira foi enviada uma petição de escravos crioulos aos deputados baianos pedindo pela sua liberdade. Disto decorre, que também parte dos escravos deslumbrava na elaboração desta constituição um meio e um lugar de obter a sua liberdade, sendo que outros escravos baianos achavam que as Cortes e o rei já tinham decidido pela sua liberdade. Reis, J.J., *Quilombos e revoltas escravas no Brasil*, Revista USP, n. 28, dezembro/fevereiro-1995/1996, p. 28. Da minha leitura do Diário das Cortes, salvo engano, não há referência a esta petição e no material visto no AHP, infelizmente, também não encontrei menção alguma, o que me levar a supor que a bancada baiana não levou avante a petição, não se reconhecendo enquanto representante daqueles homens. Há uma lista de subscrição e apoio a Madeira de Mello em AHU, Bahia, Avulsos, Cx. 262, Doc. 53, 18/outubro/1822.

... não he uma petição de hum particular, he huma representação de um povo immenso, apresentada por Deputado daquella provincia, e muitos requerem que seja lida, por isso julgo que está fora de toda a regra, e que pode ser lida sem ferir a lei _ refere-se a um procedimento da assembléia de que não levaria ao plenário uma representação de interesse particular, pois tratavam da nação e não de alguma coisa de caráter individual e pontual ⁵⁴.

Sua preocupação levada à assembléia tanto considerava que sua capacidade de representar ganhava um fim _ porque terminava e cumpria uma finalidade _ quanto se surpreendia e indagava, na sessão seguinte, se aquela não seria a *carta de independência do Brasil*, dado que homens do Brasil desistiam, por livre arbítrio, de pertencer ao império português e buscavam a sua autonomia. Dito de outra forma, desistiam deste contrato ⁵⁵. A Junta de Goiana em Pernambuco, num 1º. de junho de 1822, prometeu assinar uma submissão às Cortes , desde que o assunto não contrariasse ou conflitasse com a posição do príncipe regente. Ora constituía-se um marco local que designava um ato de desligamento de Portugal, antes do grito da independência e numa dinâmica com as Cortes portuguesas ⁵⁶.

⁵⁴ *Diário das Cortes*, 9/setembro/1822, p. 390.

⁵⁵ Havia uma certa independência por parte do deputado e/ou bancada para escolher o que levaria à frente no debate constitucional. O próprio Lino Coutinho se opôs a um parecer da Junta da Bahia, procedente então de Salvador, que concordava com a concentração dos tribunais em Lisboa, argumentando que *acostumar os Portuguezes do Brasil a nada ter de commum com os Portuguezes da Europa, era calçar a estrada para huma projectada e facil separação das duas partes do Império*. Em resposta, este deputado reclamava pelos tribunais no Brasil e os justificava à medida em que se regulariam pelo primado da monarquia constitucional vigente tanto no Brasil quanto em Portugal. AHU, Bahia, Avulsos, Cx. 253, Doc. 68, 21/junho/1821.

⁵⁶ Também para Pernambuco, Marcus Joaquim Maciel de Carvalho percebe esta dinâmica da quebra no âmbito local da relação com Portugal, sem necessariamente orientar-se ou delinear-se pelo grito do Ipiranga ou pelos debates políticos cariocas. Ele afirma: *In a tumultuous meeting on June 1, 1822, the Provisional Government voted to sign a petition in which it swore submission to the ressurected Portuguese Parliament only in those matters which did not contradict the Prince Regent's wil . This radical position was not reached without pressure from the "people", outside the palace, and the military (mostly the artillery) which threatened to act against the Provisional Government if its members did not swear allegiance. That document was a de facto declaration of independence, since the Portuguese Governor and the army loyal to him had already been expelled in 1821.* *Op. cit.*, p. 37. Como se "pequenas independências" fossem ocorrendo e, aos poucos, configurando este desligamento completo de Portugal. Uma astúcia do eixo do sudeste, ao que parece, reside em agenciar tais movimentos locais na persona de D. Pedro e, mediar este processo, conferiu-lhe um caráter hegemônico, além da sua força política, seu esforço militar, o investimento nos debates políticos e em estabelecer determinadas acepções políticas.

A deputação portuguesa insistia na pouca relevância desta representação de Cachoeira que não conseguiu ganhar foros de independência ⁵⁷, embora expusesse a vontade declarada de homens da elite _ou próximos a esta _ de se separar de Portugal. Por outro lado, se a bancada brasileira levasse ao pé da letra esta representação, colocaria em risco a integridade do Brasil, sua unidade, porque aquela não estabelecia qualquer centro hegemônico, nenhum ponto catalisador de soberania, não arrecadava outros interesses ou simpatias dentro do Brasil. Em decorrência deste impasse, boa parte da deputação baiana alegou que não se sentia à vontade para assinar a Constituição portuguesa depois desta representação porque esboçava uma vontade geral _ ou parte dela _ que não se reconhecia naquele constituição. Certamente, este foi um bom alibi para os baianos se sintonizarem com as guerras de interesses que opunham o Recôncavo baiano e a região de Salvador. Em contrapartida, valendo-se da mesma noção de vontade geral, os deputados portugueses asseveravam que a representação baiana expressava o desejo de uma facção e não do todo da província. Assim, a representação se tornava ilegítima, devendo ser desqualificada e, logo, foi esquecida no meio de toda papelada examinada pelas Cortes.

A permissão epistêmica e social de que *um contratante poderia desistir do contrato*, retirar-se do pacto colonial, não circulava apenas entre a facção brasileira que, mais e mais, ia se vendo na contingência de usá-la. Ela também existia entre os liberais portugueses a ponto de reconhecerem o direito do Patriarca de Lisboa de não aderir ao pacto. Arcaria, neste caso, com algum ônus: ou partir do país, porque não

⁵⁷ Embora a Comissão de Constituição exigisse que a independência do Brasil se efetivasse por um fato que, inequivocamente, a declarasse. No *Diário das Cortes*, 27/agosto/1822, p. 261, se lê: *As Comissões do Congresso sempre tem entendido, que ha governos de províncias dissidentes, e rebeldes, as nunca disserão, nem entenderão, que se estendessem estas qualificações às mesmas províncias: sendo isto assim, não se podem declarar nullas as representações, porque estas referem-se aos povos, e não aos governos; assimão os Srs. deputados do Brasil obrigados em consequencia a não deixarem o Congresso, em quanto as uas províncias não mostrarem por factos, que se querem separar de Portugal; só então se pôde dizer que cessão as suas funções.* Grifo meu. Pergunto-me se a necessidade de se criar um fato da independência no Brasil também não atendia a uma necessidade de tornar visível, dotar de materialidade, um único momento que rompia as relações Brasil-Portugal. Contudo, precisaria ser um fato, cuja eficácia não pudesse ser posta em dúvida, daí que, por si só, viria investido de algum sentido de soberania. Talvez a melhor solução para este problema tenha sido o “grito heróico” de D. Pedro _ o príncipe, no qual se gestava e consolidava uma dada noção de soberania _, arrancando laços, bradando a espada.

desejava se tornar um cidadão português, o que implicava também em abandonar a sua fortuna, resultado dos frutos que este corpo político lhe proporcionava ou, então, ser desnaturalizado, não sendo punido com exílio, que somente recairia sobre algum crime _ o que ele não cometera _, mas também se via inviabilizado, por definição, de ser um cidadão. Apesar da coação sobre os bens do Patriarca, o seu direito de não querer participar do pacto, de ser um contratante, existia ⁵⁸.

Se no âmbito interno, as Cortes deliberaram pelo banimento do não-contratante, como no caso do Patriarca; a respeito do Brasil, arcaram com o risco de aceitar que ele desistisse deste contrato. Sobretudo no intuito de não perder o princípio liberal da adesão e procurando evitar uma nova guerra com o envio de tropas, justamente quando a situação econômica portuguesa se reorganizava. Nesta medida, foi mais satisfatório, para Portugal, investir numa reordenação do império, agora explorando e se centrando na África. Talvez esta posição mais radical possa ser encontrada em Fernandes Thomaz que sentenciou:

Se elles (os sustos causados sobre as notícias vindas do Brasil) são justos, se o Brazil com effeito não quer unir-se a Portugal, como tem estado sempre, acabemos de uma vez com isto: passe o Sr. Brazil muito (bem?), que cá nós cuidaremos de nossa vida. De duas uma, ou o Brazil está de sorte que apesar das noticias que tem vindo não ha alteração no soccego dos povos (porque em quanto a haver descontentes em todas as partes os ha) ou não: senão está de accordo, se realmente os povos do Brazil desejão verdadeiramente desunir-se de Portugal, eu declaro altamente que a minha opinião é que se desunão ⁵⁹.

Com o cuidadoso objetivo de não perder o próprio princípio liberal _ que motivara o movimento vintista, permitindo a adesão de alguém a um contrato e a sua possível saída quando ameaçado nos interesses básicos que o levaram, inicialmente, a esta adesão _ Fernandes Thomaz concordava com a desistência do Brasil do império sob a justificativa de que todos os direitos não eram cumpridos e/ou respeitados,

⁵⁸ *Diário das Cortes*, 3/abril/1821, p.425. Pereira do Carmo dizia que ele não era um português, porque não aceitou, nem jurou o Contrato Social porque a Nação Portuguesa deseja constituir-se de ora em diante em corpo político, não ficando à deriva da vontade divina em designar um rei. Já Castello Branco queria enquadrá-lo na situação de um desnaturalizado. A proposta de Pereira do Carmo vence, inclusive porque se temia uma reação contrária às Cortes, com mais de um indivíduo desistindo do contrato social.

⁵⁹ *Diário das Cortes*, 22/março/1822, p. 583.

sendo cerceado em sua liberdade e no seu governo. No entanto, antes de tudo, defendia com ênfase que Brasil e Portugal se mantivessem unidos pelas mesmas disposições, *integrando-os*, como afirmou Valentim Alexandre ⁶⁰, sob a hegemonia portuguesa e receando que a união pela força militar não se sustentaria. Desta forma, no interior do pensamento liberal português, surgia uma espécie de aval para o processo de autonomização do Brasil. Por outro lado, no início de 1821, Castello Branco comentava a relatividade do poder de Portugal e sua impotência ao respeitar a vontade legítima de uma constituição feita no Brasil que deliberasse a respeito dos seus destinos:

E quando por quaisquer meios se pudessem conseguir que o Brasil, a pesar da immensa extensão do seu território, dos vastos desertos que separão suas partes habitadas, e dos elementos heterogeneos da sua população, se decidisse livremente por uma Constituição liberal, poderá algum de nós affirmar qual seria seu destino, ou que vereda seguiria? Unir-se-hia a Portugal para formar com elle o mesmo Império, ou, seguindo o exemplo da América Septentrional, estabeleceria uma Confederação independente? ⁶¹

Neste diapasão, Castello Branco assinalava a necessidade de encampar as solicitações vindas do Brasil, articulando-as com os projetos portugueses.

Quais foram, então, as disparidades e discordâncias capitais entre Brasil e Portugal? À primeira vista, o nó residiria na *persona* de D. Pedro — aliás, uma historiografia mais oficial reiterou esta interpretação muitas vezes, fiando-se numa concepção de que a independência ocorreu em virtude do seu heroísmo em 7 de setembro às margens do Ipiranga, reiterando a figura do rei enquanto um sujeito histórico privilegiado por excelência, que promove a mudança na direção do bem público e sabe fundar atos e acontecimentos capitais para implementar a mudança em consonância com a aspiração social. Ato contínuo, apagava-se qualquer tensão social e dissensões políticas que confluíram para a autonomização do Brasil.

⁶⁰ Segundo este autor as Instruções de São Paulo para a sua deputação suscitaram duas reações na bancada portuguesa: ceder às reivindicações brasileiras, conciliando-as; ou defender a hegemonia portuguesa a todo custo, inclusive sob pena de, no limite, implodir o império, então aqui, o Brasil se integraria a Portugal. Esta última posição contava com o apoio de comerciantes de Lisboa e do Porto que queriam repor as condições de comércio anteriormente existentes, sem a forte presença inglesa, *Op. cit.*, 660-692.

⁶¹ *Diário das Cortes*, 5/fevereiro/1821, p. 25.

Em meados de 1821, as Cortes exaltaram o príncipe devido à sua atuação no 26 de fevereiro, ao auxiliar a adesão das tropas portuguesas e cariocas, do grupo de Ledo e de comerciantes portugueses radicados no Rio ao movimento vintista, o que acarretaria na antecipada partida de D. João VI. Porém, ao longo de 1821-22, a *persona* de D. Pedro foi sendo reavaliada no bojo de uma série de questões que se inscreviam no entendimento e nos modos de exercer uma autoridade.

A primeira discussão em torno de D. Pedro flagrava a mudança sobre a maneira de encará-lo, retirando-o da configuração política do rei português vigente anteriormente. Em maio de 1821, debateram a respeito de como se corresponder com o príncipe e se detiveram em justificar a abolição de termos _ como a palavra *carinho* _ que referendavam uma economia sentimental que atava súdito e rei, sem explicitar o contrato em vigor e a importância das Cortes. Não anulavam as relações sentimentais entre o rei e o cidadão, mas estas passariam a se modular pelo diapasão do contrato, que abarcava a aprovação da palavra *pai* para designar o rei, porque era obrigado a educar seus filhos a agir em seu benefício e autorizado a cobrar a boa conduta do cidadão ⁶². Havia uma constante preocupação em estabelecer um tratamento e uma convivência com o rei, sem cair no equívoco de menosprezar a grandeza das Cortes que sediavam, igualmente, a soberania nacional; daí, a vigilância nos termos, nas medidas, nas etiquetas, para não ferir uma moralidade liberal.

Em julho deste ano, sugeriram a saída do príncipe do Rio de Janeiro, visando educá-lo nos conformes de um rei constitucional, mandando-o viajar pelos outros países da Europa para aprender com os diferentes governos e deles extrair o seu melhor governo que, futuramente, viria a se efetivar ⁶³. Tal medida também alquebrava a possibilidade de uma figura real encarnar a soberania no Brasil, tornar-

⁶² O deputado Margiochi dizia: *Não gosto nessa Carta destes carinhos ao Rey. Queremos amizade tanto da sua parte como da nossa. Mas a palavra carinho parece-me inferior á grandeza da pessoa, com quem se trata, e á grandeza do Congresso. Diário das Cortes*, 10/maio/1821, p. 842

⁶³ A Comissão que tratava das províncias do ultramar aconselhava às Cortes: *he conveniente aos interesses da Nação, e conforme os princípios do systema _ constitucional _ que ella abraçou, que S.A.R. _ D. Pedro _ vizite como viajante as Cortes, e Reinos de Hespanha, França e Inglaterra; para que possa alcançar aquellas luzes, e conhecimentos que costumão resultar de taes viagens, para as quaes tem exemplo nos Principes successores*

se um catalisador e, simultaneamente, um irradiador desta. A câmara de Vitória, no Espírito Santo, pedia a D. Pedro, em setembro de 1822: ... *sirva de foco fixo donde dimanem os raios da Ordem Social* ⁶⁴. Tal procedimento das Cortes forçava o trâmite legal das decisões brasileiras com ela mesma, em detrimento de um poder e uma autoridade reconhecidos no Rio de Janeiro, que seria substituído por um governo provisório.

As Cortes procuravam reduzir a hegemonia do Rio de Janeiro dentro do Brasil e perante as outras províncias. Ao propor a criação das Juntas, a Comissão encarregada de criar uma rede de poder consonante à constituição, também extinguiu a Casa de Suplicação do Rio, os outros tribunais e juízos da cidade criados desde a chegada da família real, reinstalando a antiga Relação _ um órgão colonial _ que seria comandada pelo presidente da Junta Provincial do Rio, tendo uma jurisdição econômica e não podendo arbitrar em casos contenciosos, que seriam remetidos para uma alçada maior em Lisboa. Além disso, minava a hegemonia política do Rio, ao reintroduzir as Relações da Bahia ⁶⁵ e do Maranhão, que se articulavam comercialmente muito mais com Lisboa e Porto do que com o Rio. Conjuntamente, desapareceria a Mesa da Consciência, o Desembargo do Paço, a Junta do Comércio; o Conselho de Fazenda e do Erário que passava a ter suas funções restringidas e exercidas por uma Junta da Fazenda.

Desta maneira, a autonomia e força que o Rio construía desde o final do século XVIII feneciam, ao serem corroídas pela nova rede de poder originada das Cortes. Em meio a esta redistribuição da autoridade pública, ao delimitar a jurisdição das províncias e acachapar a hegemonia carioca mediante seu empobrecimento

dos maiores estados da Europa _ sendo aqui a grande referência Pedro, o Grande da Rússia. *Diário das Cortes*, 21/agosto/1821, p. 1976.

⁶⁴ *As câmaras municipais e a independência* ... v. 1, p. 193.

⁶⁵ José da Silva Lisboa, íntimo da realeza, simpático aos homens de grosso trato e ricos portugueses emigrados, que trabalhava na burocracia carioca como desembargador dos agravos da Casa de Suplicação e deputado da Junta do Comércio, viu-se de repente sem emprego e sustento, enviando um pedido às Cortes para que fosse nomeado como chanceler da Relação da Bahia, tentava ainda sensibilizar as autoridades falando da necessidade de manter os seus seis filhos. ANTT, Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, Maço 111, n. 1. Outros empregados e funcionários públicos manifestaram seu descontentamento, devido ao fim de sua fonte de renda e à urgência de realocar-se no interior da burocracia portuguesa. Esta reformulação atingia desde a vida pessoal até a organização social das elites que via seus letrados, enunciadoreis sociais de seus interesses, partindo, esgarçando as suas relações de amizade e interesses.

burocrático e sua subordinação às instâncias superiores de decisão em Lisboa, a exigência da partida de D. Pedro atacava frontalmente o único lugar tradicionalmente identificado como foco de soberania desde o período colonial e de acordo com várias interpretações sociais: a figura do bom rei.

Neste momento, a deputação portuguesa já demonstrava sua apreensão com os rumos do governo e da rebeldia no Rio de Janeiro ⁶⁶, que exigia maior favorecimento nas novas leis a serem adotadas e se articulava com Minas e São Paulo, como para reivindicar a permanência de D. Pedro no conhecido 9 de janeiro _ o famoso Fico ⁶⁷.

Em dezembro de 1821, as notícias vindas de Lisboa davam conta da extinção do tribunais no Brasil, percebendo aí uma manobra que intentava esvaziar a importância e hegemonia da região. As câmaras de São Paulo e Minas remeteram uma representação ao príncipe solicitando a sua permanência. Rapidamente, o grupo de Clemente Pereira, a maçonaria e o Clube da Resistência articularam uma representação alinhando as três províncias _ para isso, despacharam representantes para Minas e São Paulo _ e empreenderam uma com uma longa lista no Rio de Janeiro com mais de 8000 assinaturas.

A **Manifestação** foi levada em cortejo pelas ruas da cidade, com o senado da câmara, seu presidente Clemente Pereira à frente, seguidos por “homens bons”, negociantes. D. Pedro já sabia das articulações para o Fico desde o Natal anterior, simpatizando com estas iniciativas, porém deu duas respostas a esta **Manifestação**. Na primeira, do dia 9, aceitava o pedido e permaneceria no Brasil a fim de manter a união do Brasil com Portugal. No dia seguinte, novo edital era publicado, no qual o príncipe proferia a famosa sentença de que *agia pelo bem de todos e pela felicidade geral*

⁶⁶ Diga-se de passagem que as Cortes se preocuparam bastante em se inteirar e discutir a situação no Rio de Janeiro _ tanto ou mais que os embates de Pernambuco e Bahia _ denotando claramente de onde vinha maior perigo de fratura dentro do império.

⁶⁷ A articulação do Fico passou pelo Clube da Independência criado em setembro de 1821 e do qual participavam: José Mariano de Azevedo Coutinho, Luiz de Menezes Vasconcelos de Drummond, José Clemente Pereira, Luiz da Nóbrega de Souza Coutinho. Através deste Clube e do Senado da câmara do Rio, Clemente Pereira e José Mariano despacharam correspondentes para São Paulo e Minas, sendo que no Rio frei Sampaio redigiu a Representação pedindo a permanência do príncipe. Aos olhos dos contemporâneos, o Fico não teve a importância que a historiografia oitocentista acabou por lhe consagrar, entretanto parece que nasceu aí uma estratégia política de articular, através das câmaras, o eixo do sudeste.

da nação. Ele não se afastava da preferência pelo grande império, mas trabalhava pela consolidação dos seus elos com a sociedade brasileira ⁶⁸. Em maio, o senado da câmara da capital lhe oferecia o título *Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil*. Ao acolher o segundo _ o que demonstra um forte caráter militar _ D. Pedro estreitava seus laços com a *causa do Brasil*.

Por seu turno, esta circunstância atemorizava o lado português, porque, além da articulação política das elites, de novo em janeiro, entre os dias 11 e 13, D. Pedro enfrentou as tropas portuguesas no Rio de Janeiro que, através de seus comandantes, pediam um general constitucional, sem aludir ao príncipe e à sua autoridade. No dia 11, à noite, houve quebra de vidraças nas ruas, andança de soldados rasgando os editais do Fico pregados nas esquinas. Avilez se demitia do seu posto do comando maior das tropas portuguesas, opondo-se abertamente à decisão do príncipe de permanecer no Brasil e, demonstrando seu desprezo pela real presença, foi negligentemente vestido ao teatro naquela noite ⁶⁹.

Concentraram-se no campo de Santana e em situação de confronto: as tropas da Divisão Auxiliadora portuguesas e as milícias e tropas brasileiras do Rio, regimentos de Henriques e Pardos, além de uma população civil que abarcava tanto gente da elite atenta ao rumo dos acontecimentos quanto negros, mulatos, *um sem-número de cidadãos de todas as classes, cada qual armado como pôde, entrando neste número muitos eclesiásticos e até frades* ⁷⁰. Estimava-se ali algo em torno de 4000 a 6000 pessoas. No dia 12, existia um risco iminente de uma luta civil. Um folheto de 14 de janeiro inqueria duramente as tropas portuguesas e o seu comportamento, explicitando este perigo enfrentado:

⁶⁸ Ao trabalhar ao nível de uma história imediata com os periódicos e folhetos, Lúcia Neves acabou por destringer essa dupla resposta do príncipe, *Op. cit.*, v. 2, p. 444-448. Para os acontecimentos de 11 a 13 de janeiro, ver Varnhagen, F. A., *História da Independência do Brasil*, São Paulo: Melhoramentos, 1957, p. 98-101; Mello Moraes, *Op. cit.*, t. 1, p. 241-297, contendo o relato de Avilez, as proclamações de D. Pedro, extratos de jornais da época.

⁶⁹ Maria Graham narra vivamente a sequência dos acontecimentos neste início de janeiro, enaltecendo a postura do príncipe e deixando entrever a preocupação de que aquilo servisse de estopim para um tumulto generalizado nas ruas. *Diário de uma viagem ao Brasil*, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1990, p. 212-227. A respeito das proclamações do príncipe às tropas, a correspondência com D. João VI, a saída da Divisão Auxiliadora, ver: Mello Moraes, *Op. cit.*, t. 1, p. 533-560.

⁷⁰ Varnhagen, *Op. cit.*, p. 99.

Ensurdacei para aqueles que que não lhes importa ver o flagelo da guerra civil e de ver correr o sangue inocente! Esconjurai-os como inimigos da concórdia e do bem da pátria ⁷¹.

Em resposta e contraponto a esta violência interna, D. Pedro com a sua presença e respaldado nas tropas, nas milícias e na população civil brasileiras, conseguiu a saída da Divisão Auxiliadora para Praia Grande até sua definitiva partida para Portugal e, assim, de novo “tranquilizou” a praça pública ao saber dispor da situação a seu favor, preservando a sua estadia aqui e afastando a cidade da coerção militar portuguesa ⁷². Dias depois, organizava-se um novo ministério encabeçado por Bonifácio, que pretendia manter a união com Portugal e defendia uma determinada autonomia administrativa do Brasil, apoiado nos grandes negociantes, nos grandes proprietários de terras, nos altos burocratas portugueses.

Nesta ocasião, o príncipe aproveitou para dizer e frisar a seu pai nas cartas de família e, por consequência, às Cortes, que o comércio e a *reciprocidade* de autoridades consistiam nos meios de vincular o Brasil a Portugal. Em contrapartida não dizia, mas ficava nítido, que lançar mão das tropas trazia consigo o perigo de uma desordem pública e social, além da sua necessária interferência ⁷³. O príncipe aos poucos ia se tornando um adversário político, inclusive em virtude de sua capacidade de tornar a praça pública um palco de sua atuação.

Simultaneamente, existia outra crucial decorrência desta reordenação da autoridade pública: alterava-se bastante o sistema de arrecadação de impostos que, no limite, voltavam a ser partilhados por Portugal, inspecionados por homens vinculados à burocracia portuguesa e menos comprometidos com os rendimentos dos negociantes e proprietários brasileiros, ao menos da forma como estes tinham conseguido consolidar sua rede de interesses desde fins dos setecentos, expandindo-se com a vinda da família real e dentro do sistema de arrematação de contratos e

⁷¹ Apud Mello Moraes, *Op. cit.*, t. 1, p. 279, assina o *Patriota Constitucional*.

⁷² Ver a descrição e análise de Lúcia Neves, *Op. cit.*, v. 2, p. 448-454, a menção do fim tático desta coerção militar encontra-se a p. 453. A autora acrescenta que vários folhetins comentaram e se posicionaram sobre o ocorrido, inclusive o próprio Avilez narrou a sua interpretação. Dai em diante foi se abalizando, gradualmente, o 9 de janeiro como um momento crucial e preparatório da independência. É bom assinalar que a preferência por esta data, foi sorrateiramente apagando a movimentação de rua e da praça pública dos dias seguintes, assim como o 26 de fevereiro é pouco conhecido e analisado no jogo político da época.

dízimos. Da mesma forma, aboliam-se os impostos criados no Rio de Janeiro desde 1807 e que atingiam desde o mendigo que precisava pagar uma taxa para pedir esmolas, passando pelos imóveis urbanos, pelas cobranças sobre a circulação de mercadorias, serviços, escravos e alcançando os tributos das alfândegas. Buscando deter ou, no mínimo, amenizar tais iniciativas, Lino Coutinho tentou manter o controle dos impostos do tabaco, algodão e açúcar nas mãos dos antigos agentes burocráticos ou que se esclarecesse que tal mudança seria provisória até que se elaborasse um *plano de reforma geral para o Brasil* ⁷⁴.

De longe, as Cortes atingiram em cheio a astúcia dos liberais, negociantes, proprietários cariocas que muito lucravam com esta autonomia frente a Portugal, aliando-se ao comércio inglês, dominando o tráfico de “almas” e exercendo uma supremacia diante das outras províncias. Este processo de partição da autoridade aumentava o brilho e a vitalidade que a presença ou não de D. Pedro adquiria, pois a sua saída passava a significar a subordinação à Lisboa. Havia uma opinião nas Cortes de que a presença D. Pedro e uma junta no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo, tornava a autoridade pública inoperante, porque uma excluía a outra. O deputado português Rebello chegou a enunciar:

Visto que no Rio de Janeiro ha de haver uma Junta administrativa, esta deve-se em secções para cuidar dos diversos ramos de administração: a de fazenda..., a das armas ... então que parte de autoridade ha de ficar exercendo o Principe? Parece que nenhuma ⁷⁵.

No intuito de combater os interesses pela autonomização dos brasileiros, a deputação lusa tomou dois caminhos: de um lado, defendeu uma *reciprocidade* comercial entre as partes. Neste sentido, cedeu até mesmo na incorporação do imenso rombo no Banco do Brasil que facilitava o sistema de seguradoras no Rio, estabilizava

⁷³ Ver tanto a correspondência de D. Pedro ao pai entre janeiro e fevereiro de 1822, quanto *Diário das Cortes*, 9/maio/1822, p. 119.

⁷⁴ É possível reconstituir tal discussão pelo *Diário das Cortes*, 31/dezembro/21, p. 3547, 5/janeiro/22, p. 3608, 18/janeiro/22, p. 3788. Ferreira Borges explicava o sentido generalizador desta arrecadação que tanto contribuía para a hegemonia carioca: ... *compreendendo-se na palavra direitos não só as imposições arrecadadas nas alfândegas, mas também todo e qualquer imposto directo ou indirecto, local ou geral...*, 30/janeiro/22, p. 60. Tal mudança dos impostos, agradava em certa medida o grupo de Ledo pois estes pagavam mais impostos pelo tipo de produção empreendida do que o grupo de negociantes, palacianos, tradicionais plantadores, ver Oliveira, C. H. S. de, *Op. cit.*, cap. 1.

o valor do dinheiro e o preço dos bens – principalmente, dos alimentos, evitando alguma desordem social. De outro lado: debatia o envio de tropas ao Brasil desde que solicitadas pelas províncias, entenda-se seu comandante militar, como no caso da Bahia e Pernambuco. Os liberais portugueses temiam uma intervenção armada, ponderando a dificuldade em tutelar a extensão do território brasileiro, a ação despótica que tal iniciativa significaria, o custo da operação, a insatisfação das tropas portuguesas para cá virem, deixando seus roçados, serviços, suas famílias e preferências pessoais ⁷⁶, num momento em que Portugal voltava a expandir sua produção interna. Além disso, recorriam a um argumento que assustava às elites brasileiras e também as Cortes: a preocupação de que uma *revolução* – o processo de independência era entendido, muitas vezes, enquanto tal e assim nomeado – viesse abalar a produção da riqueza, atingindo a escravatura e os engenhos, favorecendo a pior das anarquias ou seja, um levante de escravos que ameaçaria a unidade da monarquia, do Brasil e, num efeito boomerangue, o conforto e fartura das próprias elites ⁷⁷. A fim de evitar este desastre, o Brasil e seus representantes eleitos nas províncias deveriam optar pela permanência dos laços com Portugal, compactuando com o império ⁷⁸, sendo que uma parte da deputação portuguesa preferia arranjar e consolidar uma *reciprocidade* com o Brasil do que o envio de tropas.

Neste sentido, isto é, desejando consertar incongruências do Brasil, principalmente sua convivência com trabalhadores rudes, Borges de Barros

⁷⁵ *Diário das Cortes*, 20/setembro/1820, p. 2339. Aliás Rebello felicitava às Cortes por combater a hegemonia carioca de modo tão articulado.

⁷⁶ Ainda que pese o declarado auxílio de diversos negociantes portugueses em custear e contribuir para o envio destas tropas, seja com o empréstimo financeiro ou de navios, seja com a doação de alimentos, uniformes. O negociante Jeronymo Arantes proprietário do navio Ociano ofereceu 150 almudes de vinho para o consumo da expedição, o seu navio para levar 300 praças, mais a bagagem, os mantimentos e 100 pipas de água. *Diário das Cortes*, 30/agosto/1821, p. 2087. Este tipo de oferta se repete nas caixas avulsas de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, entre 1821-22, no AHU.

⁷⁷ O deputado português Bettencourt avaliava a situação entre senhores e escravos: ... *os proprietários do Brasil estão mais nas circunstâncias de temerem, os escravos, do que os escravos temerem a seus senhores. A população dos negros he quinze vezes mais do que a dos brancos. Os escravos tendo a esperança de que seus filhos hão de ser livres, hão de ir diminuindo a indignação, e odio, que de ordinario tem a seus senhores....*, assim propunham para o futuro a abolição gradual da escravidão, fazendo com que o escravo obedecesse o seu senhor devido a futura perspectiva de que seu filho recuperaria a liberdade. *Diário das Cortes*, 3/agosto/1821, p. 1771.

apresentou projeto objetivando a remessa de colonos portugueses para o Brasil, a fim de mudar a configuração dos trabalhadores, tentava lentamente ir substituindo os escravos pela mão-de-obra livre imigrante ⁷⁹. Se, por um lado, a deputação lusa acenava com o risco da anarquia iminente, comparando o Brasil a São Domingos, por outro, à medida em que as dissensões se aguçavam, a anarquia ia mudando de lugar no discurso dos parlamentares brasileiros que acusavam Portugal de vê-la, onde existia discordância. Embora, fosse efetivo, o temor brasileiro da presentificação de uma rebelião negra e escrava. Ribeiro de Andrada, um dos mais articulados e reativos deputados, encampou o risco da anarquia:

Não há pois rebelião, há divisão de opiniões, e nos meios da união: isso sim concedo eu ... Lembrou-se que havia mistura de castas, raças mistiças, raça branca, e europeos, e brasileiros, e disse, he natural que haja rivalidade, e daqui concluo, logo há anarchia, isso he o que se póde concluir em rigor ⁸⁰.

Pela primeira vez, dentro das Cortes, a rebelião interna não configurava um impedimento à autonomização do Brasil.

A tensão entre os deputados vinculados aos interesses brasileiros e portugueses atingiu um ponto de ebulição com o projeto da Junta de São Paulo que orientava seus deputados sobre como proceder e declarava, abertamente, suas exigências para permanecer dentro do pacto na esfera política que lhe era mais legítima: as próprias Cortes, reconhecidas como o fórum de maior amplitude e excelência no império. Este projeto consistia em um ato que expressava legitimamente no interior da assembléia, as exigências internas para permanecer no e consolidar o império luso-brasileiro. Orientadas por José Bonifácio, na sua escrita, as **Lembranças** ⁸¹ não rompiam com esta noção de império, mas explicitavam a medida da autonomia almejada. Ribeiro de Andrada, numa carta a seu irmão, Martim Francisco

⁷⁸ O deputado Povoas explanava longamente sobre o assunto no **Diário das Cortes**, 23/agosto/1821, p.1999. Sendo que Soares Franco advertira no mesmo dia que a presença negra já se tornava, por si só, um fator de desestabilização do Brasil e as Cortes, com suas leis, poderiam auxiliar no seu controle.

⁷⁹ **Diário das Cortes**, 18/março/1822, p. 538-539.

⁸⁰ **Diário das Cortes**, 21/maio/1822, p. 211. A fala deste deputado prosseguia recorrendo a termos belicosos.

⁸¹ **Lembranças e Apontamentos do Governo Provisório da Província de S. Paulo, Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva**, (col. por Edgar de Cerqueira Falcão), v. 2.

que também assinara as **Lembranças**, contava o efeito provocado por este documento:

Eu não duvido da razão que os assistia, mas os termos custa a engolir ... (sendo que ao chegar) tudo ficou fora de si, e em verd.e he a mais atrevida, q.e podia ser; e parece mais hu desafio ao Congresso, do que uma representação ⁸².

As **Lembranças** de São Paulo tratavam das relações entre Brasil-Portugal, garantindo uma coleta de impostos que seria empregada para uso comum e outra arrecadação que ficaria sob a alçada de cada uma das partes, para seu usufruto e que decidiria sobre a sua aplicação. Neste documento, a permanência do príncipe assegurava a obediência à monarquia lusa em terras brasileiras e a sua continuidade. Também buscava definir instâncias específicas ao Brasil como: uma nova política de terras e sesmarias, um sistema educacional, a criação de uma cidade de caráter civilizatório no interior do Brasil, uma reordenação do trato dos indígenas e uma legislação que gradualmente extinguisse o tráfico negreiro. Em síntese, respeito e ajuste do governo às características naturais e costumeiras do Brasil, defendendo sua autonomia e acarretando, a médio prazo, o progresso do Brasil na direção das luzes. Assim solicitavam:

*Que as cortes da Nação na Redação do Código Civil e Criminal tenham muito em vista modifica-la, segundo a diversidade de circunstancias do clima e estado da povoação, composta no Brasil de classes de diversas cores e pessoas, uma livres e outras escravas, pois estas considerações e circunstancias exigem uma Lesgislação Civil particular*⁸³.

Várias iniciativas tentaram, no âmbito das Cortes, contornar as diferenças entre Brasil e Portugal, como a proposta de Feijó de que cada província seria independente da outra ou, então, a discussão sobre o estabelecimento de um centro de poder no Brasil equiparado a Lisboa, faltando ajuizar a medida desta relação. Tais **Lembranças** foram debatidas parcimoniosamente em diversas sessões, sempre adiando a decisão final das Cortes, pois envolvia uma grande negociação entre várias alternativas: acatar tais solitações ou repudiá-las; concordar ou não com a bancada

⁸² **Documentos para a História da Independência**, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1923, p. 44.

⁸³ **Lembranças e Apontamentos**, *Op. cit.*, p. 97-98.

brasileira e, dentro desta, aplinar as diferenças entre aqueles favoráveis às **Lembranças** e os que se filiavam a Portugal.

Ademais, as duas deputações se opuseram quanto às normas comerciais entre Brasil e Portugal, nomeadamente, as que garantiam os monopólios comerciais, porque mantinham tanto uma prerrogativa comercial absoluta sobre o Brasil tal qual no sistema colonial, quanto feria o comércio que já se estabelecera com os ingleses principalmente e outras nações estrangeiras. Contra esta decisão, votaram deputados de todos os cantos do Brasil: Ferreira da Silva, Muniz Tavares, Araújo Lima, Assis Barbosa, Zefiro de Souza, Rodrigues de Andrade, Ribeiro Andrada, Fernandes Pinheiro, Borges de Barros, Gomes Ferrão, Lino Coutinho, Marcos Antonio, Agostinho Gomes, Bueno, Feijó, Vergueiro, Barata ⁸⁴.

No Rio, expandindo a extensão de seu mando militar, em maio de 1822, D. Pedro avisava às Cortes que ordenara a incorporação dos soldados do regimento provisório português no Rio de Janeiro às tropas subordinadas a ele, formando um só corpo militar, eliminando a chance de uma cisão maior entre as tropas e a sua contínua rivalização. Esvaziava, assim, a chance de uma coerção militar portuguesa sobre a cidade e colocava toda a soldadesca sob as suas ordens. Ainda em maio de 1822, as notícias sobre os impostos e os monopólios votados pelas Cortes chegaram ao Brasil, aumentando o descontentamento com as suas decisões no eixo sudeste e tornando candente o tema da emancipação política.

Em junho, sob uma campanha do **Revérbero Constitucional Fluminense**, D. Pedro concordou com a convocação de uma assembléia constituinte para as *coisas do Brasil*. Mesmo aí preservava o projeto do império luso-brasileiro, pois a assembléia se encarregaria de definir a procedência e a forma de aplicação da legislação realizada pelas Cortes dentro do Brasil, a par de uma análise criteriosa quanto à necessidade de se criar leis específicas ao Brasil. Antes porém, em fevereiro, a conselho de José Bonifácio, apoiado nos portugueses emigrados e nos grandes negociantes, D. Pedro acatou a idéia de se formar um Conselho de Procuradores que agia no controle do poder executivo próximo ao Príncipe, dando voz ativa às províncias, procurando

⁸⁴ **Diário das Cortes**, 27/abril/1822, p. 993.

evitar o esfacelamento violento em pequenas repúblicas do Brasil, como ocorria na América Espanhola, o que suscitava grande temor.

Na última sessão de maio, Ribeiro de Andrada resolveu o dilema da extensão da representação dos deputados, afirmando que esta se referia à nação, mas não podia desligar-se do local que lhe investira de legitimidade. Ele localizava na província a origem de sua representação e força política, podendo portanto, em nome dela e para preservá-la, afastar-se e/ou distinguir-se das Cortes.

Portanto, várias questões complementares que, deveriam, em tese, ajustar as relações Brasil-Portugal, ganhavam uma dimensão explosiva devido ao volume e à intensidade de confrontos que portavam, o que conferia a estes últimos meses de 1822 um caráter vertiginoso. Nesta inflexão entre as partes, da qual nem a estratégia de reafirmar o primado da negociação dava conta, a maioria dos deputados brasileiros não assinou a nova constituição, retirando-se de Portugal sem saber que já se começava um processo de aclamação de D. Pedro por várias partes do Brasil que o tornava imperador.

Apesar das tentativas, nas Cortes, de encontrar uma *reciprocidade* entre as partes tenham atravessado junho-agosto, concordou-se com a permanência de D. Pedro, desde que obedecesse às regras e aos limites da sua autoridade ditadas pelas Cortes. Isto implicava uma regência no Brasil escolhida pelo rei, sem recair a opção necessariamente no príncipe. Também concediam a presença de um tribunal de justiça no Rio de Janeiro, na Bahia, e a chance de qualquer província que desejasse se reportar diretamente ao tribunal em Lisboa. Em contrapartida, proibia-se ao príncipe e/ou regente de nomear bispos, arcebispos, diplomatas, embaixadores, designar os juízes dos tribunais, prover postos de tenente coronel e demais superiores, declarar guerra ou fazer a paz, conceder títulos ou méritos.

Se concordavam com a permanência do príncipe, esvaziavam-lhe todas as funções importantes e tão somente suas de poder e, em seguida, resolveram punir a Junta de São Paulo que assinara as **Lembranças**, mandando destituí-la e que se procedesse uma nova eleição.

No bojo destas tensões e impasses, os deputados Ribeiro Andrada, Fernandes Pinheiro, Costa Aguiar de Andrada, Antonio Manoel da Silva Bueno asseveraram, em fins de agosto, que as províncias de Minas, São Paulo, Rio, Rio Grande do Sul e outras:

... estão em perfeita união com o Príncipe Real, e a dissidencia com Portugal, e o Príncipe Real já convocou Cortes geraes e constituintes no Rio de Janeiro, o que implica soberania separada ... proponho que se declarem nullas as representações das províncias, que adheriram ao governo de S. A. R. ⁸⁵.

Em outras palavras: no Brasil surgiam esferas de poder político que instauravam e exercitavam a autoridade pública, que celebravam um contrato aqui dentro com um governante soberano, o que, ao mesmo tempo, implicava na ruptura de qualquer possibilidade de contrato entre Brasil e Portugal.

A ADESÃO DAS CÂMARAS

Se externamente, com Portugal, a possibilidade de estabelecer um contrato ia esmorecendo no decorrer de 1822; em contrapartida, os panfletos, jornais, as elites brasileiras, discutiam, dentro do Brasil, a maneira pela qual o contrato seria concebido e celebrado, porque era preciso alinhar vários interesses das localidades com a região de Minas-São Paulo-Rio, que se arrogava um lugar central e hegemônico. José Bonifácio cimentou tal projeto com a formação de um Conselho de Procuradores, vindos de todas as províncias para a capital a fim de deliberarem sobre os destinos do país. Era preciso, igualmente, tornar visível e explicitar os laços com D. Pedro. Este processo de adesão, contudo, foi baseado e patrocinado pelas câmaras, respondendo assim pelo reconhecimento local da autoridade real e, simultaneamente, amarrando uma série de compromissos internos, dentre os quais se destacava a necessidade de uma constituição liberal. As câmaras, por seu turno, ao depositarem seus anseios no príncipe, desligavam-se, de imediato e à revelia, das

⁸⁵ *Diário das Cortes*, 26/agosto/1822, p. 243.

Cortes. Retiravam-se, portanto, daquele contrato que cimentaria o império luso-brasileiro. Isto é, as discussões dentro da câmara ou os atos públicos que ela ordenava _ gestos de aclamação, vivas nas praça com as tropas e os vereadores, abertura do estandarte da câmara na varanda e conclamação à fidelidade a D. Pedro _ eram maneiras de investir o príncipe de uma autoridade política e de permitir à localidade destituir sua deputação nas Cortes da capacidade de falar e decidir por ela. Um ato político erigindo um foco de poder aqui anulava o outro no além-mar.

No interior e a partir das câmaras brasileiras, surgiu toda uma dinâmica que ao longo de 1822-23, investiu a *persona* real de soberania, pois estas declaravam a sua *adesão* a D. Pedro a par de uma constituição brasileira ⁸⁶. Este sistema de adesão ocorreu de modo desigual em todo o Brasil, pois as regiões sudeste-sul se alinharam mais rápida e francamente ao Príncipe, enquanto, no norte-nordeste, parte das províncias se reportava às Cortes ou então matizava a sua autonomia frente a estes dois pólos centralizadores, como no caso de Pernambuco.

A vantagem de recorrer às câmaras com o objetivo de instaurar a soberania e, ao mesmo tempo, a legitimidade em D. Pedro, vinha da antiguidade destas instituições nas vilas, desde o período colonial. Porque a câmara era tanto um órgão administrativo quanto judiciário, que debatia e arbitrava, em nível local, o poder político institucional. Correspondia-se também com o Conselho Ultramarino e com o próprio rei português defendendo as suas causas, postulando mudanças e melhorias, concorrendo com impostos e trabalho público que tiravam dos presos, dos desertores capturados, dos escravos fugidos, dos chamados vadios _ homens e mulheres sem ocupação fixa, sem renda permanente e/ou regular, com uma mobilidade espacial, sem padrão definido. A própria câmara podia manter uma espécie de agente diplomático na corte portuguesa no intuito de verificar o andamento de um processo,

⁸⁶ José Honório Rodrigues afirmou: *Foram os Senados das Câmaras que deram à Independência o vigor de uma força radical de liberdade. Independência: Revolução e Contra revolução* _, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975/1976, v. IV: A Evolução Política, p. 322. Gostaria de assinalar que se houve um momento de punjança das câmaras em prol de uma liberdade frente a Portugal, ela não implicou uma redefinição interna de liberdade social, embora eu concorde que a experiência de um civismo e de uma exaltação ao Brasil, neste instante, contou com a sua forte colaboração.

responder rapidamente a alguma dúvida ou proposta do poder metropolitano, até mesmo podiam fazer “lobby” para concretizar um objetivo da vila.

As câmaras de Salvador, Belém, São Luís do Maranhão, do Rio, de Vila Rica e outras solicitavam, freqüentemente, que gozassem dos mesmos privilégios que a cidade do Porto, evitando igualar-se a Lisboa, pois visavam o direito de eleger seu presidente ao invés deste ser nomeado pelo rei – tal qual ocorria em Lisboa. O pedido de assemelhar-se ao Porto garantia esta autonomia que a cidade de Lisboa não usufruía, o que demonstra a habilidade dos vereadores em formular, através das regras vigentes, uma certa liberalidade em favor da sua movimentação e de seus interesses. A câmara exercia este poder local perpassado pela administração, pela justiça e pelo policiamento. Entre a câmara e o rei, se estabelecia uma continuidade, pois o rei também congregava em si a justiça e a sua aplicação, sendo identificado com o magistrado, com uma justiça natural, exercendo necessária tutela da sociedade que assegura e respeita o direito do próprio súdito ⁸⁷. Existiam, porém, outros mecanismos do rei português exercer o controle e regular a sociedade colonial, tais como o envio de tropas, de intendentos reais, coletores de impostos.

As relações entre uma dada câmara e a corte portuguesa, em geral no caso desta colônia e a metrópole, moldava-se por uma série de negociações, de idas-e-vindas, que tentavam, de alguma maneira e na maioria das vezes, contemplar alguns interesses ou motivações de ambos os lados, que podiam ser dos mais variados gêneros. O Rio de Janeiro rateou muito durante a segunda metade do século XVIII a sua colaboração para a reconstrução de Lisboa. Se cobrava impostos e remetia mão-de-obra, em contrapartida sempre lembrava essa sua ajuda na hora de reivindicar alguma melhoria como a construção do aqueduto da Carioca. Em outra questão, quanto à nomeação de uma autoridade em 1791, travaram uma discussão a respeito do

⁸⁷ T. Flory caracteriza esta relação entre a burocracia e a justiça real: *The structures of justice and those of royal administration were intimately connected at the highest levels of government, where viceroy and High Court sat side by side, and outside the colonial cities the two systems were often indistinguishable. Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808-1871. Social Control and Political Stability in the New State*, Austin/London: Univ. of Texas Press, 1981, p. 31. No *Príncipe Perfeito* de 1792, o emblema XIX com o tema *Administrar Justiça os Reis Apreensão*, contrapõe o rei ao tirano que, desgraçadamente, não exerce a justa medida, perdendo a si e a seu povo, devendo ser, por Deus e no futuro, castigado. Campos, F. A. de N., *Príncipe Perfeito. Emblemas de D. João de Solórzano*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985.

novo Ouvidor. Já que conviveriam com esta pessoa, aí solicitavam, nos conformes da burocracia e das medidas devidas ao rei, um certo direito de pesar na escolha do nome ⁸⁸. Talvez, na esfera das práticas, possa se pensar que deste trâmite contínuo, tenso, entre a câmara e o poder real-metropolitano – o que não significa que não existisse comunicação entre as câmaras –, tenha nascido uma experiência de negociação e, em certa medida, uma noção bastante empírica de que a relação de poder implica um contrato, além de um apreço pelas noções de contrato e negociação. Ou seja, das práticas cotidianas e institucionais, no decorrer do século XVIII, nas relações entre a colônia e a metrópole pode ter se estabelecido uma cara noção de contrato ou, ao menos, de negociar algumas exigências entendidas, a partir das vivências sociais, como direitos ⁸⁹.

Por seu turno, a câmara constituía um elemento de estabilidade para o império português, visto que fôra instalada em toda a sua extensão como o modo de exercer o poder local, transmigrando uma instituição ibérica para todos os continentes. A partir dela organizava-se uma hierarquia local ⁹⁰, designando quem podia ou não participar da administração local e/ou do uso da palavra numa esfera de poder reconhecida pela metrópole. Ato contínuo, tal hierarquia se atrelava àquela da corte. Do ponto de vista português, ela garantia certa estabilidade e hierarquia dentro da colônia, além de atuar na comunicação entre o local e o metropolitano, como gestor de informações dentro de uma vila, o que não implica desmerecer a força de outras instituições como a igreja ou as casas de misericórdia.

⁸⁸ AHU, Rio de Janeiro, Avulsos, Cx. 149, Doc. 47, 13/setembro/1791. Recorro aqui à seguinte bibliografia: Boxer, C. R., *Portuguese society in the tropics_ the Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*, Madison and Milwaukee: The University of Wisconsin Press, 1965; Coelho, M. H. da C./Romero Magalhães, J., *O Poder Concelho das origens às cortes constituintes*, Coimbra: Centro de estudos e Formação Autárquica, 1986; Gouvêa, M. de F., *O Senado da Câmara do Rio de Janeiro e o Projeto Imperial Luso-Brasileiro. 1750-1820*, Projeto de pesquisa, Niterói: UFF; Russell-Wood, A. J. R., *Local Government in Portuguese America: A Study in Cultural Divergence*, in *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge University Press, v. 16, n. 2, março 1974; *Privilegios dos Cidadãos da Cidade do Porto*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987. Devo também muitas explicações e informações a Francisco Bethencourt no decorrer do estágio de pesquisa em Portugal.

⁸⁹ Certa visão contratualista também pautava determinadas explicações sistemáticas acerca da escravidão. Vainfas, R., *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*, Petrópolis: Vozes, 1986. Lara, S. H., *Blowin in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil*, Projeto História, São Paulo, 12, 1995.

⁹⁰ Ver Russel-Wood, *Op. cit.*

No Brasil, tal instituição possuía maior autonomia que as suas irmãs portuguesas ⁹¹, conquistada ao longo dos anos, pela distância, através de um embate conflituado e marcado por regras do falar, por etiquetas, medidas e privilégios, e também da numa conformação do que era um súdito que experienciava o *viver em colônia*, para usar a especificidade indicada por Vilhena. Em ambos os lados, contudo, o vereador pertencia à elite desde a sua primeira aceção em fins da Idade Média, conforme explicam Maria Helena da Cruz Coelho e Joaquim Romero Magalhães a respeito do termo consagrado para aquele que, com direitos, atua na câmara:

Vereador vem de vere(i)a, forma popular do latim vereda, que deriva de veredus, cavalo de posta. O vereador seria, pois, o homem bom encarregado de zelar pelo estado dos caminhos (vere(i)as) da comunidade concelhia. Essas funções exigiriam, pela sua própria natureza, a posse de cavalo para os percursos. Cavalos que os mais abastados dos homens bons tinham de possuir, por razões de ordem político-militar... Ora segundo Viterbo verrear é sinónimo de "usar de vereação, governar" e vereado traduzia-se por "administrado, ou administrado com rectidão e justiça, e utilidade pública. Numa convergência de significados poderíamos então aceitar que aqueles homens bons, que por motivo da sua riqueza tinham cavalos, seriam afinal os mais aptos e melhores para exercerem a administração concelhia, encaminhando rectamente os homens no sentido do bem público ⁹².

As câmaras delineavam-se como um lugar da elite, porém aí também se faziam representar as outras vontades e interesses da cidade: os homens de ofício, os lentes e professores, as irmandades, as tropas, e outros mais. Ou seja, se ela era gerida pelos *homens bons*, por outro lado, abarcava discordâncias _ tanto entre estes quanto com as outras personagens sociais da cidade. Logo, a população local sentia mais a incidência da câmara nas suas vivências do que de um distante monarca no além-mar.

Havia toda uma tradição das representações do poder real mediadas pela câmara que remetia à figura real, visto ser encarregada de celebrá-la: fosse na organização de uma procissão, no acender lumiárias, por arrecadar contribuições para sua realização, pela importância que ocupava nas ocasiões festivas, exibindo o

⁹¹ Coelho/Romero Magalhães, *Op. cit.*, p. 37.

seu prestígio e prioridade ao desfilar pomposamente, carregando um pódio, usufruindo por vezes maior destaque do que algum bispo ou reverendo. Isso sem contar as festas católicas, considerando que assiduamente igreja e câmara agiam em conjunto, apesar das disputas de uma querer abrilhantar mais a festa do que a outra. Desta forma, a câmara concorria para a mística da realeza e atuava nas festas religiosas, investindo-se, assim, de uma potente carga simbólica. Na localidade, ela funcionava como uma espécie de continuidade do rei e não desperdiçava a oportunidade de se fazer presente, quando não de tentar comandar, um tempo lúdico, de festas. Dentro desta lógica, quando ela comandou a adesão local, festejando inclusive o novo imperador, celebrando um novo pacto social, aos olhos dos contemporâneos e dos homens daquela região deveria parecer como uma prática comum, recorrente, cotidiana, dando continuidade a uma prática que vinha dos tempos de seu pai, ou que, via de regra, ficava nas mãos da câmara.

Neste sentido, a opção pela câmara enquanto lugar e canal que expressasse sua adesão a D. Pedro significava, por parte das elites, recorrer às maneiras estabelecidas e cristalizadas de reconhecer e entender o poder local, evitando o surgimento de alguma outra instituição ou modo de representação que dilatassem o sentido da legitimidade e, no limite, da liberdade. Garantiam ainda certa maleabilidade ao poder local. Em decorrência, a câmara assegurava à elite local a manutenção de sua força e a erigia à condição de interlocutor fundamental para os interesses dos grupos de Minas-Rio-São Paulo, capitaneados pela corte carioca que:

- * remetia às câmaras as propostas e os conteúdos de uma monarquia constitucional e que passavam a ser debatidos naquela cidade e amalgamados aos seus significados aí existentes e, por outro lado, recebiam as manifestações e exigências locais para constituir e amarrar uma noção de poder central localizado neste eixo do centro-sul;
- * acertava o envio ou ação das tropas, dos oficiais;
- * definia os ganhos da separação entre Brasil-Portugal, a par de divulgar incessantemente a *persona* de D. Pedro.

⁹² *Idem*, p. 15-16.

Cabe enfatizar que a prática das câmaras consistia, justamente, em se relacionar com o poder real nos moldes criados no Antigo Regime. Daí que esta continuidade governante-câmara, agora centrada num príncipe vincado pelo liberalismo no Rio de Janeiro, repunha a importância da câmara com a vantagem de que tornava o Brasil independente, aumentando a força e a participação destes homens na esfera política e pública, assim como na discussão e encaminhamento do governo e da autoridade ao exigir uma assembléia constituinte. Valendo-se de antigas práticas e apostando na semelhança de (se revestir com) permanência, as câmaras redimensionavam a sua importância porque se tornavam o contratante que celebrava com o príncipe um pacto modelado persistentemente pela monarquia constitucional, engendrando um contrato liberal. Assim, armando-se com as práticas e representações do passado, as câmaras e o príncipe celebraram um contrato completamente novo calcado em pacto liberal, instaurando uma descontinuidade frente às relações de poder anteriormente vigentes entre o rei português e a câmara colonial.

Em outra ponta, a manifestação das câmaras a favor de D. Pedro sob as regras de uma monarquia constitucional, forçava as Cortes portuguesas a se depararem com um movimento interno ao Brasil que, paulatinamente, rompia com algum contrato a ser ajustado entre os dois _ agora _ países. Se Fernandes Thomaz reclamava uma declaração abrangente de independência do Brasil frente a Portugal, este sistema de adesão das câmaras, no início da década de 1820, demonstrou uma *vontade geral* de se desligar, de vez, da antiga metrópole e, ato contínuo, o grito do Ipiranga _ considerado um ato heróico do príncipe _ constituía o *fato* irretorquível da independência, tão cobrado pelas Cortes.

As câmaras de todas as províncias do Brasil ⁹³, então fraturadas em sua autoridade pela divisão entre a junta e o governador de armas, se realinharam em relação a D. Pedro, desligando-se paulatina e continuamente de Lisboa, inclusive sob o recurso da violência militar com as tropas comandadas por Cochrane e Labatut como nos casos do Pará, Maranhão, Ceará e da Bahia. Estes comandantes,

⁹³ As Câmaras Municipais e a Independência, Op. cit., v. 1-2.

remunerados pelo eixo do sudeste, ofereciam àqueles portugueses ou aos ligados a estes interesses, que aderissem à causa do Brasil a manutenção de suas propriedades, seus escravos e bens; caso contrário, estes padeceriam um confisco e a provável pena de serem obrigados a deixar o Brasil. Esta atitude acirrava os ânimos e os antagonismos entre brasileiros e portugueses nestas províncias e no Rio de Janeiro, onde exemplarmente alguns portugueses sofreram confisco de bens.

O termo usado maciçamente pelas câmaras, nesta correspondência com o Rio de Janeiro, no intuito de declarar a sua voluntária ligação com o príncipe, advogando as suas disposições, elegendo-o seu governante, sinônimo de fidelidade, era *adesão*, que por si só já evidencia um vinco contratualista.

Os modos de expressar tal adesão iam do envio de uma correspondência oficial, firmando a lealdade a D. Pedro, elencando as suas prerrogativas em nome de uma constituição brasileira; passando pela ida de um representante da câmara de determinada vila ao Rio de Janeiro, como fizeram muitas cidades de Minas ⁹⁴, Pernambuco, Espírito Santo, pela mobilização para obter longas listas de assinaturas dos cidadãos locais, endereçando-as à corte carioca; até a usual remessa da descrição detalhada do ato de aclamação. A Vila das Alagoas explicitou o significado da *adesão*:

Sendo incontestável, que o livre, e unânime consentimento, e vontade dos povos é a única legítima origem do poder, e autoridade dos Monarcas, e que não há um título mais honesto e glorioso, do que aquele que é fundado na livre unanimidade da vontade dos mesmo povos, é vossa Majestade Imperial sem contradição alguma o mais legítimo e glorioso dos Monarcas, porque foi elevado a esse grau pela geral, e espontânea aclamação dos Brasileiros, e em cujos corações tem Vossa Majestade Imperial assentado as bases do seu vasto Império ⁹⁵.

⁹⁴ Neste sentido, uma câmara poderia incumbir um representante na corte de representá-la e expressar a sua adesão. No IHGB, por exemplo, encontra-se o ofício da câmara de Vila Rica ao Comendador José Francisco de Mesquita autorizando-o a beijar a mão de S. M. o Imperador Constitucional e apresentar a carta aclamando-o o Primeiro Imperador Constitucional do Brasil, 19/setembro/1822. IHGB, Lata 400, Pasta 23. Bluteau recuperava a antiguidade do beija-mão, presente na bíblia, entre os gentios, romanos, na vassalagem. Ele contava que os reis da Espanha o colocaram nas Ordenações e precisava: *Beijar as mãos em phraze cortezã he faudar*. Bluteau, R., *Vocabulário Portuguez e Latino*, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, v. I, p. 86.

⁹⁵ As câmaras ..., *Op. cit.*, v. I, p. 124. Trata-se da atual cidade de Marechal Deodoro. Infelizmente o documento não está datado, mas D. Pedro já fôra aclamado, então trata-se de uma correspondência posterior a outubro de 1822.

Afirmações semelhantes multiplicavam-se abundantemente, com um efeito de repetição, a ponto de adquirirem caráter normativo nas relações entre as câmaras e o príncipe, que passava à condição de Imperador ao *manter o poder real, executar as leis fundamentais, o código da nação, sustentar uma constituição liberal e a posse, a circulação de bens* e a sua *preferência pelo Brasil* em detrimento de Portugal, para recorrer ao palavreado desta documentação. Era mais comum esta série documental revelar a ênfase na relação câmara-príncipe, sem no entanto desprezar ou silenciar sobre as suas ligações com as câmaras vizinhas. Por vezes, uma vila aclamava o príncipe porque a notícia chegava de várias maneiras: com as tropas, o alarido das festas, as notícias de Lisboa e da capital, a presença. Assim se dava a adesão daquela localidade. Caso a aclamação fosse boicotada por um comandante de tropas ou se se reparasse sua ausência, isto poderia motivar um processo de investigação como enfrentou o sargento-mor Gaspar Manoel de Figueiroa na Vila de São Mateus no Espírito Santo ⁹⁶.

Esta adesão pressupunha que os povos sob os auspícios das câmaras inauguravam um novo contrato. A Vila de Santa Maria de Baependi, em Minas, começava a sua correspondência explicando o aparecimento do contrato que se passava num tempo ficcional, a-histórico, mas que numa dada lógica abarcava todos os homens que viviam em sociedade e, sob a égide da noção de direito, ela afirmava:

*Quando os primeiros homens se uniram em Sociedade Civil, não foi senão para poderem gozar pacíficos da tranquilidade, e sossego, que não encontravam nos bosques: por esta razão elegeram desde logo um dentre si, que os governasse, e defendesse, em cujas mãos depositaram uma partícula de sua liberdade natural para que a outra lhes ficasse salva, e a coberto ou da malignidade, ou da força dos mais destemidos, e poderosos. Isto era necessário: despiram-se de alguns Direitos para poderem conservar os outros.*⁹⁷

As câmaras declaravam sua vontade de participar, o seu consentimento em serem regidos por aquele soberano e enfatizavam que a origem do poder residia no povo que, conjuntamente e somente através das câmaras, o depositava em D. Pedro,

⁹⁶ *As Juntas Governativas e a Independência*, Rio Janeiro: Conselho Federal de Cultura/Arquivo Nacional, 1973, v. 3, p. 1061-1069.

⁹⁷ *Op. cit.*, v. 2, p. 9, em outubro de 1822.

tornando-o, ao mesmo tempo, legítimo e soberano. A câmara de Vitória detalhou este argumento:

Todos somos obrigados pela Suprema Luz Natural a buscar o nosso maior bem, ou o nosso menor mal. Ainda quando o Sistema atual Europeu fosse vantajoso ao Brasil; é sem controvérsia muito mais vantajoso ao mesmo Brasil o ter em si os recursos da Soberania, e do poder executivo que aplaque com prontidão os tumultos populares, reúna os partidos, proveja aos interesses particulares, e públicos, em uma palavra sirva de foco fixo donde dimanem os raios da Ordem Social ⁹⁸.

Nesta escolha por D. Pedro, ele se transformava no *foco fixo*, ao qual todo o processo de adesão das câmaras e, depois, das Juntas se atava e, num efeito inverso, a partir do qual irradiava-se toda a ordem. Localizava-se, portanto, o lugar da soberania, as condições de sua existência, a obediência ao direito natural, a feitura de uma constituição liberal na qual os mecanismo de coerção e vigilância desta ordem estivessem prescritos e orquestrados. Esta soberania enfeixada em D. Pedro e aliada à constituição, instaurava, num efeito mimético e de imediato, o Brasil enquanto corpo político autônomo.

Por outro lado, a necessidade de uma soberania brasileira coadunando todas as províncias, esquivando-se de uma quebra do território do Brasil, tal qual ocorria com a América Espanhola, fazia com que a Junta Provisória do Mato Grosso assim se pronunciasse ao reiterar sua adesão ao príncipe e, irremediavelmente, a São Paulo-Minas-Rio:

*Eram os nossos sentimentos idênticos aos desta Província do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais: sabíamos que a Sociedade não é Sociedade, senão enquanto ligada por um interesse comum e uniforme: queríamos sustentar os nossos inauferíveis direitos; tínhamos a Vossa Majestade Imperial conosco...*⁹⁹

Pelas câmaras moldou-se uma soberania que afastava o perigo da *anarquia* e do *despotismo*. A adesão local, contudo, não foi propriamente um processo fácil,

⁹⁸ *Op. cit.* , v. 1, p. 193, em setembro de 1822.

⁹⁹ *As Juntas Governativas e a Independência*, *Op. cit.* , v. 3, p. 1312-1313. A Junta de Goiás identificava aí um ato inaugural do Brasil enquanto um império independente: *Civilizar um Povo, fundar uma Monarquia, são na verdade obra de um gênio abalizado; refundir um Estado vicioso, e constituir um Império sobre bases duradouras, e princípios liberais estava reservado ao Gênio de Vossa Majestade...*, p. 1373-1374.

tranquilo, onde apenas as elites compareciam ou participavam. Estas adesões vinham permeadas por embates sociais e pela presença marcante das camadas mais populares, com diversidades étnicas e de interesses. Nas adesões, emergiam outros protagonistas sociais, com seus anseios e tentativas de resignificar suas vidas. Foi trabalhoso, por vezes, para elites anulá-los, negá-los, tendo até que esporadicamente negociar uma solução. O maior esforço, porém, envolvia a necessidade de controlar e vigiar a praça pública, as ruas, pois a adesão implicava uma série de mediações, coordenadas pela câmara, mas que também se colocava na praça pública. A câmara agenciava as idas-e-vindas na relação com o Rio de Janeiro; a correspondência com outras câmaras e com a Junta provincial; as discussões internas à câmara e seus representantes; a aclamação na praça pública, com tropas e vivas, o juramento de fidelidade ao imperador, comunicando esta nova autoridade e tornando-a visível. Todavia, justamente na praça pública e nas ruas, por ocasião da adesão e durante esta discussão, explodiram uma série de movimentos da camada de pobres, livres, libertos, mulatos, escravos, negros, africanos, onde reverberam outros desejos políticos. Esta gente, alcunhada de *turbulenta* segundo a documentação, vislumbrou aqui uma oportunidade de expor seus desejos e discordâncias e, assim, reviravam em certa medida o sentido da *adesão*.

Se as câmaras descreviam para o Príncipe o ato legal, unânime, respaldado no direito natural que o erigia num *foco fixo* de poder e ordem; em outra direção, enfrentaram nas ruas e praças muitos *tumultos* e, **no limite**, as elites temeram uma revolução negra/escrava, nos moldes de São Domingos. Cabe elucidar ao leitor que estes *tumultos* pesaram mais qualitativamente no ideário das elites, no cotidiano de senhores e autoridades, do que quantitativamente no processo de emancipação do Brasil frente a Portugal ¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Tomei o cuidado de arrolar, quando pude, o número de envolvidos a fim de evitar que se pense que foi apenas coisa de dois ou três. Da mesma forma, demarquei motins em várias localidades a fim de assinalar sua dispersão e a sua capacidade, muitas vezes, de se espalhar, sem existir um padrão único de comportamento. Não fiz um estudo milimétrico, tampouco completo, desta movimentação social, quero apenas mostrar como também participavam da praça pública e basculavam o seu sentido.

A ADESAO E OS TUMULTOS NA PRAÇA

A constituição da soberania em D. Pedro, professada pelas câmaras, portava consigo uma concepção de ordem social que almejava evitar a revolta popular, arrefecer ou minimizar os outros quereres sociais que se confrontavam em meio à decisão por D. Pedro, como a situação extremada do Maranhão, Pará, Pernambuco, Bahia em que se temia, *no limite*, um levante de negros/escravos.

Em São Luíz, após a eleição da junta de governo, os seguintes oficiais se opuseram a esta escolha: brigadeiro inspetor das tropas do Maranhão Manoel José Xavier Palmerim, major José Loureiro Mesquita, capitão do regimento de infantaria de linha José dos Santos Monteiro, tenente coronel do extinto regimento de índios José Joaquim de Aragão, coronel Honório José Teixeira, sendo acusados de organizar uma sublevação que instrumentalizava os escravos ¹⁰¹ para estes fins. No começo de abril de 1821, apareceram uns pasquins pela cidade que prometiam aos escravos a sua liberdade, caso se perfilassem ao movimento:

Às Armas Pretos ou à vossa liberdade.

Viva Loureiro, e morrão os brancos, e cá fica o Dinheiro ¹⁰².

Presos estes homens, brancos e oficiais, foram acusados tanto de não manifestarem sua discordância no momento apropriado da eleição, entre seus pares na câmara, ferindo a escolha realizada e reagindo com um *pérfido* contragolpe, quanto _ e maior dos males _ de prometer a liberdade aos escravos e com estes se

¹⁰¹ ANTT, Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, Maço 102, n.1, Maranhão, Devassa acerca da sedição no Maranhão em 1821. Como o documento não está paginado, quando possível demarquei a testemunha que entremeia o meu texto. Repare-se nas altas patentes do grupo dos principais acusados de preparar tal movimento, o que indica a sua privilegiada condição econômica e social. Estes presos tentaram eximir-se das responsabilidades negando as acusações, embora, por exemplo, o coronel Honório José Teixeira tenha armado seus escravos numa noite e percorrido as ruas da cidade *promovendo iniquidades*. Por sua vez, o brigadeiro Palmerim teria declarado no Largo do Carmo que estaria armando seus escravos e oferecendo-lhes a promessa de liberdade. É interessante notar que possivelmente armar escravos para uma disputa cotidiana e violenta dentro desta elite ou contra pequenos posseiros, foreiros, numa rinha local, podia ser uma estratégia comum; no entanto, desta feita, o perigo residia em armar escravos para derrubar o governo e instalar um outro e em próprio benefício.

¹⁰² *Op. cit.* A sétima testemunha do processo, o negociante e lavrador José dos Reis Brito fez questão de salientar que as letras dos pasquins eram maiúsculas, possivelmente para destacar o conteúdo e torná-lo mais visível.

envolverem. Os inimigos da junta eram pintados como aliados dos escravos e, por isso, prontos a empreenderem qualquer anarquia, o que aumentava o repúdio pela sua investida. Além disso, algumas testemunhas comentavam, na devassa, que estes oficiais tentaram subornar as tropas ao proporem o seu levante e apoio em troca da distribuição de 12 contos ¹⁰³. Ora, no entender da junta e do estado, tais oficiais procuravam se aliar com uma gente vista como de alto risco, pela sua vadiagem, preguiça e desordem: os escravos, negros e praças.

Logo depois que os pasquins foram pregados no prédio da Alfândega e na esquina da casa do cônego João Joaquim, alguns atos do cotidiano de alguns escravos foram interpretados pelas autoridades locais como um perigo iminente. Numa loja, dois pretos tocavam viola e um deles teria afirmado, em alto e bom som:

Deixa estar parceiro que amanhã he o ultimo dia ¹⁰⁴.

Segundo a devassa, os negros aqui anteviam o final da sua condição escrava ¹⁰⁵ e datavam do início da sublevação. Este comentário espalhou-se pela cidade, fazendo crescer a preocupação com uma possível revolta. Nestes mesmos dias, dois escravos foram flagrados com facas amoladas escondidas entre as roupas. Foram espancados por um soldado e um comerciante, numa reprimenda, e a faca acabou sendo comprada por José Affonço Vianna, um lavrador português que passava por ali.

Assim, disseminava-se uma apreensão em meio as elites de que uma nova São Domingos se repetisse. Comparação, aliás, que despontava nas falas das próprias testemunhas. O depoente tenente coronel Manuel de Souza Pinto, de 26 anos, contou que ouvira que uns pretos de Antonio José de Souza andavam falando, naqueles dias, de São Domingos. Ao serem inqueridos pelo senhor, ambigualmente, responderam que tratavam de um amigo chamado *São Domingos*, o que não atenuava o temor senhorial ou esclarecia o dito. Por causa disso, foram presos e castigados. Já ao se defender das acusações de que armava os escravos, Honório José Teixeira revelou

¹⁰³ Conforme a trigésima nona testemunha informa em detalhes.

¹⁰⁴ De acordo com o depoimento da nona testemunha, Caetano José da Cunha, e que foi reiterado pela trigésima quinta testemunha e um caixeiro de quitanda.

¹⁰⁵ Neste momento, esta província enfrentava problemas com a mão-de-obra, com a queda na entrada do número de escravos trazidos pelo tráfico, o preço da escravaria prejudicava os lavradores e negociantes locais, a tropa

que, em 1811, lera no *Investigador Português notícias circunstanciadas* sobre São Domingos. Relatou ainda que reagiu escrevendo ao jornal, sugerindo que não abordassem tal tema, colocando-o no silêncio, *sem vulgarizá-las frente aos negros* ¹⁰⁶. Desta forma, buscava evidenciar o seu *horror* perante uma sublevação de negros e se desvincilhar das acusações.

Ora, o inimigo branco/proprietário que não concordou, na hora certa, com a eleição da Junta e não conseguiu eleger seus candidatos, a fim de reverter a situação, recorreu às tropas e inclusive aos negros. Este expediente aparece em mais de uma ocasião nas séries documentais. Quando se via numa condição de fragilidade política, vários senhores, proprietários, negociantes, comandantes, arregimentaram suas tropas, incluindo aí negros e escravos, para recuperar sua posição anterior ou atacar frontalmente o inimigo político. A Junta do Maranhão acusou os réus de abrir espaço para esta participação e desrespeitar o foro da eleição, incorrendo no erro maior de seduzir escravos e a soldadesca. Por outro lado, a ambiguidade dos escravos não pode ser desconsiderada ou minimizada, pois não pouparam os senhores desta terrível dúvida, camuflando sua intenção sob o *amigo São Domingos*. Neste momento, esta província convivia com a presença de quilombos e a queda na entrada de africanos, o que deveria aumentar a preocupação dos senhores com o controle desta mão-de-obra.

No Maranhão, o perigo negro/escravo permeou a eleição da Junta. No Pará ganhou enorme repercussão, a par da movimentação ampla de tropas, desertores, livres, pobres, libertos, índios. Aliás, esta população suscitava com seus corpos, atitudes, desejos e planos, o tema candente da segurança pública que a nova autoridade, em constituição, deveria garantir na perspectiva das elites. Desta maneira, a adesão, que se unificava e corporificava em D. Pedro, não ocorria da mesma forma em todo o Brasil. Levanto, em seguida, algumas destas experiências, principalmente

não recebia os soldos, ficando na miséria. BNRJ, Manuscritos do Maranhão, Mn. 5,4,15; Mn. I-31, 29, 39; Mn. I-31,29,41.

¹⁰⁶ Seu interrogatório e defesa se encontram no Appenço n. 4 desta Devassa. Sobre esta presença de São Domingos no vocabulário dos escravos/negros, ver: Mott, L., *A Revolução dos Negros do Haiti e o Brasil, História: Questões e Debates*, Curitiba: Junho, 1982, 3 (4), p. 55-63.

em Pernambuco, Pará, Bahia, no intuito de matizar uma outra faceta da adesão: a necessidade da coerção e vigilância da esfera pública contra os *turbulentos*.

No Pará, a situação tornou-se drástica com o crescimento contínuo dos mocambos desde fins do século XVIII, num processo longo e contínuo que se estendeu pelas décadas de 1820-30, a par das constantes fugas ¹⁰⁷ de escravos, aumentando a preocupação das autoridades públicas com o controle da ordem social. Os mocambos se estendiam pela área de Cametá, Igarapé-de-Una, Bragança, Monforte, Turu-Assú, ilha do Mosqueiro, das Onças, de Marajó, rio Anajás, Guamá, Capim, Trombetas, Curuá ¹⁰⁸. Aí neste início da década de 1820, desertores das tropas, índios e negros se uniram, intensificando a tensão social e desenhando um perigo social que parecia, aos olhos das autoridades, câmaras, proprietários e negociantes, a antítese da autoridade e ordem vislumbrados em D. Pedro. Os mocambos e as fugas constantes propiciavam um contato entre índios, negros, escravos fugidos, libertos, pequenos lavradores e comerciantes, gente que vivia do

¹⁰⁷ Considerar a fuga, a formação de quilombos e mocambos, a sua longevidade, as revoltas locais apenas em seu volume e quantidade, redundaria numa *banalização* desta experiência e da sua importância social e política, à medida em que marcava um limite da dominação e das opções dos senhores, das autoridades, forçando-os a recorrer à negociação ou entrar num conflito aberto. Silva, E./Reis, J.J., *Fugas, Revoltas e Quilombos: os limites da negociação, Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo: Cia das Letras, 1988.

¹⁰⁸ Sobre mocambos e quilombos no Pará: Salles, V., *O Negro no Pará*, Rio de Janeiro/Belém: FGV/Universidade Federal do Pará; Gomes, F. dos S., Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia colonial, *Revista USP*, dez.-fev./1995-96; n. 28; Mota, L. L., Pensando a resistência escrava na Província do Grão-Pará, Universidade Federal do Pará, Monografia de conclusão de curso, 1994. Ao mesmo tempo, uma dinâmica de fugas e mocambos ocorria no Maranhão, principalmente nas matas do rio Turiaçu, que se tornaram *reduto tradicional de negros*, formado desde o século XVIII. À medida que aumentava o tráfico africano para o Maranhão e expandiam-se as lavouras do arroz e do algodão, os quilombos multiplicavam-se, aparecendo em Viana, Pinheiro, Alcântara, Itapicuru, no alto Mearim, em Maracassumé, nas matas de Codó e até na própria ilha de São Luís. Santos, M. J. V., *A Balaiada e a Insurreição de Escravos no Maranhão*, São Paulo: Ática, 1983, p. 67. Uma série de sedições de escravos abalaram Estância, Brejo Grande, Laranjeiras, Santo Amaro, em Sergipe durante a década de 1820, sendo que em 1807 falava-se de um levante de escravos frente aos insultos, furtos, roubos, que andavam realizando pelas bandas da Cotinguiba. Ver Mott, L., Brancos, pardos e pretos em Sergipe: 1825-1830, *Anais de História*, 1974, 6. Os quilombos continuaram depois da independência tanto no Pará como no Maranhão, podendo existir uma comunicação entre estes negros, fugidos, libertos, como no caso da Balaiada e Cabanagem. Para uma crítica da suposta falta de comunicação entre os escravos: Mott, L., *Op. cit.* Por outro lado, não se pode desprezar ou desdenhar as possibilidades e as mútuas articulações entre os quilombos e a organização de uma revolta negra/escrava, sendo que para várias autoridades a existência dos quilombos poderia preceder ou incentivar a ocorrência de uma revolta. Stuart Schwartz levanta esta questão em Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás _ Bahia, 1814, in Reis, J. J./Gomes, F. dos S. (org.), *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*: São Paulo: Cia das Letras, 1996.

seu roçado, do transporte fluvial, das vendas no lombo de burro e que poderia, no limite, unir-se.

Nestas primeiras décadas dos oitocentos, temia-se um levante desta população no Pará. Em Óbidos, a idéia de independência vinha associada ao fim da escravidão, o que colocou a guarda de prontidão no Natal, precavendo-se de um possível levante negro ¹⁰⁹. Em 1824, Matheus Vaz Pacheco, ajudante de milícias, foi expulso da província porque teria *cooperado para uma revolução tendente à liberdade da escravidão*. Neste mesmo ano, outra autoridade alertava sobre um Cintra e Salinas que estariam *fulminando um novo levante de pretos e índios*, considerando então que algum levante já ocorrera em algum momento anterior ¹¹⁰. Este temor de uma rebelião com forte presença escrava/negra persistiu mesmo depois da independência ¹¹¹, pois o seu reconhecimento local e a adesão do Pará não significavam a pacificação destas tensões. Ainda em 1832, *O Publicador Amazonense* de Belém denunciava:

As imediações da cidade, e todo o interior se acham infestados dum grande número de escravos fugidos, que sempre houveram, mas agora parece que se tem aumentado... ¹¹²

Desde a década de 1770, cerca de 750 escravos africanos desta região do Pará fugiram para a Guiana ¹¹³, sendo a médio prazo trocados pelo governador por outros foragidos e, no retorno, traziam notícias e suas próprias interpretações a respeito dos últimos acontecimentos da Guiana sob os ventos da Revolução Francesa. Neste período de fins do XVIII e início do XIX, a Guiana viveu uma experiência de rebelião escrava ¹¹⁴ sob o domínio da França revolucionária. Chegavam tanto as notícias

¹⁰⁹ Salles, V., *Op. cit.*, p. 233, havendo um comércio entre Óbidos e os mocambos do Trombetas e Curuá.

¹¹⁰ Apud Mota, L. L., *Op. cit.*, p. 41, 50.

¹¹¹ Convém dizer que esta dinâmica de mocambos, quilombos e fugas no norte do país ocorria antes da independência, durante e depois, podendo desembocar e/ou conjugar-se, afastar-se inclusive das revoltas regenciais da década de 1830. Isto é, no período das lutas de independência, as autoridades, os senhores, uma certa interpretação liberal do vivido temiam um acirramento das tensões a ponto de desencadear uma revolta popular de grande monta, difícil de ser breçada e controlada.

¹¹² Apud Salles, V. *Op. cit.*, p. 211.

¹¹³ Ferreira, A. C. R., A Ocupação de Caiena, in Holanda, S. B. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*, São Paulo: Difel, 1979, t. III.

¹¹⁴ Houve em fins do século XVIII e início do XIX uma série de revoltas negras: na Guiana, no Haiti, na Jamaica, Venezuela, em Cuba, Guadalupe, Santa Lúcia. Alguns autores referem-se a um efeito boomerangue destas revoltas que abrangeria o Caribe, o Brasil e a América Espanhola, sendo que se pautam menos por uma noção de influência e muito mais por tentar compreender a circulação, interpretação e significados destas idéias e experiências. Ver Gomes, F. dos S., Em torno dos boomerangues..., *Op. cit.*, p. 53.

acerca dos direitos dos homens, do desenrolar dos debates da revolução, quanto desembarcavam os condenados franceses que vinham cumprir suas penas. Em Caiena, uma rebelião escrava buscava a sua *liberdade com a supressão do elemento branco*¹¹⁵. A notícia desta rebelião espalhou-se pelo Pará através dos impressos e dos foragidos que recontavam sua experiência. Houve uma espécie de ampliação da idéia de direito e rebelião neste momento no Pará, o que também _ parece _ forçava as elites a se depararem com estas camadas populares, sua existência e força.

Neste ponto, as autoridades públicas e as elites com seus antagonismos internos, inclusive os acirrados ânimos entre brasileiros e portugueses, tiveram dificuldade em estabelecer seu mando sobre tais camadas da população e recorreram à violência e brutalidade. Por seu turno, tais camadas mostraram sua capacidade de se mobilizar em diversas regiões, de ir e vir pela província, de estourar motins onde expunham o seu descontentamento e onde tentavam (re)significar suas vidas na esfera do cotidiano. No Maranhão, houve um aumento de fugas de escravos das fazendas, muitos não retornaram ao trabalho depois de seu envolvimento nas lutas da independência, outros se asilaram em navios ingleses. Na Bahia, a coroa brasileira concedeu alforria a negros que lutaram pela independência. Na região de Itu, em São Paulo, falou-se do fim da escravidão decretado pelas cortes e que não estaria sendo cumprido pelas câmaras da região. Ou ainda, recorde-se a situação na Bahia, com aquela petição antes mencionada de Cachoeira¹¹⁶ ou o levante e ataque de 200 escravos, contra o partido dos brasileiros, em meio às lutas de independência no Recôncavo baiano, do qual cerca de 50 escravos foram fuzilados e o resto açoitado¹¹⁷.

¹¹⁵ Salles, V., *Op. cit.*, p. 241. A Junta Provisória do Pará, em outubro de 1822, publicava um edital proibindo a entrada para venda de escravos ladinos vindos das províncias ao Sul da Linha, ditas de Barlavento, principalmente de Pernambuco, pois a desmoralidade da Escravatura da Província do Grão-Pará he devida pela maior parte a semelhantes Pretos, que de ordinario erão facinorozos, e malvados no país, que os enviou, desde a affluencia de taes Pretos a esta Provincia se tem reduplicado os afsassinios dos Senhores, ou Proprietarios das Roças pelos seus Escravos, a fsim como outros muitos crimes cujos authores quase sempre se encontrão nos mencionados Escravos. Tais escravos ladinos levariam à desorganização social do Pará. ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Eclesiásticos, Brasil, Pará, 1822, Maço 115, n. 1. Com este edital, a Junta circunscrevia os escravos perigosos, proibia sua entrada e indicava um responsável pela desordem que chegaria ao ponto de causar a morte dos senhores.

¹¹⁶ Santos, M. J. V., *Op. cit.*, p. 58; Ricci, M. M de O., *Nas Fronteiras da Independência: um Estudo sobre os Significados da Liberdade na região de Itu (1799-1822)*, Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1993.

¹¹⁷ Amaral, B. do, *História da Independência na Bahia*, Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957, p. 284.

A imagem, a possível repetição da temida violência de São Domingos atravessavam assim o processo de adesão ao príncipe e a quebra de relações com Portugal. A *anarquia*, inimiga tão famigerada nos panfletos cariocas e dos liberais, transfigurava-se num levante de negros. Desta maneira, muitas vezes, um inimigo na arena política poderia ser acusado de ser simpatizante dos negros, a favor da sua liberdade. Era um modo de detratar, desqualificar e até excluir um discurso, uma posição, um interesse dos debates políticos, sob a alegação de que poderiam desencadear ou levar à repetição de uma nova São Domingos, tal qual no caso da disputa dentro da elite maranhense anteriormente comentado.

Uma maneira de assinalar esta *preocupação* quanto a um levante negro e uma série de motins consiste em elencar alguns dos motins, tentando esboçar seu caráter difuso, sem coordenação geral, liderança única ou programa a ser perseguido e/ou implantado, sem almejar um único e mesmo anseio, ou um modo mais correto e verdadeiro de proceder, contando apenas com uma organização furtiva, ocasional, com certa coesão, elos e vínculos, solidadriedades e inimizades por vezes. Ressalte-se o volume de pessoas pobres, escravas, libertas, fugidas, pardas, da soldadesca, desertores, que se envolvia nestes movimentos que tiveram uma duração variada em áreas diversas do norte do país. A noção de motim ¹¹⁸ talvez precise ser melhor

¹¹⁸ O uso do termo *motim* parece adequado à medida em que se pensa numa maleabilidade do movimento, um modo de expressar o descontentamento e a curta duração deste movimento que poderia ter intentos diversos. Retiro tal sugestão principalmente da leitura de Raiol, D. A., **Motins Políticos ou História dos Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**, Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, 3 vols, sendo escritos na década de 1850. Agradeço esta indicação a Flávio Gomes. Uso basicamente neste texto o volume I. Porém, da leitura dos 3 volumes, que casam ampla massa documental ao esforço de uma narrativa e síntese históricas por parte do autor, percebe-se uma certa continuidade de tumultos e enfrentamentos que vem desde o início do XIX e vai até a Cabanagem. Para um trabalho historiográfico que recupera o motim no campo político e dentro da cidade do Brasil oitocentista, ver Graham, S. L., O Motim do Vintém e a Cultura política do Rio de Janeiro em 1880, **RBH**: São Paulo, v. 10, n. 20, mar.-ago./1991. O leitor vai reparar que o termo motim retorna com muita força em 1831 nos distúrbios urbanos do Rio de Janeiro, nos tumultos e rixas entre tropas, justamente quando a autoridade de D. Pedro vai sendo implodida e desmontada. O termo motim (re)ssurge com intensidade quer na documentação de época, quer nos escritos históricos dos oitocentos sobre o assunto. Veja o capítulo 1831: **O imperador sem finalidade**. A respeito destes escritos oitocentistas: Cônego J. C. Fernandes Pinheiro, **Motins Políticos e militares no Rio de Janeiro. Prelúdios da Independência do Brasil**, **RIHGB**, 1874, t. 37, pt. II. O autor é um dos fundadores do IHGB, pertence à geração de 1790, educada no reformismo ilustrado, era oficial das tropas, participou deste processo de desligamento entre Brasil/Portugal. Moreira Azevedo, **Motim Político de 3 de abril de 1832 no Rio de Janeiro**, **RIHGB**, 1874, t. 37, pt.II; **Idem**, **RIHGB**, 1875, t. 38, pt. II. Mello Moraes Filho, **Motins da Anarquia, Festas e Tradições Populares do Brasil**, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1979. Para o período colonial, ver o recente

explorada pela história social brasileira, à medida em que estes fugazes movimentos, marcados por uma presença das camadas mais populares, com líderes que tinham muitas vezes passagens por “tumultos” anteriores, aproveitando-se de certa mobilidade espacial, estouraram com frequência em várias partes do Brasil nesta primeira metade do XIX, conseguindo, por vezes, congrega esta diversidade étnica e de interesses, sendo um modo radical de ocupar a praça pública nas cidades e nas vilas, enquanto expunha aos senhores e às autoridades os riscos que juntos poderiam portar.

Em 1820, na vila de Cametá ¹¹⁹, desertores e aquilombados atacaram as áreas vizinhas e as embarcações que passavam. O governo reagiu através do uso de tropas, prendendo cerca de 500 escravos. Junto com esta revolta criminalizada pelos códigos de lei, associava-se, no ideário das elites, a fala do religioso Felipe Patroni, sua repercussão no interior dos debates políticos entre 1821-22 e seu objetivo de vir a ocupar o poder público no Pará. Ao formular um plano publicado no jornal *Indagador Constitucional* de Lisboa, ele propunha que o escravo pudesse usufruir a capacidade de representação ao participar das eleições e abordava a união das raças com igualdade de direitos ¹²⁰.

Os irmãos João, Julião e Manoel Fernandes de Vasconcelos encarregaram-se de espalhar estas novas pelas bandas do Pará. Desta forma e com este escrito, a presença negra/escrava extravazava a esfera dos mocambos, das fugas e das atitudes cotidianas passíveis de serem criminalizadas, combatidas e reprimidas pelas tropas e adentrava, pela porta da frente e numa proposta liberal, no jogo político, no campo da legitimidade, da representação e do direito. Ao denunciar Patroni, José Ribeiro Guimarães asseverava:

trabalho de Figueiredo, L. R. de A, *Revoltas, Fiscalidade e Identidade Colonial na América Portuguesa. Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*, São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 1996.

¹¹⁹ Esta vila tinha uma longa história de mocambos desde fins do XVIII.

¹²⁰ Vicente Salles acrescenta: *Alguns historiadores que mencionam esse documento afirmam que ele trazia como timbre duas mãos, uma branca e outra negra, em apertado entrelaçamento. Op. cit., p. 245.*

...(ele) deu um grande choque nos escravos, que conceberam idéias de liberdade... e começaram a encarar Patrone como o seu libertador ¹²¹.

Além desta atenção vigilante com os escravos, libertos, negros, com as fugas crescentes, as autoridades espiavam a aproximação entre estes e a soldadesca dentro das tropas, que também alistavam índios. Estrategicamente, tal apreensão procedia porque no Pará, _ como em outras províncias e como adiante se verá _ o modo de ocorrência da adesão local a D. Pedro passava por e incluía uma atuação e/ou mobilização das tropas que ficariam encarregadas de saudar o novo soberano, dar-lhe vivas, tornar visível a celebração de um novo contrato social. No Maranhão, a Junta Provisória oficiava a Lisboa que evitava convocar as tropas, por retirar a mão-de-obra da lavoura, deixar famílias sem sustento, *mas também poderia ser perigoso desgostar de tal modo os habitantes quando a sedução dos emissários e partidistas da independência do Brasil tomava o maior fogo em toda a parte deste reino* ¹²².

Em 14 de abril de 1823, houve uma tentativa fracassada de declarar a adesão do Pará ao eixo do sudeste, sendo que o movimento foi liderado por oficiais ¹²³ e contava com a participação da cavalaria, dos soldados do 2º. regimento, do 3º. regimento, parte da artilharia ¹²⁴. Juntos marcharam pela cidade, seguindo para o quartel de artilharia. Colocaram canhões nas embocaduras da rua do Açougue, de Santo Antônio e dos Mártires, ocupando militarmente a cidade. No entanto, ao chegarem ao parque de artilharia, o capitão Boaventura Ferreira da Silva não foi correspondido nos vivas dados a D. Pedro por toda tropa que guiava, contrariando a sua autoridade pessoal, por decorrência a do príncipe, tornando-as nulas e, na contramão, as tropas reafirmavam sua subordinação a Portugal.

¹²¹ Apud Coelho, G. M., *Ação e Reação na Província do Pará. O conflito político social de 1823*, Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 1978, p. 114-115. Outro contemporâneo teria dito: ... *os escravos principiaram a unir desde então idéias de Independência à de Liberdade, ou supressão do senhor. Idem*, p. 114.

¹²² Apud Vieira da Silva, L. A., *História da Independência do Maranhão (1822-1828)*, Rio de Janeiro: Typ. Progresso, s/d, p. 52.

¹²³ Perceba-se que a liderança deste gênero de movimento que buscava desvincular-se de Portugal através do ato de adesão, em geral, residia principalmente em oficiais das tropas que teriam uma maior possibilidade de agregá-las.

¹²⁴ Todos estes motins são apresentados e documentados por Raiol, D. A., *Op. cit.*, v. I e também recorro ao trabalho de Coelho, G. M., *Op. cit.*

Ao serem derrotados, parte dos presos seguiu para a cadeia pública, tantos para a fortaleza da Barra e outros envolvidos refugiaram-se em Marajó, na vila de Muaná. Aí, uniram-se ao proprietário de terras José Pedro de Azevedo a frente de mais de 200 homens e proclamaram a independência local em maio daquele ano. Novamente foram derrotados pelas tropas de Belém enviadas para combatê-los.

Houve, então, uma atribulada negociação dentro da elite local sobre a punição a ser aplicada. Uns queriam a execução exemplar da pena capital e outros, considerados mais *constitucionais*, defenderam a deportação para Lisboa. Decidiu-se, por fim, que os 267 réus seriam deportados, sendo 50 civis e 217 soldados. O argumento decisivo a favor da deportação residia na necessidade de diferenciar a pena dos brancos e dos negros, vetando qualquer aproximação e semelhança entre eles, a medida em que a pena capital deveria recair apenas sobre os negros/escravos. Ao aplicá-la em brancos rebeldes, a autoridade pública tornaria uns iguais aos outros, não devendo aplicar um drástico castigo físico ao branco livre.

Sob a pressão militar e política das províncias independentes de Pernambuco e Ceará, a tensão interna com a movimentação de soldados, livres pobres, pardos, libertos, escravos, de canhões, marujos, mercenários de Greenfell, em 12 de outubro de 1823, com pompa e circunstância, D. Pedro foi aclamado imperador em Belém com a concentração de 3000 homens na praça.

Contudo, no dia 15, *soldados e ébrios* arrombaram portas de negociantes portugueses a machadadas, saquearam casas e lojas, deram vivas e tiros. Os saques atingiram principalmente o comércio dos portugueses, desde aqueles ligados à antiga Companhia do Grão-Pará e Maranhão até aqueles que retiravam o sustento das feiras, tendas, boticas, açougues, comércio de víveres, sendo muitas vezes encarados pela população pobre como os responsáveis pelo preço ou escassez de alimentos.

Por sua vez, em 1823, aqueles que se reconheciam com o lado português organizaram e custearam uma guarda cívica a fim de preservar seus bens, seus familiares e suas vidas, providenciando passaportes para deixar o Brasil. A cidade estava armada e o espaço público se transformara, em poucos meses, num lugar de

constante tensão social, com enfrentamentos e tumultos, aumentando a preocupação de senhores e autoridades e o uso da violência.

Esses *turbulentos* _ de acordo com a classificação e denominação da documentação oficial da época _ de outubro eram chefiados pelo músico Maximiano e cadete Pedro Seabra, *gente da plebe*. Reivindicaram armas, munição e a demissão de certos portugueses do governo. O cônego Batista Campos pediu socorro militar a Greenfell, preocupado com novos tumultos nas ruas, que se repetiram no dia 16. O comandante estrangeiro não se fez de rogado edespachou sua guarnição, seus marujos, suas armas para a cidade. Entre os dias 16 e 17, dominou a cidade, desarmando a tropa local e *espingardeou* ¹²⁵ 5 soldados, um de cada regimento envolvido nessas desordens. Desta forma, atingia especificamente cada regimento, humilhando-o e mostrando a sua força, subordinando-o. Além disso, decretou a prisão do cônego _ que contava com vários inimigos locais _ por não saber manter a tranquilidade pública.

Ainda no dia 17, a junta de governo dissolveu os três regimentos de infantaria, alegando as moléstias, deserções, as prisões do dia 14 de abril e a participação nestes últimos tumultos. Tal atitude desmontava os regimentos que funcionavam como lugar de contato, amizade entre os soldados, uma possível solidariedade, espaço social que os reunia e armava, e permite pensar o perigo que em si portavam a ponto da autoridade provincial máxima abrir mão por completo de um corpo militar que, a rigor, defenderia seus interesses e cumpriria suas ordens. Continuando a punição desencadeada por Greenfell, 258 presos foram transferidos para o navio Palhaço sob forte repressão. Lá, ocorreu uma das cenas mais dramáticas deste período no Pará com um novo motim dos presos em virtude do pouco espaço do porão, da falta de água, do calor excessivo. As escoltilhas foram deliberadamente fechadas, a água potável negada, sendo que só sobrou a salobra.

¹²⁵ Raiol, D. A., *Op. cit.*, p. 48, a seu bel-prazer, Greenfell decidiu sem nenhum julgamento ou formalidade na atribuição das responsabilidades quem seria executado.

Encerrados ou atochados em tão estreito recinto, esses infelizes, que pertenciam a diversos partidos e cores, que convinha extremar, romperam logo em gritos e lamentos, exasperados pelo calor e falta de ar... ¹²⁶

Restaram 252 corpos, vários mutilados, a maior parte da documentação fala de apenas quatro sobreviventes. Tal massacre aumentou a desconfiança destas camadas étnicas, pobres, escravas perante às autoridades públicas e _ até onde conheço _ não houve um episódio tão violento neste processo de adesão ao príncipe e ruptura com Portugal.

Paralelo a estes acontecimentos na capital, a agitação dos livres pobres, dos soldados, dos pardos, dos libertos, dos foragidos, dos escravos, negros cresceu em Cametá, ¹²⁷ para onde vários desertores e soldados das tropas desfeitas em Belém se refugiaram, espalhando a triste notícia do Palhaço e das drásticas punições. Cametá vivia sob tensão desde a proclamação de sua adesão ao príncipe, em 28 de setembro de 1823, liderada pelo capitão de 2ª. linha José Francisco Alves que comandou a tropa e os milicianos. Um processo de adesão se deu, como uma onda, em Baião, Oeiras, Portel, Melgaço, Anapu, Igarapé-Miri, Moju, Conde Beja e Marajó, lembrando-se que, em algumas destas áreas, espalhavam-se mocambos. Isto aumentava a desconfiança dos homens da ordem.

Tentando reagir a esta adesão de Cametá, a junta provisória de Belém _ onde a adesão ainda não fôra proclamada _ enviou a escuna Andorinha, a barca de artilharia número 2 e alguns destacamentos, que agiram com crueldade, pois desferiram tiros contra a população, atacaram canoas, assaltaram sítios, mataram animais e moradores, arrasaram plantações, inclusive a contragosto e contra-ordens da junta que a remetera. Desta maneira, a junta provisória angariou a fama de má e a antipatia _ senão oposição _ da região de Cametá. A documentação refere-se a estes movimentos, identificando-os com a *guerra civil*, *comoção popular* ou mesmo como uma *revolução*. Neste mesmo período, em São Caetano de Odivelas, o soldado João Antônio Martins, conhecido como Badalejo, reunira homens do povo armados e

¹²⁶ *Idem*, p. 50.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 56 e segs.

tomara a freguesia, sendo depois derrotado. Já a vila de Vigia só foi tomada e *pacificada* pelo tenente Germano Antônio Ribeiro a frente de 150 praças ¹²⁸.

Logo, existiu uma espécie de onda de motins nestas áreas do Pará, que demandavam a intervenção armada segundo as autoridades da capital que, nem sempre e com certa dificuldade, conseguiram deter, rapidamente e por completo, tais motins e descontentamentos. Os mocambos, as deserções, já afligiam as autoridades e senhores paranses antes de 1822, porém o interessante é indicar o uso da circunstância para espraiar uma onda de motins.

Em janeiro de 1824, buscando atenuar estes problemas, houve uma troca dos comandos militares da província em favor de brasileiros, o que podia significar para as tropas o pagamento de soldos, a remessa dos enxovais, um tratamento mais digno, sendo talvez entendido como um ganho destas camadas mais pobres, populares, étnicas, contra aqueles que antes autorizaram e comandavam a violência e a repressão ¹²⁹. Prosseguindo a negociação, em março, a câmara de Cametá concedeu anistia aos sublevados, demitiu oficiais, concordou com uma moratória, às expensas do cofre público, quanto às dívidas e ao pagamento, dos víveres tomados em nome do juiz municipal e da câmara que alimentaram os revoltosos. Somente depois desta longa negociação para pôr fim a um conflito começado em setembro do ano anterior, Cametá voltou à ordem e as vilas vizinhas também. Contudo, a tensão na província continuava. Em abril, as notícias e partidários da Confederação do Equador chegavam a Belém.

Em meio aos problemas com a Confederação do Equador que acendiam as discussões sobre o federalismo, a definição de cidadão, a movimentação das camadas pobres e escravas, outros motins arrebentavam no Pará.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 76-77.

¹²⁹ Era de praxe que a junta escolhida e /ou governador de armas nomeado detivessem a autoridade, a faculdade, o privilégio de confirmar e/ou promover novas patentes de oficiais. Desta maneira, cada vez que um deles se estabelecia no governo de uma vila, uma cidade, uma província usava-se desta condição para fortalecer suas relações de amizade e aliados e, simultaneamente poderia montar uma nova ou renovada liderança local reconhecida nas instâncias política e administrativa.

Ainda em agosto de 1824, habitantes de Turiaçu, aliados a *desordeiros* vindos do Maranhão, se revoltaram ¹³⁰. Também desta feita, outras vilas vizinhas se levantaram: Bragança e Cintra. Na primeira, o comandante militar foi assassinado devido aos castigos ministrados contra o miliciano Vitorino de Brito, pois qualquer soldado poderia vir a receber _ ou já ter recebido _ tal tratamento ¹³¹. O assassinato de um oficial graduado _ a documentação refere-se a mais três mortos _ talvez soasse como um perigo a qualquer autoridade, proprietário, senhor, grande comerciante, vereador. Quando estes sublevados, no entanto, souberam da vinda de uma guarnição preparada por Belém, dispersaram o movimento, fugiram, desagruparam-se temendo as duras punições, as prisões, um novo recrutamento militar. Aqui é tentador indicar o temor e uma provável tática de dispersão para anular e/ou camuflar a autoria do levante, o reconhecimento dos envolvidos, diante de uma força armada maior e mais organizada.

No Natal de 1824, houve uma conspiração de soldados da artilharia de Belém que tentou assassinar o presidente da província e nomear outro. Ou seja, mais uma vez, a redefinição do comando da província poderia depender e nortear-se por uma movimentação de tropas. Depois de presos, os acusados foram remetidos para o Maranhão. De lá, em abril de 1826 ¹³², o soldado Antonio Vieira Barbosa voltou e liderou uma invasão a Cametá, com um bando de salteadores, desertores do regimento de 1a. linha e do próprio destacamento local, apoderando-se do quartel do comandante, sua munição, armas e prendendo muitos oficiais. Estima-se que o *bando*, que contaria com 1500 homens, promoveu ataques, roubos, saques de casas e lojas, assassinatos.

A primeira força militar enviada por Belém, foi derrotada pelos sublevados, enquanto a segunda teve sucesso. Se houve uma intervenção externa combatendo

¹³⁰ *Idem*, p. 92 e segs.

¹³¹ Os recrutas eram constantemente submetidos a maus tratos, que contribuiriam para a indisciplina e o descontentamento e, muitas vezes, a saída residia na fuga, no abandono do posto. Em 1823, o presidente da província reconhecia: *Os recrutas não são tratados em alguns lugares, não como cidadãos que vêm exercer o nobre ofício de defensores da Pátria, mas como escravos lançados em hediondas prisões...* Apud, Raiol, D. A., *Op. cit.*, p. 177. A fuga _ quer dos senhores, quer das tropas, guardadas as suas especificidades _ consistia numa prática freqüente e cotidiana para muita gente deste leque étnico, livre, escravo, pobre.

¹³² *Idem*, p. 112 e segs.

este *bando*, por outro lado, alguns oficiais presos, em conluio com um sargento deste grupo de sublevados, incentivaram que se fizesse uma festa, uma *revira com landum*¹³³. Para tanto, conseguiram a autorização dos integrantes deste *bando*. Espertamente, se valeram desta ocasião para escapar à prisão e à pena de morte, conseguindo aliados junto aos sublevados, alquebrando uma unidade existente, os vínculos entre os envolvidos. Na manhã seguinte ao baile, em um contragolpe, os oficiais encarcerados prenderam muitos revoltosos de ressaca e sonolentos.

Perceba-se então certa instabilidade da autoridade pública. Em certa medida os limites suscitados pela presença constante e pela força destes motins formados por uma gente que, em sua diversidade, vinha alcunhada sob a forma de *bando*, *turbulentos*, e que se instalavam aqui e acolá, sem um aviso prévio, muitas vezes, com participantes que poderiam continuar em suas andanças e fugas pela província ou nas regiões mais próximas, levando e trazendo notícias. Em outra direção, esta mesma instabilidade, por vezes, acirrou os antagonismos com os portugueses _ natos ou aqueles vinculados aos seus interesses _, fomentando uma adversidade e uma diferenciação dos contrários: brasileiros *versus* portugueses.

Em Pernambuco, a figura do negro/escravo chamava a atenção das autoridades, por apupar, apegrejar, insultar as tropas portuguesas, as rondas de polícia, as sentinelas, os guardas. Em março de 1822, ao discorrer sobre o quadro político-social do Recife, pedir mais policiamento e avisar quanto ao risco de anarquia ao usarem negros para atacar os portugueses, o brigadeiro José M. de Moura dizia:

... a classe dos homens de côr a mais abusada, e que menos tem a perder que em pouco tempo serão tratadas como d'antes que se preparara bacalhaos grulhetas e algumas para os submeter, e castigar. Esta odiosa ameaça commeçou a exasperar os ânimos; a mão oculta, e maligna se aproveitou do momento da efervescência de espíritos para propagar a desconfiança

¹³⁴.

¹³³ Revira, nome de um baile popular no Pará e landum consiste também numa dança popular. *Idem*, p. 121. O episódio e suas estratégias estão descritos e documentados em p. 121-126.

¹³⁴ AHU, Pernambuco, Maio 188.

Dentre estes pretos, pardos e brancos que portavam armas, pistolas, vários deles se juntaram ao batalhão de caçadores em Olinda, organizado basicamente com corpos de Goiana, aumentando a preocupação desta autoridade. O brigadeiro alertava que até os moleques de 14 anos estavam armados, com *bacamartes, pistola, clavinas, armas de infantaria, espadas, facas, punhais, chussos e cassetes* ¹³⁵. A cidade se dividia entre brasileiros e portugueses. No entanto, isto implicava também que esta gente pobre, escrava, diversa social e etnicamente se armasse e participasse das tropas ¹³⁶. Por precaução e tentando manter a unidade das tropas portuguesas, o brigadeiro Pires concentrou as companhias do batalhão de regimento número 1 de Portugal no convento de São Francisco e, cuidadosamente, providenciou que o deslocamento se desse durante a noite a fim de evitar ajuntamento de povo e novos ataques entre o que chamou de *populassa* e as tropas¹³⁷.

Entre os dias 22-25 de janeiro, arrebentou um movimento nos quartéis do Recife, com essa gama de personagens sociais contra a presença de tropas portuguesas. Restaram três mortos por assassinato e não se sabe o número de feridos, embora a devassa os mencione ¹³⁸. É interessante indicar como se deu o conflito, pois começou na rua num choque entre soldados, expandiu-se pelos quartéis e cindiu, à primeira vista, o Recife e Olinda em dois partidos: português e brasileiro. Nesta direção, serviu para se tornar uma experiência, coletiva e de cada um, em relação à pátria: forte e sentimental,.

Um soldado português, recém-chegado, fazia a sentinela na pontinha da Praça do Colégio e provocou um soldado brasileiro do batalhão de caçadores. Eles se insultaram e se atracaram. O soldado português pediu socorro, segundo a devassa, aos outros companheiros que faziam a ronda na pontinha e prenderam o brasileiro,

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ O Batalhão de Ligeiros, sob comando dos goianeses, compunha-se de *cabras e pretos*, levando um contemporâneo a considerar: ... *não passa de uma charra denominação da plebe a este ou aquele conjunto dela, mais ou menos tumultuosos e anárquicos, que nas crises políticas presentes corriam e se apresentavam, cometendo então distúrbios e vinganças durante a febre da exaltação dos ânimos de 1821 a 1822, excessos que a nenhum governo do mundo é dado absolutamente poder prevenir em tempo convulsivo e de grave e profundo antagonismo político e na existência de muitas queixas e ofensas particulares, misérias e lástimas da triste humanidade*. Apud Pereira da Costa, F. A., *Op. cit.*, p. 215.

¹³⁷ AHU, Pernambuco, Maço 188.

¹³⁸ AHU, Pernambuco, Maço 196, 7/fevereiro/1822.

maltratando-o com *pancadas, impropérios, coices de armas* ¹³⁹. Nesta altura, um *humano Cidadão*, de jaqueta, reclamou que em *tempos constitucionais* ninguém pode assim ser preso e machucado. Os soldados portugueses atacaram o *Cidadão* que buscou refúgio num armazém. Num efeito em cadeia e na sequência, o dono do armazém saiu em mangas de camisa, pois estava trabalhando, e reclamou contra aquela situação. O alvoroço, bate-boca, ameaças aumentaram. No meio da confusão, o irmão de Miguel de Souza Fontes, dono do armazém, foi alvejado com um tiro. Em seguida, o tumulto espalhava-se pelas ruas:

Ferverão ainda mais tiros da parte dos sobretidos Soldados, e de alguns mais que se destacarão da guarda principal. O Povo alvoroça-se; concorre tumultuosamente de todos os lados ¹⁴⁰.

Nisto apareceu o capitão Manoel dos Santos Ferreira que *não pacific[ou] o tumulto, aumentando-o* ao atacar com sua espada um pardo, pois não sabia se comportar moderadamente, usando as palavras certas, com gestos contidos, despertando bons sentimentos. Somente com a chegada das tropas aquarteladas no Convento de São Francisco - ou seja, portuguesas - o tumulto foi arrefecendo, havendo ainda desavenças e armas sendo disparadas. Rapidamente, o tumulto expandiu-se pela cidade e tornou-se uma oportunidade para diversos personagens sociais adentrarem a cena pública, expressarem-se.

Em Goiana, todavia, a situação não era mais tranquila e as rivalidades cresciam a ponto do tenente de 3ª. companhia do esquadrão de cavalaria miliciana da 4ª. brigada, José Antonio de Sá, dono de lojas de fazendas secas e emprego na agricultura segundo o seu dizer, se ver compelido a abandonar a cidade, porque foi cercado por *uma multidão de homens de todas as classes de cores, para mais de 50 individuos armados* ¹⁴¹. Em várias partes do norte, a distinção entre brasileiro e português passava pelo uso da força militar, pela importância política das tropas, pelos interesses comerciais, pela propriedade a ser mantida e, simultaneamente, pela sua

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ AHU, Pernambuco, Cx. 188, 1821/1822. Também consta uma lista de reclamantes a respeito da situação em Goiana para os portugueses.

heterogeneidade. Assim uma certa noção elitista de *povo* o considerava gêmeo da *plebe*, que, no entanto, adentrava o jogo político.

Em fevereiro de 1822, as ruas de Salvador causaram apreensão às autoridades locais, pela circulação de marujos armados pelas ruas, de milicianos ¹⁴² aos quais se juntaram *paisanos brancos, pardos, negros, armados e desarmados* ¹⁴³. Considerados pelo escrivão da devassa uma *guerra civil*, os tumultos começaram com a oposição, nos quartéis, à nomeação arbitrária e sem consulta local do novo governador de armas Madeira de Mello. Tal nomeação também desagradava à câmara e à junta recém-nomeada, onde predominavam os brasileiros que viam, com esta nova injunção das Cortes, o fim da sua autonomia administrativa, tolhendo sua autoridade local.

Primeiro, as tropas pediam a manutenção do brigadeiro Manuel Pedro Freitas Guimarães, então comandante da fortaleza de São Pedro, bastante popular por comandar a adesão da Bahia às cortes em 1821 e que providenciara armas e munição aos milicianos e paisanos de *diferentes cores e camadas* ¹⁴⁴.

No dia 16, uma testemunha estimava em 500 os homens mobilizados no quartel, aos poucos e até o dia 20, as tropas e essa gente de amplo leque social e étnico foram tomando a cidade, espalhando-se desde o forte de São Pedro e o quartel da legião de Caçadores, suas imediações e outras ruas ¹⁴⁵. Do outro lado, os taberneiros, caixeiros e parte dos marujos se aliaram aos corpos da tropa portuguesa que apoiavam o novo comandante, enquanto os lojistas portugueses e seus amigos temiam que pardos e pretos apedrejassem os seus estabelecimentos.

Os tumultos, entretanto, abarcavam as tropas de ambos os lados que invadiram casas e lojas. Prosseguiram com assassinatos e roubos pelos dias 19 e 20. Os relatos da época converteram o assassinato da Abadessa do convento de Nossa Senhora da Lapa, ao tentar defender seus domínios, no ápice da desordem. Naqueles

¹⁴² AHU, Bahia, Cx. 255, Doc. 44, 18/fevereiro/1822.

¹⁴³ AHU, Bahia, Cx. 256, Doc. 19, 13/março/1822, depoimento de José Moreira da Silva. Ver também Cx. 256, Doc. 26, 16/março, 1822.

¹⁴⁴ AHU, Bahia, Cx. 256, Doc. 19, 13/março/1822.

¹⁴⁵ Amaral, B. do, *História da Independência na Bahia*, Salvador: Livraria Progresso Ed., 1957. Esta ocupação da cidade aparece no capítulo 2, nos depoimentos da devassa aí arrolada e AHU, Bahia, Cx. 256, Doc. 10, 7/março/1822. Tavares, L. H. D., *A Independência do Brasil na Bahia*, Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1977, p. 23-50.

dias, parte da população fugiu para o Recôncavo. Apenas sob forte repressão, Madeira de Mello assumiu seu novo posto e manteve o pulso sobre a cidade. Desta maneira, incentivou a fuga de outros tantos oficiais, soldados e civis ¹⁴⁶ para o Recôncavo, onde se organizaram as tropas brasileiras, a Junta de Conciliação e Defesa e a Caixa Militar. Enquanto isto, Salvador se transformava em reduto português e espalhava-se a repressão contra os brasileiros.

Percebe-se nestes episódios destas províncias a preocupação com a desordem suscitada pelas tropas, pois abarcavam pobres livres, negros, libertos, escravos, inclusive índios, bem como comportavam-se como mais um lugar de rivalidade entre portugueses e brasileiros, levando parte da população civil a aderir aos batalhões que expressassem e concordassem ou se aproximassem com seus interesses e opiniões. Estabelecia-se, na tropa, uma rede de solidariedade e/ou obediência que poderia ser: entre o oficial e o subordinado ¹⁴⁷; entre os comandantes ou entre os próprios soldados. De alguma forma, a tropa se constituía em um lugar tanto de coesão quanto de tensão social e política e sua mobilização tanto poderia sustentar uma determinada posição _ o novo comandante no caso baiano ou a adesão a D. Pedro em Belém _ quanto funcionar como um estopim, uma ocasião especial, para expressar descontentamentos ou reivindicações, enfim poderia propiciar uma presença popular nas ruas e praças públicas.

Além de temer esta circulação, a desobediência das tropas e a falta de controle das autoridades sobre estas, temia-se a possibilidade de um levante negro/escravo e seus atos de resistência no cotidiano. De vários pontos vinham notícias que aumentavam o temor dos senhores e das autoridades.

A Bahia já vivia um ciclo de rebeldia negra/escrava entre 1807 e 1835 _ desde os haussás até a revolta dos malês _ segundo João José Reis ¹⁴⁸ delineado por um

¹⁴⁶ Madeira de Mello chegou a fazer uma Proclamação sobre o êxodo de Salvador, Amaral, B. do, **Op. cit.**, p. 167-168.

¹⁴⁷ No Recife, durante setembro de 1822, o mulato e capitão Pedro Pedroso foi nomeado comandante do exército devido à sua popularidade junto à *plebe* da cidade, conhecido por se confraternizar com negros e mulatos. Carvalho, M. J. M. de, **Op. Cit.**, p. 43.

¹⁴⁸ Reis, J. J., *Slave Resistance in Brazil: Bahia, 1807-1835*, **Luso-Brazilian Review**, 1988, v. 25, n.1. Stuart Schwartz sublinha o caráter singular deste ciclo baiano: *Na longa história da resistência contra a escravidão brasileira não houve, de fato, nada parecido com a série de revoltas e conspirações que sacudiram a cidade de*

forte traço étnico, com ocasionais aproximações entre negros e brancos, e aproveitando-se da situação de conflito que a ruptura com Portugal, o amplo debate liberal, a movimentação militar implicavam. Eduardo Silva e João José Reis sublinharam importância do *partido negro* no jogo das correlações políticas, definindo-o:

... era ao mesmo tempo uma contrução ideológica da elite e um fenômeno absolutamente real. Neste último sentido ela significava os vários grupos negro-mestiços de escravos, libertos ou homens livres que, cada qual à sua maneira, tentaram negociar uma participação no movimento da Independência, ou subverter a própria ordem escravocrata no conflito luso-brasileiro ¹⁴⁹.

Ora, parece importante frisar que paralelamente ou no bojo destes conflitos militares, das tropas, de uma gente pobre livre, branca, crioula, parda, negra, escrava, liberta, poderia também ocorrer um levante escravo encarado, *no limite*, como o maior perigo a ser enfrentado. Madeira de Mello ao avaliar a situação da Bahia aproximava-a de São Domingos e, assim, expunha a sua preocupação:

Parece que este Paiz se esforça, para buscar a sua destruição; elle está sendo o Theatro das operações de diversos partidos, que são agitados por oppostos interesses, e se o partido Constitucional não for levado ao estado de poder obstar por meio da força ao progressivo desenvolvimento dos outros, em breve se verá separar-se este Reino da May Patria; e chocarem-se os diversos elementos de sua população, repetindo-se talvez as funestas scenas da Ilha de São Domingos.

...

Os Negros tanto fora como na Cidade, tem dado demonstracções de quererem levantar-se ¹⁵⁰.

Os próprios negros/escravos referiam-se ao Haiti e a São Domingos nestas primeiras décadas dos oitocentos, quer abertamente nas ruas, quer habilidosamente, como deixaram em suspenso, na devassa aberta no Maranhão ¹⁵¹.

Salvador e a zona agrícola contígua, o Recôncavo, entre 1807 e 1835. *Op. cit.*, p. 373. Tal série de revoltas deve ter pesado na conformação do *partido negro*, pois as pessoas aí envolvidas poderiam saber, ter participado ou ouvido falar deste processo de luta.

¹⁴⁹ Reis, J. J./Silva, E., O jogo duro do Dois de Julho: o "Partido Negro" na Independência da Bahia, *Negociação e Conflito...*, p.80.

Os negros/escravos se valiam especialmente das procissões, do calendário religioso para levantar-se, dar o primeiro sinal de uma revolta. Por isso, Madeira de Mello comentava: *No dia 19 de Março huma multidão d'elles apedrejou huma procissão feita pelos Europeos e cometterão outros insultos* ¹⁵². Neste dia, comemorava-se o dia de São José, padroeiro dos portugueses, em plena freguesia da Conceição da Praia, praça comercial da cidade na qual preponderavam negociantes, caixeiros, gente do reino. Segundo comentário de dona Maria Bárbara Garces Paulino, mais de 700 moleques _ jovens negros _ arremessaram pedras do alto dos morros de Salvador, atingindo o andor, o santo, os devotos lusos e acabando com a solene procissão. A esposa do deputado Luis Paulino comentava:

Fazia dó ver a quantidade de gente a quem deram a matar ¹⁵³.

Os negros e escravos, muitas vezes neste período, se valeram mais da oportunidade das festas religiosas, das procissões ¹⁵⁴ e nem tanto das paradas militares para desencadear e marcar o início de alguma rebeldia. Pois esta própria ocasião de estar na rua, encontrar desafetos e companheiros, deparar-se com senhores mais visíveis e expostos, sob o barulho de vivas, rojões, cantorias que camuflava as primeiras movimentações, servia para aumentar o convívio entre os negros, escravos, pardos e tornar a rua e a praça pública um lugar de tensão já a parada militar, desde o seu início, contava com os soldados, oficiais, armados e postados.

Em mais de uma vez, as festas foram o momento, o motivo de escárnio ou mesmo de ataque físico contra os portugueses ou, no seu inverso, dos portugueses desdenhando e desaprovando as atitudes de D. Pedro. A festa, vez por outra, se transformava também num modo de expressar a insatisfação com o governante,

¹⁵⁰ AHU, Bahia, Cx. 257, Doc. 3, 2/abril/1822.

¹⁵¹ Stuart Schwartz alerta para um maior impacto da revolução em São Domingos no ideário dos senhores em comparação à sua presença entre os próprios negros. Funcionava enquanto uma presentificação e representação do temor de uma revolta negra em grande escala e capaz de abarcar uma gama de negros em suas várias procedências africanas, os nascidos no Brasil, os mulatos. *Op. cit.*, p. 374.

¹⁵² AHU, Bahia, Cx. 257, Doc. 3, 2/abril/1822.

¹⁵³ França, A. d'O. P. da, *Cartas Baianas (1821-1824)*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 112-113.

¹⁵⁴ Quanto à escolha e recorrência de uma data religiosa para começar alguma rebelião escrava/negra, ver Reis, J. J., *Quilombos e revoltas*..., p. 31.

desprezando os signos da realeza, zombando de um retrato, negando-se a reverenciar uma autoridade.

Na comemoração do aniversário da rainha, em Salvador, os soldados brasileiros se negaram a comparecer, exceto os do Esquadrão da Legião que se uniram ao exército português ¹⁵⁵. A ausência dos soldados diminuía a aprovação do rei, a sua autoridade, pois negavam-se a dar os vivas à rainha, a saudá-la e reiterar sua obediência. De certa forma, consistia num modo de se negar a ser um súdito. Dona Maria Bárbara justificava tal ausência em função dos maus tratos distribuídos pelos oficiais contra a soldadesca de modo que interpretassem na autoridade que lhes era mais próxima e brutal uma continuidade do mando real. Cabe aqui lembrar que, depois da sua difícil vitória em Salvador para tomar posse do governo das armas, Madeira de Mello confirmou e promoveu oficiais que lhe eram leais em detrimento de outros e, por sua vez, os oficiais aliados poderiam repreender ou constranger os soldados nos quartéis ¹⁵⁶.

Ainda nas *Cartas Baianas*, a devotada esposa relata que alguns oficiais portugueses num jantar no dia de São João em 1822:

...não sei em qual dos clubes e, em antes de se sentarem à mesa, trouxeram o retrato do Príncipe, em ar de enterro. Meteram-no debaixo da mesa e, a cada saúde que faziam, deitavam os pingos sobre o dito retrato. Que horror! Eu tremo só de pensar nisto. O filho do Chefe da Monarquia, do bom, do piedoso D. João Sexto, assim achincalhado! ¹⁵⁷

No Recife em maio de 1822, o recém-chegado marquês de Angeja achou que era de sua obrigação comemorar o aniversário de D. João VI. Vestido em sua melhor farda, foi saudar o general José Correia de Melo. Em pouco tempo, o quartel general foi cercado por uma multidão, a maioria armada, *que pretendia ver naquele ato de corte, uma traição. A multidão crescia em número, o quartel-general trançou-se o mais que pôde, e o medo dentro dele era tão excessivo como a fúria dos sitiante*s ¹⁵⁸. Era uma franca demonstração contrária ao mando português, uma represália ao rei que desencadeara

¹⁵⁵ *Cartas Baianas*, Op. cit., p. 111.

¹⁵⁶ AHU, Bahia, Cx. 256, Doc. 10, 7/março/1822.

¹⁵⁷ Op. cit., p. 137.

¹⁵⁸ Pereira da Costa, Op. cit., p. 235.

uma forte repressão contra a província em 1817, e num momento em que ainda não se tinha fixado e instituído de vez a soberania na figura de D. Pedro. Ou seja, se as procissões, festas de matiz religioso, foram por vezes palco de tumultos das camadas mais populares, funcionando como datas para tentativas ou efetivação de levantes escravos/negros, as festas oficiais em torno da família real também propiciavam a demonstração da vontade deste “povo” frente ao soberano, sendo que aí as tropas em sua diversidade étnica e de classe adquiriam grande relevância, à medida em que a própria noção de tropa os aglutinava, enfileirava e impunha uma certa disciplina.

Estes motins espalhados pelo norte do país, estas festas ridicularizando e subvertendo os signos do poder, as vertentes liberais em choque, os enfrentamentos no poder local dilatavam as noções de direito e, em certa medida, de pátria. Sendo, muitas vezes, entendidas pelas autoridades públicas e elites como uma necessidade de impor um maior controle social mesmo que isso implicasse no uso da violência. Denota-se, nestes motins, a dificuldade de estabelecer uma ordem pública, cuja solução passava pela necessidade de lançar mão da violência física, da repressão, muitas vezes combinada a uma concessão de anistias, demissão de oficiais, negociações como no caso de Cametá e as vilas vizinhas em 1823-24. O processo de adesão ao imperador implicava, portanto, numa ampliação e ativação da noção de direito e também o emprego da violência, enquanto controle social ¹⁵⁹, sem necessariamente esta constituir-se na única ou imprescindível resposta daquele ou, então, estabelecerem entre si um nexos causal ou de exclusividade.

Em janeiro de 1822, quando estourou no Recife aquele motim envolvendo militares, a população pobre, os cabras, os pretos, milicianos, paisanos – segundo a documentação – *três insignificantes homens de cor forjaram (sic) uma representação com 600 assinaturas, dirigida à junta provincial* ¹⁶⁰, e reivindicavam a expulsão das tropas portuguesas e a proibição de um novo desembarque. O problema, no entender da junta, residia na legitimidade da representação e o significado de acatá-la e tratá-la

¹⁵⁹ Ver o bom trabalho de Carvalho, M. J. M. de, *Op. cit.*, especialmente o capítulo *The Construction of the Repressive Institutions*.

¹⁶⁰ Pereira da Costa, *Op. cit.*, p. 203.

enquanto obra de um cidadão ¹⁶¹. Vale dizer que, de um lado, estes *insignificantes homens de cor* se viram no bojo da esfera política, da legitimidade e recorriam a um expediente que os tornava homens com direitos, no limite a um passo da cidadania. Por outro, a junta prontamente recuou ao perceber o precedente que abria. Um agente francês alertava numa correspondência a D. João VI quanto ao risco iminente de debater o direito, cujo desdobramento alcançaria o tema da liberdade tão contraditório e avesso à escravidão ¹⁶².

Neste sentido, a adesão a D. Pedro deveria também significar e implicar o estabelecimento e/ou continuidade da ordem social, com outros ou renovados instrumentos de coerção, nos quais se calcassem a legitimidade das elites, dos senhores, das câmaras, das autoridades. À *persona* do príncipe se associava necessariamente um conjunto de regras, leis, vigilância e repressão sociais que atendessem ao poder local e à dominação. Na primeira hora da agitação em Cameté no ano de 1823, foi enviado um bispo, encarregado de solucionar as richas em aberto. Ele explicitava esta rede de interesses num discurso onde procurava congregar a população, evitando outros motins, transfigurando a própria ordem no corpo do imperador:

Como pode viver o imperador, se lhe falta a vida da lei, quando se faz o contrário do que ele manda? A influência das leis no corpo político é o mesmo que a circulação do sangue no corpo humano; ora assim como suspensa a circulação do sangue, perece o corpo, do mesmo modo não pode subsistir a sociedade, sem se observarem as leis do sumo imperante, que é a sua

¹⁶¹ Existiu durante o período colonial uma prática comum que permitia a qualquer um — inclusive um escravo — enviar uma representação ao rei português expondo suas dificuldades, as injustiças sofridas, as necessidades e causas pendentes, combinadas às solicitações e pedidos que iam desde a concessão de mercês até a dispensa do serviço nas tropas. Uma representação percorria um trajeto burocrático da colônia à metrópole, passando por várias instâncias, mas reportava-se diretamente ao rei, como se entre o requerente e o rei se travasse um diálogo aberto e direto. Ora, neste começo da década de 1820, era preciso definir o reconhecimento desta representação destes três homens negros ou o seu descarte, pois qualquer decisão apressada poderia trazê-los para o campo e o exercício do direito.

¹⁶² Em seu *Sumário*, o autor anônimo dizia: *Se se continua a falar dos direitos dos homens, de igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: liberdade, palavra terrível e que tem muito mais força num país de escravos do que em qualquer outra parte*. Mott, L., Um documento inédito para a história da independência in Motta, C. G., 1822: *Dimensões*, São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 482.

cabeça, e o encarregado de transmitir a todos os membros pelo veículo das leis o espírito vital, mantendo-os em perfeito equilíbrio para o bem geral de todos e de cada um em particular ¹⁶³.

A aceção e o emprego da lei pautavam e perpassavam a adesão firmada em D. Pedro. Daí surgia uma prerrogativa que insistia na necessidade de uma constituição plasmada à *persona* do príncipe. Pois, no limite e na ausência destas leis, como definir o crime de levante desta população diversificada, o seu direito de participar do jogo político, frente aos dilemas colocados pela liberdade e soberania popular tão apregoados nas falas liberais? Surgiam impasses quanto à maneira de criminalizar os atos mais populares, de escravos, dos soldados, dos desertores, fugidos, libertos, das camadas mais pobres urbanas e abria-se a possibilidade de virem à tona os modos de (re)significar suas vidas, quer nas representações enviadas às cortes e câmaras, quer através dos motins. Logo, tais motins na região norte-nordeste _ bem como a reunião de eleitores no Rio em 1821 _ alargavam a noção de adesão e forçavam as elites a saber dessa gente taxada, em geral, de *turbulenta* ¹⁶⁴.

Por outro lado, estes escravos, negros, mulatos, pobres, livres, libertos, fugidos, desertores, vislumbraram novas chances de vida e uma mudança na sua condição social a partir destas alterações da esfera política, inclusive na composição da Junta de governo, o que dilatava a sua participação neste processo de autonomização do Brasil, ainda que não visassem, em última instância e deliberadamente, a independência. Talvez procurassem muito mais (re)significar suas vidas, porém o problema da reordenação dos poderes públicos reverberava para além dos ditames e controles estritos desta elite. Mas _ vale dizer _ no âmbito destas elites temia-se, *no limite*, que tais reformulações do poder institucional abrissem brechas para a participação ou expressão escrava/negra ou, então, que estes viessem a forçar tal situação através de um levante. Temia-se uma presentificação de São Domingos, numa espécie de potente antítese à autoridade de D. Pedro. Tal idéia

¹⁶³ Apud Raiol, D. A., *Op. cit.*, p. 59.

¹⁶⁴ Marcus Joaquim Maciel de Carvalho com acuidade afirmou: *Military service in the wars of independence and Cisplatine War (1825-1828) helped to raise the political consciousness of the poor population.* *Op. cit.*, p. 8-9.

também servia, estrategicamente, para identificar e detratar o adversário político do momento, como se viu em São Luís.

Talvez não seja exagerado apontar que houve um instante _ diverso em cada localidade e vivido de modos variados _ de basculamento das tensões sociais, dos anseios dos protagonistas sociais, que concorria para a fundação deste Brasil, enquanto corpo político autônomo. Momento em que vicejaram multifacetados desejos sociais e podia-se vislumbrar uma existência melhor. Em determinado instante, riscos e fraturas sócio-políticas poderiam se efetivar, pondo em risco os bens e os senhores. Este temor da presentificação de São Domingos e a *persona* de D. Pedro rivalizavam-se, ou seja o espelho da ordem e sua pior perversão corriam juntos. Neste instante, apostar na ordem pode ter sido capital e, simultaneamente, tal basculamento ritmava o acontecer das mudanças.

A ADESÃO E O POVO DO IMPERADOR

Era necessário, frente a possível turbulência e visando assegurar a adesão à *persona* do imperador constitucional, bem definir quem constituía o povo do imperador, investindo nos bons sentimentos entre eles e na obediência à autoridade máxima. O processo de adesão local enredava em si as tropas, o ato na praça pública, o juramento, a aclamação, depositando sua lealdade e consentimento no monarca constitucional, no entanto deveria se estabelecer um modo mais correto e verdadeiro de demonstrar esta adesão. Neste sentido, redefiniram-se a importância, os usos, os sentidos das tropas e da praça pública, erigindo-os no povo do imperador e no local onde se celebrava o novo contrato social, fora do âmbito de uma assembléia, das Cortes. É preciso matizar um pouco mais o processo de adesão que barrava os tumultos tanto com a violência, repressão, quanto positivando a representação da nova autoridade e sua capacidade de criar mecanismos moduladores da ordem. Antes de mais nada, as câmaras garantiram a instauração de uma assembléia constituinte, porque também desejavam participar da formulação das leis.

Ora ao escolher a independência ¹⁶⁵, optava-se pela monarquia constitucional corporificada em D. Pedro _ não valendo o contrário_, sendo que existia uma interpretação também vinda debaixo, popular, que via no rei a cabeça do corpo social. A solução encontrada, no âmbito das câmaras e nos círculos do sudeste a fim de garantir a ordem, imbricava uma à outra. Tal monarquia casava, intrinsecamente, o rei e a constituição, a Vila Nova da Rainha do Caeté expunha essa relação:

... se entende uma Constituição liberal, na qual o Imperador tenha todo o poder e esplendor compatível com a liberdade; que detestavam todas as formas democráticas em que o Corpo Legislativo é tudo e o Rei é nada; e que por conclusão desejando ardentemente a instalação da nossa Assembléia Constituinte e Legislativa para obrar de acordo com o Chefe da Sociedade na confecção das Leis; que hão de obrigá-lo, e aos seus súditos... ¹⁶⁶

Igualmente, no bojo desta adesão, celebrava-se o laço entre o imperador e o cidadão-súdito ¹⁶⁷, por intermédio da recorrência à figura do *coração*. Em D. Pedro, pulsava o coração deste novo contrato regido pela promessa de regras constitucionais, criando uma correlação e aproximação entre o imperador e o Brasil, enquanto corpo político autônomo ¹⁶⁸. Numa **Proclamação** de fevereiro de 1822, D. Pedro recomendava aos brasileiros obediência, valendo-se mais uma vez desta metáfora do coração que envolve as emoções:

... praticai as virtudes sociais que requer o sistema Constitucional: e confiai que assim como Me vistes incansavel e constante no proposito de afastar para longe os germens da discórdia civil, sem o sacrifício de vossas Vidas, a que o Meu Coração não podia acomoda(r)...

¹⁶⁵ Substituiu-se a palavra revolta ou rebeldia pela independência, como propusera, numa operação acéptica, o deputado Vergueiro a respeito de 1817 em Pernambuco e que acabou por cunhar a autonomização do Brasil. Pouco antes, entre janeiro-agosto de 1822, a independência significava a capacidade da sociedade de gerar um corpo de leis que regulasse os negócios entre os homens livres. A assembléia, convocada em junho de 1822, aludia à recusa da ingerência das Cortes nos negócios internos ao Brasil, no seu mercado e mundo do trabalho. Uma ou outra não implicava numa necessária separação de Portugal.

¹⁶⁶ *As Câmaras...*, *Op. Cit.*, v. 2, p. 68, fevereiro de 1823. Nesta documentação a expressão vassalo, tão comum e quase de praxe na correspondência real durante o século XVIII, desaparece em favor do súdito.

¹⁶⁷ A câmara de Salvador chamava o *povo* da cidade que aderiu a D. Pedro de súdito, *Op. cit.*, v. 1, p. 152, em outubro de 1823.

¹⁶⁸ Observe-se que, desta maneira, desaparecia por inteiro a fundação da monarquia lusa pautada no milagre de Ourique, num desígnio divino e na sua intervenção no mundo dos homens. Desta feita, o príncipe nascia de uma vontade dos homens livres e laica, embora se imbricasse, de várias formas, aos ritos católicos, como se vê em *As Festas do Imperador*.

Em troca se comprometia: *sempre tereis em Mim o guarda vigilante de vossos sagrados Direitos e o Protetor zeloso de vossas justas representações e interesses* ¹⁶⁹.

Por parte do cidadão-súdito, evocava-se uma amorosidade para com o Brasil, além de fidelidade e obediência com o governante, recontadas inúmeras vezes na evocação do amor ou ternura paternal, considerando que uma compreensão do coração ¹⁷⁰ não excluía a outra, antes reforçavam-se mutuamente. A tentativa de criar uma autoridade coesa em D. Pedro se amalgamava a um antigo tributo do rei: a paternal ternura, a atenção de um pai que sabe castigar e recompensar seus filhos queridos nas horas certas e, num efeito especular, acabava com as turbulências e motins.

A origem de D. Pedro, portanto, na qualidade de imperador advinha de sua condição dinástica, recombinação com esta espécie recorrente de *eleição*, como se dizia, ocorrida em muitas vilas brasileiras a partir de junho de 1822. Apesar de insistente, gostaria de citar a descrição dos procedimentos da Vila Nova de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira na Bahia que realça esta eleição e exemplifica esta situação. Era a mesma localidade que enviara a representação com mais de mil assinaturas para Lino Coutinho e que capitaneou a adesão baiana à independência contra as forças de Salvador:

... logo pelo mencionado Procurador o capitão Manuel Teixeira de Freitas, foi dito, que havendo-se consultado a vontade dos Cidadãos, e homens bons do termo desta Vila sobre a Aclamação do Sereníssimo príncipe o Senhor Dom Pedro de Alcântara, por Imperador Constitucional do Brasil em a Vereação do dia vinte e oito do mês de dezembro do ano próximo passado, como consta do competente termo, e sendo declarado por todos os sobreditos Cidadãos,

¹⁶⁹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, Suplemento ao n. 23, 21/fevereiro/1822. D. Pedro aliava a sua intervenção pública tanto com sua presença nas paradas militares, nas festas reais, quanto com o constante recurso das proclamações que assinava, embora a autoria fosse de outros.

¹⁷⁰ Sob hipótese: talvez esta recorrência ao coração mediando sentimentalmente e de maneira irreversível o príncipe e o súdito também se deva à noção de que guiado pelo coração e pelas luzes, o governante seria justo. Além de estreitar, intimamente, a ligação entre um e outro a ponto de que a desistência deste elo carnal, sanguíneo e tão orgânico, suscitaria uma dor tão terrível a este corpo o levaria a uma morte intensamente sentida.

*e homens bons, que era sua liore vontade, e que sem constrangimento algum queriam levantar, e reconhecer por seu Imperador Constitucional ao Excelso Príncipe...*¹⁷¹

Conquanto, nas câmaras, as elites locais com muitos embates elegessem D. Pedro, valiam-se do seu *direito natural* de escolher o governante e a forma de governo. No entanto, tinham encontrado uma maneira de perpetuar seu poder local à medida em que o votante só se fazia ouvir e representar por meio das próprias câmaras. Ato contínuo a esta eleição, precisava-se tornar visível e pública a opção de D. Pedro, o que se dava pelo auto de aclamação e por uma festa, organizada pela câmara, com procissão, pódio, estandarte imperial, bênçãos, sermões, solicitação de retratos de D. Pedro para serem reverenciados. Dito de outro modo: a festa de aclamação consubstanciava o contrato frente a toda vila, perante todo o povo ¹⁷². Não se tratava de uma outra coisa ou de um outro momento da *persona* de D. Pedro, antes entremava-se à sua formulação contratual. Neste sentido, cada vila que de algum jeito exaltou D. Pedro numa aclamação, realizada obrigatoriamente na praça pública, instaurava um acontecimento imbuído de duplo significado: tanto enaltecia a independência do Brasil, quanto adería ao novo soberano. Fundava, portanto, um corpo político autônomo no qual seus participantes, em tese, se reconheceriam enquanto *cidadãos*, e ainda mais como *patriotas*. Daí, a importância de enviar a descrição da aclamação ao Rio, documentando a adesão.

Mesmo ao subjugar os inimigos, chamados de *européus, facciosos, portugueses, promotores da comoção popular*, os comandantes militares, Labatut e Cochrane, exigiam o ato da aclamação, finalizando e concretizando a adesão da província. Labatut avisava, num tom de ameaça, à Junta de um Piauí conflituado, em dezembro de 1822, que lutava num campo de batalha na Bahia, ou seja que estava ameaçadoramente por perto. Lá 200 portugueses morreram, ficaram 300 feridos e, além disso, elencava seus novos recursos militares: o bloqueio naval, a vinda de mais batalhões do Rio de Janeiro e 2000 mineiros. Ao terminar seu aviso, exigia:

¹⁷¹ *As Câmaras....*, v. 1, p. 135, datado de fevereiro de 1823 e trata-se da atual Cachoeira.

¹⁷² A câmara da Vila de Baependi ressaltava: ... *que queriam mostrar com maior afêro, e adesão à Causa Luso-Brasileira, e que para o fazerem publicamente, queriam fazer celebrar uma Missa Solene ao espírito*

Neste Termos Vossas Excelências aclamem imediatamente o Imperador: não é uma efêmera facção quem lhes persuade, é o Brasil, unido em massa, é a nossa honra, é a divisa que honrosamente tomamos, e que a temos nos nossos braços transcrita, e fielmente copiada dos nossos corações; e se houver algum malvado que nessa Província se oponha à Aclamação do Imperador, conte com não existir, eu farei marchar tropas; e as baionetas, qual fluido elétrico, espalharão o calor do patriotismo e honra brasileira ¹⁷³.

À medida em que a adesão ia se espalhando, o Brasil tomava corpo, tornava-se dos brasileiros mesmo que sob a mira das armas ou no ritmo deste *fluido elétrico*, no qual se denota a capacidade de expansão, a força da energia, a vitalidade e uma alusão à luz.

Quem, então, nas câmaras assinava tal *adesão*? Como as pessoas se auto nomeavam neste processo de escolha? As longas listas de adesão, contando com milhares de assinaturas, no cômputo geral das muitas vilas, revelam basicamente uma proliferada e insistente presença militar, a par dos que se identificam enquanto vereadores _ homens da câmara. Ao declarar sua condição social, a maioria dos eleitores destas câmaras designavam sua atividade junto às tropas ou milícias, desvincilhando-se da necessidade de elencar sua posição de proprietários, negociantes, lavradores, enfim de explicitar sua condição de senhores ou de protagonistas que viviam do seu comércio em retalho, serviços prestados nas ruas, tavernas, dos que trabalhavam a jornal ou recebiam soldos. Igualmente ao se referir aos soldados e praças, apagava-se a heterogeneidade social da população pobre livre, negra, mulata, crioula, dos libertos e escravos. Escolhia-se e construía-se uma clave capaz de abarcar personagens sociais tão distintas dentro de uma mesma hierarquia, numa linha de continuidade, numa expressão verbal e física das tropas sob uma disciplina ditada pelo estado. Numa resolução de março de 1822, D. Pedro condenava qualquer discordância interna das tropas:

Santo, um discurso análogo às circunstâncias, um Te Deum Laudamus, e alguns espetáculos públicos, que coubessem na urgência do tempo ..., **Op. cit.**, v. 2, p. 13.

¹⁷³ *As Juntas....*, **Op. cit.**, v. 1, p. 210-211. Também no Maranhão, Cochrane ordenava a aclamação, p. 125 por exemplo. Repare-se na alusão comparativa entre a independência, a ação das tropas, o patriotismo, e a eletricidade é muito recorrente neste momento. No Rio de Janeiro, artigos de jornais falavam do grito, do mote da Independência ou Morte, que *eletricamente* percorria o país.

A desconfiança excitada entre a tropa da mesma nação (que horror!!!) tem feito com que algumas cabeças esquentadas e homens perversos, inimigos da união de ambos os hemisférios ¹⁷⁴.

Convém, contudo, assinalar que houve uma série de alterações em meio às elites locais neste início da década de 1820. O expediente da mudança da estrutura de poder e autoridade com a instalação das juntas, o aparecimento do governador de armas a par de um intenso debate acerca de quem simpatizava com a *causa do Brasil* se opondo aos que se perfilavam a Portugal, criaram brechas para que grupos arraigados ao Brasil ganhassem força política, ampliassem sua presença e importância na burocracia, no comando das tropas, em prestígio social. Eram homens que tinham seus interesses vinculados à autonomização do Brasil, sobretudo com as rotas de comércio, a organização dos negócios, a propriedade da terra e a sua exploração, o tráfico de “almas”, a mercantilização da terra e do trabalho.

Em vários lugares, houve uma espécie de dança de cadeiras na ocupação dos cargos públicos, pois ao acusar um português de não aderir e/ou demonstrar devidamente a sua fidelidade à *causa do Brasil*, podia-se alijá-lo de algum serviço na burocracia em prol de alguém que fosse leal a tal causa ¹⁷⁵. Da mesma forma, antigas richas passavam a ser acertadas por conta deste embate em torno da autonomização do Brasil, sendo o caso mais notável, aqui, as revanches e disputas em Pernambuco que evocavam o movimento de 1817. De modo geral, abriu-se um espaço para uma reordenação das elites, mas que nunca chegou _ em função delas _ a ameaçar a

¹⁷⁴ Apud, Pereira da Costa, *Op. cit.*, p. 230. Apesar das divergências com o imperador, Frei Caneca também exigia uma obediência incondicional das tropas, sem dissenções: *Infeliz da pátria, em que o soldado é philosopho. As suas virtudes são a fortaleza no corpo, o valor n'alma, paciência nos trabalhos, a vigilância na campanha, a continência nos costumes, a fidelidade à pátria, a subordinação aos chefes. Quando passando desta linha de demarcação, pretendem mexer na ordem pública. Obras Políticas e Litterarias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, Recife: Typ. Mercantil, 1835, p. 396.

¹⁷⁵ Adiante trato mais amiúde o caso de Minas e São Paulo nas *Viagens do Imperador*, mas para exemplificar basta lembrar as listas do Maranhão que arrolam os que deixam os cargos em favor de outros, qualificando os novos empossados pela condição social e pelo civismo. O tesoureiro da junta era Antônio José Saturnino da Mercês, *um português, inimigo da causa, pouco exato de seus deveres*, que foi substituído por Manuel Gomes da Silva Belfort _ membro de uma rica família de posses e letrada _, *brasileiro, lavrador abonado de reconhecida capacidade, e honra*. Em geral houve um abasileiramento dos cargos, possibilitando inclusive uma ascensão dentro da burocracia. Porém havia com frequência situações de um português *abonado, honrado, jurado na causa*, assumindo o cargo deixado por ou do qual fora demitido algum outro português, como José Pereira Pinto que substituiu Joaquim Clemente Duarte nesta tesouraria da junta por ser um *européu, abonado, de reconhecida fidelidade, indiferente aos acontecimentos públicos*, *As Juntas...*, *Op. cit.*, v. 1, p. 107-108.

querida ordem pública, apesar da violência verbal e física com que muitas vezes se chocaram.

Ao assinalar sua posição de comandantes, oficiais, alferes, tais homens evidenciavam uma profunda ligação com D. Pedro já que este se comportava como o comandante militar maior do Brasil. O direito dinástico o colocava nesta posição de chefe militar. Ele também convencia os comandantes e oficiais por saber ocupar, habilmente, a praça pública, valendo-se da presença das tropas, como fizera no 26 de fevereiro ou no começo de janeiro de 1822.

Se de um lado, este papel militar e de milícia se coadunava com o imperador, por outro, reiterava a ordem hierárquica dentro da vila, onde em geral todos os homens livres, forros, mulatos, tinham um lugar nesses corpos armados, nessas tropas e/ou milícias. Os recenseamentos do final dos setecentos destacavam o elevado número de mulatos e negros em forças coloniais no Terço de Henriques ¹⁷⁶, havendo casos de guerra em que se convocava o escravo para atuar como soldado como nas guerras de independência baianas, nas forças de Goiana em Pernambuco.

O posto de oficial militar reforçava a continuidade entre o local e a própria figura de D. Pedro, ao mediá-la, porque uma ordem e/ou um comportamento, aprovados a respeito da maneira pela qual as tropas e milícias deveriam proceder em nome da *causa do Brasil*, para tramitar do Rio a um roceiro distante, um escravo baiano, precisava passar por um senhor que ocupava um cargo de oficial, funcionando como um elo de comunicação. O oficial, por sua vez, podia valer-se da relação de favores estabelecida, ao longo dos anos e/ou no trato cotidiano, com os soldados, praças, e outros oficiais – pois muitas vezes a sua nomeção dependia de uma decisão local de um comandante mais elevado na hierarquia. – a fim de que participassem mais ativamente ou não desta adesão política. Basta lembrar que os corpos dos regimentos auxiliares eram formados e financiados pelos mais abastados fazendeiros, proprietários e negociantes locais que arregimentavam, quando

¹⁷⁶ O Terço de Henriques abarcava as tropas formadas por mulatos, mestiços e negros livres e libertados, tendo um uniforme próprio distinto dos outros terços, AHU, Códices 1510, 1515, 1519, 1521, 1525, sobre Figurinos Militares na Bahia, Pernambuco, Pará, Minas Gerais. Ver Klein, H. S., *Os Homens Livres de Cor na Sociedade Escravista*, Dados, Rio de Janeiro: Iuperj, n. 17, 1978, p. 3-27.

necessário, homens livres, pobres, remediados, que atuavam como soldados encarregados da ordem interna e custeados em soldos, alimentação e uniformes por estes senhores. Tal dinâmica modelava relações pessoais e de favores, de parentesco e amizade, enredadas no cotidiano. Por outro lado, os comandantes locais poderiam indicar, em determinadas ocasiões, os nomes de outros oficiais, alimentando a troca de favores e as relações de dependência entre estes homens. Em 1803, D. João mandava os coronéis de Pernambuco escolherem os indivíduos para preencher os cargos de oficiais em aberto, abarcando aí tenentes, sargentos-mor, ajudantes de regimentos. Eles só seriam efetivamente incorporados depois de um decreto real, no entanto a indicação vinha do comandante local ¹⁷⁷. Ainda é bom mencionar que o corpo do oficiais não se restringia unicamente aos senhores e comandantes da carreira militar, também os mulatos e negros livres tinham uma brecha para galgar um posto de capitão.

Uma mesma vila compunha-se de uma série de tropas justapostas em suas funções e com variados comandos, uns nomeados pela coroa, outros indicados pela câmara.

As tropas de linha eram remuneradas por Portugal, com efetivos permanentes, formadas através do alistamento voluntário que, de fato, se operava mais pelo recrutamento violento e compulsório. Para uma camada pobre, livre, servir às tropas poderia significar afastar-se de seu roçado, da lavoura, da loja, de sua casa, que ficariam à mercê de roubos e dificultaria a sua sobrevivência e/ou da família. O recrutamento funcionava também como um modo de combater e punir a delinquência e a vadiagem ¹⁷⁸. Havia um grande número de desertores, em função

¹⁷⁷ AHU, Pernambuco, Avulsos, Cx. 166, 1802, Relação da tropa paga _ Regimento de Artilharia novamente criado em observancia do Plano assignado pelo Ilmo. Exmo. D. Rodrigo de Souza Coutinho no qual determina os soldos cf. as graduações das Companhias com data de 25/outubro/1799.

¹⁷⁸ Carvalho, M. J. M. de., *Op. cit.*, Koster ao expor a organização militar em Pernambuco, comenta seu traço étnico, *Op. cit.*, p. 480-90. Laura de Mello e Souza em *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, Rio de Janeiro: Graal, 1982, explora estas relações entre o mundo do trabalho e as exigências nas tropas, indagando a própria noção de trabalho então vigente. A viúva de Antonio da Silva Caldeira, negociante no Rio de Janeiro, pedia à autoridade militar que dispensasse Antonio José de Mena Machado, de 15 anos, que trabalhava na sua casa comercial e fôra levado à força para *jurar bandeiras*, embora fosse um empregado que se preparava para as funções de caixeiro. AHU, Rio de Janeiro, Avulsos, Cx. 269, Doc. 12, 18/julho/1817. Casos assim, onde a autoridade não sabe ou consegue reconhecer um empregado, confundindo-o com um vadio qualquer, abundam na documentação. Muitas vezes, a própria família, a mãe, o pai doente, a esposa, um filho

dos baixos e atrasados soldos, dos uniformes nunca entregues ¹⁷⁹, de uma disciplina férrea que se servia dos castigos corporais, além do longo período de tempo exigido dos praças: 6 anos. Devido ao grande número e à recorrência das deserções, a coroa, intermitentemente, adotava uma série de medidas que perdoavam a deserção, considerada um grave crime, desde que, então, o praça servisse por um tempo maior. Nesta política, o soldado sempre devia algo à coroa, que só o seu trabalho prolongado recompensava.

Por sua vez, as milícias auxiliavam estas tropas de linha, devendo estar sempre mobilizadas e fardadas. Seus soldados e alferes recebiam soldos, embora pudessem ter outros afazeres. Sua obrigação consistia na defesa externa e na vigilância da ordem interna, cabendo-lhe perseguir aquilombados, deslocar-se para outras capitanias e áreas de fronteira quando convocadas. Os comandantes eram proprietários designados pela Coroa _ reconhecidamente ricos, não sendo nomeados pelas câmaras _ com a incumbência de formar as milícias a partir da sua capacidade de arregimentação, atrelando uma gente armada à sua liderança que, em princípio defenderia, os bens e a segurança do império. Tais comandantes convocavam homens de suas relações: dependentes, foreiros, rendeiros, comerciantes, pequenos proprietários, algum mestre escola, criando uma aliança armada em casos de precisão ou para defender interesses específicos de proprietários. Tais milícias desempenharam um papel fundamental no transcorrer deste processo de autonomização, porque participavam na praça pública do apoio ao príncipe, marchavam sobre as vilas hesitantes e as adversárias, uniram-se em torno das elites, dos ricos proprietários, solidarizando-se com o novo estatuto do Brasil, colaborando para a sua instauração.

pequeno, solicitavam a dispensa para o homem ausente que, no cotidiano, garantia o sustento da família. Ver, por exemplo, AHU, Rio de Janeiro, Avulsos, Cx. 281, Doc. 131, 9/dezembro/1820.

¹⁷⁹ Em meio à penúria das camadas mais pobres, um enxoval completo de uniforme poderia representar agasalho, vestimenta, calçado e mesmo um certo estatus da pessoa. Um uniforme incluía: barretinas de solda completa, farda, calça, jaqueta, calção de brim, cordões, laços, penachos, barretes de polícia, camisa, par de meia, par de sapatos, par de solas, uniforme branco, pares de polaina e botões. Dado o seu volume, fazia-se a remessa de uniformes parceladamente, a cada semestre enviando um tanto da vestimenta, o que deixava-a muitas vezes incompleta. Cito uma descrição, entre outras, do material existente no AHU, Rio de Janeiro, Avulsos, Cx. 282, Doc. 54, 17/maio/1821.

Note-se que a câmara conjugava em si mais uma qualidade: permitir uma mobilização militar no Brasil, defensiva em relação às tropas enviadas por Portugal e vigilante acerca dos perigos internos. Nas ordenanças ela se responsabilizava pela indicação dos nomes dos capitães, encarregando-se da convocação do serviço compulsório, gratuito e militar de um terço dos homens livres, artífices, comerciantes, lavradores, de uma dada vila, entre os 18 e 60 anos. Sua tarefa residia no combate a um inimigo externo e a manutenção da ordem interna, enfrentando os índios ou os motins. Convocados pela câmara, eram treinados militarmente para os momentos de perigo de guerra e/ou tumulto, bem como podiam ser arregimentados na praça da cidade para enaltecer um acontecimento.

De modo geral, ao expressar sua adesão à corte carioca, a câmara em seguida organizava e prosseguia a aclamação de D. Pedro e, logo depois ou num momento especial desta festa, reunia toda a tropa _ milícias, ordenanças, regimentos auxiliares, tropas de linha, lideradas pelos seus comandantes _ na praça da cidade com proclamações dirigidas aos *Soldados* e/ou *Irmãos de armas*, com oficiais, praças, milícias, em uniformes, enfileirados em pé e os que podiam em seus cavalos, para dar vivas a D. Pedro. Os soldados paramentados repetiam em seus corpos, nos trajes, os signos da realeza, nas cores, nas insígnias, reiterando a hierarquia e ligando os seus próprios corpos ao corpo do imperador. Assim, demonstravam sua adesão não só numa correspondência oficial, mas também inscrevendo-a no corpo da vila _ na praça _ e, pretensamente, na sua história.

É quase monótono _ devido à quantidade e à repetição da sua morfologia _ acompanhar a narrativa deste acontecimento que se espalhou por todo Brasil e consistia, em geral, numa iniciativa das câmaras em ordenar uma parada militar, onde o povo em armas, disciplinadamente, tinha um lugar público apropriado e civil para saudar o seu imperador. Sinteticamente, a câmara de Salvador descreveu este acontecimento:

Depois de concluída a festa, seguiu-se no mesmo terreiro do Colégio a grande parada das tropas, que se achavam desde o princípio postadas naquela Praça, dando-se pelo Governo Civil, e Comandante da Parada os vivas análogos aos objetos, que nos são mais caros, e que

Sig.
Stamp. 178



Modello
de Sargento da Infanteria de Linha

Sig.
Stamp. 178



Modello
do Capitão de Infantaria de Linha

Sig.
Stamp. 178



Modello
de Sargento de Infantaria de Arma de Armas

Sig.
Stamp. 178



Modello
dos Soldados de Arma de Armas

foram correspondidos com o mais vivo entusiasmo por todo o Concurso, dando as tropas as descargas do costume, seguindo-se logo o cortejo em Palácio do Governo, para onde o mesmo Governo se havia dirigido com todo o ajuntamento, e com esta Câmara, vindo todo este ato a concluir-se às cinco horas da tarde pouco mais ¹⁸⁰.

A argúcia de recorrer às tropas e milícias pelas câmaras e os homens que a freqüentavam já impunha e delimitava uma certa noção de *povo*, da qual todos os homens que viviam na cidade e suas vizinhanças eram obrigados a participar, isto é, agregava proprietários, negociantes, pequenos roceiros, os comerciantes, homens de ofícios, foreiros, arrendatários, homens que viviam de seus ofícios, os forros, os mulatos livres.

Este *povo*, porém, seria marcado por uma disciplina prescrita pelos códigos militares e pela ordem do trabalho, que liberava o uso das armas dentro destas regras e com o novo objetivo de assegurar a monarquia constitucional. Igualmente, entendia-se este povo na condição daquele que podia ser convocado para o famigerado trabalho compulsório a qualquer momento, para a manutenção da ordem pública ao caçar gentios e combater aquilombados ¹⁸¹, na construção de uma estrada, um chafariz, o conserto de uma ponte, ou simplesmente no combate do que se compreendia por vadiagem.

É bom esclarecer esta ambigüidade e contradição do *povo*. O discurso das câmaras enfatizava e narrava que ela reunia militarmente na praça todo o povo da cidade, aí ele era definido numa categoria homogeneizadora e hierarquizada. De minha parte, tal chancela *povo* consistia num termo que abarcava diversas personagens sociais com suas várias intenções políticas, sociais, religiosas, de sobrevivência, cotidianas. Não creio que seja viável, aqui, preferir um ou outro ou, então, anular um deles, pois tal procedimento esvaziaria esta tensão latente que tal ocupação da praça pública possuía. Tampouco meu interesse consiste em palmilhar

¹⁸⁰ *As Câmaras municipais...*, Op. cit., v. 1, p. 152.

¹⁸¹ A Junta do Espírito Santo pedia melhoria nas tropas, no seu sustento, treinamneto e quantidade para reprimir gentios com o objetivo de assentar terras e produção de lavradores, além da perseguição aos quilombolas, *ordenando que semelhantes indivíduos fossem atacados a fogo vivo*, *As Juntas...*, Op. cit., v. 3, p. 977 e p. 1070-1071. No Rio, durante a década de 1820, até D. Pedro solicitava atenção aos aquilombados, A.N., Cód. 323, v. 7, fl. 51v-52; v. 8, fl. 7v-8v, 19v, 27, 33, 39v, 43.

cada interesse em jogo ou desejo de cada personagem presente nesta praça _ o que certamente seria uma pesquisa válida e intrigante_, no entanto, procuro desmontar como esta recorrência à praça e à câmaras ajudaram a forjar uma soberania na *persona* de um príncipe.

Por outro lado, convém demarcar que a noção de povo adentrava, a partir daí e dos escritos políticos, no vocabulário político da época. Desde fins do século XVIII, sobretudo com a Revolução Francesa e o espraio das Luzes, redimensionou-se a noção de povo, alargando-a, porque passou a significar tanto uma classe, uma parte numerosa e necessária, da nação quanto nação em si mesma, isto é, enreda-se à nação de modo inseparável e indispensável. No entanto, a acepção de povo se transforma, igualmente, num tenso entrecruzamento de problemas: tanto refere-se a problemas sociais à medida em que o povo se mostra no espaço público, comparece com suas reivindicações, desejos, discordâncias, violência; é sinônimo da soberania pois só o povo é sujeito da vontade geral ou aquele que celebra o contrato social. Esta polissemia da noção de povo adentrava o debate político e as maneiras de vê-lo; contudo surgia, então, como um elemento chave na política ¹⁸², fosse para excluí-lo quando da sedição ou para incluí-lo por conjugar-se à soberania, legitimidade, justificando a existência de uma nação.

Corporificado nas tropas e milícias, este povo participava do processo de autonomização do Brasil e da aclamação do imperador-contrato, ao marchar nas praças, vestir os uniformes de ocasião que lhe emprestavam uma certa solenidade, plasticidade, e homogeneizava visivelmente o universo social, ao apresentar armas, prender desertores, combater os soldados portugueses e os contrários a este processo de autonomização do Brasil _ pondo em risco a própria vida _ ao gritar os vivas que referendavam a soberania do Brasil no corpo de D. Pedro. Desta maneira, demonstravam seu civismo e delineavam um *povo* em armas e em ordem no espaço público. Em geral conclamado sob a chancela de *Patriotas, Brasileiros, Compatriotas, Soldados, Irmãos*. Havendo também as chamadas dirigidas aos *Pernambucanos*,

¹⁸² Fritz, G., *L'idée de peuple en France du XIIe au XIXe siècle*, Strasbourg, Press Universitaires de Strasbourg, 1988.

Mineiros, Povo da Bahianense, todavia estas proclamações, cada vez mais, clamavam a estes homens de origem nas províncias para agirem em prol do Brasil.

Na experiência cotidiana destas tropas, naquele momento, afluía uma carga dramática do que era participar deste processo político, à medida em que envolvia o seu deslocamento espacial, o abandono de seus afazeres e da família, o constrangimento das ordens oficiais, o perigo das batalhas, a pouca alimentação, os uniformes e soldos em atraso.

No entanto, propositalmente, sua própria configuração, via de regra, já os colocava e subordinava numa hierarquia e repunha as relações de favores e obediências com os seus comandantes. Em inúmeras praças de diversas vilas, as tropas aderiram ao imperador, também com a sua presença _ nem sempre pacífica e obediente _ deram ensejo ao uso cívico da praça pública, da qual autoridade e figura de D. Pedro, agora, se assenhorava através de uma disseminada prática de festas, pelas adesões das câmaras, em virtude da sua atuação no Rio e até em função dos debates políticos que buscavam designar o melhor modo de constituir uma esfera pública.

Neste sentido, nas cidades do Brasil afora, forjou-se uma prática que encarnava nas tropas e milícias, dos oficiais aos praças, a configuração do povo correlato a este novo imperador. Remontava-se às paradas militares existentes anteriormente no período colonial, que ganhavam novos significados ao celebrarem a fundação de um novo contrato social, agora, pautado em princípios liberais. Em si mesmas, as tropas e milícias adquiriam uma dimensão crucial, pois a sua ação dava ensejo, vitalidade e movimento a este processo de autonomização, pois estas marchavam contra o soldado português. Enfrentavam ainda as rivalidades internas entre cidades que desejam a adesão e outras que a combatiam numa mesma província e nos seus arredores, como ocorreu em Pernambuco ou, ainda, concorriam para a segurança pública como no caso do Pará. Ao marcharem de uma vila a outra, as tropas iam impondo, com a sua presença e coação, a dobradinha independência-monarquia constitucional. Uma solicitação de reconhecimento dos méritos _ ou seja

um pedido de mercê _do capitão de pedestres João Ferreira de Couto pela Junta do Maranhão falava deste gênero de movimentação:

O Capitão ... foi dos primeiros, que dos sertões do Iguará, chamando a si alguma Tropa, que pôde reunir, marchou a incorporar-se com as mais, que tinham posto em cerco esta Cidade (São Luís), para nela fazerem proclamar a Independência Brasileira, que o mesmo Capitão fez jurar por todos os Lugares, por onde transitou ¹⁸³

As elites e câmaras locais não podiam dispensar esta ação, esta capacidade de luta num momento de perigo político, institucional e social, sobretudo uma ação que, por definição e controle contínuo, embatia-se com a disciplina de um código militar. Enfim, à *persona* de D. Pedro, do imperador-contrato, correspondia uma noção de povo em armas, sob o molde das tropas e milícias.

Por outro lado, essa conjunção entre as câmaras e tropas/milícias numa dada cidade, no âmbito local, aderindo à monarquia constitucional, às *províncias coligadas*, como se nomeava este eixo do sudeste, lutando contra os que se opunham à independência, fazendo avançar e aumentar a adesão entre as cidades vizinhas, acabava por delinear tanto quem tinha o direito legítimo de empreender tal contrato, quanto o seu modo de ocorrência, invalidando, num efeito especular, todo aquele movimento social que lhe fosse adverso.

Em outras palavras: não era qualquer ato que se podia definir, na acepção das elites brasileiras, enquanto inaugural e celebrador deste contrato, tampouco podia-se permitir que um brado negro, escravo, uma movimentação de tropas sem oficiais, um rebuliço de desertores ou a sua marcha, fossem entendidos como um modo de declarar esta autonomia. O recurso em validar apenas a aclamação e a parada militar distribuída numa praça, de imediato, procurava anular a legitimidade das

¹⁸³ *As Juntas...*, Op. cit., v. 1, p. 129, também recomendavam o coronel Simplicio Dias da Silva que na Vila de Parnaíba sustentou com seus bens a causa brasileira. Este tipo de descrição também aparece em outras províncias que não passaram por guerras como o Espírito Santo que enviou ajuda ao Recôncavo baiano. Na Vila de São Mateus, onde entrou a Tropa em muito boa Ordem, e recebida com muitos vivas de todo o Povo, que também com o melhor bom grado se aderiram a pertencer àquela Vila a esta Província na forma do seu estabelecimento. Op. cit., v.3, p.1052. Muitos outros negociantes e proprietários filiados aos interesses brasileiros concorreram com bens, sumacas, mantimentos, dinheiro, escravos, tropas, prestígio, Op. cit., v. 3, p. 1144..

discordâncias, rebeliões, e resistências cotidianas ¹⁸⁴ e, simultaneamente, instaura-se um certo padrão legítimo, numa perspectiva liberal, de evidenciar uma mudança pública-política e fundar um outro pacto social. As posturas e expressões da população livre pobre, liberta, escrava, tendiam a ser tratadas sob o signo do tumulto, da desordem ¹⁸⁵, esvaziando a sua legitimidade e as suas reivindicações. Desta maneira, emergia um modo de ocorrência normatizado pela tríade câmara-tropa-praça, que favorecia as elites locais, para a celebração desse contrato social e, ao mesmo tempo, se atava ao soberano.

Em novembro de 1821, abriu-se uma devassa em Salvador contra um grupo na maioria de oficiais: capitão José Antonio Machado, ajudante de ordens Gordilho, capitão João Antonio Maria, ajudante de legião Felisberto Gomes Caldeira, ajudante de ordens Antonio Maria e Salvador Pereira da Costa, major Daltro, capitão Luis Antonio da Silva Horta, João Francisco de Oliveira, João Carneiro da Silva Rego, Felisberto Justiniano Costa Ferreira, João da Silva Neto, Francisco José da Silva Castro, capitão de milícias Felipe Justiniano, major Pessoa, o ex-tabelião João Carneiro da Silva Rego, um antigo feitor da Alfândega, o médico José Avelino Barbosa, João Primo ¹⁸⁶ e outros arrolados, que buscava alijar os ocupantes da junta recém-eleita e se nomeando para o exercício do poder público. Não desejavam provocar qualquer motim, reivindicando a constituição e manutenção da ordem. Não prometeram nada aos soldados ou aos negros, antes se mobilizaram apenas entre si e uns poucos simpatizantes. Daí que não conseguiram espraiar o seu movimento ou realizar seus objetivos.

¹⁸⁴ Laura de Mello e Souza em *Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII*, Novaes, A. (org.), *Tempo e História*, São Paulo: Cia das Letras, 1992, assinalou as diversas e difusas formas da rebeldia, sem existir uma equivalência entre elas e o quanto formavam um caldo sócio-cultural. Desta feita, na década de 1820, a rebeldia precisava adquirir um modo regulado de ocorrer que fosse coerente com e correlato ao debate liberal que percorria o Brasil de norte a sul, desfrutava de particular vigor no Rio e atravessava o Atlântico ao circunscrever-se às Cortes.

¹⁸⁵ No Maranhão _ também em outras províncias _ abriu-se processo de investigação e devassa para auscultar estes movimentos, procurando retirar toda informação possível, descobrir os envolvidos, persegui-los e, sobretudo, evitar a sua ocorrência. Em São Luís se temia o movimento dos milicianos, inclusive dos abastados negociantes e proprietários. Por isso, a junta foi atrás de um taberneiro em cuja casa se tramava a sedução da tropa, particularmente a de 2a. linha, *As Juntas...*, Op. cit., v.1, p. 87.

¹⁸⁶ Em 1822, Madeira de Mello comentava a participação do cadete João Primo nesta movimentação e que, agora, voltava às ruas e a combatê-lo nas *desordens* de fevereiro. AHU, Bahia, Avulsos, Cx. 256, Doc. 19, 13/março/1822.

Desde o dia 1o. de novembro, circulavam nos quartéis e, posteriormente, na cidade umas **Proclamações** assinadas e distribuídas por João Primo contra a junta eleita. Na hora combinada, às onze horas da manhã do dia 3 de novembro, quando a câmara estava em sessão:

*húia multidão de gente composta pela maior parte de Officiaes Militares appareceu na Praça do Palacio gritando “Abaixo o Governo, Viva o novo Governo”, cujas vozes forão por elle testemunha, e pelos outros já referidos contraditadas com estas de “Viva o actual Governo...”*¹⁸⁷

À frente, alguns oficiais das tropas marchavam em seus uniformes e munidos com suas espadas, explicitando o caráter oficial daquele cortejo. Adentraram a praça onde ficava a câmara, bradaram vivas a favor da religião, de D. João VI, da Constituição, das Cortes e de si mesmos. Tentaram cooptar os vivas dos transeuntes e das pessoas que correram para este local no intuito de saber o que se passava. Vinham caixeiros, negociantes, professores de latim e aula de comércio, seus alunos e gente da Baixa, dos arredores, do comércio, das boticas, dos botequins que baixaram suas portas temendo um aumento do tumulto e saques.

O movimento pouca importância teve em seus resultados ou em razão de suas ambições, assemelhando-se mais a uma quartelada. Todavia expunha claramente a maneira pela qual se procurava obter o apoio da população e o papel crucial desempenhado pela praça, as tropas e a câmara, estabelecendo uma firme continuidade entre elas. Comportavam-se enquanto lugares estratégicos que este grupo almejava alcançar ou obter a simpatia, moldar a sua legitimidade. Foram frustrados em seus planos, porque outros batalhões de tropas lusas aliados à câmara e contrários ao movimento marcharam pela cidade, capitaneados pelo coronel comandante do Batalhão Doze Madeira de Mello e coronel comandante da Legião Constitucional Lusitana João de Gouvea Osorio que distribuiu armamento e pólvora entre os soldados, ocupando as entradas da praça, câmara, cadeia, Casa da Moeda e do Palácio. Uns e outros se negaram a dar vivas àquela proposta, contrapondo-se com gritos que exaltavam o governo vigente. Este grupo de João Primo, sequer,

conseguiu estender o estandarte da câmara na praça, tampouco carregá-lo no seu cortejo, o que demonstraria a sua incapacidade de se assenhorar da câmara e se pronunciar em seu nome. O português Antonio Rodrigues Cajado descreveu:

... depois disto (adentrar à praça) dirigio-se toda esta gente para a Casa da Camara, cujo sino tocou, e ahí sobirão, e de húa das janellas mostrarão o estandarte, dando-se vivas, que elle testemunha já disse não distinguio, porque se davão outros em contraposição aos delles....

188

A rivalidade entre os homens do governo e o grupo de João Primo residia na maneira de tornar visível sua legitimidade pública e subsequente aceitação. Ambos recorreram à câmara, tropa, praça pública. Na devassa aberta, as testemunhas enfatizavam a inépcia do grupo em domar esta tríade, em ocupar o espaço público e expressar a sua vontade e angariar legitimidade. O problema circunscrevia-se ao modo de ocorrência _ no entender destas elites locais, mais legítimo e apropriado _ de uma mudança na esfera da política e pública.

Assim, vale sublinhar que, neste início da década de 1820, instaurou-se um modo de ocorrência mais legítimo, na visão liberal, que correspondia ao exercício de uma monarquia constitucional e à maneira de instaurá-la. Entre estes movimentos na praça pública ligados às câmaras e tropas nascia um fio de continuidade, numa certa lógica do poder público, que os remetia à autoridade de D. Pedro, cuja primeira grande aparição numa cena política e pública ocorrera naquele 21 de fevereiro de 1821 ¹⁸⁹.

Este rol de documentos, estas petições, representações, ofícios, descrições das câmaras reportavam-se todos à corte, enviando sua documentação ao senado da câmara e ao Paço Real. Por seu turno, o senado da câmara do Rio de Janeiro tomou para si o encargo de proclamar que todo o Brasil, através das câmaras, aderiria ao príncipe. No dia da aclamação de D. Pedro, em pleno campo de Santana, no alto de um edifício construído na forma de uma varanda e perante a população da cidade,

¹⁸⁷ ANTT _ Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, Maço 111, Cx. 94, Traslado da Devassa, terceira testemunha, Genuino Barbosa Bettamio. Estimava-se algo em torno de 30 envolvidos.

¹⁸⁸ Idem, vigésima testemunha.

¹⁸⁹ Perceba-se que também os movimentos de 1817 _ em Pernambuco e em Lisboa _ e a revolução de 1820 se projetaram neste mesmo modo de ocorrência de efetivar uma rebelião, uma transformação política.

Clemente Pereira ressaltava em seu discurso, em nome da câmara e dirigido ao novo imperador, este sistema de adesão:

... era vontade universal do povo desta Província e de todas as outras, como se conhecia expressamente dos avisos de muitas câmaras de ..., sustentar a Independência do Brasil, que o Mesmo Senhor, Conformando-Se com a opinião dominante tinha já declarado ... Imperador Constitucional do Brasil e seu Defensor Perpétuo ¹⁹⁰.

Antes porém de acolher em si as manifestações de parte das outras câmaras e se erigir na voz mais legítima para enunciar uma posição política em seu nome, este senado da câmara do Rio de Janeiro endereçou a D. Pedro reclamações a respeito da partilha de poder entre as juntas e o governador de armas, vendo nele o inimigo português dentro do Brasil, ao exercer por completo e isoldamente, a autoridade militar:

E como, Sr., esquecerá o Brazil, que o primeiro Decreto de 29 de setembro, confiando as suas Províncias o Governo Civil econômico, e administrativo somente, e aguardando a disposição immediata de Portugal a força armada, encobria o sinistro fim de o dividir, e desarmar para o reduzir ao antigo estado de Colonia e escravidão? ¹⁹¹.

Daí a necessidade de repassar lentamente a supremacia da autoridade militar a D. Pedro que mostrara novamente sua eficácia em controlar a praça pública nos dias 11-12 de janeiro, quando as tropas portuguesas se rebelaram contra a desobediência do príncipe diante das ordens das Cortes ao ficar na cidade ou, depois, ao expulsar os soldados portugueses e forçar os que ficavam a se subordinarem ao seu comando supremo. Depois do Fico, das movimentações de ruas dos dias 11-12, o próprio senado e o grupo de Ledo pediram a Minas e São Paulo que colaborassem no envio de homens, equipamentos e armamentos para suprir 5000 praças e no abastecimento das tropas locais, além de instruir para esses fins os corpos de milícia, evidenciando assim uma mobilização das pessoas e uma articulação política. As

¹⁹⁰ Ata da Aclamação do Sr. D. Pedro Imperador Constitucional do Brasil e seu Perpétuo Defensor, *Constituições do Brasil*, Rio de Janeiro: Ed. Aurora, v.1, p. 23. O conselheiro Drummond descreve um embate entre Bonifácio e Clemente Pereira para fixar este texto, pois na abordagem deste último, que foi proclamada em praça pública, ressaltava-se este sistema de adesão que no texto esboçado inicialmente por Bonifácio não possuía tanta importância. Anotações de A. M. V. de Drummond á sua biographia, ABN, 1885-1886, v. XIII, p. 46.

¹⁹¹ *Documentos para a História da Independência*, Op. cit., p. 379.

câmaras desta região passavam a tomar para si o controle da ação das milícias, em favor do movimento de autonomização do Brasil. Houve, então, uma movimentação de tropas engajadas pela *causa do Brasil*, sob as ordens de seus comandantes e reconhecendo em D. Pedro seu general. No entanto, estas mesmas tropas suscitavam uma vigilância por parte do estado, das autoridades e das elites, preocupadas com sua circulação pelas vilas, os perigos de arruaça, as desavenças e solidariedade entre escravos/livres/pobres/libertos/desertores.

A ESFERA DE DECISÃO

Em meio às vilas, às cidades, por toda parte do Brasil, o processo de adesão articulava a localidade ao príncipe sob a condição de que se criasse uma monarquia constitucional, aliás o *voto geral* dado pelas câmaras selava este compromisso. Tal processo de adesão seguia capitaneado pelas câmaras e tropas, consideradas como o povo ordeiro e análogo à autoridade real. Uma candente questão, no entanto, se coloca: de que maneira se definiu a opção pela monarquia constitucional? Por que ela conseguia se tornar a melhor forma de governo para esta primeira idéia de Brasil, enquanto corpo político autônomo? A sua escolha foi pleiteada e defendida por Ledo e José Bonifácio que se distinguiram na concepção de vários conceitos políticos e nas estratégias que os colocariam em movimento, operacionalizando-os. Entretanto a quem caberia participar da esfera capaz de projetar, deliberar e interferir nos futuros e presentes rumos da jovem nação brasileira? Toda uma argumentação informada pelos panfletos, periódicos, leituras a respeito das teorias políticas, pelo seu vocabulário político, entremeada a uma certa interpretação histórica, ardilosa e laboriosamente construída, acabou concorrendo, naquele início da década de 1820, para a escolha da monarquia constitucional. Pesavam, certamente, do lado da figura real: a presença do príncipe, o direito dinástico, a noção tradicional do bom e justo rei; contra, o exemplo externo da ruptura da integridade territorial da América

Espanhola, através de uma guerra civil, fragmentando-se em várias e pequenas repúblicas.

A monarquia constitucional opunha-se e vetava o aparecimento e a implementação de um projeto republicano. Combatia-se a república pelo risco de dissolução do território brasileiro, bem como as rivalidades extremadas das facções que levariam a este mal, o perigo do princípio da liberdade e igualdade para todos em meio a uma população de negros/escravos/pobres. A desintegração territorial e a legítima igualdade de todos, enredados numa possível república, chocavam de frente contra os interesses das elites brasileiras a médio e longo prazos.

Ora, com esta opção pela monarquia constitucional, o eixo do sudeste capturou para si o processo de adesão, erigindo-se como ponto capital da teia de poder que recebia e concentrava todas as adesões, tornando-se um local privilegiado das informações e seu gestor, pois ainda lhe cabia costurar o processo de adesão ao próprio príncipe, através da criação de mecanismos institucionais e de uma prática de festas que se espalharam por todo Brasil. Além disso, o Rio de Janeiro mantinha a condição de corte, o que lhe conferia um estatuto único dentro do Brasil. Dito de outro modo: tal opção pela monarquia constitucional e esta articulação política do sudeste, coordenando as guerras de independência, a mobilização das tropas, com as viagens do príncipe a Minas e São Paulo, as listas de assinatura, a organização do Fico, o volume de escritos políticos, proclamações, manifestações postos na cena pública e que eram enviados para outras províncias, as instituições burocráticas, tudo isso acabava por facilitar na demarcação de uma esfera de decisão centrada no Rio de Janeiro ao sediar os poderes que, então, conformariam o país. Com prudência e certo tato uso esta noção de esfera de decisão a fim de não sugerir uma centralização absoluta do poder, sem antagonismos e divergências, que custosamente as elites do sudeste vão construir ao longo da primeira metade do XIX, considerando aí as revoltas provinciais das décadas de 1830-40, os motins étnicos e de classe no Rio de Janeiro no começo da década de 1830, que duvidavam e discordavam desta centralização e só foram derrotadas com o uso da violência.

Diante da partição da estrutura de poder ordenada pelas Cortes, compreendida como uma decisão externa ao Brasil e alheia aos seus interesses, contrária à paridade de direitos, o senado da câmara do Rio, os jornais vinculados a Ledo e Clemente Pereira _ **Revérbero**, *O Correio do Rio de Janeiro* _, uma lista de assinaturas, promovida por este grupo, pediram a instalação de uma assembléia constituinte, à qual D. Pedro irremediavelmente se comprometeria. A estratégia deste grupo, valendo-se do senado da câmara carioca, destes jornais, da lista, dava a impressão de que a reivindicação nascia de diversas formas e de variadas iniciativas dos membros da cidade. O próprio D. Pedro elogiava o caráter constitucional do **Revérbero**, reconhecendo-o como um aliado. De modo geral, tentava-se conciliar as leis das Cortes e criar um conjunto de leis que regessem todo o Brasil, regulando a participação política, econômica e social, instaurando uma nova ordem de legalidade e o que estava à sua margem ou fora dela.

Tanto Bonifácio quanto este grupo concordavam num ponto: a necessária readequação das leis das Cortes ao Brasil, seus costumes, gente, necessidades. Isto abria uma enorme chance de atuação política destes homens, ao interferir nas decisões dentro do império luso-brasileiro. Contudo, com o fracasso desta união Brasil/Portugal, abriram-se as comportas para o problema da reorganização política do Brasil. No momento de impasse deste debate político-institucional com as Cortes, com a reordenação das juntas provisórias, esta movimentação social antes comentada, a mobilização das tropas e câmaras, a *efervescência* da opinião pública, foi que a opção pela monarquia constitucional brasileira se fez premente e viável. Ela significava uma autoridade pública forte e a manutenção desta atuação política conquistada pelas elites. Aliás cabe frisar que até meados de 1822, preponderava, no Brasil, a vontade de permanecer no império luso-brasileiro, porque as conveniências eram maiores do que o desejo de retirar-se desta relação.

Afora estes dois grupos de Ledo/Clemente Pereira/cônego Januário e de José Bonifácio, outros interesses compunham o cenário político carioca: a pressão inglesa atenta ao mercado interno e externo, os comerciantes ingleses aqui residentes e os outros estrangeiros, os portugueses emigrados que não desejavam perder sua força

no comércio com a Europa ou aqueles que detinham um pequeno comércio no Rio de Janeiro, uma terra com modesta plantação, os caixeiros. No entanto, estas duas linhagens – Bonifácio, como representante do burocrata reformista e ilustrado, e o outro grupo de Ledo – se opunham com maior força, distinguiam-se entre si pela ordenação do pensamento político, sua repercussão e eficácia. Foram eles que ordenaram a consolidação da explicação desta escolha pela monarquia constitucional e o modo de implantá-la, institucionalmente. O que não nega, abole ou minimiza a presença de outros projetos políticos ou outros entendimentos sociais a respeito do que poderia ser uma monarquia constitucional. Na época, porém, estes dois grupos se posicionaram como personagens centrais desta trama, tomaram para si a tarefa de fundar um novo contrato social no Brasil, debatendo-o em seus escritos, na maçonaria, nas lojas de livros, no conselho de estado e na assembléia constituinte, formulando-o e enunciando-o nos moldes liberais. Com suas posições queriam marcar época, cativando antipatias e simpatias que, muitas vezes, foram repassadas para o interior da historiografia ¹⁹², onde, por exemplo, Ledo seria mais liberal que José Bonifácio. Tese, aliás, refutada por Salles de Oliveira ao perceber os interesses mercantis deste grupo de Clemente Pereira, que alavancavam sua necessidade e desejo de participar ativamente da esfera pública. Já Bonifácio, “patriarca da independência”, sintetiza de modo exemplar esta perspectiva e papel do homem de estado, formado como um homem de letras, que carrega o “fardo de civilizar” o Brasil, que terá uma longa fortuna nos oitocentos.

Bonifácio aliado a Nogueira Gama, de dentro da burocracia letrada, defendeu a formação de um Conselho de Estado ao invés de uma Assembléia Legislativa. Ele justificava sua posição, por ter visto e conhecido de perto a assembléia na França

¹⁹² Quanto a Bonifácio, o próprio Drummond ao descrevê-lo o imortaliza como um político e uma figura moral exemplares, embora Varnhagem tenha silenciado a seu respeito. Por sua vez, o IHGB propôs que se convidasse Clemente Pereira, Ledo, cônego Januário, para formar uma comissão encarregada de coligir documentação sobre a independência e escrever a sua história. *RIHGB*, 1839, t. I, p. 112, no Relatório da 4ª. sessão. Quanto a uma avaliação da memória destas duas linhagens: Viotti, M. E., Motta, C. G. (org.), 1822: *Dimensões*, São Paulo: Perspectiva, 1972; Oliveira, C. H. S. de, *Política e Memória Histórica: Gonçalves Ledo e a Questão da “Independência”*, Brasciani, M. S./Samara, E. M./Lewkowicz, I., *Jogos da Política. Imagens, Representações e Práticas*, São Paulo: ANPUH-SP/Marco Zero/FAPESP, 1992.

revolucionária quando da sua viagem entre 1791-92 e por ser mais consonante a D. Pedro:

Conhecendo as disposições do Imperador e as desordens das Assembléias Constituintes, lembrei-me de criar dos procuradores gerais um Conselho de Estado, que servissem de mediadores entre o povo e o Soberano, até que o Brasil livre de inimigos e facções pudesse constituir-se sem baionetas ¹⁹³.

Ele, igualmente, não julgava o *brasileiro* apto a participar da esfera política, por abarcar na sua população um volume grande de escravos e índios selvagens que se encontravam, por opressão e diferença no grau de civilização, fora da sociedade civilizada. Daí sua constante atenção com a “escravidão” e os “selvagens” ¹⁹⁴, desenvolvendo projetos políticos que propiciassem uma mudança na sua condição de vida e enquanto homens, trazendo-os para o mundo civilizado. Assim, no futuro, qualquer um deles poderia se tornar um cidadão e também um trabalhador livre. Além disso, ele considerava que o *brasileiro* se guiava mais pela liberdade individual, pouco afeito e preparado para realizar os sacrifícios que a vida pública exige:

Os Brasileiros querem ter a liberadde, mas liberdade individual, e não a que tinham as Repúblicas antigas, que era ... a pública ou política. Não estão em estado de fazerem sacrificios contínuos pessoais, para figurarem nas Assembléias e na Administração; assim, temo muito que o nosso edificio social não acabe em pouco tempo, logo que afrouxe o entusiasmo momentâneo que o gerou ¹⁹⁵.

Isto significa que a política exigia de seu membro um dado comportamento, uma aptidão educada e regrada pelas letras e mores. Este bem formado cidadão que,

¹⁹³ José Bonifácio, Nota Íntimas, *Obra Política de José Bonifácio*, v. II, p. 118

¹⁹⁴ No início do século XIX, debatia-se a possibilidade de tornar o índio um futuro trabalhador do Brasil e os métodos que, pela educação, o disciplinariam, civilizando-o. O próprio cônego Januário da Cunha Barbosa dedicou-se ao tema e dentro do IHGB promoveu esta discussão. Barbosa, J. da C., Se a introdução de africanos no Brasil serve de embaraço a civilização dos índios, cujo trabalho lhes foi dispensado pelo trabalho dos escravos. Neste caso, qual é o prejuízo da lavoura brasileira entregue exclusivamente a escravos? *RIHGB*, t. 1, 1839. A relevância do assunto fazia com que, de início, o IHGB se ocupasse do assunto. Ver: Rodrigues, J., Índios e Africanos: do “pouco ou nenhum fruto” do trabalho à criação de “uma classe trabalhadora”, *História Social*, Campinas, n. 2, 1995.

¹⁹⁵ Apud Silva, A. R. C. da, *Construção da Nação e Escravidão no Pensamento de José Bonifácio: 1793-1823*, Campinas: UNICAMP, Dissertação de mestrado, 1996, p. 211-2. Trata-se de um manuscrito pertencente à Coleção José Bonifácio do Museu Paulista. A autora atribui este documento ao período do exílio.

por sua vez, se negasse a participar da esfera da política deixava de ser um bom cidadão, porque não cumpria sua missão junto à sociedade:

Todo cidadão se deve a seus concidadãos, conforme a sua esfera; quando tem sublimidade de pensar, e querer o bem da sua espécie é o seu fito. Em vão o sábio ama a paz e o retiro, deve aos outros a quem pode guiar seus profundos pensamentos e seu engenho regenerador ¹⁹⁶.

Neste diapasão, ele cumpria com aplicação seu destino moral e letrado. Para tanto, deveria estar no lugar certo que promove a regeneração, aprimora as reformas: o estado. Há, basicamente, nesta geração de autores da virada dos séculos XVIII-XIX uma confiança no estado, entendido como uma espécie de instância de poder com fins idealizados que, acima de todos, pode intervir na sociedade para o seu “bem-estar”, seu “progresso”, ao fazer as leis, ao implementar as reformas, se norteado pela razão e pelo bem-comum. Neste sentido, a feitura da constituição era um tema maior e sério, pois dispunha uma coleção sistemática de regras, universalizada na sociedade, empregada para todos. Todavia, qualquer lei deveria ser, segundo José Bonifácio, coerente e derivada dos mores de cada país, das suas necessidades, de suas riquezas naturais. Deveria também corroborar para a marcha da civilização, não podendo ser qualquer lei ou uma lei universal, de feição geometrizada, matemática, sem se modular pelas especificidades locais. Cabia ao bom estadista, bem formado como homem de letras, enxergar tais especificidades e, a partir delas e de seus estudos, propor a boa lei, concorrendo para a reforma do país e inserindo-o no mundo civilizado.

A reforma levada adiante pela constituição seria feita aos poucos, evitando as mudanças drásticas, que suscitasse discontinuidades sociais e políticas. A reforma deveria ser gradual e lenta a fim de ser mais efetiva e menos sofrida. Dentro desta lógica, o fim da escravidão só poderia ser através de uma abolição gradual do tráfico aliada a uma série de medidas civilizatórias sobre os negros. Por outro lado, ele prezava muito as reformas porque ritmam a mudança do tempo, realizam a marcha

¹⁹⁶ Pensamentos e Notas, Sousa, O. T., *O Pensamento Vivo de José Bonifácio*, São Paulo: Livraria Martins, 1944, p. 112.

da civilização, adentram a história ¹⁹⁷, onde o passado não seria tão bom quanto o presente. Já o momento vivido, o presente, com suas reformas levadas a cabo desembocaria num bom futuro. Desta maneira, o futuro muito devia ao passado, pois preparou a sua melhoria. Um tempo necessariamente encadeava-se ao outro por um nexos causal. Nesta medida, valorizava-se muito aquele momento de formulação de uma nova constituição, a primeira da pátria do Brasil.

Em suas **Notas sobre a organização política do Brasil, quer como Reino Unido a Portugal, quer como Estado Independente**, ele definia a Constituição em relação à segurança pública, a própria manutenção da ordem, cultivando bons sentimentos, não se prendendo apenas à liberdade:

A melhor Constituição é aquela que conserva os homens em paz e amizade, e defende, e garante os direitos políticos e civis; pelo contrário aquela que faz temer contínuos tumultos ou que não pode fazer respeitar as leis é péssima.

Em seguida a relativizava:

A bondade de qualquer Constituição é, que esta seja a melhor, que a Nação possa e queira receber.

Que Constituição mais livre do que a francesa do ano 3 (1795), e contudo acabou logo, porque o geral da nação não a quis receber.

Assim as melhores instituições absolutamente não são as melhores relativamente. Tudo é filho do tempo e das luzes. Os homens são entes sensíveis, e das circunstâncias, e não entes de razão ou idéias de Platão ¹⁹⁸.

No seu entender, a constituição emergia na sociedade brasileira num momento histórico muito específico, configurava-se em algo que distinguia o Brasil das outras nações e, simultaneamente, calcava-se no direito natural de o país existir, sem viver sob a opressão de um sistema colonial que lhe impedisse de progredir.

¹⁹⁷ Numa de suas **Notas** escreveu: *Os que se opõem às reformas por nímio respeito da antiguidade, por que não restabelecem a tortura, aqueima dos feiticeiros etc.? Seria nossos pais culpáveis para com os seus antigos quando adotaram o Cristianismo e destruíram a escravidão na Europa? Não era isto abandonar a antiguidade para ser moderno? E por que não aproveitaremos nós as luzes do nosso tempo para que a nossa posteridade tenha também uma antiguidade que de nós provenha, mas que o deixe de ser logo que o progresso do espírito humano assim o exigir?* **Op. cit.**, p. 114.

¹⁹⁸ **Op. cit.**, p. 96, 102-103.

Esta sua interpretação histórica do sistema colonial e do Brasil aparece finalizada e bem elaborada no **Manifesto aos Governos e Nações Amigas** de 6 de agosto de 1822, assinado por D. Pedro. Seu argumento vai na seguinte linha: Portugal tinha, por séculos, explorado o Brasil, exaurindo suas riquezas naturais, tinha sido desleixado com seus costumes e educação, permitindo toda sorte de vícios e corrupções, pouco se dedicando a tirar os índios da selvageria, apesar da catequese, ou de educar o colono. Ele contava com imagens fortes:

Queriam que os brasileiros pagassem até o ar que respiravam e a terra que pisavam. (...) Tal foi a sorte do Brasil por quase três séculos, tal a mesquinha política que Portugal, sempre acanhado em suas vistas, sempre faminto e tirânico, imaginou para cimentar o seu domínio e manter o seu factício esplendor. Colonos e indígenas, conquistados e conquistadores, seus filhos e os filhos de seus filhos, tudo foi confundido, tudo ficou sujeito a um anátema geral.

Por outro lado, o Brasil mantinha a grandeza portuguesa, alimentando-a com suas riquezas. Sendo que Portugal se caracterizava pelo envelhecimento, falta de virilidade e energia ¹⁹⁹. Tal relação opressiva e desigual impedia a reciprocidade ²⁰⁰ entre eles, a paridade de direitos almejada pelo projeto reformista do poderoso império luso-brasileiro. Ao negar tal reciprocidade, esta *lei fundamental*, nas Cortes, Portugal retomava o sistema colonial, abusando do Brasil, pois lhe tolhia o direito natural de existir. Assim, restava como única solução ao Brasil emancipar-se de Portugal, romper os laços. Tal ruptura decorria dos seguintes preceitos: a presença do príncipe _ uma garantia de continuidade e da ordem _, o legítimo e fundamental direito natural, a necessidade de se inserir no fluxo da civilização. Desta maneira, a

¹⁹⁹ *Quem ignora igualmente que é quase impossível dar nova força e enregia a povos envelhecidos e defecados? Quem ignora hje que os belos dias de Portugal estão passados, e que só o Brasil pode esta pequena porção da monarquia esperar seguro arrimo, e novas forças para adquirir outra vez a sua virilidade antiga!* Isto é, perante ao desgaste português, o Brasil desempenharia ainda um papel regenerador, ao repassar-lhe sua vitalidade e energia. *Op. cit.*, p. 424-5. Esta compreensão já estava formulada em Raynal, G-T., *Histoire Philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les Deux Indes*, Geneve: Chez Jean-Legnard Pellet, 1782, t. I, p. 116-125.

²⁰⁰ Esta noção de que qualquer metrópole deveria permitir à colônia uma redefinição de suas regras a partir de seus interesses internos, diminuindo a intervenção externa, era uma sugestão frequente nos escritos do XVIII a fim de evitar a ruptura do sistema colonial. Haveria uma grande mudança na relação da antiga metrópole com a antiga colônia, mas não o fim desta relação. E, por outro lado, a colônia se manteria ligada a uma nação

emancipação se tornava um fato inexorável que decorria da vontade abusada e injusta de querer repor o sistema colonial. Esta explicação do fim do sistema colonial combinava tanto uma trajetória histórica quanto um argumento pautado no irrefutável direito natural.

José Bonifácio, leitor cuidadoso de De Pradt ²⁰¹, de quem copiava trechos de obras, retomava o argumento deste francês de que Portugal sem o Brasil enfrentaria um estado de ruína ao perder sua principal fonte de riqueza e vitalidade. Também coincidia sua opinião com a de De Pradt de que somente com a presença do príncipe _ uma condição *sine que non* _ o Brasil se emanciparia de Portugal sem cair nos mesmos riscos e danos observados na América Espanhola. Por outro lado, orientado por suas leituras da economia política, ele desprezava o retorno do sistema colonial que impediria o contato comercial com outras nações, atando o Brasil majoritariamente, senão exclusivamente, à antiga metrópole. Ora, o comércio era uma fonte de riqueza e um instrumento capaz de amenizar os costumes, confraternizar as nações, levar o progresso de um lugar ao outro, um instrumento civilizatório ²⁰². Retirar do Brasil tal comércio consistia num modo de, mais uma vez, condená-lo à antiguidade dos tempos, sem mudanças positivas, passível de ser corrompido e viciado como colônia. A apaixonada defesa da civilização, como bem universal e em expansão gradual, angulava sua interpretação histórica da cisão das relações Brasil-Portugal e o abandono para sempre do projeto do poderoso império.

Diante de tal abuso contrário ao direito natural, nada mais restava ao Brasil do que desistir do ideado projeto do poderoso império, tornando-se um país independente, uma nação a ser edificada pelas mãos do estado guiado pela razão. Nesta situação limite, nascia o país. Para o Brasil, colocava-se a premente necessidade de fundar um pacto social, um contrato que lhe desse origem e assegurasse a sua existência permanente, mantendo sua integridade territorial, sua grandeza e

européia e desfrutaria de seus direitos naturais. Esta posição aparece na obra de Raynal, G-F, *A Revolução da América*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

²⁰¹ Silva, A . R. S. da, *Op. cit.*, p. 122-130. A autora mostra a idéia do inevitável desligamento entre Brasil-Portugal também na sua leitura de De Pradt.

natureza. Se a lei das Cortes não condiziam com a lei natural do Brasil, desrespeitando-o, a solução viável consistia em criar a própria constituição no Brasil. Ato contínuo, a constituição, no seu entender, corporificava este novo pacto que fundava o Brasil. Nas **Representações que à Augusta Presença de Sua Alteza Real o Príncipe Regente do Brasil levaram o Governo, Senado da Câmara, e Clero de São Paulo...**, enviadas em fins de dezembro de 1821, quando da articulação do Fico, ele designava tal relação:

... que a Constituição era o pacto Social em que se expressavam e declaravam as condições pelas quais uma Nação se quer constituir em Corpo Político; e que o fim desta Constituição é o bem geral de todos os indivíduos, que devem entrar neste Pacto Social ²⁰³.

Com sua proposta do Conselho de Estado criava uma instância de decisão junto ao governante, formada por pessoas de várias províncias, com a incumbência de fazer _ aconselhando o monarca _ a constituição, sem os debates parlamentares, sem o recurso das representações e memórias enviadas de fora para serem debatidas, sem a publicidade que uma assembléia suscitaria. Desta maneira, um tanto estratégica, o ministro limitava a importância do grupo de Ledo, mas não o transformava num inimigo aberto, ao concentrar a constituição nas mãos do conselho/príncipe e defender a sua elaboração. Noutra direção, fortalecia a autoridade do imperador à medida em que o poder legislativo não se instalava, de imediato, tampouco desfrutaria da sua máxima grandeza, ou seja: formular uma constituição. Aqui, D. Pedro se sobrepunha ao poder legislativo, embora a constituição fosse feita e se encrustrasse na sua *persona*. A monarquia constitucional, parametrizada por ele e por tal constituição, aí se ordenava e se instituí.

No **Revérbero**, este argumento histórico da metrópole abusada que em seu excesso corrompe a colônia, oprimindo-a, reaparecia justamente em artigos que traduziam De Pradt ou que a partir dele e com ele justificavam o fim do sistema

²⁰² Um dos objetivos deste **Manifesto** de 6 de agosto residia justamente em manter o comércio internacional com as nações estrangeiras, solicitando diplomaticamente o reconhecimento do Brasil no rol das nações civilizadas. Ver também *Idem*, cap. O pensamento de José Bonifácio ao final da fase européia.

²⁰³ **Obra Política de José Bonifácio**, Brasília: Senado Federal, 1973, v. II, p. 68.

colonial ²⁰⁴. O argumento histórico de que o Brasil não suportaria retroceder ao sistema colonial se colocava entrosado ao direito natural. Assim denotavam o comércio exclusivo:

... longe de contribuir para consolidar o Império das Metrópoles, he pelo contrario quem lhes dá por inimigos todos os Colonos, e todos os neutros; huns estão sempre prontos a subtrahirem-se, outros a atacarem. Instalando dentro da colônia hum estado de continuada guerra, tanto no interior quanto no exterior, e nutre desejos ardentissimos e continuados de se libertarem ²⁰⁵.

O comércio colonial freava o desenvolvimento interno da colônia; por isso, o sistema colonial era condenado pelas luzes. Mais uma vez, Portugal se mostrava opressivo e abusado. Contra o sistema colonial somava-se a seguinte verdade histórica _ uma afirmação de De Pradt que funcionava como epígrafe deste artigos e transcrições _ : *O Genero humano está em marcha; nada o fará retrogradar*. Daí o inexorável desenrolar da emancipação do país justificado no seu direito natural e na história do progresso humano.

Perceba-se que se criava uma história da exploração portuguesa sobre e contra o Brasil, obstacularizando a entrada das luzes e a marcha da civilização. Tal compreensão reparecia em abundância nos manifestos, nas proclamações, na documentação enviada pelas câmaras, nos panfletos. Uma contínua repetição deste discurso acabou concorrendo para a formação de uma certa interpretação histórica a respeito do momento vivido _ ao menos entre as elites _. De um lado, justificava-se o fim do sistema colonial e o desligamento do Brasil de Portugal e, por outro, desembocava numa incerteza: quem exerceria a autoridade pública, sem dissensões, *sem a liberdade illimitada e inconciliavel com a verdadeira felicidade dos homens*, que se conduziam pelos *patritoticos* movimentos, mas tinham um *sentimento profundo da desgraça iminente, e o desejo de remedia-la* ²⁰⁶. Dentro deste argumento, o príncipe surgia como a única solução possível, à medida em que por si mesmo corporificava a

²⁰⁴ RCF, 15/out./1821, 8/jan./1822, 15/janeiro/1822, 5/fevereiro/1822, 5/março/1822, 5/junho/1822, 1/outubro/1822.

²⁰⁵ RCF, 5/março/1822, p. 200-201.

continuidade da ordem e da dinastia, evitando a anarquia e repondo o fio da história, ao alinhar o presente da jovem nação ao seu passado colonial, através da continuidade monárquica e da mesma família real. Daí as inúmeras vezes em que D. Pedro reaparecia em cena e na história para cumprir um desígnio do destino, de uma vontade divina, da ordem natural, que funcionavam como reguladores da ordem, sendo também sua origem ²⁰⁷.

Ao escrever esta história do Brasil, *pari passu*, o Revérbero explicava sua noção de contrato social e a necessidade de estabelecer leis fundadas na natureza que configurassem o governo liberal no Rio de Janeiro. O contrato nascia da escolha dos indivíduos que um dia abdicaram do exercício pleno de suas potencialidades, de suas paixões e violências, do estado de natureza enfim, no qual não havia governo, tribunais polícia, em favor de se tornar um povo com um governo próprio. A sociedade surgia deste pacto entre os indivíduos que aí se tornavam um povo, considerado um grupo político, autônomo, individualizado e organizado:

He mister que o Povo exista, e esteja constituído, antes de se organizar; que os homens se tenham tornado cidadãos por um pacto antes de se fazerem subditos pelo estabelecimento da Lei; he mister finalmente que uma convenção permanente e imutavel, assegure a todos os Membros do Corpo Político o exercício de seus direitos essenciaes, antes que elles possuão, entrando neste exercicio, determinar por instrucções, as suas diversas, e consentidas relações ²⁰⁸..

A sociedade teria uma constituição própria, capaz de refletir o contrato que a fundava, limitada aos direitos naturais.

Todos estes direitos sendo naturais, e imprescriptiveis devem ser sagrados, e inviolaveis: não podem ser usurpados, investidos, coarctados sem crime irremissivel de leza Nação ²⁰⁹.

²⁰⁶ RCF, 8/jan./1822. Ainda aqui tais argumentos eram postos em cena a fim de sensibilizar e alertar Portugal quanto à possível quebrado império luso-brasileiro. No entanto, partilhavam da vontade de manter tal projeto.

²⁰⁷ Peço ao leitor um pouco de paciência, pois esta passagem reaparece mais nuançada e explicitada no capítulo: *As Festas do Imperador*.

²⁰⁸ RCF, 18/junho/1822, p. 38. . O artigo reconhecia que ia na esteira de um publicista que diferencia a função da constituição e da lei: *... a Constituição á existência ao Corpo Político, e a legislação lhe dá movimento, e vida*. Grifos do autor.

²⁰⁹ RCF, 18/junho/1822, p. 44. Por sua vez, a lei estabeleceria os direitos relativos ou positivos.

Este conceito de povo, contudo, não abrangia toda a população, porque nem todos os indivíduos estavam aptos a participar da sociedade civil. De um lado, a corrente de Ledo, Clemente Pereira defendia o voto representativo abrangendo os foreiros, o oficialato, pequenos comerciantes _ em geral portugueses emigrados_, taverneiros, caixeiros e outros homens de pequenos ofícios, porém excluía da sociedade civil os índios, os posseiros, os livres pobres, os *desocupados* sem um trabalho fixo e contínuo. Embora estes últimos participassem do mercado de trabalho, não gozavam de riquezas e bens, tornando-se *despossuídos*. Tampouco possuíam capacidade intelectual e volitiva de submissão às leis. Nesta condição de *despossuídos*, sem bens e sem intelecto bem formado, não poderiam exercer a liberdade, não seriam iguais aos outros cidadãos, porque eram *escravos* de si mesmos ²¹⁰. Assim, estavam excluídos da sociedade civil e cabia ao estado retirar tais indivíduos desta situação, promovendo sua educação, com liceus, aulas de geometria elementar e comércio, que tanto contribuiriam na melhoria do comércio e da indústria, quanto moralizaria os *despossuídos* ²¹¹. O povo, portanto, que participava da fundação do contrato e deliberava sobre as leis não abrangia a toda a população. O contrato nascia com esta exclusão.

Segundo o *Revérbero*, a partir da instauração do povo _ indivíduos que firmam um contrato entre si e não com o rei _ devia-se criar uma constituição, permanente e imutável, definindo os direitos do cidadão e sempre buscando preservar os alienáveis direitos do homem: a felicidade, segurança, propriedade, que os motivava a integrar-se ao contrato. A felicidade estava inscrita no coração dos homens por Deus e a necessidade de auto-preservação movia os homens a aderirem ao contrato, desde que as leis fossem condizentes à natureza e decorressem dela.

²¹⁰ RCF, março/1822, 4/junho/1822. Paralelamente, o jornal pedia que o estado se encarregasse de aumentar a produção de riqueza com novas técnicas, a introdução de máquinas, abrisse novos ramos de atividades econômicas. Atento e interessado na formação do mercado na região sul-sudeste-centro e a formulação de suas regras, este jornal ainda propunha uma mudança na organização das tropas, substituindo-as por milícias e liberando uma parcela da população livre pobre para ser empregada com baixos salários na construção de pontes, estradas, no desmatamento. Ver, Oliveira, C. H. L. S. de, *Op. cit.*, p.194-210. Ela resume na p. 210: *Na prática e no pensamento desses liberais burgueses, "civilizar" significava "domesticar". Os homens pobres, índios, escravos eram vistos como animais que desconheciam as "normas" da "existência social". Viviam dispersos e não sabiam nem mesmo manter a própria sobrevivência. Daí a vida "miserável" que levavam.*

Celebrado o pacto, tal convenção não pode ser rompida por qualquer motivo menor. Não basta simplesmente alguém proclamar levianamente o seu desejo de quebrar o contrato ao desistir dele. Dentro deste corolário, apenas quando os direitos naturais _ este princípio básico e primevo que se traduz na segurança, na liberdade individual, na felicidade, na propriedade _ estiverem imensamente ameaçados pode-se esboçar o desejo de sair deste pacto, mas isto já constitui num caso extremo. Igualmente, o pacto não pode ser rompido pela violência que, por definição, não abole legitimamente qualquer direito, garantindo a reposição de um estado de direito num momento futuro.

Ainda na explicação deste jornal: em sociedade, o homem buscava a conservação de si e da coletividade, da sua liberdade individual, da propriedade. Por isso, evitava qualquer ruptura ou drástica mudança, igualmente se esquivava da escravidão _ que, no seu entender, a reintrodução do sistema colonial traria. Neste sentido, devia-se fundar um novo pacto no Brasil norteado por esta interpretação, onde se destacava a constituição em consonância com a natureza.

(...) huma boa Constituição he para o corpo político o mesmo que he no corpo physico: he a saúde dos Estados. Por ella as Leis que são a alma de todo este corpo, e que lhe imprimem hum movimento organico, e regular serão sabiamente reguladas. Por ella nos serão garantidos os primeiros bens do Homem; e os seus direitos mais caros a Liberdade, a Igualdade, a Segurança ²¹².

E a dissolução da constituição significava a própria dissolução da sociedade. Daí o empenho deste grupo em participar da constituição o que, lhes permitiria abocanhar uma fatia maior no mercado carioca e a chance de interferir nas suas regras e mecanismos.

Por outro lado, o *Revérbero*, desde meados de 1822, elogiava o comportamento do príncipe e sua opção liberal ao declarar-se partidário de uma

²¹¹ RCF, 12/março/1822.

²¹² RCF, 15/set./1821, p. 5-6. Antes, o artigo explica que as leis dos homens devem ser as mais universais e abrangentes para o lugar, a pátria, a qual se refere. Devendo teor o mesmo grau de universalidade, validade, síntese, que as leis que Newton descobriu nos segredos mais ocultos da natureza e Rousseau e Montesquieu para os direitos dos homens, ver p. 5.

monarquia constitucional ²¹³, que não caía no despotismo, tampouco na anarquia da república e suas várias facções ²¹⁴.

Noutra frente de debates políticos, o senado da câmara, encabeçado por Clemente Pereira, proclamava a habilidade de D. Pedro em *unir a Vontade dos Povos à Sua Vontade* ²¹⁵. De imediato, diferenciava-se o rei constitucional e o despótico, através da mediação de uma constituição que perpassava um rei, definia-o, e, caso contrário, na sua ausência, este tornava-se um déspota. Ao promover uma discussão a respeito da constituição empreendida pela assembléia, da qual participaria, este grupo propagandeava a figura do príncipe e a escolha da monarquia constitucional no âmbito da opinião pública, num rol de leitores letrados e/ou das elites.

Houve, portanto, uma reelaboração das instituições do Rio de Janeiro, a o lado do príncipe e centradas nele, que discutiam a maneira de exercer e conceber a autoridade política e pública. Por exemplo, como a reunião do conselho de procuradores vindos das províncias guardaria que relações com assembléia constituinte, com o governante, e estas entre si? A instituição que conseguiu congregiar as adesões residia na criação de uma assembléia constituinte ²¹⁶. Em 3 de junho de 1822, portanto três meses antes do 7 de setembro, D. Pedro se

²¹³ Num artigo de jornal, ele escreveu: *...o rei é um ente moral respeitadíssimo como tal e por isso inviolável; isto entendo eu, porque, sendo o Rei o poder moderador, era mister que ninguém lhe pudesse pedir contas, seus ministros é que são responsáveis de tudo, mas não de bagatelas...*, Respostas do Baiano-Imperador, Vianna, H., D. Pedro I, jornalista. São Paulo: Melhoramentos, s/d, p. 96. Numa dessas publicações, ele reconhecia o *estilo constitucional do Revérbero Constitucional Fluminense*. Idem, p. 42.

²¹⁴ Afirmava-se: *O Príncipe que de certo não concorre para o se inculcar (o despotismo), que nos tem desviado de grandes males, annuindo aos nossos desejos Patrioticos, abraçando cincero (sic!) e não violentando o Sistema de Monarchia Representativa, para terem seus subditos antes filhos do que escravos...o Príncipe que tem empenhado tantos trabalhos em beneficio da nossa causa; que tem superado tão grandes dificuldades; que tem arrostrado tantos perigos; que tem conciliado tanto amor e confiança pública; dando repetidas provas de que he Liberal, de que ama a Liberdade, e nenhum desejo nutre de que sejamos entregues ao Despotismo.* RCF, 20/agosto/1822, p. 175.

²¹⁵ Documentos para a história..., Op. cit., p. 385.

²¹⁶ Talvez aqui não se possa deixar de considerar a documentação das câmaras, asseverando a adesão, na qual o compromisso com a assembléia, solicitando-a, era praticamente consensual. Em alguma medida _ que à primeira vista não me parece pequena, porém sem ser a única _, o texto das câmaras investindo D. Pedro da autoridade capaz de governar e fundar um novo país, desde que houvesse uma constituição e uma assembléia, fortalecia o clube de Clemente Pereira. No próximo capítulo, o leitor verá o quanto e como, no ato da aclamação do imperador, no Rio de Janeiro em 12 de outubro de 1822, Clemente Pereira enfatizou este voto geral das câmaras. Por outro lado, a assembléia, possivelmente, atendessemos mais aos interesses das outras províncias que teriam condições de mandar seus representantes para a assembléia pelo voto provincial e em número maior. Isto poderia garantir maior representatividade e poder de barganha de negociação às províncias do que o conselho de estado.

comprometeu, formal e definitivamente, com a assembléia constitucional que atendesse e debatesse os interesses das elites, criando e fixando as regras comuns da sociedade brasileira, procedentes das Cortes ou aqui elaboradas ²¹⁷.

Por outro lado, a opção pela assembléia concordava com a monarquia constitucional à medida em que esta se pautava por uma divisão dos poderes e os limites de cada um deles, regrando-se por uma constituição elaborada pela assembléia que considerasse e se espelhasse nos direitos naturais e nas prerrogativas do país. A opção pela monarquia constitucional orientava-se pela obra de Benjamin Constant, a Constituição Francesa de 1814, um conjunto de leituras que a postulavam como Jeremy Bentham, Edmund Burke, De Pradt ²¹⁸, por exemplo. Assim, sua implementação passou por uma série de leituras políticas e suas filtragens sociais, a preocupação das elites, a pressão volumosa da adesão das câmaras que se perfilavam ao príncipe, se constitucional. A elaboração de um novo contrato social se definia, portanto, pela monarquia constitucional ²¹⁹.

²¹⁷ Uma constituição se organiza como uma coleção orgânica e sistemática de leis que fundam o direito do país e somente uma assembléia constituinte pode alterá-la, devendo reger a organização dos poderes, seus limites, prerrogativas, garantindo a cidadania e a soberania. É tarefa da constituição erigir em lei o direito natural, tornando-o um direito positivo. Durante o século XIX, as **Ordenações Filipinas** coexistiram com a Constituição brasileira, sendo aplicada na resolução e encaminhamento de várias questões jurídicas. Nos projetos liberais do início de 1820, buscava-se abandonar as **Ordenações Filipinas**, ou seja o direito costumeiro, um largo rol de leis que não necessariamente aguardavam uma unicidade entre si à medida em que foram criadas ao longo do tempo para resolver as contendas e orientar a burocracia.

²¹⁸ Um mesmo escrito poderia citar, transcrever, embasar-se em diversos autores da política e da economia política, como no **Império do Equador na terra de Santa Cruz, voto philanthropico de Robert Southey** de José da Silva Lisboa, editada pela Imprensa Nacional em 1822, o autor recorria a Burke, Montesquieu, De Pradt, Southey e Adam Smith para caracterizar o abuso da metrópole portuguesa, declarando seu horror às revoluções populares e elogiando o príncipe legítimo. Num outro livro, em 1832, ele recorria a Jeremy Bentham e Benjamin Constant para explicar os princípios que orientam uma política norteadas pelo *bem de todos*, presumindo que a felicidade se traduzia no estado contabilmente na máxima: *o maior bem para o maior número*. **Manual da Política Orthodoxa**, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1832.

²¹⁹ O **Semanário Cívico da Bahia** apontava a qualidade de aglutinadora da monarquia constitucional, facilitando a (re)união dos sujeitos sociais: *Extinto o sistema republicano na Europa, apareceu o sistema constitucional, na verdade o único capaz de reunir todos os partidos, e que parece o mais análogo aos costumes, e carácter dos povos modernos. Ali, o democrata vê uma república na reunião das Cortes, e participa da soberania, na eleição dos seus representantes; o aristocrata fascina-se com os aparatosos títulos de duque, marquês, conde, etc.; o realista puro encara para brilhantismo da Corte, e magnificência real; entretanto o povo é feliz, pela exacta observância das leis, boa administração das rendas públicas, e porque a Corte não pode abusar da sua autoridade, pela divisão dos poderes, e pelas sentinelas do Estado, que o povo elege para defender e fiscalizar seus direitos, e foros*. 21/julho/1821. Apud Silva, M. B. N. da, **Op. cit.**, p. 34-5. Aqui, a monarquia constitucional não homogeneiza todos os interesses ou os nega, ao contrário sua argúcia reside em contemplar, em certa medida, a todos os sujeitos sociais, evitando que um colida com o outro,

De acordo com Benjamin Constant ²²⁰, a monarquia constitucional caracterizava-se por uma divisão, delimitação dos poderes, e calcava-se na supremacia da vontade geral sobre a vontade particular. No entanto, esta soberania do povo (do geral sobre o particular) só existe de modo relativo e limitado, à medida em que não pode ultrapassar e ferir a justiça e os direitos individuais ²²¹. Tampouco qualquer um se pode arrogar a soberania, se esta não lhe for delegada e, por outro lado, aquele que está investido da soberania não pode dispor da existência dos indivíduos. Neste sentido, o rei só ocupa tal lugar sob o consentimento do povo, que o aprova, e lhe cabe uma função singular no edifício da política.

Redefinia-se, na monarquia constitucional, a amplitude e atuação do monarca e, ao mesmo tempo, instaurava-se o legislativo no qual as elites liberais poderiam se expressar e atuar na esfera política, afastando-se das praças e das ruas, bem como elaborando as leis. Esta divisão dos poderes garantia que a sociedade se guiava pela vontade geral, princípio da legitimidade contrapondo-se à força, entendida como a ausência de legitimidade, sinônimo de abuso, despotismo e anarquia. Nesta partição dos poderes, o rei ganhava um lugar diferenciado, único na sociedade e fundamental porque equilibrava, com sua neutralidade, os interesses e antagonismos dos outros poderes:

Le monarchie constitutionnelle crée ce pouvoir neutre, dans la personne du chef de l'État. L'intérêt véritable de ce chef n'est aucunement que l'un des pouvoirs renverse l'autre, mais que tous s'appuient, s'entendent et agissent de concert ²²².

O rei, assim, corporificava a função de *temperar* os outros poderes, sem no entanto poder se imiscuir em cada um deles ou se arrogar o direito de exercer o

²²⁰ Recorro a este autor por sistematizar a concepção da monarquia constitucional, por ser uma referência no projeto da constituinte de 1823 e na constituição de 1824 com certos dispositivos, como o poder moderador. Citá-lo, comentar sua obra, pautar um artigo nele ou refutá-lo, inspirar-se nele, eram práticas correntes deste início do XIX, colocando-o no bojo do debate político. Sobre a sua importância no período: Cunha, P. O. C. da, A fundação de um império liberal: discussão de princípios, in Hollanda, S. B. de, *História Geral da Civilização Brasileira, O Brasil Monárquico*, São Paulo: DIFEL, 1985, t. II, v. I; Macaulay, N., *Dom Pedro I a luta pela liberdade no Brasil e em Portugal, 1798-1834*, Rio de Janeiro: Record, 1993, 187-192.

²²¹ Benjamin Constant postulava: *La volonté de tout un peuple ne peut rendre juste ce qui est injuste. Les représentants d'une nation n'ont pas le droit de faire ce que la nation n'a pas le droit de faire elle-même.* *Principes de Politique, Oeuvres de Benjamin Constant*, Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, Apresentação e Notas por Alfred Roulin, 1957, p. 1105.

²²² *Op. cit.*, p. 1113.

executivo, que ficava delegado à responsabilidade dos ministros. Tal partição viabilizava que os ministros fossem julgados e punidos, quando acusados de mal gerir o estado, de corrupção. Porque um poder, por definição, não pode agir no lugar do outro, fazer-lhe as vezes. Nesta lógica, o rei ficava salvaguardado e continuaria a sua função, enquanto os ministros responderiam pelos erros no executivo. O rei detinha as prerrogativas de dissolver a assembléia em virtude do acirramento dos antagonismos das diversas facções ou quando a assembléia não cumprisse sua finalidade criando um volume desordenado e contraditório de leis. Ele ainda podia escolher um ministério, dialogando com o legislativo. O próprio Benjamin Constant demarcava que o princípio fundamental da monarquia constitucional residia na *inviolabilidade* dos poderes e da liberdade individual, mas elucidava:

L'inviolabilité suppose que le monarque ne peut pas mal faire. Il est évident que cette hypothèse est une fiction légale, qui n'affranchit pas réellement des affections et des faiblesses de l'humanité, l'individu place sur le trône ²²³.

Sobre esta *ficção legal* se edificava a monarquia constitucional, na qual o rei era imprescindível para evitar o acirramento das disputas entre as várias facções, com suas rixas, que afetariam a ordem e abalariam a liberdade individual ²²⁴. Abolir ou negar esta *ficção legal* significava implodir a monarquia constitucional e, ao mesmo tempo, delegava-se ao rei uma função de harmonizar os poderes e, em certa medida, a sociedade.

Considerando estas colocações de Benjamin Constant e sabendo que a leitura é uma recriação do texto, uma filtragem de compreensões, pode-se dizer que, quando os liberais brasileiros, os letrados, os burocratas, apostaram na monarquia constitucional, de imediato, investiram D. Pedro desta *ficção legal*, depositando nele a função de temperar os poderes e servir como um elo de ligação entre os diversos interesses, ocupando um papel chave no estado e limitado pelos outros poderes que

²²³ Op. cit., p. 1171

²²⁴ Este autor explicitou a novidade da liberdade dos modernos ao significar a individualidade de cada um e sua área de atuação, sendo que a liberdade de um indivíduo não se entrecruza com a do outro, tampouco com o estado. Ver: A Liberdade dos antigos comparada à dos modernos, *Filosofia Política*, L&PM/UNICAMP/UFRGS, 1985, n. 2. Para Benjamin Constant, não se pode confundir a liberdade dos

não lhe pertenciam. E, quando o Brasil se desligou de Portugal, sem uma assembléia convocada e em funcionamento, o príncipe se tornou o fiel da balança desta monarquia constitucional perante as elites. Em si, ele sintetizava, num primeiro momento e nos reiterados compromissos de formular uma constituição, a instalação de um novo pacto social que se orquestrava e se configurava pela monarquia constitucional.

Por precaução, vale assinalar ao leitor que, na monarquia constitucional pensada por Benjamin Constant, nem todos os indivíduos participam do jogo político e da sua esfera de decisão. Porque há uma distinção entre os proprietários que podem dedicar o seu tempo, disposição, à esfera pública, ao bem-comum, à medida em que não precisam ganhar o seu sustento. Eles estão liberados da produção e do trabalho, daí a disponibilidade para a tarefa política, bem como não seriam corruptíveis _ como os não-proprietários _ , pois já possuem um patrimônio que lhes garante a autonomia da opinião e uma educação que orienta suas posições. Assim, de fato, se transformavam nos mais aptos a participarem da política ²²⁵. Nesta mesma chave, diferenciou-se no Brasil o direito político e civil de cada cidadão. A fórmula de José da Silva Lisboa preservava a cidadania colada à propriedade ao retomar a partição destes direitos nos conformes das Cortes portuguesas:

Ter a qualidade de cidadão brasileiro é, sim, ter uma denominação honorífica, mas que só dá direitos cívicos, e não direitos políticos, que não tratam no capítulo em discussão e que serão objeto do capítulo seguinte (do projeto de Constituição), em que se trata do cidadão ativo

modernos que se traduz na segurança dos confortos privados com a liberdade dos antigos considerada um exercício coletivo da vontade soberana.

²²⁵ Benjamin Constant explicitava: ... *pour être membre d'une association, il faut avoir un certain degré de lumières, et un intérêt commun avec les autres membres de cette association. ...Mais ce principe a besoin d'une expression ultérieure. Dans nos sociétés actuelles, la naissance dans le pays, et la maturité de l'âge, ne suffisent point pour conférer aux hommes les qualités propres à l'exercice des droits de cité. Ceux que l'indigence retient dans une éternelle dépendance, et qu'elle condamne à des travaux journaliers, ne sont ni plus éclairés que des enfants, sur les affaires publiques, ni plus intéressés que des étrangers à une prospérité nationale, dont ils ne connaissent pas les éléments, et dont ils ne partagent qu'indirectement les avantages.... la propriété seule rend les hommes capables de l'exercice des droits politiques.* Op, cit., p. 1146-7. Somente com a irradiação das luzes, portanto, o indivíduo saía desta infância civil e adentrava o estado, as associações, o âmbito da representação. Esta ampla camada da população _ os não-proprietários _ , entretanto, cultivavam um amor à pátria que nasce do amor ao local, o lugar onde vive. Ela se sacrifica por amor nas guerras, enfrenta o inimigo, luta pelo país. No entanto, a propriedade e as luzes dão as condições para o indivíduo bem conhecer os interesses da pátria, cabendo-lhe então intervir na política. Op. cit., p. 1191-2.

e proprietário, considerável, tendo as habilitações necessárias à eleição e nomeação de empregos políticos do Império ²²⁶.

Esta monarquia constitucional brasileira, de modo geral, refundia várias compreensões políticas, que circunscreviam a atuação política aos proprietários, embora acenasse com a chance de abarcar no futuro os pobres, os *despossuídos*, os índios, os negros, os escravos. Alijava-se a maior parte da população brasileira da esfera de decisão e, paralelamente, fortalecia-se o estado.

Apesar de suas distinções, estes projetos de Bonifácio, Ledo, Silva Lisboa, Clemente Pereira se alinharam num momento de decisão pela independência frente à pressão das Cortes em reordenar as autoridades públicas e colaboraram para que se espraiasse pelo universo social um discurso que qualificava as Cortes de despóticas e abusadas. Tanto o **Manifesto do Príncipe Regente aos Povos do Brasil**, de 1 de agosto, escrito por Ledo e Januário, quanto o **Manifesto aos Governos e Nações Amigas**, obra de Bonifácio, acusavam-na de despotismo, acarretando um de desligamento de Portugal. Tais **Manifestos** funcionavam como declarações de independência a partir das duas posições políticas das elites em embate no Rio que, então, se convertiam na voz de um soberano, visto que D. Pedro assinava estes dois documentos e se portava como o sujeito histórico que leva a cabo uma ação heróica, ao proclamar a nova divisa do Brasil: *Independência ou Morte*.

No bojo desta fundação do contrato social, emergiu uma controvérsia que opunha duas compreensões a respeito da soberania entre os homens de ação política, letrados, vinculados ao mundo dos negócios, das terras, propriedades, no Rio de Janeiro. Aliás, a soberania transformou-se numa palavra chave e nova no vocabulário político da época, dilatando e diferenciando o seu sentido neste momento, pois não se prendia mais a ou apenas designava o rei, passando a adjetivar a assembléia, a constituição, a nação. Através desta nova idéia de soberania, impessoalizava-se o

²²⁶ Apud Rodrigues, J., **O Infame Comércio – Propostas e Experiências no final do Tráfico de Africanos para o Brasil (1800-1850)**, Campinas: UNICAMP, Dissertação de mestrado, 1994, p. 38. É bom lembrar que, neste momento, o ideário liberal e as constituições estrangeiras propunham a exclusão de parte da população do exercício político, não sendo assim uma particularidade da política brasileira. Ressalte-se, aqui, somente que na fundação do contrato do Brasil, enquanto corpo político autônomo, presumia-se esta exclusão como dado irrefutável e uma estratégia de sujeição do outro.

poder em oposição à figura do rei, nos moldes do Antigo Regime, que denotava uma autoridade pessoal e exclusiva do monarca. A soberania passava a referir-se à nação, livre e independente, não podendo ser, em momento algum, patrimônio de alguém²²⁷. Tal debate a respeito da soberania, contudo, transcorria num Rio de Janeiro marcado pela tensão social, na qual o ministério mandava fiscalizar rigorosamente a entrada de armas, mantimentos e pessoas na cidade, uma vigilância das ruas, precavendo-se dos tumultos e das reuniões nas lojas e tavernas²²⁸.

Na visão do *Revérbero*, a soberania se originaria do povo _ resultante deste contrato _ sendo representada numa assembléia que, em conjunto com o monarca, definiria os destinos e as regras da nação. A assembléia formulava as leis e tomava as decisões, cabendo ao monarca executá-las. Tal posição bem servia ao grupo fluminense que tentava ampliar sua força de mercado e achava um lugar legítimo para postular e elaborar tais regras de valor geral para toda a sociedade. Além disso, instaurava uma paridade entre a assembléia e o governante, pois os dois conjugavam-se à soberania _ dita _ popular, sabendo-se o que aí compreendia.

A outra explicação da soberania aparecia entre os letrados formados em Coimbra, para usar a divisão de R. Barman, como José Bonifácio²²⁹, Hipólito da Costa, Silvestre Pinheiro Ferreira e José da Silva Lisboa. Aqui, a soberania residia exclusivamente na nação e no monarca.

²²⁷ Verdelho, T dos S., *Op. cit.*, p.193-4, p. 197-206; Neves, L. M. B. P., *Op. cit.*, p. 226-230. Esta autora observa esta distinção acerca da soberania entre estas duas facções políticas: uma se pautava pela soberania da nação e outra postulava a soberania do povo. Estas compreensões acarretavam em divergências quanto à função da assembléia e o seu papel dentro do edifício político. Abordar este debate no Rio de Janeiro, não significa desprezar ou ignorar que fora desta província discutia-se a soberania, como o jornal baiano *Idade d'Ouro do Brasil*, francamente a favor do luso império, que em 1821 falava da soberania: *A nação não tem o poder na essência, e não se forma. A forma do desenvolvimento do poder é aquela, que foi prescrita no método das eleições; e o povo de cada Província perdeu a forma da sua representação desde que elegeu compromissários, ficando-lhe só a essência do poder para o tornar a desenvolver nas eleições seguintes. O povo de uma Província não só não pode depor um governo, como nenhum ministro, ou outro qualquer empregado.* 9/novembro/ 1821. Daqui se apreende que na acepção de soberania se demarcava, igualmente, o lugar do povo e sua esfera de atuação.

²²⁸ Bonifácio mandava o intendente da polícia na época vigiar as ruas e as reuniões daqueles que se oporiam à causa do Brasil, compreendendo-se aí o grupo de Gonçalves Ledo. Regência do Gabinete de José Bonifácio de Andrada e Silva, *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1918, v. XIII.

²²⁹ Ver Barreto, V., *Ideologia e Política no Pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva*, Rio de Janeiro: Zahar Eds., s/d, especialmente caps. 2 e 3.

O contrato se calcava na maioria cuja vontade se fazia representar numa assembléia, na qual a escolha dos representantes se dava através de uma eleição indireta, o que restringia em muito a participação e a capacidade de representação dos eleitores. O eleitor restringia a sua participação política à eleição, o representante eleito não mais dependia dele. Estabelecia-se um estado de proprietários, que buscava o seu equilíbrio de forças e via no próprio estado o melhor instrumento para a realização de reformas e incremento das luzes. A idéia chave do pacto se efetivava na representação, pois abarcava, via de regra, o povo. Porém, de imediato, já recorta e seleciona, no seu interior, quem se fazia e podia representar. Através desta representação, o povo se comunicava com seu rei e/ou no âmbito das praças ao aclamá-lo e exaltá-lo ²³⁰.

Esta assembléia e sua representação preocupava-se em formular *leis fundamentais* que regessem a sociedade e delimitassem as esferas, importâncias e limites dos poderes. As *Lembranças e Apontamentos* de São Paulo encaminhadas à sua deputação nas Cortes, já circunscreviam esta premência da divisão dos poderes :

Pois que a Constituição tem hum Corpo para Querer ou Legislar; outro para obrar e Executar; e outro para aplicar as Leis ou Julgar; parece preciso para vigiar estes tres Poderes a fim, que nenhum faça invasões no Território do outro, que haja hum Corpo de Censores de certo numero de Membros eleitos pela Nação, do mesmo modo que os deputados em Cortes....

²³¹

Esta divisão interna ao funcionamento do poder e o seu recíproco cerceamento foi retomada na Constituição de 1824, sobretudo com a institucionalização do poder moderador que fazia às vezes deste conselho de censores ²³² e, a seu modo, temperava os vários poderes e conferia-lhes, em princípio, um ponto de equilíbrio.

²³⁰ Por isso, José Bonifácio não se desvincilhava destas festas de aclamação ou destas adesões, porque explicitavam a ligação fiel com o príncipe e a sua legitimidade. Curiosamente, a obra deste próprio pensar lhe impunha limites e uma clausura que não lhe permitia negar ou anular a vitalidade das festas.

²³¹ Op. cit., p. 96, grifos no original.

²³² O poder Moderador funcionava, neste edifício da teoria política, como um fiel da balança entre os poderes. O artigo 98 do Título V rezava: *O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos, Constituições do Brasil, Op. cit., p. 96.*

Aguerridos a estes poderes e suas divisões, estes homens detinham-se nas leis em seu funcionamento, não atentado com a mais intensidade e importância à natureza do poder contratual celebrado entre o povo, como ocorria com o grupo do Revérbero. A lei desempenhava papel vital, pois a sua operacionalização podia levar ao implemento das mudanças necessárias ao país. Ela consiste num artifício capaz de gerar a felicidade na sociedade ao liberá-la de suas arcaicas amarras. Sem que estas contrariassem ou desprezassem a natureza e os costumes deste mesmo país, antes colaborando para que estes também se transformassem, no sentido de progredirem. Tal mecânica da política suportaria e subsidiaria o progresso do Brasil, daí a obrigação de inscrever, dentro de uma assembléia e de uma constituição, temas tão candentes e delicados quanto à maneira de civilizar o indígena e o fim gradual da escravidão ²³³.

Dentro desta compreensão e projeto políticos, a soberania não se moldava pela vontade e mando do rei tal qual ocorria no Antigo Regime. Não se tratava de recuperar o rei absolutista. Longe disso, nesta acepção, o rei deparava-se com limites à sua atuação, no entanto não tinha sua autoridade cerceada por completo, tampouco dependia ou precisava da aprovação da assembléia. O monarca não se restringia a executar as deliberações da assembléia. Na extensão de seu poder, também podia sancionar leis necessárias e implementá-las, sabendo sempre que se tratava de um governante educado pela razão. Nesta concepção, a relevância do rei crescia, ao partilhar a soberania com a nação e, sorrateiramente, silenciando a respeito do povo e atando sua participação política à participação nas eleições.

José Bonifácio organizou a aclamação de D. Pedro antes da instalação da assembléia _ que apenas se efetivou em março de 1823 _ porque não desejava que esta investisse o monarca de uma autoridade, ou então que com ele compartilhasse, visivelmente, da origem do poder público ²³⁴. Ao contrapor uma explicação política a

²³³ Tal qual Bonifácio fez tanto nas Lembranças e Apontamentos ..., quanto nos Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil e na Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura.

²³⁴ Talvez caiba perguntar se, de um lado, esta posição política que reduzia a importância das câmaras e do legislativo de alguma forma não colaborou para o apagamento, no campo da memória social e de boa parte da

outra, à primeira vista, tem-se a impressão de que o *Revérbero* era mais democrático do que o segundo. Estes dois entendimentos e seus respectivos projetos políticos reconheciam, porém, na *constituição* um lugar político capital dentro da arquitetura do poder monárquico.

De modo geral, as seguintes experiências políticas daquele momento reivindicavam, abertamente, uma constituição enquanto estratégia política capaz de catalizar adesões e participações políticas a este processo de autonomização:

- * estes projetos no Rio de Janeiro que convergiam quanto à necessidade de uma constituição a fim de estabelecerem regras para a mercantilização da propriedade e do trabalho, bem como para a sua participação política e das outras personagens sociais;
- * a pressão das decisões das Cortes e a ameaça de tribunais que extinguiriam ou, ao menos, restringiriam as autoridades brasileiras;
- * o movimento das câmaras iniciado em junho de 1822 no Recife e que se articulava com o eixo sudeste, exigindo em troca da sua adesão ao príncipe, uma constituição a ser elaborada;
- * as diversas dissenções provinciais que emergiam neste momento.

Todos estes vetores políticos e sociais, que se entrelaçavam, acabaram por conjugar intrinsecamente D. Pedro _ o imperador com o qual a nação se equiparava ou, noutra interpretação, o contrato com o povo se dava _ a uma constituição. Desta forma, o imperador passou a portar uma espécie de marca de nascença com a qual conviveu tensamente: a constituição, a necessidade de um rol de leis orgânicas e específicas ao Brasil. Ele até fechou uma constituinte, em novembro de 1823 ²³⁵, ao marchar com suas tropas e cercar a assembléia ²³⁶, acusando-a de ter tantas facções a

historiografia, desta movimentação de câmaras e praças públicas que concorreram para a construção do imperador-contrato.

²³⁵ Ver: Sousa, O. T. de, A Constituinte de 1823 e a sua dissolução violenta, *História dos Fundadores do Império do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, v. 8; _____, A mentalidade da Constituinte, II Congresso de História Nacional, *RIHGB*, 1934..

²³⁶ D. Pedro marchou com cerca de 500 soldados pelo campo de São Cristovão até a assembléia, dissolvendo-a com o apoio das tropas. O início da discordância se dera em função de um artigo no jornal *Brasileiro Resoluto* defendendo a expulsão dos oficiais portugueses. No dia 5 de novembro, o major de artilharia José Joaquim Januário Lapa e o capitão Zeferino Pimentel Moreira Freire brigaram com Davi Pamplona, suposto autor do artigo, no largo da Carioca. Davi Pamplona levou uma representação à assembléia contra estes militares

ponto de se tornar improdutiva, palco de rinhãs entre brasileiros e portugueses ²³⁷. Porém não podia desvincilhar-se ou negar a elaboração de uma constituição, que estava entranhada à sua persona. Aliás, este tenso liame entre a constituição e o soberano transformou-se numa espécie de discussão tautológica que tentava sempre desvendar quem era o mais legítimo e, em contrapartida, quem era o autoritário.

Em 1862, num debate travado nos jornais Homem de Mello e José de Alencar se enfrentavam. O primeiro defendia o liberalismo da Constituinte de 1823 perante o autoritarismo de D. Pedro. José de Alencar rebatia, alegando que a única saída para o monarca era fechar aquela abusada assembléia e outorgar uma liberal constituição, o que explicitava sua posição legítima e liberal. Não conseguiram desempatar as opiniões ou chegar a alguma posição comum ²³⁸. Ficava nítido o caráter centrífugo desta questão, a sua capacidade de se repetir numa aporia sem solução, ao procurar encontrar as respostas desta disputa entre as duas figuras políticas que encarnavam os poderes moderador e legislativo. Talvez uma explicação mais eficaz resida nos

portugueses. A discussão de rua se transferia para o âmbito da assembléia. Entre os dias 8 e 10, com as galerias lotadas discutiu-se este tópico da permanência dos portugueses e dos oficiais. Quando este debate acirrou-se na assembléia e se associou a uma desavença de rua, D. Pedro a dissolveu e anulou a liderança que Antonio Carlos e Martim Francisco vinham construindo.

²³⁷ A câmara de Itu enviou uma representação a D. Pedro aprovando o fechamento da assembléia ao considerá-la facciosa e reconhecia que D. Pedro continuava constitucional porque formulava uma constituição, pelo título de defensor perpétuo do Brasil e porque tinha sido aclamado _ inclusive por esta câmara. Bonavides, P./Amaral Vieira, R. A., **Textos Políticos da História do Brasil. Independência-Império**, Fortaleza, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, t. I, p. 127. De acordo com Tobias Monteiro, havia uma intenção, em fins de 1823, de remeter o projeto da constituição outorgada às câmaras para que o examinassem e apresentassem suas sugestões. **História do Império. O Primeiro Reinado**, Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1939, p. 11. Este procedimento reiteraria a aliança entre D. Pedro e a localidade, a autoridade da câmara que capitaneava o processo de adesão.

²³⁸ A dissolução da Constituinte em 12 de novembro de 1823 foi um erro político, ou um acto plenamente justificado pelas circunstâncias do tempo, **RIHGB**, 1902, t. 64. Alencar valorizava o Manifesto de 16 de novembro daquele ano, assinado por D. Pedro no intuito de entender o fechamento da Constituinte, assim retomava a explicação e a postura do monarca. Homem de Mello, escrevendo para o Correio Mercantil, confiava nas atas desta Assembléia, reiterando as suas posições e vislumbrando aí o exercício liberal. A partir da escolha do documento reorientavam as suas respectivas explicações históricas, bem como José de Alencar _ filho de um revolucionário de Pernambuco de 1817, deputado das Cortes e político na independência, senador do império _ definia aquele momento histórico como filho das condições coloniais: *A grande revolução estava consummada: do regime colonial e da realza absolutista haviam surgido uma nação livre e um imperador eleito. A monarchia representativa ergueu-se sobre as ruínas do passado como o symbolo da redempção política*, p. 216. O debate se encerrou quando Alencar avisou que escrevia uma história do Brasil. Sua autoridade literária era maior, a ponto de forçar Homem de Mello a se retirar da polêmica, escusando-se e declarando a sua esperança em ler tal obra.

acordos entre os grupos políticos em disputa no Rio que se degladiavam quanto à definição de uma soberania e de um contrato social.

Na Constituinte de 1823, estes projetos políticos e sociais se opuseram, rediscutindo a própria autoridade do imperador, pois no projeto de continuação ele perdia a capacidade de sancionar leis e de conferir títulos e honrarias. Isto abalava bastante a sua intervenção no legislativo e de angariar simpatias, aliados, com os títulos nobiliárquicos. Também divergiam a respeito das eleições diretas ou indiretas; o sistema de duas câmaras; a exclusão do voto português; a expulsão dos portugueses do comando das tropas, da função de soldado, dos cargos públicos, o que destituía de importância, estatus, rendas, e alijava a participação na esfera pública a burocratas emigrados, os oficiais, os pequenos comerciantes, caixeiros, taverneiros, uma soldadesca miúda, foreiros, homens de pequenos ofícios ²³⁹.

Existiu aí um redirecionamento dos embates políticos, tornando-se inevitável reconhecer que Ledo e Clemente Pereira funcionavam como porta-vozes de um grupo econômico importante do Rio de Janeiro que incluía portugueses de diversas condições econômicas, e tantos atacadistas, proprietários, fazendeiros, comerciantes preocupados com a regulamentação de um mercado. No entanto, os líderes desta corrente liberal foram exilados ao fracassarem numa revolta armada, em fins de 1822, contra o grupo de Bonifácio.

Na assembléia aparecia a dificuldade do ministério de Bonifácio em conseguir a aprovação de seu texto constitucional à revelia dos representantes provinciais que procuravam estabelecer uma certa autonomia federativa. Ao mesmo tempo, Soares Lisboa retornava do exílio, propondo a autonomia legislativa das províncias, a soberania da Assembléia face ao poder real, a permanência de comandantes portugueses nas tropas. Ademais, a cidade vivia um clima de tensão em virtude das

²³⁹ Enquanto isso, a cidade vivia um clima de tensão devido às denúncias de portugueses que não aderiam à causa do Brasil, não usavam o tope nacional, falavam mal do imperador. No Registro da Correspondência da Polícia, no Rio de Janeiro, AN, Cód. 323, v. 7-8, surgem em abundância denúncias como esta: o cirurgião da câmara Manoel Antônio Henriques Tota e João Pedro de Alcantara brigaram porque o cirurgião não usava no braço a legenda da Independência ou Morte. Cód. 323, v. 7, fl. 5. Esta correspondência passava por Bonifácio, chegando às mãos do próprio D. Pedro. Além disso, havia uma quantidade imensa de concessões de passaportes, autorizações para viagem e pedidos de naturalização. Assim, no Rio de Janeiro, a questão de ser português e sua atuação tornavam-se um problema social e um assunto a ser pensado pela assembléia.

rusgas cotidianas étnicas, de classe, entre brasileiros e portugueses _ muitos deles vinculados ao pequeno comércio de alimentos cuja alta do preço ou a sua escassez eram vistas como formas de boicotar a *causa do Brasil*_ às perseguições aos portugueses e o confisco de seus bens. Neste impasse político, José Bonifácio demitiu-se do ministério, passando a criticar abertamente o imperador, na assembléia e através de *O Tamoio*.

Num acerto de contas e ajustes, Clemente Pereira, Januário da Cunha, Gonçalves Ledo retornaram do exílio e, numa aproximação com Nogueira da Gama, concordaram com a elaboração de uma constituição que atendesse à necessidade de regular o mercado, o encerramento do processo de devassa que sofriam, a extensão do direito de cidadania aos portugueses ²⁴⁰. Em troca, alargavam o raio de atuação do imperador ²⁴¹ e o ministério às expensas da autonomia das províncias e do aval para o fechamento da assembléia.

Fundava-se, entre junho de 1822 e fins de 1823, um pacto social que instaurava, pela primeira vez no Brasil, uma sociedade civil, com seu governo configurado numa monarquia constitucional, na qual resplandecia a persona do imperador, associada à assembléia geral e que se confrontaram em mais de um momento.

Na conformação da autoridade soberana de D. Pedro, amalgamava-se à sua persona a proposta de elaborar uma constituição e se deixava, inclusive, em aberto a chance de o Brasil voltar a fazer parte do grande império, no futuro, dependendo da sucessão dinástica portuguesa que poderia recair sobre D. Pedro. Contudo, desta maneira, D. Pedro ia se tornando o imperador do Brasil, cujo título fôra proposto

²⁴⁰ Oliveira, C. H. L. S. de, *Op. cit.*, p. Na Constituição de 1824, aboliam-se as corporações de ofício, seus juizes, escravões e mestres, não se proibia nenhum trabalho a ser exercido e aboliam-se as penas cruéis, os açoites, a tortura. Tais medidas pesavam no mundo do trabalho, reorganizando-o. *Constituições do Brasil, Op. cit.*

²⁴¹ A nova constituição de 1824 rezava que: *A pessoa do imperador é inviolável e sagrada: ele não está sujeito a responsabilidade alguma. Idem*, p. 99. Ora no projeto de constituição, não havia esta isenção de responsabilidades do imperador, assim dilatava-se seu poder e reconhecia-se a função do poder moderador na linha de Benjamin Constant: *... é a chave de toda a organização política, e é delegado primitivamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos.* Ele também exercia, junto com os ministros, o poder executivo. Desta maneira, ampliou-se a autoridade real. *Idem*, p. 96-7.

inicialmente numa reunião maçônica do Grande Oriente, quando Ledo sugeriu a sua aclamação no 12 de outubro de 1822 e Alves Branco propôs o título ²⁴².

Este título carregava em si mais de um sentido, sem que um exclusse ou anulasse inteiramente o outro. De um lado, qualquer nação estrangeira o reconheceria como digno do Brasil em virtude da grande extensão de seu território, a exemplo da Rússia. Ao explicá-lo certa vez, em tom de bazófia, José Bonifácio afirmara que nascia das festas do imperador do Espírito Santo ²⁴³ _ uma grande festa católica que comemorava o Espírito Santo mediado pela figura do rei, permitindo uma suspensão das tarefas cotidianas, um tempo agregador de toda população da cidade ²⁴⁴. Desta maneira, D. Pedro tinha um pé nas ruas e se atrelava às festas públicas, porém não compartilhava somente de seu caráter lúdico, precisava reforçar o teor cívico, ordeiro e sagrado destas festividades. O mesmo Bonifácio explicou o sentido do *império* ao agente diplomático da Áustria e da Santa Aliança, que, por sua vez, descreveu a conversa ao seu rei. Nela, Bonifácio teria ressaltado:

- * as proclamações das câmaras que chegavam ao Rio, aspecto sempre enfatizado por Clemente Pereira,
- * os debates no Conselho de Estado, definindo a eleição indireta, a atuação das províncias e suas respectivas exigências,
- * a necessidade de sair do estado de natureza e celebrar um pacto através de uma constituição,
- * a inevitável dissensão, no momento, com Portugal,

²⁴² Documentos para a história da independência..., Op. cit., p. 397-9.

²⁴³ Anotações de A. M. V. de Drummond..., Op. cit., p. 50.

²⁴⁴ Para outros contemporâneos parecia plausível esta associação entre um imperador o outro. O viajante chegou a comentar que a Festa do Divino Espírito Santo antecipou de muito o título de imperador, antes que D. Pedro efetivamente o aceitasse. Pohl, J. E., *Viagem ao interior do Brasil (de 1817-21)*, Rio de Janeiro: INL, 1951, v. 1, p. 90. Marta Abreu levantou recentemente esta intrigante relação: ... a maior popularidade do Divino Espírito Santo diante de outras comemorações também não poderia ser atribuída a uma identificação desta festa com o início de um novo Império nas Américas _ jovem e promissor _ onde cada festa anualmente renovaria as esperanças de "todos" por um futuro melhor, através da alegria, do riso e da coroação de um novo imperador? Em seguida, recoloca sua hipótese: ... podemos, então, propor que a figura do "imperador do Divino" se relacionasse, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, por um lado, com a continuidade, renascimento e consolidação da monarquia de Bragança em terras brasileiras e, por outro, com a manutenção e renovação de símbolos da antiga metrópole no jovem país. **"O Império do Divino": Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**, Campinas: UNICAMP, Tese de Doutorado, 1996, p. 22b, 40, respectivamente.

* o desejo de não ferir a moral do rei de Portugal, D. João VI, que era benquisto no Brasil,

* a necessidade de criar um título, antes da reunião da assembléia e da feitura de uma constituição, de modo que os laços entre o soberano e a nação não ficassem sob a sua tutela:

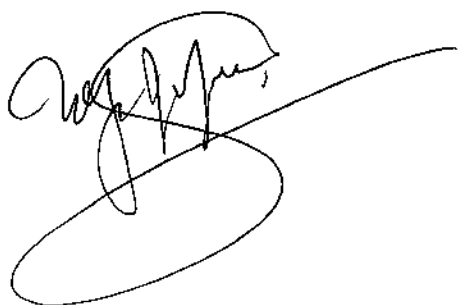
... le Prince se trouverait Empereur sans qu'elle (a assembléia) eut à y intervenir et par une autorité supérieure, émanant de la volonté directe du Peuple, que cette assemblée feroit des lois, mas ne seroit point admise à représenter toute la souveraineté, le Souverain faisant une partie essentielle de la representation nationale; que ce seroit enfin une véritable pacte, qui se formeroit entre le peuple et le Souverain, celui-ci ne s'engageant à rien d'avance, et réjettant ce qui seroit inadmissible ²⁴⁵.

A *persona* de D. Pedro se erigia como imperador pelas condições naturais do Brasil com seu vasto território e devido ao pacto que celebrava com a nação, mediante uma constituição e um sistema de adesões. Para tornar visível este pacto, repetiu-se a festa de aclamação em diversas partes do Brasil, conferindo ao imperador uma aura sagrada e aprovação social. Talvez, na bazófia, Bonifácio tenha revelado, deixado escapar, mais um modo de constituição do imperador: as festas. Ao mesmo tempo, tais festas retiravam a celebração do pacto social a partir da assembléia e no âmbito das leis; esferas estas controladas pelas elites, deslocando-as para o âmbito das ruas e praças, dos vivas e do contato do imperador com a sua gente, conformando agora uma sociedade civil. Estas festas colocavam em cena a produção da legitimidade e do contrato social que passava pela praça pública, conferindo-lhe um caráter e sentidos inteiramente novos.

²⁴⁵ A Correspondência do Barão Wenzel de Mareschal, *RIHGB*, 1916, t. 80, p. 114-115.

IARA LIS FRANCO SCHIAVINATTO CARVALHO SOUZA

PÁTRIA COROADA
O BRASIL COMO CORPO POLÍTICO
AUTÔNOMO 1780-1831



Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas, sob
orientação do Prof. Edgar Salvadori de Decca

MARÇO DE 1997
Campinas - SP

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

As Festas do Imperador

Entre 1808 e 1831, o Rio de Janeiro, na condição de corte, conheceu uma série de festas próprias da realeza, contando com a presença do próprio rei, o que as tornava magnas, pois a corte, os súditos, até os desavisados, compartilhavam da figura do rei ao vivo, próximos daquele que encarnava e centralizava a soberania ¹. Assim, a cidade preparou-se para receber a rainha e o príncipe regente, reverenciou-os nos seus aniversários a cada ano e ao longo dele ², saudou o casamento de D. Maria Teresa e seu consorte espanhol, assistiu a batizados, repicou sinos na elevação do Brasil a reino, se vestiu de luto para os funerais, se mobilizou pela chegada de D. Leopoldina, atapetou as ruas para a aclamação de D. João, o viu passar sob pália, tal qual numa procissão de santos, várias vezes pela rua da Direita, pelo Largo do Paço, enfim se acostumou com uma frequência maior de festas e com a sua suntuosidade, convivendo, assiduamente, com toda uma liturgia do poder real que implicava também numa série de estratégias políticas.

Continuavam, *pari passu*, as festas religiosas ³ em honra à devoção de um santo, organizadas pelas irmandades e autorizadas pelo bispo e pela câmara, tais

¹ Dois memorialistas se destacam por elencar e descrever estas festas: Santos, L. G. dos, **Memórias para servir à história do reino do Brasil**, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1981, t. I e II; Mello Moraes, **História do Brasil-Reino e do Brasil-Império**, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1982, t. I e II, expondo a sua vitalidade, contudo não se detêm na sua análise interna, nas suas relações com o universo social, tampouco em sua dimensão política. Também Oliveira Lima reconheceu a sua vitalidade num capítulo dedicado às Solenidades da Corte in **D. João VI no Brasil**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1945, sem enveredar por alguma explicação mais minuciosa. Recentemente, Maria Eurydice de Barros Ribeiro atentou para os sentidos políticos das cerimônias da realeza no primeiro reinado, denotando a sua eficácia. **Os Símbolos do Poder. Cerimônias e imagens do estado monárquico no Brasil**, Brasília: Ed. UnB, 1995. Esta autora se prende exclusivamente às festas de aclamação e coroação ocorridas no Rio de Janeiro no que toca a D. Pedro I, argumentando que na ausência de uma nação brasileira, o estado patrocinou um conjunto de símbolos vinculados na realeza que concorreram para estabelecer e operacionalizar uma certa identidade do Brasil.

² Os aniversários comemorados assiduamente eram os seguintes: o da rainha em 17 de dezembro, do príncipe regente em 13 de maio, de D. Carlota Joaquina em 25 de abril e em menor escala, de D. Pedro em 12 de outubro.

³ Em 1824, o Rio de Janeiro contava com 41 dias santos, a maioria enfeixados no Natal e na Páscoa, momentos-chaves da vida de Cristo, por decorrência da liturgia e calendário católicos. Outras grandes datas recaíam no dia

santos desfilavam pelas ruas nos cortejos, atraindo os fiéis, estruturando-se por vezes com os mesmos signos que acompanhavam e adornavam a figura real. O calendário litúrgico ritmava o ano e quase todo mes tinha um rito, um santo, uma data a celebrar, tornando-se uma ocasião com um viés lúdico e que evocava a fé de cada um, inclusive do príncipe e da família real que tanto podiam assistir a procissão do alto do balcão quanto participavam do próprio cortejo. Assim no Corpus Christi, D. João ocupava o púlpito e seguia junto ao corpo de Cristo, intercambiando os seus signos, forjando uma unidade e semelhança entre si, ao comemorar o corpo do Senhor e a Eucaristia _ a comunhão de todos através deste corpo e de seu sangue que levava a remissão dos pecados⁴. Tal procissão ao associar o corpo do senhor ao corpo do príncipe muito servia à pedagogia do poder monárquico pois assinalava a aura sobrenatural do governante, sua possibilidade de a todos congregar e, em si, harmonizar.

A novidade no Rio de Janeiro residia sobretudo na presença real em carne e osso e na maior pompa que ela requeria. Neste período, o Brasil se erigiu em sede das grandes festas monárquicas, até mesmo da aclamação de D. João VI e, posteriormente, daquelas que buscavam celebrar a fundação de um novo e poderoso império na jovem pátria do Brasil. Desta maneira, vivenciou-se uma temporalidade forte da realeza e suas cerimônias, com uma especificidade própria na qual se destacavam o corpo do rei, seus atributos, seus signos e sua capacidade e possibilidade de instaurar _ com anuência do súdito _ um contrato que garantisse o

de São Sebastião _ padroeiro da cidade, vivamente ligado à tradição da monarquia portuguesa _, Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio, São João, Santos Reis, Santana, Corpo de Deus e o Divino Espírito Santo. Este número de dias santos basicamente se estendeu de 1811 a 1852. Ver Martins, W. de S., *Arraiais e Procissões na Corte: Festas e Civilização na Cidade do Rio de Janeiro (1828-1860)*, Niterói: UFF, Dissertação de mestrado, 1996, p. 122-3, com especial interesse na Tabela 8: Calendário Religioso no Rio de Janeiro. Este autor assinala uma esclarecedora distinção burocrática entre a festa religiosa e aquelas preconizadas pelo estado. Os devotos da festa religiosa de forte cunho popular dependiam mais da autorização dos funcionários da coroa e menos das autoridades eclesiásticas que concediam licenças para outras festas religiosas e procissões. As festas da realeza, por sua vez, estavam delinadas nas *Ordenações*, sendo um encargo principalmente das câmaras, *op. cit.*, p. 104.

⁴ *Op. cit.*, p. 13-7. Willian dos Souza Martins contrapõe ao Corpus Christi o caráter popular que a festa do Divino ganhou na primeira metade do XIX no Rio de Janeiro. Sobre a festa do Divino, ver Abreu, M. C., *“O Império do Divino”: Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*, Campinas: UNICAMP, Tese de Doutorado, 1996. Quanto à relação entre festas religiosas e da realeza no período colonial: Priore, M. del, *Festas e Utopias no Brasil Colonial*, São Paulo: Brasiliense, 1994.

governo do país. Esta temporalidade instaura-se num acontecer vincado por procissões, sermões, arcos do triunfo, uma imagética bem escolhida e propalada, uma associação e trânsito de elementos entre o rei e os santos, um pacto entre o governante e governado que privilegiava a obediência e, a partir de 1822, o pertencimento ao Brasil ⁵.

Tais festas públicas existiam no período colonial. As cidades e suas câmaras, arranjadas com a igreja, comemoravam de tempos em tempos e por ordem do estado o nascimento dos herdeiros, os casamentos dos infantes, a aclamação do soberano, os batizados das crianças reais, as exéquias dos príncipes; daí, advinha todo um novo ciclo ao inaugurar novo reinado. Aliás, com a morte de D. João V ⁶, em 1750 pela primeira vez, celebrou-se as exéquias do rei por todo o império português, da Ásia à América, passando pela África. Este réquiem foi cumprido em toda parte, em Lisboa, Porto, Coimbra, Viseu, Goa, Luanda, Salvador, Recife, Olinda, Rio de Janeiro, Vila Rica, e outras tantas vilas até mesmo no Pará, almejando, no limite, que cada súdito soubesse da perda do soberano e o pranteasse. Ergueu-se mausoléus nas igrejas, rezou-se missas, estendeu-se panos pretos nas janelas. Havendo, no geral, uma semelhança no programa desta solenidade ⁷:

* iniciava-se com um pregão de luto,

⁵ Através desta noção de tempo forte, Diogo Ramada Curto recorta os momentos de inflexão das cerimônias e ritos da realeza portuguesa; alertando ainda que, mesmo no regime liberal vintista, o abade de Medrões no panfleto *O Cidadão Lusitano* propunha uma reforma das práticas festivas e submetia o seu aspecto religioso a uma orientação reformista e ilustrada, contudo não liquidava com as festas ou abolia a sua importância. Curto, D. R., *Ritos e cerimônias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, in Curto, D. R./Bethencourt, F., *A Memória da Nação*, Lisboa: Sá da Costa, 1991. Esta idéia de tempo forte envolve: a temporalidade enquanto construção do campo social, um rol diversificado das vivências pessoais e coletivas, a intensidade daquela prática _ no caso, as cerimônias reais _ no bojo da sociedade, os momentos mais marcantes, sua capacidade de continuidade e/ou permanência e suas descontinuidades.

⁶ D. João V governara sobre o fausto do ouro brasileiro, delineava-se pelo uso que fazia da figura do rei barroco, fundando o Real Convento de Mafra, a igreja patriarcal de Lisboa, a Biblioteca Real da Universidade de Coimbra, a fim de representar a sua grandiosidade através destas edificações. Quanto à suas exéquias, ver: Smith, R. C., *Os mausoléus de D. João V nas quatro partes do mundo*, *Revista da Faculdade de Letras*, Universidade de Lisboa, T. XXI, 2a. série, n. 1, 1955, p. 123-157. Tedim, J. M., *Festas Barrocas no Brasil Colonial _ Exéquias de D. João V em S. Salvador da Baía e S. João d'El Rei*, texto do autor. Para D. João V e seu reinado: Bebianno, R., *D. João V: espetáculo e poder*, Aveiro: Livraria Estante, 1987, Pimentel, A. F., *Arquitetura e Poder - o Real Edifício de Mafra*, Universidade de Coimbra, 1992, especialmente a parte II: *A Imagem do Poder*.

* seguia um gosto barroco na construção dos mausoléus, principalmente sob a inspiração do artista italiano Carlo Fontana que realizou em 1706 o mausoléu de D. Pedro II na Igreja de Santo Antônio dos Portugueses, em Roma, a mando de D. João V,

* tinha um dos seus momentos-chaves na quebra dos escudos reais. Desta cerimônia participavam funcionários do estado, membros da câmara, de luto, com capas pretas, levando uma haste preta com uma bandeira negra arrastada pelo chão, e percorriam a cidade num cortejo fúnebre. Depois vinha, entre duas alas de cidadãos com varas negras nas mãos, três juizes segurando os escudos pretos e, em determinados cantos da cidade, os quebravam, noticiando à população a morte do rei e manifestando a sua dor⁸,

* findava com mais uma missa pela alma do defunto.

Tratava-se de um ato que continuamente se expandia, porque estas exéquias se prolongaram por todo um ano. Pois à medida em que a notícia chegava numa vila, começava-se a organizar e cumprir o programa dos festejos até que todo o império honrasse o rei. Como se sua sombra recobrisse todo o seu império. Neste ato das exéquias, lamentava-se o rei e queria-se ligar todo o corpo político através da tristeza, sob a égide do próprio estado. No funeral, igualmente, se celebrava a **dignidade** do rei que superava a própria morte ao se perpetuar no seu sucessor, cumprindo o princípio da dinastia. Preso à esta lógica, o sermão proferido nos funerais de D. João VI, em 1826, afirmava:

Então, ó Morte, a tua victoria he quiméra, como dissera o Apostolo; e a tua foice não tem gume para cortar os aureos fios da têa, que a Graça do Ceo teceo, e que a Virtude bordou.

⁷ Tedim conclui: *S. Salvador da Baía e S. João d'El Rei, povoações que, apesar de se situarem em áreas geográficas bem distintas, conceberam, nestas pompas fúnebres, esquemas de representação muito próximos*, Op. cit., p. 275, i. é. além de obedecer o programa da festa, se aproximavam no modo de encená-la.

⁸ A câmara de Vila Rica encarregou-se da festa minuciosamente, de modo que nada saísse dos eixos. Assim deliberou que mascates e mercadores não vendessem panos pretos a preços mais altos do que até então praticados, a fim de suprir a confecção das vestes, bandeiras, chapéus de luto, designou — como rezava o costume — os lugares no quais se quebrariam os escudos, no Largo da Praça, no largo da Igreja de Antonio Dias, no largo da Igreja de Ouro Preto, mandou fazer os escudos pretos com as armas reais impressas, definiu o trajeto do cortejo e a ordem de quem desfilava, entre outras medidas. Havia uma mecânica anterior a festa e institucional que a produzia, evitando e controlando o caráter espontâneo desta ocasião. Funeraes de D. João Quinto — Auto de Vereação, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1906, p. 359-365.

Morreo porque era Homem: mas ainda vive porque foi Justo.

Adiante, avisava-se que o momento da morte consistia no instante que o rei pode ser julgado:

A ninguém he dado julgar os Reis em quanto empunhão o sceptro; porém cahidos do Throno vai com elles ao sepulcro esta sagrada isenção. Então, sentencia a respeito do rei morto, evocando as suas qualidades pessoais que se imscuíam com a sua capacidade de governar: Elle não abusou da Grandeza do seu poder; Elle reinou com espirito de clemencia, e mansidão ⁹.

Depois das exéquias, a cidade, a vila e os súditos já se preparavam para a próxima grande festa: a aclamação do novo soberano. Então, é importante salientar que as festas da realeza, sua montagem e realização significavam, por convenção, um acontecimento ritualizado que provocava e buscava se valer de uma economia afetiva que envolvesse e atravessasse os que dele participavam; sendo, por vezes e ao mesmo tempo, um modo da demonstração de força e persuasão do governante.

Ao contrário das exéquias de D. João V, uma festa pública poderia ocorrer num único local e ter sua importância espalhada por todo o império. A inauguração da estátua equestre de D. José I ¹⁰, filho de D. João V, na principal entrada de Lisboa, na beira do Tejo, em 1775 tanto se converteu no auge da cidade iluminista que Lisboa passava a ser depois do terremoto que a devastara em 1755. A cidade se geometrizava no quadriculado dos quarteirões e das ruas, ganhava novas edificações assobradadas e regulares na sua distribuição interna, obedecia, enfim, um princípio racional de distribuição do espaço. Na estátua de gosto neoclássico, o cavaleiro numa armadura bélica, elmo na cabeça, manto esvoaçante, e o cavalo prestes a continuar elegantemente a sua marcha, em uma pose imponente, denotavam a virilidade do rei, seu caráter militar, heróico e o inseriam numa tradição de grandes governantes que vinha desde a Roma antiga, passava por Cosimo I de Médicis em Florença, chegava

⁹ Relação das Solemnidades Praticadas com sentimento publico da muito nobre, muito antiga e sempre leal Cidade do Porto na occasião da lamentada morte do muito alto, e muito poderoso Senhor D. João Sexto, Porto: Imp. do Gandra, 1826, p. 13, 15, respectivamente. Grifos do original.

¹⁰ A Estátua Equestre de D. José I, Lisboa: Instituto de Tecnologia Educativa, 1983, França, J-A., Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Lisboa: Bertrand Ed., 1987. Francisco Bethencourt comentou comigo, numa reunião de orientação em 1994, que se trata da primeira estátua pública real portuguesa em meio a uma praça.

aos modelos franceses de Luis XIV, representados em pose equestre. Em consonância com esta recente acepção de cidade, a estátua ocupava a praça pública _ espaço de destaque nas cerimônias monárquicas _ e, celebrava de uma maneira inédita, o corpo do rei, porque este ficava visível, eternizado, conhecido e comemorado através do bronze, substituindo as entradas reais e os seus triunfos pela estátua em bronze.

A estátua foi trazida por um maquinário curioso da oficina para o antigo Terreiro do Paço, agora rebatizado de Praça do Comércio. Não à toa os comerciantes financiaram a festa, contribuíram para a reconstrução da capital, eram aliados de e prestigiados por Pombal. O conjunto escultórico de Machado de Castro, que cercava embaixo o rei do Triunfo, da Fama, com um baixo-relevo de Pombal, foi colocado no centro da praça, de frente para o rio, sugerindo que D. José I poderia marchar e percorrer, num galope, todo o seu império. Antes da data de inauguração no dia 6 de junho, aniversário do rei, muita gente seguiu o cortejo que transportou a estátua para o centro da praça. A festa oficial durou três dias, com direito a paradas militares, banquetes, iluminações, no entanto no grande momento da inauguração, a família real se escondeu nos seus coches, assistindo de longe, a entrada dos cortejos dos officios, dos homens do comércio e finanças, o desfile de autoridades e juizes, a glória de Pombal que descerrou, junto com o filho e o rico negociante Joaquim de Sobral Cruz, o monumento. Se a festa, a rigor, comemorava D. José I e o celebrizava em bronze no meio da maior praça da cidade, de frente para seu império marítimo, ela também foi astutamente roubada por Pombal que honrava seu soberano com a estátua e, simultaneamente, demonstrava seu poderio ao erguer a estátua na cidade que retirava das ruínas, construindo algo novo, fruto de seu intelecto e mando político. Desta feita, a festa era do rei, mas ele não a protagonizava.

Durante o reinado de D. José I, Pombal conquistou o estatuto de *anjo tutelar* do reino de Portugal, título com que D. Pedro I e seu filho ¹¹, por vezes, foram

¹¹ Há poemas da época enaltecendo e detratando Pombal na BGUC, Cód 394, Sonetos de José Luiz da Costa; Cód. 403, Aos felices annos do Ilmo. Snr. Marquez de Pombal; Cód. 1346, Queixas e Apologias do Povo em que se justifica a liberdade com que todo o Estado tem applaudido as Determinações da Rainha Nossa Senhora a respeito do Marques de Pombal, mandado p^a. Fora da Corte, e do governo. No auge do seu poder, reconhecia-se o anjo de Portugal: *Anjo santo, Anjo forte, Anjo imortal; anjo destinado pelo Altíssimo para tutelar de uma*

designados e saudados no Brasil. A noção de anjo aludia à capacidade de proteger o país e intermediar o mundo dos homens e a orbe/esfera celeste, dos santos e de Deus, intercedendo em favor dos homens, evitando os males, as desgraças, o infortúnio. Esta figura do anjo aparecia nos poemas recitados nas festas públicas e, depois, publicados, nos sermões, nas imagens dos arcos dos triunfos e das luminárias.

Deste comentário das exéquias e da inauguração da estátua se tira uma lição, nem toda festa tinha o mesmo intuito ou servia e referendava o seu objeto mais exaltado, mais comentado. Ela conjugava uma série de elementos que iam dos discursos, dos arcos erguidos, dos trajetos percorridos, aos participantes, a quem lhe financiava e/ou desfilava, ela implicava vozes, gestos, monumentos, danças, regras ditadas pelo estado, mas não necessariamente se configuravam com um único sentido ¹². Por exemplo, ao celebrar os desponsórios de D. Maria, filha de D. José I e futura rainha, com D. Pedro em 1762, a Vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro, na Bahia, contou com um desfile e danças preparados pelos homens de ofícios, cuteleiros, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, corrieiros. Entre eles, se destacou a dança e representação de congo realizada pelos ourives, onde sobrepujavam os negros. No dia 16 de dezembro, depois da sua embaixada o ter anunciado no dia 14:

... saiu o Reinado dos Congos, que se compunha de mais de oitenta máscaras, com farsas ao seu modo de trajar, riquíssimas pelo muito ouro e diamantes de que se ornavam, sobressaindo a todos o Rei e a Rainha. Buscando todo este estado os Paços do Conselho, foi recebido pelo capitão-mor, juiz e mais camaristas, que se achavam em assentos competentes aos seus ofícios e pessoas. Para o Rei e a Rainha se havia destinado lugar sobre um estrado de três degraus, cobertos de preciosos panos, com duas cadeiras de veludo carmesim franjadas de ouro,

vida, de que dependem tantas vidas; Anjo dado por Guarda ao ilustre, e pio Marquez de Pombal..., Apud Pereira, J. E., Identidade nacional. Do reformismo absolutista ao liberalismo, in Curto/Bithencourt, Op. cit., p. 426. Para a condição de anjo salvador de D. Pedro II, ver Ribeiro, M. E. de B., Op. cit., p. 101.

¹² A pesquisa de Mona Ozouf mostra e ensina a preocupação em afastar-se de uma compreensão maniqueísta da festa, tomando-a como um artifício pequeno, superficial, de pouca eficácia, ou que por trás dele existiria um grande fato, mais verdadeiro ou revelador. Ao contrário, explora — sem determinar um único procedimento — a multiplicidade de sentidos enredados numa festividade e suas significações. *La fête révolutionnaire, 1789-1799*, Paris: Gallimard, 1976

debaixo de um ló verde com florões de ouro e franja do mesmo ¹³.

Com elementos, em geral associados ao riso, como as máscaras e farsas, o rei e a rainha compartilhavam o mesmo espaço com as autoridades, ganhando inclusive um relevo. Foi uma ocasião em prol da futura rainha D. Maria I, mas quem reinou e dançou foi um rei negro em sua congada, gerando, no limite, uma antítese do objetivo da festa e revirando o mundo, pois assentava no trono: um negro. Certamente, o acontecimento-festa interrompia o tempo do trabalho e do cotidiano, tentava reunir toda a vila ou cidade diante de si mesma e, por vezes, podia ferir a hierarquia social de formas variadas. Assim, a festa podia perverter a ordem ou, como fez D. Pedro, se tornar uma maneira de instaurar uma outra condição política do Brasil, sem romper necessariamente com a ordem vigente e recorrendo a um vocabulário político das festas que vinha do passado colonial, o que talvez desse uma impressão de continuidade para quem vivenciava aquele momento histórico.

PANORÂMICA DAS FESTAS

Em geral, as festas reais ocorridas no Rio de Janeiro entre 1808-31 seguiam um conjunto de referências delineadas seja pela etiqueta real, seja pelo uso repetido ao longo do período colonial. Existiam elementos formais que se repetiam e reapareciam constantemente nas festas, como o uso do pódio; outros ganhavam destaque, como os arcos do triunfo, ou somente naquele momento surgia, tal qual o manto e o cetro reais na aclamação. Contudo tais elementos formais, tais signos e suas práticas, poderiam ser rearranjados de modo a criar outros ou novos significados, podendo ou não quebrar uma noção de continuidade. Neste diapasão, D. Pedro teve seu retrato espalhado pelo país, quando da sua aclamação, tal qual ocorrera muitas vezes a respeito do rei português; contudo, o verde-amarelo dos novos topos, a magnitude da festa e as alianças políticas que envolviam tornavam esta uma festa cívica do Brasil

¹³ Calmon, F., *Relação das Faustíssimas Festas*. Repr. Fac-similar da edição de 1762; intr. e notas de Oneyda Alvarenga; transcr. de Ronaldo Menegaz, Rio de Janeiro, Funarte, 1982, p. 23. Devo esta indicação a Sílvia

independente, que se distinguia das festas reais do passado colonial, cada vez mais, condenado.

Desta maneira, pode ser um exercício interessante compreender a configuração geral destas festas que se delineiam por um caráter cívico, embora não dispensem o traço religioso, ao se constituírem por meio de metáforas cristãs e recorrerem aos anjos, dias santos, missas e Te Deum, sem perder de vista no que poderiam se distinguir. Em virtude do caráter repetitivo destas festas pode-se buscar essa configuração mais geral, sabendo que tal repetição não era uma opção ingênua ou menor, servia para que cada um, presente àquele acontecimento, tivesse uma idéia, ainda que ligeira, do seu desenrolar e atendia à necessidade de reger as festas, facilitando o trabalho das instituições responsáveis por sua realização e procurava evitar distúrbios populares ¹⁴. Este acontecer vinha carregado de permanências e reiteraões: os santos, os cortejos, o andor, os lenços brancos, as passagens bíblicas norteando os sermões, etc., que, em certa medida, concedem uma permissão metodológica ao historiador para tentar reconstituir tal panorâmica. É prudente notar que não se trata de encontrar ou forjar um modelo das festas reais, várias delas serão analisadas em particular, antes procura-se elencar quais os elementos formais que as estruturavam e o seu modo de ocorrência. Talvez este procedimento de leitura e reconstituição das festas permita entrever a maneira pela qual se instaurava um tempo ritualizado, se convocava o universo social e, simultaneamente, o hierarquizava, movimentando um campo imagético investido de usos políticos

Lara.

¹⁴ As pesquisas de Willian de Souza Martins e Marta Campos Abreu a respeito da festa do Divino, com forte traço popular, demonstram a sua organização, a atuação das personagens, as interpretações letradas sobre o assunto, as pressões e coerções do estado no intuito de discipliná-las e torná-las mais “civilizadas”. Por outro lado, o trabalho de Carla Simone Chamon, *Festejos Imperiais – Festas Cívicas em Minas Gerais – 1815/1845*, Belo Horizonte: UFMG, Dissertação de Mestrado, 1996, denota a mobilização dos afetos e as tentativas de transfigurar – através da festa – a ordem, tornando a primeira exemplar da segunda, o que não impedia a presença da violência e discórdias. Agradeço a indicação a Hercília Maria Facuri Coelho Lambert.

OS QUE ASSISTEM, OS QUE PREPARAM, OS QUE PARTICIPAM E QUEM MAIS...

Produzir uma festa capaz de mobilizar uma cidade ou parte dela, interrompendo o funcionamento das instituições públicas, a sua rotina de trabalho, alterando o fluxo e o movimento das ruas, implicava num esforço conjunto de três instituições basicamente: a câmara, a igreja e os quartéis. Convocava-se a presença constante dos vereadores, da igreja local, com sua hierarquia, principalmente na capital onde conviviam as paróquias, o bispado, a capela real, as irmandades. A remuneração dos padres era paga pelo estado, atrelando ainda mais estas duas instituições e, em certa medida, subordinando o pároco ao rei. Através da câmara, também os regimentos das tropas, principalmente sob a orientação dos seus comandantes e nos desfiles na praça pública, participavam ativamente destas ocasiões. Não se pode deixar de mencionar a presença dos homens de ofício e suas corporações que edificavam passarelas, erguiam obeliscos e monumentos, ensaiavam e apresentavam bailados ou faziam os carros alegóricos; entretanto não se incumbiam da organização da festa.

Cabe dizer que, em geral, os comandantes das tropas para alcançar este cargo eram proprietários ou negociantes, podendo também, vez ou outra, ocupar funções nas câmaras. Por outro lado, vários padres elegiam-se vereadores. Assim, uma mesma pessoa da elite, ao longo de sua vida, podia auxiliar e/ou organizar uma festa em várias funções em nome dessas instituições. Estes responsáveis intercambiavam-se entre tais instituições.

Os laços estreitos entre o estado e a igreja garantiam um intercâmbio de signos e prestígio entre estas instituições. O novo bispo designado para a cidade, D. José Caetano da Silva Coutinho, foi acolhido com uma entrada solene pelas ruas do Rio no dia 13 de maio, propositalmente escolhido por ser o aniversário de D. João. Em 1813, a entrada do Papa Pio VII em Roma foi homenageada, no Rio de Janeiro, com uma missa solene, com oração congratulatória, presença real e iluminação da cidade em sua honra, além dos repiques de sino. Existia, então, uma continuidade signífica entre

a igreja e o rei e um trânsito da noção do que era sagrado ¹⁵. Afora, a constante justaposição de datas religiosas, consagradas aos santos, que acabavam sendo também usadas pela realeza, por exemplo, a entrada de D. Pedro em São João del Rei se deu na Semana Santa ou a aclamação de D. João ocorrida no dia consagrado às Chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo ¹⁶. Numa cortesia e em troca das atenções recebidas, o papa fixou a solenidade das Chagas para o dia 6 de fevereiro no intuito de colaborar com o estabelecimento de uma memória social do dia da aclamação ¹⁷. Assim, intercambiavam-se o sentido sacro e político de uma comemoração.

No Rio de Janeiro, pesava o surgimento de uma aristocracia local, próxima a seu soberano, formada de brasileiros, aqui, nomeados através das mercês e concessão de honrarias ¹⁸. Circulavam, então, barões, condes, viscondes, marqueses, os que recebiam a ordem de Cristo ou as comendas (re)criadas por D. João VI e D. Pedro I. Por outro lado, em muitas procissões, o rei acompanhava o cortejo ou o reverenciava do alto da janela do Paço. Convém dizer que as festas religiosas e cerimônias negras e/ou escravas se multiplicavam no calendário da cidade ao longo do ano.

Títulos Nobiliárquicos, 1808-1831 (% - considerando um total de 100%)

Imperadores

<u><i>Títulos</i></u>	<u><i>João VI</i></u>	<u><i>Pedro I</i></u>

¹⁵ Para tanto, moldou-se historicamente uma linguagem das cerimônias e ritos da realeza, com uma sintaxe e morfologia ricas, capazes de enredar-se a outros elementos signícos e conteúdos reais. Estas cerimônias desfrutaram de um intenso vigor de performance nas ocasiões públicas e oficiais durante a época moderna, constituindo uma linguagem política própria que remetia para e se entrelaçava a outras esferas _ dinástica e jurídica _ que instauram e sustentavam o poder real. Ver Boureau, A., *Les cérémonies royales françaises entre performance juridique et compétence liturgique, Annales, Économies, Sociétés, Civilisation*, 46e. année, n. 6, nov.-dec. 1991. Este vocabuário movimentado e arregimentado por tal linguagem procedia basicamente da Idade Média, capturando elementos da religião cristã para dentro do estado monárquico, laicizando-os. Sobre esta teologia política, destacam-se: Giesey, R. E., *The Royal Funeral Ceremony in Renaissance France*, Genève: Librairie E. Droz, 1960; Kantorowicz, E., *Les Deux Corps du Roi*, Paris: Gallimard, 1989; Bloch, M., *Os Reis Taumaturgos*, São Paulo: Cia das Letras, 1993.

¹⁶ Reiterando um ato inaugural da monarquia portuguesa porque ao ser escolhido rei, Afonso Henriques recebeu as chagas de Cristo, mostrando um elo de fidelidade entre o primeiro e o último, bem como a benção dos céus. A data aqui participava da própria definição e estatuto deste acontecimento.

¹⁷ Santos, L. G. dos, *Op. cit.*, t. II, p. 228. Ainda em 1819, as Chagas de Cristo foram comemoradas sem obedecer essa nova regulamentação papal, sendo toda a festividade realizada em 26 de fevereiro, com missa na capela real, Te Deum, salvas das fortalezas e esquadra, beija-mão e luminárias.

¹⁸ Respalado nos periódicos da época, Marcus Joaquim Maciel de Carvalho assinala sobre esta aristocracia: *It indicated families with a long tradition of wealth and prestige based on landownership, but without any necessary links with the Portuguese nobility. Hegemony and rebellion in Pernambuco (Brazil), 1821-1835*, Urbana-Champaign: University of Illinois, 1989, p. 32.

Duques	1,68	1,49
Marquesses	10,92	20,15
Condes	41,18	5,97
Viscondes	25,21	26,57
Barões	21,01	35,82 ¹⁹

Para o nobre, era preciso participar destas festas, nas quais se perfilavam ao lado ou redor de seu senhor, honrando-o e emprestando o seu prestígio à medida em que compartilhava de sua soberania. Muitos destes nobres serviam na esfera privada de suas altezas, como o mordomo-mor, a dama de companhia, a guarda pessoal e outros mais, podendo, assim, circular e usufruir da intimidade real bem como ocupar a cena pública, em meio a uma festa real, sem que houvesse, no entanto, uma quebra na sua influência e movimentação entre uma esfera e outra. Em geral, quanto mais próximo da vida pessoal do príncipe, maior a importância do nobre, mesmo no âmbito político-institucional. Basta lembrar que o visconde de Santo Amaro e José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro e secretário de estado dos negócios do império, foram e mestre de cerimônia e mordomo-mor da coroação de D. Pedro, o que atestava o alto prestígio que desfrutavam na corte.

Neste sentido, o viver na corte implicava o domínio de uma etiqueta, um saber comportar-se para não agredir ou desrespeitar com um gesto, uma palavra, impróprios os soberanos. Um folheto, por exemplo, explicava que as senhoras para irem a um baile que contasse com a presença real, deveriam vestir-se *de corte* ²⁰, sem manto. As que desejassem dançar colocariam vestidos redondos, luvas, enfeites na cabeça mais leves e ficariam no salão. Qualquer cavalheiro, por seu turno, ao observar uma moça assim vestida, sabia que ela se dispunha a dançar, sentindo-se autorizado a convidá-la para uma “valsa”. As outras senhoras se dirigiriam aos camarotes. Os cavaleiros também vestiriam *corte* e os que fossem dançar portariam

¹⁹ Dados retirados de Carvalho, J. M., *Teatro de Sombras – a política imperial*, Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988, p.19. Esta lista foi preparada pelo Grupo de Pesquisa Histórica do Arquivo Nacional. O autor menciona que o baronato era concedido, em geral, aos proprietários que não participavam da esfera política, p. 19-20.

²⁰ Como definia o *Dicionário de Moraes de 1789*, o homem de corte é *aquele que a frequenta, o que sabe os estilos e a policia do Cortezão, sendo ter corte: se diz o que he de corte, e sabe, e guarda os seus estilos; ser palacianos, ter o ar e modo da corte. Vestir-se de corte significava obedecer tal acepção.*

luvas brancas. O mestres-sala encarregados de organizar os bailados, nunca deixariam que se prolongassem por muito tempo, de maneira que as senhoras cansadas tivessem um momento para se retirar. Dos que fossem ao baile, os proprietários de coches entrariam pelo arco do lado direito do pórtico da Casa da Ópera, já aqueles que fossem a pé entrariam pelas portas laterais. Desta forma, criava-se um desfile de carruagens no pórtico e não se confundiria socialmente os que fossem ao baile. As senhoras e os cavalheiros se sentariam em mesas diferentes para cear, não se daria *pateadas* ²¹ depois dos bailados e saúdes devido à presença real e, quando da chegada de suas altezas, todos de pé as receberiam. Textos assim ensinavam a viver numa corte, a portar-se frente ao rei ou, então, a força do hábito, que tanto verga a qualquer um, incutido por regulamentos ditados pelo estado, ao longo de décadas, definia, por exemplo, que a vara prateada do pálido seria levada pelo presidente da câmara e as outras, pretas, carregadas pelos outros homens vinculados à câmara. O viver em corte criava uma *interdependência* entre as pessoas e, ao mesmo tempo, designava o seu centro na pessoa real, ao introduzir e reafirmar uma série de etiquetas que regravam e ritmavam esta convivência ²². Enquanto práticas, tais etiquetas denotavam uma sociabilidade e lapidavam os homens e as coisas por elas permeadas. Daí que os próprios contemporâneos – sobretudo o olhar observador e vigilante dos viajantes – atestassem, através deste crescente refinamento da sociabilidade, a marcha positiva da civilização em terras brasileiras. Desse modo, a festa bem-comportada, bem organizada, celebrativa da união brasileira também comprovava o bom andamento da civilidade entre os brasileiros ²³, sem escorregar na

²¹ Etiqueta que se ha-de guardar pelos Senhores convidados para o Baile da noite de 24 do corrente, Rio de Janeiro, Typ. Regia.

²² Este argumento em sua extensão e bem explicado está em Norbert Elias, *A Sociedade de Corte*, Lisboa: Ed. Estampa, 1995, especialmente caps. III e IV; *O Processo Civilizador – Uma História dos Costumes*, Apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990 e *O Processo Civilizador – Formação do estado e civilização*, Apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, especialmente Parte I, Cap. 2.

²³ Carla Simone Chamon mostra que a Festa do Tejuco em 1815, quando da inauguração da Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar, salientava que a fábrica por si só portava uma idéia de civilização, principalmente a metalurgia se inseria na marcha do progresso humano e, igualmente, se tornava um lugar civilizado por bem receber, numa entrada triunfal, o retrato de D. João VI. *Op. cit.*, cap. 2. Para uma descrição desta festa: Santos, L. G. dos, *Op. cit.*, v. I, p. 343-346.

anarquia social, nos riscos da revolução desenfreada ou na temida fratura do território brasileiro.

Os homens da elite, nobres ou vinculados ao estado, desempenhando cargos públicos no ministério, no senado da câmara, junto à Intendência Geral de Polícia encarregada, muitas vezes, de levar a cabo a cerimônia, se preocupavam com a ordenação da festa, sua realização nos mínimos detalhes. Em novembro de 1817, por exemplo, o barão do Rio Seco mandava os arquitetos José da Costa e João Muniz vistoriarem a varanda que seria usada para a aclamação de D. João em fevereiro do ano seguinte, verificando se a chuva estragara o madeiramento, a sua sustentação, o alinhamento do teto. Novamente, um pouco antes da cerimônia, ele pediu nova vistoria ²⁴. Assim, essa elite e nobreza se responsabilizavam pela festa, coordenando-a e, em vários momentos, custeando-a. A elaboração de uma festa podia passar por uma série de debates. O corpo do comércio do Rio querendo comemorar a elevação do Brasil a reino, em 1815, discutiu o tipo de festa apropriada para a ocasião ²⁵, dispondo de 40 contos para empreendê-la. Rivalizavam-se dois projetos. O primeiro propunha:

- * 1o. dia: festa na igreja,
- * 2o. dia: serenata, baile, refresco e ceia,
- * 3o. dia: Te Deum e fogo de artilharia.

O outro projeto debatido internamente na Junta, só alterava o 2o. dia sugerindo um teatro gratuito. Porém, seu maior interesse era que se criasse uma Universidade no Rio, um estabelecimento que para sempre marcaria, enquanto um monumento, o novo estatuto do Brasil. A Universidade equivaleria a um progresso das luzes vivido politicamente pelo Brasil, daí a preferência por este marco. Acabaram preferindo o primeiro projeto e, no final das contas, financiaram a Missão Artística de 1816, concorrendo para o progresso _ entendido enquanto ilustração e educação do povo, maneira de civilizar _ do Brasil e comemorando a sua elevação a

²⁴ AN - Casa Imperial, Cx. 2, Pac. 2, Doc. 115 - Ofício do Barão do Rio Seco para o ministro Villa Nova Portugal sobre o estado da varanda para a aclamação de D. João VI.

²⁵ AN - Cód. 807, v. 2, Reflexões sobre o actual Plano adoptado pelo Corpo do Commercio desta Capital para mostrar a sua gratidão e prazer pela elevação do Brasil a Reino.

Reino.

Cuidando da montagem cênica da ocasião, tanto as instituições quanto os proprietários, negociantes, comandantes das tropas, as corporações de ofícios por vezes, tratavam de financiar a construção de monumentos de caráter efêmeros que traziam grandiloquência à situação, remetiam para um universo de citações neoclássicas na maioria das vezes, instituíam um outro espaço, afastado do dia-a-dia, cuja a própria formulação definia papéis sociais, sendo que aí cabia muito do lúdico. Assim, na grande festa de aclamação de D. João ²⁶, em 6 de fevereiro de 1818, a Junta do Comércio financiou e iluminou um arco do triunfo de autoria de Debret e Grandjean de Montigny, com os capitéis escritos *J. VI*, enlaçados por guirlandas presas aos pedestais. Cada face do arco continha quatro colunas da ordem coríntia, e entre estas se via as estátuas de Minerva e Ceres _ numa referência à sabedoria e prudência do governante e à fartura da terra, principalmente quanto à agricultura. O lado direito do arco representava, em baixo relevo, o desembarque de D. João, quando o Rio _ sustentado pela América e outras capitanias _ lhe entregava as chaves da cidade. Do lado esquerdo, D. João acolhia as homenagens das Artes e Comércio. Ao meio, rios Tejo e Janeiro (sic) com as armas do Reino Unido sustentadas por uma coroa e, no friso, aparecia a inscrição: *Ao Libertador do Commercio* ²⁷. A Junta de Comércio reconhecia a atuação de D. João a seu favor e os cercava com signos da sua atividade, ao mesmo tempo em que atribuía lhe qualidades.

O senado da câmara, por sua vez, financiou a construção de um templo dedicado a Minerva, que contava com uma estátua desta deusa e uma outra para D. João. Para eternizar a situação, foi cunhada uma medalha com a efígie de D. João de perfil numa face e, noutra, a estampa do templo.

²⁶ *Relação dos Festejos, que a Feliz Acclamação do Muito Alto, muito poderoso, e fidelissimo Senhor D. João VI, por Bernardo Avellino Ferreira e Souza, Rio de Janeiro: Typ. Real, 1818.* Cabe observar que a Relação de festa é um tipo de documento que abunda para o período e permite compreender melhor a cultura política da época. Trata-se de um texto minucioso que coincide com o próprio cerimonial que acompanhava o desenrolar da cena pública, como um enredo de uma peça teatral, deixando entrever o que se constituía enquanto normativo destas celebrações. Por outro lado, seu teor laudatório, sem erros, riscos ou desvios faz com que se tenha zelo na sua leitura a fim de não incorrer no engano de acreditar que o mundo tão bem ordenado que tenta apresentar coincide por inteiro com o mundo vivido. Aliás, o texto em si tenta narrar um acontecimento real, mostrando e regulando justamente sua forma de acontecer. Ao mesmo tempo, este gênero de escrita expõe a expectativa da elite quanto à festa, compondo a sua versão da cerimônia que significava uma reunião de uma dada coletividade.

Um grande número de pessoas da elite providenciou iluminações na frente de suas residências, como o coronel Antonio José da Costa Braga, comendador Luiz de Sousa Dias, ambos na rua Direita; desembargador Luiz Joaquim Duque Estrada Furtado de Mendonça na rua da Ajuda, tenente-general Jozé d'Oliveira Barboza, comendador Jozé Marcellino Gonçalves, conselheiro João Antonio de Araujo, baronesa de São Salvador, conselheiro Amaro Velho da Silva, negociante Manoel Guedes Pinto no Catete, cirurgião-mor dos exércitos Theodoro Ferreira de Aguiar, conselheiro Manoel Vieira da Silva na rua dos Inválidos, coronel Fernando José de Almeida, intendente geral da polícia Fernandes Viana, José da Costa Barros iluminou o Trapiche da Gamboa, negociante Francisco José da Cunha na rua do Lavradio, corregedor do crime José Albano Fragoso, já os negociantes: Joaquim José Pereira de Faro, Francisco Pereira de Mesquita, Francisco Pinheiro Guimarães, Francisco José Guimarães arcaram com os dois arcos do triunfo _ erguidos para a recepção de D. Leopoldina e que foram mantidos para a festa da aclamação _ iluminados.

Também pelo subúrbio da cidade podia-se encontrar outras iluminações. Elas exibiam a figura de D. João, em seu manto, com o cetro, repetindo o momento máximo daquela festa: a própria aclamação, quando se tornara um rei. Assim, na rua Direita, via-se uma efígie de D. João sentado ao trono, com manto e diadema, cetro na mão, a cidade de Braga _ representada por um emblema feminino _ ajoelhada, depondo o elmo, o escudo e oferecendo seu coração, em sinal da *candura, e singeleza dos votos de respeito, e homenagem que são devidos a tão Alto, e Soberano Senhor*. De um lado, Marte cercava o rei com os escudos reais e instrumentos bélicos, do outro, a Fama com um clarim alardeava as suas virtudes, *apontando para uma esfera armilar como denotando que todo o Globo foi Theatro da Gloria para a Nação Portuguesa*. Da base deste monumento de cristal, cera, espelhos, saía, em direção à rua, um recinto quadrado, *formado de murtas, e rosas rematando nos dous cantos com duas grandes pilastras, illuminadas tambem com globos de cristal*. Aí dentro, uma banda de música

²⁷ Idem, p.4-5.

tocava ²⁸. De fato, a iluminação tentava despertar o interesse e a participação da assistência, para ver, ouvir, cantar, dançar e, paralelamente, divulgava a figura do monarca. Além disso, tornava visível a distinção social daquele que financiava uma dada iluminação. Quanto mais duradoura e/ou mais bela ela fosse, maior a distinção pública do benemérito senhor. E, em cada lugar no desfile, no cortejo, pela disposição dos corpos, de acordo com o costume e protocolos reafirmava-se a identidade de cada ²⁹.

Tais iluminações espalhadas pela cidade quebravam o monotonia da noite escura, contavam um feito, exaltavam uma situação. A iluminação encomendada por Amaro Velho da Silva, dos mais ricos negociantes e traficantes da cidade, expunha os atributos do novo soberano, compondo-o com três figuras intituladas: Verdade, Fidelidade, Justiça. Em cima, enlaçando-as, aparecia as iniciais D. J. VI. Na primeira figura, a América deixava o cocar e colocava a coroa real na cabeça; no horizonte, a Aurora era conduzida pela figura da Razão e da Abundância. Na segunda, se via o templo da imortalidade onde estavam três Igênios dos reinos unidos. Na última, a Memória aparecia com um livro na mão dentro do templo da Eternidade ³⁰. Paulatinamente, ligava-se a figura da América ao soberano, primeiro a D. João, depois a D. Pedro. Ela surgia de cocar, com penas, cercada de animais silvestres e tropicais, nos moldes com que era representada por Cesare Ripa ³¹ nos séculos XVI-

²⁸ Descrição dos Emblemas allegoricos e seus epigramas com que se adornou a iluminação que na fachada das cazas de sua residencia appresentou ao Publico o Coronel Antonio Jose da Silva Braga, Rio de Janeiro: Imp. Regia, 1821, p. 3, 5, 7, respectivamente. Repare na preocupação em mandar redigir e publicar um documento que narrasse a iluminação, pois mais tarde poderia servir para abonar os serviços do súdito ao rei, pedindo mercê. Esta iluminação durou até o dia 9 de fevereiro, o que significava custear a banda e a sua duração repondo velas, cera, etc...

²⁹ Ansart, P., *La gestion des passions politiques*, Lausanne: L'Âge d'Homme, 1983, especialmente *Aimer son roi*.

³⁰ Relação dos festejos..., p.10.

³¹ A obra publicada por Cesare Ripa, pela primeira vez em 1593, teve várias edições e influenciou muito a produção artística. Trata-se de um compêndio que combina imagem e texto, ele consegue elaborar alegorias, personificações, símbolos das virtudes, dos vícios, das paixões, das estações do ano, das partes do globo, do tempo, etc., fixando uma espécie de correspondência entre a imagem e uma idéia que se quer expressar. Como afirmou Edward A. Maser: *Ripa's book is the product of a time when was, unlike today, a fairly common agreement on the way in which ideas, often very abstract ones, could be intelligibly and effectively represented visually*. Cesare Ripa, *Baroque and Rococo _ Pictorial Imagery*, New York: Dover Publications, Inc., 1972, p. vii. Esta espécie de dicionário artístico, segundo Maser, acabou sendo consultado e usado também por oradores, poetas, padres, para se comunicarem e dizerem o que desejavam. Na formação deste acervo de alegorias e símbolos se encontra um trabalho do autor junto aos textos antigos e medievais. Desta forma, o livro

XVII, aludindo à sua natureza e fartura. Em uma iluminação erguida em 1808 quando do desembarque da família real, a América de manto real, acompanhada da África que de joelhos oferecia suas riquezas, ofertava nas mãos seu coração para o príncipe, D. João, cujo retrato estava iluminado ao lado. Em outra ponta, a Lísia chorava sua partida. Em baixo, lia-se a quadra:

*América feliz tens em teu seio,
Do novo Império o Fundador Sublime:
Será este o Paiz de Santas Virtudes,
Quando o resto do Mundo he todo crime*³².

O senado da câmara providenciou uma iluminação, para esta data, no Largo do Paço, e no arco central surgia uma efígie do príncipe regente cercado por dois Igênios que indicavam o Brasil, o qual na figura de um gentil, e engraçado índio, todo absorto de prazer, ofertava de joelhos a S. A. os seus tesouros, para os quais apontava com a mão esquerda; e sustentando com a mão direita o coração, o oferecia ao mesmo real senhor com estas palavras, que se liam, como saindo-lhe da boca: _ Mais que tudo o Coração³³. Ao longe, via-se a entrada do porto do Rio, com embarcações, o Pão de Açúcar e a nau Príncipe Real que passava saudada pelas fortalezas. A iluminação divulgava a efígie real, pondo-a em circulação e inventava cenas povoadas de gênios, além de emblemas e figuras enraizadas na realidade empírica, como o contorno do Pão de Açúcar, nas quais inseria-se o soberano. O gênio espalhava-se em várias imagens e muitos discursos. Ele necessariamente acompanhava um outro ser: indivíduos, lugares, figuras morais _ como o Rio de Janeiro, o Brasil, a América, a dinastia dos Bragança,

servia tanto para a elaboração artística quanto para a sua compreensão, quanto ao seu significado, sendo que, no limite, estabilizava uma certa representação de alguma coisa, por exemplo: a América, bem como difundia um entendimento regular desse mesmo objeto. Talvez, neste sentido, quando sua referência foi seguida no Rio de Janeiro, a expectativa do artista fosse assegurar um mínimo de comunicação. Na sequência, arrola a alegoria da América em Cesare Ripa e obras que dele se valem, reiterando uma mesma configuração. No intuito de moldá-la, o autor leu os escritos dos jesuítas, do Padre Girolamo Gigli, Ferrante, Gonzales, já que não existiam fontes antigas que a significassem. Na sua definição, a América era a *dark man, a native chieftain certainly, who sits among many objects associated with America*, Op. cit., p. 104. Nas iluminações, nos arcos do triunfo, na suas representações, aqui, estudadas, em geral a documentação leva a crer que a América era configurada no gênero feminino.

³² Relação das festas que se fizeram no Rio de Janeiro quando o Príncipe Regente N. S. e toda a sua Real Família chegaram pela primeira vez áquella capital. Ajuntando-se algumas Particularidades igualmente curiosas, e que dizem respeito ao mesmo Objecto, Lisboa: Imp. Régia, 1810, p. 9.

a fidelidade –, misturando-se ao mundo empírico, perceptível e visível. Entretanto, era um ser do âmbito espiritual, correlato a cada uma destas coisas elencadas e os acompanhava desde o seu nascimento, zelando pelo seu destino ao longo de suas vidas ³⁴. Por isso, o gênio surgia nas representações aludindo à moral de um ser, evidenciando suas qualidades, dando a conhecer ao espectador que o mundo não se resumia ao empírico, ao que se percebia à primeira vista. No seu conjunto e volume, os gênios contribuíam para reforçar e reiterar o caráter metafísico – no sentido estrito da palavra – do governante que vinha em meio ao andor, os cortejos, o pódio, as insígnias reais.

Aqui, é necessário uma digressão a respeito desta relação entre um governante real e a América. Primeiro, aliou-se a figura da América a D. João, sem dispensar as personificações da Lísia, da África e/ou as virtudes reais. Posteriormente, intensificou-se a sua ligação com D. Pedro. Na aclamação de D. Pedro em Belém do Pará, em 1823, na varanda construída para esta ocasião, a América, ao lado do Brasil, do rio Amazonas e do Prata, proclamava ao novo soberano:

Submissa o acolhi contente o Guardo

A Pedro o melhor Bem deste Hemisfério

Tem no seu Coração Trono a Virtude

E no meu Seio o Florente Império ³⁵.

Em toda parte do país, a fidelidade, a obediência, até a amorosidade da América e/ou do Brasil devidas ao monarca, ao seu *defensor perpétuo*, surgia, tornando-se voz corrente e quase um consenso que combatia os ânimos exaltados e contrapunha-se ao repúdio aos portugueses, ao passado de exploração colonial. Em Caeté em 1822, numa apresentação sucessiva da América, do Brasil, da Província – ou seja, que ia do continente ao local experienciado pelo espectador, como se fossem

³³ Santos, L. G. dos, *Op. cit.*, t. I, p. 181.

³⁴ Grimal, P., *Dictionnaire de la Mythologie – Grecque et Romaine*, Paris: PUF, 1988, p. 165.

³⁵ *As Câmaras Municipais e a Independência*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1972, v. 1, p. 14.

inseridos numa mesma coerência e ordem, sem distinção –, o Brasil inclinava-se junto ao busto de D. Pedro e anunciava:

Dons, que neguei aos Tiranos,

Aceitai, meu Defensor,

Submissão, e Fé Te juro,

Meu Primeiro Imperador ³⁶.

Sorrateira e simultaneamente, foi-se apagando ou desvalorizando-se a filiação de D. Pedro com a linhagem portuguesa no início e meados da década de 1820, destacando-se a sua opção pelo Brasil, ao contrário do argumento generalizado ao final desta década que denunciava o luso comprometimento de D. Pedro I. Ao menos em Minas Geraes e no transcorrer de 1831 com a vitória dos liberais, principalmente nas festas que celebravam a abdicação, criou-se um nó entre a América e a Constituição, em detrimento de D. Pedro I. Silenciava-se sobre o elo entre ele e a América, forçando o seu desaparecimento no ideário político. No arraial de São Gonçalo da Contagem das Abóboras, no termo da vila de Sabará, exaltou-se esta nova associação:

Um bem vistoso castelo, desempenhado com todo primor da arte, serviu de entretenimento a muitos espectadores e se finalizou apresentando em letras de fogo o quadro – viva o 7 de abril – andando em torno dele a figura da América com a Constituição na mão e do lado a de um corcunda, o qual, logo que o fogo o foi consumindo deixando a América ileso, fez geral despedida com a mão direita e evaporou-se ³⁷.

Nos vivas da Independência e ao longo das viagens de D. Pedro a Minas e a São Paulo, enaltecia-se a dinastia de Bragança, enfatizando a continuidade da família real e a figura do bom monarca, procurava-se reforçar a boa e nobre linhagem do príncipe, mas, notadamente, insistia-se na sua relação íntima e necessária com a América, quase como se a desposasse. Forjava-se uma espécie de **marco zero** na

³⁶ Op. cit., v. 2, p. 63.

ordem política que associava a *persona* real e a natureza brasílica através da América, em toda a sua majestade configurada por uma personagem indígena ou nos moldes de Cesare Ripa. Neste entrelaçamento, ainda se uniam o território brasileiro e o seu governante, capaz de defendê-lo perpetuamente.

Esta América, por seu turno, vinha atravessada de noções políticas exemplarmente expostas numa peça teatral de fins pedagógicos de 1810, oferecida a D. João, que melhor explicita a idéia de uma América obediente ao monarca. A peça intitulava-se significativamente *O Triunfo da América*. Os atores encarnavam seres de diversas origens: virtudes, um continente, paixões. Assim desfilavam no palco: Parcas, a Vingança, a Gratidão, a América, o Fado, Atropos. Sendo o tema principal da trama e sua mola propulsora: a Revolução Francesa e seus desdobramentos no Rio de Janeiro. O enredo se moldava por meio de uma sucessão de diálogos que demonstravam o horror à Revolução, que teve a petulância e a loucura de assassinar o pai da Gália: o rei. Estarrecida, a América exclamava:

Ceos! que escuto! (ai de mim) Ó Ceos é crível

Que as mãos dos filhos contra os Pais se atrevão?

Sem que primeiro mutiladas caião

Por invencível ser, que de tais monstros

Calando os corações lhes ralle as ordas? ³⁷

Em uma estética e em um mundo marcados pela estabilidade, a revolução trazia a desordem e ultrajava o seu princípio ordenador: o rei. Em uma posição moralizante e moralizadora, a América se opunha à Vingança, se perfilando à Gratidão ao reconhecer a grandeza do rei e sua capital função harmonizadora. Analogamente, a revolução discordava da ordem natural _ ao menos do Brasil _ e,

³⁷ Descrição dos festejos ocorridos no arraial de São Gonçalo da Contagem das Abóboras, em comemoração ao dia 7 de abril, publicada no Suplemento ao Universal de n. 653, *O Universal*, Ouro Preto, 30/setembro/1831. Esta descrição está em Chamon, C. S., *Op. cit.*, Anexo II. A citação está na p. 207.

³⁸ Coutinho, G. F. da C., *O triunfo da América*, Rio de Janeiro: Imp. Régia, 1810, drama apresentado no Real Teatro do Rio de Janeiro, p. 18. Em outro Drama dedicado ao Feliz Natalício da Augustíssima Rainha Nossa Senhora, Novo Drama, Biblioteca da Ajuda, 49, I, 42 n. 22, a América assumia o papel de uma alegoria que ao final muito aprende com o tempo _ como se verá com *O triunfo da América*.

de novo, somente a monarquia conseguia ser o governo correlato e necessário a esta natureza, considerada uma realidade única e autêntica, da qual tudo deriva e para onde tudo retorna; por isso, discordar desta ordem natural significava discordar da ordem das coisas, dos seu princípio e da sua finalidade.

Aqui, o bom rei mediava e perpassava várias esferas: desde a natureza, a política até o Fado _ numa alusão à Fortuna, prima da razão e da verdade, que doma os desejos, as paixões, o tempo, cumprindo inexoravelmente o seu destino. O Fado assim se definia:

Tudo sei, tudo fiz, tudo antevia,

Nada occulto me foi, porém descança:

Com desabridão mão semêo à vezes

As ditas e desditas ... ³⁹

Sabia e virtuosamente, a América optava pela monarquia indo contra a turbulência revolucionária que tudo abala, no entanto _ que os humanos não se enganem _ o Fado via tudo e, por caminhos tortos, cumpria seus desígnios. O Fado demonstrava sua força ao evidenciar que um mal na Europa _ a Revolução Francesa _ trouxera o príncipe para o Rio de Janeiro, motivo de regozijo para os brasileiros e que concorria para a marcha da civilização por estas bandas. Ou seja, um mal francês acarretava num passo decisivo rumo ao louvável progresso da América, daí o seu *triunfo*. Desta maneira, não se colocava o Fado enquanto um problema, ao contrário ele se erigia numa vontade maior que sempre cumpria a sua finalidade, apesar do desenrolar dos acontecimentos não terem uma ordenação compreensível à primeira vista.

Esta dócil e domesticada América foi largamente associada a D. Pedro, pois nela podia existir a mudança, sem contudo cair na revolução, porque tomava e respeitava o rei tal qual um pai. Ao prevalecer tal aliança entre a América e D. Pedro que surgiu freqüentemente em quadras, nas iluminações, nos arcos do triunfo,

³⁹ O triunfo..., p. 24.

instaurava-se uma descontinuidade entre este príncipe e a monarquia portuguesa, esvanecendo lentamente sua ascendência em Afonso Henriques, sua devida fidelidade a Portugal, em prol de fincar um laço irreversível entre o príncipe e o Brasil, mesmo à custa de se desvincilhar, neste momento, de sua terra natal.

Voltemos à elaboração destas festas, à sua cultura material e significados. Nas festas, as iluminações eram assiduamente usadas. Em geral, compunham-se de velas, luzes, transparências, cera, pavio, etc, materiais de fácil aquisição, baratos e de curta duração, o que permitia também que fosse construída num curto prazo de tempo. Apesar de seu caráter efêmero, muitos vezes encomendava-se a obra aos engenheiros formados pelo ensino militar, aos maquinistas do teatro, aos artistas portugueses como Manoel da Costa, ou mesmo aos membros da Missão Artística Francesa, denotando a preocupação com um bom risco e a sua fiel execução. Um mesmo artista podia se incumbir de mais de uma iluminação. Nestes dias de festa e de acordo com a sua importância, toda a cidade: as fortalezas, casas, lojas, tavernas, instituições públicas a par das embarcações paradas no porto, se iluminavam, acendiam as luzes com velas e chamas, sendo que quanto mais importante a festa por mais noites se prolongavam as iluminações. A iluminação funcionava como um sinal de regozijo público, por exemplo, na noite do 9 de janeiro houve iluminação no Rio de Janeiro ou quando São Paulo escolheu seu governo provisório em 1821.

Uma iluminação ainda podia combinar-se com sons, girândolas, fogos de artifício, o que requeria do seu autor a criação de engenhocas e mecanismos que pusessem todas estas encenações num movimento coordenado. Na festa pelo casamento de D. Maria Teresa com o príncipe espanhol Pedro Carlos de Bourbon, em 1810:

Começou o fogo subindo ao ar 100 girandolas de diversos fogos do ar, e logo as rodas, q estavam nos olhos, começarão a andar, e depois subindo o rastilho aos vasos, se communicava a diversas piramides quadradas e sextavadas, e depois de algúas girandolas de Estrellas, appareceo todo o frontispicio illuminado de repente, e qdo. se amortecia a illuminação, reventavão as bombas, q cada luz tinha no fundo, e logo na varanda appareceo o chuveiro de valverdes, q parecia húa loura ceara, ondeando com o vento brando; e logo seguindo-se húa

Salva Real de bombas grdes., 100 girandolas de fogo, como os do principio, derão fim ao fogo, q durou húa hora; e tendo a Musica do coreto cantado e tocado, se deo fim ao divertimto ⁴⁰

Por sua vez, as corporações de ofício se encarregavam, em várias ocasiões, dos bailados e danças. No casamento de D. Maria da Glória, realizado no dia do aniversário de D. João _ 13 de maio _ a Intendência de Polícia construiu uma praça no centro do Campo de Santana, circunscrevendo o lugar no qual se dariam os bailados, festejos e participação popular. Tratava-se de um anfiteatro, com um palco central, espaço para a platéia e camarotes, com destaque para o camarim real.

Por cima da entrada principal se via de um lado o Himeneu, e de outro a América, e em torno da praça sobre a cimalha real serviam de adorno pirâmides, e vasos; no frontispício do camarim de Suas altezas Reais sobressaíam as musas, e troféus; nas extremidades descansava a Justiça, e a Fama; e no alto as Reais Quinas Portuguesas coroavam a frente, realçando ao mesmo tempo a beleza de todo o artefato ⁴¹.

No dia 12 de outubro, comemorou-se aí o aniversário de D. Pedro, com uma grande festa de bailados onde a presença população da cidade se impunha, parecia uma espécie de tentativa de popularizar a figura do príncipe através de uma festa que se assemelhava muito mais à uma farsa, cultivando um lado burlesco. A platéia, que abarcava toda gente da cidade, foi mascarada, inclusive a família real. Sendo que o próprio bando ⁴² que a anunciou foi composto de mascarados em cavalos fantasiados.

Nesta festa, destacaram-se as corporações de ofício, pois se encarregaram de organizar as danças, os carros alegóricos. O primeiro carro, com a América e índios, foi ofertado pelos mercadores, os ourives de ouro, prata, e traziam uma dança da china; os negociantes de molhados financiaram uma dança e carros sobre os antigos portugueses; os caldeireiros, latoeiros, ferreiros mostraram uma Ilha do Pacífico; os oficiais de carpinteiros montaram um castelo no qual tremulava a bandeira real; vieram depois os marujos num escaler e os ciganos. Por último, entrou uma

⁴⁰ Relação Historica das Festas, que se fizerão pela occasião do casamento que a 13 de Maio do anno de 1810, se celebrou nesta cidade do Rio de Janeiro, Ordenada pelo Pe. Joaquim Damaso, p. 8, Biblioteca da Ajuda, cota 54-X-6.

⁴¹ Santos, L. G. dos, *Op. cit.*, p. 263.

⁴² A apresentação do bando na cidade, seus avisos e cortejo eram da alçada da autoridade municipal.

pantomima fantasiada de macacos, formando uma pirâmide e o último macaco, no alto da pirâmide, desenrolou um retrato dos noivos reais daquele ano de 1810. Integrava-se, assim, o casamento de maio e o aniversário de outubro em um mesmo fio de continuidade, num mesmo tempo e calendário reais. As festas entre si enredavam uma racionalidade própria, de modo que uma data festiva poderia ser reevocada noutra. Entre as datas deste calendário social, de cunho político, nascia uma coerência interna na qual uma data remetia para outra, importando menos o tempo cotidiano, do trabalho, da produção, decorrido entre elas. Se uma festa e uma data remetiam a outras, juntas instaurava-se uma *vigilância comemorativa* ⁴³, onde a não-realização de uma festa ou a não-celebração de uma data alquebrava esta coerência social e política. Nas décadas de 1810-20, as festas promovidas pelo estado e em torno da realeza priorizavam como motivo, eficácia e intenção a vida pública, em detrimento do mundo privado e seus afazeres

Nas tardes seguintes a este 12 de outubro, repetiu-se esta mesma festa., com touradas e cavalhadas ⁴⁴. No último dia, o intendente geral de polícia ofereceu um banquete. O próprio Padre Perereca reconheceu que a festa que foi até o dia 26 _ aniversário de D. Miguel _ extrapolou o curro do Campo de Santana, pois os carros e danças passearam pela cidade, indo até o Terreiro do Paço. Essa festa burlesca abria espaço para uma participação maior de outras camadas sociais, além dos nobres e homens de elite, e justamente dava brecha à esta participação através do riso, do cômico, sem se levar tão a sério. Nem por isso, deixava de ser uma ocasião para divulgar a figura dos filhos do príncipe regente, os sucessores, enfatizando o herdeiro: D. Pedro. Não à toa, o Banco do Brasil também foi criado num 12 de outubro, para marcar o aniversário do sucessor, tornando-o um grande dia para o progresso do país, antes mesmo da sua aclamação, e o próprio D. João, em 1808, criou

⁴³ Nora, P., Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux, *Les Lieux des Mémoires*, Paris: Gallimard, 1984, v. I, p. XXIV.

⁴⁴ Cavalhadas e touradas conciliavam, como folguedos, um momento de brincadeira e uma encenação, tratando da conquista e guerra contra os mouros e de domar o touro. Via de regra, aparecem ao final das relações e descrições de festas talvez para minimizar sua importância face ao tema central da festa. Entretanto, cabe mencionar que em geral referiam-se a um momento no qual prevalecia a “raia miúda”, com seus gracejos e barulhos. Recuperavam-se também, nestas ocasiões, anedotas e hábitos ibéricos. As cavalhadas, touradas e os banquetes eram momentos privilegiados de integração social e mais flexíveis na participação popular.

a primeira tipografia nacional num 13 de maio, data de seu aniversário. Repare-se que existia um uso dos aniversários reais no sentido de atribuir, nestas datas, uma importância à personagem real através de instituições criadas ou melhoradas, da distribuição de mercês, das festas públicas realizadas. Bem como, a população pobre e mendiga da cidade era brindada, nestas festas de aniversário, casamento, batizado, com lautos banquetes, numa fartura de comes e bebes, que cativava a figura simpática do monarca que zela pelos desvalidos e pobres. Tal virtude também se presentificava nas esmolas distribuídas em nome do rei, as caridades às crianças orfãs e viúvas.

Havia, contudo, uma tentativa generalizada por parte do estado e das instituições responsáveis pela festa de regrá-la, definindo para cada um o seu lugar num espaço público. Do mesmo modo, que cada corporação desfilou por determinado trajeto dentro da praça do campo de Santana, também se regulava o trajeto de uma procissão ou de um desfile. Dias antes da festa, publicava-se ou avisava-se no bando, a ordem do cortejo, designando os que iam a pé e os que seguiam a cavalo, o que mostrava a eminência social de cada participante. O bando indicava a direção a ser tomada pelo cortejo e fincava uma correlação entre os homens, demarcando seu lugar social dentro do cortejo que, analogamente, deveria nomear a sua posição na ordem social vigente.

Para a coroação de D. Pedro, cada funcionário recebeu instruções de onde postar-se ⁴⁵. Em 1824, no acompanhamento à suas altezas para irem jurar a constituição, os pedestres deveriam esperar no Rocio da Cidade Nova, os que possuísem carruagens e cavalos percorreriam o trajeto desde a Quinta da Boa Vista até a capela real, o que engrandeceria o cortejo quanto maior fosse o número de coches e cavaleiros. Também se distribuía o lugar e a ordem de cada um no desfile, desde o regimento de cavalaria abrindo a fila, passando pelos músicos, comandantes, a guarda imperial, os coches do porteiro da câmara, dos reposteiros ⁴⁶, mordomo-

⁴⁵ Debret, J.B., *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, São Paulo/Brasília, Martins/INL, 1975, t. II, v. III, p. 74.

⁴⁶ Estes observavam a ordem do acompanhamento, sendo os únicos que podiam sair do seus lugares para garantir o ritmo do cortejo, ver: *Instruções que se hão de observar no acompanhamento de S. M. o*

mor, do viador dos imperadores, outro coche onde segue o ministro de estado com a cópia da constituição a ser jurada em destaque no cortejo e antecedendo a família real, que vinha separada. No primeiro coche, a herdeira _ D. Maria da Glória _ depois o imperador e sua esposa, ladeados por moços de estribeira. Continuando, o capitão de arqueiros vinha a cavalo, guardas imperiais, moços estribeiros com chapéu na mão, as damas da imperatriz, guarda damas e o esquadrão de cavalaria fechando o cortejo. Quanto mais próximo do coche real maior importância do nobre, por isso, quando o cortejo passava, o espectador, valendo-se desses códigos, poderia reconhecer os grandes do império. De antemão, também se anunciava o percurso, proibindo o trânsito de carruagens e cavalos, particulares ou públicos, naquela região, desde as 8 da manhã até o final da festa.

O cortejo e a procissão possuíam uma continuidade formal em sua própria duração e quando acabavam, dispersava-se a e rompia-se com a hierarquia social, a linearidade, a continuidade que os regiam. Também engendravam uma ligação entre os participantes, desde o soberano até o súdito mais simples, não só no que tange ao mundo terreno, indo para além dele à medida em que se tratava de um acontecimento solene e sacro, no qual o seu princípio ordenador constituía-se na *persona* real.

Quando as províncias do Rio, Minas, São Paulo acordaram em pedir a D. Pedro que ficasse no Brasil, no dia 9 de janeiro, depois da negociação, o senado da câmara do Rio saiu em cortejo pelas ruas, recorrendo à sua solenidade e sabendo do destaque que teria na cidade. Este procedimento já evidenciava o caráter, ou ao menos o desejo, ordeiro da reivindicação e lhe dotava de importância incomum:

O préstito era numeroso; todos em grande gala, cabeça descoberta, em duas alas, foram descendo pela Rua do Ouvidor, em passo lento, até o Paço da Cidade, onde o Príncipe Regente tinha determinado receber aquela importante representação feita por um modo tão solene, e até então desconhecido no Brasil ⁴⁷.

Imperador no dia do juramento do projecto como Constituição do Império do Brasil, Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1824.

⁴⁷ Mello Moraes, *Op. cit.*, t. I, p. 251, sendo que a reunião do senado se dera no consistório da Igreja do Rosário e levavam a frente o estandarte. É importante salientar que o texto de Mello Moraes casa em si uma série de

Nos cortejos, procurava-se incutir na população uma imagem do seu governante que ia a frente e que visse, no seu todo, a própria hierarquia social, reconhecendo, no limite, aonde deveria inserir-se. Num plano ideal, todo o corpo social ali se encontraria sem confrontos ou discordâncias, antes conformaria uma unidade hierárquica, em paz com seu senhor, e em harmonia com os outros súditos. Ao serem recebidos no Rio de Janeiro ⁴⁸, a rainha D. Maria I e sua família encontraram logo ao pé da rampa de desembarque o cabido e vereadores da câmara, a partir daí a tropa estava enfileirada até o palácio e, num altar dedicado à adoração da cruz, se reuniam as corporações religiosas, as irmandades das freguesias, a nobreza e o senado da câmara. Todos com suas insígnias e estandartes, demonstrando sua devoção e obediência. O cidadão que levava o estandarte da câmara, trajava vestido de seda, capa preta e meia e luvas brancas, com um chapéu meio abado com plumas brancas, presilha de pedras preciosas, sendo a capa rebordada com bandas de seda, os que carregavam os demais estandartes se vestiam da mesma maneira, o que devia intensificar o caráter solene daquele dia ⁴⁹. No último dia da festa que saudava a família real, D. João saiu do palácio em direção a catedral, sob um pálido sustentado por vereadores fluminenses:

A ordem que seguia esta acção (o cortejo) he a seguinte. Já diante do Corpo do Senado com o Estandarte Real arvorado, seguia se depois o Corpo Diplomatico, que era muito luzido e numeroso, por entrar nelle toda a Fidalguia, vinha depois o Palio sustentado por 10 Senadores, e atrás hum guarda de 120 Soldados de Cavallaria, porém a pé ⁵⁰.

Ao chegar na catedral, o cabido saiu para reverenciá-lo, completando com membros da igreja todo o corpo social que o acompanhava.

documentos que vão sendo entremeados aos argumentos do autor. Isto é, no interior de seu trabalho, pulsam várias vozes provenientes de diversas fontes documentais que se misturam à própria voz do enunciante. Quando possível e, em alguns momentos, necessário, fiz uma análise mais acurada deste historiador e suas fontes a fim de perceber melhor as dinâmicas históricas implicadas, por exemplo: a forma pela qual recorta a movimentação das câmaras.

⁴⁸ D. Maria I e o príncipe regente só chegaram ao Rio em fevereiro, semanas antes a princesa viúva já havia atracado na baía, contudo aguardou respeitosamente a chegada dos parentes, sem descer à cidade, respeitando a proeminência da rainha. D. João, por sua vez, antes do desembarque de sua mãe, visitou a cidade, verificou os preparativos e só no dia seguinte, com pompa, todos desembarcaram numa festa de entrada real.

⁴⁹ Santos, L. G. dos, *Op. cit.*, p. 178.

⁵⁰ Relação das festas... Príncipe Regente... chegarão, *Op. cit.*, p. 11.

Quando Debret desenhou o **Desembarque de D. Leopoldina** ⁵¹ em 1817, imediatamente dispôs toda a população carioca em uma longa espiral social, enfileirando-a desde o centro do quadro, ocupado por D. João, seu filho e a esposa, num primeiro plano, ladeados pela nobreza, ministros e episcopado, até o alto do morro ocupado por uma gente sem rosto mas que ovacionava a princesa e adensava, com sua maciça presença, a extensão e grandeza da recepção. Circunscrevendo um morro que se assemelha a uma pirâmide social, Debret combinou a natureza brasileira _ uma longa fileira de palmeiras _ com a fortaleza que protegia a cidade _ sendo que há gente nos barquinhos do mar e dentro dela, inclusive os regimentos militares e os coches _, até o prédio imponente que reina sozinho no alto da colina. Esse ritmo de círculos que organiza o quadro só é quebrado pelo navio à direita que adentrava o porto, embandeirado, para saudar a princesa. Não se pode deixar de indicar este aspecto extremamente harmônico das personagens sociais envolvidas. Vai-se do rei, do clero, da nobreza até o mais humilde trabalhador, sem a menor quebra, ruptura, perigo ou contradição. Ao contrário, existe uma profunda e calma integração entre eles, que se estende à arquitetura e à natureza. Para esta ocasião, D. João mandara ornar o navio que escoltava a princesa, providenciara arcos do triunfo, decretara as luminárias.

No quadro, ao arranjar todo o universo social da corte, Debret destacou o centro na própria recepção de D. Leopoldina. Sob um arco do triunfo onde a princesa desembarcara, ela encontrou o marido. Entre eles nasceu, imediatamente, uma reciprocidade, que o pintor nos faz crer, amorosa. Recebida por toda corte e por toda a sociedade carioca, D. Leopoldina só tem olhos para D. Pedro. À frente deles, está não apenas o trajeto até a carruagem, mas também e significativamente uma espécie de predição do que será seu futuro: Carlota Joaquina pousava os olhos no casal e, depois, o próprio rei, que se encaminhava e os dirigia para a carruagem ornada de brocados e laçaios. De alguma forma, indicava-se o futuro real daquele casal. Eles estavam destinados ao lugar do rei e da rainha. Papéis-chaves e únicos dentro de

⁵¹ O fundo desta obra pictórica não fica muito nítido. Porém a litografia é extremamente cuidadosa em revelar, ao fundo, figuras do mundo popular e escravos presentes na cena.

EM SEGUIDA PORMENOR DO DESEMBARQUE DA PRINCESA.

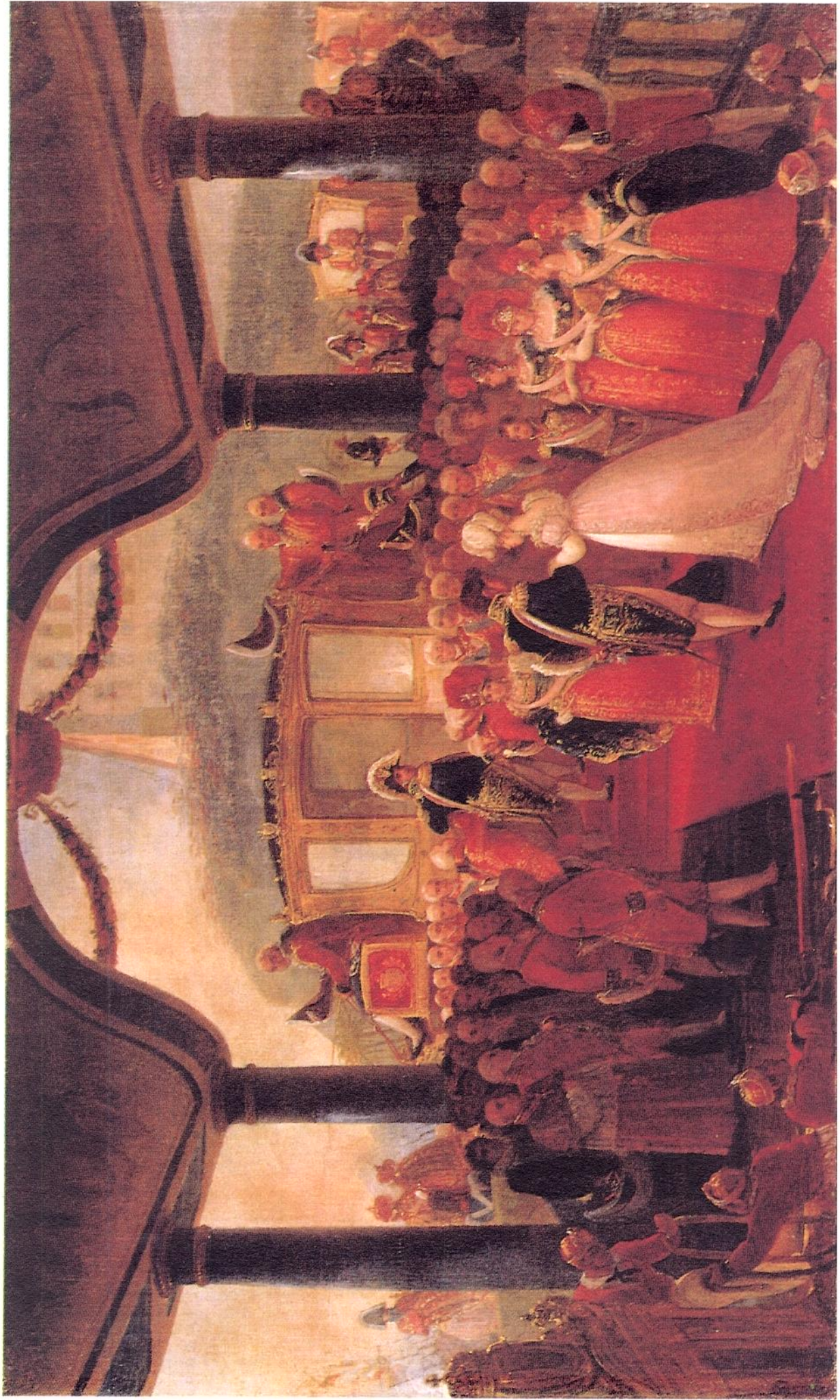


SOLENNE DESEMBARQUE

DE

S.A.R. A.S.D. LEOPOLDINA CAROLINA JOSEFA, PRINCESA REAL DO REINO

Partida de Rio de Janeiro a 6 de Novembro de 1841



uma sociedade de corte; não à toa, D. João ocupava praticamente o centro do quadro

52.

Igualmente ao retratar a *Partida da Rainha para Portugal*, Debret manteve o critério da hierarquia social, porque debaixo para cima, seguindo a rampa, estavam desde o mais nobre até os que acenam com o chapéu, as senhoras mais ao longe com suas sombrinhas, todos se despediam da rainha que meio incógnita _ pois não conseguimos precisar quem é _ rumava para o navio que a levaria para casa. À parte, ao lado da rampa e apáticos, somente uns escravos assistem a despedida, mas dela não participam. Aquela festa não lhes dizia respeito.

É interessante e prudente notar que muitas festas, sobretudo as de cunho religioso, contavam com uma forte presença negra e/ou escrava. No Rio de Janeiro, os dias de Nossa Senhora do Rosário, de São Baltazar, de Reis eram dedicados à coroação do rei e da rainha de congo, eleitos por seus devotos e capaz de congregar um grande número de fiéis ⁵³. Estes reis usavam insígnias reais, cetro, coroa, manto, e comentava Koster a respeito do que via em Pernambuco:

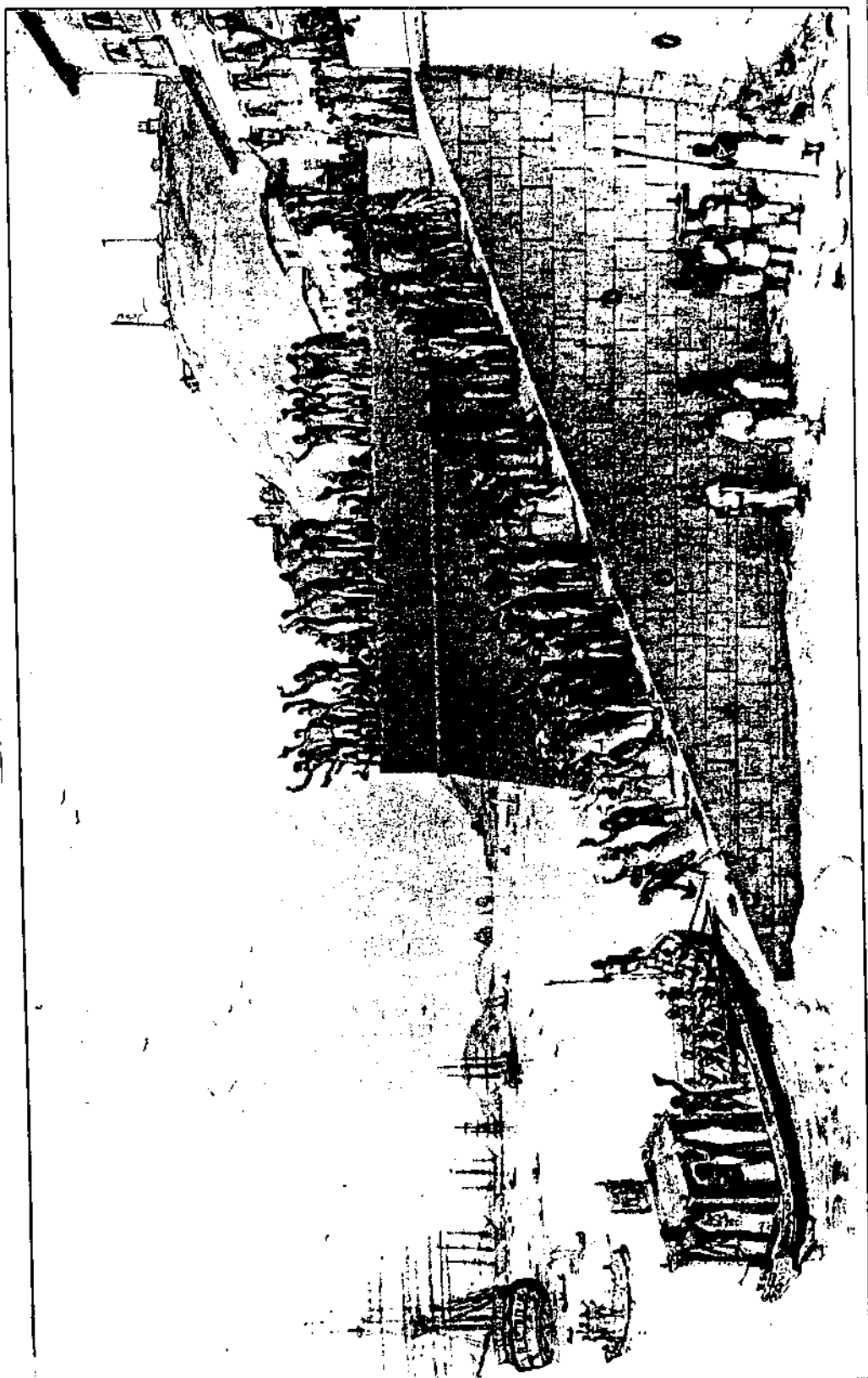
Esses soberanos exercem uma espécie de falsa jurisdição sobre seus vassallos, da qual muito zombam os brancos, mas é nos dias de festa em que exibem sua superioridade e poder sobre seus companheiros ⁵⁴.

⁵² Entretanto, este quadro desapareceu de nosso panteão imagético referente ao Brasil. Embora, a sua existência evidencie a importância desta chegada e se insira na cultura política da época.

⁵³ No Rio, as irmandades de São Tiago, São Baltazar, São Felipe e do Rosário elegiam o rei de congo, Martins, W. de S., *Op. cit.*, p. 71. Na África, o rei de Congo era escolhido entre os filhos do rei, sem respeitar necessariamente a legitimidade e a primogenitura. Podiam ainda ser eleitos sobrinhos e irmãos para ocupar o trono, no entanto o eleito deveria distinguir-se por seus méritos. Depois de eleito, era investido na área _ praça _ central da aldeia com a coroa de ouro, prata, seda, três braceletes de ouro, uma bolsa de veludo com uma bula e indulgência papal, manto. O padre notava as variações no cerimonial desta investidura entre os séculos XVII-XVIII, sendo que os elementos acima se mantinham, e assinalava a junção entre o rito tribal e o cristão: *O cerimonial cristão ... consiste apenas em ajuntar uma solenidade nova à solenidade histórica da tribo, sem que haja uma autêntica transferência do sentido da instituição antiga*. Brásio, Pe. A., O problema da eleição e coroação dos reis Congos, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. XII, v. 1, p. 357. Esta eleição e coroação do rei e da rainha de congo no Brasil retomava uma tradição e certa identidade africana, considerando que boa parte dos negros vinham da região da África central _ Angola e Congo, principalmente _ apesar das diferentes nações, poderiam coexistir uma dada "identidade bantu" segundo Robert Slenes, sem perder de vista as suas (re)formulações no Brasil. Slenes, R., 'Malungu, ngoma vem!': África encoberta e descoberta no Brasil, *Revista USP*, n. 12, 1991-1992.

⁵⁴ Koster, H., *Viagens ao Nordeste do Brasil*, São Paulo: Ed. Cia Nacional, 1942, p. 354.

PARTIDA DE D. CARLOTA JOAQUINA PARA PORTUGAL



Neste tom de desdém e desaprovação, alguns viajantes reconheciam o exercício de uma jurisdição ⁵⁵, pois cada distrito, região da cidade ou numa vila poderia ter seu rei negro/escravo local, gozavam de um prestígio e bem-querer entre os negros/escravos, sendo o reinado de curta duração e ficava na pendência da eleição pelos fiéis. Aos poucos e a partir da década de 1810, a Intendência de Polícia no Rio de Janeiro tanto procurou disciplinar as festas mais populares, sobretudo com a presença negra/escrava, quanto coibir a sua realização sob a alegação de que tentavam manter a ordem, combater os *bárbaros costumes* – ainda mais aqueles suspeitos de procedência africana – e evitar o ajuntamento de negros. Por parte do estado, tratava-se de estabelecer mecanismos de controle sobre as festas onde preponderavam os negros/escravos. Visando principalmente as festas do Divino Espírito Santo, que passaram por mudanças em sua estrutura na primeira metade do século XIX, tais como: a sua fixação de sua grande celebração no Campo de Santana, as festas comemoradas no largo da Lapa, nas proximidades da Igreja da Matriz e de Santo Antônio, no Largo de Santa Rita e do Estácio, a riqueza da irmandade da Lapa, com a introdução de barracas e uma série de divertimentos, o aumento da participação negra, a presença do imperador menino, as irmandades responsáveis ⁵⁶.

Debret se esmerou em enfocar tais situações ⁵⁷. Preocupou-se em fixar em prancha e texto, os enterros, os casamentos de negros, a folia do Divino, o Judas do sábado de Aleluia, a coleta para a manutenção da Igreja do Rosário. Nesta última, surgia um rei ⁵⁸ e uma rainha negros que contavam com súditos negros, forros,

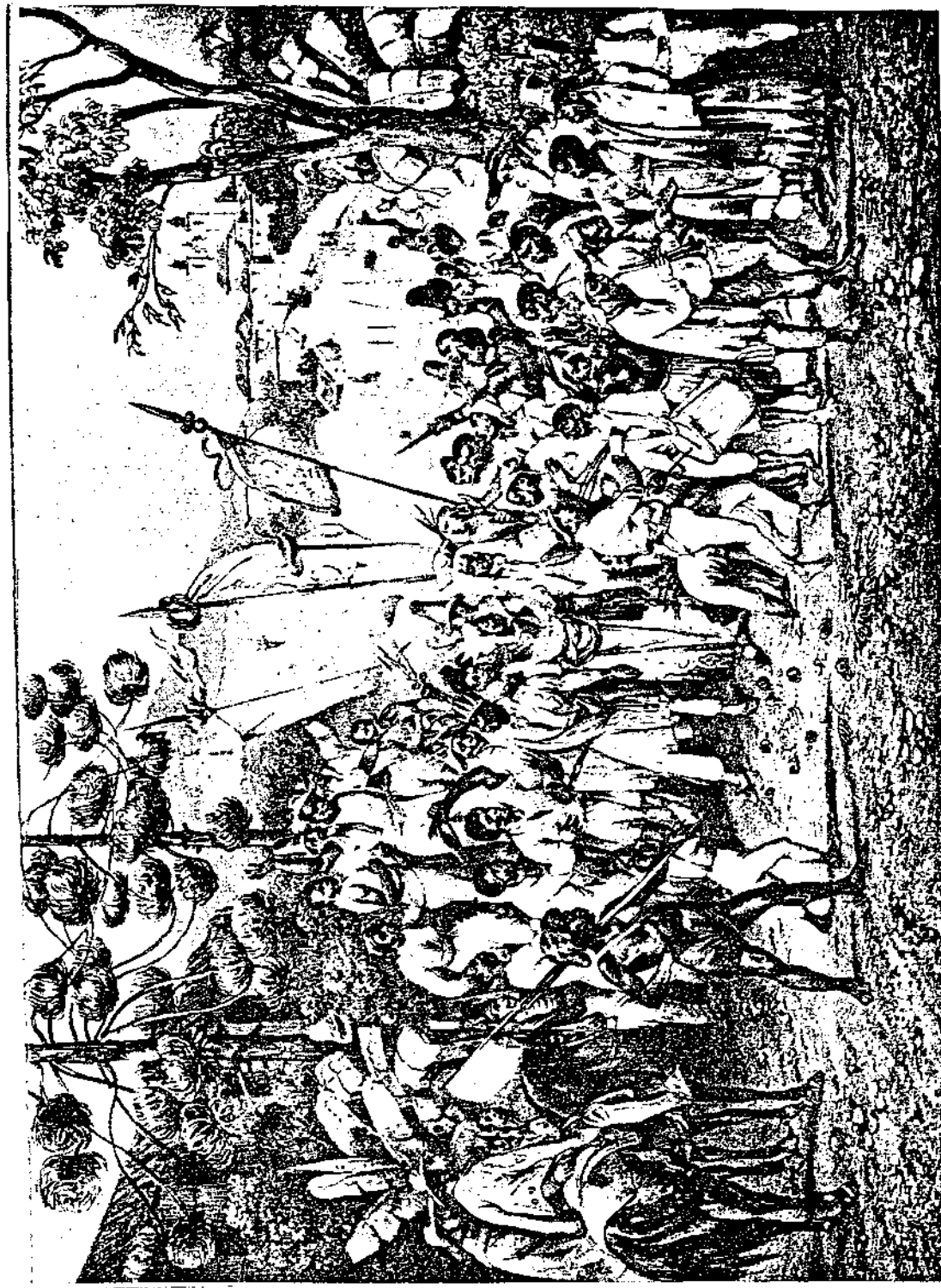
⁵⁵ Pohl ao descrever uma festa de congo em devoção a Santa Ifigênia, em Goiás, referia-se à eleição realizada e reclamava do barulho provocada, na qual se sobressaía o seguinte grito: *Bambi domina, que traduziu como o rei tudo governa*. Pohl, J. E., *Viagem ao Interior do Brasil (1817-21)*, Rio de Janeiro: INL, 1951, v. II, p. 72-76, a citação encontra-se a p. 73.

⁵⁶ Abreu, M. C., *Op. cit.*, caps. 2 e 3; Martins, W. de S., *Op. cit.*, cap. 4, estudam as tentativas e estratégias de controle desta festa, visando discipliná-la e reger o ajuntamento de negros e das camadas populares. Tratavam-se, igualmente, de intervenções cerceadoras que se justificavam na luta do império liberal brasileiro – em construção – pela “civilização dos costumes”.

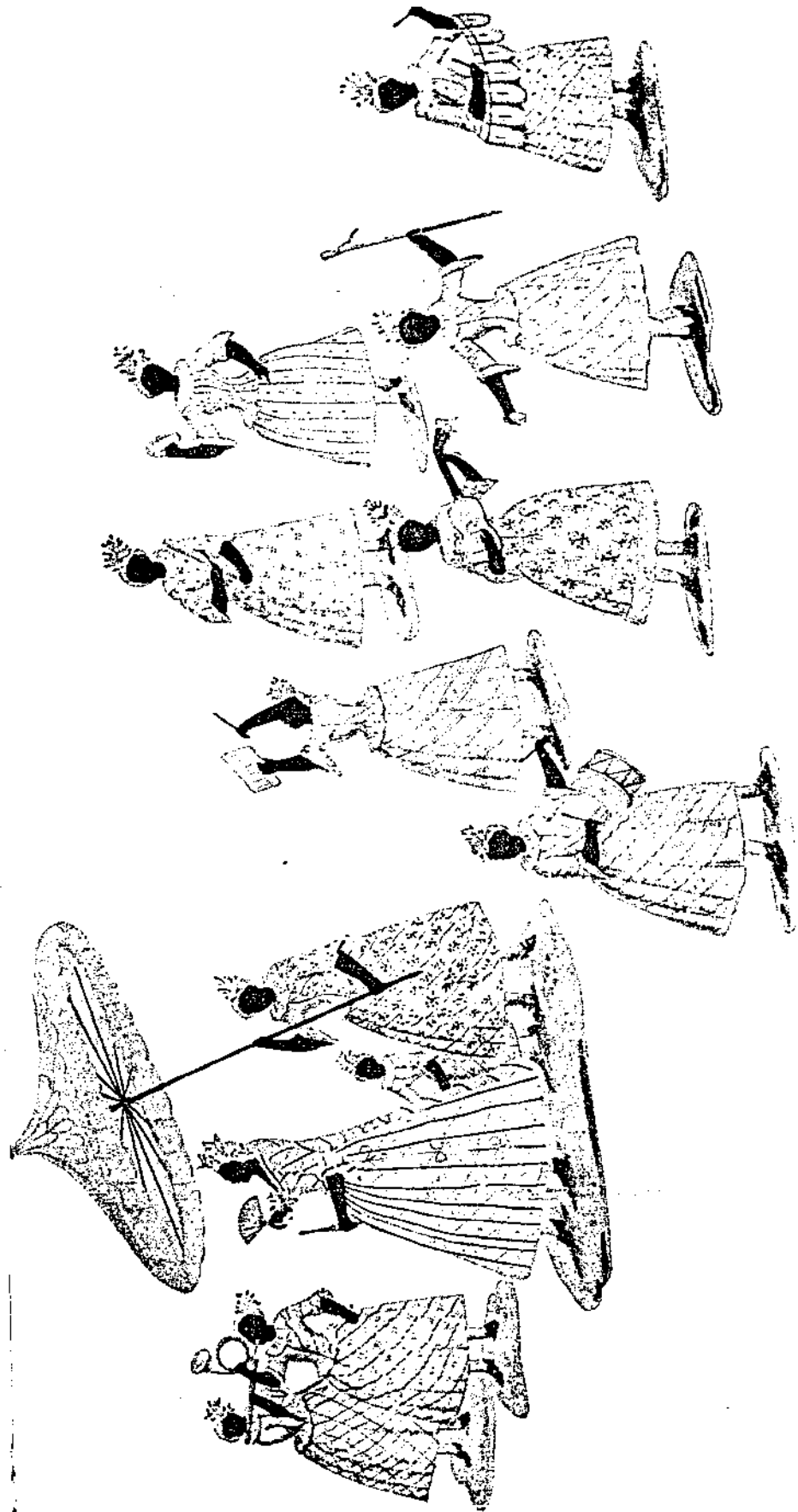
⁵⁷ Debret afirmava: *É digno de nota que essas realidades ignoradas, privadas de suas insígnias, continuem veneradas por seus antigos vassallos, hoje companheiros de infortúnio no Brasil....É comum, quando dois pretos se encontram a serviço na rua, o súdito saudar respeitosamente o soberano de sua casta, beijar-lhe a mão e pedir-lhe a bênção*, *Op. cit.*, p. 179.

⁵⁸ Também nos quilombos, por vezes, os líderes ganhavam o título de rei e rainha. Gomes, F. S./Reis, J.J., *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*, São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 17 e p. 388. Em setembro de 1822, negros africanos, forros, cativos se levantaram na vila de São Mateus na Bahia contra os

FESTA DA PROCIÇÃO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO POR RUGENDAS.



CORTEJO DA RAINHA NEGRA NA FESTA DE REIS POR CARLOS JULIÃO. CENA DATADA
DE FINS DO SÉCULO XVIII.



escravos e livres. Ele os lia e interpretava pelos códigos da realeza branca e dos senhores. Desta forma, salientava o uso de coroas, cetro e mantos, o acompanhamento do rei negro por uma corte, o beija-mão, a hierarquia e obediência entre os escravos e negros. Bem como, apontava na suas pranchas um uso religioso frequente do pátio na cidade, por exemplo quando o padre levava uma extrema-unção, nas procissões que povoavam o calendário da cidade.

Por um lado, esta festa da Igreja do Rosário, com o rei sentado, com seu cetro, manto e coroa, ladeado pela sua corte e para quem se depositava a contribuição dos negros, expunha a relatividade do mando do senhor branco, porque, apesar e a par dele, existiam outros reis a serem honrados e obedecidos num tempo próprio que também era dedicado ao credo de um santo e, daí, a atuação privilegiada das irmandades. Porém, um breve comentário seu indicava o final dramático de um enterro de um negro que se fez com uma breve procissão:

Finalmente, terminada a cerimônia, os soldados da polícia dispersam a chibatadas os últimos grupos de vadios, para que tudo termine dentro das normas brasileiras ⁵⁹ _ isto é, do estado ⁶⁰.

De outro lado, pode-se indicar que quando D. João ou seu filho passavam pelas ruas, com manto, sob pátio, de alguma forma a população negra e escrava se via na contingência de reconhecer o rei dos senhores brancos ⁶¹. A figura do rei era

brancos e pardos, chegando a proclamar um rei, enquanto no sudeste se organizava a ruptura de Portugal e um conjunto de festas que celebrassem o novo monarca. Reis, J.J./ Silva, E., *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 96. Ora, existia um certo apreço entre os negros/escravos pela figura real, seus signos e respeito pela sua autoridade, quer por se tratarem de escravos que pertenciam às antigas elites africanas, quer pelos reis alegóricos das congadas. João José Reis, com propriedade, comenta: ... *havia uma mentalidade monarquista, por assim dizer, circulando entre os negros, que parece ter sido recriação de concepções africanas de liderança, reforçadas em uma colônia, e depois um país, governados por cabeças coroadas*. Reis, J.J., *Quilombos e revoltas escravas no Brasil*, *Revista USP*, n. 28, dez./fev. 1995/1996, p. 32.

⁵⁹ Debret, J.B., *Op. cit.*, p. 180.

⁶⁰ Numa comunicação instigante, *Entre o luxo e a luxúria: diferenças e identidades entre mulheres coloniais* apresentada no *Colóquio Sentimento(s) e Identidade(s): os Paradoxos do Político* em 1994, Sílvia Lara mostrava que era possível a um(a) escravo(a), no século XVIII, subverter o seu lugar social, os significados de sua existência reapropriando-se das roupas, cores, adornos, dos senhores brancos. Perceba-se o quanto esta cerimônia _ revestindo-se e reapropriando-se dos signos e códigos dos senhores, na esteira do que sugere Sílvia Lara, _ definia-se como o fora da ordem

⁶¹ Numa aquarela de Rugendas sobre a festa de Nossa Senhora do Rosário, se vê a santa encarnada por uma negra coroada sendo levada sob um pátio, ao lado de um negro coroado, em meio a uma procissão que pareceria

comunicada, talvez tropegamente, pelo universo social, sendo que a ambivalência dos signos, as suas aberturas e flexibilidades semânticas, facilitavam, ou até permitiam, tais interpretações ⁶² e, ao mesmo tempo, expunha a necessidade do soberano em ser vislumbrado em sua majestade, ou seja ele também não podia dispensar tal vocabulário de festas e constituidor da realeza que era, inclusive, compartilhado pelo rei negro.

Debret que tanto ilustrou a família real entre 1817-31, não deixou de expor esta cultura negra e _ quem sabe _ de raiz africana. No entanto, para ele, ela pertencia ao rol dos costumes, primo do pitoresco, algo que precisava ser conhecido e que pesava no progresso do país. Porém, somente D. João e D. Pedro constituíam a esfera do político, entranhando-se ao estado, ganhando assim um caráter cívico. Ele podia representar uma e outra cena com rei negro e branco, porque se referiam a acontecimentos de ordens diferentes. Porém as autoridades cariocas, no início da década de 1820, cercearam a coroação do rei e da rainha de congo, sob a alegação de que a civilização precisava transcorrer contra e condenando aqueles costumes bárbaros e antigos. Talvez procurassem, igualmente, controlar o entendimento de quem era o “verdadeiro” imperador, sem embaraçar a sua jurisdição, autoridades, signos, eliminando qualquer concorrente indesejável e esvaziando sua legitimidade jurídica ⁶³.

Seria útil reconstituir os momentos mais comuns de uma festa, sabendo que alguns elementos podem ou não se repetir e outros serem postos de lado. Ao raiar do

aos olhos da elite, que procurava se reger e educar por meio textos e etiquetas, uma confusão. Também Carlos Julião legou cenas do Rio de 1790, onde aparece o apuro na vestimenta e na sua variedade do rei e da rainha negros da festa de reis e seu cortejo.

⁶² Ao se deter nos significados e ambivalências da figura da pomba na festa do Divino, Marta Abreu observou: ... a “pombinha” do Divino (e a representação do pássaro de prata) pode ter sido reconhecida por escravos de origem centro-africana como semelhante, em significado e forma, ao que naquela região era atribuído ao pássaro: o limite entre o dia e a noite; o limite entre a vida e a morte. Ora é inegável a aproximação desse conteúdos centro-africanos com alguns símbolos católicos do Espírito Santo ligados à iluminação proveniente de sua presença sobre os discípulos e à renovação espiritual da vida. *Op. cit.*, p. 27. Também ver: Karasch, M., *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*, New Jersey: Princeton University Press, 1987, especialmente “Belonging”: Religious and Social Groups.

⁶³ Martins, W. dos S., *Op. cit.*, p. 74-76. O autor comenta que: um Livro da Chancelaria do Ministério do Reino afirmava que os poderes locais deixavam de reconhecer os reis e rainhas eleitos pelas confrarias religiosas privando-os desta mercê; a irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito da Corte suprimiu estes

dia dedicado a uma festa real, as fortalezas e embarcações estacionadas na baía, embandeiradas e coloridas, saudavam com tiros, avisando a toda a cidade que se tratava de um dia especial. Lá pelas nove da manhã, um cortejo saía pelas ruas, acompanhado de tropas e músicos que tocavam marchas militares com seus tambores, cornetas, clarins e pífanos. As ruas eram alcatifadas com fina areia branca, ervas, flores, folhas aromáticas, com tapetes e sedas, das janelas se estiravam panos coloridos, predominando o adamascado e o carmezim, ou brancos de acordo com a finalidade da festa. Por exemplo, no funeral de D. Maria I, a cidade se vestiu de preto, as igrejas cobriram com veús negros os santos, suas colunas foram forradas de baetas negras e as tribunas com acortinados da mesma cor. Já para a recepção de D. Leopoldina, a Intendência Geral de Polícia mandou os moradores da Rua do Ouvidor, Largo do Rocio, Caminho Novo, Lagoa da Sentinela, Catumbi, Mata Porcos e outras vias que desembocavam na Quinta da Boa Vista _ percurso dos coches reais⁶⁴ _ ornarem a frente de suas casas, causando gastos para a população, sem consultá-la. As senhoras ocupavam os balcões e janelas, acenando um lenço branco ou derramando flores e rosas quando o homenageado passasse. Os vivas irradiavam pela cidade, principalmente quando o visitante ou centro das atenções cruzava um dos arcos do triunfo distribuídos ao longo do seu trajeto. Ou então, no caso de uma exéquia, todas as igrejas rezavam missas ao mesmo tempo e ao longo do dia. Alguns edifícios eram construídos caso fosse necessário, por exemplo: um circo no aniversário de D. Leopoldina, um dossel ou camarote para acolher o rei e príncipes.

No auge da festa, os sinos repicavam e os canhões ressoavam. Nova procissão pela cidade que sempre terminava na capela real com sermão e Te Deum. Ou então, os cortejos desembocavam numa praça reunindo toda a população, geralmente em frente ao teatro, ao prédio da câmara, à varanda construída. Aí, as tropas fechavam o cortejo e se enfileiravam ao redor da praça ou se distribuíam entre a população ou ainda ocupavam as bocas das praças. Este gestual e disposição espacial das tropas circunscreviam a praça, o espaço público no qual se dava o festejo e,

cargos; declinando de vez esta eleição e coroação. *A partir daí, os reinados destituídos de sua legitimidade jurídica, passaram a reeditar somente nos costumes orais, na memória coletiva.* *Idem*, p. 76.

simultaneamente, designavam o lugar central onde se passava o cerne da cerimônia, o seu palco. Tal procedimento trazia segurança ao governante e certa vigilância sobre a população mais ruidosa e encarada como um perigo. A respeito da ocupação da tropa na praça da aclamação de D. João, Debret comentou:

É preciso dizer que o conjunto dessas medidas militares contribuiu bastante para tranquilizar o novo Rei temeroso da explosão de um motim popular fomentado pelo descontentamento dos portugueses enciumados com sua longa permanência no Brasil e isso apesar da promessa feita de voltar para Lisboa logo após a conclusão da paz geral ⁶⁵.

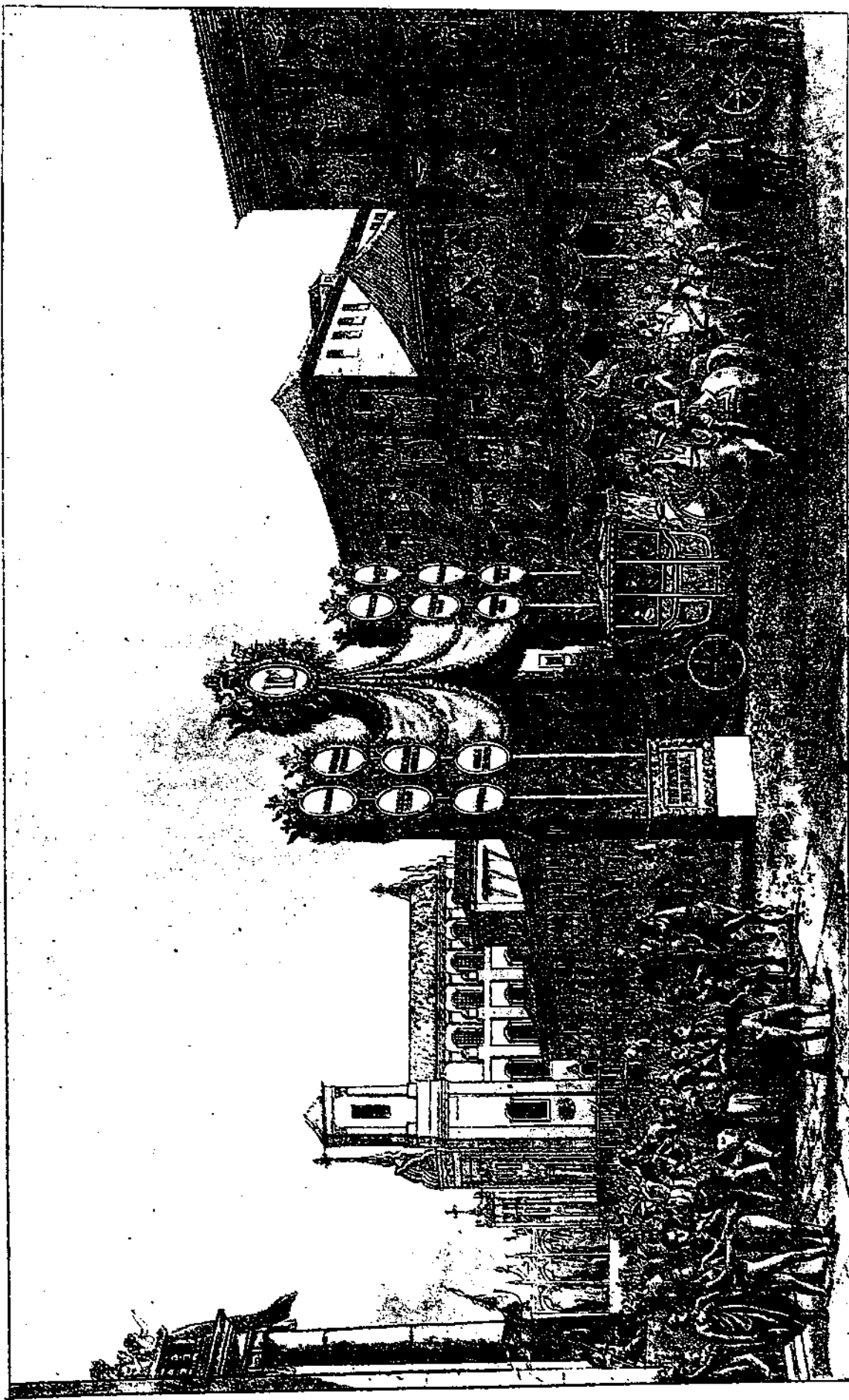
Os arcos do triunfo ⁶⁶ saudavam a ocasião e eram erguidos com materiais que simulavam o bronze, o granito e o mármore, buscando dotar o acontecimento de um caráter memorável, visto que os grandes monumentos, principalmente da antiguidade, eram feitos destes materiais. Nos arcos do triunfo, a ornamentação e as alegorias, personificações, versos, se conjugavam ao homenageado, inscrevendo-se em sua *persona*, de modo que acabavam por moldar um conjunto de referências precisas. Na maioria, vindas da Antiguidade o que lhe emprestava dignidade, ou então históricas. Por esta dinâmica contribuía para a elaboração de uma memória monárquica e apelavam à sensibilidade do espectador, que também era uma espécie de ator em cena, procurando, através da magia e beleza das imagens, marcar sua vivência.

Talvez por este viés, seja interessante frisar a necessidade de aliar o príncipe e a América, ele e o comércio, a prudência política expressa em Minerva, os gênios dos rios: Amazonas, Prata, Janeiro (sic), delimitando um território. Os ornatos de sua modelagem, os baixo-relevos, os desenhos e estátuas, em geral, narravam um acontecimento relativo ao comemorado ou acentuavam uma figura importante daquela situação ou do acontecido. Os motivos das iluminações e dos arcos tentavam

⁶⁴ Santos, L. G. dos, *Op. cit.*, t. II, p. 137.

⁶⁵ *Op. cit.*, 241.

⁶⁶ As figuras que mais frequentemente cercavam a efígie do soberano ou suas iniciais, nos arcos, eram as seguintes neste período: um elemento alusivo ao caráter guerreiro do rei: os escudos, as armas, guerreiros antigos, Hércules e Marte; a Fama, a Razão, a Justiça, a América, os rios Tejo, Amazonas, Janeiro, gênios que podiam ter significados variados e de menor importância _ à exceção do gênio do Brasil _, o coração. A varanda da aclamação de D. João tinha as estátuas da Justiça, Fortaleza e Temperança.



P. C. S. C. M. M. C. L. B. B. per alcuni re arre mi una Circola.
 in forma da una di breche.

instaurar e/ou completar uma narrativa entremeada à ocasião da festa e, neste sentido, eles falavam à sociedade.

Esta festa de intenso teor político precisava dizer algo, dirigir-se ao *povo*, enviando-lhe uma mensagem sobre o assunto da separação entre Brasil e Portugal, o momento histórico tão especial e grandioso que abria as comportas para o futuro da jovem nação, a *persona* do imperador a ser admirada. Este gênero de festa tinha horror ao nada dizer ou conseguir comunicar, ao vazio, ao silêncio dos espectadores ou a sua recusa em participar ⁶⁷. Ela procurava obter, pelo contrário, a sua anuência com a sua presença e participação nesta ocasião pública, oficial e festiva, que complementava, consolidava e finalizava o processo de adesão a D. Pedro.

Depois e, em geral, por último, podia haver pantomimas, cavalhadas, touradas ou corrida de touros, danças, bailes, valsas, contradanças para mouros e cristãos, licores, manjares, banquetes, cantatas. Estes seriam momentos lúdicos da festa, menos solenes e que poderiam ocorrer em mais de uma praça da cidade, no pátio de uma fazenda, na frente da casa de um rico proprietário ou negociante, numa taverna da cidade, com a inevitável presença das camadas mais populares. Se não ocorresse no próprio dia, qualquer uma destas atividades se daria no dia seguinte ou nos subseqüentes, pois a festa podia prolongar-se por 3, 5, 7 ou 9 dias. Na aclamação de 1818, o novo Passeio do Campo de Santana, tinha iluminações, música, com entrada franca e *hum Botequim sortido de toda a qualidade de bebidas, que se administravão prompta, e gratuitamente a todas as pessoas que as procuravão* ⁶⁸.

Igualmente, numa ocasião de festa, ocupava-se a noite com atividades, o que diferenciava aquele dia, desde o raiar do sol até a noite, da rotina dedicada ao trabalho, à produção da riqueza. À noite, as iluminações exaltavam o acontecido, muitas vezes recontando-o, enquanto suas altezas, no palácio, na câmara ou no teatro davam o *beija-mão*, isto é: uma cerimônia em que os nobres e afortunados se dirigiam à real presença, reverenciando-o com o ato de beijar-lhe a mão, curvando-se à sua

⁶⁷ Aguilhon, M., *Marianne au Combat, L'Imagerie et la Symbolique Républicaines de 1789 a 1880*, Paris: Flammarion, 1979, p. 236.

⁶⁸ Relação dos festejos que a feliz aclamação..., p. 12.

figura. Era um laço entre este súdito e o soberano. E, simultaneamente, constituía-se num momento em que o rei sob um dossel, tornava-se fisicamente próximo de sua corte. Suspendendo, portanto, o cotidiano, estas festas instauravam um tempo próprio e coletivo que convocava a fruição dos sentidos através das músicas, do vestir, do gesto calculado, das estátuas e luzes, dos sermões, do riso e até mesmo da genuflexão.

Por outro lado, uma festa poderia constituir-se internamente com um cerimonial específico, como no caso das exéquias ou de uma aclamação. Esta última, própria da monarquia portuguesa, formava-se da ocupação do trono, entrega do cetro, alocução, juramento do rei, desfraldar da bandeira, homenagens e beija-mão, brado proclamativo que dizia: *Arraial! Arraial! Arraial! pelo muito alto e muito poderoso príncipe el -rei ... nosso Senhor* ⁶⁹, sendo várias vezes repetido este pregão pela cidade e sem haver a investura da coroa. A aclamação se dava numa varanda e só depois da cerimônia finda, o novo rei se dirigia à igreja, todavia esta ida e estadia na igreja não faziam parte da aclamação.

O cerimonial possuía um sentido próprio, tornando-se um acontecimento fora do cotidiano, no qual o rei distribuía a sua atenção, premiava um ou outro súdito com a sua graça e mobilizava todo um conjunto de signos e práticas que o colocavam no centro do mundo, enquanto um princípio ordenador. Uma situação, neste sentido, muito comum que saudava o rei residia na sua entrada ou aparição no teatro. Quer pessoalmente ao ocupar o camarote real, quer porque seu retrato surgia no palco quando as cortinas se abriam, a platéia o aplaudia ou gritava vivas.

No dia de seu aniversário em 1818, D. João VI foi homenageado no Real Teatro com um quadro alegórico assinado por Debret. Ao centro e no alto, estava um retrato de D. João, em pé, com o manto e a coroa real, aos seus pés os gênios do Brasil, Portugal e Algarve. O rei era circundado por guerreiros antigos, armados, em meio a uma nuvem. À esquerda, se via Júpiter e, à direita, a rainha, com trajes da

⁶⁹ Merêa, P., Sobre a aclamação dos nossos reis, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. X, 1962, p. 416. O autor conta que apenas no final do século XV, o rei português solicitou o privilégio de se fazer sagrar de acordo com uma bula papal. Apesar disso, o rei continuou sendo aclamado e não coroado. D. Pedro, em sua

antiguidade, colocando o novo rei no mesmo patamar que o deus supremo do Olimpo. Embaixo, entre ondas do mar, se via o Amor e o Himeneu sustentando as iniciais dos príncipes, cujos retratos estavam exatamente abaixo de D. João, numa alusão à sucessão. Netuno, Venus e as Graças, completavam o quadro com personagens marítimos, segurando as armas reais portuguesas e austríacas. O quadro se referia aos dois últimos acontecimentos públicos que mobilizara a praça pública: a chegada de Leopoldina e aclamação real. Ali, D. João reina entre deuses e guerreiros antigos que até lhe reverenciam e, ao mesmo tempo, refere-se ao seu sucessor. O tempo histórico desaparecia, pois mesclava-se a atualidade com figuras mitológicas e antigas, nascendo um elogio do soberano, que por seus atributos, atingia a transcendência e, por definição, mereceria ser lembrado em qualquer tempo histórico. Debret, seu autor, notava:

De acordo com o programa a cena se passava sob a abóbada etérea onde a reunião dos deuses outorgava honras de apoteoses a esse episódio histórico _ a aclamação ⁷⁰.

Esta obra foi apresentada entre um ato e outro de um drama musicado, depois de um baile chamado **O Triunfo do Brasil**. O quadro finalizava a idéia de e corporificava o *triumfo*, porque o Brasil conhecia a honra de ter um rei e requeria o aplauso do cortesão e/ou súdito.

Ir ao teatro, se dar a ver, era uma forma do rei contatar com o súdito e reafirmar a aclamação do soberano. Bem como se estabelecia entre este rei e o teatro uma continuidade à medida em que o mundo se comportava, em certa medida, como um grande palco no qual exibia a sua *persona*. Um quadro anônimo talvez tenha apreendido esta condição real ao mostrar toda a corte parada e em torno de um ato central: o volteio dançante de D. Pedro e sua consorte, sendo que até mesmo, sentado ao trono, com manto e chapéu real, D. João os espiava.

aclamação, foi saudado com outros dizeres, numa série de vivas, quebrando aí o enunciado português que batizava um rei.

⁷⁰ Op. cit., p. 243.

Em 1822, D. Pedro fez duas viagens. A primeira, a Vila Rica, a segunda a São Paulo. Sua ida foi motivada por dissensões internas nestas províncias. Em Minas, no momento de organizar as Juntas Provisórias, um grupo formado pelo juiz de fora Cassiano Esperidião de Melo Matos, o secretário de governo Joaquim José Lopes Mendes Ribeiro, o desembargador Manuel Inácio de Melo, o capitão Carlos Martins Pena, o tenente-coronel José Maria Pinto Peixoto em Vila Rica, então sua capital, fundou um governo de caráter autônomo, deliberando sobre os seus poderes, nomeando juizes, promovendo militares, criando uma guarda própria. Em São Paulo, tratava-se de respaldar a autoridade da família de José Bonifácio e seu grupo político. Em Minas, a intenção era esvaziar os que detinham o controle político, fortalecendo, paralelamente, as relações com o príncipe, a fim de evitar que se estabelecessem governos autônomos. Em São Paulo, o intuito consistia em emprestar o prestígio do príncipe aos aliados de Bonifácio. Embora, à primeira vista, pareça um argumento menor, o reforço que D. Pedro trazia à família dos Andrada remetia para a estratégia política que se tornava vitoriosa, naquele momento, e elegia os governantes, pois José Bonifácio fora escolhido presidente do governo provisório em São Paulo a partir de um movimento na praça pública com a presença das tropas em junho 1821, quando se temia os resultados desta atuação dos soldados em virtude do atraso dos soldos. Uma testemunha afirmou:

Estes e outros factos acabaram de convencer aos poucos amigos do governador que só um governo provisório, constituido por unanime vontade do povo e tropas, poderia restabelecer a confiança e reassumir uma força suficiente para conter os soldados nos limites da subordinação militar e gerar um nobre civismo entre todas as classes de cidadãos ⁷².

Desta movimentação resultou a reconhecida liderança política de Bonifácio.

⁷¹ Sigo, na ordem dos procedimentos e da exposição, o paulatino ritmo do acontecer histórico, quase numa sequência linear e contínua, pois permite entrever liames entre as festas que, no seu conjunto, forjam uma racionalidade própria e que desapareceu para a nossa contemporaneidade.

⁷² Trata-se do testemunho contido na Exposição do estado da opinião publica em São Paulo antes da instalação do governo provisório e narração dos acontecimentos do memorável dia 23 de junho de 1821, comentado e, em parte, citado em Toledo Piza, A. de, A Bernarda de Francisco Ignacio, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1905, v. X, p. 133-134.

Dias depois, entre 28 e 29 de junho, no entanto o governo enfrentou uma rebelião em Santos do 1o. batalhão de caçadores comandado por Bento Alberto da Gama e Sá, que não conseguiu manter a ordem no quartel. Em Santos, os motivos da rebelião da tropa coincidiam com as insatisfações em São Paulo: a desigualdade dos soldos entre brasileiros e portugueses, a falta prolongada de pagamentos. Colaborando, aí, o exemplo dado pela soldadesca de São Paulo que não fora punida e recebera os soldos atrasados. Para acentuar o clima de desordem, uns marujos portugueses atracados em Santos vinham para a cidade e acabavam em rixas com os soldados. Enfim, o descontentamento num âmbito mais popular se espalhava, sem atender aos interesses das elites, ferindo a ordem pública estabelecida a ponto que este batalhão saiu à rua, *arrombou a cadeia e soltou os presos, arrombou o almoxarifado, munuiu-se de armas e assentou artilharia nas ruas, alvejando o navio portuguez alli encorado* ⁷³. O 2o. batalhão, comandado pelos coronéis Lazaro Gonçalves e Daniel Muller, levou a cabo a repressão e, pouco depois, um conselho de guerra aplicou rigorosamente as penalidades definidas pelo regulamento militar contra os rebeldes. Cento e quinze homens foram condenados a ferros e cinco enforcados no navio português, outros dois trazidos a São Paulo e enforcados com máxima publicidade.

De certa forma, o governo de Bonifácio _ que ocupava o cargo de vice-presidente da província _ se comportou como um análogo político de D. Pedro em São Paulo, porque foi escolhido em praça pública, em meio a tropa, surgindo como uma solução para um impasse político. No entanto, a fim de manter a ordem estabelecida, exerceu uma forte repressão militar, punindo inclusive com a morte. Daí, uma aliança, quanto à estratégia política, do príncipe com o seu ministro paulista.

Igualmente, D. Pedro foi a São Paulo para sanar problemas com a tropa. Bonifácio já era ministro no Rio, o capitão-general e presidente da província João Carlos Augusto de Oeynhausner respondia pela tropas em São Paulo e havia uma parte da tropa paulista estacionada no Rio para opor-se à portuguesa que compunha-se de fazendeiros, negociantes, capitalistas, pais de família, enfim os

⁷³ Op. cit., p. 137, texto do autor.

“leais paulistas” que, no entanto, não queriam ficar longe de casa e dos negócios. Justamente com o objetivo de se safar desta prestação de serviço e em função das Cortes portuguesas insistirem em delimitar o poder do Rio de Janeiro, ao fincar um poder legislativo e um tribunal que não abarcariam e representariam o país, relativizando, assim, a figura e o mando de D. Pedro, muitos destes *leais paulistas* pagaram propina alguns oficiais para não serem convocados. Aí, se opuseram Martim Francisco, irmão de José Bonifácio, e Francisco Ignacio aliado a outros oficiais e negociantes ⁷⁴. O primeiro defendia a ida de tropas para o Rio e queria acabar com tais propinas, procurando encontrar e punir os reponsáveis, o segundo chefiava a rede de propinas e se alinhava às Cortes portuguesas. O grupo de Francisco Ignacio arquitetou e empreendeu um movimento entre a câmara e a praça pública, depondo Martim Francisco e distribuindo bebida aos soldados. Para reverter este quadro, D. Pedro veio a São Paulo; i. é., para assegurar a vitória dos Andrada, o que significava garantir a sua rede de poder e eficácia política, D. Pedro veio a São Paulo, se colocando tal qual um poder maior do que aqueles que se rivalizavam e conseguindo arbitrar, a seu favor, a disputa local.

Enfocadas desta maneira, as viagens revelam a necessidade de travar e fincar alianças políticas, mas pouco explicitam quanto à forma de ocorrência destas relações. Não denotam que a própria presença de D. Pedro era considerada uma estratégia política, uma mediação política. Estevão Ribeiro Rezende, representante de Minas no Conselho de Procuradores que secretariava a viagem a Minas, avaliava:

Era pois forçoso adoptar S.A.R. uma medida que pudesse ir conciliar a causa daquella provincia desorganizada e pela differença de opinião dos governadores e governados, e qual deveria ser? Mandar tropas que se incorporassem as tropas de Minas, promptas a marchar sobre Villa Rica? Atiçar e animar a força armada de Minas contra o governo balbuciente e

⁷⁴ Simpático aos Andrada, Toledo Piza explicitou os interesses dos aliados de Francisco Ignacio: os capitães de milícia Antonio Cardoso Nogueira e Pedro Taques de Almeida Alvim se tornaram majores e conseguiram se livrar do serviço militar, Carlos Nogueira queria o monopólio de corte de rezes na capital, inflacionando o preço da carne e Martim Francisco vetara a concessão, o capitão Francisco Antonio de Miranda era um atravessador de gêneros também combatido pelo Andrada, o capitão Francisco Alvares Ferreira do Amaral devia um desfalque de 8 contos para o Erário Público, estas implicações podem apontar para uma disputa de mercado interno, visto que a família Andrada era de negociantes em Santos, e formas de obter vantagens junto ao estado,

*volúvel, e contra seus indignos portugueses que concorriam com o governo para a desordem? Expor o povo em tumulto a obrar contra os que mal governavam? Não. S.A.R. resolveu usar de outras armas mais benignas e mais fortes. Resolveu ir com o balsamo da sua real presença curar as chagas políticas daquela provincia e tão seguro estava do que ia encontrar no amor, fidelidade e opinião dos habitantes de Minas ...*⁷⁵

Por seu lado, a câmara de Vila Nova da Rainha, em Minas, reconhecia no príncipe o elemento que ordenaria e tranquilizaria a sociedade:

*... a Augusta Presença de V. A. á semelhança do Astro do dia, Vem certamente Derramar por toda a parte a luz, que deve guiar os passos incertos dos que mandão e dos que obedecem; Afogues os corações dos indeterminados, e dos tibios com a chamma do verdadeiro amor da Patria; Regular as Orbitas das authoridades intermedias; Fixar a Opinião Publica...*⁷⁶

A própria figura do príncipe portava sentidos pacifistas, sendo construída por uma metáfora de cunho religioso que aludia ao bem e a tornava um santo remédio para as chagas do corpo político. Esta metáfora recorrentemente aparecia quando se tratava da ida e presença do príncipe alguma cidade ou vila, sobretudo no caso de uma dissensão política. Por outro lado, também ao se verificar o desenrolar destas viagens, percebe-se alguns modos pelos quais tais alianças políticas foram engendradas. Enfim, talvez se possa matizar o estatuto, a importância e o modo de ocorrência das viagens, atendo-se para além de suas finalidades.

D. Pedro e sua comitiva partiram para Minas em 25 de março⁷⁷, seguindo o Caminho Real ou da Corte que concentrava uma série de fazendas cuja produção abastecia o mercado carioca e era rota de tropeiros, com pontos de venda e encontro. Estacionaram, na quarta jornada, entre o Registro de Paraibuna e o Registro de Matias Barbosa uma parada obrigatória das diversas tropas que iam e vinham entre

pois os monopólios e empréstimos públicos se constituíam em negócios muito rentáveis. Infelizmente, Toledo Piza não discorreu sobre os ganhos financeiros da outra corrente.

⁷⁵ Apontamentos de Estevão Ribeiro de Rezende _ Marquez de Valença: Motivos e sucessos da jornada de S. A. R. o Senhor D. Pedro de Alcantara, Príncipe regente do Reino do Brasil à Província de Minas Gerais, em 1822, *Anais do Museu Paulista*, 1922, 2a. parte, p. 470.

⁷⁶ Vereação Extraordinária de Villa Nova da Rainha em 8 de abril de 1822, Excursão do Príncipe Regente D. Pedro de Alcantara à Província de Minas Gerais em março e abril de 1822, pelo Barão Homem de Melo, *RIHGB*, 1904, t. LXVI, Parte I, p. 20. Quer por parte do organizador da viagem, quer pela câmara, a presença de D. Pedro é descrita por uma série de metáforas que, em geral, concordam ou coincidem em seus sentidos.

Rio e Minas. Durante a viagem, D. Pedro foi alinhavando os contatos políticos e conseguindo a adesão dos lugares que visitava e seus moradores. Foi a Barbacena e São João d'El Rei, antes de chegar a Vila Rica, pólos de comércio atacadista que serviam de entrepostos regionais, pousou _ desviando de sua rota original _ na Fazenda do Pouso Real, em 2 de abril, na casa do capitão José dos Reis, cuja a esposa era irmã de Estevão Ribeiro de Resende (na época desembargador da Casa da Suplicação no Rio, alto burocrata de carreira e futuro marquês de Valença) que acompanhava o príncipe. Ao pernoitar na casa, D. Pedro valorizava o seu dono e, ao mesmo tempo, conseguia seu apoio, enquanto rico fazendeiro local que traria consigo novas e/ou outras adesões. Provavelmente, a cada parada numa fazenda, a comitiva arrematasse as relações com os proprietários que também atuavam nas câmaras e/ou eram responsáveis pelas linhas de abastecimento, formando a elite no sul-sudeste. Com astúcia, no retorno de Minas ⁷⁸, a comitiva tomou outro percurso, entre o Caminho do Couto e o Caminho da Terra, também vias de comunicação e abastecimento destes fazendeiros-tropeiros. Ao voltar, parou nas fazendas São Mateus e Independência do coronel Ignácio Nogueira da Gama, irmão de Jacinto Nogueira da Gama, residente no Rio e que entrou para a família Carneiro Leão, visitou a fazenda de Jacinto em Valença, pousou na fazenda Bom Jardim de Pedro Dias Paes Leme, gentil-homem da câmara, futuro marquês de Quixeramobim. Como bem notou Alcir Lenharo, deste caminho e desta visita real saíram uma larga concentração de terras repassadas do estado aos proprietários, na qual cresceu a produção cafeeira e também surgiram estradas que facilitavam o comércio.

⁷⁷ Barreiros, E. C., *D. Pedro _ Jornada a Minas Gerias em 1822*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

⁷⁸ Alcir Lenharo já assinalou a importância desta viagem como lugar de negociação política, analisando justamente estes casos arrolados, *As tropas da moderação (O abastecimento da Corte na formação política do Brasil 1808-1824)*, São Paulo: Símbolo, 1979, p. 58-65. O autor apontou também a trajetória dos negociantes desta região do sul de Minas, que graças a D. Pedro e as estradas construídas teve seu vínculo comercial com o Rio estreitado, por exemplo Domingos Custódio Guimarães que funda na década de 1820 uma firma em sociedade com o comerciante José Francisco de Mesquita e transporta gado de Minas para a corte. Comprando terras em Rio Preto, acaba se desfazendo da firma, investindo com o capital aí levantado na produção cafeeira e tendo quase 500 escravos. No Segundo Reinado, alcançou o título de Visconde de Rio Preto, *idem*, p.76.

Em sua ida a São Paulo ⁷⁹, em agosto, D. Pedro percorreu a Estrada Real de Santa Cruz, parou na Fazenda de Santa Cruz que pertencia aos jesuítas e tinha por volta de 700 escravos, rebanhos, oficinas, fábrica de cal. Em 15 de agosto, ele se deteve na Fazenda da Olaria de Hilário Gomes Nogueira, cuja a sede era das maiores na província do Rio, o que evidencia a importância do proprietário. No dia seguinte, dois filhos do fazendeiro se incorporaram ao grupo demonstrando a estreita aliança entre o visitante e o anfitrião, bem como ao passar pelas áreas próximas indicava a importância do visitante e tornava visível o compromisso entre as partes. Depois, a comitiva tomou o Caminho de São Paulo. Dia a dia, o príncipe se detinha nas grandes fazendas da área que atravessava: Fazenda das Três Barras, Pau d'Alho com grandes plantações e pertencente ao coronel João Ferreira, que acabou se juntando à comitiva, na casa do capitão-mor Domingos da Silva, na fazenda São Domingos do capitão-mor Domingos da Silva Moreira. Indo de Lorena a Guaratinguetá, ponto obrigatório na rota Rio-Minas e de comércio, onde entroncava o Caminho de São Paulo e o Caminho das Boiadas, sendo saudado em Taubaté e recebido em Mogi das Cruzes pelo capitão-mor. Portanto, ao longo da trajetória escolhida, o príncipe ia amarrando as suas ligações políticas, cedendo com estradas, pontes, terras e a graça de sua *persona*, recebendo em troca a adesão política e estreitando as relações entre as províncias do Rio, Minas e São Paulo. E ao chegar, finalmente, ao seu destino a comitiva crescera em importância, frente aos olhos da população local, ao contar com nomes ilustres e ricos da região. Tais companhias, em certa medida, abonavam a figura real.

Ao longo da viagem para Minas, D. Pedro foi saudado nas vilas através da festa da entrada ⁸⁰. Em Barbacena, São João d'El Rei, Vila de Queluz, Vila Rica, Mariana, ele foi recebido em uma cerimônia real sob repiques de sinos, descarga de armas, com pompa, sob o pódio como se costumava fazer em dias de procissão, sendo

⁷⁹ Sigo as indicações de Barreiros, *Itinerário da Independência*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1972 e descrição da viagem do Príncipe do Rio de Janeiro a São Paulo, feita pelo gentil-homem da sua câmara Francisco de Castro Canto e Melo in Mello Moraes, *Op. cit.*, t. II, p. 428-432.

⁸⁰ Jean-Marie Apostolides comenta que a entrada real consistia numa cerimônia mais flexível do que a sagração no que tange à sua morfologia e a que melhor explicitaria a ideia de uma *incorporação* que aqui se retraduziu na *adesão*. Nas monarquias europeias modernas, pelo contato das entradas e do beija-mão os corpos da cidade se uniam a um corpo simbólico. *O rei-máquina. Espetáculo e poder no tempo de Luís XIV*, Rio de Janeiro: José Olympio/Brasília: Ednab, 1993, especialmente O corpo do rei.

que ocupava o lugar do santo e seu andor. Ao seu redor, seguravam as varas do páblio os homens da câmara, indo à frente um ou mais religiosos dos mais graduados naquele local. Ao adentrar as cidades, a procissão era ovacionada, dando-se vivas ao príncipe. Daí, iam à igreja, assistir a missa e cantar o Te Deum. Em geral, mais tarde em alguma casa da elite ou na sala da câmara, ocorria o Beija-mão.

A ordem para que se organizasse a entrada partiu do próprio D. Pedro que a entendia como uma forma de celebrar um pacto com a cidade ⁸¹. D. Pedro foi recebido em São João d'El Rei com uma grande festa. Ele chegou na Semana Santa e entrou sob páblio, ao lado de um carro triunfante coberto de damasco e alcatifado de seda amarela, com galões e festões, tendo ao centro uma cadeira *majestosa*, encimada por uma coroa de louro com ramos de oliveira, *que significava o triunfo de S. A. Real* ⁸². D. Pedro, de fato, tomava o lugar do santo. Era inevitável associá-lo à entrada de Cristo em Jerusalém no Domingo de Ramos, que aliás constituía-se na festa de referência das entradas reais durante a Idade Média ⁸³. Ao pedir que ele se dignasse a sentar na cadeira, alguém comparou:

Jesus Cristo quando entrou em Jerusalém não desprezou os obséquios e aclamações de um povo... V. A. Real, Senhor, que entra hoje em um povo que o adora, que o arrostará todos os perigos, que derramará todo o seu sangue para fazer reconhecer o Deus da terra... ⁸⁴

Os estudantes do colégio ofereceram a D. Pedro que entrasse em cima do carro triunfante, ocupando o trono. Entretanto, D. Pedro preferiu seguir sob o páblio, no lugar do santo, com as varetas levadas pelos homens da câmara, com os quais transacionava o apoio político. Ele passou por baixo de arcos do triunfo, momento no

⁸¹ Therezinha de B. Baumann já reparou que as entradas têm uma importância vital nos autos de Anchieta, pois ele escreveu num momento em que tais recebimentos eram muito usados e valorizados pelos reis e personagens reais na Europa dos séculos XVI e XVII, bem como casou tal procedência com a saudação lacrimosa dos indígenas a fim de demonstrar o apreço pelo visitante. Assim, ele combinou num mesmo rito _ o recebimento _ duas interpretações de culturas diferentes, tornando-se receptível em ambas. Ver *A Gesta de Anchieta: a construção do "Outro" nas idéias e práticas jesuíticas nos quinhentos*, Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 1993, especialmente 138-65.

⁸² Mello Moraes, *Op. cit.*, t. I, p., 588-589.

⁸³ A entrada messiânica de Jesus em Jerusalém cumpria uma profecia, o que o tornava um predestinado e mostrava a sua humildade em chegar montado num jumento. A multidão espalhou suas vestes para recebê-lo _ daí a necessidade de alcatifar as ruas. Além deste recebimento narrado no Novo Testamento, a Bíblia trata também da entrada de Simão em Jerusalém no Antigo Testamento, mais uma vez a cidade é visitada e se curva a quem lhe é designado.

⁸⁴ Mello Moraes, *Op. cit.*, p. 589.

qual população gritava os vivas. Vários arcos estavam distribuídos pelas ruas de acordo com o percurso da procissão, sendo assim o príncipe recebia vivas em diversos momentos da sua entrada, bem como cada arco podia comemorar, exaltar um feito e/ou uma condição do homenageado e/ou da situação. O arco da rua da Intendência tinha um terceto que combinava a América e D. Pedro:

América feliz é a tua glória

Ergue a cabeça, vê entrar com gosto,

O teu príncipe no templo da memória ⁸⁵.

Outro arco ornava-se, do lado esquerdo, com a figura da América que oferecia o coração dos leais mineiros a D. Pedro. À direita, três meninas, representando três graças, lançavam flores aromáticas e perfumes ao visitante. Também nos pedestais de um arco, edificado pelo vigário, duas meninas vestidas de anjo derramaram flores sobre D. Pedro. Outros dois arcos moldavam-se com a figura da América. Em um, estava vestida com penas, acompanhada de papagaio, arara, macaco; em outro, aparecia ao lado da Europa. De todo modo, se insistia no elo entre a América e o príncipe, bem como abençoava-se tal vínculo com flores, anjos, graças. O arco do triunfo, por si mesmo, recorria a e repunha uma prática do passado, sendo que sua criação remonta à Roma e era de uso recorrente, quase normativo, nas entradas reais da Idade Moderna. Ele demarcava, originalmente, a entrada do general e/ou imperador depois de uma batalha, purificando aquele que dela retornava. Acentuava-se, assim, o caráter guerreiro do rei, enquanto um momento anterior e heróico que o substanciava _ recorde-se, aqui, o primeiro título oferecido pela câmara do Rio de Janeiro, em acordo com Minas e São Paulo, e aceito por D. Pedro: *Defensor Perpétuo do Brasil* ⁸⁶. E, ao purificá-lo, a passagem pelo arco remetia o sujeito para uma esfera mais sacralizada, numa espécie de bênção; sem contudo desabonar ou anular sua atuação numa guerra. Daí, a configuração de seus ornamentos com anjos, graças, banhos de flores e ervas aromáticas, acompanhados

⁸⁵ *Idem*, p. 592.

⁸⁶ Maria Eurydice de Barros Ribeiro ressalta que desde o 9 de janeiro, concebeu-se a pessoa D. Pedro como a do *Salvador que havia conseguido impedir que o país tivesse seu corpo desmembrado e sua alma corrompida*. *Op. cit.*, p. 38. Nada mais coerente, então, que a mesma câmara que articulara o Fico também providenciasse o título de *Defensor Perpétuo* que repunha a noção de *Salvador* e denotava o lado viril, guerreiro, justo do príncipe.

dos vivas justamente dados no momento em que protagonista da festa atravessa o arco.

Esta festa terminou na Matriz com um Te Deum solene. Até chegar aí, D. Pedro foi glorificado pela cidade, numa jogo de cores, luzes, cheiros, sons simultâneos e cuja a grandeza buscava expressar a sua adesão ⁸⁷, estabelecendo um sentimento de alegria entre o príncipe e o súdito:

... as casas estavam ornadas de sedas e damascos, e as senhoras despejavam sobre o pátio e S. A. Real lenços de rosas, jasmims e cravos, e aos acenos se seguiam os gostosos clamores dos seus vivas; à fragância das flores se unia o fumo dos preciosos aromas e bálsamos que se queimavam perto de todos os arcos; girândolas de fogo, bombas e roqueiras, que salvavam sucessivamente, não davam um instante de intervalo aos instrumentos músicos com que a guarda de infantaria e cavalaria miliciana se esforçava à porfia em se distinguir nas homenagens mais reverentes ⁸⁸.

Negociantes da rua Direita construíram um pórtico nas escadas da matriz, uma espécie de último arco do triunfo a ser atravessado, com festões de seda, figuras em prata e ouro, no alto um trono carmezim com uma coroa e cetro de prata sustentado por dois Igênios vestidos, com capacetes e cocar de plumas. Uma das quadras colocadas num pedestal dizia:

Genuflexa aos reais pés

Destas Minas grita a gente:

Viva o Anjo Tutelar!

Viva o Príncipe Regente! ⁸⁹

Pode-se pensar que uma festa desta proporção ganhava lugar na memória da cidade, marcando época em seus anais, pois suspendia as tarefas rotineiras e convocava a participação de carpinteiros, costureiras, pedreiros, irmandades, meninos da escola, homens da câmara, padres, senhoras em suas casas, tambaleiros, doceiras, soldados, escravos, muita gente para realizar a entrada.

⁸⁷ Por coincidência, por respaldar e recuperar um termo encontrado na documentação, até por intuição, Carla S. Chamon várias vezes ao abordar as festas cívicas recorre à idéia de *adesão*, usando esta mesmo nome *Op. cit.* por exemplo p. 26, 107.

⁸⁸ Mello Moraes, *Op. cit.*, p. 588.

Ainda durante esta semana, D. Pedro distribuiu na cidade esmolas entre os pobres e presos da cadeia, o que devia reforçar seu atributo de bondade cristã, e assistiu a uma parada das tropas no Largo do Paço em honra de seu chefe maior. A cidade se convertia à sua *persona*, celebrando com ele um pacto mediado por vivas, tropas, por ocupar o lugar dos santos em virtude da sua importância dinástica _ que as festas de outrora também atestavam _ por trazer a paz imensamente negociada e ofertar esmolas como uma boa alma, lembrando-se inclusive dos mais necessitados.

Estas festas de entrada e triunfo do príncipe possuíam um contundente caráter pedagógico, à medida em que ensinavam quem era o governante, expunham os vínculos entre ele e o povo local, criando uma noção de contrato e, pedagogicamente, tentava incutir no espectador sentimentos e valores políticos que repudiavam a anarquia, o despotismo, pregando e ressaltando o amor fraternal entre os homens, os súditos, e odediência ao príncipe como se dizia antes: *Genuflexa aos seus pés está a gente das Minas* que se opunha à anarquia, tirania, ao despotismo, e defendia a monarquia constitucional, onde a constituição se enrustaria no soberano.

Já a entrada na Vila de Queluz não foi tão tranquila, pois chegou a notícia de que o governo de Vila Rica organizava um batalhão de caçadores composto de “caboclos”, vindos de outras divisões, criando assim uma outra força militar diversa das tropas, que podia, porém, ocupar, beligerantemente, a praça pública e reivindicar alguma coisa. Prontamente a comitiva real, D. Pedro, com a aprovação de parte da elite local com a qual vinha ao longo do caminho negociando, reagiram, mandando o 1o, 2o., 3o., regimentos para Vila Rica a fim de prender José Maria Pinto Peixoto e principalmente desarticular o novo batalhão. Antes de entrar em Vila Rica, D. Pedro, pessoalmente, negociou com o preso e conseguiu a sua adesão, o que resultou na *pacificação* de Minas. Ao adentrar a cidade, José Maria Pinto Peixoto foi à frente de D. Pedro, no cortejo que o reverenciava e era seguido por oficiais e soldados dos segmentos de 1a. e 2a. linha. Estrategicamente, não se tratava de exilar um descontente ou então de anulá-lo, pelo contrário a tentativa era criar uma conciliação,

⁸⁹ Idem, p. 595.

o que a figura real permitia, pois se moldava por um caráter sacro, assemelhado a um bom pai que precisa zangar, corrigir, nas horas certas sem deixar de ser magnânimo.

Em uma demonstração de aceitação de sua figura, a câmara, o clero, o povo foram esperá-lo antes da entrada efetiva da cidade, cerca de de um quarto de légua, reforçando a idéia de que o muito queriam a ponto de se deslocarem da cidade, alargando a suas fronteiras e se rejubilando pela visita. Ele entrou na cidade às 6 horas, hora da Ave Maria, sob pálio, indo à Matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, ouvir o Te Deum. O discurso de D. Pedro exaltou o caráter constitucional que percorria as relações políticas, desde as Cortes lisboetas, passando por ele, alcançando os mineiros. Abordar esta relação constitucional constituía um modo de assentar um contrato social:

Bravos mineiro! _ Os ferros do despotismo, começados a quebrar no dia 24 de agosto no Porto, rebentaram hoje nesta província. Sois livres, sois constitucionais; uni-vos comigo e marcharei constitucionalmente. Confio tudo em vós, confiai todos em mim ⁹⁰..._ nascia aí um pacto que aliava o governante e o governado, mediando-os pela constituição, ou seja um conjunto de leis que regravam e regulavam o universo social, a liberdade pública e de cada indivíduo, afastando-se da acepção do rei de origem divina, acusado nos oitocentos de absolutismo, um crime correlato ao despotismo.

Ato contínuo, ouviram-se os vivas, onde as vozes em conjunto concordavam com a situação e instauravam uma idéia de ordem que ansiava pelo equilíbrio dos poderes, opondo-se à anarquia, ao despotismo, sublinhando a *moderação* e a *temperança*, enquanto qualidades primordiais do príncipe.

Esta entrada não teve a grandeza das que Mariana e, principalmente, São João d'El Rei proporcionaram, no entanto significava a adesão dos mineiros ao príncipe, cumprindo, enfim, os objetivos da viagem: sanar as discordâncias políticas. Cabe sublinhar que somente depois da adesão de São João d'El Rei e Barbacena, importantes centros de comércio atacadista e tropeiros, D. Pedro conseguiu negociar

⁹⁰ *Idem*, p. 586.

com o governo de Vila Rica, talvez a entrada indiciasse tanto a adesão que forçasse o grupo da capital a rever suas posições e aceitar a negociação.

Ao retornar ao Rio, na mesma noite, D. Pedro foi ao Real Teatro São João, sendo lá também saudado por vivas, palmas. E o jornal carioca ligado a grupos do governo, *O Espelho*, se encarregara de noticiar a fausta entrada em São João d'El Rei, tornando-a conhecida no Rio. De um modo e de outro, se interligava Minas e o Rio, através da *persona* do príncipe com o qual todos – negociantes, capitães-mor, fazendeiros, tropeiros, proprietários – se vinculavam. Depois desta viagem e ao noticiá-la, em fins de abril, o *Revérbero Constitucional Fluminense* clamou a D. Pedro que fundasse o império, isto é: aproveitasse o momento histórico do Brasil que não volveria mais e cumprisse de vez o projeto do poderoso império na América previsto e almejado desde fins do século XVIII pelos homens de estado e de saber. Na corte, circulavam pasquins pregados nos postes e muros que pediam a D. Pedro que efetivasse a separação, ocupasse o trono em definitivo e insistiam no sentido liberal do governante:

*Para ser de gloria forte
Inda que não fosse herdeiro
Seja já Pedro primeiro.
Se algum dia a de ser quarto
Não é preciso algum parto
De Bernarda atroador
Seja nosso Imperador
Com governo liberal
De Côrtes franco e legal,
Mas nunca nosso senhor!*⁹¹

Em 25 de agosto, D. Pedro entrou em São Paulo⁹², dia da festa do terno

⁹¹ Pereira da Silva, *História da Fundação do Império Brasileiro*, Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865, t. V, p. 215. Na forma de pasquim espalhado pelas ruas da cidade, sem uma autoria assumida ou pleiteada, dava a impressão de que toda a população da cidade fazia este convite, aumentando a legitimidade do príncipe e, de imediato, designava um compromisso político.

⁹² Toledo Piza comentou que para esta festa da entrada vieram gente e autoridades de Sorocaba, Itu, Campinas, Jundiá, todos ansiosos por tributar-lhe as suas homenagens e agradecer-lhe de antemão a paz e o socego que

coração de Maria que era celebrado pela igreja. Assim enlaçava-se o generoso coração do visitante ao coração de Nossa Senhora _ uma metáfora que freqüentemente acompanhava o príncipe, depois o imperador, e seguia uma tradição comum à fisiologia do rei desde a Idade Média. Assiduamente, os discursos, os sermões, a imagética recorriam à figura do coração, fonte da bondade, da sincera e verdadeira justiça que não se engana ou ilude com falsos ou hipócritas argumentos e testemunhos, órgão que aparecia nas imagens da Virgem Maria e de Jesus Cristo, referindo-se ao amor mais verdadeiro, puro, e, simultaneamente, remete à uma fisiologia do corpo político, porque se trata de um órgão vital, responsável por bombear todo sangue que percorre o corpo, onde a vida pulsa. Esta figura do coração surgia na correspondência das câmaras com a capital, ressaltando que *Sua Alteza* morava no coração dos brasileiros, aí tinha um trono; ou quando se desejava expressar o genuíno repúdio dos brasileiros perante os portugueses e suas atitudes ⁹³, falava-se do *coração horrorizado*. Desta maneira, o coração desempenhava várias funções nesta cena pública, porque aparecia referindo-se a D. Pedro, ou seja acompanhava e atravessava a sua *persona*; batendo no peito de cada brasileiro, o que então remete ao foro íntimo de cada um; bem mediando o governante e o governado; além de ser o órgão vital e mais sensível aos afetos e emoções.

Antes de entrar na cidade propriamente dita, meia légua antes, já estouravam as girândolas no ar. Ao chegar, os canhões o saudaram e os sinos avisavam a sua entrada. Ao atravessar a ponte Franca, no rio Tamanduateí, o secretário da festa deu vivas, no que foi seguido pelo povo que ali estava. D. Pedro passou por alas de tropas até alcançar a Sé, indo depois ao Colégio dos Jesuítas _ então sede do governo. Neste percurso, a ponte desempenhou o mesmo papel de um arco do triunfo pois era um momento especial para ovacionar o príncipe, demarcando o início da entrada, bem como assinalava a sua efetiva recepção por parte dos paulistas. Não à toa, um arco, na calçada do Carmo, compunha-se com a figura da Paulicéia que, entre os seus

vinha restituir a esta cidade e a toda provincia. Op. cit., p. 173. Isto mostra uma mobilização de outras vilas, apoiando o príncipe e já que ele não iria visitá-las, elas, em contrapartida, vinham participar da festa, aderindo à sua *persona*, colaborando para a centralização do poder.

⁹³ Esta dupla função aparece em *As Câmaras ...*, v. 2, p. 34-39.

versos, afirmava:

Acolhe afetos, que nas almas crias ⁹⁴.

Da passagem deste arco em diante, a câmara com seu estandarte acompanhou D. Pedro que prosseguia debaixo de um pálio, carregado por homens da câmara, junto com o idoso bispo em sua veste pontifical, até a Sé, aonde este o benzeu. As duas instituições _ câmara e igreja _ o referendavam e juntas se incorporavam à sua passagem. Do alto das janelas enfeitadas, as senhoras acenavam e lançavam flores e mais flores. Na praça da Sé, o visitante passou por dois arcos, um na entrada, outro na saída. Este último enfeitava-se com a Fama, a América e a Europa. O primeiro, com Minerva, escudando as armas do reino e sugerindo o seu bom e sábio uso, a Lei, a Liberdade e a Felicidade abordava tanto os objetivos dos proprietários naquele pacto, quanto os meios para concretizá-lo, indicando que sua união passava pela lei e o controle da ordem. Uma das inscrições deste arco proclamava:

Esteio do Brasil, Príncipe amável,

Se a pátria escudas, pacíficas o orbe ⁹⁵.

Entre o príncipe e a pátria estabelecia-se uma mediação necessária e ordeira, preocupada e empenhada em banir a discórdia, a perturbação, a anarquia que levaria à dispersão e ruptura social, política e territorial do país. Tal ordem opunha-se aos motins, barulhos, vozerios das praças públicas, das ruas, antes estudados no processo de adesão das câmaras, vilas, elites, a D. Pedro, procurando sedimentar a segurança em meio a esta diversificada população. Esta série de festas em torno de D. Pedro procurava *pacificar* _ para usar uma querida e propagandeada expressão da época _ a praça pública que, como foi visto, envolvia uma vigorosa movimentação social.

Os relatos da viagem a São Paulo se embaralham e, em certa medida, submetem ao Grito do Ipiranga ⁹⁶, quando, finalmente D. Pedro se valeu da tal

⁹⁴ Mello Moraes, *Op. cit.*, t. II, p. 442.

⁹⁵ *Idem*, p. 443.

⁹⁶ São três os relatos históricos de testemunhas sobre o Grito do Ipiranga: do padre Belchior Pinheiro de Oliveira, confessor de D. Pedro e publicado em 1826, do coronel Marcondes, comandante da guarda de D. Pedro que respondeu a um questionário de Mello Moraes tentando precisar o acontecimento do Grito do Ipiranga, do tenente Canto e Melo, ajudante de ordens de D. Pedro e publicado no *Brasil Histórico* de Mello Moraes. Sobre o estabelecimento da importância do 7 de Setembro como data nacional, ver Lyra, M. de L. V., *Memória da Independência: marcos e representações simbólicas*, RBH, São Paulo: ANPUH/Contexto, 1995, v. 15, n. 29.

oportunidade sugerida pelo Revérbero e pelos pasquins, depois que boa parte das câmaras do Brasil já tinham manifestado sua adesão ao príncipe, a ponto do general Madeira e Mello denunciá-la ao Conselho Ultramarino ao comentar suas dificuldades em manter vínculos entre Portugal e a Bahia, a sua fidelidade e união ⁹⁷.

O ato da independência se resume ao grito, a jogar fora o laço azul português que trazia no chapéu, a desembainhar a espada, a um juramento de honra e a uma série de vivas. De imediato, ao voltar a cidade, D. Pedro providenciou que o mote *Independência ou Morte* fosse gravado por um ourives e, a noite, se apresentou no teatro com esta legenda, ordenou o uso da fita verde nos braços dos soldados, compôs um hino para a ocasião ⁹⁸.

Nesta noite, no teatro, as paredes, o palco, os braços dos homens, os cabelos e enfeites das mulheres tingiam-se de laços verde-amarelos. Sua chegada foi saudada por gritos de *Independência ou Morte*, puxados pelo alferes Tomás de Aquino e Castro e o padre Ildefonso Xavier. Repare-se no interesse de D. Pedro em forjar rapidamente símbolos que marcassem o acontecimento e fossem fáceis de serem reproduzidos e divulgados pela sociedade. No dia 8, D. Pedro mandou afixar pelos lugares públicos da cidade uma proclamação afirmando que:

A divisa do Brasil deve ser Independência ou Morte ⁹⁹.

No decorrer de 1822-1823, apareceu e espalhou-se uma prática de conclamar o povo brasileiro através das Proclamações, assinadas ou anônimas, que se posicionavam no cenário político e basicamente convocavam a participação do brasileiro, sendo várias destas Proclamações reproduzidas nos jornais da época ou

⁹⁷ A junta provisória e este general denunciaram a concessão e aceitação do título de *Defensor Perpétuo do Brasil*, em maio no Rio de Janeiro, e condenaram a sua aclamação em Pernambuco no começo de junho. Em seguida, delatavam as sucessivas aclamações _ como uma onda _ de D. Pedro no Recôncavo baiano. AHU, Bahia, Avulsos, Cx. 259, Doc. 12, 6/julho/1822 e Doc. 15, 30/julho/1822. Em contrapartida, Bonifácio despachava do Rio de Janeiro exemplares do *Manifesto aos Povos deste Reino*, assinado por D. Pedro, a fim de que fosse distribuído e divulgado nas vilas e câmaras. AHU, Bahia, Avulsos, Cx. 262, Doc. 26, 28/setembro/1822. Em novembro de 1822, a junta provisória avisava ao Conselho Ultramarino a respeito das insurreições no interior que se desligavam do governo da capital, sendo que em outubro Madeira e Mello descrevera a debandada geral de Salvador e, em dezembro, falava do início do seu cerco. AHU, Bahia, Avulsos, Cx. 262, Doc. 24, 24/outubro/1822; Cx. 263, Doc. 1, 5/novembro/1822; Cx. 264, Doc. 40, 23/dezembro/1822.

⁹⁸ É bom mencionar que boa parte da documentação adjetiva o grito e sua divisa como *eletrizante e mágico*, com uma potente capacidade de se expandir e arrebatar qualquer brasileiro que lhe ouvisse ou conhecesse.

ainda enviadas pelas juntas provisórias das províncias, câmaras e pelo governo sediado no Rio de Janeiro. A escrita das Proclamações fazia-se num tom cívico, bradava pela união, pautava-se pela exaltação, buscava seduzir o leitor e emocioná-lo, vislumbrando a *felicidade geral* que tal fundação do Brasil, agora corpo político autônomo, poderia colocar no horizonte. E a felicidade se tornava promessa e obra da política, da qual o *concidadão* participava. Uma dessas Proclamações de 1822 sintetizava:

Corramos a cooperar com ele (D. Pedro) para edificarmos o grande edifício da nossa felicidade... Às armas, pois, amados concidadãos, para sustentar a nossa glória. À assembléia geral para firmar nossos direitos... Eia, pois, amados concidadãos; união e mais união! Sistema constitucional é só o que nos convém. Adesão e firmeza com o nosso constitucional e amável Príncipe é só o que nós pode salvar ¹⁰⁰.

Em 18 de setembro, eram criadas o Escudo Real das Armas, distinguindo Brasil e Portugal, o Laço ou Tope Nacional, sendo uma flor verde no braço esquerdo dentro de um ângulo de ouro, significando a adesão à Independência ou Morte, e a Bandeira Nacional, com o intuito de estabelecer um universo simbólico próprio ao Brasil, ainda que usasse a esfera armilar de procedência portuguesa. A cautela era tamanha, que rapidamente também se regulou os uniformes dos criados da Casa Imperial e se proibiu o uso, por parte dos particulares, das cores verde e amarelo nas librés dos criados ¹⁰¹. Procurava-se circunscrever o uso de determinadas cores nacionais, era preciso que circulassem publicamente, porém não estariam à disposição de qualquer um. Por outro lado, incentivava-se, franqueava-se e elogiava-se o uso do verde-amarelo. Estes signos, símbolos, vivas, proclamações, imagens e metáforas, no seu conjunto e volume, entrecruzando-se aqui e acolá no universo social, nas celebrações públicas e oficiais, instauravam uma dada noção Brasil, mediada pela monarquia constitucional e pelo civismo cobrado de cada um. Neste sentido, tantos adornos, ritos, signos na monarquia ajudavam a construir uma idéia e/ou uma imagem da nação brasileira, concorrendo para seu eficaz reconhecimento

⁹⁹ Cintra, A., *Brasil Reino e Brasil Independente*, São Paulo, Ed. Renascença, 1945, p. 300.

¹⁰⁰ Mello Moraes, *Op. cit.*, t. II, p. 450.

público e coletivo. E, ao mesmo tempo, este estado forte que assegurava a união territorial norteava-se pela monarquia, banindo o advento da República, próxima da desordem, da anarquia, da violência.

Num primeiro momento, o lema do grito preponderava nas comemorações da independência, como modo de denotá-la e importava menos a data a ser fixada ¹⁰². O *Revérbero* de 1 de outubro, destacava no grito o momento da unidade do Brasil contra e à revelia de Portugal, colando-o a D. Pedro:

Brasileiros, INDEPENDÊNCIA, OU MORTE: e nós ajuntaremos mais alguma Couza, que por modestia não devia dizer o heroe, que fez deste grito o signal da reunião Brazilica: isto hé, Pedro, INDEPENDÊNCIA, OU MORTE ¹⁰³.

Atreiou-se, cada vez mais, o grito a D. Pedro, pois era necessário localizar o ato fundador da separação, o momento da independência. E tornar o Brasil livre pelas mãos de seu príncipe reiterava o seu caráter heróico e militar. As oficinas gráficas de Silva Porto e de Francisco de Paula Brito, no Rio de Janeiro, espalhavam poesias e proclamações, nas quais preponderavam o lema *Independência ou Morte*. Por exemplo, nesta Proclamação lia-se:

Que scenas horrorosas se representão agora á minha imaginação, quando me vem á lembrança os tristes acontecimentos de São Domingos e outros semelhantes! Independência ou Morte, sagradas palavras do nosso heroico Defensor, Vós dizeis, e exprimis tudo, e estais gravadas no coração de todos os Brasileiros. Patricios, meu honrados Patricios, nós somos livres, havemos de sê-lo sempre, porque queremos, e o GRANDE PEDRO I está a nossa frente. Beberemos primeiro o sangue dos nossos inimigos do que entregar nossos braços guerreiros ¹⁰⁴.

Aqui, o mote da *Independência ou Morte* acarretava num grito contra o inimigo

¹⁰¹ *Collecção de Leis do Brasil*, setembro-outubro de 1822.

¹⁰² Maria de Lourdes Viana Lyra assinalou que o próprio D. Pedro só na fala do trono, em maio de 1823, se deteve em fixar o lugar da independência no *sítio do Piranga* e também se surpreende com a pouca repercussão deste “fato” nos registros da época, *Op. cit.*, p. 189. A autora repara ainda que o primeiro a *dar forma definitiva* a este fato foi o visconde de Cairú na sua *História dos principais sucessos do Império do Brasil*, escrita entre 1827-1830, *Idem*, p. 197, isto é há uma valorização do Sete de Setembro ao final do primeiro reinado.

¹⁰³ *Revérbero Constitucional Fluminense*, 1/10/1822, p. 238, nota 19.

¹⁰⁴ *Brasileiros! Está cumprido o Oraculo que prognosticava já ha muito a Independência do nosso riquissimo Imperio*, Off. de Silva Porto e Cia, 1823. Recorde-se que nesta oficina imprimiu-se o *Revérbero* e, em várias outras ocasiões, Silva Porto assinou hinos, poemas, proclamações a cerca de acontecimentos políticos.

luso, diferenciando o brasileiro e o português, tendo a frente e como guia o príncipe. Este mote funcionava como uma tentativa de agregar todos os brasileiros numa primeira **comunhão cívica**, em favor de uma causa maior, mais justa, que acarretaria na *felicidade geral da nação*, como defendera D. Pedro. Num plano ideal, os brasileiros se uniam num mesmo mote que se erigia num grito de guerra, de defesa e em nome do Brasil, da pátria de todos a ser salvaguardada e, para tanto, cada brasileiro até renunciaria ao sossego dos tempos de paz, ao conforto e aconchego de seu lar em favor da pátria, a fim de lutar por ela. *Independência ou Morte* transformava-se no lema capaz de despertar, em cada brasileiro, a virtude cívica, o bom sentimento, que o ligava à sua terra natal. Bem como, esta comunhão cívica do povo se opunha, combatia, refreava a chance de um cidadão temer o outro, inviabilizando a convivência em sociedade e a sua própria existência ¹⁰⁵.

Esta divisa, tão vinculada a D. Pedro, não facilitava ou concorria para a demarcação da data do 7 de setembro. Antes exaltava-se frequentemente a divisa em seu teor heróico, de sacrifício, proclamado e proposto pelo príncipe, conforme enfatizava o famoso estribilho de Evaristo da Veiga feito para o **Hino Constitucional Brasileiro**, em agosto de 1822, e que, depois, foi transposto para o **Hino da Independência**:

Brava Gente brasileira

Longe vá temor seroil

Ou ficar a Pátria livre

Ou morrer pelo Brasil ¹⁰⁶.

¹⁰⁵ A câmara de São João d'El Rei relacionava a tranquilidade pública à segurança: *A liberdade política em um Cidadão, diz o Autor do Espírito das leis, consiste na tranquilidade proveniente da opinião, que cada um tem da sua segurança, e para que haja esta liberdade, é mister que o governo seja tal, que um Cidadão não possa temer-se de outro?* In *As Câmaras...*, v. II, p. 329.

¹⁰⁶ Rodrigues, J. H., *A independência: revolução e contra revolução*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975-1976, v. I, p. 254. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, *Corcundas, Constitucionais e Pés-de-Chumbo: A Cultura Política da Independência, 1820-1822*, São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1992, comenta ainda que circularam versinhos em jornais e cantigas para senhoras e crianças, como a seguinte estrofe:

*Aprende de pequenino
O teu sagrado dever
Amar ao Imperador*

Neste sentido, a data do 7 de setembro ficava lateral e/ou se subordinava a outras datas mais importantes porque remetiam a momentos vinculados pela realeza: o 12 de outubro _ aclamação de D. Pedro _ e o 2 de dezembro, dia da sua coroação. Somente em 1826, o 7 de setembro foi reconhecido como data nacional, junto com o 9 de janeiro (Fico), 25 de março (juramento da Constituição de 1824), 3 de maio (abertura da Assembléia Constituinte) e 12 de outubro (aclamação de D. Pedro e oficialização do Império) e a partir de 1827 começou a ser uma data comemorada ¹⁰⁷. Vale ressaltar que entre as décadas de 1820-30, houve toda uma preocupação por parte do estado em erigir as datas do Brasil, os marcos temporais da jovem nação, que exprimissem sua história e a conquista do direito de ser uma nação independente, regida por uma constituição própria. Estas datas espelhariam a marcha da civilização brasileira e serviriam à sua própria celebração. Ao propor a criação de datas comemorativas ao Brasil, na Assembléia Legislativa em 1826, o visconde de Nazaré afirmou:

Todas as nações recomendam sempre à posteridade os dias notáveis de suas instituições, aqueles em que se praticam certos fatos de grandeza e heroísmo que as tornam célebres à face do mundo... nós também temos certos dias de igual notabilidade os quais, posto que estejam declarados de grande gala não o estão ainda de festa nacional; sendo preciso declará-los tais e como dias de regozijo público de Todo o Império ¹⁰⁸.

Nesta discussão de reconhecida importância, segundo os senadores, o Visconde de Barbacena sugeriu a reunião de todas estas datas no 12 de outubro, temendo uma grande quantidade de festas e o visconde de Inhambupe acrescentava apenas o 9 de janeiro. Pouco depois, o visconde de Nazaré defendeu seu projeto que elencava as outras datas já elencadas, mas reconhecia que o 12 de outubro: *encerra a*

Independência, ou Morrer

Ela acrescenta que vários hinos circularam na época, porém o de Evaristo da Veiga com música de D. Pedro I teve grande aceitação, sendo cantado pelos corpos militares da guarnição do Rio de Janeiro e pelo povo nas ruas, transformando-se, posteriormente, no hino oficial da Independência do Brasil. In v. II, p. 601.

¹⁰⁷ Lyra, M. de L. V., *Op. cit.* Quanto às datas, embora esta autora também faça esta observação, é interessante uma leitura comparativa da *Collecção de Leis do Brasil*, pois, por exemplo, no decreto de 21 de dezembro de 1822, fixando os dias de gala do Império, o 7 de setembro não consta, ganhando destaque os aniversários de D. Pedro, D. Leopoldina e o próprio D. João, além do 12 de outubro e 1 de dezembro.

¹⁰⁸ *Anais do Senado Federal*, sessão de 20/junho/1826, p. 100-102.

particularidade de reunir os mais gloriosos factos do Brazil: é o dia da fundação do império, e do nascimento do seu augusto fundador, e por tanto próprio para ser solemnizado pela nação
109.

Para a nossa contemporaneidade, sob um governo republicano, sobressai-se mais a data do 7 de Setembro, que se emparelha com outros fatos da nação tais como a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, sendo que pode ser comemorado sob uma roupagem militar ¹¹⁰, sem implicar obrigatoriamente em uma evocação da figura de D. Pedro enquanto um soberano. Por isso, nesta pesquisa, retoma-se o 7 de setembro em meio a uma dinâmica de viagens, que fundavam uma relação política entre príncipe-súdito, e menos como o ato fundador da nação brasileira. Parece curioso e interessante perceber que, ao fim e ao cabo de uma viagem de adesão que unia, explicitamente, as províncias do sudeste, o príncipe tenha se sentido à vontade para instituir uma separação entre Portugal e Brasil ¹¹¹.

A viagem do príncipe constituía-se numa forma dele reconhecer seu povo e seu território, pois ao percorrê-lo e ser aceito, imediatamente, aquela área e aquela gente passavam a participar dos seus domínios; estabelecendo entre eles uma unidade cujo coração incidia no próprio príncipe ¹¹². O ideal de Brasil, enquanto jovem nação, se integrava num mesmo território, sem fraturas, mantendo a sua unidade, ao contrário do que ocorria na América Espanhola que se partia violentamente em várias repúblicas, perdendo sua força política. No **Manifesto do Príncipe Regente aos Povos do Brasil**, escrito por Gonçalves Lêdo e cônego Januário da Cunha Barbosa mas assinado por D. Pedro, conclamava-se

¹⁰⁹ *Op. cit.*, sessão de 1/julho/1826, p. 16.

¹¹⁰ Tal qual em 1972, sesquicentenário da Independência, quando seu corpo retornou ao Brasil sob os auspícios da ditadura militar, desfilando sobre um carro de combate urutu.

¹¹¹ Maria de Lourdes Viana Lyra, *Op. cit.*, já notou a dificuldade e as tentativas, no ano de 1822, para se saber e reconhecer o momento da separação que, simultaneamente, se institui na origem, no instante do nascimento da pátria brasileira.

¹¹² Revel, J., La production du territoire: les voyages du souverain, in Bethencourt/Curto, *Op. cit.*, p. 341-356; Le Goff, J., Reims, ville du sacre, in Nora, P. (org.), *Op. cit.*, 1986.

Formem todas as nossas províncias o feixe misterioso que nenhuma forma pode quebrar. Desapareçam de uma vez antigas preocupações, substituindo o amor do bem geral ao de qualquer província ou de qualquer cidade ¹¹³.

Nesta relação íntima entre o soberano e o território, ele não pode cedê-lo a qualquer custo sob pena de desistir do seu governo e de sua identidade. Dentro deste território vinculado ao príncipe, a justiça que passa pelo soberano ou nele se centra é a que deve ser exercida e a qual todos podem recorrer já que se tornou pública e formalmente elaborada numa constituição. E, enquanto estivesse numa determinada localidade, aquela cidade adquiria um estatuto assemelhado a uma corte de pequenas proporções, à medida em que se convertia, por um breve momento, na casa do soberano.

Nas entradas, momentos privilegiados destas viagens, o súdito aclamava com vivas o príncipe, celebrando aí o contrato entre um e outro. Além disso, fundia-se a *persona* de D. Pedro à figura de Cristo ao evocar a sua entrada em Jerusalém e presumir, se necessário e numa esfera ideal/idealizada, o sacrifício do soberano em favor de seu povo _ *Independência ou Morte*, no limite alude à morte honrosa _ e/ou uma presença capaz de trazer a pacificação como um bálsamo para as chagas do corpo político.

Esta festa da entrada também envolvia uma economia afetiva entre o soberano e o súdito, pois era uma ocasião de farras e pompas, fogos e danças, comida farta e gratuita, celebrando, muitas vezes, um coração, que se acreditava, sincero, humilde ao qual todos se ligavam fraternalmente pelo sentimento do amor paterno que se tornava, por uma série de evocações, imagens, discursos, o próprio amor à pátria, ao Brasil. Construía-se assim uma noção de Brasil enquanto uma sociedade una e regulada, enfeixada na *persona* real, capaz de reunir os brasileiros através dos sentimentos cívicos, do amor ao soberano e à pátria, e não apenas por intermédio dos projetos e racionalidades políticos dos homens de estado e de saber.

¹¹³ Apud Mello Moraes, *Op. cit.*, v. II, p. 414.

A última grande entrada de D. Pedro ocorreu no seu retorno da ida à Bahia ¹¹⁴, em abril de 1826, quando desembarcou no Rio de Janeiro. D. Pedro I foi recebido com uma imensa festa, na qual a cidade toda se enfeitou e que durou dias. Desta feita, a corte recebia o imperador de todo o Brasil, agora sem nenhuma resistência ou discordância interna e, depois, que o tratado de reconhecimento da independência fôra assinado por Portugal em 1825, festejado com parada militar, fogos, Te Deum.

Ele voltava da viagem, na qual a última província se rendia à sua *persona*, deixando o Recôncavo e a região de Salvador em paz. Ele só foi à Bahia, quando as disputas já tinham se encerrado, contudo fazia-se premente a sua visita, o se dar a ver, a celebração pública do contrato entre as partes e a exaltação da integridade territorial do Brasil. Por isso, seu retorno foi amplamente festejado no Rio à medida em que todo o Brasil, afinal, se expressava, se relacionava e, de certa maneira, se sintetizava, enquanto corpo político, no corpo do imperador. A própria viagem e seu trajeto percorrido desenhavam um território que se reconhecia no e associava ao soberano.

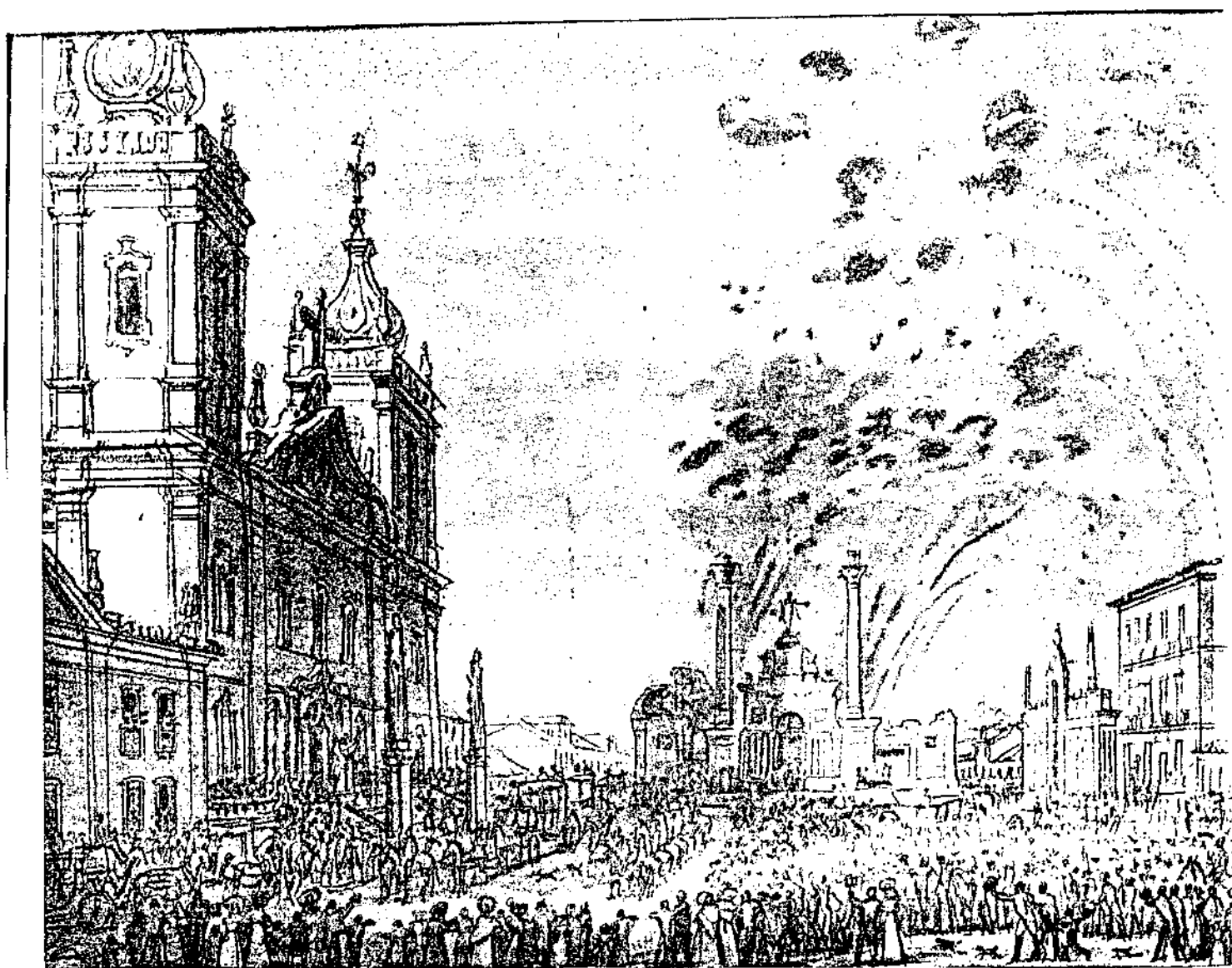
O cônego Januário da Cunha Barbosa, editor do *Revérbero*, futuro fundador do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, capelão imperial, durante as festas de entrada de D. Pedro no Rio de Janeiro, explicou a fundação do pacto entre os homens ¹¹⁵, o aparecimento e a finalidade da autoridade no sermão que proferiu na Capela Imperial, diante de D. Pedro, D. Leopoldina, nobres, senado da câmara e outros mais:

Os homens juntando-se em sociedade civil, e submettendo-se ás suas Leys, tiverão por fim a sua segurança e mayor commodo. A Soberana Auctoridade, de quem pende a necessaria execução das Leys. Foi estabelecida para mayor comodo e segurança da sociedade. Esta pode considerar-se como pessoa moral, enquanto usa de entendimento e vontade, na direcção dos

¹¹⁴ Apesar das minhas buscas, não encontrei em vários arquivos algum relato desta ida à Bahia. No Arquivo Nacional, consta apenas: Casa Imperial, Cx. 4, Doc. 29, Relação nominal dos membros da comitiva real na viagem à Bahia. E existe no acervo da Prefeitura Municipal de Salvador um quadro de Presciliano da Silva sobre a entrada vitoriosa do exército baiano na capital, reproduzido na *Enciclopédia Ilustrada do Brasil*, Rio de Janeiro: Bloch Eds., 1982, t. II, p. 584-585. Agradeço esta dica a Pedro Tortiman do IHGB.

¹¹⁵ Antes já mencionei a aceção de contrato presente no *Revérbero Constitucional Fluminense* que agora, no sermão pregado no altar da capela imperial, se transformava numa explicação geral, como se estivesse acima e fora de qualquer compromisso ou interesse.

RECEPÇÃO DE D. LEOPOLDINA, COM DESTAQUE PARA OS ARCOS DO TRIUNFO. OBRA
DE THOMAS MARIE HIPPOLYTE TAUNAY.



seus negocios, descansando n'aquelle, que, ou por sua escolha dos povos, ou por direito de legitima successão, está constituido na Administração geral, e no exercicio da publica Auctoridade. Depositario do poder para mandar tudo o que interessa ao bem publico, o Soberano, tanto como sabio e amoroso Pay, quanto como fiel e prudente Administrador, deve sempre velar em beneficio da Nação, conservando-a reunida e feliz, promovendo asua grandeza e civilisação, e sobre tudo removendo com sabedoria e promptidão tudo que possa contrariar a sua felicidade e segurança ¹¹⁶.

Tal autoridade fazia-se necessária, porque se opunha à anarquia social, evitando o desmantelamento da sociedade civil. Cônego Januário explicitava a necessidade de se fundar uma autoridade amplamente reconhecida, sendo a melhor e preferida a de um rei; daí a escolha por D. Pedro. Recorrendo a uma noção de soberano que cura o corpo social, através de suas virtudes, o pregador fala destas únicas qualidades de um rei:

Se o rigor das Leys faz apparecer o respeito, quando a rasão se despreza, tambem a Clemencia e o paternal desvêlo reúnem em honrosa confiança os corações mais timidos, e os espiritos mais vacillantes. A presença de hum Soberano, á quem o reinar parece que não outra cousa mais do que esquecer-se de si mesmo, para só viver em beneficio dos seus subditos: a quem o trabalho da vespera parece não offerecer outra perspectiva de recompensa, que não seja o trabalho do dia seguinte, influe sempre tanta consolação sobre os povos, á quem se mostra, que sara em breves momentos as enfermidades cronicas do corpo social, quando só esperavam a sua cura da delonga dos tempos ¹¹⁷.

Neste sentido, procurando afastar-se da lisonja que ludibria a qualquer soberano, comprometido com a verdade política, o cônego Januário abriu o seu sermão definindo a viagem:

...sabemos que esta viagem de que S. M. I. agora se recolhe, he hum verdadeiro esforço do seu amor em beneficio de povos a quem dera Independencia e Liberdade; he hum rasgo de

¹¹⁶ Relação dos publicos festejos que tiveram lugar do dia 1 de abril ate 9 pelo Feliz Regresso de S. S. M. M. I. L e A. I. voltando da Bahia a Corte Imperial do Rio de Janeiro. Seguido do Sermão pregado em acção de graças na Igreja de São Francisco de Paula e de varias peças de poesias, etc feita por ordem do conselheiro Intendente Geral da Polícia para eterna memória de tão grandes dias nos fastos brasileiros, Rio Janeiro: Imp. Typ. de Plancher, 1826, p. 40.

¹¹⁷ Op. cit., p. 47-48.

*illuminada politica que os liga em perfeita e respeitavel confraternidade ...*¹¹⁸.

Entre o pacto e a viagem não existia uma dissensão ou qualquer contradição, a viagem transformava-se num modo de celebrar e instaurar o pacto social entre as partes e os homens do império _ fraternos entre si _ e o seu soberano. Tal pacto nascera num tempo remoto, até a-histórico, quando os homens resolveram fundar e viver numa sociedade civil, todavia ele era novamente instalado, comemorado, visualizado, experienciado na viagem real, na entrada do soberano. Comemorava-se, portanto, a fundação da sociedade, a sua origem no entender liberal. A liturgia do poder, aqui, não era um enfeite a mais na sua arquitetura, antes dela participava de modo inerente e crucial. Por isso, toda a cidade do Rio se mobilizou para a entrada de D. Pedro.

Quando, no primeiro de abril, seu navio apareceu na baía, as fortalezas e as esquadras deram tiros de canhão, avisando a população. Ao desembarcar, no dia 2, o senado da câmara o recebeu com uma deputação. Ato contínuo, ele adentrou a cidade sob pálido, em meio a duas alas de tropas que ia desde o Arsenal da Marinha, passando pela rua Direita ao Paço da cidade, rua do Ouvidor, Largo da Constituição, Campo da Aclamação até o Rocio, sendo seguido pelas tropas e surgindo na praça cercado por seu exército e o capitaneando. Pelo trajeto se espalhavam arcos do triunfo. Na Capela Imperial, 21 tiros o receberam. Aí assistiu a missa e ouviu o Te Deum. Depois na sala do dossel do Paço, D. Pedro e D. Leopoldina deram o Beijamão. À noite, o casal voltou da Quinta da Boa Vista, passeando, pelas ruas da cidade, num coche e desfrutando das iluminações montadas na frente do Paço do Senado, da Secretaria da Intendência Geral da Polícia, da Academia Imperial Militar, do Quartel do Estado Maior da Polícia, do Quartel de Artilharia montada no Campo de São Cristovão, do Arsenal da Marinha, da casa do intendente geral de polícia, da casa do negociante João Baptista Moreira, da casa do coronel Antonio José da Silva Braga, da casa do presidente da câmara, da guarda da polícia na Ponte Nova, no pórtico da Capela Imperial, da Igreja de São Francisco de Paula, no meio do Campo da Aclamação financiado pelo corpo do comércio.

¹¹⁸ Op. cit., p. 41.

As iluminações foram espalhadas por toda cidade, sendo que cada instituição ou proprietário se responsabilizava por angariar fundos para a sua edificação. Por exemplo: a Intendência Geral da Polícia levantou o valor necessário entre os negociantes, proprietários, pequenos comerciantes locais para as iluminações ligadas à intendência, porque também era encarregada por toda organização da festa. Por outro lado, construir uma iluminação consistia em demonstrar publicamente seu apoio ao príncipe e num modo de obter mercês, além de colaborar para uma imagética do poder.

A iluminação projetada e dirigida por Pedro Alexandre Cavoé, na frente do Senado da Câmara, narrava a ocasião, então, comemorada. Ele construiu um sistema de arcos formado por 4 colunas jônicas e 4 da ordem composta sobre a frente alta do edifício, enobrecendo-o através da estética neoclássica. No vão do centro, surgiam em transparências: os retratos de D. Pedro, D. Leopoldina e D. Maria, realizados por Simplicio da Silva – pintor da Câmara Imperial. A janela da direita continha um quadro histórico a respeito do desembarque de D. Pedro e a sua recepção, com o príncipe sob o pátio, vereadores, procuradores, estandarte da câmara, o caos alcatifado e, mais ao longe, a galiota real. À esquerda, se via a entrada da nau Pedro I no porto carioca e, num plano acima, a alegoria da Providência segundo o modelo de Cesare Ripa: *matrona de dois rostos, por ter presente o passado, e o futuro, coroada de espigas de trigo, e cachos de uvas, tendo em huma das mãos as chaves e na outra o leme*. Ela guiava o soberano, conhecedora do tempo presente-passado-futuro, ela sabia como bem aconselhar, garantindo abundância e paz. Embaixo dos retratos, se lia os versos de Camões, capturados para a ocasião e que enalteciam um personagem que, de tão valoroso, silenciava uma Musa inclusive:

Cesse tudo o que a Musa antiga canta,

Que outro valor mais alto se levanta.

O entorno das janelas se ornavam com frutas, flores, franjas, galões. Esta iluminação consumiu:

Perto de 3000 lumes, em grandes copos de cristal, regravados de lendas, e diversas cores tornavão esta iluminação humma das maiores, e mais brilhante, e rica, que se tem feito

nesta capital .

Do outro lado do edifício do Senado da Câmara, construiu-se outra iluminação. Entre as suas pilastras, fez-se uma transparência com a figura da Fidelidade afagando com a mão o cão que a representa como um emblema. Para o lado da Igreja de Santana, a Constância era lembrada através da figura de um rochedo. Isto é, o Senado da Câmara e o seu entorno enchiam-se de ricas iluminações, _ outras áreas da cidade também _ que traziam uma claridade para a noite, que convidava a qualquer um a sair de casa e desfrutá-la; além de criar aqui e acolá focos de luzes no meio do escuro das ruas. A iluminação do Senado narrava o acontecido naquele dia, propagandeava o motivo da festa, cercava D. Pedro da Providência, espalhava retratos reais com luzes e brilho. Quem passasse pela rua, de ambos os lados, vislumbraria iluminações, repararia nos detalhes e, de alguma maneira, aprenderia quem era o governante e seus atributos. Além de ser convocado a participar deste universo cívico, valorizando-o e compartilhando de um sentimento de amor à pátria através da *persona* do imperador. Diversas interpretações e entendimentos poderiam ocorrer, entretanto intencionava-se, neste momento, que o jogo colorido de luzes e brilho participasse da pedagogia do poder.

Esta entrada de abril de 1826, foi a última grande festa cívica em torno de D. Pedro no Rio de Janeiro. Mesmo na entrada de D. Maria Amélia, reluziu mais o embaixador _ que arranjara o casamento, depois de um árduo trabalho diplomático _ do que o próprio imperador desgastado pelos debates políticos e outros movimentos de rua.

AS FESTAS DE ACLAMAÇÃO E COROAÇÃO

Logo depois do Grito do Ipiranga, fazia-se imprescindível investir o novo governante do país com as suas reais atribuições. D. Pedro se tornava um soberano, sem que a morte de seu pai tivesse ocorrido, através de um ato heróico e uma concordância negociada com as câmaras, porém continuava a dinastia dos Bragança

que passava a ter mais um império. Se D. Pedro era alçado à condição de cabeça e coração do império, era necessário que todo o corpo político _ para empregar um termo bastante usado na época _ soubesse desta mudança e se reconhecesse como parte desse mesmo corpo ao celebrar as virtudes cívicas que deveriam ligar cada um à pátria recém-fundada. Logo,urgia estabelecer um elo de continuidade entre o soberano e o súdito, a cabeça e os membros, o coração e o corpo, bem como entre o Brasil e a sua gente. Simultaneamente, tais elos deveriam ser públicos, visíveis e marcariam o calendário social.

Fazia-se necessário e urgente (re)inventar mecanismos, meios, práticas que constituíssem e possibilitassem uma integração dentro do Brasil, forjando por um instante uma determinada identidade. O espetáculo público das festas oficiais se revelou uma solução interessante pela sua visibilidade, pela agilidade em sua expansão, por ser celebrativo do próprio país, porque o processo de adesão se tornava, assim, um público regozijo. Por sua vez, esta gama de festas de aclamação, orientadas e/ou incentivadas pelo estado, intentava configurar uma celebração baseada na soberania popular já que, no ato da aclamação do imperador, formalizava-se aí o contrato social. Ora, no momento da festa, a palavra e o gesto transformavam o mundo, engendrando uma ordem em meio a uma cerimônia que, igualmente, inaugurava um novo tempo da ordem. Por isso, D. Pedro alçava a condição de ser o avesso da anarquia e, no limite, um demiurgo da ordem.

Dentro desta racionalidade do poder real e sem ferir ou anular a sua liturgia, antes valendo-se dela na sua elaboração, a estratégia política implementada consistiu em distribuir pelo país o retrato de D. Pedro que seria recebido e aclamado. Amarrando e fincando, assim, o pacto social. Simultaneamente, esta distribuição de retratos e a sua festa de aclamação em cada localidade reiterava e redobrava a fundação do contrato e do Brasil, isto é a sua própria **origem**. De norte a sul do país¹¹⁹, integrava-se o seu território através desta aclamação e do contrato que lhe era inerente, repetindo-se aqui e acolá uma mesma estrutura da festa, dando uma mesma

¹¹⁹ A dinâmica das festas centradas em D. Pedro foi mais intensa e abundante no centro-sul, com entradas, aclamações, coroação, mas se espalhou por todo país.

feição comemorativa ao Brasil, erigindo-o numa mesma sociedade, com um mesmo povo, com um mesmo soberano.

A par disso, ordenava-se e crescia o uso do verde-amarelo ¹²⁰, o tope nacional, a nova bandeira, as armas do Brasil, etc., ou seja houve uma rápida reorganização dos símbolos nacionais e, paralelamente, uma preocupação em assegurar à *persona* de D. Pedro a capacidade de representar o Brasil, enquanto um corpo político autônomo. Neste sentido, circulavam pela corte, nas casas mais ricas, em meio a elite do país: xícaras, jarros, canecas, relógios de mesa, paliteiros, leques que retratavam D. Pedro, em sua efígie, em geral de uniforme militar. Tais objetos de pequeno porte, em bronze, seda, cristal, porcelana circunscreviam-se ao interior das residências e, no caso sobretudo dos leques, podiam aparecer aqui e acolá, nos salões, teatros, bailes, desfiles e cortejos nas praças, nas missas e ocasiões solenes dentro das igrejas. Estes objetos adentravam o cotidiano, povoando escrivaninhas, sendo guardados nos baús e armários devido à sua raridade, beleza ou solenidade, mas contribuíam no espraçamento da *persona* real.

Ao explicar a prancha **Barbeiros Ambulantes**, Debret apontava uma divulgação e circulação das cores nacionais, inclusive entre a população pobre e os negros da cidade:

A forma e os ornatos dos chapéus dos jovens barbeiros, datam da época da fundação do Império brasileiro. Com efeito, naquele momento de entusiasmo nacional, as frequentes revistas, paradas introduziram o gosto pelas coisas militares em todas as classes da população e os negros, naturalmente imitadores, transformaram o shako em um chapéu de palha grotesco ornado de uma roseta nacional e de dois galões pintados a óleo, uma pena de pássaro substitui o penacho do uniforme. O outro chapéu é também de palha, pintado a óleo com as cores imperiais, verde e amarelo. A invenção se deve aos negros, pintores dos cenários usados pelos senhores nas festas públicas e o resultado parece tanto mais feliz, quanto mais a camada impermeável prolonga indefinidamente a vida do frágil chapéu de palha ¹²¹.

¹²⁰ As cores da realeza portuguesa com largo uso desde meados do século XVIII era o vermelho e o azul, por seu turno, foi bastante empregado por D. João, Rodrigues, J. W., Farda do Reino Unido e do Império, *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, 1950.

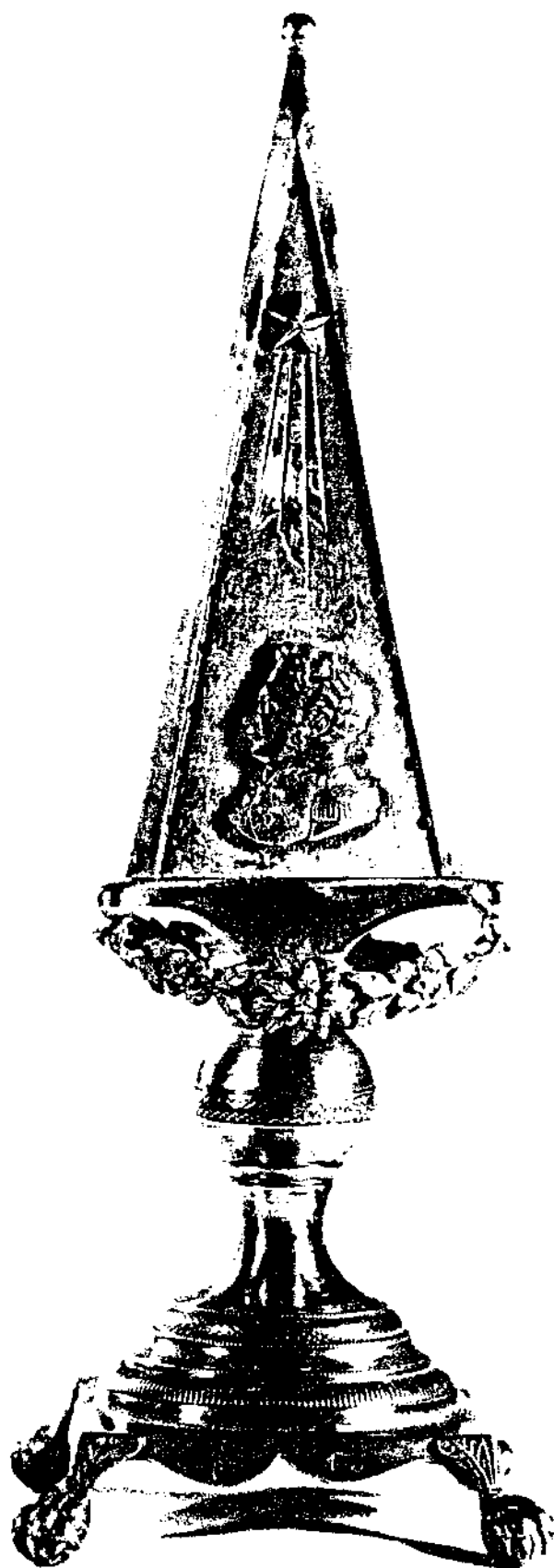
¹²¹ *Op. cit.*, t. I, vols. II, III, p. 150. Nota-se a popularização desses símbolos e cores, bem como uma (re)criação por parte dos escravos, o que inclusive poderia alterar o sentido trabalhado pelas elites. De toda maneira, aqui,

CANECA EM FAIANÇA. REPARE-SE QUE A BANDEIRA TRAZ UMA FLÂMULA QUE REFORÇA O MOTE DA INDEPENDÊNCIA OU MORTE AO LADO DA IMAGEM DE D. PEDRO. NO ENTANTO, NÃO VEM NA FORMA DE UM GRITO OU UMA CENA DO IPIRANGA. ASSOCIANDO APENAS O MOTE E A PERSONAGEM.



*PALITEIRO COM ÉFIGE DE D. PEDRO E EM FORMATO DE UM OBELISCO,
MINIATURIZANDO, ASSIM, UM MONUMENTO E TRAZENDO-O PARA O RECINTO DO LAR.*

Fig 15



A aclamação foi escolhida como a ocasião propícia para enviar e festejar o retrato de D. Pedro ¹²² ou algum equivalente de sua efígie a ser reverenciada ¹²³, divulgando o rosto do soberano ou seja a face do poder. O retrato era um *dispositivo* que trazia para dentro de uma localidade, por mais distante que fosse do Rio de Janeiro, o próprio imperador, pois funcionava como uma duplicação de sua *persona*, sem roubar-lhe a alma, sem esvaziar sua substância. O retrato preenchia a ausência do soberano, re-presentando-o _ ou seja, tornando-o também presente _ naquele lugar sem deslocar-se da capital, exibindo suas qualidades, atributos, e remetia para seu sentido sobrenatural à medida que o inseria numa lógica na qual se destacavam os santos, o andor, o púlpito. Esta prática de espalhá-lo _ o retrato e o imperador, o ser e seu signo, sem qualquer atrito, fissura, ruído ou contradição _ intensificava a sua *persona* que se fazia visível, fortalecida, em cada canto do país e, deste modo, inscrevia-se na história do Brasil e em seu *corpo político* no momento mesmo da sua fundação ¹²⁴.

Por outro lado, a aclamação continuava uma prática do poder público que vinha desde o período colonial, servindo para sagrar e reconhecer o rei, o que, mais uma vez, devia soar como uma continuidade do passado e uma maneira pela qual a

quero apenas frisar essa circulação simbólica em torno do Brasil ao tematizar a sua independência, entendida como ato de fundação.

¹²² Remeter o retrato e recebê-lo era uma prática comum, por exemplo: em 1815, devido à produção da primeira Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar, no Arraial do Tijucu em Minas, enviou-se o retrato real que adentrou no Arraial acompanhado de três carros alegóricos, sendo que num ia a efígie real rodeada dos emblemas da Virtude: *Pouco antes de entrarem os carros no arraial se encontraram com o regimento miliciano, postado em ordem de batalha, e foi a real efígie recebida com os cortejos militares, salvando a arcazaria, e abatendo-se-lhe as bandeiras...*, Mello Moraes, *Op. cit.*, t. I., p. 345.

¹²³ Ralph Giesey ensina que o envio da efígie e a elaboração da figura do rei através desta, era um meio de perpetuar o corpo do rei em pedra, frequentemente, de manter o seu corpo junto a seus súditos. A efígie não era outra coisa frente ao rei, antes dele participava, conformando um mesmo ser. Giesey, R. E., *Op. cit.*, p. 79-126.

¹²⁴ Um estudo a respeito do retrato do rei, sua conformação signica, seus usos, como definia o estatuto do rei encontra-se em Marin, L., *Le Portrait du Roi*, Paris: Les Éditions de Minut, 1981, do qual destaco a seguinte afirmação de caráter teórico-metodológica na p. 19: *Mais il faut également apercevoir que le portrait du roi dans sa dimension sacramentelle même, comme présence du corps du roi dans les espèces peintes, sculptées ou écrites, est aussi et indissolublement une représentation narrative et historique. Il y a une dimension de récit et de récitation dans le portrait royal qui est aussi la célébration du corps historique du roi, son tombeau monumental dans et par la représentation d'histoire.* No Brasil, o romance histórico de Ana Miranda, *O Retrato do Rei*, São Paulo: Cia das Letras, 1991, explora a recepção de um retrato na sociedade colonial, o frisson que suscita naquele que o vê, a forma pela qual se converte num troféu bastante disputado pelos mineiros, paulistas, portugueses, emboabas, no século XVIII, o quanto o seu envio direto e autorizado pelo rei à alguém significava uma aliança política.

ACLAMAÇÃO DE D. PEDRO I POR DEBRET



população, ou parte dela, aprendera a localizar a figura do poder ou enfrentara um longo ensino, orquestrado pelo estado, para que enxergasse e soubesse quem, em última instância, respondia pelo governo. Foram despachados representantes do Rio de Janeiro para as províncias: Bahia, Minas, São Paulo, Espírito Santo e outras com a tarefa de noticiar a separação e/ou arranjar e negociar a aclamação. Esta aconteceria em toda parte, do Rio às vilas mais remotas.

Há que se observar que atos de aclamação centrado em D. Pedro já ocorriam pelo Brasil afora antes de setembro de 1822, as câmaras juravam fidelidade ao príncipe e, desta maneira, declaravam sua vontade de se vincular a D. Pedro, no que tange ao Brasil, e se desligavam de Portugal, à custa de se criar uma constituição brasileira. A câmara do Recife, em 1o. de junho de 1822 descrevia:

Então o procurador da câmara de uma das janelas do paço do conselho, desenrolou o estandarte, e deram-se os vivas de estilo, ao que a tropa respondeu com três salvas de alegria, e o reconhecimento do Príncipe Regente, como chefe do poder executivo no Brasil, sem restrição, foi proclamado tão independente como seu pai era em Portugal ¹²⁵.

A partir de setembro de 1822, o estado tomou para si o encargo de fomentar e promover as festas de aclamação em todo o país, principalmente ao providenciar o envio do retrato real, que começaria e regeria tal cerimônia.

Por sua vez, a coroação _ cerimônia inexistente no interior da realeza portuguesa, marcando uma profunda inflexão em relação aos rei portugueses, anteriormente, celebrados _ ocorreria somente no Rio de Janeiro, tornando-se um novo acontecimento político, orientado por uma liturgia do poder, que engendrava um soberano distinto do português. Nesta medida, D. Pedro se diferenciava da dinastia dos Bragança, instaurando-se aí uma descontinuidade nos sentidos das cerimônias monárquicas.

A coroação foi preparada em grande parte por José Bonifácio e Debret. Nesta festa, Bonifácio colocava no ostracismo o grupo de Clemente Pereira e Gonçalves Ledo, que partiram para o exílio em virtude das acusações de crime de lesa-

¹²⁵ Mello Moraes, *Op. cit.*, t. II, p. 340.

majestade e conseguiram, a contragosto do ministro, dar o tom da aclamação, em outubro passado, firmando a noção de um monarca constitucional, embora a constituição não estivesse pronta e tampouco a assembleia eleita ou nomeada. Isto implicou num agigantamento da *persona* real frente a um poder legislativo inexistente, como tanto queria Bonifácio a fim de não deixar D. Pedro à mercê da assembleia ou reconhecer abertamente a divisão de poderes _ na origem e constituição do estado e da soberania _ e a sua eficácia.

Obedeceu-se o costume real do cortejo atravessando as ruas da cidade, sua hierarquia, os fogos e saudações de manhã e à noite das fortalezas e embarcações, os arcos do triunfo, as ruas cobertas de flores, os panos coloridos, mas destacou-se a importância da igreja _ local da sagração, em detrimento da varanda _ e a coroação do soberano, calcando-se bastante na sagração de Napoleão Bonaparte. Estas duas festas _ aclamação e coroação _ entronizaram D. Pedro, tornando-o o imperador do Brasil, sendo fundamental dotá-lo de atributos reais, enfatizando a dignidade de um *rei constitucional* e o seu comprometimento com as *adesões* de onde se originava também a sua autoridade. Tornava-se nítido e visível a relação política intrínseca entre o imperador e o pacto social que o gestava e consolidava.

Cabe salientar que enquanto a coroação ocorria no interior da capela real, num recinto fechado e organizado pela religião católica, a aclamação se passava na praça pública, na varanda, com a presença de representantes das câmaras, em meio as tropas, expondo nitidamente a negociação das elites e das instituições locais que aprovavam e aderiam a este imperador _ ao mesmo tempo e sinteticamente, catalizador e irradiador de soberania.

O teto da sala de suas altezas, no Paço do Rio de Janeiro, foi ornamentado com um quadro alegórico inventado e desenvolvido por Manoel da Costa. Ali, ele desenhou um bom rei _ conforme o hábito português da inserção das virtudes reais no teto da varanda, caso visto nas aclamações de D. Maria I e D. João VI _ porém lhe imputava um teor constitucional. No teto, o Intelecto _ alusivo a D. Pedro _ era um jovem acompanhado de Bonifácio, sua roupa era cor de ouro, simbolizando a pureza de suas idéias, os cabelos brancos e anelados, como os de um velho, indicavam a sua

maturidade. Uma flama de fogo lhe saía da cabeça, por entre a coroa:

*...symboliza o vivissimo ardor de bem penetrar altos Arcanos, para prevenir no modo de bem reger Povos desorganizados, pois que he preciso cogitar no modo de os conduzir ao verdadeiro systema de seu bem Constitucional, afugentar o cidadão dos malvados oppostos, á razão e á justiça, e unilos á tranquillidade, que Sua Magestade Imperial tanto e tanto recomenda ...*¹²⁶

Sua coroa e o cetro se referiam, respectivamente, ao poder e domínio. Ao seu lado, a Razão, rainha das virtudes, era uma jovem armada, com uma coroa de ouro, segurando, numa mão, uma espada e, na outra, rédeas que refreavam um leão, representando a revolta. Além disso, a Razão estava envolta por uma faixa branca com os números da Aritmética, referindo-se à candura e pureza, com que devemos andar encontrados com a vam razão de nossas consciências, a respeito de negocios, tanto publicos como particulares: apurando tanto o saldo dos nossos procederes e consciência, como nos negocios civis, e publicos se apurão, e saldas, e negocios mercantis, pois com estes números se concertão, ainda as mais intrincadas contas, o negocio não póde se manter sem averdade fizica da razão e boa fé, em toda a sua extensão, do mesmo modo se desconfiamos, de quem está á testa do governo, então, foge a razão, a virtude que devemos seguir ¹²⁷. A razão empregada nos negócios, sejam eles quais forem: públicos, privados ou mercantis, seria sempre a mesma, cabendo-lhe reconhecer o saldo e custo de um empreendimento ou da política. Desta forma, a racionalidade prudente e calculada do governante coincidiria com aquela do negociante.

D. Pedro, aqui, conjugava-se ao Intelecto, à Razão e à bondade divina expressa no vestido azul celeste da Razão que lembrava o Céos e seus desígnios. Neste mundo cósmico e metafísico, que permeia coerentemente a política e os negócios _ assuntos tão terrenos _, D. Pedro garantia a ordem através da sua dignidade constitucional que sabia governar com justiça contra ou domando os revoltosos e maldosos. Montava-se, paulatinamente e através de uma série de objetos, uma imagem real a ser divulgada do rei constitucional.

¹²⁶ Programa allegorico do quadro que vou expor no tecto da sala de S. M. o Nosso Magnanimo Imperador, o Sr. D. Pedro de Alcantara, Defensor Perpétuo deste grande Império do Brasil, no Paço desta Cidade Imperial do Rio de Janeiro, por Manoel da Costa, Architecto Civil da Casa de S. M. I. do Brasil, 1822.

Noutra direção, mas no mesmo sentido, um relógio se apoiava numa base com o escudo real, sendo ladeado por D. Pedro em vestes militares, com a mão elegantemente estendida, como numa jura, sobre a constituição. Convém reparar que este relógio se comportava tal e qual uma miniatura do projetado monumento a respeito do 26 de fevereiro; ou seja transferia-se para o interior dos ambientes, miniaturizando-o, um monumento em honra de um movimento político e público, do qual o príncipe saíra vitorioso e senhor da praça pública, respeitando a sua importância ao construí-lo com um bem tão útil, ilustre e regulado quanto um relógio.

O desejo de erigir um imperador constitucional acabava por incumbir pela organização local das festas de aclamação, principalmente, às câmaras em acordo com a igreja e as tropas. O papel proeminente das câmaras substanciava o caráter constitucional do soberano, sem contradizer ou negar sua aura sagrada.

A distante Vila de São Francisco de Sergipe do Conde, na Província da Bahia, com estrondos de instrumentos bélicos e girândolas, foi avisada que o retrato de D. Pedro chegara, sendo trazido pelo tenente-capitão Vasco de Brito e Sousa, cavaleiro da Ordem de Cristo e residente naquela localidade. Adentraram pela rua da Matriz, em direção a sua casa que:

..nunca se vio tão habitada de pessoas d'hum, e outro Sexo, e debaixo de tão Brilhante ajuntamento, e Festejo, se conduzio o Fiel Retrato do Nosso Augusto Imperador, para a Casa do mesmo Tenente, onde encerrado, e com a devida Reverencia, foi Collocado em hum Sala já disposta, e armada com a decencia possivel para similhante fim ¹²⁷.

À noite, as casas se iluminaram, houve música, fogos. A praça foi iluminada com diversas cores às expensas do tenente. Algumas senhoras, convidadas, iam ao pé do trono, onde estava o retrato. No dia 11 de outubro, os festejos públicos prosseguiram com música, fogos, iluminações.

No dia 12, data da descoberta da América e aniversário de D. Pedro, dia da

¹²⁷ *Idem.*

¹²⁸ Exposição da Collocação do retrato do Sr. D. Pedro de Alcantara, Primeiro Imperador do Brasil na Casa da muito Nobre, e Leal Villa de São Francisco de Sergipe do Conde na Província da Bahia, que foi feita com a maior pompa, e a custa do tenente Antonio Joaquim de Bitencourt e Sá, offerecida por Francisco Antonio de Andrade e Silva, Rio de Janeiro: Typ. de Torres, 1825, p. 5.

sua aclamação _ estreitando os laços entre ele e a América _ o retrato saiu da casa do tenente acompanhado de salvas, da bandeira imperial, de marchas indo para o Convento dos Religiosos Franciscanos, onde foi colocado sobre um trono, armado com rico dossel, recebendo os cortejos e homenagens. Lá estavam, na ponta do cortejo, o major Joaquim Ignacio de Siqueira Bulcão, seu filho Joaquim Ignacio de Araújo Bulcão, o coronel de infantaria de 2a. linha Manoel Diogo Sá Barreto e Aragão, seguidos da câmara com seu presidente Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos e os vereadores: capitão Manoel Atanasio d'Azevedo, tenente-coronel José Neto da Silva, professor Pedro Antonio Neto Cavalvante, o procurador Ignacio Rigaud, o escrivão Feliciano Teixeira da Matta Bacellar. Esta entrada foi saudada pelo regimento, orquestra e girândolas. No Convento, o mestre de cerimônias era o reverendo Francisco José de São Mateus, auxiliado pelos diáconos e padres. Cantou-se o *Tantum Ergo*, ouviu-se missa, numa igreja enfeitada. Ao fim da missa, o mestre de cerimônias subiu ao púlpito e exaltou, no sermão, os predicados de D. Pedro. Por último, entoou-se o *Te Deum*. Às três horas da tarde, findou tal cerimônia com a bênção do Santíssimo Sacramento, indo o *Idolo dos nossos Cultos*, o retrato, então atravessar a cidade em procissão.

O retrato ia à frente sob um pálio de damasco branco, com franja de ouro, galão, varas de prata, *tudo do possessorio da Irmandade do SS. Sacramento desta Villa* ¹²⁹ carregado por Joaquim Ignacio de Siqueira Bulcão, pelo coronel Manoel Diogo de Sá Barreto e Aragão e alguns homens da câmara, seguido pelos sacerdotes, mais seis membros da câmara, depois vinham os regimentos. As janelas estavam ornadas com colchas e chovia flores. A procissão adentrou a praça da vila, estourando os fogos e as girândolas. Quando o *Imperante*, ou seja o retrato, entrou, a orquestra iniciou uma sinfonia *capaz de arrebatrar os corações mais duros*. Vieram os hinos, as salvas e os vivos sob as ordens do major. Naquela noite, teve brincadeiras na praça. A festa durou

¹²⁹ Op. cit., p. 6, 11, 10, respectivamente. A associação com o Santíssimo Sacramento se efetivava em relação ao rei português, por exemplo, na Bahia, quando da celebração pelas melhoras de D. José I, se expôs o Santíssimo, celebrando-se na sua presença em evidência o *Te Deum*, associando uma figura a outra, in *Sermão Gratulatorio pregado na Paroquia de Noffa Senhora da Conceição da Praya da Cidade da Bahia...*, oferecido por Joseph Antonio Sarre, Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1764, p. 15, que

oficialmente uma semana, do dia 12 ao 19, com encamisadas, ajuntamento de cavaleiros, iluminações, música, hinos, marchas.

No dia 17, ao amanhecer, estendeu-se a bandeira imperial na frente da casa do tenente. Armou-se o trono de sedas verde e amarela, com um dossel erguido na frente de um arco das janelas e, por cima, se fez uma cúpula com seda e galões. No centro do trono, se pôs o retrato. A população da cidade foi vê-lo, teve cantoria, foguetes, música, vivas. Este festejo se repetiu no dia 18 e ainda no 19, quando terminaram os cultos com uma cavalhada _ a terceira naquela semana _ com *pompa e grandeza*.

O retrato de D. Pedro foi recebido e tratado como se fosse o próprio em carne e osso. Sua efígie levava a sua figura e não perdia ou consumia a sua aura, as suas qualidades, recebendo todo um conjunto de reverências a ponto de ser colocado, sob um dossel, em cima de um trono em plena praça, visitado e homenageado ¹³⁰. Ato contínuo, quem se responsabilizava por armar a festa, receber o retrato, cercá-lo de pompa e orná-lo com os signos certos, também aparecia como o mais próximo do soberano, desfrutando de seu poder e estatus. Por sua vez, o major, o tenente, a câmara, o padre podiam demonstrar, no âmbito da vila, a importância daquele retrato, pois se detinham em reverenciá-la, em honrá-la. Entre o poder central e o local se estabelecia um duplo sentido, onde um reforçava o outro. Assentado sobre o trono, percorrendo as ruas da vila sob pálio, no altar do Convento, o retrato foi considerado o Imperador em pessoa, sendo associado ao Santíssimo Sacramento ao usar todos os seus adornos de procissão.

D. Pedro também era considerado, nesta ocasião, um chefe militar, à medida em que toda a tropa, com seus comandantes locais e mais graduados marcharam atrás do retrato, numa parada militar em meio à praça pública, com o seu chefe maior à frente. Os significados do soberano se embaralhavam: meio santo, meio general, meio negociador político, sem criar, contudo, algum ruído na sua comunicação ou

consta da Relação da Festa que os homens de Negócio da Cidade da Bahia fizeram em Acção de graças pelas melhoras se Sua Mageftade Fideliffima, Biblioteca da Ajuda, 153-I-24 (n. 37).

contradição entre estes elementos.

Se D. Pedro não conseguia percorrer todo o país, seu retrato supriu esta necessidade, levando-o a toda parte e suscitando um acontecimento que fugia da rotina, hierarquizava a sociedade local e marcava-se por um caráter litúrgico ao elaborar-se por meio de missas, sermões, procissões. Por outro lado, cultuava-se a ordem pública ao arregimentar a tropa, ordená-la num desfile, onde cada qual tinha um lugar fixo, assemelhando ao povo em armas e em defesa da nova pátria. Com vivas e festas, se celebrava o novo imperador, mas estas cerimônias ficavam sob égide do estado. Igualmente, elas não obedeciam à risca a ordenação da aclamação do rei português, antes constituía-se, às vezes, por uma cerimônia de recepção do retrato real e, sobretudo e freqüentemente, uma cerimônia de aclamação, que se erigia numa cerimônia cheia de civismo em nome do novo país.

O civismo se erigia na melhor e mais correta virtude de uma sociedade vinculada pela ordem, não à beira ou refém do despostismo e da anarquia, capaz de fundar uma pátria livre e independente ¹³¹. Pregava-se o caráter cívico, o congressamento de todos, a união dos brasileiros através do pacto celebrado na figura do imperador e, entre si, desenvolveriam um sentimento fraterno que, mais e mais, cimentaria tal união _ isto é, o próprio pacto social. A vila da campanha da Princesa, em Minas Gerais, em fevereiro de 1822 definia o *entusiasmo patriótico*: *que é quem eleva o homem à dignidade de bom Cidadão e lhe ensina a antepor ao seu bem particular o bem do Público, sacrificando sua vida, e sua fazenda, em benefício da Pátria (...)* ¹³². Tal civismo, por seu turno, atestava a marcha da civilização no Brasil, pois quanto mais civilizado um povo maior o civismo que o entrelaçaria à sua pátria ¹³³.

¹³⁰ Quando da sua viagem a São Paulo, D. Pedro deu o beija-mão ao lado de um retrato de seu pai sob um dossel. O retrato e a sua pessoa mantinham um elo de continuidade e, embora fossem de suportes diferentes, as figuras não colidiam uma com a outra. Mello Moraes, *Op. cit.*, t. II, p. 444.

¹³¹ A *Constituição Espanhola* que serviu de referência no bojo dos debates políticos e na elaboração da constituição portuguesa de 1820 e para as brasileiras de 1823 e 1824 prescrevia: *O amor da pátria é uma das principais obrigações de todos os espanhóis, bem como o ser justos e benéficos*. Apud Mello Moraes, *Op. cit.*, t. I, p. 64. Este autor transcreve tal *Constituição* na íntegra.

¹³² *As Câmaras...*, v. 2, p. 89.

¹³³ Seguia-se de perto, aqui, a noção de virtude presente em Montesquieu, pois esta liga o cidadão à pátria através de um sentimento e não tanto pelo conhecimento e, nesta relação entre a pátria e os costumes,

Em cada vila, que recepcionava o retrato, havia uma difusão de sentimentos religiosos e de uma moral pública orquestrados pelo amor, pela obediência ao governante e a fraternidade entre os homens. Esta economia sentimental regida pelo “amor” e a adesão ao príncipe se expressavam através do uso do tope nacional, das cores verde e amarelo, dos penteados e vestir-se das senhoras nas festas de aclamação, do entoar os vários hinos dedicados à independência, dos chapéus lançados ao ar, dos acenos dos lenços brancos, dos seguidos vivas que iam da religião, à assembléia geral e ao povo constitucional, passando pela dinastia de Bragança e o imperador e sua esposa. Encarava-se esta sequência de vivas, principalmente, como a expressão da soberania popular que aprovava o novo governante e adensavam a sua legitimidade.

Na Vila de São Salvador ¹³⁴, na região de Paraíba do Sul, a tropa enfileirada na praça, tendo ao centro a câmara, a nobreza e o clero, depois do Te Deum, deram os seguintes vivas: *Viva a nossa Santa Religião, Viva a Independência do Brasil, Viva a Assembléia Geral Constituinte Legislativa do Brasil, Viva o Imperador Constitucional do Brasil o Sr. D. Pedro I, Viva a Imperatriz do Brasil, e a Dinastia de Bragança Imperante do*

estabelecia-se uma causalidade: *O amor pela pátria acarreta a pureza dos costumes, e a pureza dos costumes acarreta o amor pela pátria.* Do *Espírito das Leis*, São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1985, p. 61.

¹³⁴ *Descrição das festas na Villa de São Salvador (Parahiba do Sul) pela aclamação de D. Pedro de Alcantara, Imperador do Brasil*, Rio de Janeiro: Typ. Torres e Costa, 1882. Percebe-se o espraiamento desta solenidade em várias regiões do Brasil: *Rellaçam da maneira por que se celebrou ... o presidente da provincia de Santa Catarina o faustissimo 12 de Outubro*, Rio de Janeiro: Tip. de Plancher, 1825; *Descrição dos festejos havidos na cidade de Porto Alegre, no dia 12 de Outubro, anniversario natalicio de Sua Magestade Imperial, o Senhor D. Pedro I*, Rio de Janeiro: Silva Porto, 1824; *Descrição das festas feitas em Tejuco (M. G.) por aclamação de D. Pedro I, em 1822* (por José Paulo Dias Jorge); *Memoria dos successos que tiverão lugar na Villa de Parati desta Provincia do Rio de Janeiro por motivo da Declaração da Independencia do Brasil e Acclamação de Seo Primeiro Imperador, o Senhor D. Pedro I; Sermão, que na solemnidade da acclamação ... do Sr. D. Pedro de Alcantara, em imperador constitucional do Brasil celebrada ... na matriz do Corpo Santo pelo Senado da villa de Santo Antonio do Recife... pregou fr. Joaquim do Amor Divino Caneca*, Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1823; *Oração que no solemne applauso consagrado pelo Senado de Villa Rica á acclamação de S. M. I. e Constitucional o Sr. D. Pedro de Alcantara, recitou no templo de N. S. do Carmo o p. m. Manoel Joaquim Ribeiro*, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1823; *Fórma por que se deram os vivas no memoravel dia 12 de outubro de 1822*, Rio de Janeiro: Typ. Porto & Cia., 1822. *Discurso pronunciado nas Eleiçoens Parochiais da Villa de São Sebastião para a Instalação de Cortes no Rio de Janeiro, por Bernardo da Pureza Claraval, Viggario Collado, e da Vara da mesma Villa. Proclamação para annunciar a Faustissima Acclamação de S. M. I., feita pelo Vigario ... e mandada publicar ... no dia 29 de Setembro de 1822.*

Brasil, Viva o Povo Constitucional do Brasil ¹³⁵. Entre todos estes vivas, havia uma continuidade interna ao poder público e político, de modo que um ressoava no outro e, ditos ao mesmo tempo, explicitavam o pacto social, isto é, todos se entrelaçavam a fim de assegurar uma dominação e explicitar o consentimento de todos à monarquia constitucional.

Na sua estrutura, esta festa assemelhava-se às outras ocorridas pelo país e, em si mesma, coincidia com outras tantas vivenciadas pela vila, cidade, localidade, criando um efeito de repetição que reforçava aquela experiência ao adensá-la e se materializava um ritmo cíclico, porque repunha algo já visto ou vivido durante o período colonial. Mas aqui a semelhança não significava o mesmo.

Ainda nesta vila, o retrato de D. Pedro surgiu no teatro, entre os atos do drama *O Triunfo do Brasil*, sendo ovacionado e completando o triunfo em cartaz. No dia 13, o comandante das tropas locais convidou a população da vila mais os militares de 1a. e 2a. linha para irem à sua chácara, onde serviu um jantar de mais de mil talheres, com vinho, aguardente, cerveja, arrematando com uma pajelança a comemoração local. Nos dias 14, 15, 16, houve contradanças entre mouros e portugueses, às tardes, na praça da cidade. No dia 19, encerrando as cerimônias, assistiram missa, Te Deum, procissão e, de novo, as iluminações da câmara e a outra, erguida pelo cônego Arcipreste, expunham o retrato de D. Pedro.

Grandes festas de aclamação ocorreram em São Paulo e no Rio de Janeiro, esta excedendo aquela. Em São Paulo a festa se estendeu por um mês, iniciando-se com um bando que saiu no dia 11 de outubro com a guarda cívica num carro triunfal. Nele, o Brasil, em trajes imperiais e sentado num trono, era ladeado pela Abundância e a Independência, aos seus pés a Fama proclamava o bando, *escripto em verso heroico, onde traçava hum sublime elogio ao Imperador, e descrevia os festejos com que pauliceia devia celebrar sua gloriosa aclamação* ¹³⁶. No dia 12, logo cedo, as tropas de artilharia, cavalaria, infantaria marcharam e se postaram na Praça de São Gonçalo, ocupando-a e cercando-a. Do alto de uma janela do senado da câmara _ numa réplica

¹³⁵ *Descrição das festas na Villa de São Salvador....*, Op. cit., p. 2. Esta era a sequência de vivas dados nesta aclamação.

miniaturizada e simplificada da varanda _ o Juíz de Fora bradou os vivas, sendo copiado pela assistência. O padre Idelfonso, professor substituto de filosofia e soldado da Guarda Cívica, discursou frente a tropa, exaltando-a a sustentar a Independência e o novo imperador. Daí, todos foram à Catedral, *render graças ao Ser Supremo* ¹³⁷. Voltaram, depois, num cortejo pelas ruas até o Palácio do Governo, onde sob um dossel se encontrava o busto de D. Pedro. Este contato entre o busto e o súdito se assemelha, na narrativa, a um momento forte da economia sentimental que os une:

...foi à sua vista, que combatendo-se os affectos de jubilo, e da saudade nos Corações dos bons Paulistanos, que naquella mesmo lugar tiverão outróra a incomparavel gloria de ver, e beijar a Augusta Mão de Seu Adorado Imperador, derramarão ardentes lagrimas em desafôgo de seus sentimentos ¹³⁸.

À noite, no teatro gratuito, antes da apresentação do drama e nos seus entreatos, o retrato de D. Pedro no trono do Brasil surgia, sendo ovacionado, *quando o fogo do patriotismo, que abrasava os corações de todos, e expressava gritos de incessantes vivas* ¹³⁹. O liame entre os paulistas e o imperador se dava pelo coração, por uma efusiva alegria que se expressava através de uma nuvem de lenços brancos agitados e flores derramadas que saudavam o retrato. Esta afetividade substanciava o sentimento de civismo.

Ao longo daquele mês, o retrato de D. Pedro reapareceu nas iluminações feitas na cidade. Uma erguida na frente do quartel, mostrava suas altezas sentadas no trono, sob dossel de ouro, cercadas da Independência cujas algemas estavam jogadas ao chão. O trono era sustentado pela América em vestes gentílicas e manto real. Nos degraus do trono, em caracteres verde-amarelo se lia um possível diálogo entre o imperador e a América, numa espécie de casamento:

Tu me deste a Independencia

Eu te dou arco, e farpão.

¹³⁶ Relação dos festejos da aclamação de D. Pedro em São Paulo, p. 1.

¹³⁷ Op. cit., p. 1.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Idem.

Eu aceito, e com meu sceptro

Faremos hum só brazão ¹⁴⁰.

Já a iluminação construída pelo Corpo Comercial reproduzia, por inteiro, o ritual da aclamação, pois consistia numa longa e larga varanda com duas escadas, uma à direita e outra à esquerda, propiciando que o transeunte atravessasse o hall da varanda, estando no seu centro os retratos reais. No 10 de novembro, com a iluminação de um castelo em frente à varanda acesa, houve um cortejo de senhoras, bandas e parte da população por esta varanda, reverenciando o retrato. Também no baile do dia 29 de outubro, promovido pelas senhoras patrióticas, vestidas de seda branca com jardineiras de flores verde e amarela, corpete verde, bando de cetim verde na cabeça, *onde se divisava entre grossas bordaduras, e em letras de ouro a legenda: Independencia ou Morte* ¹⁴¹, um cortejo de pares passava frente ao retrato fazendo uma reverência e jogando flores nos degraus do trono. Este acontecimento, no interior da festa, repetia o seu motivo que fôra, inicialmente, celebrado no dia 12, assim o dia dia 29 repunha o 12, reiterando a aclamação, como se o tempo se repetisse. Em várias partes da cidade e em diversos momentos desta festa tão longa, o retrato real aparecia sobre o trono, sendo incessantemente cumprimentado, esparramando a efígie do imperador pelo universo social. Tentava-se alcançar à toda população, noticiando-lhe o novo governante, fazendo-o visível e intensamente retornando a um momento já vivido. Esta contínua repetição que a própria festa ritmava e impunha consubstanciava uma noção sagrada do imperador que como os santos e Jesus era assiduamente lembrado nos mesmos atos e feitos ¹⁴².

Dois sermões especialmente se detiveram no papel do rei, ambos calcados no Livro dos Reis do Antigo Testamento. O primeiro proferido pelo bispo diocesano Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, professor público de História Eclesiástica, tinha

¹⁴⁰ *Idem*, p. 2.

¹⁴¹ *Idem*, p. 3-4. As senhoras de Belém igualmente se vestiram com as cores da independência para saudar de suas janelas o ato da aclamação. Ao longo da documentação, despontam atitudes femininas que demonstravam sua adesão através dos penteados, das roupas, das cores, do leques e sombrinhas, elementos da moda, com os quais usavam de seus corpos e adornos para significar uma postura cívica.

¹⁴² Aqui, a afirmação de Mona Ozouf ensina: *Et, puis, à répéter, on gagne de ressusciter l'atmosphère et bénéfique des temps mystiques*. *Op. cit.*, p. 199. Ou seja esta presentificação reiterada no interior da festa ajudava a adensar a figura de D. Pedro e o remetia para um campo do sagrado, onde reina o tempo cíclico.

por tema: *Clamavit omnis populus, et ait: vivat Rex* ¹⁴³. O outro realizado pelo prior e padre mestre Francisco Antonio de Santa Gertrudes Figueiredo discorria sobre *bella Rex erit super nos. Et erimus nos sicut omnes gentes: judicabit nos rex noster, e gredietur ante nos, et pugnabit nostra pro nobis* ¹⁴⁴.

A referência bíblica embasava a atitude e o cerimonial frente ao imperador, inserindo os festejos e seu significado no fio de uma história divina e maior, que ultrapassava o homem em sua vida terrena e seus vãos desejos, conseguindo deslumbrar um rumo histórico mais virtuoso. Os sermões pregados no púlpito, depois das missas, num momento próprio e destacado da cerimônia, mediava os interesses políticos e a vontade divina, de modo que os primeiros cumpriam os insuspeitos ditames desta última, pois não se duvidaria da lisura, da bondade, do tudo ver e conhecer de Deus. Assim, entre o rei _ exemplarmente citado através do textos bíblicos antigos, quando os homens estavam mais próximos do *Ser Supremo*, para usar uma expressão da época _ e Deus forjava-se uma continuidade e, ao mesmo tempo, prosseguia-se uma longa linhagem dos reis vinda desde a Antigüidade, que tentava parecer irrefutável. Ao tratar da aclamação citando um versículo bíblico, o pregador retomava uma palavra tomada como verdadeira e inspirada por Deus, e, assim, colaborava para a legitimação do novo imperador. Simultaneamente, sua *persona* parecia ditada por um longo destino que vinha de um passado tão remoto, cujo domínio estava apenas em mãos divinas. Estes sermões, esta noção de história, esse tempo abençoado e partilhado por Deus, adensavam a figura de D. Pedro, como se ele viesse de um momento anterior, de um antes um tanto indefinido dentro da perspectiva humana e que não se restringia apenas ao presente vivido. Desta maneira e mais uma vez, consagrava-se o imperador.

¹⁴³ Trata-se do versículo 24 do capítulo 10 do I Livro dos Reis, onde se lê: *E todos o aclamaram dizendo: Viva o rei*.

¹⁴⁴ Assevera o capítulo 8 do I livro dos Reis: *... é preciso que tenhamos um rei! Queremos ser como todas as outras nações; o nosso rei nos julgará, marchará à nossa frente, e será nosso chefe na guerra*. Recorrendo a um enunciado que adquiria o estatuto de uma formulação universal, o pregador vencida o tempo histórico, embora valorizasse a afirmação por ser tão antiga e se servisse dela para tratar da condição do novo imperador, aliando-o à vontade divina, mas sem se prender, circunscrever ou fixar no estatuto do rei antigo.

Por outro lado, este acontecer das festas e sua repetição _ entrada, aclamação, coroação _ dramatizavam a vida coletiva ao teatralizar um momento capital da política: a origem da sociedade, isto é a fundação da própria coletividade. Tal dramatização moldava-se por uma estética festiva, com arcos, dísticos, gênios, flores, crianças fantasiadas de anjos, homens em suas fardas, mulheres com jardineiras verde e amarelo, enfim uma estética que jogava com a sedução e os efeitos emocionais, concorrendo para a obtenção do consentimento geral. Se esta dramatização instaurava uma representação do corpo coletivo, também assegurava a sua perpetuidade, asseverando que não haveria um retrocesso com a volta do sistema colonial ou, no futuro, sua desintegração territorial porque excluía-se a possibilidade de desfazer-se ou romper-se tal contrato; vetando as chances da república e banindo o perigo de uma guerra civil.

No Rio, em meio à praça do Campo de Santana ¹⁴⁵ _ num palacete onde se sobressaía a varanda e que fôra edificado para a aclamação de D. João _, às 9 da manhã, desfilaram os regimentos de 1a. e 2a. linha da cidade mais regimentos vindos de Minas e São Paulo, enfeixando estas províncias. As tropas aí estacionaram, as varandas das casas e as janelas estavam coloridas, as senhoras se destacavam pela indumentária e pelo emprego do verde-amarelo. Edificou-se uma varanda, para qual se dirigiu o cortejo real quando adentrou a praça. No ato de aclamação, dentro da varanda, na presença dos ministros e secretários de estado, do senado da câmara com as novas armas bordadas em seu estandarte aí erguido, o presidente da câmara Clemente Pereira solicitava que o *Defensor Perpétuo do Brasil* recebesse o título de *Imperador*. Este prontamente respondeu:

¹⁴⁵ Moreira Azevedo o descreve: *Pelo quatro lados corria uma varanda constituída por arcos entre columnas unidas por uma balaustrada, a varanda da frente era mais saliente que as outras uma braça, e sustentada por cinco arcos, três maiores na frente e dois menores lateralmente, constituindo um vestibulo com grades; a escada ficava fronteira ao arco central, e interiormente havia um salão e três quartos forrados de damasco e velludo carmezim, O Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidade, Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro, 1877, 2a. ed., p. 15. O tamanho da varanda propiciava a presença da família real, ministros, nobres, e também conformava um espaço a ser decorado de acordo com os princípios da realeza. Sendo um edifício que existiu na paisagem da capital, podendo ser visto, apontado, visitado, usado em vários momentos da vida da cidade, como na festa do Divino a partir da década de 1830. Já no dia 12 de dezembro o Campo de Santana tinha seu nome trocado para Campo da Aclamação, o qual não permaneceu por muito tempo.*

Aceito o título de Imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil, porque, tendo ouvido o meu conselho de Estado e de procuradores gerais, e examinando as representações das câmaras das diferentes províncias, estou intimamente convencido que tal é a vontade geral de todas as outras, que só falta de tempo não tem ainda chegado ¹⁴⁶.

Debret capturou exatamente este momento da aclamação, quando os vivas e o aceite de D. Pedro selam o acordo entre eles. Na varanda na forma de uma tribuna, estão a família real, membros da câmara, ministros, autoridades civis e militares, cujos os perfis e rostos podem ser reconhecidos. Contudo, o quadro e a cerimônia só se completam com:

... parte do povo reunido junto ao terraço do Palacete e cercado por um cordão de tropas ¹⁴⁷.

Por outro lado, D. Pedro só se tornava imperador pela eleição feita pelas câmaras antes mesmo do 7 de setembro e, pelas suas vontades manifestas, transformava-se no cerne da soberania.

Muitas câmaras arranjavam uma espécie de procurador na corte que expressava os seus desejos e interesses, a sua adesão. José Bonifácio representou 114 cidades da Paraíba do Norte, em nome da nobreza, clero e povo, afirmando que todas se uniam na aclamação de D. Pedro:

Elles a solemnisáram com pomposo apparato por 8 dias seguidos, distinguindo-se não só o Senado da Câmara, mas sobresahindo igualmente o patriotismo de alguns outros Cidadãos... ¹⁴⁸

Ao escolher este representante, estas cidades preferiam alguém bem próximo ao soberano e repunham sua importância ao alçá-lo à condição de porta-voz de tanta gente. Ao se dirigirem outra vez ao poder central, numa outra oportunidade, o trânsito e a influência políticos de Bonifácio devia facilitar-lhes a obtenção de algum favor, serviço ou verba. Pode-se pensar que José Bonifácio poderia ser remunerado ¹⁴⁹

¹⁴⁶ Mello Moraes, *Op. cit.*, t. II, p. 493.

¹⁴⁷ Debret, *Op. cit.*, p. 265.

¹⁴⁸ A. N., Cód. 895, Discurso que o Desor. José Bonifácio de Andrada e Silva dirigio a S. A. R. em nome do Governo da Parahiba do Norte.

¹⁴⁹ Francisco Bethencourt comentou comigo que a prática das câmaras remunerarem seus procuradores na corte era corrente no império português; daí a hipótese da retribuição para este ministro de estado. Nesta situação, a

por esta representação ou receber um agrado, um presente, que o levassem a se empenhar nesta demonstração de fidelidade e obediência das cidades. Igualmente, salta aos olhos, o fato da concordância política destas vilas ocorrer na forma da solenidade, em sua grandeza e duração. José Bonifácio discorria a respeito de algo que lhe era nítido e talvez meio óbvio: o pacto social se celebrava por intermédio de festas e vivas ¹⁵⁰.

As festas e comemorações tornavam público o contrato que fundava o Brasil, entendido como uma pátria recém-fundada com um futuro promissor que se desligava dos grilhões do sistema colonial. Ou seja, adentrava à esfera pública o que se negociava e decidia no âmbito restrito dos homens de estado, no conselho de estado, entre os ministros, agentes diplomáticos, enviados da corte às províncias, no palácio, na maçonaria, no interior das câmaras. O reconhecimento da legitimidade e dos elementos da ordem saíam da esfera do segredo, do que se decidia sobretudo no interior do estado e espalhava-se pelo universo social, buscando comunicar seus projetos, a forma de governo, o estabelecimento da monarquia constitucional, visando cultivar um consentimento mais geral, do qual também não poderia

câmara do Rio de Janeiro, logo após o seu incêndio em 1790, contratara Joaquim de Azeredo Coutinho em Portugal para reunir toda a documentação lá existente sobre a câmara a fim de tentar reaver o que se perdera. Do lado da câmara, Balthazar da Silva Lisboa, Francisco Pinheiro Guimarães, José Marianno de Azeredo Coutinho, e, por outro, Azeredo Coutinho negociavam um aumento de salário para cumprir tal tarefa por completo. AHU, Rio de Janeiro, Avulsos, Cx. 145, Doc. 99, 1/agosto/1790.

¹⁵⁰ Daí sua preocupação e maestria em rapidamente reorganizar os símbolos do Brasil através de sucessivos decretos. Decretos de 18/setembro/1822: concede anistia geral para as passadas opiniões políticas; ordena o distintivo "Independência ou Morte" e a saída dos dissidentes. Determina o tope nacional brasiliense, e a legenda dos patriotas do Brasil. Dá ao Brasil um escudo de Armas. Regula os uniformes dos criados da Casa do Príncipe Real. Decreto de 29/setembro/1822: Proíbe que os particulares usem da cor verde nas libré de seus criados. Decreto de 13/setembro/1822: Manda que se use nos Tribunais e mais repartições públicas o Título de Majestade Imperial. Decretos de 1/dezembro/1822: Cria a Imperial Ordem do Cruzeiro. Manda substituir pela coroa Imperial a Coroa Real que se acha sobreposta, no escudo das Armas. Decreto de 6/dezembro/1822: Manda que os empregados diplomáticos do Império usem de farda verde. Decreto de 10/dezembro/1822: Manda que, nos diplomas assinados pelo Imperador, depois da data, se acrescenta o número dos anos decorridos desde a sua Aclamação. Decreto de 21/dezembro/1822: Declara o dia de Gala Imperial. Decretos de 9/janeiro/1822: Concede à Câmara da Cidade do Rio de Janeiro o tratamento de Ilustríssima. Concede aos Batalhões que pegaram em armas no Campo da Aclamação poderem trazer a insígnia da Imperial Ordem do Cruzeiro nas suas Bandeiras. Decreto de 24/fevereiro/1823: Eleva à categoria de Cidades todas as Vilas que forem Capitais de Províncias, e concede títulos honoríficos às Povoações de Vila Rica, São Paulo, Itu, Sabará e Barbacena. Não à toa cidades que realizaram ou ajudaram a organizar as festas de entrada durante as viagens de adesão. Ainda a Carta Imperial de 9/janeiro/1823 dava o título à Cidade do Rio de Janeiro de Mui Leal e Heróica. In *Obra Política de José Bonifácio*, Brasília: Senado Federal, 1973, v. I.

prescindir, negar ou emudecer. Na contramão, tais festas públicas e oficiais referendavam as decisões deste grupo restrito, dos estadistas, do parlamento.

Daí, a eficácia das festas aos olhos de José Bonifácio que via na escolha da monarquia constitucional o governo mais coerente e necessário ao Brasil, seu povo e costumes. Numa passagem, ele confessava e sintetizava:

Acusam-me alguns de que plantei a Monarquia. Sim, porque vi que não podia ser de outro modo então; porque observava que os costumes e o caráter do povo eram eminentemente aristocráticos; porque era preciso interessar às antigas famílias e os homens ricos que detestavam ou temiam os demagogos; porque era monárquico, e os brasileiros eram macacos imitadores. Sem a Monarquia não haveria um centro de força e união, e sem esta não se poderia resistir às cortes de Portugal e adquirir a Independência Nacional ¹⁵¹.

Ou, então, nesta outra nota onde sublinhava a importância dos costumes:

O Império constitucional era o mais análogo aos seus costumes, e com a liberdade que este firmava e garantia todos ficavam contentes, sem que fosse preciso recorrer com amargos sacrifícios ao ideal Republicano, que a experiência de seus vizinhos lhes apresentava anárquico e violento ¹⁵².

Tal monarquia vinha casada a estes elementos sígnicos, amalgamada às comemorações e festas, que participavam da sua montagem e eficácia. Ela supria, segundo Bonifácio, a ausência de um sentimento nacional no Brasil que o conformasse, bem como resolvia o problema da heterogeneidade da população ¹⁵³,

¹⁵¹ Silva, J. B. de A. e, *Notas Íntimas*, *Op. cit.*, v. II, p. 119

¹⁵² Apontamentos sobre Política. Manuscrito pertencente à Coleção José Bonifácio do Museu Paulista. Apud, Silva, A. R. C. da, *Construção da Nação e Escravidão no Pensamento de José Bonifácio: 1783-1823*, Campinas: UNICAMP, Dissertação de mestrado, 1996, p. 213. Recorro a este ótimo trabalho de pesquisa preocupado em desmontar as articulações políticas do pensamento de Bonifácio.

¹⁵³ É conhecida a passagem onde José Bonifácio refere-se à população brasileira numa forte e reveladora metáfora com termos da mineralogia: *... a amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, etc., etc. em um corpo sólido e político*. *Correspondências de José Bonifácio (1818-1820)*, *Revista de História*, Separata n. 55, São Paulo, 1963, p. 226. Esta heterogeneidade impede a constituição de uma nacionalidade, então precisava-se estabelecer um plano que promovesse a homogeneização da população brasileira, *amalgamando-a*. Daí nascem seus projetos a respeito do índio e do negro, com perspectivas e métodos distintos, tenta reformá-los para que um dia no futuro venham a pertencer à nação e civilização brasileira, pois uma teria que ser análoga a outra. Porém, ele atentava especialmente à escravidão que poderia acarretar na desagração da nação por se tratar de contrato e comércio

agravada pelos índios selvagens e pela escravidão. Ele apontava esta eficácia única da monarquia constitucional:

*Se em toda parte o trono tem necessidade de rodear-se de esplendor e de ganhar corações pela sua liberalidade e magnificência, muito o mais o tem o do Brasil, cercado de Repúblicas e povoado por homens que não conhecem outras distinções sociais que ser brancos e ter dinheiro*¹⁵⁴.

A monarquia em seu *esplendor e magnificência, conquistando corações*, de alguma maneira, solucionava de imediato as diversidade étnica (*branco*) e de classes (*de dinheiro*) que não viabilizava, ancorava ou promovia a gestação e nascimento do sentimento nacional capaz de edificar uma nova nação _ como vira na Alemanha ou na França revolucionária¹⁵⁵. Neste sentido, as cerimônias reais solucionavam esta carência. Porque através delas intervinha, na condição de legislador/homem de estado, na sociedade despertando o amor à pátria, cultivando-o. O amor à pátria se comportava como uma decorrência de um sentimento que movia o brasileiro naquele momento: o *amor da independência*¹⁵⁶.

Com o objetivo de suscitar mudanças na sociedade, mais condizentes com a monarquia constitucional, com o país emancipado, com o novo contrato social, o bom estadista ou legislador deveria intervir na esfera dos costumes _ caso tais mudanças

infâmes, um crime contra o direito natural não permitindo que o escravo fosse um cidadão, dificultar a formação de um livre mercado, além de depor contra o Brasil perante às nações amigas e civilizadas.

¹⁵⁴ Silva, A., R. C., da, *Op. cit.*, p. 213-4.

¹⁵⁵ Na Alemanha, entre 1792-94 e posteriormente em 1798, José Bonifácio teve oportunidade de ver um sistema educacional sendo implementado que procurava disseminar o espírito nacional alemão, muito sob influência do romantismo e no esteio da civilização. Ele também esteve na França entre 1789-91, quando uma facção moderada da burguesia levou avante um projeto reformista da sociedade instalando a monarquia constitucional. Ana Rosa Cloclet da Silva assinala a importância destas viagens e experiências na elaboração do seu pensamento político, sobretudo na valorização de um projeto reformista implantado a partir do estado e direcionada à sociedade, o modo de proceder as mudanças político-sociais, assistindo atentamente a construção destas nações. *Idem*, especialmente o capítulo As viagens de José Bonifácio pela Europa: 1790-1800.

¹⁵⁶ Em suas Notas. Manuscrito pertence à Coleção José Bonifácio do Museu Paulista. consta: *O único sentimento geral dos Brasileiros é o amor à Independência, isto é, o desejo de sacudir o desprezo individual, com que são tratados pelos Portugueses. Como Colonos e Americanos tinha[m] toda a disposição inata de serem Republicanos(...) para combater esta disposição só havia um meio, que era fazer depender (...) a Independência da Realeza Constitucional.* Apud *Op. cit.*, p. 215. A autora avisa que provavelmente se trata de um escrito quando José Bonifácio se encontrava no exílio. Ora, repare-se na estreita relação entre um sentimento que deve ser cativado pois contribuiu para o fim do sistema colonial, tão opressivo ao Brasil e contrário à sua civilização, e, depois, rearticulado com a monarquia constitucional a fim de evitar a República, sinônimo de guerra civil no caso da vizinha América Espanhola.

pertencessem a esta esfera, como as festas. Por isso, no seu esforço de (re)dimensionar a monarquia, erigindo-a em constitucional, Bonifácio interviu pronta e diretamente nas festas costumeiras que, antes, celebravam a realeza portuguesa. Tendo a cautela de não ferir ou alterar em demasia ou com violência o *espírito geral* do país. Simultaneamente, a acepção da monarquia sofria uma inflexão, tornando-se constitucional, através de um projeto reformista que visava compatibilizar o bem-estar individual e a felicidade coletiva ao guiar-se pela razão. Assim, ele concordava com Montesquieu, retomando-o, quanto o relativismo cultural e a estratégica intervenção nos costumes. Dizia o pensador francês:

Dissemos que as leis eram instituições particulares e exatas do legislador e os costumes e as maneiras, instituições da nação em geral. Disso decorre que, quando se quer modificar os costumes e as maneiras, não é com leis que se deve modificá-los: isto pareceria muito tirânico; é melhor modificá-los por outros costumes e outras maneiras.

Assim quando um príncipe pretende introduzir grandes modificações em sua nação, cumpre que reforme por leis o que está estabelecido por leis, e que modifique por novas maneiras o que está estabelecido pelas maneiras ¹⁵⁷.

José Bonifácio reconhecia a importância dos costumes que seriam retomados e garantidos pela constituição, necessariamente condizente com tais costumes, e juntos eram responsáveis por levar o país e seu povo à felicidade geral. Para provocar uma alteração na sociedade, por exemplo: como retirar muitos índios do estado de selvageria, ele propunha a branda catequese e o sistema de aldeamentos, como instrumentos que intervinham no costume e o modificavam sem recorrer à violência ou a uma drástica medida ¹⁵⁸. Ora, parece que as festas da aclamação com a distribuição e recepção do retrato real e da coroação, patrocinadas e arregimentadas por Bonifácio, se inserem nesta premissa de educar moralmente o povo através dos

¹⁵⁷ *Do Espírito das Leis*, Op. cit., p. 270. Ana Rosa Claclet da Silva mostra esta proximidade entre a obra de José Bonifácio e Montesquieu. Op. cit., p. 134-5.

¹⁵⁸ Ver o seu Aparentamentos para a Civilização dos Índios bravos do Império do Brasil, *Obras Científicas, Política e Sociais de José Bonifácio*, v. II. Ele explicava o bom ritmo da reforma: Nas reformas deve haver muita prudência: conhecer o verdadeiro estado dos tempos, o que estews sofrem que se reforme e o que deve ficar do antigo. Nada se deve fazer aos saltos, mas tudo por graus, como obra a Natureza. Sousa, O. T. de, *O Pensamento Vivo de José Bonifácio*, São Paulo: Livraria Martins, 1944, p. 115.

mores e preenchiavam a necessidade de criar, designar, representar uma imagem do Brasil que a todos congregasse e fosse consonante à nova ordem política e ao novo governo.

Esta série de festas se transformou, então, num aprendizado das virtudes apropriadas ao brasileiro, principalmente o amor à pátria, ao governante, que repudiava o descabido mando português e a anarquia, prima da revolução. Tal pedagogia das festas ainda concorria para moralizar o brasileiro, pois, nelas, cerceavam-se e regravam-se os costumes, *amenizando-os*. Neste diapasão, também concorriam para pacificar as discórdias da praça pública com o seu acontecer.

Em meio a e por seu intermédio destas celebrações, festas, ritos, incentivava-se o civismo de cada brasileiro. Isto implicava numa educação de si mesmo, de foro íntimo, em favor da e em consonância com a pátria. A individualidade íntima de cada homem precisava relacionar-se com o coletivo, que se reorganizava numa sociedade regida pelo governo representativo. Nesta mediação entre o eu subjetivo e a coletividade privilegiava-se o tom cordato e cordial, a preocupação justa com o outro brasileiro, um guiar-se pelas Luzes e retidão de caráter, a moderação, uma polidez concernente a uma sociabilidade *civilizada* ¹⁵⁹, norteada pela razão ¹⁶⁰ e instruída pelos manuais de civilidade ¹⁶¹. Os *mores*, assim, educavam o cidadão. Desta

¹⁵⁹ D. Roche ao fazer um balanço de como a história cultural aborda a sociabilidade de fins do XVIII, elencando alguns de seus principais temas, assim denota a relevância da sociabilidade neste momento: *La sociabilité, fine point de la civilisation, se trouve alors place au coeur du débat qui régit le rapport de la Loi et des moeurs et elle explicite la nature du social, donnée historique ou réalité structurelle abstraitement définissable*. République des Lettres ou royaume des moeurs: la sociabilité vue d'ailleurs, *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, avril-juin/1996, 43, 2, grifos do autor que aí usa uma citação.

¹⁶⁰ *Fidalgo é ser útil e honrado* _ escreveu José Bonifácio. Útil à sociedade e honrado por si mesmo, perante a sua consciência e os outros homens. Sousa, O. T. de, *Op. cit.*, p. 117.

¹⁶¹ Circulavam exemplares do *Manual da Polidez* pelo Rio de Janeiro, segundo Thomas Ewbank. Vários manuais de civilidade foram (re)editados no século XIX, angulados por uma sociabilidade de corte. Bem como os jornais dedicados à família, às moças e senhoras também tratavam deste assunto em artigos específicos que ensinavam etiquetas e bons modos. De acordo com os *Elementos de civilidade*, as regras da civilidade seriam seguidas: *na igreja, nas companhias, na conversação, nos encontros e passeios, no andar, na postura do corpo, no vestido e no asseio, na mesa, com os superiores, com os inferiores, com os iguais, no deitar e levantar da cama, nas cartas e no luto*. Em casa e na rua. Cf. Rainho, M. do C. T., *A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade* _ Rio de Janeiro, século XIX. *Acervo* _ *Revista do Arquivo Nacional*, v. 8, n. 1 / 2, jan-dez. 1995, p. 146. Tais regras acentuavam e dinamizavam a clivagem social entre os homens desta sociedade, servindo também para distinguir quem está apto a frequentar e participar da política, das decisões de governo, a tornar-se um estadista ou legislador. Na Real Mesa Censória, encontrei a ordem de remessa de exemplares da obra *Elementos de Civilidade*, traduzidos do francês por hum Anonymo pelo

maneira, exigia-se daquele que ocupasse a cena pública que expusesse com clareza e elegância seus argumentos, bem arranjasse as palavras, calculasse os seus gestos, controlasse os seus ânimos, evitando o arrebatamento, como D. Pedro fizera ao se pronunciar e acalmar as tensões políticas, os interesses em disputa, em 26 de fevereiro de 1821 e 9 de janeiro de 1822. Do governante exigia-se probidade, sem pender para um lado outro nos interesses particulares, privilegiando sempre o interesse geral, o bem comum, exercendo a função de poder neutro e de equilíbrio, exigido pela monarquia constitucional que tinha, no poder moderador – função corporificada no soberano –, o fiel da balança.

A independência, a adoção da monarquia constitucional, a manutenção da integridade territorial do Brasil, indicavam que o país se inseria num *fluxo de civilização* ¹⁶² e, *pari passu*, este gênero de festas revelava o grau de civilização do país, devido ao tipo de comportamento e civismo apresentados por seus habitantes no espaço público. De modo que as arruaças, os impropérios, as cantorias, as danças e ritmos suspeitos, os motins, remeteriam mais à barbárie e desordem – no limite, à presentificação de São Domingos; enquanto o alinhamento das tropas, o solene cortejo, a organizada praça pública, os exaltados e sequenciados vivas, o uso do tope e das cores nacionais, explicitavam a civilização, sobretudo quando o espectador se tornava um ator em cena ¹⁶³. No plano do estadista, esta personagem com duplo

livreiro Rolland para o Rio de Janeiro, com uma edição lisboeta de 1788, ANTT, RMC, Cx. 153. Cauteloso, Debret reconhecia a necessidade de montar uma festa em consonância com o grau de civilidade, os costumes próprios do país a fim de não agredir o público alvo ou não ser compreendido. Ou seja, ele cede ao aparato festivo tradicional, ao volume ornamental, em função do grau de civilização da população ao qual se dirige. Sobre as festas religiosas comenta: *Entretanto, por ora, não seria talvez prudente reformar esse exagero aceito pela população brasileira, composta como é atualmente de negros, de mulatos eminentemente supersticiosos e de brancos, (...) com sua educação atrasada. Em resumo, devotos todos, por hábito tanto quanto por vocação, têm necessidade de todo esse prestigioso aparato e considerariam uma profanação ao culto religiosos qualquer modificação mais razoável a que se procedesse nessas estranhas cerimônias.* Debret, J. B., *Op. cit.*, p. 30. Grifos meus.

¹⁶² Retiro esta expressão neste sentido do *Manifesto do Príncipe Regente aos Povos do Brasil*, transcrito por Mello Moraes, *Op. cit.*, p. 414.

¹⁶³ Em Rousseau, esta analogia entre o espectador e o ator numa festa cívica, que se opõe e combate o teatro italiano, que levaria à artificialização do viver humano, constitui o grau zero da representação – momento de extrema felicidade para uma sociedade norteadada pela soberania da vontade geral e que se expressa pela representação, pois aqui o sujeito se encontra por inteiro, sem mediações, anulando a representação, e de forma celebrativa com a sociedade (na qual é um contratante). Ver Franklin de Matos, L. F., *Apresentação a "Rousseau, o teatro, e festa e Narciso"*; Salinas Fortes, L. R., *Rousseau, o teatro, a festa e Narciso*, in *Discurso*, São Paulo: Ed. Polis, 1988, 17. Vale lembrar a oportuna observação de Starobinski sobre esta relação

desempenho de espectador e ator deveria ser, via de regra, fiel ao script e ao lugar que lhe eram designados ¹⁶⁴, vibrando com o amor à pátria, à monarquia, por decorrência ao Brasil, reconhecendo-se nesta **comunhão civil** e, no limite, identificando-se com o coletivo, ao tempo em que o celebrava.

Esta primeira vertente liberal do Brasil no início dos oitocentos capturava para dentro de si, no estabelecimento da monarquia constitucional, elementos e signos que vinham do passado colonial, que pertenciam à definição do rei português, e os rearranjava, os movimentava numa dada dinâmica de representações, linguagens, ritos que ajudavam a moldar a *persona* de D. Pedro, como *rei cidadão* ¹⁶⁵ ou sob a lógica de um governo que se definia como constitucional ¹⁶⁶. Ora, como se dá esta

contrato/festa/alienação de si ao estudar a obra de Rousseau: *A festa exprime no plano "existencial" da afetividade tudo aquilo que o Contrato formula no plano da teoria do direito. Na embriaguez da alegria pública, cada um é ao mesmo tempo ator e espectador; reconhecendo-se facilmente a dupla condição do cidadão depois da conclusão do contrato: ele é a uma só vez "membro do soberano" e "membro do Estado", é aquele que quer a lei e aquele que obedece à lei. Fazei com que cada um se veja e se ame nos outros, a fim de que com isso todos estejam mais bem unidos. Olhar todos os seus irmãos, e ser olhado por todos: não é difícil redescobrir aqui o postulado de uma alienação simultânea de todas as vontades, em que cada um acaba por receber em troca tudo que cedeu à coletividade.* Starobinski, J., **Jean-Jacques Rousseau : a transparência e o obstáculo**, São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 107 e especialmente cap. 5. A obra de Rousseau pesou muito nesta organização da subjetividade moderna, desde fins do século XVIII, na sentimentalização do foro íntimo e suas boas intenções aliando-se à mais conveniente educação. Daí também o sucesso editorial primeiro das obras **Nova Heloísa e Emílio** e, depois, do **Contrato Social**. Ver o verbete Rousseau por Bernard Manin, in Furet, F./Ouzouf, M., **Dicionário Crítico da Revolução Francesa**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 867-868. Quanto à recepção de sua obra por um pai de família: Darnton, R., **Os leitores respondem a Rousseau: a fabricação de sensibilidade romântica, O Grande Massacre de Gatos, e outros episódios da história cultural francesa**, Rio de Janeiro: Graal, 1986.

¹⁶⁴ Daí, a importância da saída dos bandos pelas ruas e os protocolos, etiquetas, publicados dias antes da realização de uma festa, definindo o lugar de cada um na cena pública e oficial, suas atitudes, a hora de ovacionar, quando reverenciar, por onde caminhar. Trata-se de todo um conjunto de regras que, desse jeito, treinavam o espectador-ator para uma dada e desejada sociabilidade e, simultaneamente, participava de uma educação pública do cidadão e seus costumes.

¹⁶⁵ Esta expressão e o compromisso do príncipe em sê-lo encontram-se no **Manifesto...aos Povos**, Op. cit., p. 414.

¹⁶⁶ Maria Sylvia de Carvalho Franco apontou esta prática e lógica liberais que roubam para si elementos que lhe eram estranhos, externos, diversos, anteriores: *O pensamento liberal se regenera no ardil de produzir e reconciliar esses impossíveis. Propõe os universais que o configuram _ racionalidade, igualdade, liberdade, justiça _ e traz em si a negação destes termos, tendo o poder de manter-se justamente por força dessas antinomias.* All the world was America, **Revista USP**, março/abril/maio 1993, n. 17. Não se trata aqui de considerar este primeiro liberalismo como um projeto racionalizado e acabado, findo em si mesmo e premeditado, capaz de decidir seus rumos e expectativas de antemão ou externos ao jogo político. Apenas convém elucidar que tal liberalismo _ angulado pelas prerrogativas do seu tempo e as encenações monárquicas que assistira _ não se desprende ou abandona estas práticas festivas na definição da política. Além do mais, este regime liberal casava-se com os direitos dinásticos existentes na família de Bragança, reordenando aí um conjunto de signos, cores, insígnias, cerimônias.

readequação de um ao outro, de que modos se conjugam ¹⁶⁷? Esta é uma questão espinhosa. Por enquanto, pode-se explicitar sua necessidade e eficácia através da produção da pátria do Brasil, significando-o; pela importância dos *mores* _ como se viu rapidamente em José Bonifácio _ e da sociabilidade; por orquestrar um conjunto de afetos, paixões, que permeassem o social e se entrecruzavam a uma moralidade que participava do campo do político. Pois, esta moralidade tanto atingia o social quanto a subjetividade de cada indivíduo, além de orientar os sentimentos que os permeavam. Desta forma, o próprio Brasil por fim moralizava-se ¹⁶⁸.

Ainda em fins de setembro, o clero de Alagoas enviava um sermão que foi repetido no palácio real, no qual aderiam a D. Pedro e, ato contínuo, à Independência e à uma constituição brasileiras. Este matiz liberal combinava-se com um traço sagrado do imperador. O início do sermão é surpreendente porque recorre a uma fala de Cristo legando a seu apóstolo Pedro sua igreja. O sermão estabelecia um efeito mimético entre um Pedro e outro, enfatizando seu papel capital:

Vós sois Pedro, finalmente; vós sois Pedro, e sobre esta pedra riquíssima depositamos todas as nossas esperanças; portanto... protesto e juro fidelidade, obediência e respeito ao sereníssimo Príncipe D. Pedro de Alcantâra ... protesto e juro promulgar, persuadir e defender, tanto nos púlpitos sacros, como fora deles, a independência do Brasil, ainda que nos custe a

¹⁶⁷ Talvez se possa aventar a hipótese da importância da maçonaria, com suas várias lojas e disputas internas neste momento, ao contribuir cuidadosamente para a escolha e configuração destes signos, ritos, linguagens, realizando uma espécie de filtragem social destas representações. Por outro lado, ela se alimentava destas mesmas representações, estabelecendo a sua identidade, seus símbolos. R. Halévi afirma: *Le système de valeurs maçonniques nourrit au sein de l'ordre des représentations polysémiques, qui sont objet d'un maniement massif, continu, incontrôlable. La Franc-Maçonnerie, sans cesse élargie et renouvelée, se constitue progressivement en un champ expérimental au niveau national, où se discute, s'échange et se diffuse le corpus lexicologique du siècle. Les représentations de la démocratie maçonnique au XVIIIe. siècle, Revue d'histoire moderne et contemporaine*, t. XXXI, oct.-déc./ 1984, p. 571. Há que se lembrar que muitos destes homens de estado participavam ativamente da maçonaria, desde o imperador, o patriarca da independência, seu rival Clemente Pereira e amigos, oficiais das tropas, clérigos, comerciantes, homens da imprensa e de saber.

¹⁶⁸ Aqui o comentário de B. Backzo a respeito da obra política de Rousseau, no bojo da dessacralização das antigas legitimidades no século XVIII, sendo colocadas em cheque, coincide com esta "questão espinhosa", indicando a sua força naquele momento: *O princípio que leva o homem a agir é o "coração", são as suas paixões e os seus desejos. A imaginação é a faculdade específica em cujo lume as paixões se acendem, sendo a ela, precisamente, que se dirige a linguagem "enérgica" dos símbolos e dos emblemas. Rousseau esboça uma teoria da utilização desta linguagem no âmbito de um sistema de educação pública cuja pedra angular é constituída pelos ritos e pelas festas cívicas. É desse modo, que se propõe instalar, no coração da vida colectiva, um imaginário especificamente político, que traduziria os princípios legitimadores do poder justo do povo soberano e os modelos formadores do cidadão virtuoso.* Verbete Imaginação Social, in *Anthropos-Homem*, Enciclopédia Einaudi, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 301.

vida; protesto e juro, finalmente, manter, sustentar e obedecer às leis que nesta corte se organizarem pelo congresso dos deputados das nossas províncias ¹⁶⁹.

Amalgamavam-se no imperador e nele se encerravam uma prática de adesão, a tese do contrato, o direito hereditário, sendo que o instauravam como fonte, princípio, lugar da soberania. Justamente quando o campo do político norteia-se e redimensiona-se, de vez, pelas novas idéias de indivíduo, liberdade, igualdade e soberania nacional. Havia um esforço das partes envolvidas na definição do monarca constitucional para fazer coincidir, reordenar-se, entrecruzar-se os antigos modos de representação com uma noção moderna de poder concentrado e cristalizado no estado. Estes debates e compreensões sobre o parlamento, a extensão e valorização da liberdade individual e pública, a acepção dos poderes, a atuação e limites do legislativo, engatavam-se com esta gama de festas, veiculando uma certa noção de unanimidade, moralidade, afetividade públicos e união coletiva. Entremeavam-se, de vários modos, esta liturgia política e a teoria e ciência da política, enquanto um campo laico, de cálculo das ações e estratégias, em nome do bem público e de todos ¹⁷⁰, até porque a finalidade última e maior desta reorganização do político, desta fundação do Brasil, residiria na *felicidade geral da nação*.

Na sequência da aclamação no Rio de Janeiro ¹⁷¹, a artilharia deu 101 tiros _ a salva imperial _ a infantaria descarregou três vezes as suas armas, e se ouviram vivas e mais vivas à santa religião ao imperador constitucional, à dinastia dos Bragança no Brasil, à assembléia geral constituinte e legislativa do Brasil, ao povo constitucional. Os vivas eram os mesmos espalhados pelo país, a fim de uni-lo no

¹⁶⁹ Mello Morais, *Op. cit.*, t. II, p. 28.

¹⁷⁰ O processo de adesão, da escolha do governante e incorporação do governado, estava inscrito na morfologia do cerimonial, das festas, relembrando a noção de contrato tão cara ao liberalismo. Por outro lado, Marina Valensise demarca: *L'image du roi s'adapte à nouvelle langue des Lumières, mais elle conserve intacts les traits archaïques de l'idéologie de la royauté. Le sacre du roi: stratégie symbolique et doctrine politique de la monarchie française*, *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, mai-juin 1986, 41e. année, n. 3, p. 571. Esta convivência, por vezes ambígua e tensa, não se restringe à monarquia brasileira, colocava-se na própria reordenação da monarquia, sobretudo constitucional, e pós-Revolução Francesa. Talvez tentar suprimir ou solucionar essa tensão acabe por anular ou minimizar a sua potência e capacidade de instaurar e/ou permear a representação, a obtenção do consentimento, a soberania.

¹⁷¹ Entre outras fontes, os seguintes jornais cariocas descrevem esta festa: *Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 125, 17/outubro/1882; *O Espelho*, n. 95, 15/outubro/1822, n. 96, 18/outubro/1822; *O Regulador Brasileiro*, n. 15, 30/outubro/1822.

mesmo juramento. O cortejo se dirigiu à capela imperial, sendo que D. Pedro, apesar da chuva, foi a pé sob pátio, para se dar a ver, entre vereadores, ministros, soldados. Ao percorrer as ruas, ele atravessou cinco arcos do triunfo. O arco, na praça da Constituição, tinha no alto as armas do Brasil enlaçadas a um P coroado:

... nos dois lados estão um índio e um habitante do interior, cada um prendendo um dragão _ emblema das armas da família dos Bragança _ a seu lado e jurando defender a independência do Brasil. O fecho da arcada sustenta uma cabeça da América coroada. Os corpos laterais rematam em águias imperiais; os frisos são ornados das armas do Império e de palmas. Coqueiros empregados como colunas são acompanhados de troféus de agricultura e de armas militares; os pedestais têm inscrições. Entre elas, afirmava o Gênio do Brasil:

*O amor da pátria, que me anima e inflama,
À grande empresa me convida e chama*

*Deste, passando a incógnito hemisfério,
Sobre dois mundos erguerei o Império.*

*N'alma a pátria me existe, e na memória
Só forma o bem da pátria a minha glória* ¹⁷².

Tentava-se estabelecer um casamento e uma espécie de simbiose entre o império e o herói, D. Pedro. Delineava-se o primeiro pelas palmeiras que formavam colunas, pelo índio, o caboclo e, o segundo, através dos escudos militares e do amor à pátria que o levariam a ser lembrado. Fundiam-se o território, a gente e a natureza do Brasil ao seu governante. Uma pintura anônima ¹⁷³ da época sintetiza tal interpretação. De pé, em traje militar, D. Pedro atende ao Brasil personificado por um índio, de penas e cocar que, numa súplica, de joelhos, lhe oferece a coroa, como se D. Pedro lhe fizesse um favor. Este espécie de representação associando D. Pedro e o Brasil, numa versão correlata à América, se repetia por toda parte nos arcos do triunfo, nas iluminações, nos poemas, nas peças teatrais.

¹⁷² Mello Moraes, *Op. cit.*, p. 499, o autor cita, aqui, o jornal *O Espelho* de 18/ outubro/1822 que publicava uma explicação de Debret sobre os arcos construídos. Na Praça da Aclamação, outros versos erigiam D. Pedro no Cesar das Américas, libertador do povo, ao fundar um país.

Ao chegar a capela, logo na entrada, D. Pedro foi recebido pelo bispo, que o espargiu e abençoou. Desta forma, a aclamação que começou num espaço profano, bastante politizado da praça pública, terminou num local sagrado, a capela, enredando-se a uma face sagrada do monarca¹⁷⁴ e, dentro da igreja, podia-se recorrer, usar, dispor de um determinado vocabulário cristão, litúrgico, que também se readequava, reformulava, de acordo com a monarquia constitucional. Ouviu-se o Te Deum e, por fim, entraram nesta igreja. Primeiro, D. Pedro orou na capela do Santíssimo Sacramento, depois ocupou o sólio na capela-mor. Após a missa, nova parada militar e outra salva imperial. A mesma tropa que abria o desfile, o fechava, como o povo mais disciplinado, obediente e correlato ao novo imperador. Houve, então, o beija-mão, concluindo os elos e a reverência entre o súdito e o soberano. Mais tarde, suas altezas foram ao teatro, que contava com um novo cortinado de seda nas cores do escudo do Brasil e muitas luzes. Pelas ruas, ressoavam os vivas e aplausos, no teatro foram ovacionados e cantou-se um hino patriótico.

No dia 13, a festa prosseguiu e o sermão do frei Francisco de Sampaio explicou que D. Pedro cumpria um desígnio da Providência e, ao mesmo tempo, se impunha como um grande rei por seguir as palavras do Livro III dos Reis: *E faça o seu trono mais sublime do que o trono do Rei David, seu pai* ¹⁷⁵. Desta forma, o príncipe colaborava com o projeto divino, à medida em que tornava o Brasil um grande império tal qual o assírio, o macedônio, o romano. Um poderoso e novo império cuja grandeza da natureza, a excelência do clima, o cansaço das injustiças praticadas pela antiga metrópole, o novo sistema de legislação, a magnitude D. Pedro, contribuíam para a sua importância e efetivação. Aqui, confundiam-se o império e o imperador, dentro de um enunciado religioso, e conforme a vontade de Deus, D. Pedro se comportava como o seu instrumento.

A aclamação de D. Pedro empreendida aqui e acolá, sob a batuta do estado, levando seu retrato através de recepção festiva e/ou saudando-o numa varanda, no teatro, nas iluminações, nos bailes, nas praças, nas igrejas e seus altares,

¹⁷³ Herstal, S., *Op. cit.*, p. 310, fig., 175.

¹⁷⁴ Ribeiro, M. E. de B., *Op. cit.*, p. 79.

¹⁷⁵ Mello Moraes, *Op. Cit.*, p. 497.

reverenciando-o constantemente, gritando os mesmo vivas em partes tão distintas e distantes do Brasil, de preferência _ e insistentemente cumprida _ no dia 12 de outubro a fim de adensar o caráter festivo da descoberta da América, agora independente, e do aniversário real. Este paralelismo e procurado sincronismo da aclamação investiam a efígie e, ato contínuo, o imperador de um atributo próprio de Deus: a onipresença, como se seu corpo se repartisse, sem quebrar, romper ou sofrer, por seu território, em todos os lados, como se o soberano pudesse estar em todo lugar, ver e conhecer todo cidadão e sua vila, toda tropa arregimentada em praça pública, todo clero e toda câmara. A soberania imperial se estendia por todo país, embora estivesse centralizada, no Rio de Janeiro, no corpo vivo de D. Pedro.

Por sua vez, a coroação mobilizou os ministros, os secretários de estado, o senado da câmara, a nobreza, o clero, as tropas no Rio de Janeiro, em 10. de dezembro de 1822 ¹⁷⁶, depois que o Brasil já havia aclamado D. Pedro, quer porque seu retrato fôra motivo de festas públicas quer porque as adesões das câmaras e vilas chegavam à capital. Houve um duplo movimento de ida e vinda, de fora e para dentro, do Rio de Janeiro que explicitava uma almejada coesão em torno de D. Pedro. Depois de afirmado o reconhecimento do novo governante, era o momento de sagrá-lo, em definitivo e explicitamente, na capela real. Interligadas, estas duas cerimônias acabavam por estabelecer um sistema, uma lógica entre si, pois a primeira desembocou na segunda. É interessante notar que nos ritos da monarquia, entre eles, surgem elementos de analogia e semelhança ou então uma leva à outra, *iluminam-se*

¹⁷⁶ Nesta data foi criada a Guarda Nacional, que também incidia sobre uma data portuguesa, até hoje comemorada na forma de um feriado nacional. Trata-se da independência de Portugal frente ao domínio espanhol em 1640. Desta maneira, a coroação sutilmente reafirmava a própria independência do Brasil ao reutilizar-se da independência portuguesa. A *Gazeta do Rio*, no. 145, de 1822, como notou Mello Moraes, *Op. cit.*, t. II, p. 549, considerava: *O 10. de dezembro tão célebre em os anais da nação portuguesa por haver ela nesse dia sacudido o jugo opressivo dos intrusos Felipes ... depois de 182 anos tornou a ser ainda mais célebre em os anais do Brasil por haver nele sagrado, coroado ... Sr. D. Pedro.* Esta prática de duplicar ou justapor sentidos a uma data ocorria frequentemente, quase constituindo uma espécie de adensamento da importância daquele dia. Desta mesma maneira, a abertura da Constituinte de 1823 se deu num 3 de maio por se acreditar que era a data da descoberta do Brasil, pois comemorava o dia da Santa Cruz, que coincidia com e aludia a um dos primeiros nomes que batizou as terras brasílicas.

mutuamente ¹⁷⁷, de modo que se engendrava um fio de continuidade coerente entre elas.

Contudo, antes da coroação e sem ferir a continuidade das festas monárquicas, ao contrário ampliando a legitimidade do novo soberano frente à tropa, houve a importante e cívica bênção das bandeiras brasileiras, em 10 de novembro, na Praça do Paço. Neste domingo, reuniu-se nas tropas enfileiradas nesta praça e armou-se um altar onde foram depositadas e sacradas as bandeiras e, em seguida, D. Pedro as repassou para o seu exército. Ele proclamava:

... entregando-vos em vossas próprias mãos aquelas bandeiras, que em breve vão tremular entre nós, caracterizando a nossa independência monárquico-constitucional, que, apesar de todos os reveses, será sempre triunfante.

Presumindo que a tropa deve ter *valor, respeito e obediência* aos seus superiores, D. Pedro definia que a sua tarefa consistia em defender o Brasil contra o um exército estrangeiro, mas também lutar contra a anarquia e um símbolo os guiaria, unificando-a:

Com estas bandeiras em frente no campo da honra destruiremos os nossos inimigos, e no maior calor dos combates gritaremos constantemente: Viva a independência do Brasil ¹⁷⁸.

Depois, vieram as salvas e o tremular das bandeiras aqui e acolá. No dia seguinte, a nova bandeira aparecia nas embarcações nacionais e, no dia 13, nas estrangeiras. Ou seja, em pouco tempo ela recobria toda a cidade. Na coroação, então, flamulava a bandeira nacional devidamente abençoada e apresentada às tropas e a todo povo brasileiro.

Para reger a coroação instituiu-se uma comissão composta por Bonifácio, barão de Santo Amaro, o bispo capelão-mor, o frei Antônio de Arrábida que educara D. Pedro. Ela adotou o rito católico da Bênção e Coroação do Rei, segundo o Livro I do Pontifical Romano, codificado em 1596 pelo papa Clemente VIII e modificado, posteriormente, em 1644 e 1762. O Pontifical determinava a sequência da cerimônia,

¹⁷⁷ Como bem assinalou e expressou Gomes, R. M. F. de C., *A Corte dos Reis Portugueses no final da Idade Média*, PhD, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994, p. 551.

seus momentos decisivos, os procedimentos e findava por entronizar o rei, investindo-o da coroa e outras insígnias e ungindo-o conforme se fazia com o papa, os bispos e repondo uma prática dos reis judeus antigos ¹⁷⁹. Este uso do Pontifical trazia uma novidade na formulação do rei, pois não era empregado ou parametrizava a celebração dos reis portugueses, dotando D. Pedro de traço inédito na sagração do rei. Esse Pontifical embasava várias cerimônias monárquicas na Europa e a presença da unção e coroação deviam corroborar na montagem de um grande e venturoso Império como se ambicionava formar desde o fim do século XVIII. Agora, ele ganhava um conjunto de ritos, insígnias, gestos que acentuavam o ir-e-vir entre a igreja e o estado, bem como realçavam a grandeza do poder do governante, erigindo-o num Imperador e abençoando-o.

Quanto a esta distinção entre o caráter do rei, basta perceber que ao retratar oficialmente D. João VI, Debret colocou a coroa ao seu lado, obedecendo a tradição lusa, já o retrato de D. Pedro mostrava o rei coroado, com cetro, manto, espada. Ou então, o uso diferenciado entre estes monarcas dos trajes reais. D. João só o vestiu na aclamação, D. Pedro o colocava a cada abertura anual da câmara, e, de acordo com o cerimonial, portava a coroa em certos discursos.

No dia 30 de novembro, saiu um bando muito solene e rico pelas ruas da capital avisando da coroação. Preparando-se para a cerimônia, D. Pedro jejuara na 4a, 6a feiras e no sábado, conforme mandava o Pontifical, com a intenção de purificar sua alma, através do sacrifício, para ascender a uma nova condição concedida, no limite, por Cristo. O domingo da coroação começou com salvas, fogos nas

¹⁷⁸ Mello Moraes, *Op. cit.*, t. II, p. 524. A bandeira recobria e representava todos os brasileiros, mas especialmente se dirigia às tropas, responsáveis pela segurança do Brasil, um povo ordeiro e correlato ao imperador.

¹⁷⁹ Le Goff comenta que o rito da sagração do rei francês segue alguns momentos chaves, entre eles: a unção, a colocação de insígnias e a coroação. Neste ponto, ele afirma: *Le sacre est le résultat de la réunion en une seule cérémonie de deux rites d'inauguration royale primitivement séparés, l'onction venue d'Israël et le couronnement venu d'Iran par l'intermédiaire de la monarchie hellénistique*. *Op. cit.*, p. 119. Aos poucos, estes gestos se tornaram inseparáveis e a síntese de uma dupla legitimação: uma transcendente e, outra, fundada no reconhecimento dos homens, sem cair em qualquer contradição, Valensise, *Op. cit.*, p. 543. Maria Eurydice de Barros Ribeiro observa que na sagração e coroação reacenderam-se os “elementos mágicos” da realeza de Bragança que tinham sido minimizados ou ainda suprimidos na aclamação, retomando inclusive a tradição bíblica dos príncipes ungidos como Salomão. *Op. cit.*, p. 94-5. Ver também Bloch, M., *Op. cit.*, especialmente Os primórdios da unção régia e da sagração.

embarcações e fortalezas e uma movimentação das tropas que tanto participava da festa com seus uniformes, cavaleiros, soldados perfilados nas praças e por entre ruas quanto garantia a segurança pública, numa ação vigilante sobre a população ¹⁸⁰.

Às nove e meia da manhã, o cortejo real saiu da Quinta da Boa Vista, cujas salas foram pintadas de verde e amarelo. A sala do trono fora preparada para guardar as insígnias sobre uma mesa de veludo verde embaixo do trono, ladeada por duas mesas. Em uma, ficava o pálio feito especialmente para esta solenidade, em outra, o estandarte imperial de veludo verde e bordado de ouro. O cortejo, dos maiores que a cidade já vira, compunha-se da guarda de arqueiros, os timbales e charamelas, pessoas de bem e vestidas dignamente, o rei de armas, o arauto, o passavante, as insígnias reais levadas por fidalgos, o mestre de cerimônias e seus ajudantes, o pálio com suas altezas, o mordomo-mor, o camarista, o capitão da guarda, o camareiro-mor, o senado da câmara sob pálio, sendo fechado por uma guarda de arqueiros, dos quais duas alas ladeavam todo o cortejo. Por onde ele passava, era vivamente saudado. Na Praça da Constituição, por exemplo, a 2a. brigada de artilharia bateu contingência. Assim, prosseguiram até a capela real, onde o bispo José Caetano da Silva Coutinho os recebeu na escadaria e espargiu água benta sobre o rei. Daí, em procissão, entraram na nave da igreja, cada qual dirigindo-se para o lugar designado previamente no cerimonial. Lentamente, D. Pedro, trajando uniforme militar, rumava para o altar-mor, onde adorou o Santíssimo Sacramento, demonstrando sua fé e humildade, enquanto os bispos oficiantes tomavam suas posições.

A disposição interna da igreja evidenciava a importância de cada participante, sendo que, no altar, tinham assentos os bispos, o cabido, os dignatários com funções específicas em relação ao rei. Nos cancelos, deixou-se o pálio aos cuidados do alferes-mor. A guarda de arqueiros se enfileirou em torno dos bancos. Entre alas do corredor da igreja até a capela-mor se distribuíram os porteiros da câmara, o rei de armas, o

¹⁸⁰ O general de armas, o ministro da marinha, o intendente geral de polícia foram avisados e responsabilizados por esta movimentação nas ruas, quais seriam fechadas, por onde o desfile passaria, da maneira pela qual a tropa se comportaria, Schubert, G., *A Coroação de D. Pedro I*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973, p. 77-78.

arauto, o passavante, os criados da casa imperial. Nas tribunas sentaram-se a Imperatriz e o corpo diplomático. A nave da igreja se dividia: à direita, a corte e, à esquerda, o senado da câmara e os procuradores dos estados cujos bancos estavam cobertos com panos verdes. Um camarim foi preparado para que D. Pedro trocasse de roupa duas vezes, auxiliado pelo mordomo-mor, o reposteiro-mor, o camarista que, privilegiadamente, participavam da máxima intimidade do soberano no momento de sua sagração. Também as insígnias: espada, bastão, luvas, manto, cetro, coroa, foram cada uma para um lugar específico e de destaque. A coroa, espada e o cetro ficaram depositados no altar numa mesa especialmente preparada. O manto foi para o camarim. O bastão, as luvas numa bandeja, a almofada com a coroa, e o véu com o cetro ficaram sobre a credência.

Os gestos das personagens, inclusive do rei, são extremamente calculados: quando D. Pedro chegou ao altar, ficou de pé rodeado pelos bispos e, ao ouvir *Deo gratias*, se sentou numa cadeira trazida pelo reposteiro-mor, nos momentos em que se ajoelhou, beijou a hóstia, fez suas oferendas. A cerimônia se dividia em momentos chaves:

- * interrogatório, quando o oficiante pergunta sobre a dignidade desse *militar*,
- * instrução, o oficiante ensina a respeito desta investidura. Neste momento, o bispo explicita o como ele próprio é uma continuidade de Cristo e alerta para o quanto o rei também se vincula a Deus:

Como receberás hoje, caro Príncipe, por nossas mãos, atuando nós nesta cerimônia, embora indignos, no lugar de nosso Salvador Jesus Cristo, a santa unção e as insígnias do Reino, é conveniente que te advertamos antes do ônus ao qual te destinas...Na verdade, se considerares que todo poder vem do Senhor Deus, pelo qual os Reis reinam, e os legisladores fazem justiça, verás que também terás de prestar contas ao próprio Deus da grei a ti confiada

181.

O escolhido era considerado, neste gênero Pontifical e frente à Igreja, um príncipe de ordem laica tanto quanto o bispo o era para Deus e a seu serviço, daí a proximidade das cerimônias de sagração do bispo com a do príncipe.

¹⁸¹ Schubert, G., *Op. cit.*, p.50.

* juramento, fala de D. Pedro se comprometendo com Deus e, de imediato, com a igreja. Neste momento, o rei foi ao camarim, despiu os trajes militares e voltou portando uma roupa que facilitava a unção;

* bênção, se clama para que Deus abençoe o novo rei, como fizera com os antigos profetas _ Moisés e Josué _ e os reis judeus do Antigo Testamento _ Davi, Salomão. De novo, vincula-se estreitamente a figura do rei a Cristo, inscrevendo-se numa longa tradição do poder real que vinha desde a Idade Média:

*Por Cristo Nosso Senhor, que destruiu o inferno pela força da santa cruz, subiu vitorioso ao céu após a derrota do reino do demônio, no qual se baseia todo poder e toda vitória do reino, quem é glória dos humildes, vida e salvação dos povos...*¹⁸²

Na ladainha, o rei se prostou no chão. Daí, os bispos rodearam o escolhido e o ungiram na articulação da mão direita, do braço direito e entre as espáduas com óleo dos catecúmenos e sinal da cruz. Na unção _ um momento chave _ residia o ápice deste rito, quando tal qual os antigos reis judeus eleitos por Deus, o novo rei era ungido _ como se faz, até hoje, com o papa e os bispos, inserindo-se numa linhagem cristã e divina, evidenciando seu caráter transcendental ¹⁸³. A unção explicitava um caráter sublime do governante, exorcizando-o e resguardando-o dos maus espíritos. A unção espantava o mal da figura real, exorcizando-a e, de imediato, o abençoava para o exercício do governo.

Em seguida, D. Pedro foi ao camarim, trocou de roupa, lhe puseram o manto e retornou ao altar vestido como um imperador. A missa prosseguiu até a entrega, primeiro, da espada, a qual D. Pedro manuseia num breve gesto, reforçando seu teor guerreiro e de soldado cristão, e fingindo enxugá-la no braço esquerdo ¹⁸⁴. Todos os bispos colocaram a coroa _ *que significa a glória da santidade, honra e fortaleza, e não ignores que por ela tomas parte do nosso ministério* ¹⁸⁵ _ sobre a sua cabeça com uma prece

¹⁸² *Idem*, p. 51-52.

¹⁸³ Maria Erydice de Barros Ribeiro recorda: *o óleo lhe conferia um estatuto superior ao dos outros homens. Op. cit.*, p. 97.

¹⁸⁴ Varnhagen observa que este ato de fender a espada provinha da cerimônia de coroação austríaca, *História da Independência*, anotada pelo Barão de Rio Branco e por uma comissão do IHGB e revista por Hélios Viana, 3a. ed., São Paulo: Melhoramentos, p. 171. Publicada pela primeira vez pela RIHGB em 1916, como obra *post-mortem*.

¹⁸⁵ Schubert, G., *Op. cit.*, p.55.

que enfatizava a continuidade entre o poder interno dos bispos e o poder externo do príncipe, assemelhando seus mandos e tendo uma fonte comum: Cristo. Depois, recebeu o cetro _ *vara da virtude e da verdade, com um dragão na ponta* ¹⁸⁶. Coroado e de cetro na mão, os bispos guiaram D. Pedro até o trono, avisando-o que se eles mediavam o povo e Deus, o rei interpunha-se entre o clero e o povo. Investiram-no de tantas insígnias que portavam em si valores, profecias, reis mortos e imortais pela sua justiça, tarefas e julgamentos ¹⁸⁷. Além disso, a coroação consistia no momento em que se celebrava a soberania real, quando se ligava a todo o reino. D. Pedro sentou-se no trono e, de imediato, se sabia que ele transitava entre o terreno e o sagrado. A missa continuou. No ofertório, sem a coroa e de joelhos, D. Pedro entregou uma quantia, como todo mortal e fiel. Na comunhão, tal qual no ofertório _ submisso aos ritos próprios da igreja durante a missa _ beijou a hóstia antes de comungar.

Quando acabou a missa, começou, dentro da igreja, um juramento civil do imperador ao ministro da Justiça sobre os santos evangelhos, que asseverava:

Eu, Pedro I, pela graça de Deus e unânime vontade do povo, feito Imperador do Brasil e seu defensor perpétuo, juro observar e manter a religião católica apostólica romana. Juro observar e fazer observar constitucionalmente as leis do Império. Juro defender e conservar com todas as minhas forças a sua integridade. Assim o juro aos Santos Evangelhos ¹⁸⁸.

Ouvido o Juramento o ajudante do Mestre de Cerimônias conduziu o Alferes-Mor, a quem acompanharam o Rei de armas, Arauto e Passavante, precedidos de quatro Arqueiros, e todos se dirigiram à pequena varanda levantada no adro da Capela, e aí dando o Rei de armas as vozes de estilo, o Alferes-Mor desenrolando o Estandarte Real _ que até agora permanecera dobrado e não visto _ dirá em voz alta: *O Muito Augusto Imperador Pedro Primeiro Imperador Constitucional Perpétuo Defensor do Império do Brasil, está Coroado, e Entronizado. Viva o Imperdor* ¹⁸⁹.

Uma girândola espoucou e, de imediato, salvaram as fortalezas, embarcações,

¹⁸⁶ *Idem*, p.56.

¹⁸⁷ As luvas lembravam a pureza e evitavam que profanasse suas mãos ungidas, o bastão indicava seu comando militar. O cetro lembrava o napoleônico cuja a ponta era finalizada com uma águia, ao invés de um dragão aludindo à dinastia dos Bragança. Foi a leitura de Ralph E. Giesey que me alertou para os significados das insígnias e, em parte, nele me pauto.

¹⁸⁸ Mello Moraes, *Op. cit.*, II, p. 547.

¹⁸⁹ *Idem*.

artilharia, repicaram os sinos, repetiram-se os vivas. Na capela, o senado da câmara e os procuradores dos estados iam até o trono jurar fidelidade e obediência a D. Pedro. O cortejo saiu pela cidade, acrescido do bispado, retornando à Quinta, onde na sala do trono e sob o dossel os homens das câmaras assinaram o juramento.

A sagração do imperador seguia o Pontifical, no qual a origem do poder real reside na vontade divina, no prosseguimento de uma linhagem que se enfeixa na figura de Cristo, contudo, o traço constitucional de D. Pedro ficou cravado na sua soberania, mediante este juramento do senado da câmara e procuradores dos estados que deixavam claro que se “coagulavam” ao corpo real, inscrevendo-se na sua *persona*. Tal procedimento não existia ou era prescrito pelo Pontifical, sendo introduzido pela comissão de organização. Precisava-se de um momento em que o liame entre o imperador e as câmaras fosse celebrado e reconhecido em sua importância a ponto de finalizar a sagração.

O sermão proferido pelo frei Francisco de Sampaio procurava mediar e amarrar esse duplo caráter de D. Pedro: ungido de Deus e filho de uma escolha através das câmaras. Não à toa, o bispo José Caetano da Silva Coutinho também ocupou a presidência da primeira Constituinte Brasileira em 1823, ou seja entre esta cerimônia e o sentido constitucional do soberano se estabeleceu uma coerência interna, sabendo-se que aqueles que participavam da primeira, aderiam e julgavam importante a segunda. E aí se enquadram: Saldanha da Gama, o visconde do Rio Seco, Bonifácio e seus irmãos.

O sermão casava a soberania vinda de Deus, cuja a maior celebração estava sendo vivida naquele momento, com a soberania atribuída e repassada pelos povos à sua *persona*. Frei Francisco Sampaio iniciava, considerando a importância e especificidade desse rito:

Há uma eloquência sublime em todas as cerimônias, com que a Augusta Filha do Céu _ a religião _ aparece no interior do Santuário: tudo fala aos sentidos, tudo nos impõe a Lei do respeito, a admirável transformação daqueles, que prostrando-se diante do Rei dos Reis, se levantam com o indelével caráter dos seus Ungidos, de seus Representantes sobre a terra, encarregados de promover a felicidade dos povos, de sustentar seus direitos invioláveis,

marchando à sua frente com a tábua da Lei em uma mão, e noutra com a vara da Justiça ¹⁹⁰.

Se de um lado, o imperador era um ungido que partilhava da maior soberania _ a intrínseca a Deus que reina em todos os planos e cuja a vontade se cumpre ao longo dos tempos, pois a Ele é dado tudo ver num mesmo instante, sem distinção entre passado-presente-futuro, enquanto o homem permanece na sua pequenez terrena e vivendo um tempo de cada vez. Por outro, ele era:

... uma Pessoa ligada com os interesses da Nação, porque nele temos o Defensor desta Constituição, que nos deve dar uma idade de ouro, desconhecida nos dias de nossos Pais, e tão próximo de nós, porque já vemos enterrado debaixo do Trono Imperial esse infame sistema de escravidão, que entorpecia a nossa indústria, e nosso comércio nos campos e nos mares, daqui adiante e onde nosso pavilhão mostrará a Independência, a Liberdade política, a glória do Brasil regenerado ¹⁹¹.

Constituído por estes dois poderes, sendo o primeiro maior e insuperável, D. Pedro se tornava um governante, que não deveria, idealmente, enfrentar uma fratura, uma discordância, uma revolta, maximizando sua soberania e tornando a obediência do povo constitucional _ que dera um voto geral neste governo _ tão sagrada quanto o poder do imperador.

O sermão recontava uma história do mundo, desde a Grécia antiga até a turbulenta Revolução Francesa, através do embate entre a paz, a liberdade e da revolução, vislumbrando na monarquia o melhor governo que combate e se contrapõe à anarquia; assim D. Pedro se configurava numa solução pacífica e, ao mesmo tempo, encaminhadora da obtenção da liberdade civil e política desejadas. No interior deste argumento, Deus, a seu modo, agia contra a desordem, repondo o rei no trono. O último e exemplar caso histórico desta longa luta, um tanto análoga

¹⁹⁰ Sermão que na cerimônia da Sagração do Nosso Augusto Imperador Constitucional D. Pedro I, Defensor Perpétuo do Brasil, repetiu na Capela Imperial o padre mestre Fr. Francisco de S. Paio, Schubert, G., *Op. cit.*, p. 81. Observe-se que este mesmo padre proferiu os sermões da Aclamação na corte, criando uma linearidade e coerência entre eles nas festas de entronização de D. Pedro. Para este sermão o mote bíblico escolhido foi o seguinte: versículo 45, capítulo 1 do Livro 3o. dos Reis, que diz: *O sacerdote Sadoc e o profeta Natã ungiram-no rei em Gíão. Dali voltaram cheios de alegria, e a cidade está em alvoroço: esta é a algazarra que ouviste.* Citado por Mello Moraes, *Op. cit.*, t. II, p. 546. É irresistível observar que a passagem une tanto o profeta e o sacerdote, a unção do rei e o sentimento generalizado pela cidade, o que devia parecer aos envolvidos na coroação, no limite, uma repetição da vontade de Deus expressa há séculos.

¹⁹¹ *Op. cit.*, p. 82.

aos entreveros entre o bem e o mal, consistia no domínio napoleônico que trouxera guerra, devastação e mortes. Em contraponto, o Brasil encontrava um soberano que trazia mudanças no rumo da liberdade, mas não a desordem. Por isso, a obediência se tornava um dever sagrado, sobretudo porque a Constituição regularia o mundo dos homens e seus negócios e ao imperador caberia defendê-la ou, em palavras mais cristãs, ele ganhava o estatuto de um *anjo tutelar* do Brasil. Reverberavam os versos de um dos arcos do triunfo em São João del Rei, erguido na viagem do príncipe, onde se lia:

Genuflexa aos reais pés

Destas Minas grita a gente

Viva o Anjo tutelar

Viva o Príncipe Regente ¹⁹².

Ou ainda no **Hino Constitucional Brasileiro** de 1822, que depois do conhecido estribilho da *Brava gente brasileira*, continuava:

O real herdeiro augusto

Conhecendo o engenho vil

Em despeito dos tiranos

Quis ficar no seu Brasil

Revoavam sombras tristes,

Da cruel guerra civil

Mas fugiram apressadas

¹⁹² Esta metáfora do anjo tutelar repetia-se em várias ocasiões e discursos. No seu elogioso e longo épico sobre a independência do Brasil e o papel desempenhado por D. Pedro, Teixeira e Souza por vezes trata o príncipe na condição de um anjo, em outros momentos ele é guiado por um anjo tutelar. E, numa esfera ditada pela providência, cumpria-se a independência do Brasil, cuja a finalidade consistia na felicidade dos povos, na liberdade, através da ação heróica deste príncipe. *A Independência do Brasil*, Rio de Janeiro: Typ. Imparcial 1847.

Vendo o anjo do Brasil

Mostra Pedro a vossa gente

Alma intrépida e viril

Tendes nele o digno chefe

Deste império do Brasil

...

Parabéns, já somos livres,

Já brilhante e senhoril

Vai juntar-se em nossos lares

A Assembléia do Brasil ¹⁹³.

Por último, cabe salientar que as festas centradas na realeza, sobretudo as de D. Pedro, recorriam a um vocabulário signífico, de ritos, cerimônias, e o punham em movimento, atravessando _ o quanto mais possível, do ponto de vista e do objetivo do estado _ o universo social. Tal vocabulário tinha muitas das suas formas e momentos de ocorrência, em certa medida, fixados desde o período colonial ou nos textos de cerimoniais que os regravam, dando-os a conhecer e imbricando-se aos modos de vivenciá-los. Justamente em um enunciado de maior flexibilidade, como o sermão de Francisco Sampaio, diferenciou-se a armação interna de D. Pedro, pois as palavras não eram rigorosamente ditadas e cristalizadas por estes regulamentos e cerimônias, embora o missal, na maioria dos casos definisse o versículo que funcionaria como um mote do sermão ¹⁹⁴. Por sua vez, o uso deste mote e maneira de significá-lo podia variar com maior maleabilidade do que a hierarquia de um cortejo

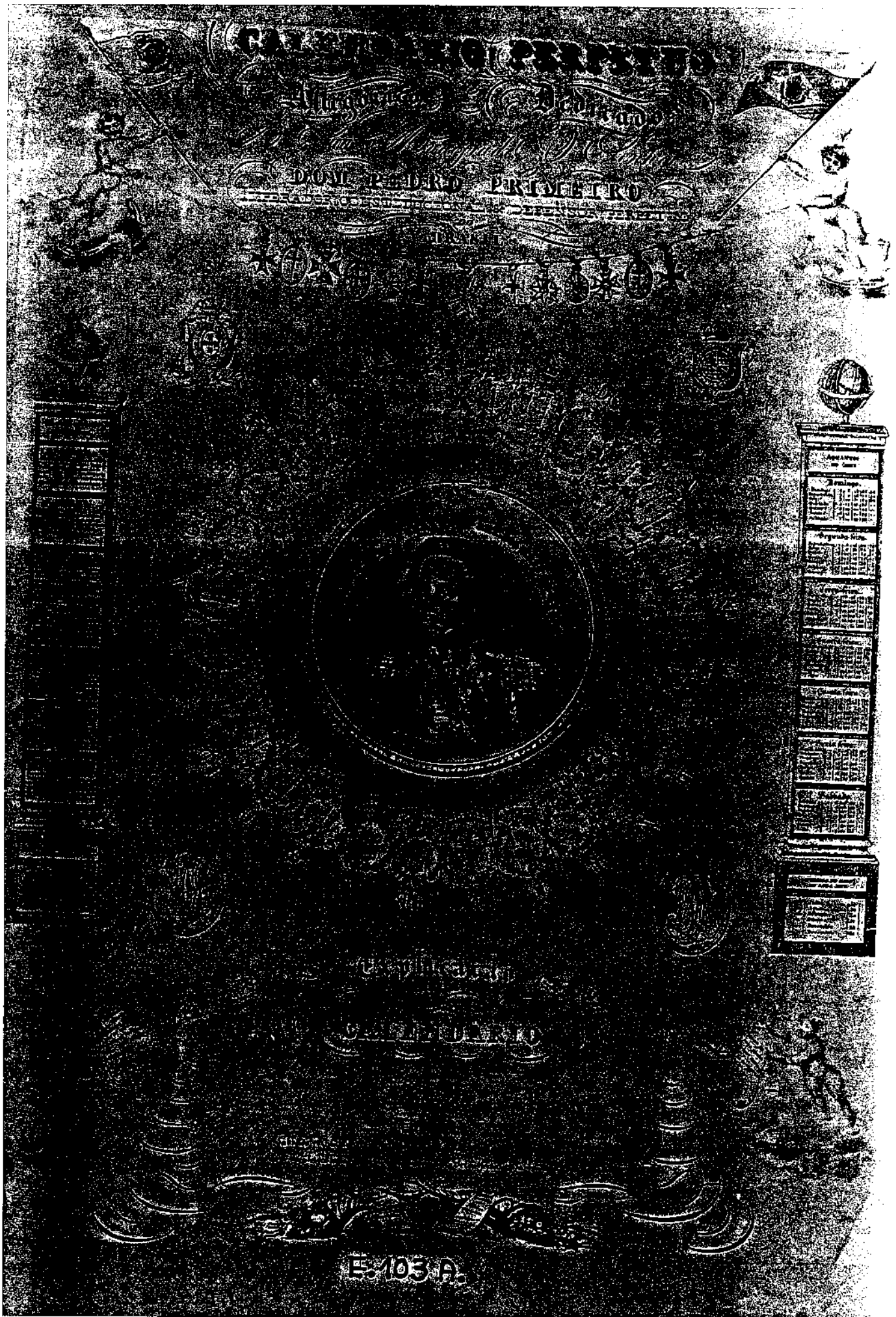
¹⁹³ Pereira da Costa, F. A., *Anais Pernambucanos*, Recife: Arquivo Público Estadual, 1962, v. VIII, p. 295. O autor comenta que este hino foi abolido em 1889 pela República, só sendo retomado com a festa do centenário da independência em 1922. Ressalte-se que no mesmo texto coexistem a metáfora do anjo do Brasil e a saudação 'a assembléia constitucional.

¹⁹⁴ Agradeço estas informações ao estudioso da história das religiões Eduardo Bastos de Albuquerque.

ou o uso do pálido. Este amplo e regrado vocabulário pertencia a uma e funcionava em uma sintaxe pública, de forte caráter político e religioso. Uma sintaxe que através de elementos vindos do passado, parecia ser, então, sólida e já vista, porém trazia em si e anunciava um governante com um estatuto e fundamento que se diferenciava de todos os conhecidos anteriormente, com um marco novo e que potencialmente revetorizava a ordem política e o âmbito da história ¹⁹⁵. Pois, desta feita, ele se configurava em um imperador constitucional, sem que isto conflitasse com sua aura sagrada.

Dito de outro modo e resumidamente: em D. Pedro forjou-se um sentido de realeza e soberania que se formulavam através de antigas práticas, cerimônias, celebrações que acabavam por constituir uma outra configuração política, existindo aí um deslocamento da noção de Brasil, passando a ser definido enquanto um corpo político autônomo. É importante notar que as festas do rei instauravam um outro tempo social, fora do cotidiano, carregado de emoções, de gestos, de ritos, de significações, de mobilizações, de palavras, de repetições, de cores, de citações. Um tempo forte que compartilhava de uma certa sacralidade e se que imbricava à *persona* de D. Pedro, adensando-o. Ato contínuo, por toda parte que o estado conseguisse alcançar e que quisesse ser abarcada, colava-se o imperador ao Brasil, introjetando um no outro; substanciando, assim, o país.

¹⁹⁵ Existe na Biblioteca Nacional de Lisboa e no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro um Calendário Perpétuo Allegorico Dedicado a Dom Pedro I, nele nucleado. Data de 1835, quando toda a obra política de D. Pedro se completara. Aqui, ele ocupa o centro do calendário, circundado pelos nomes que o ajudaram na empreitada da emancipação do Brasil, em cima um colar de honrarias brasileiras e portuguesas são seguradas, em cada ponta, por dois gênios que carregam a bandeira do Brasil e de Portugal, embaixo os dois braços e as colunas do tempo _ histórico _ ladeiam o cerne do calendário. D. Pedro se erige no marco zero deste calendário, na origem do Brasil, em torno do qual tudo gravita, se move. Todo o presente e futuro do Brasil dependem deste marco inicial, só sendo possíveis a partir dele. Noutra ponta, um usuário qualquer deste Calendário que o consultasse, num futuro qualquer, seria rapidamente informado sobre quem resplandece no fundo dos tempos do país. IHGB, Lata 403, Doc. 12; BNL, Iconografia, E. 193 A.



Imperador a ser lembrado: Debret e Grandjean de Montigny

Ao consultar a produção imagética ¹ enfocada na *persona* de D. Pedro, salta aos olhos a relevância das obras de Jean Baptiste Debret e Grandjean de Montigny quanto a este período estudado. Porque, no que concerne ao período republicano, o imenso quadro de Pedro Américo e, posteriormente, o Museu do Ipiranga ² em São Paulo, por exemplo, modelaram um rei, no qual se destaca, principalmente, o 7 de Setembro e a sua versão militarizada e/ou em favor dos paulistas e/ou a luz de uma interpretação republicana. Em que, principalmente, estes artistas da Missão Francesa contribuíram a respeito deste imperador? Pode-se dizer que tentaram estabelecer uma dada imagem do imperador que tivesse uma capacidade de permanecer, ou seja

¹ Os trabalhos de Hersthal, S., **D. Pedro**, Ministério da Educação e Cultura do Brasil/Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, São Paulo/Lisboa: 1972; Alexandre Eulálio, **Memória da Independência _ 1808-1825**, Rio de Janeiro: IHGB/MEC, 1972, constituem-se em acervos importantes e elencam toda uma produção centrada em D. Pedro. Também consultei o Museu das Janelas Verdes e a seção de Iconografia da BNL e BNRJ, o MNBA, Casa do Céu, IHGB.

² Observe-se que no Museu Paulista, mais conhecido como do Ipiranga, o imenso quadro de Pedro Américo encontra-se no ápice do percurso feito pelo espectador dentro do próprio museu, desde a sua entrada onde é recepcionado por duas grandes estátuas de bandeirantes paulistas _ Antônio Raposo Tavares e Fernão Dias Paes _ que o saúdam. Ao subir as escadas, acompanha um rol dos grandes homens que participaram da independência até entrar na sala principal no último andar. Ali o visitante se depara com este quadro que enfoca e personifica o próprio momento da independência, o *Grito do Ipiranga*, em cima da colina do Ipiranga _ local onde se encontra o próprio museu. É como se houvesse uma sobreposição de sentidos: o museu repete na sua sala central o ato que o justifica, o motivo de ser um *lugar de memória*. Trata-se de uma repetição infinda do grito do Ipiranga, como se revivesse dentro do museu o mais alto ponto da colina, o gesto oficial que inaugurou o Brasil independente. Meu comentário baseia-se em: **Às margens do Ipiranga _ 1890-1990**, Exposição do Centenário do Edifício do Museu Paulista da USP, São Paulo: Museu Paulista _ USP, 1990; Breffe, A. C. F., **Museu Paulista na Comemoração do Centenário da Independência Brasileira**, 1^o. Relatório de Pesquisa _ FAPESP, 1995, Braga, C. d'A., **A Seção de História do Museu Paulista: Ypiranga: Colina Sagrada da Nacionalidade Brasileira**, Separata da **Revista Numismática**, São Paulo: Typ. Ideal, 1933, além da frequência a este museu.

Para uma interpretação republicana da história do Brasil colonial e independente até 1889, que privilegia a ação progressiva do povo no curso da história em detrimento da força de um líder ou herói _ no caso, D. Pedro I, encarado como um déspota _ ver: Gonzaga Duque, L., **Revoluções Brasileiras**, Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio, 1898; Schiavinato, I. L. F., **História, Arte e Povo: uma produção do passado**, **História**, São Paulo, Ed. UNESP, 1992, v. 11.

de atravessar os anos, de ligar e transpor um determinado momento do presente para o futuro. As obras Debret podem ser entendidas e talvez o fossem pelos contemporâneos como uma imagética muito próxima da verdade por ser mais próxima de algum acontecimento e perpassada por uma vontade artística de falar do presente ao futuro. A coroação e a aclamação de Debret se transformaram no retrato destas cerimônias, sendo que o próprio autor desejava se pautar por um certo realismo. Paralelamente, eles trouxeram uma magnitude à realeza até então desconhecida por estas bandas, intercambiando também elementos de traço napoleônico que modelaram a *persona* de D. Pedro.

No caso de Grandjean de Montigny, a grandeza se embasava numa estudada e procurada simplicidade das formas. Ela resultava mais da síntese racional e verdadeira do objeto tratado, da busca daquilo que lhe é fundamental do que de uma simplificação das formas, garantindo um acesso ao belo mais verdadeiro, essencial, e a sua expressão, cuja matriz residia na Antigüidade Clássica ³. Ele povoou esta magnitude com figuras vindas da antigüidade, emprestando sua dignidade, sua beleza reconhecida _ no seu entender _ em todos os tempos e por sua capacidade de perdurar, principalmente, através das enormes massas arquitetônicas. À medida em que recorria ao passado, o transpunha para o presente, o artista carregava, de lá para cá, as suas qualidades e valores, que findavam por participar deste presente, ao nele se incorporar. Neste sentido do retorno à antigüidade e da busca do belo mais essencial, o trabalho de Grandjean de Montigny se sobrepõe ao de qualquer outro embro da Missão Artística de 1816.

Sua Praça do Comércio, inaugurada em 1820 e palco da atribulada assembléia de eleitores em abril de 1821, *Açougue dos Bragança* como apelidaram outros, se

³ Winckelmann escreveu as Reflexões sobre a imitação das obras gregas, um breviário do novo classicismo. *Il y définit le "beau idéal, inspiré de Platon, comme le but de l'art: c'est la synthèse imaginaire dans une même figure des parties les plus belles que la nature produise. le seul moyen d'y parvenir est d'imiter les Anciens dans leur dogmes esthétiques _ beauté du modèle, noblesse de l'expression, pureté du contour, transparence de la draperie.* Michel, R., *David, l'art et le politique*, Paris: Gallimard, 1988, p.21. Quanto às mudanças e permanências deste debate estético em David _ que tanto norteou a obra de Debret _, ver Potts, A., *De Winckelmann à David: l'incarnation des idéaux politiques* e Kohle, H., *La modernité du passé: David, la peinture historique et la théorie neo-classique*, em *David contre David, Actes du Colloque organisé au Musée du Louvre*, La Documentation Française, Paris: 1993.

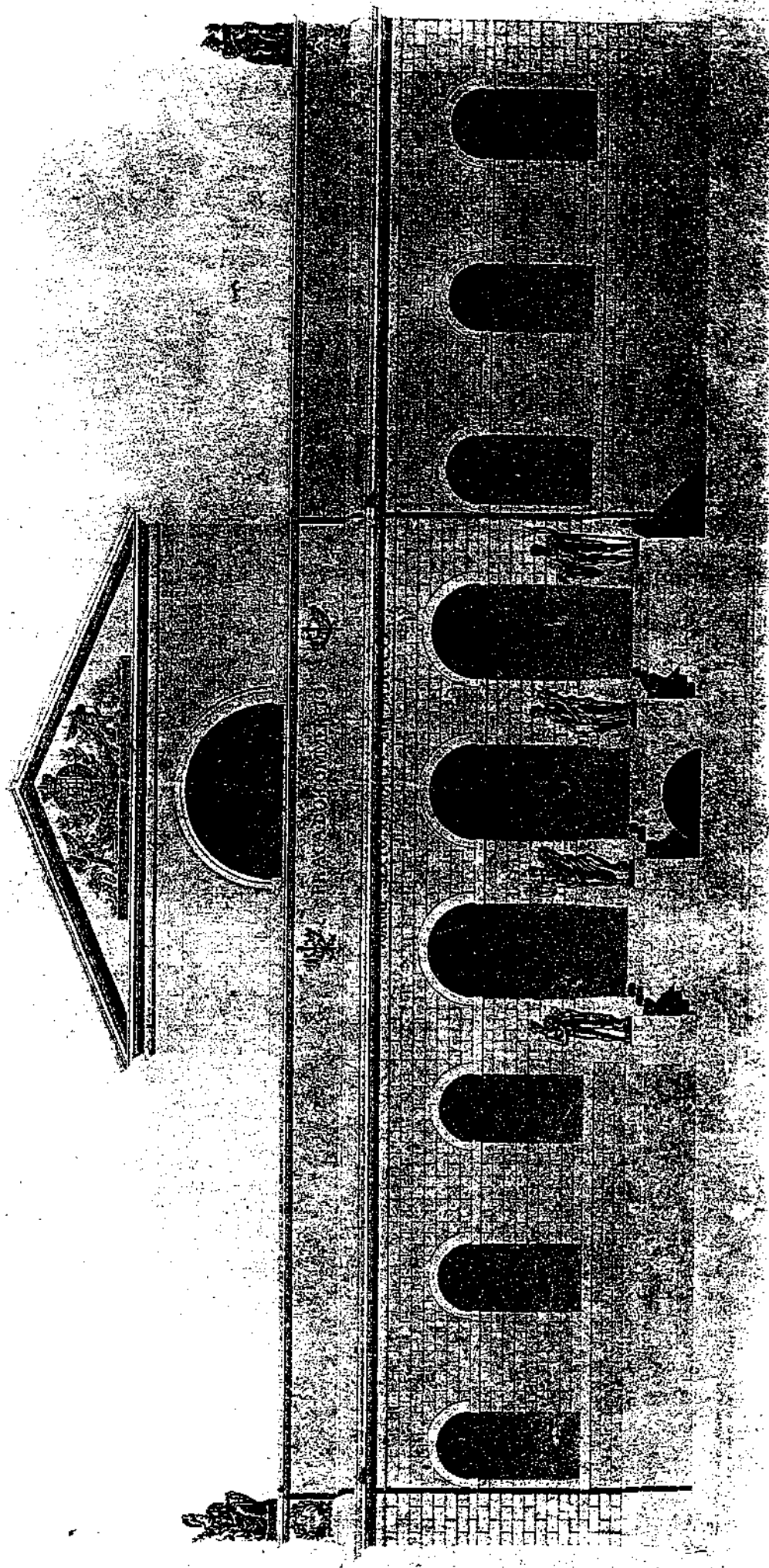


Fig 18

INAUGURADO EM 1818, ESTE EDIFÍCIO NEOCLÁSSICO EMPRESTAVA SUA MAGNITUDE À
FIGURA DE D. JOÃO VI.

assemelhava a um edifício antigo, um templo, com suas altas colunas e vãos internos que formavam grandes áreas de reunião dos comerciantes, no qual o círculo central do teto irradiava uma iluminação por toda sua parte interna, com a fachada ritmada pela repetição dos arcos que constituem as janelas e as portas e sua simplicidade geométrica, com poucas e bem escolhidas estátuas antigas _ de deuses _ que ornavam a entrada e acompanhavam nas laterais o frontão elevado que ocupava a fachada central da entrada e exibia, num baixo relevo, a esfera armilar portuguesa. O emprego tão elegante e destacado das estátuas, o ritmo regular da fachada, as colunas internas e seus espaços, vãos em aberto reforçavam a idéia de um templo que, ao mesmo tempo se constitui numa praça capaz de reunir os homens para realizarem seus negócios públicos. Assim, ele emprestou à atividade comercial um caráter grandioso, ansiado pelos próprios negociantes, ao assemelhar a praça a um templo e ao torná-la um lugar de negociação _ insinuando aí a importância da política. Paralelamente, sua construção interna e externa atendiam os seus usuários. Internamente, era cômoda, cabendo um grande número de pessoas, com área para transitar e, externamente, projetava uma importância dos negociantes, livres de qualquer traço mesquinho, antes compartilhando da noção de solidez e poder que o edifício transmitia. Desta maneira, este edifício portava uma função social e uma dada carga simbólica.

Através das suas obras, que iam desde os efêmeros arcos do triunfo, o templo de Minerva da aclamação de D. João VI, aos quadros, ao edifício da Academia de Belas Artes, produzindo juntos ou não, estes dois artistas criaram uma série de monumentos que comemorava a realeza e, simultaneamente, portava em si mesmo um certo caráter cívico, despertado justamente devido à idéia de monumento. Procurava-se cultivar este sentimento, propositalmente, suscitar uma impressão através da grandiloquência dos atos, do entusiasmo nas praças públicas onde se salientavam o volume de personagens, os gestos exaltados, os acenos dos chapéus, dos lenços, configurando a alegria de se estar em acordo e enlevado com o governo

que, por seu turno, se compromete com uma *felicidade geral*, para citar a famosa expressão de D. Pedro ⁴.

Na aclamação de D. João, Auguste Taunay, Debret e Grandjean de Montigny, juntos, executaram um arco romano, um templo de Minerva e um obelisco em frente à varanda real. O arco servira à chegada de D. Leopoldina, tendo medalhões que nomeavam as suas virtudes⁵ e, neste momento, era reabilitado, repassando as qualidades ao monarca. Os pedestais externos do templo, junto à escadaria, continham estátuas da História e Poesia, personificando as narrativas que perpetuariam os feitos reais. Dentro dele, Minerva cobria com uma égide o busto de D. João, expondo, em pedra, a prudência e sapiência do monarca. Essa cena foi gravada na face de uma medalha cunhada por Ferrez como uma espécie de benção cívica da deusa; divulgando-a pela sociedade⁶ através deste suporte. Havia uma deliberada vontade, por parte destes artistas, de cercar D. João de elementos reconhecidamente antigos e monumentais, que conseguiriam vencer as estripulias do tempo. Citavam, nomeadamente, a Grécia com seu templo, Roma com o arco, o Egito com o obelisco ⁷ e engrandeciam o sentido da festa.

⁴ Ressoam aqui as palavras de David no Comité de Instrução Pública ao definir o novo estatuto da arte e sua tarefa a partir da Revolução Francesa: *Notre comité a pensé qu'à cette époque, où les arts doivent se régénérer, comme les mœurs, abandonner aux artistes seuls le jugement des productions du génie serait les laisser dans l'ornière de la routine, où ils se sont traînés devant le despotisme qu'ils encaisaient. C'est aux âmes fortes, qui ont le sentiment du vrai, du grand, que donne l'étude de la nature, à donner une impulsion nouvelle aux arts, en le ramenant aux principes de vrai beau.* Citado por Jacques, A. / Mouilleseaux, J-P., *Les architectes de la liberté*, Paris: Gallimard, 1988, p. 50.

⁵ *Missão Artística Francesa e pintores Viajantes _ França-Brasil _ no século XIX.* Exposição idealizada por Jean Boghini, Rio de Janeiro: Instituto Cultural Brasil-França/Fundação Casa França-Brasil, 1990, p. 54-79.

⁶ Taunay, A. de E., *A Missão Artística de 1816*, Rio de Janeiro: Patrimônio Histórico Artístico Nacional, 1956.

⁷ Repare-se que estes artistas viveram a experiência das festas revolucionárias em Paris e os grandes funerais, o que lhes dava um conhecimento e uma sensibilidade para o tema das festas, à sua importância e vitalidade política, bem como à força da praça pública. Somente a título de elencar a frequência e continuidade destas festas que alguns deles assistiram ou delas souberam, gostaria de indicar: Festa da Federação, da Lei, da Unidade, Da Razão, do Ser Supremo _ preparada em Paris por David _, da Vitória, da Fundação da República, dos Deuses de Roma, da Concórdia, entre os anos de 1790-1801. Além dos Funerais de Mirabeau (1791), Le Pelletier de Saint-Fargeau e Marat (1793), e a transferência dos corpos de Voltaire e Rousseau para o Panteão. Biver, M-L., *Fêtes Révolutionnaires à Paris*, Paris: Puf, 1979, no qual as ilustrações mostram a presença maciça e ordenada dos desfiles militares, as artes efêmeras como a iluminação, a quantidade de personagens, um emprego de fogos e fumaça. Tal apreço pela festa reaparece na obra de Debret ao tematizar a realce, bem como estes elementos da cerimônia, sua imagética, despontam em Debret e Taunay, por exemplo.

Também se detiveram em atender a demanda da elite carioca, que queria, agora num universo da corte, casas, decorações, quadros, que refinassem seu modo de vida, seu dia-a-dia, mas sobretudo eles trabalharam para o estado, compreendido como um correlato da sociedade, seja na formação de uma Academia de Belas Artes, seja nas festas públicas ou na ilustração da família real. Além, é claro, das obras voltadas ao interesse pessoal, mas que necessariamente deveriam concorrer para a grandeza e/ou progresso do país. Basta mencionar a monumental **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil** ⁸ de Debret que traça um painel, visando que fosse o mais completo e esmerado possível, do país e dos brasileiros, recobrando dos costumes mais “primitivos”, na sua acepção, ao âmbito da política e suas representações. E cada leitor deste livro enxergaria e conheceria o Brasil, principalmente no caso de um estrangeiro. Aqui, o autor exigia de si mesmo um princípio de fidelidade ao real e ajudava a construí-lo ao elaborar uma narrativa coerente, atravessada por uma dada noção de progresso, que retratava e sistematizava as ditas diversidades do país e, paralelamente, este enunciado se constituía através de imagens e texto, que, ao ser produzido, de imediato, adentrava e redimensionava o real.

Certamente Debret não se comporta ou deve ser compreendido enquanto o análogo, em aquarela e gravuras, ao arquiteto Grandjean de Montigny. A preocupação aqui não reside em assemelhá-los ou descobrir qual o mais ou menos importante, qual o melhor artista. Longe disso, tenta-se indicar a maneira pela qual cada um, a seu modo, ajudou a forjar uma aura deste soberano, inclusive com projetos que nunca saíram do papel. Relacionar uma certa elaboração imagética e arquitetônica à *persona* do imperador, no início dos oitocentos no Brasil, não significa necessária e unilateralmente fincar uma única ou melhor compreensão da obra destes artistas. Antes, explora-se uma faceta de suas produções sem querer aí resumí-las ou sintetizá-las, sem procurar anular ou diminuir a importância de qualquer outro aspecto. Isto implicaria, por exemplo, num temeroso recurso que ameniza ou abole o interesse de Debret pela vida urbana do Rio de Janeiro e seus protagonistas sociais. Ao descortinar estas relações entre política e arte, busca-se não apagar os outros

⁸ **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**, São Paulo/Brasília: Martins/INL, 1975.

possíveis sentidos destas obras.

Debret ligou-se a David, pintor por excelência da Revolução Francesa e do Império Napoleônico, tanto por parentesco quanto por ser seu assistente e pela afinidade artística. Ele vinha de uma família simpática à cultura e que a cultivava: seu pai, era amigo de naturalistas e se interessava pela história natural; seu tio, François Boucher, era pintor bastante conhecido e requisitado, além de ser protegido de Madame Pompadour, de quem também Debret foi assistente; seu irmão foi arquiteto renomado. Com David na condição de seu preceptor, fez uma viagem à Roma ⁹, maior centro artístico da época, pois sua arquitetura permitia que se conhecesse e aprendesse a configuração e elaboração dos antigos edifícios, através do Capitólio, do Vaticano, dos templos, vilas e ruínas. Em Roma, podia se ver e aprender a antigüidade *in loco*, em todas as suas dimensões e a maneira pela qual ocupavam as áreas públicas, adquirindo o estatuto de capital da estética neoclássica.

Grandjean de Montigny ganhou o grande prêmio para ir estudar em Roma, dedicando-se aí, especialmente, às edificações e aos túmulos da antigüidade, sobre os quais chegou a escrever ¹⁰. A ida a Roma consistia numa oportunidade de estudo de uma espécie de grande acervo, ao ar livre e esculpido ao longo dos séculos, que entrosava a cidade, os monumentos, as ruas, a beleza, sendo que o seu elemento fundamental recaía nas obras antigas. Na Itália, ele estudou o Palácio Mancini e foi assistente das obras na Vila Médici, o que lhe permitiu bem conhecer a arte antiga e suas retomadas posteriores, sobretudo a edificação renascentista. Neste sentido, combinou um estudo artístico e arqueológico à medida em que se inspirava na arte da Antigüidade e analisou, particularmente, o túmulo de Cecília Metela, mulher do ditador Sila, descobrindo câmaras subterrâneas ligadas ao monumento. Ele aprendia, assim, que um monumento se organiza também mediante aquilo que não

⁹ Sobre a importância da viagem em David e o seu estatuto na formação de um pintor naquele período, ver: Brookner, A., *Jacques-Louis David*, Paris: Armand Colin, 1990, especialmente o capítulo *Le voyage d'Italie (1775-1780)*.

¹⁰ Seus escritos são: *Palais des états et sa nouvelle salle à Cassel de 1810 e Recueil des plus beaux tombeaux exécutés en Italie les XVe. et XVIe. siècles d'après les dessins des plus célèbres architectes et sculptures, Mesurés et dessinés par G. de M.*, de 1813. Observe-se a atitude estudiosa e analítica do artista para construir suas obras, pois elas dependem de uma maturação artística e racional. Posteriormente, ele retoma os monumentos funerários no Brasil, invocando no espectador uma contemplação a respeito da morte.

exibe à primeira vista e/ou implica elementos de ordem prática para a sua boa formulação. A partir de uma formação e leitura calcadas na estética neoclássica, este artista via, nesta oportunidade suscitada pelo prêmio, uma forma de ver a mais rigorosa e essencial beleza e elevar-se por seu intermédio.

Sob este primado do gosto e preferência pela beleza clássica e no interior da Revolução Francesa ¹¹, discutia-se a necessidade de criação e institucionalização dos museus e dos monumentos ¹². O responsável pela Missão Artística, Jean Lebreton, participou da organização do Louvre e ocupou cargos responsáveis por organizar uma política cultural que estivesse em sintonia com uma sociedade que nascia sob o signo da revolução e em nome do cidadão. Preocupado com a formação de um museu, ele se opôs, abertamente, aos saques de objetos de arte realizados na Itália que vinham morar, depois, nos museus franceses. Aliás, vários dos artistas franceses vindos em 1816 para o Brasil desempenharam tarefas artísticas que enalteciam a nova ordem política ou, ao menos, sabiam que a arte concorria na construção do mundo político ¹³ e que envolvia uma noção de patrimônio no que tange à sua sobrevivência e necessidade de ser guardada, preservada, num lugar específico, cuja reunião de um conjunto de obras acabava por engrandecê-lo.

¹¹ A Antiguidade Clássica – Roma, Atenas, Esparta – foi retomada durante a Revolução Francesa e no movimento iluminista também no campo da política e da educação. Os homens de letras e revolucionários eram fascinados por estes estados antigos que inventaram a política e refletiram sobre a sua experiência e constituição. Recuperava-se a Antiguidade nos âmbitos político, filosófico, artístico, literário, com noções, práticas, categorias, objetivos que transitavam de um âmbito a outro. Contudo, convém ressaltar: *Dès lors, ce ne sont plus seulement des références ponctuelles, c'est une identification à une Antiquité plus imaginaire que réelle qui fournit les éléments d'une justification idéologique, et fonctionne comme référent pour différents parts, en présence.* Mossé, C., *L'Antiquité dans la Révolution Française*, Paris: Albin Michel, 1989, p. 68.

¹² O ateliê de David ficava no próprio Louvre que se transformava num museu em fins do século XVIII e se tornava o museu de Napoleão no início do século XIX. Isto propiciava uma íntima convivência deste pintor com as obras recuperadas da antiguidade que eram tomadas nas guerras napoleônicas. Cabanis, J., *Le Sacre de Napoléon*, Paris: Gallimard, 1970, especialmente o capítulo Louis David. Sobre a fundação da noção de museu e patrimônio neste momento, que vinha a adensar e materializar uma noção de história e um modo de se relacionar com o passado e sua valorização, ver: Schaer, R. *L'Invention des Musées*, Paris: Gallimard/Réunion des Musées Nationaux Historique, 1993; Choay, F., *L'Allégorie du Patrimoine*, Paris: Seuil, 1992, especialmente os capítulos II e III.

¹³ Nicolau Taunay e seu irmão Augusto foram bonapartistas ardentes, sendo que o primeiro trabalhou para Josefina de Beauharnais e executou quadros tematizando o corso e sua companheira. Augusto Taunay executou obras para o Louvre – um museu napoleônico – e, durante a revolução, realizou um frontão para o Pantéon intitulado: *A Pátria recompensando as virtudes cívicas e as virtudes guerreiras*. Grandjean de Montigny trabalhou para Jerônimo Bonaparte, irmão de Napoleão, na Westfália. No Salão de 1808, Nicolau Taunay,

Talvez se possa pensar que, no seu conjunto, a Missão se encarava enquanto uma “missão” mesmo, uma obrigação que se deve cumprir em nome de algo maior – no caso, o progresso humano. Também tivera um convite, semelhante ao do governo brasileiro, para ir à Rússia levar sua arte e difundi-la. Possivelmente ao realizarem uma arte que tinha por objeto e finalidade um ideal de beleza, ela adquiria ou conquistava um caráter universal; daí o interesse de países tão distintos em trazer estes artistas. Por outro lado, pelas dificuldades políticas que a queda de Napoleão lhes impunha, um convite para partir soava bem. Debret bem sabia que a arte poderia enobrecer a política, bastava percorrer a obra de David. Já Grandjean de Montigny foi aluno de Percier e Fontaine, arquitetos do Arco do Triunfo do Carroussel e das reformas e ampliações de castelos, como Versailles. Seu amigo Nicolas Antoine Taunay produziu 50 quadros napoleônicos e revolucionários ¹⁴. Ou seja, estes artistas concebiam a arte impregnada de finalidades e usos públicos, inclusive políticos, em prol de um progresso do país e, no limite, humano. Bem como, tal arte deveria ser exemplar em si mesma pelo que mostrava, exaltava, sendo necessário guardá-la para o conhecimento e desfrute dos que virão ¹⁵.

Essas matrizes ou ideais da arte permaneceram em suas obras no Brasil. A par desta preocupação com criar uma monumentalidade que ocupasse a praça pública – considerada um lugar de celebração política visível a todos os participantes – ou um quadro. Através desta monumentalidade de um quadro podia-se atingir os seus contemporâneos e os pósteros. O já comentado *Desembarque de D. Leopoldina de Debret*, tem sua grandiosidade explicitada se comparado com a mesma cena

Debret e Grandjean de Montigny, entre outros artistas franceses, recepcionaram Napoleão e Josefina. Estas informações se encontram dispersas em Taunay, A. de E., *Op. cit.*

¹⁴ Num levantamento realizado por Afonso de E. Taunay a respeito deste pintor, tão produtivo, se nota que ele tematizara: cenas bíblicas e religiosas (44 quadros), cenas campestres e pastoris (45) e – mais que tudo – 71 obras históricas e anedóticas. Ora, elenco, aqui, apenas os gêneros a que mais se dedicou, deixando de lado os outros motivos. Mesmo assim, percebe-se o quanto o interesse histórico, matizado pela política, se salienta. Informações fornecidas por Bittencourt, G. M., *A Missão Artística Francesa de 1816*, Petrópolis: *Museu de Armas Ferreira da Cunha*, 1967, p. 42.

¹⁵ Giulio Carlo Argan afirma sobre o neoclássico: *A técnica dos arquitetos e engenheiros deve estar a serviço da coletividade para realizar grandes obras públicas*. *A Arte Moderna*, São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 22. Somente considerando a coletividade, sua vontade (mais) geral, os artistas conseguiriam realizar uma obra de caráter público que tivesse alguma legitimidade nesta esfera. Sendo a arquitetura uma arte que trata e constrói

abordada por Franz Joseph Fröhbeck, em seu **O Festivo Desembarque da Princesa Leopoldina no dia 6 de novembro de 1817**. Apesar de festivo e em consonância com Debret quanto aos elementos que compõem a cena – as embarcações, os coches, as tropas arregimentadas –, não existe grandeza nesta obra, parecendo até um pouco simplória em virtude da singeleza do riscado das embarcações, da miudeza dos barquinhos, do volume de soldados cuja forma lembra a dos soldadinhos de chumbo, a par de um desenho pouco refinado, sem ênfase no contorno, ou de uma ausência de cores que despertem, de preferência com intensidade ou simpatia, a sensibilidade do espectador. Em contraste, veja-se a imensa embarcação de Debret que quase rasga a cena, o colorido majestoso sob o arco do triunfo – o qual não achava dos melhores – a quantidade de personagens, a maneira como realça as festividades no mar e em terra, sendo que ambas concorrem para o mesmo fim. Enquanto na obra de Fröhbeck, elas não se integram a não ser pelo arco do triunfo que funciona tal qual uma ponte ligando o caos e o mar. Curiosamente, indaga-se o que se comemora neste quadro de Fröhbeck? Um desembarque real, sem que se localize e aprecie a realeza. Debret, em contrapartida e astutamente, aloca-a no centro do quadro.

Outra litogravura de Thomas Marie Hippolyte Taunay voltou a este assunto. O ato do desembarque e as personagens reais encontram-se num segundo plano, enfileiradas, todavia o destaque fica para o primeiro plano no qual o cortejo de cavaleiros e soldados, numa linha sinuosa e alongada, mostram a habilidade do artista em criar várias e cuidadas poses do cavaleiro integrado ao seu cavalo. Num ângulo diferente dos anteriores, enfoca a cena lateralmente, o mar e os navios ondulam levemente, ao fundo uma edificação sobre um morro enfatiza a distância no quadro e realça sua perspectiva. Porém falta-lhe grandeza, pois seu volume não é completo – ou pode-se dizer exarcebado – como em Debret ¹⁶.

tanto o monumento quanto o próprio espaço público, isto é a cidade, devendo se guiar por esta *vontade* e enaltece-la sempre de modo a proporcionar impressões e sentimentos no espectador.

¹⁶ Quanto à aclamação de D. João, esta distinção entre estes dois integrantes da Missão reaparece. Em Taunay, o fogo e a fumaça espalhados, de certa maneira, enobrecem o tema; por outro lado, escondem o que Debret transformou num todo. Nesta obra de Taunay, caberia uma discussão sobre os espectadores-atores da cena pois vão num volume decrescente de uma ponta a outra do quadro, desde os comandantes a cavalo até as mulheres,

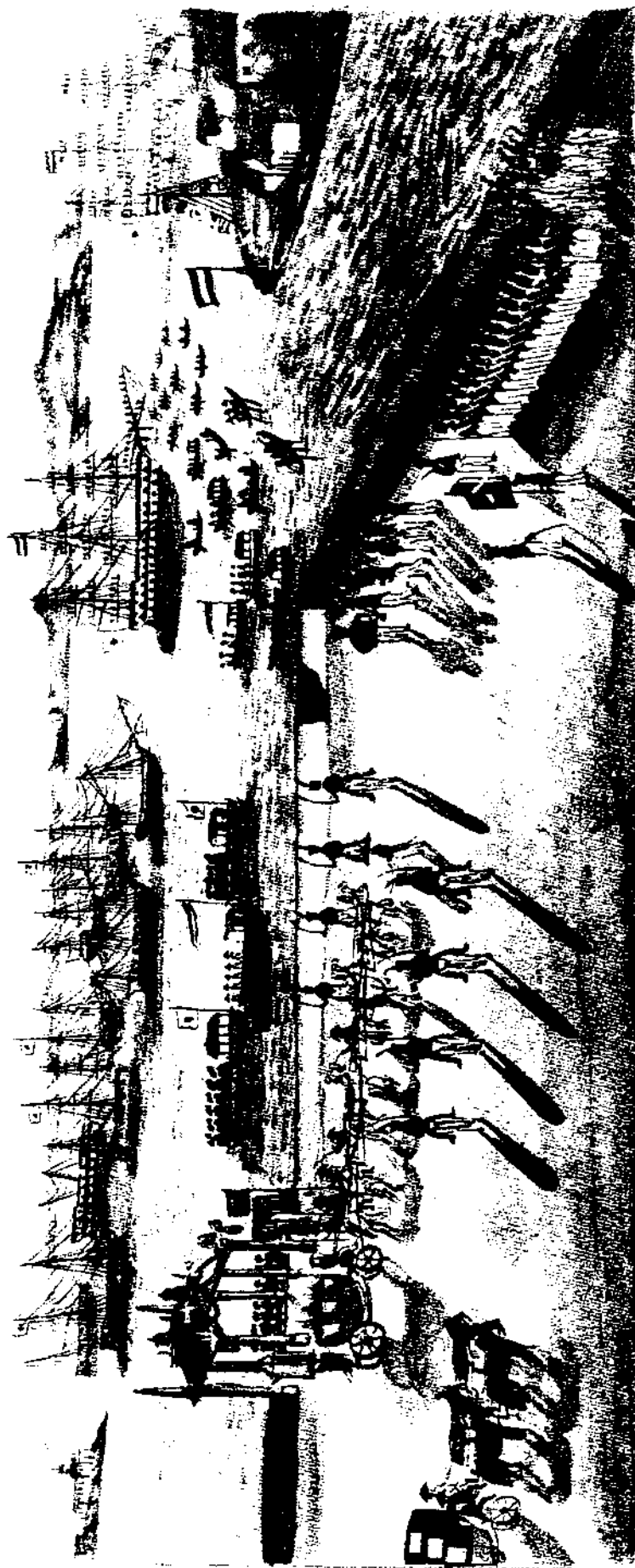
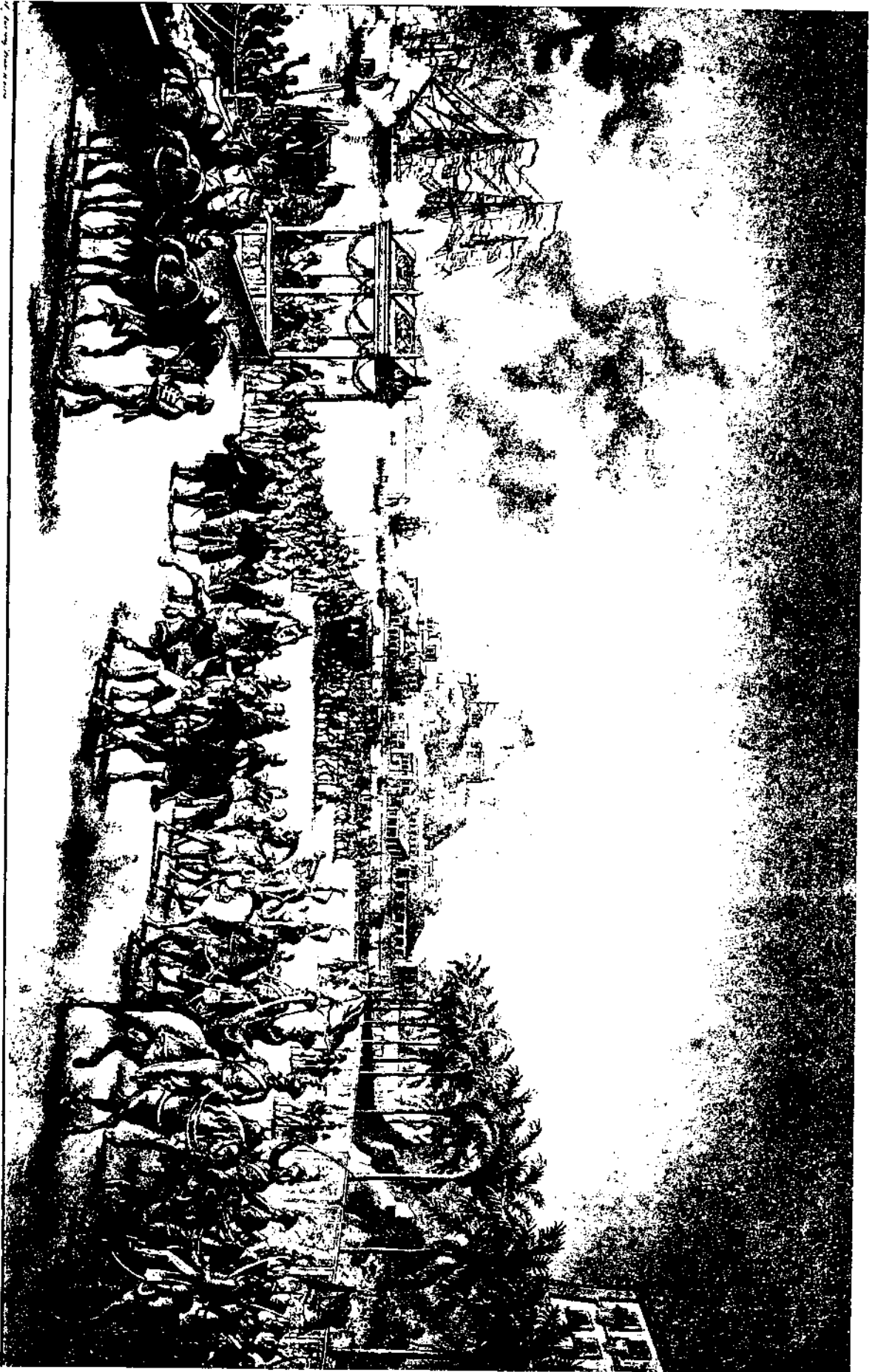


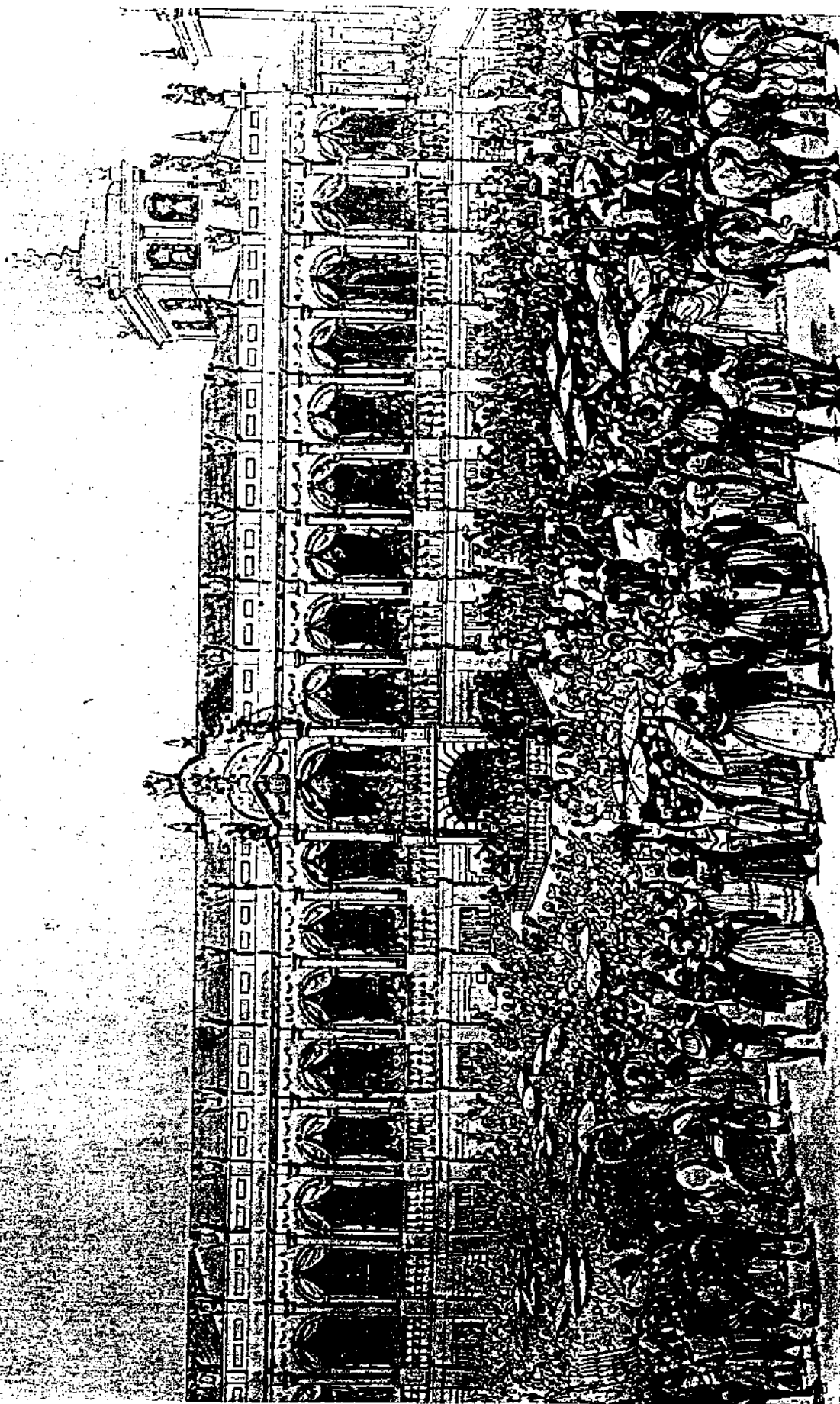
Fig.
19

NESTA AQUARELA DE FRÜHBECK, AS EMBARCAÇÕES SÃO PEQUENAS E DE TRAÇO
SIMPLES, HAVENDO APENAS UMA PARADA MILITAR QUE RECEPCIONA A PRINCESA.

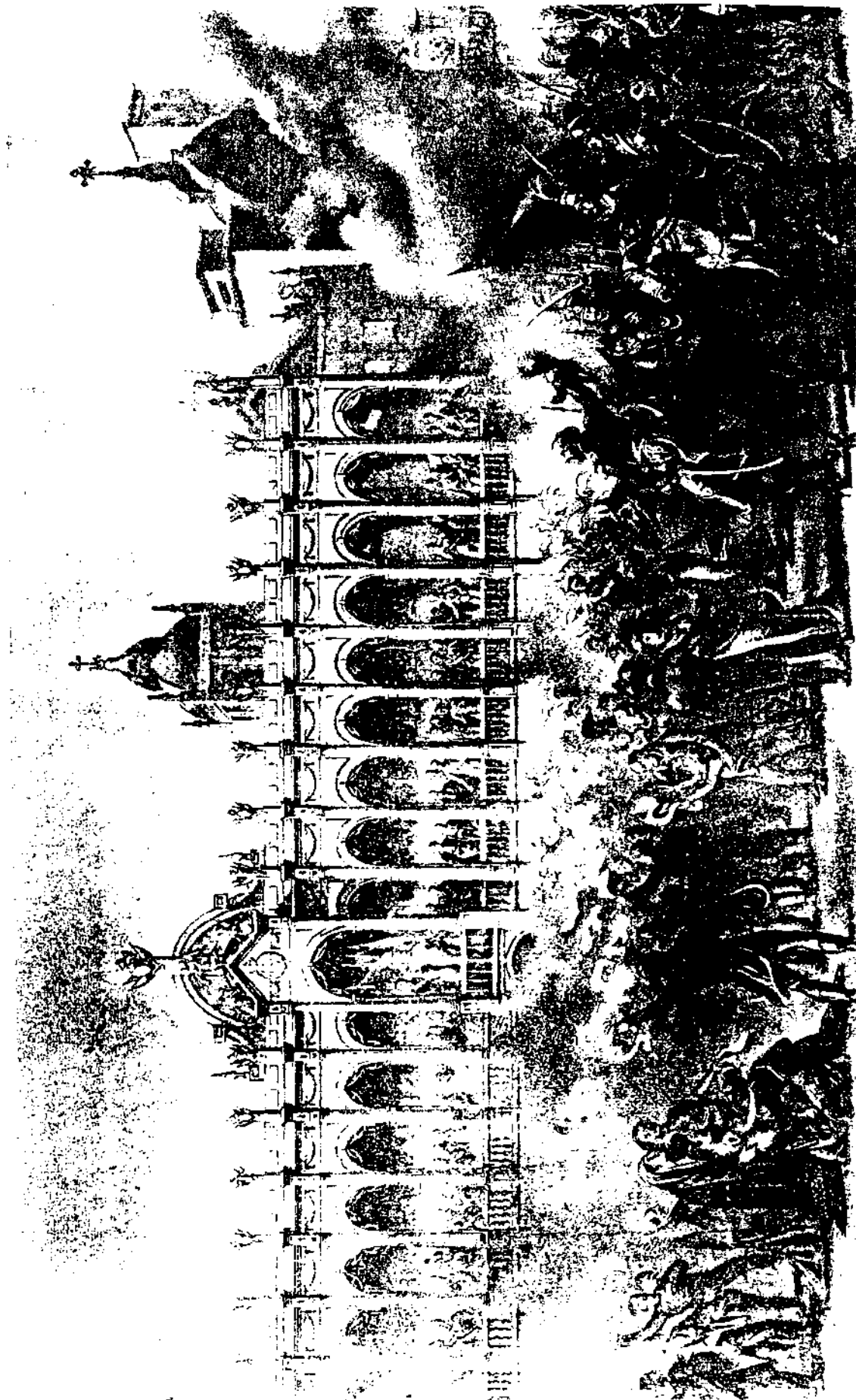


Dombey & Co. Limited, Bankers, London.

ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO VI POR DEBRET, COM DESTAQUE PARA A VARANDA, A
PRESENÇA DO POVO, COM SOMBRINHAS E CAVALOS, ACENOS DE MÃOS E ESPADAS.



MESMA CENA DA ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO POR THOMAS MARIE TAUNAY.



Assim, Debret trazia uma magnitude para o acontecimento. Não importa perguntar qual dos artistas foi mais realista, pois a obra de Debret se tornou quase um retrato oficial do desembarque ou, noutras palavras, do acontecimento real. Sua litogravura ganhou boa publicidade, circulando aqui e em Portugal, de modo que não se tratava apenas de uma imagem do acontecimento, ascendendo à condição de enunciado do próprio acontecimento, a fim de que o espectador _ inclusive aquele que lá esteve _ acreditasse que foi assim mesmo. Ao elaborar um quadro, mesmo que participasse do evento tematizado, lá estivesse, ou até mesmo o esboçasse no momento em que ocorria, Debret recolhia em seu ateliê todo o material possível sobre o acontecido, chapéus, o manto real, figurinos, paisagens desenhadas, etc., formando uma espécie de coleção sobre o evento. Daí, em consonância _ mas não obrigatoriamente sobre o seu primado _ com o visto e ocorrido, criava uma configuração final da situação ¹⁷. Logo, seu processo de elaboração não procurava retratar tal e qual, preocupava-se em guardar uma fidelidade com o acontecido, no entanto o reelaborava, valia-se do seu acervo mental e artístico, do uso da sua razão bem educada e artística para forjar uma obra de arte, daí os estudos e croquis da aclamação de D. João, coroação de D. Pedro, desembarque de D. Leopoldina, com seus quadriculados designando o lugar de cada personagem, sua melhor disposição e o efeito no conjunto ou o mapa delas a fim de melhor esboçá-las e conhecê-las. Aqui, aparece a sua afinidade artística com a necessidade de representação de um novo imperador que não podia, por sua vez, recorrer ao seu valioso passado português.

Certa vez, numa fala oficial dirigida ao estado, Debret explicou a finalidade do pintor histórico que se distinguia daquele que retrata figuras, definindo-o:

O primeiro, meditando sempre sobre as maravilhas, que tem honrado o genero humano, e sempre occupado com o que possa ennobrecer, e elevar o espirito, acha-se sempre prompto, quando a occasião se lhe apresenta, de fazer reviver na lembrança as preciosas couzas, e de as arrancar, por assim dizer, do esquecimento depois de longos seculos. O pintor mostra ainda

embaixo, mais contidas e se destaca um grupo de mulheres que surge com uma dramaticidade própria, embora se vincule ao todo.

¹⁷ Esta maneira de confeccionar o quadro também aparece em David e nos pintores de formação acadêmica, Cabanis, J., *Op. cit.*

muito maior sagacidade, e talento, quando animado de hum nobre ardor, huma circumspecção adequada, e huma exactidão verdadeira, e persuasiva, traça sobre o panno hum d'aquelles factos memoraveis da história de seo paiz, de que talvez fosse testemunha. Deve, então, ser exacto sem faltar as relações, nem esfriar o interesse, dará huma justa idea não só da amplitude do seo genio, como tambem da nobreza do seo character ¹⁸.

O pintor histórico, em decorrência ele próprio, entretinha-se com a história antiga e presente, isto é, estava autorizado também a tornar o seu tempo tema e objeto da arte. Precisando, para tanto, bem conhecer a história, em todos os seus tempos _ passado-presente _ no intuito de reconhecer um grande fato, aquele que marca profundamente e para sempre uma sociedade, um país, e poderia ocorrer em qualquer tempo. A escolha do pintor histórico, se bem feita, permaneceria pelo tempo afora, rememorando aquele acontecimento e, em última instância, dele participando. Isto exigia do artista um rigor consigo e com sua arte, que aliava a *circumspecção* _ um domínio de si, um trabalho racional aplicado sobre sua arte _ ao *interesse* suscitado no público _ ou seja, a obra de arte, de algum modo, precisava tocar o espectador, sensibilizá-lo, ela não se resolvia, então, enquanto uma mera expressão ou vontade do artista. A par disso, a exatidão do fato pulsaria na obra, porém sua nobreza possibilitaria que se emparelhasse com outros grandes fatos. O fato, aqui, imbuía-se de virtudes, atributos que iam para além dele, rumo a uma esfera mais sublime e menos terrena, onde o heroísmo, os sacrifícios, as festas que a todos englobam e alegram têm lugar. Ao cumprir tamanho intento, o próprio artista se enobrecia através de sua arte ¹⁹.

¹⁸ **Projecto do Plano para a Imperial Academia das Belas Artes do Rio de Janeiro pelos professores da mesma escola em 1824**, Rio de Janeiro: Typ. P. de Plancher, 1827, p.10. Sendo Debret o autor.

¹⁹ Debret apresentava, aqui, um *plano* para a boa formação dos estudantes que um dia seriam pintores na Academia de Belas Artes. Propunha, ao final, um concurso de pintura histórica no qual se executaria num quadro um determinado fato histórico nacional. Os professores escolhiam este fato, zelando para que não implicasse um grande número de personagens ou uma cena muito complicada, sem nenhum abuso de acessórios, definindo a extensão do quadro, delimitando o tempo de execução e de secagem, determinando o período de exposição ao público em geral e avaliando, ao final deste processo, o bosquejo, o resultado final e a coerência entre o fato, sua dignidade e a sua elaboração imagética. *Idem*. A pintura deveria ter um efeito pedagógico sobre o seu público e, aos poucos, se construiria um conjunto de imagens _ uma espécie de panteão _ referente à história do Brasil.

Por outro lado, havia na pintura acadêmica um estudo dos modelos antigos e uma discussão acerca do tempo que passa, corrói, transforma o passado em ruínas. Bem como uma certa vontade de vencê-lo, ao tornar um dado

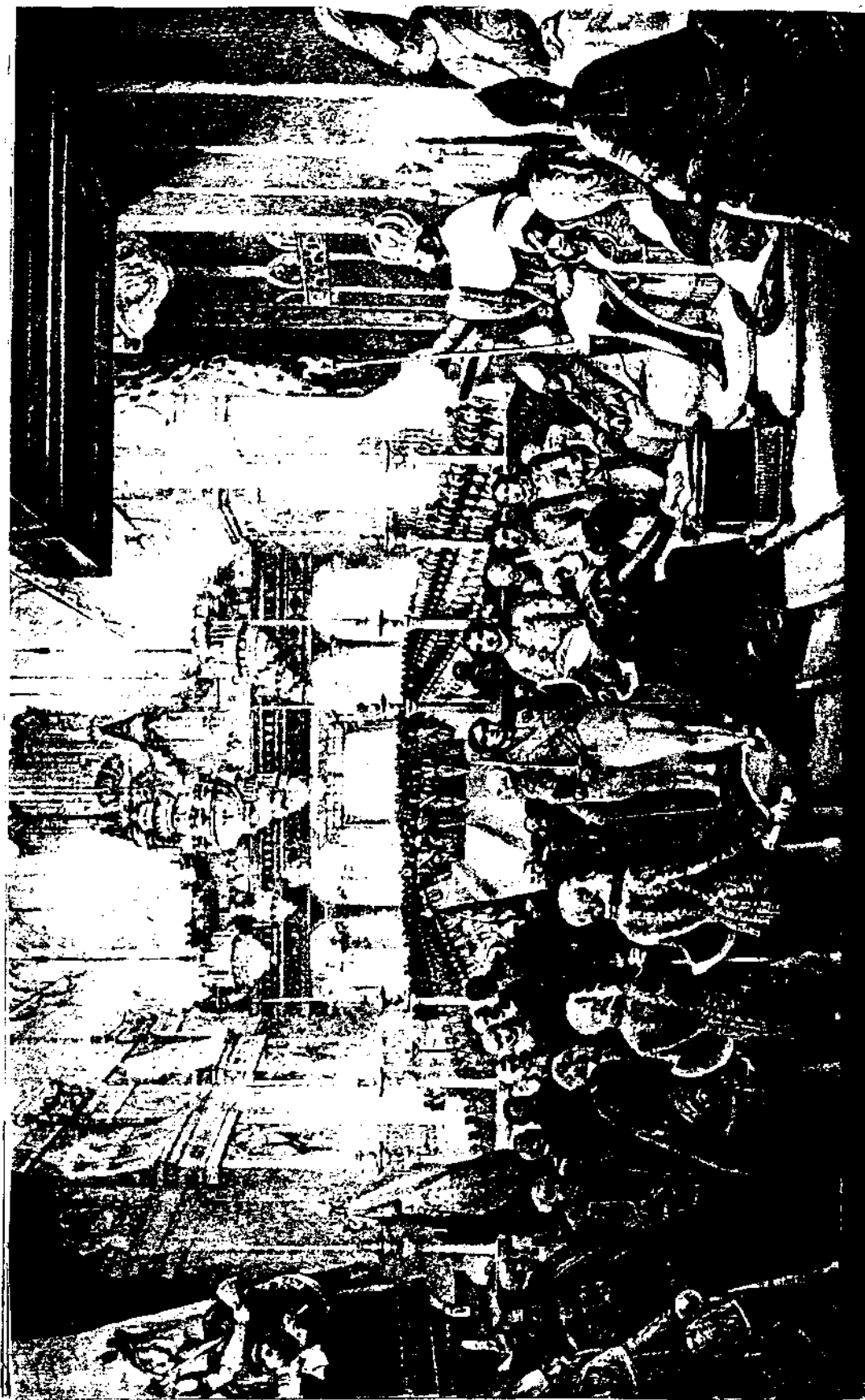
Debret fixou a imagem da coroação de D. Pedro. Ele lhe conferiu, no presente, a importância de um fato do passado. Não se tratava de um fato qualquer; longe disso, era zelosamente escolhido e, neste sentido, Pedro equivaleria a, ou se aproximaria de, Napoleão e dos feitos memoráveis do passado. Ele concorreu também na elaboração da cerimônia a ser realizada, ajudando na sua mise-en-scène. Na mesma direção, embora não com a mesma força e definição, com que David contribuíra para a coroação de Napoleão. No seu quadro, brevemente comentado em seu livro, o espectador se encontra junto ao altar, próximo ao soberano, ao bispo, entre os grandes do império. Este recurso insere o espectador no interior da cena e, no limite, torna-o mais uma personagem privilegiada à medida em que o coloca tão perto da coroação, que pode até descobrir seus segredos. Calçado no cerimonial, ele retrata os participantes, cada um no seu devido lugar. Contudo, não escolhe entre tantos momentos cabíveis, o ato da coroação ou a unção que tinham um estatuto de momentos culminantes deste rito. Ele se afasta do rito católico e suas passadas, antes recorta o instante do juramento de civis _ homens da câmara e procuradores dos estados _ dos súditos ao imperador já coroado e entronizado.

Numa sugestão, talvez se possa mencionar o apreço da Revolução Francesa pelos juramentos ²⁰ que fundavam um novo pacto entre as partes, alçando-o à condição de um acontecimento especial, porque deixava para trás, declaradamente e por vontade própria, coisas no e do passado, instaurando outras no presente que apontavam para o futuro. Havia uma produção de grandes obras dedicadas a este tema, sendo dos mais célebres *O Juramento da Péla*, *O Juramento dos Horácios*, ou o dramático fim de um juramento em *Os lictores trazem a Brutus os corpos de seus filhos*, todos de David, bem conhecidos de Debret. Também nas festas revolucionárias, o juramento aparecia com destaque. Enfim, só se indica que talvez, na bagagem cultural e política de Debret, o juramento fosse um ato importante da vida política, que envolvia uma cumplicidade solene, deliberada, extremamente

acontecimento inesquecível. Ver Argan, G. C., *Op. cit.*, p. 21-34; Starobinski, J., *A Invenção da Liberdade*, São Paulo, Ed. UNESP, 1994, p. 200-217.

²⁰ Sobre a importância dos juramentos, ver: Starobinski, Jean, *1789: os emblemas da razão*, São Paulo: Cia das Letras, 1988, particularmente *O Juramento*: David.

COROAÇÃO DE D. PEDRO I POR DEBRET, QUE ACABOU SE FIXANDO COMO A CENA
DESTE EVENTO. AO FUNDO O ÓRGÃO.



sincera, da qual não se pode voltar atrás sob pena de se transformar numa traição. Aliás, ao eleger este momento da cerimônia, ele tanto assinalava a sua importância no conjunto da festa, porque inclusive parecia legítimo aos olhos dos contemporâneos, quanto mostrava o sentimento cívico do povo que jura tão solenemente obediência ao imperador numa atitude de obediência e subordinação, numa reverência quase religiosa que se demonstra na genuflexão.

No interior deste quadro, lateja uma referência a Napoleão ²¹ que chegara até mesmo a ser encarado, em Portugal no decorrer da guerra, como o Anticristo, o pior dos males ²². Debret, no começo do século XIX e na esteira de David - como outros artistas franceses, por exemplo Droz - se detivera em tematizar a figura de Napoleão em seus quadros. David fez o magnífico Napoleão em pose equestre, quase uma estátua, de contornos nítidos e invioláveis, onde o cavalo está prestes a galopar,

²¹ Sobre a coroação deste imperador, ver Cabanis, J., *Op. cit.*, p. 208-224 e consta também *Description du Tableau exposé au Musée Napoléon représentant le couronnement de LEURS MAJESTÉS IMPÉRIALES ET ROYALES*, peint par David, 1808, p. 251-54. Aqui, David aproxima a grandeza do imperador à sua que sabe reconhecer a importância do assunto e imortalizá-lo. Cabe ainda mencionar que David foi nomeado o pintor do imperador e o responsável pelas festas de sacração. De certa maneira, Debret pode a seu modo ter duplicado esta relação pintor-imperador no Brasil da década de 1820.

²² Havia uma infinidade de poesias e sermões, textos, combatendo ou exorcizando Napoleão que circulavam, neste período em Portugal, como a obra do padre Manuel Joaquim Rodrigues Ricci, *O Dragão e a Besta do Apocalipse verificados em Napoleão, e no Império Francez, e seus Aliados ou O Antichristo descoberto e indubitavelmente realizado em Napoleão e império Francez*. Aliás *O Assombro do Mundo e o mais importante desengano principalmente nas actuais circunstancias. Exposição Literal ao Apocalipse sobre os capítulos XIII e XIV cujos principais Engimas razoens e vaticínios se demonstrão perfeitamente realizados na Revolução Francesa e suas consequencias*, ANTT, RMC, Requerimentos para a impressão e censura de livros. 1810/XII/15. Ainda se encontra: *Furores, Remorsos, transportes e delírios do tirano e falsário Napoleão; Bonaparte arguido pela Fortuna, ambos de Ignacio Januario cordeiro, A Guerra e a Geral Paz da Europa de Antonio Joaquim de Carvalho, A Protecção à Francesa & protecção Portuguesa; Poesias a diversos assumptos relativos á presente época por um Anonymo; todos escritos ao longo da primeira década dos oitocentos*, ANTT, RMC, Mss 2860, 2862, 2863, 2864, 2865, respectivamente. Ver: Castro, Z. O. de, *Napoleão, o "anticristo descoberto"*, *Ler História*, Lisboa, 1989, 17. A BNL guarda uma série de desenhos da época que retratam os franceses enquanto diabinhos de rabos cumpridos e jeito medonho, BNL, Iconografia, D101P, D102P, D103P, D105P. Também no Rio de Janeiro na década de 1810, circularam textos e definições que execravam Napoleão, como por exemplo o *Diálogo entre Lúcifer e Bonaparte*, vendido numa livraria carioca e noticiado na *Gazeta do Rio de Janeiro*, 9/maio/1810. Ou o folheto *Receita especial para fabricar Napoleões*, vendido na livraria de Paulo Martin e publicado pela Imprensa Régia em 1809. Ele também surgia acompanhado de uma série de adjetivos perjurativos: *atroz, infame, furioso* ou então sob alcunha de *sanguinolento déspota universal, cometa sorvedor de impérios*. Silva Lisboa assim definiu a noção de corso: *É a antiga tradição, desde que o celebrado moralista Sêneca for desterrado para a Corsica no império de Nerão, que as quatro virtudes cardeais do credo dos cursos são: vingança, roubo, mentira e impiedade*. Informações e citação retiradas de Silva, M. B. N. da, *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, Rio de Janeiro: Cia Ed. Nacional/INL, 1977, p. 220-221. Desta feita com os artistas da Missão, a referência napoleônica surge positivada no interior da elaboração da persona de D. Pedro.

NAPOLEÃO ATENDE UM SOLDADO DA LEGIÃO DE HONRA E, AO FUNDO, A VITÓRIA O PROTEGE.



elevando a parte dianteira do corpo ao levantar com virilidade e elegantemente as patas da frente. Entre o cavalo e o general, há um movimento viril que os une, quer pela continuidade dos corpos, quer pelo manto de Napoleão que se estende do seu torso até a cabeça do cavalo, num movimento esvoaçante provocado pela ventania. Napoleão, o general por excelência, doma a ansia do animal, aponta com o indicador o rumo a ser seguido, encarando fixamente o espectador, sem desviar os olhos e demonstrando, de novo, a sua capacidade de dominar. O céu revoltado reforça a noção de movimento que está em curso no plano histórico. Unindo-se, portanto, o movimento da ação humana com aquele do âmbito da natureza, sendo que um colabora com o outro e surge uma concordância entre eles. Ao fundo e embaixo, soldados marcham na direção apontada pelo Corso, empurrando com esforço e dificuldade o canhão. Como seu primo, Debret pintou Napoleão em mais de uma oportunidade, expondo seus quadros nos Salões franceses do início do XIX ²³. Cabe reparar uma obra em especial, cuja ordenação cênica coincide um tanto com a da coroação de D. Pedro.

Num dossel elevado por uns degraus, Napoleão ²⁴, atencioso e em trajes militares, ouve um velho senhor encasacado, sendo rodeado de militares com suas fardas solenes, cercado pela nobreza enfeitada e por um bispo que veste seu manto. O dossel ocupa o lado direito do templo, muitos saúdam o soberano com os chapéus. O espectador se encontra praticamente na mesma posição que no quadro de D. Pedro. Ao fundo, circunscrevendo o espaço, uma volumosa platéia assiste a cena. Há um movimento interno ao quadro que se volta todo para Napoleão, que, aparentemente nem sabe que todos se agitam por sua causa, tal o desvelo que dispensa ao súdito-ancião. Mais ao fundo, no alto, e mais para a direita, uma figura

²³ Em 1805, ele pintou Napoleão rende homenagem à bravura infeliz; Napoleão I condecorando com a Legião de Honra, em Tilsit, um soldado do exército russo de 1808; Napoleão I aregando às tropas bávaras e wurtemburguesas em Abensberg de 1810. Em todos, Napoleão encontra-se em trajes militares, no alto do cavalo branco, em situações militares e que aludem à guerra, o que evidenciavam seu caráter heróico. Os momentos escolhidos compreendem Napoleão e seus soldados após as batalhas e seus bons resultados, bem como salientam a proximidade e certa confiança entre o general e seu exército. Para um comentário sobre estes quadros e a sua publicação: Franco, Afonso Arinos de M., Jean Baptiste Debret - Estudos Inéditos, Rio de Janeiro: Ed. Fontana, s/d.

²⁴ Sobre a sua coroação: Cabanis, J., *Op. cit.*, p. 208-224, 251-4.

de asas abertas paira acima da platéia, exercendo uma espécie de tutela sobre a situação. Trata-se da Vitória que acompanha Napoleão.

No quadro napoleônico, o local se assemelha ao interior de uma igreja, sendo que, num outro plano, sobressai um altar, com altos e esguios candelabros que ladeiam um ostensório. Na coroação de D. Pedro, este ocupa um dossel, cercado pelo bispado, os procuradores dos estados, os maiores do império, a distribuição das personagens é mais ordenada e hierarquizada, seguindo o cerimonial e de acordo com uma ocupação geometrizada do espaço. Na tribuna, em frente ao dossel, surgem, de perfil, D. Leopoldina e, atenta à cena, D. Maria da Glória, sucessora do trono. Aí, o artista releva a dinastia, na figura destas duas mulheres, as únicas evidentes no quadro. O cenário arredondado em que se aglomerava a platéia converteu-se numa nave longilínea e retangular da capela real, sendo que ao fundo se destaca o imenso órgão e não se alude a nenhuma virtude ou audácia real. A personificação de um atributo ou o emprego de um emblema somem em D. Pedro, prendendo-se mais ao rito presenciado, mas talvez a Vitória napoleônica esteja aí, embutida e silenciada na celebração de D. Pedro, ocupando o lugar do órgão ²⁵, de asas abertas. O aspecto sacro vem da própria igreja, do imenso órgão ao fundo e destaque conferido ao altar dentro de um cerimonial tão preciso. Os dois quadros não são idênticos, entretanto o último empresta elementos de Napoleão para D. Pedro, aproximando-os numa intimidade com o poder, que o espectador mais comum, mais cidadão, não teria chance de desfrutar.

Além disso, estas pranchas voltadas para as festas da realeza e/ou momentos da sua vida no Brasil, nunca se alinhavam ou (re)citavam a linhagem real portuguesa do passado, apesar de assinalar a continuação da dinastia em D. Maria da Glória. Então, ele abordava o futuro, silenciando sobre o passado. O painel alegórico ao nascimento desta princesa, de Manuel Dias de Oliveira, datado de 1819, quando a

²⁵ Provavelmente o órgão se colocava um limite empírico à criação do pintor ao se pautar por uma preocupação realista e Moreira Azevedo descreve o tal órgão que, no seu entender, seria um pouco grotesco. O coro e antecoro eram sustentados por uma coluna e, na sua frente, uma carranca abria e fechava a boca à medida que o órgão tocava, *O Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidade*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1877, 2ª. edição, p. 59.

ESTE PAINEL ALEGÓRICO É UM DOS ÚLTIMOS QUADROS A VINCULAR D. PEDRO À
DINASTIA PORTUGUESA. DATA DE 1819.



monarquia luso-brasileira não estava abertamente ameaçada e/ou fraturada, remonta à realeza portuguesa desde suas origens no Milagre de Ourique²⁶. Por isso, Afonso Henriques aparece à esquerda da mesa e Cristo, com sua cruz aos ombros, escuda-o e esboça um ligeiro sorriso de satisfação. Ao alto, a Fama, de clarim na mão, anuncia a nova geração com o retrato da menina. Embaixo e à direita, sobre um pequeno tapete que lhe demarca a importância, como se fosse um dossel às avessas, D. Pedro, em traje militar e na condição de futuro rei, é servido de qualidades intelectuais que os elementos da mesa lhe emprestam e Minerva segura um escudo no qual a cabeça da hidra _ representação da desordem _ está estampada. Enfatiza-se o lado guerreiro e bravo do príncipe, com a espada, o jovem armado, que recobre o seu reino, sendo que um anjo carrega a bandeira do império. Num único panorama se resume a realeza portuguesa e sua dinastia, evoca-se seu momento de origem, a continuidade e os atributos de um príncipe são mencionados, arrumando-os num único espaço que confunde passado-presente-futuro, mundo terreno e dignidade real, personagens históricos, mitológicos e emblemas, sem quebrar a sua coerência.

Ora, com a produção dos artistas estrangeiros _ a exceção dos portugueses e principalmente com Debret _ desaparecem estas referências anteriores de matriz portuguesa. A realeza de Debret é vista e retratada no Brasil, sendo cada vez mais destituída de um passado português em favor de uma grandeza das cerimônias que valem por si mesmas e abrem mão do luso mando, esquecendo-o ²⁷. Talvez a qualidade artística de Debret, com sua habilidade em discorrer, com o pincel ou a pena, a respeito do Brasil, sua arte de matriz mais cosmopolita e universal, ajudassem a construir um sentido comemorativo da política e de D. Pedro. Por outro

²⁶ Para uma leitura crítica deste mito: Buescu, A. I., Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique, in Bithencourth, F./Curto, D. R., **A Memória da Nação**, Lisboa, Livraria Sá da Costa Ed. 1991; ____, Vínculos da memória: Ourique e a fundação do reino, Centeno, Y. K. (coord.), **Portugal: mitos Revisitados**, Lisboa: Eds. Salamandra, 1993.

²⁷ Significativamente, a parede oculta no altar da coroação continha, ao lado da imagem de São Sebastião, *um painel de 32 palmos de comprimento e 16 de largura com os retratos em corpo inteiro de D. Maria I, que conduz pela mão o príncipe D. Pedro, seu neto, de D. João VI, e da rainha Carlota, na parte superior está entre anjos e nuvens, a Senhora do Carmo, que estende seu manto sobre as pessoas reais; vê-se inferiormente de cada lado um anjo, um com uma cesta de flores, e outro com uma esfera na qual lê-se: nostras deprecationes ne despicias; aos pés da imagem notarão-se dois anjos, um com uma palma, o outro com um*

lado, sua pintura desfazia-se dos temas norteados num mundo português que, paulatinamente, ia sendo associado ao jugo e qualificado de tirânico, descartando a origem da realeza em Afonso Henriques e, *pari passu*, trazia consigo alguns nuances napoleônicos _ sem dúvida um imperador e herói dos oitocentos.

Noutra ponta, mas na mesma direção, a contínua associação entre D. Pedro e a América vista nas praças, nas festas, nos quadros, concorria para este esquecimento e, mais e mais, casava o imperador e seu território, forjando um marco zero que ancorava-se nas ligações entre o governante e esta terra. Uma gravura de Gianni expunha D. Pedro resgatando uma índia, na qual ressoava a noção de América e a terra brasílica. Em trajes militares, ele a eleva, retirando-a de uma condição mais baixa, para algo melhor e mais alto. Esta obra comemorava o 25 de março, data da constituição. Aqui, D. Pedro dotava o Brasil de leis, retirando-o de seu estado anterior e doa-lhe um conjunto de regras que o regule. Nisto consistia, a elevação desta terra pelas mãos do imperador constitucional. O cúmplice olhar entre eles, o cavalheirismo e a firmeza com que D. Pedro a toca, o sorriso reconhecido da moça, seu corpo projetado que com esforço e leveza se move, demonstravam as boas e carinhosas relações entre um e outro, uma amorosidade sincera e contida, quase romântica.

Debret, por seu turno, colaborou na elaboração de um elo estreito entre o soberano e o Brasil, sem recorrer à história portuguesa, ele enlaçava-o à natureza brasílica e ao povo brasileiro, exaltando-os. Num desenho em sépia ²⁸ de 1822 que se destinava a ser uma ilustração, uma capa de rosto, de um livro dedicado aos grandes fatos da fundação do império, aparece, ao centro, a efígie de D. Pedro em uniforme militar e com suas condecorações, emoldurado por um contorno desenhado que abarca desde dragões soltando fumaça e expressando a sua braveza, até abacaxis alongados que medeiam, com elegância e discrição, a passagem às finas espadas. Este casamento esdrúxulo de elementos figurativos não soa grotesco em virtude da

escudo, onde está escripto sub tuum proesidium configimus. Moreira Azevedo, *Op. cit.*, p. 59, sendo obra de José Leandro de Carvalho.

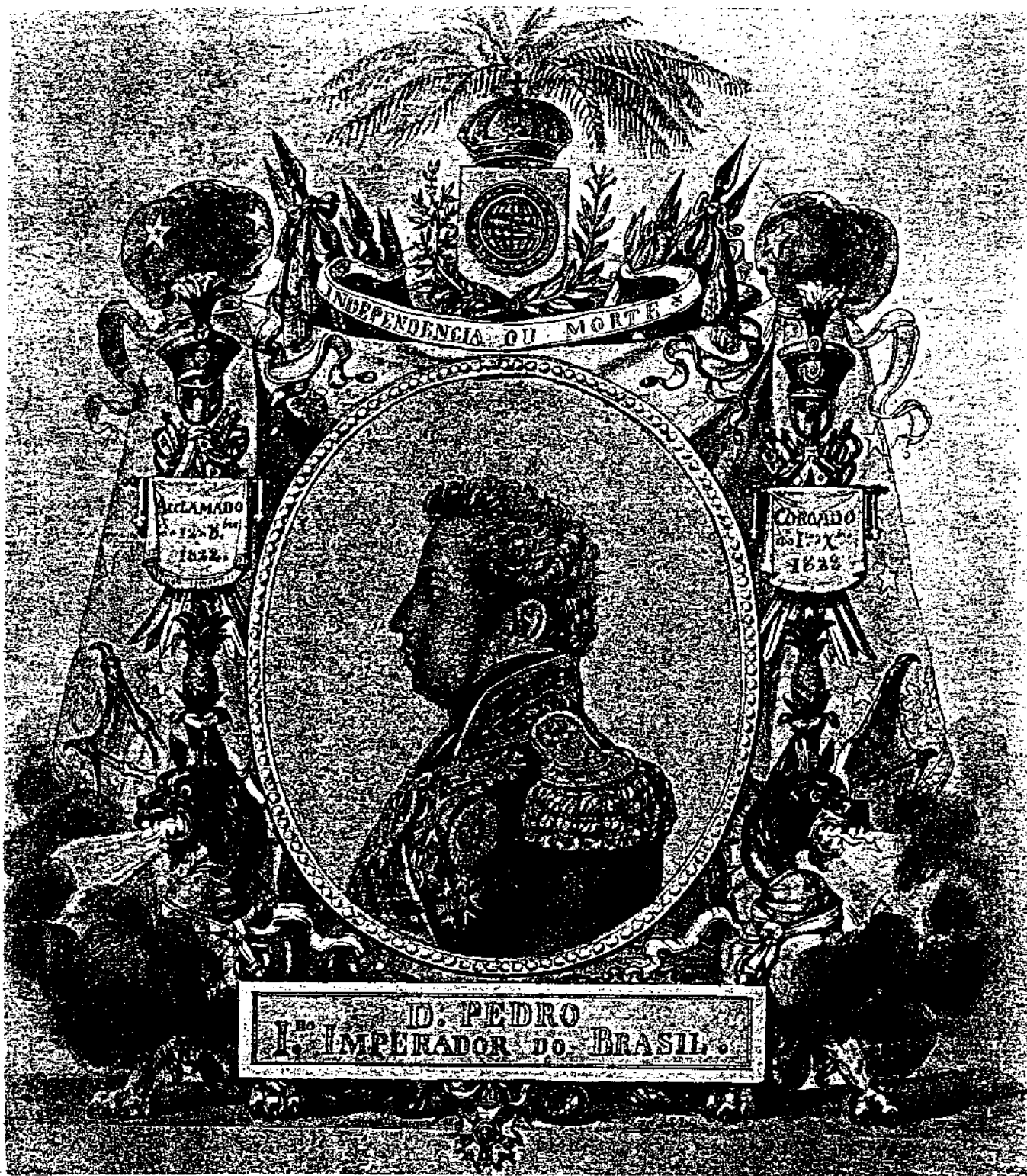
²⁸ Herstal, S., *Op. cit.*, p. 396-397, fig. 220a.

REZA A TRADIÇÃO, QUE GIANNI TERIA TIDO POR MODELO A MARQUESA DOS SANTOS,
PARA FAZER TAL AMÉRICA. O QUE REFORÇARIA O TOM ENAMORADO DAS
PERSONAGENS.

Fis 26



NESTE RETRATO EM SÉPIA, DESTACAM-SE: AS DATAS NACIONAIS, O MOTE DA INDEPENDÊNCIA E A EFÍGE DO IMPERADOR.



habilidade do artista em arranjar as suas formas, combinando-as. A moldura prossegue, nas laterais ao alto, com duas esferas infladas e com estrelas que repetem o arredondado da coroa que ocupa o centro da moldura no alto, sendo finalizada pelas folhas de uma palmeira, como se fossem plumas de um capacete de soldado. Um fino véu estrelado, com a mesma estampa das fofas abóbodas, abraça toda a obra por trás. A gravura comemora duas datas: o 12 de outubro e o 1o. de dezembro que se comportam, junto com a referência ao lema da Independência ou Morte ao alto, como momentos fundadores deste império. Ora, a fundação do império se restringia a D. Pedro e seus feitos, desprezando qualquer passagem ou contribuição joanina ou portuguesa, como se fossem o marco zero desta história.

Um pano de boca para teatro de 1822, tal qual o que fizera para D. João na sua aclamação, foi visitado e inspecionado por José Bonifácio que, gentilmente, lhe pediu que trocasse as palmeiras por colunas no intuito de não parecer um *estado selvagem* ²⁹. O autor colocou no trono uma figura de mulher que vestia o manto imperial, portava a coroa, segurando a constituição e o escudo. Ela se refere ao governo brasileiro, ou seja à monarquia. Em cima, numa tapeçaria misturada à guarnição da boca do pano, uns gênios seguram uma esfera celeste com as armas do Brasil e *no centro das quais fulguram as iniciais de D. Pedro* ³⁰. Dos dois lados, Famas anunciam a independência, uma inclusive segura uma flâmula com o mote da independência. Se a monarquia se elabora com uma série de elementos da natureza – as palmeiras e montanhas ao longe, a cornucópia de flores e frutos, o mastro de navio que carrega cana e café –, ela, principalmente, se realiza com e a partir da união de seu povo. Aí, Debret traz para dentro do quadro: o branco, o índio e o negro ³¹, todos em armas para saudar e defender a emancipação e o jovem país sob os auspícios da monarquia. Ele reúne crianças, velho, mulheres, soldados, paulistas, mineiros, num intento de privilegiar

²⁹ Debret, J. B., *Op. cit.*, T. III p. 268.

³⁰ *Idem*, p. 269.

³¹ A *Gazeta do Rio de Janeiro* ao noticiar a aclamação de D. Pedro, relatou que três moços da estribeira, incluídos no cortejo logo atrás do monarca, representavam as diversas cores da *povoação brasileira*: índio, negro, pardo e branco. Se na aclamação, eles se alinhavam ao governante, exemplificando o povo; em Debret, vivamente constituíam o povo em armas do Brasil enlaçado a D. Pedro, a seu favor e nele se reconhecendo. Trata-se da *Gazeta*, n. 125, 17/out./1822 e também *O Espelho*, 15/out./1822.

PANO DE BOCA DE DEBRET PARA SER USADO NO TEATRO NA NOITE DA ACLAMAÇÃO DE
D. PEDRO I, CONTANDO COM A SUA PRESENÇA.



estes últimos. Curiosamente, expõe uma escrava e seu filhinho, apegado à saia da mãe, em armas, com o machado e a foice _ instrumentos de trabalho _ nas mãos. Armam-se para defender a pátria e a monarquia constitucional, o que torna o seu ato legítimo e não expressão de uma violência desenfreada ou temida. O pano de boca traz para o teatro um povo racialmente diverso, cuja boa convivência e único fim almejado por todos somente aí se resolve e manifesta, pois o povo concorre com entusiasmo com a monarquia, no entanto existe apenas num campo idealizado e no qual o artista é seu maestro. De certa forma, ele antecipa uma proposição que o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro reconhecerá e enaltecerá, em 1843, com um projeto sobre a história do Brasil de Philipp von Martius: a origem do Brasil e a sua formação ancora-se na presença e na fusão de três raças ³². Disso decorre que o povo brasileiro só estará plenamente formado quando esta fusão terminar inteiramente no futuro. Debret atribuíra ao povo a força e calço desta monarquia; contudo, a ação coletiva se fundia e solucionava prioritariamente na figura do rei. Assim, este povo diverso se erigia num fundamento desta monarquia constitucional e, ao menos no campo das representações e da teoria política, ele não podia ser negado. Antes, anunciá-lo e integrá-lo à monarquia constituía-se numa forma de justificá-la.

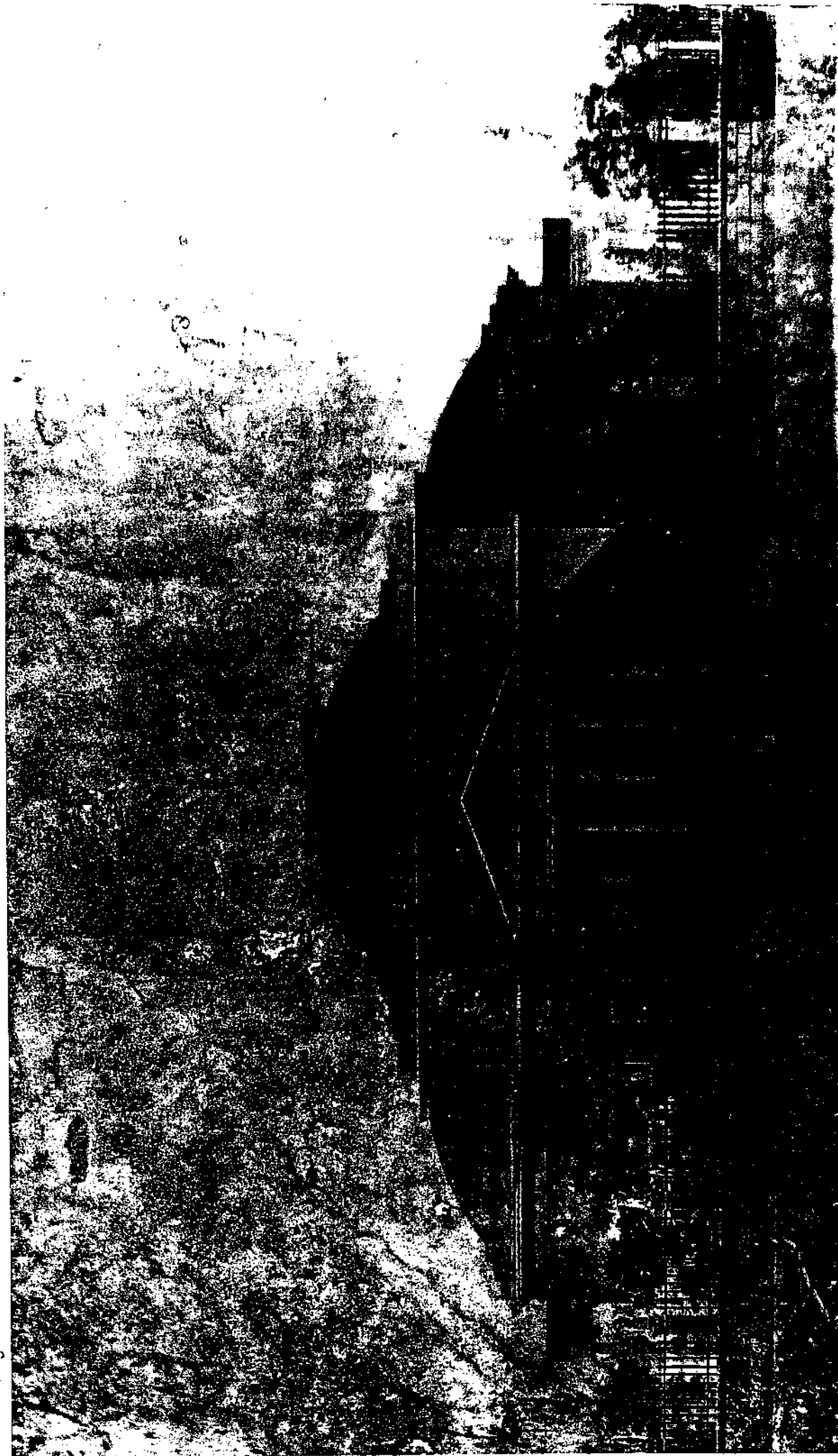
Voltado a uma produção escultórica e arquitetônica ³³, da qual muitas obras nunca saíram do papel, Grandjean de Montigny também casava arte e política, salientando a *persona* de D. Pedro³⁴. Seu estudo para o Senado da Câmara ³⁵,

³² Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, 1844, t.6.

³³ É preciso mencionar que Napoleão valeu-se, estrategicamente, dos edifícios e monumentos construídos para se perpetuar e glorificar, patrocinando a coluna da Place Vendôme, a igreja de Madeleine, o arco do triunfo do Carrossel e da Place de l'Étoile, por exemplo. Este procedimento que imbrica arte e política atravessou a obra de Grandjean de Montigny a respeito de D. Pedro.

³⁴ Outros projetos de estatutaria tinham sido apresentado antes. Manoel Dias de Oliveira buscava comemorar o 9 de janeiro. Em sua proposta, D. Pedro surgia ao lado do Brasil, ambos portando armas, estando o país com manto, coroa, cetro, junto a um leão, emblema da gratidão. O príncipe, com manto, carregaria um estandarte da vitória. Cercados da Amizade, Tranquilidade e União e o pedestal, em sua base, marcava as seguintes datas: 1815 (elevação do Brasil), 1818 (aclamação de D. João), 1821 (juramento da Constituição). Oliveira, M. D., Monumento dedicado ao dia 9 de janeiro de 1822, BNRJ, Obras Raras. Já o projeto de Joaquim Machado de Castro, de 1819, visava enaltecer D. João, *Amavel Regio Heroe*, que se vestiria de acordo com o antigo costume romano, por considerar o modo Magnífico de qualificá-lo. As laterais seriam ocupadas por Lísia e América, que marcharia em direção à primeira, ambas em fase de regeneração. Este artista nomeava suas referências artísticas para conceber a estátua: Cesare Ripa, a *Descrição Analítica da Estátua Equestre de D. José* e para representar a América a descrição de Damião Goes, no momento em que Cabral a descobre, versão que

Fs 29



ESTE PROJETO DO SENADO DA CÂMARA ENCONTRA-SE NO MUSEU NACIONAL DE BELAS
ARTES.

Fig. 30



propunha um edifício de formas geométricas, cujo volume se moldava através de uma casamento coerente de circunferências e retângulos para compor a abóboda, o tambor, o corpo longitudinal do edifício. A fachada também lembrava um templo, em virtude das colunas, das estátuas, do pórtico, do frontão, pelo jardim lateral. Novamente, ele formulava uma instituição da cidade, de cunho político, com elementos provenientes da Antigüidade, cuja ordenação final lhe investia de um caráter digno e positivo. Um corte transversal na fachada expõe o lugar central destinado ao trono, sob um dossel e com uma coroa superlativa, no alto, que pairava sobre a cabeça do rei, não deixando dúvidas ao visitante ou ao homem da câmara quanto ao estatuto e importância daquele que lá se sentasse. Essa recorrência a uma arquitetura do passado trazia consigo as qualidades políticas do passado, as suas ditas virtudes, e ao serem repostas num outro lugar do presente, imediatamente, recitavam os seus atributos e emprestava-os ao novo objeto criado, significando-o.

A par dos edifícios pautados pela monumentalidade, este arquiteto deteve-se em pensar, estudar e forjar monumentos, fechados e ordenados em si mesmos, podendo inclusive vir a participar ou não de um grande corpo arquitetônico. Versado em féretros ³⁶, Grandjean de Montigny propôs um plano para o túmulo de D. Leopoldina ³⁷, primeira imperatriz do Brasil, reconhecida admiradora das artes e ciências e matriarca da nova linhagem real brasileira. Aqui, ela aparece coroada e portando o manto real, elevada à condição de uma estátua antiga pelas sua roupa que imita o vestir de uma mulher da Antigüidade Clássica, com um delicado panejamento. Por ser um monumento que guarda um corpo, o espectador fica sabendo que Leopoldina já não pertence ao plano dos homens. Entretanto ela supera a morte ao ser dignamente rememorada no monumento. Pelo frio da pedra, domada

justificava o domínio português. Também estes planos nunca se realizaram. Castro, J. M. de, Projeto para se erigir uma estátua equestre no Rio de Janeiro, 1819, ANTT, RMC, Mss. 4939.

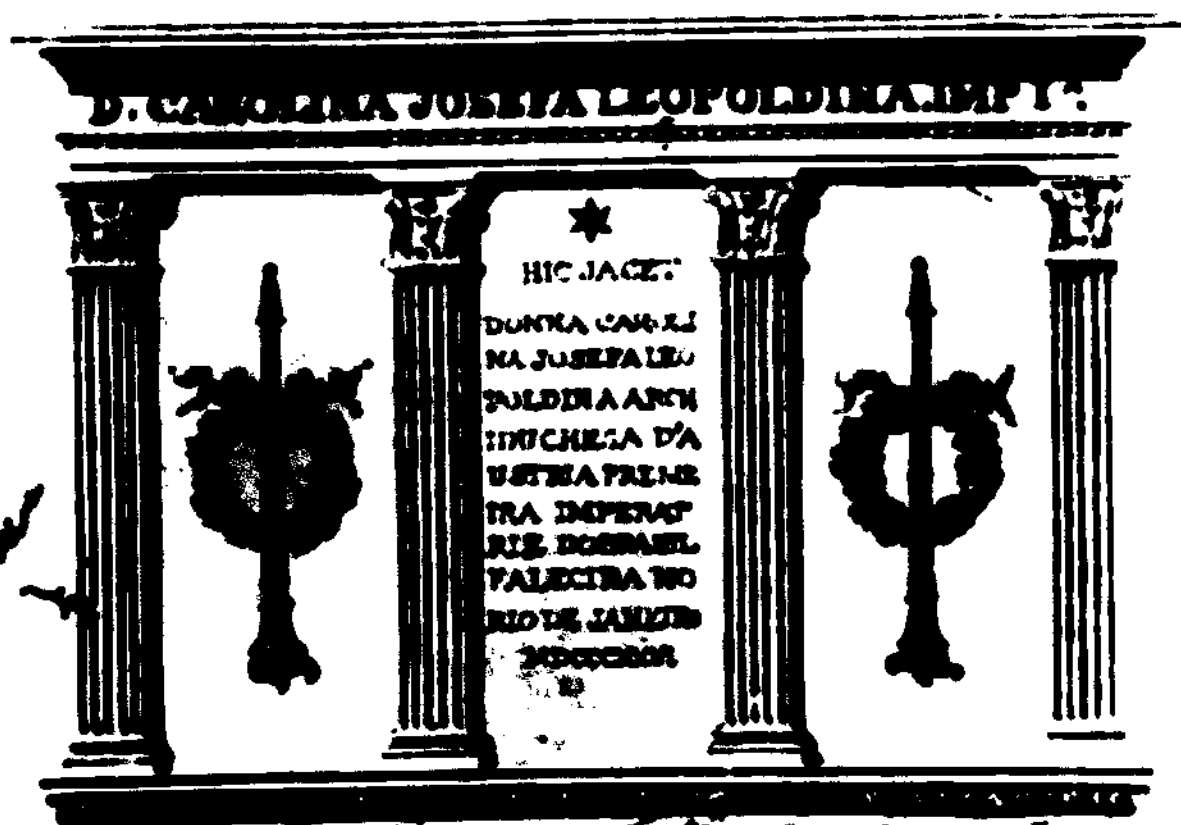
³⁵ O projeto desenhado da fachada e seu corte se encontram no Museu Nacional de Belas Artes.

³⁶ Argan assinala a força da morte nesta arte: *Em toda arte neoclássica ressurge com insistência o tema da morte, que se associa espontaneamente à idéia de uma classicidade profundamente amada, mas irrecuperável. Op. cit., p. 47.* A morte era um tema querido na poética neoclássica que envolvia também uma ética, basta lembrar Brutus sacrificando seus filhos amados à questão pública e honra do estado. Daí, também porque despertava e/ou inculcava um sentimento cívico.

³⁷ Monumento a ser levantado em memória de D. Leopoldina, 1826, BNRJ-Iconografia, Arq. Vert. 2.

CONJUNTO ESCULTÓRICO DEDICADO À D. LEOPOLDINA, COROADA E
MONUMENTALIZADA EM PRAÇA PÚBLICA.

R. 31



pela arte estudada do gênio do artista, Leopoldina vence o plano terreno e falível dos homens. O monumento tematiza ainda o fato dela gerar uma vida que perpetua a dinastia, um(a) filho(a) que importa à toda sociedade, daí o caráter cívico, virtuoso e exemplar da imperatriz que renuncia a seu amor maternal, de querer ter e manter sua criança consigo. Em favor de um bem maior e capital para o país, ela de joelhos oferece o filho, num altar, à pátria. Elevando a criança como em uma oferenda, ela cumpria assim seu papel de mãe da realeza. Por sua vez, esta criança não pertence exclusivamente à sua família, passando a pertencer ao país e às suas necessidades, porque continua a dinastia. A escultura fala da vida da boa imperatriz ao evocar a sua grande tarefa: garantir a continuidade da dinastia e, por decorrência, a perpetuidade do país, embora se refira à sua morte. O mármore liso e a pureza das formas deste monumento, sem qualquer adorno ou exagero, constroem uma estátua que celebra, ambigüamente, a morte e a vida. Nesta medida, orna com a homenagem *pós-morte* a D. Leopoldina, transformada numa figura idealizada ³⁸.

O maior projeto de Grandjean de Montigny disposto a comemorar e enaltecer D. Pedro ficou no papel, nunca decolou. Embora fosse o mais grandioso e quisesse deliberadamente ocupar, talvez numa fina sintonia com o governante e num forte traço de seu aprendizado artístico, a praça pública. Era um projeto monumental que abarcaria todo o Campo da Aclamação, circunscrevendo-o, constituindo-se numa forma de delinear, na cidade, uma área urbana através de uma série de monumentos interligados. Seu projeto se compunha de um elenco de edifícios, colunas, estátuas, arco do triunfo. Entre este complexo monumental e a cidade se estabelecia uma coerência, ele se inseria no seu corpo, sem deixar de lado a vivência urbana e seus

³⁸ Aqui pode-se considerar este monumento como *aquela que fala*, pois procura despertar um sentimento virtuoso no espectador, trabalha pelo bem comum, tornando-se num monumento querido pela Revolução Francesa. Esta arquitetura explorava ao máximo os recursos de sua linguagem para fazer-se Falante. Sendo bastante norteadas nos projetos dos setecentos de Boullée e Ledoux, onde as formas geométricas possuíam uma carga simbólica e um valorizado sentido moral. Como analisa Starobinski: *Essa arquitetura não quer ser simples apenas em virtude de seu retorno às figuras primeiras, quer ainda ser "falante" pela maneira que ordena essas figuras a fim de tornar sua função exteriormente evidente*. Starobinski, J., 1789..., Op. cit, p. 64, especialmente o capítulo *Arquitetura falante*, palavras eternizadas. Uma definição de 1794, num concurso de edifícios públicos, dizia: ... *les murs doivent parler; des sentiments multiples doivent rendre nos édifices des lieux de morale*, ou seja os edifícios públicos _ os monumentos _ deveriam casar-se com as tribunas, evocando o

aspectos práticos. O projeto deste amplo monumento racionalizava o próprio espaço da cidade, ordenando-a a partir da reforma deste Campo e demarcando um lugar dedicado às comemorações cívicas. Toda esta praça formaria uma unidade que conjugaria um caráter funcional e uma vontade de embelezar ³⁹ a cidade, servindo como o espaço privilegiado das festas cívicas e públicas. Assim, os pórticos, da rua de trás do Hospício, serviriam tanto ao passeio público, quanto, embaixo deles, existiriam casas de comércio. Ou então, sua preocupação em construir fontes de água que servirão ... a entreter o asseio e frescura. Conforme disse Robert Coustet ao analisá-lo:

En effet si aucun indice ne permet de supposer qu'il ait imaginé un plan d'ensemble pour le réaménagement de la capitale, il a toujours conçu ses grands édifices avec leur entourage monumental, en se préoccupant de les intégrer dans le tissu urbains et en prévoyant des accès capables de ménager des perspectives intéressantes. A ses yeux, l'architecture est par nature indissociable de l'urbanisme ⁴⁰.

Neste plano monumental e citadino, D. Pedro vislumbra, do alto de seu cavalo, a cidade, estando no meio da praça que escolheu e designou para a construção deste monumento. O arquiteto propõe restringir o tamanho da praça, ou seja do antigo Campo de Santana, a fim de evitar a dispersão das atenções do público. Sem descuidar, porém, da sua extensão, porque, em seu espaço interno _ no seu coração _ ocorreriam os desfiles, evoluções militares e as festas públicas. Estabelecia-se um lugar fixo, uma zona privilegiada, para estas festas, circunscrevendo-as com um corpo arquitetônico e escultórico que celebrava o soberano e o Brasil.

No centro, seria levantado um Monumento da Gratidão Nacional, procurando exprimir o *sentimento geral da Nação pela reunião, e a representação das dezenove províncias*

sentimento do cidadão. Jacques, A. /Mouilleseaux, Op. cit., p. 76, especialmente o item L'architecture parlante: "le langage éurgique des monuments".

³⁹ Argan comenta: *A razão não é uma entidade abstrata; deve dar ordem à vida prática e, portanto, à cidade local e instrumento da vida social... A arquitetura neoclássica tem um caráter fortemente tipológico, em que as formas atendem a uma função e uma espacialidade racionalmente calculadas.* Op. cit., p. 22.

⁴⁰ L'Urbanisme Neoclassique a Rio de Janeiro d'après le portefeuille de Grandjean de Montigny, *Bulletin de la Société de l'Histoire de l'Art Français*, 1976, p. 343-344.

do Império oferecendo a S. M. I. suas homenagens, e seus votos ⁴¹. Os edifícios seriam divididos em quatro alas de acordo com as quatro entradas que dariam acesso à praça, cercando-a. Entre o monumento central e os edifícios haveria uma via triunfal, que em face da principal entrada da praça surgiria um arco do triunfo, explicitando o percurso, batizando o homenageado quando por ali passasse, narrando os feitos do imperador em seu próprio corpo arquitetônico. Do outro lado, entre esta via e os quartéis seriam erguidas nove fontes decoradas com emblemas ou representações dos principais rios do Brasil. O elenco completo das edificações incluía: Fórum Imperial da Aclamação, desaparecendo a tradicional a designação “varanda”, tão portuguesa em prol de um fórum cuja recorrência à antiguidade clássica é nítida; Entradas do Fórum Imperial; Estátua Equestre de S. M. I., que só veio a ser inaugurada na década de 1860, no entanto aí Grandjean de Montigny, pela primeira vez, a sugeria; Fonte com repucho da água; Palacete ou tribuna de S. M. I.; Pórtico debaixo do qual se firma a carruagem de S. M. I., Átrio ou Vestíbulo; Escada grande ornada de colunas; Sala de Espera antecedente ao Salão de S. M. I.; Salão de S. M. I.; Quartos de Serviço; Tribuna de S. M.; Pórticos Públicos; Direção das Casas Privadas; Casas dos Ministros de estado; Casas da Câmara; Arco Triunfal; Castelo de Água; Igreja de São Pedro de Alcantara _ transformado em padroeiro do Rio de Janeiro _; Bancos e Fontes, definindo o assento da população. O projeto assinala ainda a passagem da frente da rua e a linha dos declives do Fórum para saída das águas pluviais debaixo da qual as encanaria em direção ao mar.

Grandjean de Montigny zelava tanto pela armação técnica e interna que garantiriam o bom funcionamento da obra quanto pela necessidade de bem agrupar toda a obra, formando um volume arquitetônico e conjunto monumental que impactaria o espectador, pois se referia à aclamação, enquanto festa de teor mais popular do que a coroação, na qual o súdito se manifestava e celebrava a ligação com o governante, sendo mais pública do que a coroação que ocorria no interior de uma

⁴¹ Morales de Los Rios Filho, A., **Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira**, Rio de Janeiro: Empresa A Noite, 1941, p. 287, no qual consta a Exposição de Grandjean de Montigny relativa ao Monumento a ser erigido no Campo de Honra, pelo Sanado da Câmara a D. Pedro I _ Nota Explicativa do Projeto da Praça Proposta no campo de Santa ana pela Comissão do ano de 1827.

igreja. Evocava-se, assim, um sentimento cívico seja no espectador que vislumbraria o, se instalaria no e gozaria do próprio monumento, seja por recuperar um momento chave da constituição do rei: a aclamação. Se desaparece a nomenclatura “varanda” comum nas lusas festas; em contrapartida, erige-se um palacete centrado no imperador, com salão, tribuna, vestíbulo, enfim espaços que lhe asseguram mobilidade, intimidade e atendimento ao público, até mesmo um lugar para falar e ser ovacionado e/ou desdenhado, repudiado pelo povo: a tribuna ⁴². Dito de outra maneira: não se abole, de vez, a importância e a função que a varanda possuía, antes ela funciona na economia pública do imperador nas festividades e se subordina à noção de tribuna. Aqui, como em Debret, só que de outra forma, retorna a importância de um ato que celebra a união entre o governante e o governado, isto é, sua aceção de política não dispensa ou anula a presença e/ou o consentimento do povo.

Ainda neste bloco dedicado ao rei conjugam-se: o arco do triunfo, a estátua, as fontes, a igreja com o novo padroeiro da cidade ⁴³: o próprio D. Pedro. Pela primeira vez, um arco do triunfo seria erguido para sempre, não mais à imitação do mármore, granito, bronze, não mais para enfeitar uma festa ou marcar um percurso do cortejo, não mais se contentando com uma situação efêmera. Desta feita, os monumentos inscritos no corpo do Rio de Janeiro, elevados numa imensa praça cívica celebrariam a figura de D. Pedro, evitando que fosse esquecido, confundido ou perdido entre outros feitos e fatos, ao colocá-lo no mesmo patamar que os grandes do passado, que Napoleão na atualidade. Esta recorrência ao passado para configurar um objeto, emprestava dele suas virtudes e, simultaneamente e de novo, investia o objeto _ D. Pedro, no caso _ de uma sacralidade pelo seu caráter monumental e por atravessar os

⁴² Taunay e Debret ilustraram a aclamação de D. João na varanda, já a clamação de D. Pedro de Debret se assemelha a um pronunciamento de uma tribuna, sendo bastante ovacionado e com um lugar central à nova bandeira brasileira.

⁴³ A Lista de trabalhos apresentados na Exposição de 1829, na Academia de Belas Artes, incluía a Fachada da Catedral de São Pedro de Alcântara ou _ como ele mesmo afirma _ *Panteon Brasileiro*. A catedral seria o panteão, acervo das virtudes cívicas e referentes ao bem de um país, um depositário dos fatos e personagens mais sublimes da sociedade política, Taunay, A. E., *Op. cit.*, p. 302-303. Repare-se que não se tratava de vestir D. Pedro com uma roupa tal qual a existente na Antiguidade, a questão residia em investir e dotar D. Pedro de formas, atributos e sentidos reinterpretados e recuperados, inclusive arqueologicamente, deste passado tão querido e idealizado.

tempos. Este projeto de Grandjean de Montigny se aproxima de uma utopia ⁴⁴, literalmente preso a seus sentidos: um não lugar, porque nunca conseguiu se efetivar e ocupar a praça pública e, simultaneamente, por querer comemorar uma felicidade política geral. Porém, quando finalmente, uma estátua equestre de D. Pedro, em 1862, foi inaugurada na Praça da Constituição, alguns já duvidavam dessa homenagem.

⁴⁴ Esta relação entre este projeto de Grandjean de Montigny e a utopia norteia-se em Baczko, B., *Lumières de l'Utopie*, Paris: Payot, 1978, em particular o capítulo Une Ville Nommée Liberté _ L'Utopie et la ville; Les rêves de l'utopie enfantent des modèles, *Les Architectes...*, *op. cit.*

O Imperador sem finalidade: 1831

A *persona* de D. Pedro congregou em si através de um sistema de adesões, um acirrado debate político a respeito da origem da autoridade pública e política, nas diversas festas e em modos de representação coletivas, nas candentes tensões sociais que opunham grupos da elite, homens livres pobres que se viam coagidos pela nova legislação que redefinia vínculos de trabalho, organização da produção, circulação de bens, os anseios de libertos e escravos no intuito de dilatarem a sua liberdade, as tropas que desenhavam um povo em armas bradando pelo seu monarca. De vários modos, celebrou-se um contrato social que instaurava uma sociedade civil e, ao mesmo tempo, conferia ao Brasil o estatuto de corpo político autônomo. Entretanto, quais as forças que ruíram esta arquitetura política e social e como se operou esta desmontagem de uma autoridade pública e política, sem que se perdessem os fundamentos de uma monarquia constitucional?

As ruas suscitaram preocupações contínuas à coroa. Desde a implantação da Intendência de Polícia é possível, indicar sua maior vigilância quanto à circulação de portugueses que passavam a residir no Brasil ou partiam para Portugal, a maioria empregada no comércio, onde atuavam como caixeiros _ uma chancela que abarcava um leque variados de funções: de um simples vendedor de balcão ao guarda-livros, responsável pela contabilidade e gerência do negócio, fazendo com que houvesse uma hierarquia entre eles e certa disputa à medida em que esta profissão permitia a médio prazo uma certa ascensão social. O guarda-livros e o primeiro caixeiro gozavam ainda da sorte de serem eleitores, estreitando os elos com os patrões ¹. Este trânsito contínuo de portugueses que passavam do Brasil para Portugal e vice-versa era anotado e controlado pela Intendência que autorizava tais entradas e saídas ao

¹ Martinho, L. M., Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento, in Martinho, L. M./Gorenstein, R., *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1993.

longo da década de 1820, aprovando-as de acordo com a simpatia pela ou manifesta recusa à causa do Brasil ².

A Intendência zelava pelas ruas, atentando à movimentação de escravos, dos libertos, dos homens livres pobres, dos portugueses recém-imigrados em busca de um trabalho, um pedaço de terra. Muitas vezes, os portugueses pobres, mulatos, escravos, libertos concorriam uns com os outros por um trabalho, que em geral, não era fixo, remunerado na forma de jornal, com patrões variados durante os anos ou simultaneamente. Ao longo de sua vida, um mesmo homem pobre livre, liberto ou um escravo poderiam desempenhar várias funções, aprender um ofício, alistar-se ou ser alistado nas tropas, disputando, por vezes, um mesmo espaço de trabalho, um cliente comum, o aprendizado de um ofício.

Nos arredores da cidade, perseguia-se os quilombos, os escravos fugidos, o comércio ilícito de escravos que não pagava os devidos impostos ou empreendido por ciganos, cuidando também da movimentação dos tropeiros. O próprio D. Pedro chegou a autorizar que não se convocassem para as ordenanças, auxiliares e milícias militares da cidade, os tropeiros envolvidos no comércio, na rede de abastecimento do sudeste, que o respaldara politicamente no começo da década ³.

Por outro lado, esta Intendência não dispensava o trabalho compulsório daqueles que encarava como *vadios*, nas obras públicas ou os enviando às tropas, milícias. Porém, esta camada pobre, liberta, etnicamente diversa, continuava entregue a um estado de penúria. Uma certa homogeneidade na visão das elites impedia-lhes de perceber a heterogeneidade no meio desta gente pobre, livre e liberta, ou de poucos recursos. Havendo senhores que se opunham declaradamente à convocação de seus escravos no serviço público, à medida em que o estado não os remunerava no valor de mercado, retirava-o de seu trabalho cotidiano ferindo a organização da sua produção e, por vezes, aquela obra teria uma imediata utilidade ao senhor.

² AN, Cód. 323 _ Registro da Correspondência da polícia, v. 7. Este transito de portugueses é bastante documentado e vigiado pela autoridade pública.

³ Sobre estas tarefas da Intendência e sua constante vigilância das ruas, ver AN, Cód. 323 _ Registro da Correspondência da Polícia, v. 7 e v. 8.

Atentando às ruas, estabeleceu-se uma legislação, sobretudo a partir de 1825 ⁴, que impunha: a iluminação noturna, as rondas nas freguesias, a proibição de porte de armas de fogo e facas, a interpelação de qualquer suspeito _ principalmente negros _ ao longo do dia e da noite, a determinação de que, a partir de dada hora da noite, qualquer pessoa estava sujeita a apalpadelas, um horário limite de funcionamento no período noturno das tavernas, botiquins, vendas populares, a intervenção sobre qualquer rodinha nas esquinas, nas travesas e ruas de pessoas durante a noite, um premio em réis para qualquer cidadão que prendesse um ladrão ou um salteador, uma pena em chibatadas ou encarceramento de algum escravo flagrado com armas e facas.

A Intendência de polícia reconhecia, por outro lado, as péssimas condições de vida dos praças na cidade, sua baixa e atrasada remuneração, o mau estado dos quartéis, as goteiras, a falta de espaço para descansar, a prática ilegal do pagamento de propinas para se livrarem dos alistamentos ou a fim de obterem a baixa mais cedo ⁵. Além da insistente atenção contra os quilombos que ficavam nas proximidades da cidade, sobre os quais o próprio D. Pedro pedia informações e determinava uma ação armada.

Neste momento, entre 1825-1830, a cidade assistiu a um processo de empobrecimento destas camadas mais pobres populares devido aos altos impostos sobre o abastecimento local, encarecendo os víveres, uma desvalorização da moeda no câmbio internacional para arcar com o ônus das guerras de independência, o novo custo militar e financeiro da Cisplatina, o pagamento de uma indenização Portugal, e uma circulação de dinheiro falso. Ao pagar um mantimento numa venda, um praça poderia repassar uma moeda falsa recebida no soldo _ via de regra, lhe impedindo de levar aquela mercadoria _ ou denotar o seu parco valor. Este problema econômico afetava as formas de sobrevivência cotidianas desta população escrava, liberta, livre, mulata, negra, branca pobre, acarretando numa interpretação generalizada que culpava os taverneiros, os açogueiros, os carnicheiros, _ em geral portugueses _ pela

⁴ Collecção das Decisões do Governo, Justiça, 3/janeiro/1825, 29/janeiro/1825, 2/abril/1825.

⁵ AN, Cód. 323, v. 8, fl. 40v-41, 42-42v.

falta de carne ou seu preço abusado. Esta compreensão concorria para que se acirrasse a aversão contra os portugueses ⁶.

Esta ruidosa diversidade de protagonistas sociais continuamente reunidos e em circulação nas praças, ruas, possuía um contraponto idealizado nas paradas militares, nas tropas enfileiradas, na obediência às hierarquias e ordens militares. Todavia, em fins da década de 1820 e começo de 1831, as praças e ruas da cidade do Rio de Janeiro se inflamaram, abrindo espaço às várias reivindicações, tornando-se palco de tumultos e relembrando a dissolução da assembléia de eleitores de abril de 1821, quando as tropas invadiram o recinto, causando mortes e ferimentos ⁷. Nestas drásticas ocasiões, a *persona* de D. Pedro não conseguiu assenhorar-se da situação, encaminhando a solução e a querida tranquilidade social. Longe disso, em 1831, uma revolta de civis e tropas no Campo de Santana deslegitimou, abertamente, a sua *persona*, desembocando na sua abdicação. Se o príncipe mostrara, pela primeira vez, sua eficácia política em 26 de fevereiro de 1821, quando domou os conflitos na praça do Rocio, ocupando o comando da tropa e costurando a negociação política entre o rei e seu povo, desta feita, do interior de um espaço público emergia de maneira visível e incontornável a sua frágil sustentação e a sua definitiva destituição.

Em 1828, as ruas e praças cariocas se incendiaram com as rivalidades entre os mercenários alemães contratados para atuar na guerra da Cisplatina, irlandeses empobrecidos e necessitados de terras, as tropas brasileiras e os negros – escravos, libertos, livres.

⁶ Kato, R. M., *Revoltas de rua: o Rio de Janeiro em três momentos (1821-1828-1831)*, Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de mestrado, 1988, p. 101-109; Soares de Souza, J. A., *O Brasil e o Prata, Holanda, S. B., História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo: Difel, 1985, t. II, v. I; Lobo, E. M. L., *História do Rio de Janeiro (Do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*, Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

⁷ Ruth Kato bem desenvolve o argumento de que estas movimentações de rua de 1828 e 1831 pareceram aos contemporâneos uma repetição da desastrosa e perigosa reunião de eleitores em 1821, quando a desordem se efetivou na ausência e na inépcia da presença real na praça pública e que recorreu às forças armadas para restaurar a ordem social. Tal estratégia contribuía para a ilegitimidade real. O jornal *Astréa* de 22 de abril de 1828, número 273, relembra o 22 de abril de 1821, qualificando-o de *triste aniversário*, considerado um dia de *horror e luto*, por ser um crime contra uma assembléia reunida e por pecar contra um domingo de Páscoa, dedicado à ressurreição de Cristo que evidenciava o sacrifício do filho de Deus em favor da salvação dos homens. O 22 de abril de 1821, era visto, como um atentado à paz social e uma demonstração de anarquia na sua pior forma: despotismo popular. No interior de um jornal liberal, que cada vez mais apoiava a assembléia e se colocava como um adversário do rei-tirano, encarnado por D. Pedro I, a fatídica dissolução da assembléia de

Os alemães vieram à custa de uma propaganda enganosa empreendida por Schaffer, agente diplomático brasileiro em Hamburgo, que lhes prometia um soldo regular, roupas, mantimentos ⁸. Os emigrantes, em sua maioria, destituídos de algum cabedal, homens sem oportunidade de trabalho na Alemanha, pauperizados, veteranos de guerras, vislumbravam no Brasil uma terra de liberdade e felicidade, onde *mel e leite corriam em abundância* ⁹. Entraram mais de 2000 alemães, nesta época, destinados ao serviço nas tropas e sobretudo a lutar no sul do país.

Schlichthorst contou que o alemão que vinha para o Brasil com a passagem paga pelo governo brasileiro, obrigatoriamente, via-se na contingência de alistar-se como soldado e, só posteriormente, era liberado para trabalhar numa colônia, cultivar a terra, obter uma pequena propriedade, como desejara, ao assinar o contrato de imigração, na Alemanha. Desta forma, relatava este orgulhoso oficial alemão, o trabalho imigrante alemão nas colônias ficava a cargo de velhos e crianças, acarretando num aumento de sua pobreza, levando-os à fome, pois não tinham forças suficientes para arar a terra, plantar e vender a colheita. Tampouco as estradas ligando a colônia às vilas facilitavam o comércio devido às suas péssimas condições, reclamava ainda Schlichthorst. Também para um oficial, como ele próprio, o custo dos uniformes, da instalação na corte, sua manutenção eram muito altos, impingindo-lhe a necessidade de pedir um adiantamento do soldo que, logo de início e sem sequer ter servido no exército, criava uma dívida considerável do imigrante com o governo brasileiro ¹⁰.

Por sua vez, em 1827, irlandeses chegaram à cidade. Seidler, francamente a favor dos alemães, disse que D. Pedro *esperava* (uma) *mentalidade católica mais escrava* ¹¹, daí a preferência por estes *trabalhadores*, que acabaram se revelando pertinazes

1821 vinha à tona para condenar seus abusos, seu desrespeito aos representantes instituídos, menosprezando os outros desejos sociais aí expressos.

⁸ Schlichthorst, C., *O Rio de Janeiro como é. 1824-1826. (Uma vez e nunca mais). Contribuição dun diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil*, Rio de Janeiro: Getúlio Costa, 1943, Introdução. Foi Maria Luíza Pinto de Moura quem, gentilmente, me arranhou esta publicação.

⁹ Bosche, E. T., *Quadros Alternados de viagens terrestres e marítimas, aventuras, acontecimentos políticos, descrição de usos e costumes de povos durante uma viagem ao Brasil*, *RIHGB*, 1919, t. 83, p.147.

¹⁰ *Op. cit.*, cap. *Tropas Alemãs no Brasil* _ Continuação da história do autor _ Colonização _ Fim.

¹¹ Seidler, C., *Dez anos no Brasil*, Livraria Martins, s/d, p. 164.

revoltosos. Tanto na Alemanha quanto na Irlanda, os agentes do governo brasileiro prometiam um mundo de fartura, com uma propaganda enganosa. Cotter, agente do governo na Irlanda, prometeu aos irlandeses: rações de comida, um salário diário, o acesso a um lote terra e chance do cultivo agrícola depois de 4 anos de serviço nas tropas. As condições dos irlandeses eram melhores do que aquelas concedidas aos alemães e brasileiros: um tempo de serviço militar menor, um contrato impresso, comida, roupa e soldo regulares, motivando um ressentimento dentro dos batalhões militares.

Dos 2000 a 3000 irlandeses desembarcados no Rio, num estado maltrapilho, desnutridos, sujos e direcionados para o serviço nas tropas, Armitage comentou:

Foram logo conduzidos para os quartéis da Rua dos Barbonos, entre os insultos da população, e escárnio da multidão dos negros, vozeando e batendo palmas, pela aparição dos escravos brancos, como se dignaram apelidar os desgraçados irlandeses ¹².

Rapidamente, desenvolveu-se uma compreensão de que os irlandeses eram *escravos brancos* em virtude das suas condições de sobrevivência, pois muitos se negaram a adentrar às tropas julgando-se ludibriados pela promessa de terras, pela chance de se tornar um colono. Muitos passavam a esmolar pelas ruas. Outros tantos irlandeses se viram na imperiosa situação de alistar-se para garantir alguma expediente à sua sobrevivência ¹³. Em meio as ruas e largos, foram acusados de escravidão e zombados, principalmente pelos negros _ escravos ou não. Acirravam-se os confrontos e diferenças étnicas dentro da cidade. Schlichthorst desdenhava dos negros, achando-os folgados e bem-tratados demais, além de criticar *a condição moral do povo* (brasileiro), *cujo aspecto é desagradável* ¹⁴.

Estes estrangeiros, em 1828, estavam alojados nos quartéis cariocas. Espalhavam-se entre o Mosteiro de São Bento, Praia Vermelha, Guarda Velha e Aclamação, São Cristovão. Os irlandeses, em parte, ficavam separados dos alemães, em parte num mesmo quartel. No 3o. batalhão de granadeiros, misturaram-se

¹² Armitage, J., *História do Brasil*, São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1981, p. 165.

¹³ Mesmo os defensores dos alemães concordavam com esta resitência dos irlandeses: *Recusaram-se, pois, a prestar serviço militar, declarando que não haviam engajado para soldados, mas para colonos, e que se quisessem obrigá-los reagiriam violentamente*, Seidler, C., *Op. cit.*, p. 165.

¹⁴ *Op. cit.*, p. 49. Ver também o capítulo *Negros e Habitantes Primitivos do Brasil*.

alemães e irlandeses sob as ordens do coronel Cotter, simpático aos seus compatriotas em detrimento dos alemães.

Dentro dos quartéis, os oficiais e a soldadesca viviam às turras, entre jogos, garrafadas, bebedeiras e castigos corporais. Cabendo aos soldados mais velhos uma série de privilégios perante os mais novos. Esta prática se justapunha e recombina com a intensa autoridade exercida por um oficial frente ao subordinado, podendo inclusive aplicar castigos corporais de acordo com uma legislação promulgada em 1825. De acordo com Schlichthorst ¹⁵, os comandantes também eram mal-vistos e até odiados por desviarem verbas dirigidas ao rancho das tropas, uniformes. Os comandantes, denunciava, negociavam com os comerciantes a compra do pior alimento, sem carne, somente arroz-feijão, um caldo ralo e sujo, também comprando os piores tecidos para as fardas e ficavam com a diferença da verba remetida pelo governo. Neste sentido, um comandante poderia aguilhoar algum dinheiro a frente de um batalhão.

Apesar de terem jurado a bandeira brasileira, a qual muito desejavam abjurar, os alemães entravam em constante atrito com os comandantes e tropas brasileiras, existindo situações extremas de assassinatos pelas quais soldados alemães foram punidos com pranchadas aplicadas por membros da tropa do Brasil, que, por seu lado, abarcava portugueses e brasileiros. Outro fator acirrava este antagonismo entre brasileiros e alemães: a religião, pois as constantes procissões e a adoração aos santos feriam a formação protestante dos batalhões. Ademais, uma lei de 1768 obrigava todo soldado a saudar um santo durante uma procissão: reverenciando-o com seu silêncio, ajoelhando-se, descobrindo-se, postando-se. Em vários momentos, os alemães recusaram-se a acatar e obedecer tal determinação, criando situações embaraçosas e de atrito com o comando brasileiro e as suas tropas ¹⁶.

¹⁵ Op. cit., p. 263-266. O autor acrescenta que a frequência dos castigos corporais levavam os soldados a desertarem.

¹⁶ Kato, R. M., Op. cit., p. 119-120. A autora recorre a um estudo desta revolta de rua no Rio de Janeiro, contendo num apêndice a transcrição de um documento manuscrito da BNRJ que faz um relato sobre os acontecimentos de 1828, intitulado Esboço fiel dos acontecimentos dos dias 9, 10, 11 e 12 de junho de 1828. Embora seja um texto anônimo, repere-se na vontade do autor de se tornar um relato mais verdadeiro possível, ao usar o termo *fiel*, sem declarar a sua própria preferência nestas lutas a favor dos brasileiros ordeiros, das

Acusados de bebedeira constante, os irlandeses andavam pela cidade, saindo do quartel para ir treinar no Campo de Santana. No caminho, nas bicas do largo da Carioca, na rua dos Barbonos e das Mangueiras, os escravos e negros libertos desferiam comentários jocosos a respeito daqueles *escravos brancos*. Os irlandeses revidavam prontamente, resultando, daí, ofensas, ferimentos, facadas, brigas, socos, murros e pancadarias no dia-a-dia entre estes grupos étnicos e sociais. O imperador entrevistou, pessoalmente, tentando controlar a situação, destituindo Cotter, castigando os negros provocadores, punindo os oficiais e soldados irlandeses. De modo geral, entre os imigrantes, os negros, as tropas brasileiras instaurava-se pela cidade um clima de disputas e rivalidades étnicas muito violento, com um descontentamento generalizado.

Tal recorte étnico desponta nos relatos das testemunhas que enfatizam a bravura e tolerância dos brasileiros e a obediência dos alemães em contraste com a fúria e violência dos irlandeses bebados, arruaceiros, e a barbárie dos negros. Sendo que na leitura dos relatos dos viajantes que participaram destas lutas, dos relatos, dos artigos de jornal ¹⁷, denota-se que de toda parte nasceu a violência e cada identidade social, étnica, desprezava a outra, que não fosse a sua. Deste modo, as ruas tornavam-se um barril de pólvora, pois entremeavam-se aí as tensões do cotidiano, os roubos dos escravos, as fugas, as brigas entre os brancos e mulatos livres pobres, as bebedeiras, a circulação dos escravos de ganho e toda uma soldadesca descontente com a roupa, o preço e a escassez de víveres, os uniformes rotos e velhos.

Em 9 junho de 1828, um soldado alemão seria castigado com 100 pancadas pelo mero motivo de não ter cumprimentado um oficial brasileiro que estava à paisana pelas ruas da cidade depois da Ave Maria. Este soldado alemão se recusou a ser castigado, alegando a injustiça da pena porque, depois do por do sol, nenhum soldado era obrigado a fazer continência. Em resposta e reafirmando sua autoridade, o major português aumentou bastante o número de chibatadas a serem aplicadas,

tropas bem-comportadas. Schlichthorst, *Op. cit.*, atentava muito para esta disparidade religiosa, descrevendo várias festas religiosas, p. 104, 115 e segs.

mandando despir o praça e dar cumprimento a sentença. Estavam presentes, estrangeiros de outros batalhões e o 2o. batalhão ao qual o ordenança pertencia, aumentando, assim, a animosidade contra o comandante.

Esta situação cotidiana e violenta suscitou uma revolta por parte dos alemães contra os brasileiros e contra os irlandeses, sendo que ambos reagiram à altura. Segundo os relatos ¹⁸ de época, tratou-se de uma explosão violenta devida à desigualdade cotidiana, ao maltrato dos imigrantes, às palavras ardilosas dos agentes diplomáticos e péssimas condições de vida, insistindo na ausência de um plano orquestrado ou de um líder a comandar a rebeldia.

Ainda neste dia, os alemães se dirigiram, aos trancos e barrancos, à Quinta Imperial, pedindo a soltura de um capitão alemão que interferira a favor do seu soldado e fôra preso por isso. Reivindicavam ainda três anos de serviço militar e condições de trabalho equiparadas aos irlandeses. No caminho, irlandeses e alemães se encontraram, vociferando uns contra os outros, enfrentando-se. No dia 10, o motim espalhou-se pela cidade, atingindo o 28o. batalhão de caçadores, estacionados na Praia Vermelha, que se livraram do comandante italiano Tiola que, na sua versão, os infernizava com seus castigos e desmandos. O governo temia muito a entrada e o saque dos irlandeses e de batalhões alemães na cidade.

Entre os dias 9 e 13, houve saques, casas invadidas, ataque ao arsenal, roubo de armas, munições, nas vendas, nas tavernas, muita bebedeira. Seidler assim narra a entrada do 3o. batalhão de granadeiros _ composto de alemães e irlandeses _:

Provido de pólvora e chumbo pelo saque dos depósitos, e em estado meio inconsciente por efeito duma porção de bebidas alcóolicas, essa massa enlouquecida não conhecia limites em seus desatinos, e assim tornou-se extremamente perigosa para a cidade. Irrrompendo pelos

¹⁷ **Aurora Fluminense** declarou os irlandeses *provas de insolência e indisciplina*, condenando a iniciativa do governo de formar uma tropa de *heterogêneos*, reclamando bastante da desordem que reinava na cidade em virtude destas diferenças dentro das tropas e dos imigrantes. **Aurora Fluminense**, 5/abril/1828, n. 31.

¹⁸ Os escritos dos envolvidos Seidler, Schlichthorst, Bosche, *Astréa* de 14/junho/1828, n. 293, 17/junho/1828, n. 294; 19/junho/1828, n. 295 quando O Desesperado que narrava os acontecimentos afirmava: *Nunca esta Cidade se viu tão inundada de furtos e assassinos como depois que recebo taes hospedes!!* Aqui, os imigrantes se tornavam sinônimo de desordem e crime na cidade. **Aurora Fluminense**, 14/junho/1828, n. 54; 16/junho/1828, n. 55, 20/junho/1828, n. 58. E o manuscrito transcrito integralmente por Ruth Kato, *Op. cit.*

portões do quartel (do Campo de Santana), começaram a sua obra despejando uma chuva de pedras sobre os espectadores, e os negros responderam no mesmo tom ¹⁹.

Os alemães rasgaram, no quartel, os uniformes, a roupa, atacaram os relógios. Reivindicaram as seguintes condições de permanência no Brasil, consideradas mais justas: contrato, comida, uniforme, supressão dos castigos, troca de comandantes. A tensão crescia e a apreensão espalhava-se pela cidade a tal ponto que as câmaras suspenderam suas sessões. Os senhores armaram seus escravos. Muitos negros, por conta própria, se bateram com os irlandeses no Campo de Santana e arredores. Contaram-se as mortes em mais de uma centena e de todo lado, havendo cenas de crueldade onde os mortos eram chutados pelos adversários, assassinatos de indefesos, mutilação de corpos. Além das crianças e velhos que padeceram. O comércio e as casas fecharam suas portas, cerraram suas janelas frente ao perigo da violência popular.

As tropas brasileiras postadas no Campo de Santana, auxiliadas por negros, libertos, escravos com seus senhores, que pegaram em armas, domaram, pelas armas e força, este motim militar. Por outro lado, o governo brasileiro também recorreu às esquadras inglesas e francesas que desembarcaram na cidade e respaldaram a vitória da ordem. Os derrotados foram enviados às fortalezas e embarcações. Depois os irlandeses e alemães seguiram para outros países ou para outras regiões do Brasil como colonos. Soldados e oficiais alemães foram condenados e sentenciados. Os soldados que ficaram, conseguiram um contrato firmado, uma diminuição dos castigos físicos, um melhor repasto.

A revolta foi debatida nos jornais, como no *Astréa* e na *Aurora Fluminense* que, em vários momentos, comentavam e criticavam a presença daqueles estrangeiros no país; também a assembléia legislativa, reinstalada desde 1826, ocupou-se do assunto.

Estes periódicos e a câmara receavam que tais imigrantes funcionassem como instrumentos do exarcebamento da autoridade imperial, apoiando D. Pedro I

¹⁹ Scidler, *Op. cit.*, p. 169. A *Aurora Fluminense* de 16/junho/1828 avisava que o Campo de Santana se transformara num campo de batalha entre os dias 11 e 12, com várias morte.

militarmente, porque os alemães mercenários tinham lutado na Guerra da Cisplatina, tão dispendiosa e impopular e, no Rio de Janeiro, serviam na Guarda Pessoal do imperador, atrelados à sua autoridade.

Em meio a estes motins, D. Pedro não saiu às ruas, não foi a praça pública e mobilizou seus ensejos a seu favor, controlando-os e delimitando-os como fizera durante 1821-1822, com as tropas rebeladas e mostrara a sua capacidade de *pacificar* a praça pública. Desta feita, os motins de uma gente tão heterogênea, como criticavam os jornais, tomaram a cidade, suspendendo o ritmo do trabalho, pondo em risco a propriedade, atacando vendas, tavernas, casas, causando mortes, desafiando a segurança pública e explicitando a sua fragilidade.

Pela pouca agilidade e fraqueza de seu ministério em organizar uma reação ²⁰, empurrado pela opinião pública dos proprietários que se sentiram francamente ameaçados, compelido pelos outros estrangeiros _ ingleses e franceses _ que eram acusados de participação ou tratados com xenofobia, pelo fracasso em tentar pela primeira vez uma política de colonato ²¹, pela presença *perigosa e desafortada* dos negros, D. Pedro I substituiu seu ministério por uma série de políticos liberais, procedimento político completamente novo na sua atuação, o que evidencia uma certa fraqueza. A partir daquele ano, a *Aurora Fluminense* e a assembléia vão discutir detalhadamente a extensão do poder imperial, denotando uma oposição.

No âmbito dos jornais, sobretudo com a posição política liberal propagandeada pela *Aurora Fluminense*, e da assembléia entre 1828-1831, a *persona* de D. Pedro foi sendo, mais e mais, detratada e iniciou-se um processo de desmontagem dos andaimes que constituíam sua autoridade. Novamente, um corrente política que se reconhecia sob a chancela *liberal* se colocava na cena política, em aberta oposição ao imperador, e defendia abertamente a constituição ²². No jornal

²⁰ Os relatos concordam quanto às tardias providências tomadas pelo ministério e pelo comandante de armas da cidade. Além dos arrolados, acrescente-se: Walsh, R., *Notícias do Brasil*, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1985.

²¹ *Astréa*, 19/junho/1828, desaprova a entrada de imigrantes no país.

²² Este jornal começou a circular em fevereiro de 1827 e, em sua epígrafe, recitaria uma promessa de D. Pedro I, segundo a *Aurora Fluminense* publicada no *Diário Fluminense*, na qual enfatizava a importância da constituição:

Pelo Brasil dar a vida,

Astréa apareciam pequenos textos na sessão *Variedades* a respeito da figura do bom príncipe, contrapondo-o ao tirano. Numa espécie de máxima o bom príncipe seria aquele:

... que tem princípios de justiça e de razão, deve favorecer a liberdade de fallar sobre os negócios do Esatdo como o melhor e único meio de descobrir os abuzos e so meios de reformar os erros, e faltas de seos ministros ²³.

Na campanha empreendida por estes liberais contra o imperador, o jornal definia o tirano, que ia se colando à figura de D. Pedro I:

Vulgarmente se chama tyrano um rei, que governa com violencia, e sem attenção á justiça e ás leis. Em sentido rigoroso o tyrano é um particular, que arroga a authoridade real sem ter direito ²⁴.

Esta frente liberal procurava reforçar e aumentar a autoridade da assembléia diante da atuação do poder monárquico que podia, desde a constituição de 1824: distribuir honrarias e privilégios, sancionar leis à revelia do legislativo, nomear ministros e controlá-los ao contrário do que previa o poder moderador, concebido por Benjamin Constant, no qual o ministério se subordina ao imperador, responde pelos seus crimes à justiça e negocia com a assembléia, relativizando o tamanho do poder do soberano, delimitando-o e, paralelamente, conservando seu caráter único na estrutura de poder, à medida em que *tempera* as relações entre os outros poderes públicos.

Neste sentido, esta corrente liberal que abarcava os jornais **O Repúblico**, **Astréa**, **Aurora Fluminense** e a sua crescente presença liberais na assembléia, retomava repetidamente o embate entre a assembléia e o monarca em 1823 ²⁵,

*Manter a Constituição,
Sustentar a Independência
He a nossa obrigação.*

Ou seja, o periódico de Evaristo da Veiga reapropriava-se da fala de D. Pedro I e a transformava numa bandeira liberal, sua, e ao mesmo tempo repunha um compromisso público do imperador.

²³ **Astréa**, 12/fevereiro/1831, n. 670.

²⁴ **Astréa**, 24/fevereiro/1831, n. 674. Dissociava-se, aqui, o imperador da justiça, da lei, além de acusar o rei de governar a favor de um interesse particular, desprezando a necessidade pública.

²⁵ A respeito do fechamento da assembléia em 1823, ver: Sousa, O. T. de, A mentalidade da Constituinte, Anais do II Congresso de História Nacional, **RIHGB**, 1934, n. especial _ agradeço a indicação a Milton Carlos da Costa; Sousa, O. T., A Constituição de 1823 e a sua dissolução violenta, **História dos Fundadores do Império do Brasil**, R.io de Janeiro: José Olympio, 1954, v. 8; Rodrigues, J. H., **A Independência: revolução e contra**

descobrimos aí uma atitude despótica de D. Pedro I ao fechar a assembléia, marchando com mais de 500 soldados pelas ruas, cercando o prédio, prendendo os deputados.

Esta recuperação da dissensão entre o legislativo e o imperador, por parte destas facções liberais, servia como uma demonstração da desmedida autoridade do monarca e, desta maneira, fazia a balança do poder pender para o lado liberal, funcionando a favor na sua estratégia política para se legitimar ²⁶. As próprias personagens históricas retomavam a disputa de 1823 a fim de se (re)verem na mesma situação, buscando, no entanto, um outro desfecho que garantisse o seu ganho político ²⁷. Tentavam presentificar uma disputa política de um passado recente, do qual vários deputados participaram e se ressentiam, porém reutilizavam este passado para se favorecer no jogo político que, gradativamente, minava a *persona* real ao reafirmá-lo numa condição autoritária, *absolutista, tirana*, como se propalava. Prudente, a *Aurora Fluminense*, cujo editor ocupava um assento na assembléia, advertia o leitor quanto às tensões que opunham D. Pedro I e a assembléia, buscando evitar uma atitude extremada, postulando a *moderação*:

Nada de jacobinismo de qualquer que seja a cor. Nada de excessos. A linha está traçada, é a da Constituição que se jurou no dia 25 de março. Nada de alterações que a desfigurem e lhe

revolução, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, v. IV. Também realizei um instrutivo estudo comparativo do projeto constitucional de 1823 e a Constituição outorgada em 1824, denotando as alterações e as permanências, *Constituições do Brasil*, Rio de Janeiro: Ed. Aurora, s/d, v. I.

²⁶ Cuidadosamente não reiteravam a ação violenta e militarizada do imperador contra a Confederação do Equador de 1824, evitando se deparar com a quebra da unidade territorial do Brasil ou a aprovação de frei Caneca, por exemplo, da miscegenação racial do povo no Brasil ou seu ataque feroz ao poder moderador de D. Pedro.

²⁷ Vasconcellos de Drummond, amigo e aliado de José Bonifácio, atava 1831 a 1823, como se a abdicação fosse uma resposta premeditada ao fechamento da assembléia e como se boa parte da elite não tivesse concordado com tal fechamento. Ele escreveu: *O dia 7 de Abril de 1831, que foi a reacção do 12 de novembro de 1823, viu á testa dos acontecimentos a tropa e os mesmos homens da acção contra a qual reagiu. Tive em minhas Mãos provas inconcussas de que ainda se não tinha passado um anno, jé em meio de 1824, a tropa tencionava fazer o que pôz em pratica em 1831, e que só a respeitosa veneração que todos tributavão á Imperatriz Leopoldina é que poudé demover do seu intento. Nem as promoções e nem as considerações honorificas com que o Imperador procurou aliciar a maior parte dos officiaes poderão desviar um acontecimento que estava na natureza das couzas e previsto de antemão*. Anotações de A. M. V. de Drummond à sua biographia, ABN, 1885-1886, v. XIII, p. 85.

façam perder o prestígio da virgindade. Tonar prática a Constituição que existe no papel deve ser o esforço dos liberais, como o dos servos neutralizá-la e destruí-la se for possível ²⁸.

Ele queria evitar qualquer excesso, alvejando a estabilidade. No entanto, para destituir o monarca teve que se juntar ou não conseguiu esquivar-se da movimentação nas ruas. Temia, porém, que o 7 de abril se transformasse numa revolução social; aliás, a regência terá muitas dificuldades em refrear e controlar estes motins urbanos.

Alcir Lenharo ²⁹ apontou, com perspicácia, que boa parte dos comerciantes, tropeiros e produtores de Minas, São Paulo, interior do Rio, responsáveis pelas redes de abastecimento, transferiam a sede de suas empresas e suas moradias para a corte. Além disso, desenvolveram igualmente uma prática de ter, na assembléia, representantes políticos de seus interesses, como no caso de Bernardo Pereira de Vasconcelos, vindo de Ouro Preto, cujo irmão era um importante membro desta elite econômica. Na corte, estes homens *de bens* viram nos liberais, um modo mais coerente de ordenarem seus interesses, à medida em que se preocupavam com definir as regras de mercado. Os homens de *grosso trato*, as grandes e antigas famílias cuja a fortuna vinha da agricultura, neste momento, investiam nas terras obtidas por mercês e *serviços prestados* no Vale do Paraíba, conformando a produção de café com um grande plantel de escravos ³⁰. Este processo se estendeu até meados do século XIX, sendo que a monarquia continuava sendo o “seu” melhor governo.

Surgiram, contudo e nestes últimos anos, antagonismos com a nobreza portuguesa emigrada, os altos funcionários do estado, que cada vez mais cercavam o imperador, ligando-se intimamente a ele e, ato contínuo, o monarca se afastava deste grupo de grandes negociantes, proprietários abastados, comerciantes responsáveis pela rede de abastecimento.

Daí, a percepção de que D. Pedro I se alinhava aos portugueses que lucravam com seus postos na burocracia, com o comércio internacional e o mercado miúdo

²⁸ *Aurora Fluminense*, 9/dezembro/1829.

²⁹ *As tropas da moderação (O abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1824)*, São Paulo: Símbolo, 1979, último capítulo em especial.

³⁰ Mattos, I. R. *O Tempo Saquarema. A formação do estado imperial*, São Paulo: HUCITEC, 1990, cap. O Império do Brasil.

composto de taverneiros, lojas, botiquins, que vendiam alimentos, tecidos, bebidas, serviços. Ademais, a partir das circunstâncias políticas difíceis em Portugal sob o governo de D. Miguel, muitos portugueses – músicos, professores, médicos, advogados, funcionários públicos, professores e outros pobres mais – migraram para o Rio de Janeiro, recebendo proteção de D. Pedro I interessado em arranjar apoio para o reinado de sua filha D. Maria da Glória em Portugal. Muitos destes imigrantes portugueses pobres vinham rivalizar com os libertos, pobres, mulatos, escravos, ciganos, desertores, fugidos, no mercado de trabalho, acirrando a animosidade entre eles, como um problema social e étnico.

Por seu lado, os traficantes, figuras ainda benquistas na sociedade carioca e que desfrutavam de prestígio social, se viram ameaçados com os acordos com a Inglaterra que estabeleciam legalmente uma data derradeira para o tráfico de almas, proveniente da África, corriam, então, um risco maior de criminalização de seus negócios e de suas próprias pessoas ³¹. Diante desta política internacional, não nutriam mais tantas simpatias pelo imperador que, pessoalmente, concordava com a abolição gradual da escravidão. D. Pedro publicara um artigo, num jornal, a favor da gradual abolição da escravidão, na esteira da proposta de José Bonifácio, e autorizara que esta política fosse levada a cabo, implementada, decidida no âmbito da província, esvaziando o poder de decisão e de barganha da assembléia no Rio de Janeiro sobre um tema tão candente e onde vários negociantes ricos estavam envolvidos ³².

³¹ Rodrigues, J., Os traficantes de africanos e seu “infame comércio” (1827-1860), *RBH*, São Paulo: ANPUH/Contexto, 1995, v. 15, n. 29, p. 139-155; Conrad, R. E., *Tumbeiros – O Tráfico de Escravos para o Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1985.

³² Viana, H., *D. Pedro I, jornalista*, São Paulo: Melhoramentos, s/d.; Carvalho, M. J. M. de, *Hegemony and Rebellion in Pernambuco (Brazil), 1821-1835*, Urbana-Champaign: University of Illinois, 1989, p. 117. A decisão, segundo este autor, foi publicada em 1828. Em seu artigo de jornal, D. Pedro condenava a escravidão, pois nenhum homem tinha o direito de submeter o outro a seu bel-prazer, desconhecendo a liberdade de cada homem. Por outro lado, era contrário à escravidão, pois como um *cancro*, se instalava na sociedade e corroía o bom cidadão, com maus exemplos dados pelo próprio escravo, um ser menor. Ele afirmara: *Os escravos nos inoculam todos os seus vícios, e nos fazem os corações cruéis e institucionais, e amigos do despotismo*. Viana, H., *Op. cit.*, 80. A fim de suspender o tráfico, sugeria o uso das mesmas embarcações – procurando atender, em certa medida, os traficantes – para trazer imigrantes que viriam resolver o problema da mão-de-obra. Este artigo foi publicado no jornal *O Espelho* em 1823, mas, ao que parece, o texto teria sua primeira versão em 1819. D. Pedro assinou sob o significativo codinome de *O Filântropo*.

Ao mesmo tempo, se efetivava uma drástica e paulatina transformação no mundo do trabalho. Lentamente, até a década de 1850, foi se suprimindo a presença de escravos como propriedade de pequenos lavradores, homens de ofícios, pescadores, uma gente de poucos recursos, e se moldando apenas a propriedade de escravos em grande escala, na compleição da fazenda de café que ficou celebrizada na literatura e na historiografia. A esfera da relação senhor-escravo foi sendo assegurada muito mais sob a alçada dos senhores do que do estado, como propunha José Bonifácio na sua representação sobre a escravatura. Este deputado, na constituinte de 1823, demandava uma intervenção do estado no contrato celebrado entre senhor e escravo. Daí também certo repúdio à sua figura a partir de 1823, a ponto de partir para um exílio voluntário. Ao contrário da sua proposta, foi se estabelecendo uma posição política que postulava um peso menor do estado nesta relação cotidiana e violenta, geralmente circunscrita à esfera privada. Ao estado, cabiam, principalmente, duas estratégias – que constituíam também dois temas políticos e sociais importantes – a respeito da escravidão: a alforria e o tráfico ³³. Como bem notou Leila Algranti o estado passava a intervir na relação entre o senhor e o escravo de ganho, à medida em que o vigiava e policiava suas atitudes, circulação, relações ³⁴. Ou seja, entre a escolha social e política dos temas da alforria e do tráfico não se dissociava ou excluía uma preocupação do estado em vigiar e policiar, cada vez mais, as ruas da cidade. A preocupação vigilante e disciplinar da autoridade pública se estendia aos vadios, desertores, libertos, ciganos, pobres livres, portugueses que estivessem na penúria convivendo com esta camada pobre, disputando um trabalho e um ganha-pão.

No Rio, os escravos de ganho circulavam pela cidade a par de uma população livre e liberta que também se via impelida a vender o seu trabalho, num mundo onde

³³ Há toda uma recente corrente historiográfica que enfatiza a importância, o funcionamento e as vivências implicadas nestas dinâmicas de alforria e tráfico, destaco o artigo sistematizado e pioneiro de Cunha, M. C., *Libertos; sujeição política, Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*, São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 63-100.

³⁴ A autora afirma: *Dessa forma, ao ultrapassar os limites da propriedade de seu amo, o escravo escapava ao seu controle, mas caía em outro: o controle do poder público. entre o escravo e o senhor interpunha-se uma nova figura: o Estado e seus agentes. Op. cit., p. 51.*

os ofícios foram, legalmente, desmantelados pela Constituição de 1824 ³⁵, favorecendo, então, os portugueses, que prestavam serviços e possuíam um pequeno negócio ou um medíocre cabedal. Desta forma, um trabalho, a produção de uma mercadoria e a prestação de um serviço não se restringiam mais a determinados grupos de indivíduos da sociedade, sendo que todos eles passavam a concorrer no mercado de trabalho e de bens.

Ao mesmo tempo, as tropas e os que eram forçados compulsoriamente a se alistar viviam debaixo dos castigos, dos pequenos e atrasados soldos, de oficiais execrados pelos seus desmandos. Houve, em 1825, uma reforma militar que aumentava os castigos físicos contra os soldados indisciplinados e também alterava o estatuto da milícia, que passava a ser uma força regular, e a desempenhar um papel policial, dentro da sociedade, liberando os outros corpos militares para participarem da Guerra da Cisplatina. Assim, a milícia e outros aparatos institucionais vão assumindo funções coercitivas no universo social.

Crescia, igualmente, a impopularidade do imperador em virtude deste aumento do recrutamento impositivo para atender às necessidades da guerra na Cisplatina. Esta população enfrentava uma vigilância constante do estado e à beira de uma ação criminal, sob a acusação de *vadiagem*, sendo que o recrutamento servia para penalizar vários crimes e a própria vadiagem. Em meio a estes protagonistas sociais, fragilizava-se a legitimidade do imperador.

Por outro lado, os liberais criticavam D. Pedro por conduzir mal um projeto inicial de imigração, norteadas por uma política de colonato, com os irlandeses que só resultaram em altos custos e na traumática impressão do perigo que a entrada maciça e contínua de imigrantes traria para o país. O próprio Seidler observou:

Centenas de contos havia custado o engajamento desses homens na Irlanda e seu transporte para o Rio de Janeiro e igual despesa tinha quer ser feita novamente para reconduzir à pátria essa gente que nenhum serviço prestara ao Brasil, ao contrário ameaça sua capital com a mais horrorosa devastação ³⁶.

³⁵ Trata-se do artigo 179 desta constituição. *Constituições do Brasil, Op. cit.*

³⁶ Seidler, *Op. cit.* p. 173.

Desde as Cortes portuguesas, a discussão acerca da criação e implementação de uma política de imigração para o Brasil se colocava, na tentativa de dirimir a heterogeneidade da população brasileira, garantir a marcha do progresso no entender de muitos deputados, como vimos. Questionava-se a maneira de concretizá-la, principalmente quanto à escolha do imigrante, os custos, os benefícios imediatos e, em contrapartida, uma necessária e complementar política a respeito da escravidão. Anos depois em seu **Segundo Período do Reinado de D. Pedro I no Brasil**, Pereira da Silva, ao se valer de depoimentos orais, comentava a inépcia do imperador em instaurar um sistema de colonato e a imigração, a par das repercussões ruins entre os grandes proprietários, liberais, deste período. Tal imigração chegara a comprometer a imagem do Brasil no exterior devido às suas falsas promessas e ao formular erroneamente um contrato de trabalho ³⁷.

O desmonte da *persona* de D. Pedro prosseguia dentro da assembléia, em 1828, sistematizou-se uma legislação a respeito das câmaras municipais baseado num projeto de Feijó. As câmaras atrelavam-se, de vez, ao governo de cada província e, ato contínuo, se desligavam do monarca. A partir de 1823, as câmaras remetiam-se ao presidente da província nomeado pelo imperador e coadjuvado por um conselho provincial escolhido nos conformes da assembléia. Nesta regulamentação de 1828, a câmara passava a se subordinar ao governo da província, pois suas medidas precisavam da aprovação provincial. Ficava proibida de destituir alguma autoridade, como fizera no início da década, ou então de nomeá-la sem o aval do governo provincial. Perdia a capacidade de fundar um ato político, bem como tornava-se apenas instituição administrativa. Portanto, de dentro da assembléia e desta corrente

³⁷ *Um brado geral de indignação levantou-se e echoou em todo o império, e fôra d'elle, contra semelhante systema de contractar colonos, o qual desacreditava as empresas que no futuro se propozessem mandar vir emigrantes, para Não só substituir os braços escravos empregados na induestria e na agricultura, como povoar as terras immensas e desertas, de que o imperio dispunha. O coronel Cotter desmobilisara a colonisação, que pretendesse ainda dirigir-se para o Brazil. já por haver contractado as camadas infimas e viciosas das classes proletarias, de preferencia ás pessoas pobres, mas robustas e de bons costumes; já por os ter illudido com promessas, que se não podiam verificar, ao passo que obrigara ps cofres do thesouro nacional a despesas exorbitantes, Segundo Período do Reinado de D. Pedro I no Brazil, Rio de Janeiro: Garnier, 1871. Certamente, o tema da imigração vincou a década de 1870, quando da publicação do livro, colaborando para que o autor se volte ao assunto. Entretanto, na década de 1820, Vergueiro já se deparava com esta possibilidade de repensar o mundo do trabalho no Brasil e a conformação de seu povo, através da emigração casada ao sistema de colonato. Afora os ensaios de trazer açorianos e a aceitação constante da entrada de portugueses.*

liberal, nascia uma estratégia de invalidar a antiga câmara nos moldes da colônia, suprimindo-a, apesar de ter sido um dos moventes da independência ao expressar o seu voto no novo imperador e celebrar um novo contrato social. Também nesta regulamentação do papel da câmara, a assembléia retirou-lhe a função de autorizar, prover, organizar e controlar as festas locais, as procissões religiosas, abatendo a sua força simbólica local, sua habilidade e capacidade em mobilizar signos e investi-los com determinados sentidos ou até mesmo de celebrar o contrato social como fizera em 1822-24 ³⁸.

Um dos andaimes da arquitetura de poder do monarca ruía, à medida em que uma política centralizadora, agora, regia o papel das câmaras. Em compensação, se perdia sua autoridade judiciária, restringia sua autonomia política e seu papel na economia local, a câmara indicava os nomes de funcionários, juizes de paz ³⁹, inspetores de quarteirão, ocupando-se mais da saúde, da higiene e das estradas, pontes, ruas, municipais ⁴⁰.

Igualmente, em 1828 e implementando os dispositivos da Constituição de 1824, criava-se o Supremo Tribunal de Justiça, institucionalizando o poder judiciário, suas atribuições e formas de nomear os juizes, desenhando um outro poder que se contraporia e limitaria o poder real, desvincilhando o soberano do exercício da justiça. Entre 1827-1830, a legislação acerca do judiciário foi reformulada ⁴¹,

³⁸ Também William de Souza Martins percebeu esta intervenção. *Arraiais e procissões na corte: festas e civilização na cidade do Rio de Janeiro (1828-1860)*, Niterói: UFF, 1996, p. 100.

³⁹ Era uma autoridade eleita a nível municipal, responsável por resolver contendas, processar e julgar cobranças e impostos municipais, aliando uma instância judiciária e policial, em si mesmo, dentro da cidade. Desapareceu em 1840, quando se estabeleceu uma legislação que transformava este juiz num cargo de carreira, dentro da magistratura, nomeados pelo poder central. Novamente, abatia-se o poder da municipalidade e sua autonomia.

⁴⁰ Lei do 1o. de Outubro de 1828, em especial Título III: Posturas policiais, muito mais na esfera dos costumes e no esteio de um processo civilizatório do que no sentido de policial que hoje conhecemos, *Ordenações Filipinas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, Livro 1, p. 371-379. Sérgio Buarque de Hollanda já identificou este processo de *nulificação das câmaras* e cabe lembrar como finaliza *A Herança Colonial – Sua desagregação: No Brasil, o processo de emancipação importou mais na medida em que destruiu inveteradas peias, que lhe embargavam o passo, do que pela introdução de práticas vigorosamente revolucionárias... Entre 1822 e 1831, ou melhor, de 1808 até 1831 – a rigor até 1836 – é que se assinala uma fecunda transação – não se queira muito mais – entre o passado colonial e as nossas instituições nacionais...*, *História Geral da Civilização Brasileira, O Brasil Monárquico*, Op. cit., t. II, v. I, p. 25 e p. 39 respectivamente.

⁴¹ Segundo Patricia Ann Aufderheide o aumento e a pluralidade da população no Brasil tornava-se, no entender das autoridades públicas e das elites, um sinônimo do aumento dos crimes na sociedade. Ela cita o presidente da província do Rio de Janeiro em 1827: *The expansion and growing population of Capital, the closeness of the*

principalmente com a instituição do juiz de paz. Criado para desempenhar uma função policial, atendia também às pequenas causas e disputas. Sob sua alçada também supervisionava os contratos de trabalho e era encarregado do recrutamento militar, podendo aí usá-lo como uma forma de penalizar pequenas delinquências ⁴².

Neste mesmo período, discutiu-se a elaboração do Código Criminal ⁴³ e suas prerrogativas, que ensaiavam uma descentralização da autoridade no país e visavam extinguir os postos de ouvidor, juiz de fora, juiz ordinário. Redefinia-se quem criminalizava e punia os atos cotidianos, políticos e do mundo do trabalho ⁴⁴.

Nascia uma rede administrativa, militar, judiciária paralela ao monarca e que não lhe dizia respeito, até mesmo prescindia dele, sem que estes liberais controlassem os efeitos, repercussões e eficácias destas mudanças, pois o juiz de paz, por exemplo, conviveu com a milícia, a Guarda Nacional, sendo que por vezes suas autoridades se justapunham, contrapunham, chocavam-se, sem saber quem deveria obedecer a quem ou qual decisão preponderava ⁴⁵. E, assim, uma reforma liberal adentrava o estado, reordenando o judiciário, a força militar, a atuação das câmaras e seu raio de ação.

Paralelamente, extinguía-se a Mesa de Consciência e Ordens, num projeto apresentado por Bernardo Pereira de Vasconcelos. Este órgão permitia ao imperador distribuir graças, arbitrar sobre o poder religioso, seu funcionamento, a nomeação de cargos e a divisão dos territórios e bens de cada paróquia, mosteiro, ordem religiosa,

Court, the excessive number of Brazilians and foreigners of all classes who go there, give rise to the greatest and most continual crimes. Order and Violence: Social Deviance and Social Control in Brazil. 1780-1840, University of Minnesota, 1976, p. 49. Agradeço o empréstimo desta tese a Leila Algranti.

⁴² A sua função foi regulamentada em despacho de 15/outubro/ 1827, sendo restringida no início da década de 1840. O juiz de paz era eleito no âmbito local, agindo como uma autoridade local, com certa autonomia que se reportava a uma autoridade provincial. A amplitude e vigor da sua atuação atendia, penso, a preferência de muitas vilas, cidades, províncias que desejavam uma autonomia local, desprendendo-se de um poder centralizador sediado no Rio de Janeiro.

⁴³ Patricia Ann Aufderheide comenta que a promulgação do novo Código Criminal, em 1832, retirava o poder dos antigos magistrados e amainava-se o personalismo do poder judiciário. *Op. cit.*, 275. Ora, isso pode ter acarretado numa mudança na estrutura de poder, das relações de favoritismo, preferências, prestígio social, nas localidades, nas vilas, cidades, alterando os laços e elos com um poder centralizado na corte e no âmbito da província.

⁴⁴ Flory, T., *Judge and jury in Imperial Brazil, 1808-1871. Social Control and Political Stability in the New State*, Austin and London: University of Texas Press, 1981, cap. The Imperial Justice of Peace

além de dispensar a obediência à alguma lei, de forma que, numa localidade, sua mão se fazia presente pela igreja, justiça, câmara. Tais instituições e correlações administrativas, de autoridade e força, foram paulatina e rapidamente implodidas pela legislação.

Entre as trocas ministeriais de fins da década de 1820, D. Pedro I aliava-se aos portugueses togados e emigrados ⁴⁶, auxiliava os que vinham de Portugal, fugidos de D. Miguel, com mesadas e ajudas financeiras ou cargos no funcionalismo público, dispensando para tanto empregados brasileiros.

Em outra direção, o debate e a propaganda liberal ganhavam o campo da opinião pública, sobretudo a partir dos jornais, com reconhecida hegemonia da *Aurora Fluminense*. O editor d' *O Repúblico*, foi processado e inocentado pela sua ardorosa defesa de um sistema federativo monárquico, agravando o antagonismo com o imperador. Nascia uma fissura no interior da opinião pública e entre os súditos do Brasil. Uns a favor da continuidade de D. Pedro, outros pela expansão do regime liberal.

Esta imprensa liberal destacava o enclausuramento português do imperador, assinalando a sua falta de brasilidade e, ao mesmo tempo, proclamava o receio de que se tornasse um tirano, acachapando a representatividade da imprensa e da assembléia legislativa. Tal campanha liberal espraiava-se em São Paulo, Minas, outras províncias, acirrando os ânimos entre portugueses e brasileiros, culminando com o assassinato do jornalista Líbero Badaró, em São Paulo, e as suas exéquias tão publicamente celebradas em Minas, Rio, São Paulo.

Tentando uma reação, D. Pedro I empreendeu uma nova viagem a Minas, onde as eleições para a assembléia punham o candidato do imperador em desvantagem diante do representante liberal ⁴⁷. Desta feita, num erro tático, não se

⁴⁵ Como afirma Marcus Joaquim Maciel de Carvalho: *As a result of these changes a serie of parallel military and judicial hierarchies appeared in Brazil. Without a clear definition of prerrogatives they had contradictory effects in the countryside.* *Op. cit.*, p. 75.

⁴⁶ Utilizo aqui para a compreensão geral deste final da década de 1820 e os anos de 1830-1831 de Sousa, O. T., *História dos Fundadores do Império Brasileiro*, *Op. cit.*, v. II, v. V, v. VI, dedicados respectivamente a Feijó, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Evaristo da Veiga, valendo-me de seu rico manancial informações.

⁴⁷ Consultei o seguinte relato desta viagem: Itinerário da Viagem do Imperador D. Pedro I e da Imperatriz à Província de Minas Gerais em 1831, *RIHGB*, 1902, t. 64.

tratava de eleger um monarca ou celebrar uma festa que forjava um contrato social. D. Pedro I servia mais como uma espécie de “cabo eleitoral” de nobre cepa do que um soberano que se encontrava com seu povo e instalava, em conjunto e consonância, um governo e uma sociedade civil. Arcos do triunfo foram erguidos, festas organizadas, púlpitos preparados, mas D. Pedro evitou ouvir os discursos e os sermões a fim de não se deparar com uma censura à sua autoridade ou uma crítica a seu governo. Em Barbacena, os sinos dobraram num ritmo fúnebre e, em alguns lugares, gritaram o nome de Líbero Badaró ao invés de saudar o imperador. Desta feita, ele era mais uma pálida imitação e comédia do governante que um dia passara por ali...

Em Vila Rica, o imperador fez uma polêmica **Proclamação**, na qual defendia a sua prerrogativa de vetar ou sancionar uma lei, cabendo-lhe decidir sobre o um sistema federativo tão defendido pelos liberais e que reordenaria o poder central e as relações entre as províncias; enfim, reorganizaria a soberania brasileira. Desta maneira, ele retirava da alçada da assembléia a capacidade e/ou a possibilidade de debatê-lo, votá-lo, decidi-lo. Tal pronunciamento exarcebou os ânimos entre os liberais que viam aí um ataque frontal aos seus anseios.

Ao retornar ao Rio, em março de 1831, os portugueses, sobretudo a caixeirada, os taverneiros, os açougueiros, os vendeiros, carnicheiros, marchantes ⁴⁸, organizaram uma festa para recebê-lo, continuando as práticas de festas que se vira em 1822, cuja intenção consistia em ritualizar aquela *persona* imperial e reiterar o contrato firmado ⁴⁹. A manifestação se concentrava numa área onde preponderava o comércio lusitano entre as ruas Quitanda, Direita, Violas, Rosário, Ourives. Entre 10 e 16 de março, estes portugueses iluminaram suas casas, acenderam fogueiras como nas festas de São Pedro e Santo Antônio, cantaram e montaram bandas de música, festejaram nas ruas a entrada de D. Pedro.

⁴⁸ Lenira Martinho comenta que a caixerada portuguesa formava corpos de milícia, defendendo seus empregadores. o imperador, e desempenhando uma função policealesca dentro da cidade ao combater a vadiagem. Diz ela: *A utilização dos caixeiros como elementos de repressão não é feita somente em relação às revoltas de cunho político; na verdade, o caixeiro também participava, e assim era visto pelas autoridades como uma peça preciosa no controle dos distúrbios provocados pelos desocupados e vadios.* **Op. cit.**, p. 113.

⁴⁹ BNRJ, Manuscritos, Revolução de 7 de Abril de 1831, Mn I. 32, 6, 24

Muitas personagens sociais que se designavam como brasileiros se opuseram a estas comemorações, não acederam luminárias, preferindo repor o uso de insígnias nas suas vestimentas que demonstravam seu desabono e discordância, revitalizando o verde-amarelo, portando a flor sempre-viva e portando chapéus de palha que marcavam uma identidade contra os desdenhados *pés-de-chumbo*. A casa de Evaristo da Veiga foi atacada devido à sua escuridão, expressando sua não-adesão ao imperador. Houve quebra-quabra nas ruas e gritos contra o imperador e, por outro lado, vivas em sua honra.

No dia 13, brasileiros foram espancados nas ruas Quitanda e Rosário, sendo que apesar das ordens do major do dia, um capitão da ronda se recusou a prender um português que corria armado atrás de brasileiros. No dia 14, mais de 400 portugueses atacaram uma casa de encadernação e uma botica de brasileiros, aumentando a tensão na cidade. Os embates tanto abarcavam o confronto físico de grupos de *pés-de-chumbo* contra os *sempre-viva*, *garrafeiros* em revanche aos *crioulos*, *cabras*, *moleques*, contra os *marotos*, *marujos*, etc. _ como então se nomeavam os brasileiros e os portugueses, reordenando o vocabulário político e da identificação das protagonistas sociais _ quanto ocorriam através dos brados e vivas ao imperador *enquanto constitucional*, à federação, à república ⁵⁰.

Ao regressar de Minas, D. Pedro I tentou entrar no Rio nos conformes das entradas anteriores, que referendavam sua soberania. Contudo as tropas não se enfileiraram, a parada militar não se efetivou, o imperador não se alinhou a seu povo em armas, disciplinado e obediente. Aos poucos e no decorrer deste mês de março, os tumultos iam se estendendo da noite para o dia, espalhando o medo pela cidade e a impressão de um iminente perigo maior.

Dentro das tropas, os comandantes discordavam e se rivalizavam entre brasileiros e portugueses, bem como os soldados da Guarda Municipal _ na maioria portugueses _ defendiam ou faziam vistas grossas à lusa violência. Por sua vez, dentro dos batalhões de mulatos, pobres, libertos, negros, escravos, a força se voltava

⁵⁰ Aqui, o editor d'*O Repúblico*, Borges da Fonseca, ganhou notoriedade, pois marchou pelas ruas com seus simpatizantes, opondo-se à portuguesada e soltava vivas contra D. Pedro I e a favor da federação monárquica. Estando presente em mais de um incidente, assemelhando sua atitude a uma militância.

contra os portugueses. Assim, mesmo nos corpos oficialmente responsáveis pela segurança pública, surgiam antagonismos e rivalidades, multiplicavam-se os confrontos cotidianos que resultavam em ofendidos, feridos e mortos ⁵¹.

No dia 17, os liberais levaram uma representação a D. Pedro I, escrita por Evaristo da Veiga e que foi prontamente recusada ⁵². A partir daqui, a corrente liberal concordou com o rumo que as ruas e seus tumultos davam à política, expressando vigorosamente seu descontentamento. Esta corrente, através dos jornais e dos discursos parlamentares, transformavam uma gama variada de descontentamento e desejos sociais da população pobre, liberta, mulata, branca, negra e escrava num aval à sua atuação política, capturando a fala alheia e se assenhorando dela para levar avante os seus projetos políticos num âmbito da política institucional: a assembléia. Embora tivesse que enfrentar, no corpo da cidade, os antagonismos sociais, os outros desejos e modos de significar suas vidas, fossem os imigrantes portugueses, os negros, os soldados das tropas. Ou seja, as elites, os homens da assembléia, eram obrigados a se deter e saber desta gente no jogo político.

Durante os primeiros anos da década de 1830, as elites cariocas vão enfrentar uma série de motins urbanos na corte. A assembléia, os liberais, a regência, vão discutir e embater-se com sérias dificuldades para estabelecer um foco central, uma centralidade, da autoridade pública que governe o Brasil, seja com estes motins ou, mais ampla e duramente, com as revoltas provinciais que almejavam, por vezes, a fratura da unidade territorial.

Logo em seguida, o dia 25 de março, comemoração do aniversário da Constituição de 1824, motivou novos embates nas ruas da cidade. Por precaução, os

⁵¹ Ver em especial Seidler, *Op. cit.*, caps. XVII e XVIII, nos quais proliferam estas rusgas diárias.

⁵² Assinavam o documento: Honorato Joze de Barros Paim, Venancio henrique de Resende, Manuel Odorico Mendes*, Antonio João de Lessa, José Martiniano de Alencar, Augusto Xavier de Carvalho*, José Maria Pinto Peixoto, Honório Hermeto Carneiro Leão, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha*, Francisco de Paula Barros, Baptista Caetano d'Almeida*, Manuel Pacheco Pimentel, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Evaristo Ferreira da Veiga*, João Fernandes de Vasconcelos, Jozé Joaquim Vieira Souto, Antonio Paulino Limpo de Abreu*, Antonio de Castro Alvares, Jozé Custódio Dias, Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, Candido Baptista de Oliveira, Vicente Ferreira de Castro e Silva, Manoel do Nascimento Castro e Silva, Antônio Jozé da Veiga. Os marcados com *, pude averiguar, eram então associados da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional que se impunha a tarefa — extremamente prática — de pensar as formas de encaminhamento da civilização brasileira e o crescimento da riqueza do país. BNRJ, Mn, Revolução de 7 de Abril de 1831.

marujos da marinha mercante e de guerra ficaram circunscritos aos navios da baía, durante todo o dia até às seis horas da tarde, a fim de evitar um aumento das dissensões sociais, alimentadas pela xenofobia que alcançava os franceses e os ingleses em menor escala.

A festa incluía uma parada militar, fogos de artifício, Te Deum, no Campo de Santana, prosseguindo com jantar e distribuição de esmolas aos pobres. Em meio aos acenos de lenços brancos e tapetes estendidos nas janelas tão costumeiros, surgiram os chapéus de palha amarela e fitas verdes, com farta distribuição de um distintivo federalista ⁵³. O governo ganhava novas insígnias, que se desprendiam da *persona* de D. Pedro I, diferenciando o seu significado. Apenas *vagabundos e andrajosos* _ segundo se diz, recompensados pelos promotores da festa _ saudaram o imperador para seu próprio repúdio.

Na habitual hora dos vivas, que anteriormente depositavam com entusiasmo o voto do povo em seu soberano, celebrando o contrato, ouviram-se estas exclamações que soavam num tom provocador: *Viva à constituição! Viva à independência! Viva o imperador enquanto constitucional!*

Outro discurso abalizado e reconhecido socialmente, o sermão proferido por Monte Alverne, um orador famoso e membro das sociedades liberais e secretas, desenhava o terror do passado colonial despótico sob o mando português que não deveria volver _ numa ameaça à forte presença dos portugueses da corte. Enfatizando ainda que o cetro e a coroa teriam sido recebidos pelo monarca das mãos do povo que assim *proclamou a soberania popular e resolveu a theoria da legitimidade* ⁵⁴.

⁵³ Astréa pedia ao brasileiro que voltasse a usar o laço nacional de 1822, em 1831, a fim de expressar sua fidelidade à nação independente, constituição e sua desaprovação da tirania de D. Pedro I. 17/abril/1831, n. 683. Nas Notas comentadas que fez para a edição da obra de Schlichthorst, Gustavo Barroso assinalou que o refrão do Hino da Independência ganhava, neste momento, nova versão propalada pelos portugueses. Ao invés de *Brava gente*, começaria com *Cabra-gente brasileira*. *Op. cit.*, p. 80, nota, 27. Kato cita esta estrofe de brasileiros atacando os portugueses, *Op. cit.*, p. 151:

Marinheiro pé-de-chumbo

Calcanhar de frigideira

Quem te deu confiança

de casar com brasileira.

⁵⁴ Apud Tobias Monteiro, *História do Império, O Primeiro Reinado*, Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1946, t. II, p. 300.

Condenando, por último, a monarquia absolutista, num claro recado para o imperador. Nas ruas, apareciam os primeiros vivas dedicados a Pedro II.

Poucos dias depois, uma procissão saía à rua no dia 1o. de abril, passando pelo largo do Paço, onde se sobressaía a população negra e mulata _ ou seja, a gente pobre livre, liberta, os escravos da cidade. Por hábito e respeito às tradições que o erigiam, o monarca deveria se apresentar no balcão do palácio e saudar ou, ao menos, assistir a passagem, da procissão. D. Pedro I lá se postou, mas quase ninguém, neste dia, se descobriu para reverenciá-lo numa clara evidência de seu desprestígio.

Os modos de representação que fundavam a legitimidade do governante, que reiteravam constantemente o pacto social entre ele e seu povo, iam sendo esgarçados e rompidos de forma irreversível, tanto no âmbito das instituições, quanto na legitimidade que as ruas e as praças lhe imputavam. Em outras palavras: o imperador Pedro I esmorecia porque a rede de poder que o sustentava ia sendo limitada e alquebrada, por dentro, e inexoravelmente a própria condenação do passado colonial português _ entendido como obra da tirania _ acarretava nesta liquidação.

No começo de abril, a tensão na cidade subiu com os boatos de que uns brasileiros teriam sido assassinados na rua do Ouvidor por uns portugueses. De imediato, o imperador partiu para São Cristovão, onde aí permaneceu. O grupo d'O Repúblico marchou para o largo do Moura e para a frente do arsenal de guerra, clamando vingança.

Entre os dias 3 e 7 de abril, a rua Direita foi palco de insultos, agressões e mortes entre brasileiros e portugueses. Os quartéis entraram em prontidão, as armadas inglesa e francesa ficaram em alerta. Na frente do arsenal de guerra, oradores revezavam-se, proclamando seus anseios e projetos. Neste início de mes, esta população diversificada da cidade foi, paulatinamente, juntando-se no Campo de Santana, outrora um palco das cerimônias do imperador e ainda local de procissões religiosas. Este espaço público foi tomado por esta gente _ quer da elite, quer de escravos, quer dos pobres livres cujas condições de vida se abateram bastante

nas últimos anos, quer as tropas _ à revelia do governante, explicitando e tornando visível a sua falência.

Na assembléia, desde a tentativa da representação liberal a D. Pedro I, decidira-se levar a cabo a *revolução* ⁵⁵, espelhada na França de 1830 _ um movimento capaz de depor o rei, em prol da delimitação dos poderes, e garantia da grandeza e da eficácia da representação dos proprietários. Armitage ressaltou que esta revolução francesa *eletrizara* os brasileiros ⁵⁶. Contudo, uma questão urgia: a necessidade de domar, no momento e da maneira certos, estes movimentos de rua e da praça pública. Daí a reunião na Chácara da Floresta de Custódio Dias que congregava parte importante dos deputados liberais. Neste sentido, Evaristo da Veiga pedia a formação de Guardas Nacionais ⁵⁷ em detrimento das tropas, da maneira que estavam organizadas até então, das relações de amizade, solidariedade, rivalidades e brigas. Queria armar os cidadãos no intuito de proteger a ordem pública e evitar o pior dos males: o despotismo popular, a anarquia. Para tanto, desmontavam-se as redes de solidariedade e desavenças existentes nas tropas como até então estava organizada e, em certa medida, enredadas à *persona* real. Por constituir, igualmente, num lugar de tensão social, suscitava apreensão nas elites, autoridades, liberais, pois podiam assolar o país com uma série de motins.

⁵⁵ A par deste espelhamento na França, reconhecia-se a inauguração de um novo momento na sociedade brasileira. Evaristo da Veiga escreveu a respeito deste 7 de abril: *Do dia 7 de abril de 1831 começou a nossa existência nacional; o Brasil será dos Brasileiros, e livre*. Apud Souza, O. T., *Op. cit.*, v. VI, p. 101. Por sua vez, Bernardo Pereira de Vasconcelos acentuava o caráter ordeiro deste movimento, definia a sua interpretação a respeito desta revolução que escantilhava o rumor e a vitalidade das ruas: *A Nação, abdicado o Throno Cvonstitucional pelo Primeiro Príncipe, que ella elegeu, nem teve intuito de subverter as Instituições Constitucionaes e mudar a Dynastia, nem o de consagrar a violencia e proclamar a anrchia; usou sim do incontrastavel direito de resistência á opressão, e quiz popularisar a Monarchia, arredando-se della os abusos e os erros que a havião tornado pesada aos Povos, afim de reconcilia-la com os princípios da verdadeira liberdade*. Apud Souza, O. T., *Op. cit.*, v. V, p. 279.

⁵⁶ *Op. cit.*, p. 202.

⁵⁷ Para a formação das Guardas Nacionais, ver Castro, J. B. de, *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*, Brasília/São Paulo: INL/Cia Ed. Nacional, 1977. Sua criação defendida pelos liberais e proposta oficialmente pela Sociedade Defensora da Liberdade e Independência implicou na extinção, imediata, dos corpos de auxiliares das milícias, ordenanças, das guardas municipais, sendo encarregada somente da segurança interna do país, dos seus alistamentos e qualificações dos cargos. Estabelecendo em cada localidade um comandante que controlaria a ordem, evitando uma justaposição de comandos, direcionando-a para a manutenção da ordem, evitando ajuntamentos, roubos, brigas, pancadaria. Em compensação, durante este período, o oficial era eleito por voto, lhe garantindo um reconhecimento no município, e cabia ao soldado custear a sua farda, retirando tal encargo da alçada do estado. Ainda menino, em dezembro de 1832, D. Pedro II

Ato contínuo, com a proposta das Guardas Nacionais escandia-se o modo de ocorrência destas reivindicações vindas das tropas, arregimentadas pelos oficiais e/ou de cunho popular, que alicerçaram o processo de autonomização do Brasil no início da década de 1820. Contudo, a corrente liberal também sabia que para obter um enfraquecimento efetivo do imperador, prescindia das ruas e sua população.

Depois da abdicação, em julho de 1831, à medida em que os motins de rua continuavam, o novo governo liberal, sob a regência, decretava leis que proibiam o ajuntamento de 5 ou mais pessoas, proibía o porte de armas, suspendia a fiança em caso de flagrante delito, concedia ao governo a faculdade de suspender juízes de paz _ basicamente a autoridade local com maior autonomia _ sob a alegação de serem negligentes ou prevaricadores, aumentava as rondas pelas ruas e praças e intensificava-se a campanha e a opção pela Guarda Nacional. Com estas estratégias formuladas na esfera da assembléia e da imprensa liberal, procurava-se domar esta efetiva participação popular e seus desejos, refluindo-a à medida em que combatia as suas modos de convivência, repunham o controle dos espaços públicos e recorriam à violência.

Ainda no começo de abril de 1831, o círculo de D. Pedro I insistia na estratégia e na disputa pela importância e significação das festas. No dia 4, houve um beija-mão em honra a D. Maria da Glória do qual participaram basicamente portugueses que reverenciavam a sua rainha. De novo, houve pancadarias nas ruas e intensificavam-se as diferenças étnicas, espalhando-se a noção de que D. Pedro I adotava uma postura portuguesa, retrógrada frente à independência e traía a constituição liberal. No dia seguinte, chegava um batalhão de Santa Catarina convocado por D. Pedro I para respaldá-lo. Nas ruas, circulavam grupos de populares com armas brancas e de fogo. No dia 6, a população já se juntava no Campo de Santana, em plena praça pública, que passou a rivalizar em poder de decisão com o imperador.

Os liberais Vieira Souto, Custódio Dias, Odorico Mendes, se colocavam na posição de porta-vozes daquela população ali reunida, pedindo a manutenção do

vestiu _ ou melhor, foi vestido _ com o uniforme da Guarda Nacional e desfilou pelo Rio como seu comandante maior.

habeas-corpus que seria suspenso pelo imperador, ampliando assim sua autoridade para ordenar prisões e agir à revelia dos outros poderes _ repetindo o que ocorrera em 1823. Os liberais insistiam neste espelhamento de 1823 em 1831 nos jornais e na assembléia. Igualmente, reivindicava-se um ministério liberal, contra aquele que exercia estas funções neste momento e era basicamente ligado aos portugueses. Os juizes de paz da cidade transitavam entre São Cristovão e o Campo de Santana, noticiando suas recíprocas decisões, eram os únicos, a esta altura, a tentar uma solução negociada, pois gozavam de certa estima entre seus eleitores e constituíam uma autoridade reconhecida pelo monarca. O comandante de armas Lima e Silva, membro de uma abastada família carioca, astutamente, ia se tornando o comandante em chefe daquela diversa população, presente no Campo de Santana. As propostas abarcavam um leque distinto de objetivos: desde uma invasão do arsenal de guerra e a posse de suas armas, uma marcha até São Cristovão, um império federativo, a proclamação da república.

D. Pedro I, de modo irrevogável, não cedeu a nenhuma destas solicitações, reafirmando seu caráter autoritário. No Campo de Santana, comprimiam-se de 3000 a 4000 pessoas em dias de sucessivas tensões e pancadarias pelas ruas. Espalhou-se o uso do verde-amarelo, as quadras maldosas, os ataques entre *cabras*, *moleques*, *pés-de-chumbo*, intensificando-se uma clivagem no interior da população que transformava o outro num inimigo aberto, que deveria ser excluído e/ou vencido. Tal diferença parecia irreconciliável no universo social, nas disputas cotidianas, de trabalho, pelo ou contra o monarca, ou seja constituía-se a tensão social e política num contraste dos contrários.

D. Pedro I procurou dispersar a multidão através de uma proclamação; todavia, não saiu de São Cristovão em momento nenhum, sem se fazer presente na cena pública e política. Paralelamente, crescia o número de pessoas no Campo de Santana, principal lugar das festas da cidade, que se erigia numa praça política, onde se expressavam os anseios mais populares da cidade, sendo que os liberais tentavam domá-la a seu favor.

Talvez não seja exagerado assinalar, mais uma vez, quais os instituintes de sua rede de poder que ruíam: o povo não mais o saudava sob as mesmas representações e tampouco em armas, nos moldes das tropas. Aliás, no dia 7 de abril entre a madrugada e o período da manhã, os corpos de soldados abandonaram de vez os quartéis, engrossando o coro de descontentamento contra o monarca, numa derradeira vitória do Campo de Santana, pois não existia mais um povo correlato ao imperador, que o seguisse e celebrasse com ele um pacto de obediência. Mesmo depois da abdicação, as tropas e a população civil continuaram acampadas e em vigília no Campo de Santana até o embarque tardio do soberano deposto no dia 13. As câmaras não mais se remetiam a ele. O princípio da justiça suprema _ e da polícia _ deslocavam-se de sua *persona*, instalando-se no novo Código Criminal definido em 1830-1832, sob a batuta do liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos que se pronunciava com argúcia tanto na assembléia quanto no jornal mineiro *O Universal*. A corrente liberal, as elites, precisavam muito deste expediente do Código Criminal para vigiar e criminalizar os atos cotidianos, políticos, desta população que se fazia presente na praça pública, amotinava-se, participava com o seu corpo, ação, força, anseios, do jogo político, pois ela implementava a mudança.

Neste esvaziamento da *persona* de D. Pedro I, nasciam: a Guarda Nacional que viria desorganizar e substituir as tropas que, de algum modo, haviam pactuado com o governante; a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, entre o final de abril e começo de maio de 1831, cujas as primeiras reuniões ocorreram na casa de Antonio Borges da Fonseca, o perseguido editor d' *O Repúblico*. Tais Sociedades rapidamente se espalharam, primeiro, pela região sudeste e, depois, pelo Brasil, funcionando como uma espécie de partido político que sustentava as práticas e posturas liberais durante o período regencial ⁵⁸. Assim, estas Sociedades forçavam o esvanecimento, em nível local, da importância e vigor das câmaras _ amesquinhas na sua atuação política _ e concorriam para a vigilância da ordem social. Um item de seus Estatutos rezava:

⁵⁸ Esta proposição encontra-se em Wernet, A., *Sociedades Políticas (1831-32)*, Brasília/São Paulo: INL/Cultrix, 1978.

A Sociedade auxiliará a ação das autoridades públicas todas as vezes que se faça preciso a bem da ordem e tranquilidade, usará do direito de petição para as medidas que não estiverem ao seu alcance, e ainda quando se julguem indispensáveis medidas maiores, a Sociedade as reclamará somente pelos meios legais ⁵⁹.

Destas formas minavam-se os andaimes da arquitetura de poderes que constituía a *persona* de D. Pedro, fenecia o sentido das festas e o sistema de adesão das câmaras, desaparecia um imperador-contrato e formas de sagração do Brasil, que o tornaram, pela primeira vez, um corpo político autônomo e fundava uma sociedade civil.

Na intenção de demarcar a virada ocorrida no 7 de abril, em outubro de 1831, a assembléia regulamentava as novas datas da nação. Desaparecia o 12 de outubro, dia da aclamação de D. Pedro I, seu aniversário, data que tanto casava o monarca à América, erigindo-se o 7 de abril numa data nacional. Além disso, reconhecia-se o aniversário do imperador-menino, D. Pedro II, em 2 de dezembro e enfatizava-se a importância do 7 de setembro. No discurso liberal, o 7 de abril recuperava o 7 de setembro, a noção da independência, a separação de um governo português que D. Pedro I passava a encarnar. Neste sentido, o movimento de 7 de abril foi considerado uma *regeneração*, quando o Brasil reencontrava seu verdadeiro sentido proclamado no 7 de setembro. Uma série de festas em nome da abdicação comemoravam esta regeneração, sobretudo no eixo do sudeste, reavivando um compromisso patriótico de cada brasileiro. E, ao mesmo tempo, celebrava-se pela primeira vez o império do Brasil, ao suprimir a *persona* de D. Pedro I ⁶⁰.

⁵⁹ Apud Wernet, A. , *Op. cit.*, p. 31.

⁶⁰ Sobre estas festas mineiras de 1831, ver: Chamon, C. S., *Festejos Imperiais. Festas Cívicas em Minas Gerais - 1815/1845*, Belo Horizonte, UFMG, 1996, em especial o cap. A festa patriótica. Em *O Universal*, jornal de Bernardo Pereira de Vasconcellos, lia-se uma descrição dos festejos ocorridos em São Gonçalo da Contagem das Abóboras e, logo de início, justificavam esta comemoração patriótica, basicamente, como a reafirmação dos *sentimentos constitucionais*. *Op. cit.*, Anexo II.

O monumento na praça pública

Em 1862, na Praça da Constituição, hoje Praça Tiradentes, inaugurou-se, com grande festa e a presença de D. Pedro II, a estátua equestre de D. Pedro I. A primeira sugestão da sua construção ocorreu ainda em 1825, no **Despertar Constitucional Extraordinário**, a fim de celebrar o autor da primeira constituição brasileira. Em seguida, a câmara encampou a proposta e solicitou ao monarca autorização para erguê-la. Em resposta, D. Pedro I aceitou a oferta e designou o Campo de Santana, na época Campo da Aclamação, como o seu lugar preferido, daí nasceu um projeto de Grandjean de Montigny. Este artista apresentou duas versões para esta estátua. Em ambas, D. Pedro, em traje antigo, portava coroa, manto, cetro, demonstrando sua realeza e dignidade, variando os seus pedestais. Um se moldava por uma simples figura geométrica de forma piramidal, em escalões e com uma gradinata dórica. Noutro, as 19 províncias do Brasil, representadas por figuras clássicas, lhe ofereciam coroas, enfatizando sua majestade e ação unificadora ¹.

Com as movimentações do 7 de abril de 1831, a população e tropas reunidas clamaram ferozmente contra o imperador nesta praça, que tinha, em 1822, aclamado D. Pedro e aderido a um pacto social. Com estas ocupações da praça pública e o projeto liberal que combatia seu absolutismo, esvaziava-se em definitivo a sua autoridade. Aí, aposentou-se o projeto da estátua.

Contudo, em 1854, numa sessão do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Joaquim Norberto de Sousa e Silva propôs que esta instituição encaminhasse à assembléia legislativa uma representação a respeito da *conveniência e necessidade de levar-se a efeito a conclusão do monumento à independência nacional do campo do Ipiranga, de erigir-se uma estatua equestre ao fundador do império na praça da Constituição d'esta corte e de erguer-se uma cruz colossal e monumental em Porto-Seguro, que restaure a que Pedro*

¹ Herstal, S., **Dom Pedro**, São Paulo/Lisboa: Min. da Educação e Cultura do Brasil/Min. dos Negócios Estrangeiros de Portugal, 1972, capítulo O Monumento no Rio de Janeiro.

Alvares Cabral alli plantára em 1º. de maio de 1500 ². Este projeto designava três marcos fundamentais da história do Brasil: o descobrimento, o império e sua constituição, o fato da independência. Desta maneira, cada lugar que sediou um fato da nação seria circunscrito, localizado, monumentalizado no intuito de torná-lo visível para os brasileiros, educando-os sobre a história pátria, e estrangeiros que, de imediato, conheceriam os momentos cruciais do Brasil. De todo modo, celebrava-se e construía-se uma memória nacional. Atentava-se, nesta década de 1850, de dentro do IHGB à edificação de monumentos históricos do país, fosse na publicação em 1854-57 de sua primeira **História Geral do Brasil** escrita por Varnhagen ou em outras iniciativas preocupadas em formar uma coleção de objetos que designassem o Brasil em suas especificidades, daí a Comissão Borboleta de Gonçalves Dias ³, percorrendo o norte-nordeste do Brasil, ou a sugestão de Capanema em organizar, na capital, um museu, cuja coleção abarcasse produtos naturais do país, mas principalmente, *possa servir de prova do estado de civilização, independência, uzos e costumes dos indígenas do Brasil* ⁴, sua própria revista atendia à necessidade de instruir o letrado, o governante, o legislador, sobre as coisas do Brasil ⁵. Desde a sua fundação em 1839, sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a principal tarefa do IHGB residia em:

... eternisar pela história os factos memoraveis da patria, salvando-os da voragem dos tempos e desembaraçando-os das espessas nuvens que não poucas vezes lhes agglomeram a parcialidade, o espirito de partido e até mesmo a ignorância.

² **RIHGB**, Sessão de 26/maio/1854, t. 17.

³ Em 1851, ele viajou para capitais do norte e nordeste, vasculhando arquivos, bibliotecas, seminários, colégios, coletando material e descobrindo a documentação existente. Continuou esta mesma tarefa na Europa em 1853 e, três anos depois, foi nomeado chefe da seção de etnografia da Comissão Científica de Exposição, conhecida por Comissão Borboleta. Bandeira, M., **Poesia e vida de Gonçalves Dias**, São Paulo: Ed. das Américas, 1962.

⁴ **RIHGB**, Sessão 8/abril/1853, 1854, t. 17.

⁵ Em seu Relatório sobre o andamento do IHGB, em 1852, Joaquim Manuel de Macedo frisava: *Não é um arrojo de orgulho, é uma verdade incontestável: a coleção de nossas revistas se tem tornado em cofre precioso, onde se guardam em depósito tesouros importantíssimos; e a leitura delas será muitas vezes frutuosa para o ministro, o legislador e o diplomata, e em uma palavra para todos aqueles que não olham com indiferença para as coisas da pátria.* **RIHGB**, 1852, t. 15. Quanto à formação de um corpo documental sobre o Brasil promovido pelo estado naquele momento: Corrêa Filho, V., *Missões brasileiras nos arquivos europeus*, **RIHGB**, 1953, t. 213.

Prosseguia o discurso do cônego Januário da Cunha Barbosa: *De todos esses materiais informes, incompletos, e mesclados dos prejuízos do tempo, poderemos formar um completo regular de factos, purificados no crisol da crítica* ⁶.

As letras, além de adornarem a sociedade, desempenhavam uma papel importante ao *esclarecer* os membros da sociedade, ao *adoçar* os costumes públicos, ao permitir que cada brasileiro bem e corretamente conhecesse o Brasil. Neste sentido, o IHGB coletava documentação, selecionava o material, definia sua importância, incentivava a escrita de memórias em cada canto do país, solicitava a remessa da documentação oficial das províncias para a capital, e apartir daí desejava produzir uma história nacional que recontasse a trajetória de progresso do Brasil. Desta maneira, lentamente, redescobria-se o passado brasileiro, retirando-o da *voragem dos tempos* e tornando-o visível, nítido e elucidado pelo historiador e para um brasileiro dedicado e patriota. Desta feita, com o projeto de construir monumentos históricos continuava-se esta empreitada. Na última sessão do IHGB, em 1854, o visconde de Sapucahi reiterava tais objetivos:

*... não só de arrancar á voracidade do tempo, e ao desprezo da ignorância os nomes e feitos de tantos Brasileiros que tem honrado a patria, e de tornar conhecida a terra em que estes nasceram, e o theatro em que aquelles se operaram; mas também no intuito de acompanhar a marcha da nossa gloriosa independencia com monumentos históricos e geograficos, que firme no conhecimento da posteridade a gloria e o merito de nossas acções...*⁷

A discussão acerca do monumento histórico ultrapassou o âmbito do IHGB, adentrando os jornais e a câmara do Rio de Janeiro, sendo que priorizou-se a edificação da estátua equestre de D. Pedro I. Porque atendia à necessidade da capital do país ter um monumento que retratasse uma personagem heróica e maior da história brasileira. Ademais o imperador conciliava, em si mesmo, duas ações fundamentais: era o autor do gesto definitivo no Ipiranga e da primeira constituição do Brasil. A par do interesse na personagem, almejava-se inaugurar a estátua em 1862 a fim de comemorar os 40 anos de independência. Engrandecia-se a ocasião inventando um forte motivo para promover uma festa com a presença de D. Pedro II,

⁶ Discurso, **RIHGB**, 1839, t. 1, p. 9, 12, respectivamente. Grifos meus.

parada militar, fogos, bandas, flâmulas e todo um aparato festivo, discursivo. Simultaneamente, modelava-se uma imagem pública do primeiro imperador com uma estátua que se inscrevia no corpo da cidade.

Este repasse de informações, propostas, debates sobre a estátua, do IHGB aos periódicos e à câmara deve-se ao trânsito que os próprios letrados gozavam, pois eles circulavam de um lugar a outro. Em geral, um associado do IHGB ocupava um cargo, por vezes privilegiado, no estado e escrevia com frequência nos jornais dedicados às letras e artes do Rio de Janeiro ⁸.

Haddock Lobo levantou a questão deste monumento e o seu encaminhamento na câmara, contando com uma instrução histórica e avalizadora do IHGB. O projeto de Haddock Lobo estabelecia que a estátua deveria ser acompanhada, no pedestal, por emblemas relativos ao Brasil e retratos de brasileiros que auxiliaram, efetivamente, na concretização da independência ⁹.

Num artigo publicado em *O Guanabara*, Araújo Porto-alegre explicava a opção pela pose equestre. Primeiro, pelo bom entrosamento com o cavalo ao compartilhar as *fadigas da guerra e as glórias do combate com o homem*. Citava ainda referências artísticas para a estátua: Barão Gros ¹⁰, Vernet, Lebrun, procurando auxiliar o artista que se inscrevesse para este prêmio. Em especial, se detinha em identificar o momento histórico que a estátua retrataria: o ato da independência, o momento do

⁷ RIHGB, Sessão 15/dezembro/1854, t. 17.

⁸ Para os fundadores do IHGB, Arno Wehling indicou a maciça presença de homens com formação jurídica (41,30%) e como atuavam no serviço público (71,72%), em várias frentes de trabalho: administração pública, magistratura, militar, ensino, e outros 19,56% eram parlamentares. O historicismo e as origens do Instituto Histórico, *A Invenção da História*, Rio de Janeiro: Univ. Gama Filho/Ed. da UFF, 1994, p. 151-155. Para esta década de 1850, basta mencionar que Varnhagen trabalhava para a diplomacia brasileira; Porto-alegre, Joaquim Manuel de Macedo eram assíduos escritores dos jornais, publicando também romances, poesias, épicos, além de professores em instituições públicas cariocas, Joaquim Norberto de Souza foi chefe da seção da Secretaria do Estado do Império e Porto-alegre foi agente diplomático. Gonçalves Dias trabalhou no Colégio D. Pedro II e escrevia para *O Guanabara*, *Jornal do Commercio*, *Correio Mercantil*. Afora este trânsito dos letrados por instâncias diversas, ainda havia o caso de um romancista, jornalista, recorrer às informações do IHGB e sua revista para elaborar um texto, discutir uma posição, defender uma dada interpretação social, histórica, política. Valéria De Marco mostra que nos andaimes de *O Guarani* de José de Alencar despontam memórias, documentos, recolhidos, publicados e avalizados pelo IHGB. *A Perda das Ilusões – o romance histórico de José de Alencar*, Campinas: Ed. UNICAMP, 1993, cap. O Guarani: as cicatrizes do mito.

⁹ *Jornal do Commercio*, 30/agosto/1855.

¹⁰ Segundo Debret, Porto-alegre foi aluno do Barão de Gros em Paris, prosseguindo uma linhagem artística marcada por David. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, São Paulo/Brasília: Martins/INL, t. II, v. III, p. 115.

grito do Ipiranga, o *momento supremo* e mais heróico deste governante. Ele escolhia o gesto que funciona e coincide com a certidão de nascimento do Brasil independente. De imediato, discordava de Grandjean de Montigny que não privilegiara nem um momento em especial, tampouco o próprio ato de fundação do país. O artista francês preferia celebrar a personagem na estátua, enquanto Porto-alegre preferia fixar o momento da independência em bronze e trazê-lo para a praça pública, reiterando-o indefinidamente. Ele chegou a narrá-lo sucintamente:

O heróe, caminhando pela estrada de São Paulo, pára o seu cavallo no regato do Ypiranga, e proclama a independência do Brasil ¹¹.

A obra de Varnhagem, publicada também neste ano de 1854, interpunha esta tríade: o grito, o Ipiranga, a figura de D. Pedro, que acabou por conformar um cenário, uma ação, um protagonista para o ato que inaugura a nação. Aos poucos e a partir das interpretações escritas, este ato ganhava uma plasticidade, uma imagem. Em Varnhagen, destacava-se o 7 de Setembro:

O Brazil conta ainda hoje, e contará eternamente, o dia 7 de SETEMBRO, como o primeiro do anno no Kalendário das festividades nacionaes. E com fundamento. Neste dia nasceu a nação... ¹²

Cada vez mais a partir de meados do XIX, a representação positiva de D. Pedro I coincidia com este momento do grito do Ipiranga, com o “fato” da independência, abolindo, paulatina e lentamente, sua conformação monárquica. Porto-alegre, este artista, literato, historiador e crítico de arte, defendia ainda que este gênero de estátua equestre por remontar à Antiguidade traria dignidade ao objeto, com uma longa tradição em retratar reis e heróis, tendo uma capacidade de representação inegável. Ela bem retrataria uma época do Brasil que se delineou mais pelo seu *caráter transitório* do que por suas *qualidades orgânicas*, para ficar nas expressões por ele usadas. Assim, a finalidade desta estátua seria retirar tal época do

¹¹ A Estátua Equestre do Fundador do Brasil, *O Guanabara*, 1851, t. II, p. 289. Eram diretores deste periódico artístico, literário, científico: Porto-alegre, Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, membros de destaque do IHGB.

¹² *História Geral do Brasil*, Rio de Janeiro: E. H. Laemmert, 1954, t. I, p. 438. Cabe alertar que a 2ª. edição da década de 1870 desta obra difere da primeira publicada na década de 1850 e que o IHGB não recebeu tal escrito

esquecimento, salvá-la do esvanecimento, ao criar um monumento que *simbolizasse* _ segundo o modo de pensar deste autor _ um ato e momento cruciais da história do Brasil.

Porto-alegre se dedicara várias vezes às relações arte-política. Ele escrevera sobre a festa de recepção à D. Maria Amélia, assinalando que esta marcara tanto a cidade que o Valongo trocou de nome para Caes da Princesa ¹³. Ele mesmo preparou a varanda de sacração de D. Pedro II e o quadro sobre o assunto. Atuando como crítico, reprovou o quadro de Moureau a propósito do Fico por *desgraçada composição* ¹⁴ e, como artista formado por Debret e nos moldes da Academia Imperial de Belas Artes, produzia tanto uma imagética da realeza e quanto conferia uma visibilidade ao Brasil com suas obras sobre a sua natureza ¹⁵. Ele atentava, em especial, às coerências entre a arte e o tempo histórico, se a composição, os trajés, os temas, os símbolos condiziam com o período histórico enfocado, sem distorções e visando estabelecer uma *verdade histórica* ¹⁶.

Participando da comissão julgadora que avaliou os projetos para erigir a estátua, Porto-alegre ajudou a definir o discurso visual do fato da independência, a cara do 7 de setembro. Foram três os projetos premiados pela seguinte comissão julgadora: Araújo Porto-alegre, Joaquim Norberto de Souza e Silva, Eusébio de Queirós. Porto-alegre pediu a retirada da exigência dos tais éfiges do pedestal, alegando a dificuldade em arrolar os principais protagonistas da independência e uma falta de seus retratos que servissem de base para o artista. O resultado da seleção foi publicado em 1855 e, depois, de avaliar 35 projetos, a comissão selecionou

com glórias, elogios. O Relatório do Secretário Joaquim Manoel de Macedo lamentava a ausência de boas obras em 1854, sequer comentava o livro. **RIHGB**, 1855, v. 18.

¹³ **Minerva Brasiliense**, 1/novembro/1843.

¹⁴ **Minerva Brasiliense**, 1/março, 1843. Em 1844, Porto-alegre teria desenhado um esboço do monumento a pedido de Clemente Pereira. Herstal, **Op. cit.**, p. 219. E, em 1854, participava de outra sociedade letrada a partir da qual sugeriu a construção de um monumneto em honra a Colombo, considerando-o: herói da América. Süsskind, F., Colombo e a épica romântica brasileira, **Revista USP**, 1991/1992, n. 12, p. 132.

¹⁵ Ver, por exemplo, seu desenho **Floresta Brasileira** de 1853, que pertence a uma série sobre paisagem fluminense. Aqui, a imensidão da natureza, sua beleza ao lembrar um jardim bem engendrado pela Providência, sobressaem-se ao contrastar com a pequenez humana de dois caçadores que admiram tal obra e dela compartilham. **Universo Acadêmico, Desenho Brasileiro do Século XIX da Coleção do Museu Nacional de Belas Artes**, Rio de Janeiro: MNBA, 1989, Catálogo da Exposição.

¹⁶ Compare-se os projetos de autoria desconhecida arrolados por Herstal, nos quais o espectador não consegue precisar o momento histórico retratado. **Op. cit.**, p. 226-233.

três. João Maximiano Mafra, professor de pintura histórica e discípulo da Missão Artística, tirou o primeiro lugar. O anagrama de seu projeto evidencia a proximidade com a proposta de Porto-alegre: **Independência ou Morte**. Aliás, a formação de ambos se aproximava no apreço à pintura histórica, sua precisão, o zelo em elaborar quadros tematizando a nação. Os outros escolhidos foram Luiz Jorge Bappo e Louis Rochet.

Desde a década de 1840, quadros e gravuras escolhiam recortar o momento da independência, o grito do Ipiranga, no sentido do que Porto-alegre sistematizara posteriormente em **O Guanabara**. Todavia, não existia uma única forma de retratar este momento. O pintor René Moreau, noutra clave, conferiu ao acontecimento um caráter popular, pois o tratou como uma festa comemorada por toda gente, com D. Pedro a cavalo, sem comendas militares e grandes poses, acenando o chapéu, acompanhado, dispersamente, por outros militares que, aqui e acolá, erguem o chapéu, saúdam a população. Sobressaía-se a presença de homens, mulheres, uns mais enriquecidos, outros menos, e o moleque que corre ao lado de D. Pedro, num gesto franco e expansivo, segurando seu boné de braço estendido, de pés descalços, calça curta e puída, explicitando a aceitação e alegria popular, além de lembrar vagamente o moleque que ladeia a personificação feminina da Liberdade no famoso quadro de Delacroix – **A Liberdade guiando o povo**. O pintor flagra o instante da proclamação da nova divisa do Brasil: **Independência ou Morte**, as cartas ainda estão jogadas no chão, as pessoas comemoram, todos exultam, sem que haja um único centro da ação, sem a espada, os dragões enfileirados, a hierarquia militar. Nas outras representações, cada vez mais, a figura militar do imperador ganha importância até o seu triunfo no quadro de Pedro Américo e, paralelamente, vai desaparecendo a participação do povo.

Apesar do primeiro lugar conferido ao projeto de Mafra, delegou-se a tarefa de realizar o conjunto escultórico ao estatuário Louis Rochet de Paris, que levara o terceiro lugar no concurso e era um reconhecido especialista em estátuas equestres,



PINTURA DE FRANÇOIS RENÉ MOREAUX DE 1844. O ORIGINAL ENCONTRA-SE NO
MUSEU IMPERIAL DE PETRÓPOLIS.

autor da estátua de Carlos Magno na Praça de Notre Dame ¹⁷. O projeto preferido ¹⁸ compunha-se de D. Pedro em traje militar, sem coroa e manto, sem veste antiga como queria Grandjean de Montigny, sobre um cavalo, segurando na mão direita a constituição, exibindo-a a todos, pois em gestos largos, estende o braço e a apresenta com satisfação. Embaixo, no grande pedestal, quatro grupos indígenas aludem aos quatro rios do Brasil: Amazonas, Paraná, Madeira e São Francisco que funcionavam como uma demarcação territorial. A citação dos rios e destes grupos indígenas, colocavam numa mesma sintaxe o imperador e um mesmo elemento _ sîgnico e relativo ao país_ que se referia à América, por decorrência e como correlato ao Brasil: o índio. Mais uma vez, unia-se o soberano ao Brasil de feição indígena e à sua natureza, denotando seu território, sua origem mais remota ao citar a primeira raça a viver no Brasil, sem resvalar no sistema colonial, no passado colonial desprezado sob mando português ¹⁹. Entre o pedestal e a estátua, contornando todo o conjunto, viam-

¹⁷ Calmon, P., *História de D. Pedro II*, Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/MEC, 1975, v. 2, p. 663. Bittancourt da Silva, um dos fundadores do Liceu de Artes e Ofícios, se opôs à contratação de um artista estrangeiro para realizar a estátua, alegando o desdenho do estado pela arte nacional. *O Brasil Ilustrado*, 15/setembro/1855.

¹⁸ A grosso modo, pode-se dizer preferido mesmo, pois os três premiados levaram o mesmo valor monetário, sendo o maior prêmio a edificação da estátua. Daí que talvez Mafra não fosse o melhor para executá-la, mas guardava uma afinidade intelectual e artística com a comissão, logo com o próprio IHGB, quanto ao que deveria ser representado e de que forma. Talvez não seja muito arriscado dizer que o monumento tinha mais de uma autoria, à medida em que entrecruzava na escolha da estátua e confecção os anseios do IHGB, uma acepção de arte de Porto-alegre, então o maior crítico de arte, professor da Academia e dileto pupilo de Debret, a obra do professor Mafra.

¹⁹ Convém apontar que nesta década de 1850, vigorava uma versão romântica do índio, sobretudo nas obras literárias, no sucesso de *O Guarani* (1857), nos poemas de Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias que suscitaram a polêmica sobre o poema *A Confederação dos Tamoios* (1856), envolvendo José de Alencar, estes poetas, Porto-alegre, o próprio D. Pedro II e mobilizou os jornais, os leitores, a gente letrada da cidade. Castello, J. A., *A polêmica sobre A Confederação dos Tamoios*, FFCL-USP, 1953. Antônio Candido, *Formação da Literatura Brasileira. Momentos Decisivos*, Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1993, v. 2, caps. II e III. Este grupo de Joaquim Manuel de Macedo, Gonçalves de Magalhães, Porto-alegre, era forte no IHGB, rivalizando com uma outra interpretação etnográfica a respeito do índio presente em von Martius e Varnhagen, na qual este homem natural ficava fora da história devido à sua barbárie, sem coadunar-se com a civilização. Em von Martius, o índio era uma raça primitiva e decadente da qual ainda se poderia achar *ruínas* de sua sociedade e de seu passado, como acontecia no México e Peru. No entanto, ele não participava da marcha do progresso, cujo motor residiria no português. Porém, este estudioso alemão postulava que da miscegenação das três raças _ *índio, negro, branco* _ resultaria o povo brasileiro. O país encontrava-se na sua *infância* porque apenas as *raças inferiores* se misturavam e, paulatinamente, com o processo de miscegenação com o branco, *mais forte*, nasceria o povo brasileiro. A fim de completar tal processo e assegurar a civilização, o estado imperial deveria tutelar o país e sua gente. Como se deve escrever a história do Brasil, *RIHGB*, 1844, v. 6. Para Varnhagen, na esteira de von Martius, o índio funcionava como uma introdução ao Brasil, aludia a um tempo remoto, sem a ação civilizadora dos europeus. No capítulo suprimido na 2ª edição de sua *História Geral* ele afirmou: *Quereis saber o que é a nação brasileira? Olhai para o próprio brasão de armas que a simboliza.*

INAUGURAÇÃO DA ESTATUA EQUESTRE DO IMPERADOR D. PEDRO I.



Imperial Imprensa de Musica de Filippone e Tornaghi Rua do Ouvidor 101, Rio de Janeiro.

se brasões das 20 províncias, referendando a sua adesão à monarquia, retomando uma idéia inicial de Grandjean de Montigny que se generalizara e se transformara numa necessidade nacional depois de tantas lutas separatistas de diversas províncias.

Num estudo sobre a inauguração da estátua, Porto-alegre definia a importância dos brasões ao afirmar que eles transpunham o tempo e deixavam vislumbrar o passado e suas grandes civilizações. Funcionavam como documentos daquelas sociedades que permitiam entrever a sua duração temporal e aquilo que elegia como importante à medida em que se cunhava elementos queridos e/ou valorizados. Assim, a distante e desaparecida Cartago poderia ser conhecida através destes brasões. Considerava os brasões símbolos escolhidos que aludiam a uma determinada civilização, ou nas suas próprias palavras: *letras de um alfabeto civil*, nascido na Antiguidade, generalizado pela Idade Média quando cada feudo adotou um brasão e, posteriormente, esta prática foi adotada em cada nação, que se identificou num brasão próprio. Fazia-se necessário estudá-los, sabê-los, a fim de acessar e conhecer cada nação do passado, do presente; bem como tê-los para o Brasil. Neste sentido, elencava o brasão de determinadas províncias e, comumente, seus símbolos provinham da ordem da natureza ou prendiam-se à Providência ²⁰. Tais brasões veiculados numa solenidade pública atestariam a tradição da *cerimônia nacional*, pois já preexistiam, tendo sido usados e exibidos noutras ocasiões, em tempos de outrora, e, agora, eram recuperados e valorizados pela nação

Nele vereis a esfera armilar, significando a origem da dinastia e a do Estado, e nele vereis também a cruz da Ordem de Cristo, que representa por si só a história da civilização do país. Op. cit., v. I, p. XXV. No entanto, concordava que possuíam, na sua língua, um traço poético. Para perceber estes projetos letrados distintos a respeito do índio no âmbito do IHGB: Varnhagen, F. A., Memória sobre a necessidade do estudo das línguas indígenas do Brasil, **RIHGB**, 1841; t. 3; Magalhães, G., Os Índios Brasileiros perante a Nacionalidade, **RIHGB**, 1855, v. 18. Ora é interessante apontar este antagonismo dentro do IHGB na definição de um mito da nacionalidade centrado no índio. E por outro lado, a esperta opção feita por Porto-alegre, Mafra, Rochet, em favor do índio ao colocá-lo na estátua e concorrer para instaurá-lo, publicamente, como *símbolo* da nação brasileira.

²⁰ As armas seriam as seguintes: Amazonas: uma tartaruga em campo azul; Pará: natureza saindo de uma cornuópia; Ceará: carnaúba em campo azul e amarelo; Pernambuco: uma virgem com cana de açúcar na mão; Bahia: globo do salvador ou de D. Manuel e tabaco; Espírito Santo: o próprio; Rio de Janeiro: globo com três flechas _ numa alusão a São Sebastião _ e café à roda; São Paulo: livro, espada e palma em campo vermelho; Paraná: coroa de pinheri; Santa Catarina: navio; São Pedro _ atual RGS _ : tiara de São Paedro; Minas Gerais: campo de ouro; Goiás: jacaré; Mato Grosso: sucurimba; Maranhão: três flores de lis em campo branco. Porto-alegre, A., Programa para as solenidades da colocação da pedra fundamental e inauguração da estátua equestre de D. Pedro I de que fui incumbido ..., estudo sobre armas e brasões brasileiros. IHGB, Lata 653, Doc 13.

independente que conseguia, aos poucos e com esforços, redescobrir seus símbolos, suas personagens, seus grandes fatos, retirando-os do passado. Cada elemento da estátua, então, cada pormenor deveria ser justificado por um pertencimento histórico ao Brasil, concorrendo para elucidar seu passado e dar-lhe densidade histórica.

Nesta concepção da estátua desapareciam quaisquer referências às festas do Imperador, às suas cerimônias. Porém, fundia-se o fato do grito do Ipiranga com a constituição outorgada em 1824. Numa nova dança das datas, a aclamação, a sagração iam perdendo importância. De certa forma, o engrandecimento deste fato do 7 de setembro, obscurecia a conformação da sua persona de D. Pedro I, colaborando, portanto, para o seu esquecimento ou compreendendo-o num outro diapasão. A própria inauguração da estátua num 25 de março valorizava a data de abertura da assembléia, seu papel, e colocava, num primeiro plano, a autoridade de D. Pedro I frente a constituição, então, vigente.

Em 1863, Homem de Mello publicava sua avaliação sobre a atitude do imperador que dissolveu a assembléia, outorgou leis, condenando-o pelo despotismo e, em contrapartida, enaltecia a assembléia. Ele reencontrava no passado, na década de 1820, uma vertente liberal na qual se perfilava em seu presente, preocupado também em salvá-la da calúnia ou do esquecimento:

Raça degenerada somos nós, que renegamos as glórias tão vividas do nosso passado, rasgamos as páginas mais brilhantes de nossa história, e cobrimos de insultos uma geração inteira para sobre as ruínas de sua reputação erguer o vulto dos ídolos do dia ²¹.

Ou seja, defendia a importância e a isenção dos deputados diante de um imperador que, na sua formulação, tornava-se mais e mais autoritário. Ora, começava a surgir dentro desta camada letrada, atuante no estado, formadora de opinião pública e presente no ideário das elites, uma nova interpretação, bem elaborada,

²¹ Homem de Mello, F. I. M., *A Constituinte perante a história*, Rio de Janeiro: Typ. Da Actualidade, 1863, p. 1. O autor declara que escreveu este libelo em 1862, talvez, em certa medida, sob o ensejo da inauguração da estátua. Ele se opõe abertamente a Armitage e Varnhagen que mal julgavam aqueles constituintes ao tomá-los por *mediocres*.

sobre D. Pedro I, que se construía no interior de uma discussão norteada pela história
22,

A imagem da estátua foi divulgada antes e depois da sua inauguração de várias maneiras pelo universo social: através dos periódicos que a estampavam e gravuras que a faziam circular pelo país, por exemplo na *Revista Popular*, nas obras de Sisson, de José Maria Baptiste Coelho, em quadros, e, posteriormente, ao ser transformada numa efígie de cédulas de dinheiro, motivo de enfeite em objetos domésticos como pratos e vasos ²³.

Duas solenidades foram organizadas para festejá-la. A primeira, no 12 de outubro de 1855, lançou-se sua pedra fundamental, no dia do aniversário de D. Pedro I, data de sua aclamação. Enterraram no local escolhido para construí-la: uma caixa contendo: a medalha da estátua, moedas dos reinados de D. Pedro I e seu filho, desde 1822-1860, o auto da estátua e a Constituição realizada na década de 1820. Aquela caixa, enterrada, guardava para sempre _ tal qual um cadáver _ uma definição deste soberano aos olhos destes letrados de meados do século XIX. A outra solenidade da inauguração fôra planejada para o 25 de março de 1862, data da constituição, mas as chuvas a adiaram para dias depois. Com um arco do triunfo erguido, na presença do imperador, com banda, câmara em traje solene, inaugurou-se a estátua.

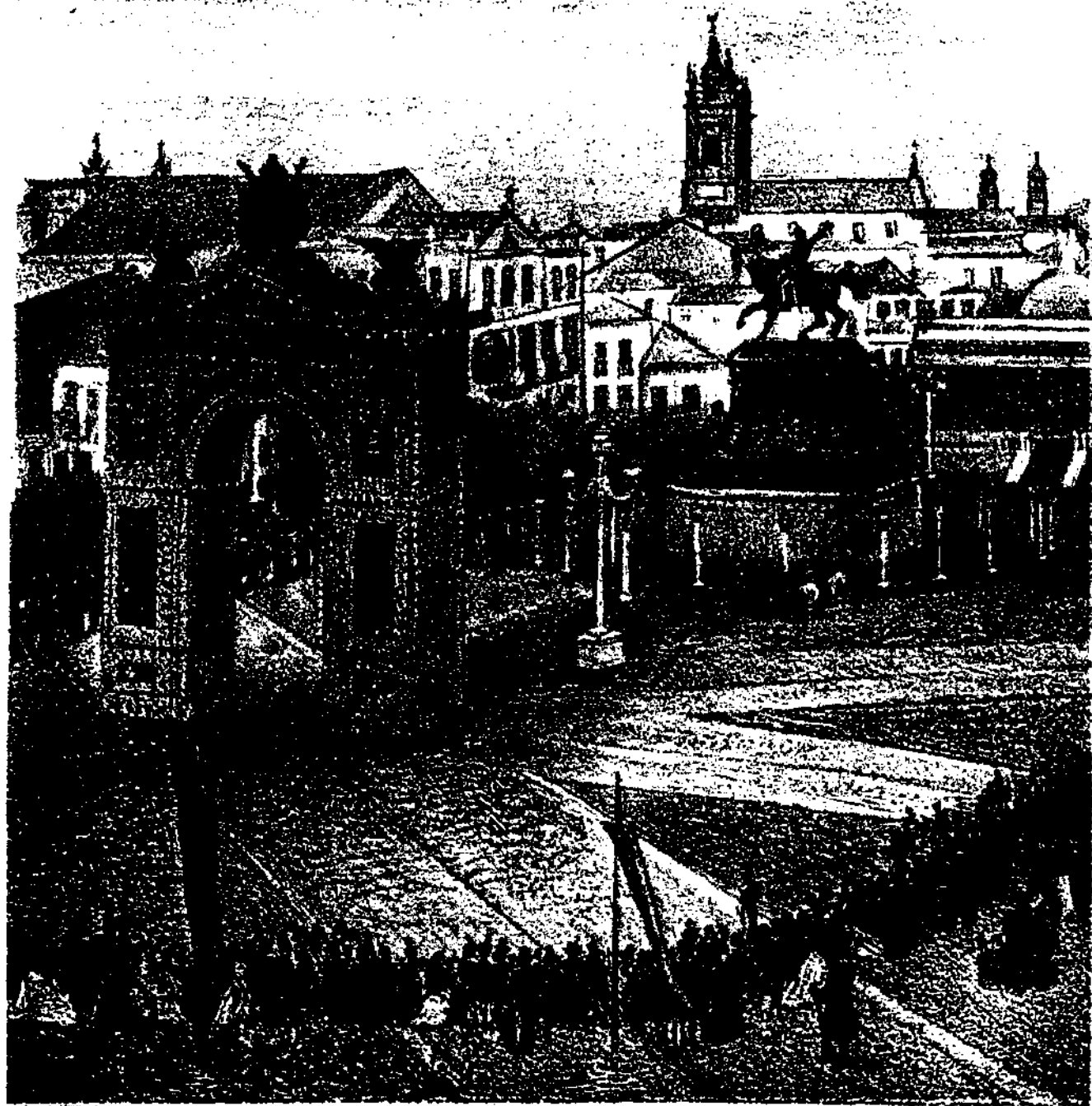
No rol das poesias pronunciadas aquele dia e mantido no IHGB, a interpretação sobre o seu valor e capacidade de representação variava. Um poema de autoria Luiz Vicente de-Simoni, que circulou neste dia, aliava D. Pedro I e Tiradentes ao designar aquela praça como o local de seu suplício. Eis o soneto:

*Neste mesmo lugar aonde um dia
Expirou no patíbulo infamado,*

²² Como afirmou o côengo Januário da Cunha Barbosa no seu Relatório de 5º. aniversário do IHGB: *A História é a memória das nações*. Porém, este historiador, clérigo, liberal se dedicava a iluminar o passado a fim de glorificar o estado imperial. *RIHGB*, 1843, t. 5.

²³ Herstal, *Op. cit.*, 238-253; e a coleção de objetos sobre D. Pedro I pertencente ao Museu Histórico Nacional (R. J.). Na década de 1870, a estátua, sobretudo pelas mãos de Angelo Agostini, passava a aparecer nas caricaturas, desqualificando a figura do imperador, fazendo-o ouvir um índio que lhe fala de liberdade e reclama da situação. Herstal, *Op. cit.*, p. 256-269.

LITOGRAFIA ANÔNIMA RETRATANDO A INAUGURAÇÃO DA ESTATUA EQUESTRE



Imp. Simonau & Thode.

*Quem, por lusa justiça condenado,
Pela patria brazilica morria!*

*Aqui onde em terror então gemia
Internamente o povo consternado,
Luso Príncipe, em bronze figurado,
Surge da multidão com alegria!*

*Porque tal diferença? Este vem d'esse
Patriota vingar a honrosa fama,
Que em todo o brilho seu restabelece:*

*Com, um livro na mão, elle proclama
Que o que quiz o infeliz aqui floresce
E patria independente hoje se chama*²⁴.

Apesar de aludir a Tiradentes, o poema não sobrepunha uma personagem histórica à outra ou criava uma contradição entre elas²⁵. Pelo contrário, as inseria numa linearidade, porque uma iniciou o processo de independência ao lutar por um país livre regido por uma constituição e apenas D. Pedro conseguiu concretizar tais intentos. Entre Tiradentes e D. Pedro instaurava-se um fio condutor, onde um finalizava e concretizava o objetivo do outro. Por isso, podiam conviver numa mesma praça pública em paz. No local onde o primeiro padecera, erguia-se a estátua para o segundo e os dois conviviam bem de acordo com esta explicação linear de fundo

²⁴ Poesias comemorativas pela inauguração da estátua equestre de Pedro I. IHGB, Lata 458, Doc. 10. Constam 32 poesias dedicadas a este tema e que circularam nesta solenidade. Contando entre os autores com Joaquim Norberto, Porto-alegre, Teixeira e Sousa, e outros, sendo que todos aplaudem a D. Pedro, asseverando a noção do *fundador da monarquia brasileira*. Porém, a poesia citada é a única que casa os dois heróis.

²⁵ Esta mesma convivência dos dois heróis ocorria em outros lugares como no *Brasil Pitoresco* de Charles Ribeyrolles (1859) que tanto exaltava Tiradentes: *O mártir soube morrer. A multidão emocionada não viu passar um queixume, um temor, sobre essa fronte de soldado. É que ele se sacrificava por uma idéia. Quanto assinalava a importância de D. Pedro: Ora, o Brasil, liberto e emancipado, poderá esquecer, após trinta anos de paz absoluta, que Pedro de Bragança, em meio as perturbações e as tentativas, foi o primeiro a cortar as amarras de Portugal, soltando o grito de insurreição e dando-lhe a sua bandeira? Poderia o Brasil esquecer que esse homem, soldado intrépido, príncipe violento, tinha todavia gravado seu nome no mármore das*

histórico. Pouco depois, na *Revista Popular*, um certo V. B. propunha a construção de uma estátua para Tiradentes, sem que uma roubasse a grandeza e o significado da outra ²⁶.

Encarregado de representar as assembleias legislativas de Minas e do Paraná, muitas cidades de várias províncias – São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, –, a Imperial Sociedade e Recreio do Rio Grande do Sul, referendando a sua legitimidade por condensar vontades e falas, Teophilo Benedito Ottoni ²⁷ se viu na contingência de discordar da inauguração desta estátua, batizando-a de *mentira de bronze*. Argumentava que D. Pedro não era o herói da independência, tampouco era digno de tal homenagem. Ele partia de uma indagação:

... sob que título se levanta no Brasil ao Senhor D. Pedro I uma estátua equestre ²⁸.

A partir daí, decorriam três questões de caráter histórico que se articulavam num todo coerente, pois se exigia uma avaliação histórica e política da atuação de D. Pedro:

- * se a independência se deve unicamente a D. Pedro,
- * se a constituição não foi outorgada ou debatida e votada,
- * se o 7 de abril de 1831 foi uma rebelião ou um ato de virilidade popular.

A favor da interpretação positiva do movimento de 1831, como um ato popular comandado pelos liberais, para ele, a estátua exaltando D. Pedro I transformava, de imediato, a abdicação numa rebelião. Ele desprezava a rebelião, encarando-a como um movimento negativo, sem ordem e contra a ordem, sem o pulso liberal, ou concorrer para o progresso do Brasil. O autor estabelecia uma

tribunas livres e morreu, deixando em seu passado duas constituições? Brasil Pitoresco, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980, v. 1, p. 122 e 142, respectivamente.

²⁶ *Revista Popular*, 15/maio/1862. Mencione-se que, em 1846, o IHGB providenciou uma tradução do capítulo da *História Geral* de Southey sobre a inconfidência mineira, aos cuidados de José Resende Costa, político atuante na década de 1820 e que fôra inconfidente. Tal procedimento conferia reconhecimento histórico a este movimento. No *Resumo de História do Brasil até 1828 traduzido de Ferdinand Denis correcto e aumentado* por H. L. Niemeyer Bellegarde, Rio de Janeiro: Typ. De Gueffier e C^a, 1831, a inconfidência mineira surgia na história brasileira, mas não se coadunava à independência. Por outro lado, José Murilo de Carvalho indica que, em meados do século XIX, existia uma recuperação da figura de Tomás Antonio Gonzaga, rivalizando com Tiradentes para se definir o herói da inconfidência. *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*, São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 60-61.

²⁷ *A Estátua Equestre*, Rio de Janeiro: Typ. do Diário, 1862, Pedro Calmon informa que esta carta-protesto foi publicada, originalmente, no *Diário do Rio de Janeiro* em 25 de março de 1862.

²⁸ *Op. cit.*, p. 6.

correlação mimética entre este monumento e o movimento social que expulsou o soberano. Se ele era digno da estátua, 1831 não passou de uma rebelião:

Ao menos, é isto o que eu leio na praça da Constituição ²⁹.

Ao considerar a abdicação um ato de vontade e energia popular sob liderança liberal, ao negar que a independência se devia apenas a D. Pedro, ao denunciar o autoritarismo da Constituição de 1824, ele relativizava a participação de D. Pedro e colaborava para o esquecimento do imperador em sua persona. Em contraponto, Teophilo Ottoni encontrava uma outra linhagem histórica onde brilhavam as inconfidências ³⁰ desde o final do século XVIII, sendo que este processo se iniciava com Tiradentes, passava por Pernambucano de 1817 e se encerrava no grito da independência, alinhado diversos movimentos num fio-condutor que, num crescente, alcançava a emancipação; forjando, assim, uma espécie de teleologia na história brasileira.

Ele se atinha principalmente em narrar e criar uma descrição para a execução de Tiradentes, enfatizando o sacrifício, a violência, o desmando português e, ao torná-lo um réu inocente martirizado por uma boa e justa causa, heroicizava-o. Quanto à independência, via em José Bonifácio um *instrumento da Providência* que, efetivamente, armou a sua realização:

Primeiro ministro do senhor D. Pedro I, ornado da tríplice aureola da virtude, do patriotismo e da sciencia, José Bonifácio levou ao cabo a patriótica conspiração de Tiradentes.

Um planejava, outro realizava a independência ³¹.

Teophilo Ottoni alinhava Tiradentes e Bonifácio e até aceitava que Portugal erguesse para D. Pedro uma estátua, pois lá ele fôra figura chave na discussão constitucional; embora, no Brasil, não tenha tido uma atuação liberal. Ele discordava radicalmente da construção desta estátua. Avaliando sua participação histórica em termos do autoritarismo político. Opondo-se a D. Pedro, tornava Tiradentes o

²⁹ *Idem*, p. 2.

³⁰ Já em 1844, o negociante baiano Joaquim José da Silva Maia publicava um artigo chamando a atenção para tais inconfidências que almejavam a fundação de uma república federativa. Ele citava que o pensamento de Locke, Raynal, a Independência dos EUA e a Revolução Francesa que lhe ensinavam a entender a importância destes movimentos. *Memorias historicas e philosophicas sobre o Brasil, Minerva Brasiliense*, no. 13, 1/5/1844.

³¹ *Op. cit.*, p. 6-7.

patriarca da independência, para usar suas palavras. Nascia aqui um antagonismo entre D. Pedro e Tiradentes, que valorizava um ou outro com os sinais trocados. Aos poucos, se associavam outros nomes, atos, objetivos à independência, atenuando a presença do imperador.

Um opúsculo ³², publicado no mesmo ano de 1862, rebatia as afirmações de Teophilo Ottoni, acusando-o de confundir, *com arte*, causas, efeitos e circunstâncias históricas que retiravam D. Pedro de seu devido lugar, empobrecendo sua atuação. Com astúcia o autor se escondia no anonimato, porém enfatizava que falava na condição de uma *testemunha* que vivenciou aquela época. Diferente das preocupações de um historiador, ele se valia da autoridade de ter estado lá, naquele momento, visto e participado do acontecido, esperando que algum historiador do futuro abordasse aquela situação, sem estar comprometido com aquelas intrigas. O autor ainda indicava sua importância social, investindo sua palavra de uma autoridade ao se identificar como um comandante militar das lutas pela independência. Logo, não se tratava de um “joão ninguém” e, assim, podia desafiar e contrariar a posição do deputado Teophilo Ottoni.

Com a autoridade e condição de testemunha, expunha sua interpretação histórica. No seu entender, a abertura dos portos de 1808 ainda não concretizava a independência, sendo que o Brasil marchava, inevitavelmente, nesta direção por causa de vários fatores: o exemplo da América (do norte), as idéias do final do século XVIII, a liberdade das colônias espanholas. No entanto, a vinda da família real alterara decisivamente a necessidade do Brasil sozinho empreender a sua independência. Com a presença de D. João VI, o Brasil se tornava uma monarquia e obtinha este estatuto. Além disso, a presença do rei suscitava alegrias, felicitações e agradecimentos entre o povo.

³² *Estátua Equestre _ Opúsculo-Político-Histórico sobre os factos da Independencia do Brasil nos reinados de S. S. M. M. El Rei o sr. D. João VI e o Imperador o Sr. D. Pedro I por um veterano*, Bahia: Typ. de Antonio Olavo da Fr. Guerra, 1862.

... (D. João) deu a emancipação e os meios de sustenta-la, com o engrandecimento a que elevou o Brazil, nos poucos annos que aqui residiu, e com seu Augusto filho que nos deixou para a nossa salvação ³³.

Fatalmente, o momento da independência havia chegado e a Providência trouxera o rei para cá, evitando lutas intestinas, sangue derramado. Com as Cortes, o Brasil conseguia sua independência – como sinônimo de autonomia. As Cortes, contudo, se exarcebaram, querendo o retorno do Brasil à sua condição colonial. Isto se fez inaceitável. Os motivos da independência residiam: na impossibilidade de Portugal ser colônia do Brasil e vice-versa, nos progressos que a família real trouxera e a vontade de se fazer no Brasil uma constituição própria. Passava a ser inviável manter o grande império, a grande família, à custa da supressão ou falta de leis específicas que atendessem ao Brasil. No limite deste debate constitucional, colocava-se a independência do país. Neste momento e neste fio da navalha, D. Pedro agiu:

O brado que soltou no Ipiranga o nosso heroe, também não quiz dizer que fazíamos então a independência; mas elle clamou muito bem, clamou pelo nome que devia clamar; achando-se ella, como se achou, ameaçada de morte, clamava os brazileiros para a deffenderem, para a sustentarem.

Independência ou morte!!

I. é, vinde sustentar a independência, ou morramos.

Para sustenta-la, foi-nos preciso separar-nos de Portugal, e foi o que fizemos; por ventura inadvertidos adherimos á constituição delle, não foi para tornar-nos sujeitos, ou dependentes; mas sim para conseroarmos a união da grande família, guardados nossos fóros, nossa emancipação, nossa liberdade ³⁴.

Para este anônimo capitão dos caçadores, o mote da independência valia mais que o “fato”, sendo que o palco da disensão se dera nas Cortes em Lisboa e na necessidade do Brasil garantir a sua soberania, desvincilhando-se, de vez e assim, do estatuto colonial. Aqui, o grito participava de outra interpretação histórica que validava a veracidade da estátua, enquanto um monumento de grande significado na

³³ *Op. cit.*, p. 8. O erro de D. João consistiria em não saber conciliar os interesses de Brasil e Portugal, atendendo mais a um do que a outro.

³⁴ *Idem*, p. 24.

história do Brasil. Trata-se de um dos últimos textos a defender e entender D. Pedro deste modo, daí seu tom melancólico ao abordar um tempo do passado e um traço épico ao narrar a ação heróica de D. Pedro.

O autor ainda se deteve em avaliar as *conspirações* do século XVIII, nomeadamente a Mineira. Ele julgava Tiradentes um visionário, desprezava-o pela sua baixa condição social. Retrucava Teophilo Ottoni, abertamente, ao afirmar que se a atuação de Tiradentes o erigia no *patriarca*, este título também deveria ser repassado para: Manuel Nunes Viana, Backmam e Amador Bueno que lutaram contra Portugal no período colonial. Por outro lado, inqueria as relações entre Tiradentes e José Bonifácio, qual o plano criado por um e efetivado por outro? O que os unia, sendo homens tão díspares? Entre tais *conspirações* e a independência:

... não tem isto conexão alguma com independência que depois tivemos, encaminhada por outros meios; e se quizermos procurar uma antecedência à realização della, vamos a Pariz, ao tumulto do grande Napoleão I ³⁵.

Este autor, que se quer anônimo, refutava toda a argumentação de Teophilo Ottoni, desvincilhando as inconfidências da efetivação da independência, do seu modo de ocorrência e da sua eficácia. Depois, trucava perplexo: se a independência se baseava e dependia das ações e projetos destas conjurações, o Brasil que dela brotasse seria uma república. Longe disso, o Brasil independente constituía-se numa monarquia constitucional. Ele resumia:

Para prova de que o Sr. D. Pedro I esteve á testa dos movimentos com que sustentamos nossa independência, e nos separamos; basta o facto de ter continuado a monarchia entre nós, sem o que teria triunfado o partido republicano ³⁶.

Ato contínuo, comentava a situação das províncias em relação a Portugal quando da emancipação:

³⁵ Idem, p. 32. Ele ainda avançava afirmando que tais *conspirações* poderiam ter sido o prelúdio de um mundo republicano que não se efetivou, fazendo a seguinte analogia: *... é o caso de um homem que trabalhando por adquirir riquezas, e ainda as não tendo podido conseguir, por acaso depara com um thesouro, que não tem relação alguma com as fadigas anteriores.* Idem, p. 33.

³⁶ Idem, p. 38. Nesta mesma explanação a respeito da independência, ele reconhecia e reivindicava uma valorização do 2 de julho na Bahia, idem, p. 79-81.

As Províncias se declararam na mesma epocha, quasi acontecia que umas não sabiam o que se passava nas outras; mas o que se passava em todas era a mesma cousa; os votos por suas liberdades, a opposição aos seus oppressores ³⁷.

Sustentado por esta vontade geral das províncias, D. Pedro deu o grito. O autor ainda justificou a dissolução da constituinte à medida em que D. Pedro I visava manter a monarquia, lutando contra os partidários da república, contra às facções. O autor isentava D. Pedro de seu autoritarismo e inseria a estátua e a sua homenagem noutra sentença histórica, onde o “fato” – tão recortado e enaltecido por Porto-alegre – se apequenava em virtude desta ligação entre o imperador, as Cortes, as províncias. Cada vez mais, defesas contundentes explicando a atuação de D. Pedro escasseavam, erigindo-o no herói do grito do Ipiranga e, posteriormente, passou-se a militarizar a sua figura, nos trajes, na espada, nos companheiros de viagem.

Na estátua inaugurada em 1862, pulsavam novos entendimentos sobre Tiradentes que ainda rivalizava com D. Pedro I e se misturava a romances tortuosos e folhetinescos como na peça teatral **Tiradentes ou Amor e Ódio** ³⁸, de 1861.

Nesta trama, Tiradentes tanto vive uma traição amorosa quanto uma traição por seus anseios de liberdade. Ele é traído pela mulher amada e que o ama: Estella. Habilmente ludibriada por Silvério dos Reis e pela sua inocência, Estella rouba do bolso de Tiradentes a carteira com documentos da conspiração que a delatava e servia de prova no processo. A marquesa **, na realidade mãe de Estella, se apossa dos documentos e os entrega às autoridades. Esta nobre é movida pela vingança, pois Xavier recusara a sua paixão, preterindo-a por Estella. Quando o herói já fôra preso, julgado e encontra-se à beira da execução, as duas mulheres descobrem o ardiloso plano de Silvério dos Reis para obter os documentos e entregá-los às autoridades portuguesas. O próprio Tiradentes se iludira a ponto de pedir a Silvério que cuidasse de Estella, quando já sabia que a marquesa ** o denunciara; embora nunca se enganasse quanto ao caráter desta pérfida mulher ³⁹. Desesperada Estella

³⁷ *Idem*, p. 50.

³⁸ Almeida, J. R. P. de, **Tiradentes ou Amor e Ódio** – drama histórico em três actos original brasileiro, São Paulo: Typ. Imparcial de J. R. A. Marques, 1861.

³⁹ Ele admitia: *Eu a odeio, porque infeliz d'aquelle que sentir amor por uma d'essas mulheres orgulhosas e inconstantes que cobrem debaixo da formosura de um anjo a alma a mais corrompida. Perderá a dignidade de*

consegue, na última hora, uma absolvição para Tiradentes. Contudo, ela não chega a tempo de salvá-lo ⁴⁰.

Em meio as tentativas de salvar Tiradentes, a irada marquesa ** envenenara Estella, sem saber que se tratava de sua filha há muito perdida. Em compensação, a marquesa, ao descobrir a verdadeira identidade de Estella, se redime ao salvar a filha e lhe dar a única porção de antídoto contra o veneno, que também bebera, no auge do desespero, por saber que morria o objeto de seu desejo.

Nestas tortuosas idas-e-vindas da peça, o amor e o ódio se degladiam, porém a ação gira em torno de um Tiradentes resignado, apaixonado, que sabe qual é a sua missão maior: a liberdade do Brasil.

Aqui, se confundia o herói, o enredo amoroso tão rocambolesco, a traição de um homem mau, sem se descrever a cena do patíbulo, como se Tiradentes ainda não tivesse encontrado o momento que vai eternizá-lo na memória nacional. Apesar do autor tecer um comentário quanto à sua aparência no momento da sua morte: cadavérico, pálido, pés descalços, calças e blusa de algodão, mãos algemadas com correntes de ferro. Ao final da peça, o Visconde ⁴¹ conclue sobre o destino de Tiradentes para Estella e, consequentemente, à toda platéia, numa espécie de lição moral e didática:

Ora a Deus, minha filha, que expiou o primeiro martyr da liberdade brasileira ⁴².

Nesta estátua de bronze, despontava uma polissemia em torno de D. Pedro, aqueles que o exaltavam, os detratores, e suas respectivas explicações, produzindo uma profunda inflexão no modo de concê-lo. Bem como, aqui, pela última vez no século XIX brasileiro, D. Pedro I ocupava a praça pública, imobilizado em suas ações, que satisfizeram as elites, ao resolver os conflitos e comandar o povo em armas,

homem, e se converterá em um miserável escravo, sujeito sempre aos caprichos da mulher que goza em atormentá-lo. Op. cit., p. 80. O herói ainda se fazia pela dubiedade, apaixonado como qualquer mortal, sem o traço que o aproxima de Cristo, assemelhando-os.

⁴⁰ O governo português lhe oferecia, na peça, a oportunidade de renunciar às suas idéias. Ele se nega pois não quer ser um *retrógrado*. *Idem*, p. 83. Igualmente, indaga: *E é em vão que apparecem homens que sacrificariam sua vida levantando dos abyssos da corrupção e da mentira uma sociedade que se derruba de dia em dia?* *Idem*, p. 94.

⁴¹ Trata-se de uma personagem que ocupa o papel de uma autoridade local que percebe a grandeza de Tiradentes, a nobreza de sua causa, a sinceridade de seus sentimentos, a justiça em buscar a liberdade.

⁴² *Op. cit.*, p. 131.

emudecido em sua realeza e disputando em grandeza com um “enforcado” a mando de sua avó. A autonomia política do Brasil encontrava outros instituintes e, paulatinamente, ganhará dimensões republicanas. Não mais se mesclava a noção de Brasil à persona real, tornando-os intrínsecos e um necessário ao outro. D. Pedro _ isto é, toda arquitetura do poder que implicava _ perpassou o Brasil com uma gama de festas, ritos, cerimônias, gestos e vivas, bem como mediou um pacto social que se moldava com adesões das câmaras, debates sobre a constituição, povo configurado nas tropas, com várias amarras e interesses.

No interior desta sagração política e na sua duração, investiu-se o país de uma temporalidade que evocava a Deus, aos reis judeus, às práticas de poder das câmaras que remontavam ao passado colonial, à ordem almejada nas tropas, a reordenação do mercado e dos interesses liberais . Uma temporalidade constituída de práticas sociais e vivências que adensavam a própria experiência do tempo ao se engendrar com tantos passados e os retomava, julgando-se sua filha. Uma temporalidade que fazia crer e parecia que o Brasil era um ser em si mesmo, uma ontologia própria, cujas histórias perdiam-se no fundo dos tempos ou, quem sabe, nos desígnios divinos. A estátua de bronze não se constituía no ápice da persona de D. Pedro I e, ao monumentalizá-lo, trabalhava a favor do grito, do 7 de setembro, esquecendo-se de historicidades, que envolviam gritos na rua, indefinições na ação política, negociação entre os homens de elite e suas instituições, um medo que São Domingos se presentificasse, a fuga dos soldados ou as garrafadas, o funcionamento e sentidos da persona real, silenciava-se a praça pública e, no limite, seus quereres e importância política. Talvez, por isso a estátua fosse encarada, pelos contemporâneos e de dentro do próprio regime monárquico, como coisa do passado.

Lista de Ilustrações

Fig. 1: Ornamentos de cabeça de índos da Amazônia, Ilustração avulsa, Alexandre Rodrigues Ferreira, **Viagem Filosófica**, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, prancha 129.

Fig. 2: Frutas do Brasil. Debret, J. B., **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**, São Paulo/Brasília: Edusp/Martins, 1972, t. II, v. III, prancha 24.

Fig. 3: Vista do acampamento ao luar. **A descoberta da Amazônia. Os diários do naturalista Hércules Florence**, apres. Mario Carelli, São Paulo: Marca D'Água, 1995, p. 90-91.

Fig. 4 e Fig. 5: Desenho a nanquim e sépia. prospecto da Planta do monumento para a praça da Constituição em memória do dia 26 de fevereiro de 1821. Herstal, S., **Dom Pedro**, São Paulo/Lisboa: Min. da Educação e Cultura do Brasil/Min. dos Negócios Estrangeiros de Portugal, 1972, v. I, p. 168.

Fig. 6: Figurinos militares. AHU, Cód. 1525, Pernambuco, 1806.

Fig. 7 e Fig. 8: O Desembarque de D. Leopoldina por J. B. Debret. **Missão Artística Francesa e Pintores Viajantes**, Exposição idealizada por Jean Boghini, Rio de Janeiro, Instituto Cultural França - Brasil/Fundação Cas França-Brasil, 1990, p. 26.

Fig. 9: Partida da Rainha para Portugal por J. B. Debret. **Viagem Pitoresca...**, Op. cit., prancha 46.

Fig. 10: Festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros. Aquarela de Rugendas, litografada por Villeneuve e V. Adam. Coaracy, V., **Memórias da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, v. 3, cap. Rossio.

Fig. 11: Cortejo da Rainha Negra na Festa de Reis por Carlos Julião. **Oficina Tipográfica e Literária do Arco do Cego _ Lisboa**, Estampas. **Notícia Histórica** por Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976, prancha XXXVI.

Fig. 12: Passagem de SS.MM. e AA. RR. debaixo do Arco da rua Direita em frente à rua do Ouvidor por Thomas Marie Hippolyte Taunay. **Missão Artística Francesa e Pintores Viajantes, Op. cit., p. 74.**

Fig. 13: Festa do Largo de São Francisco de Paula na volta do Imperador de sua viagem à Bahia, por J. B. Debret, Coaracy, V., **Op. cit.**

Fig. 14: Caneca em faiança. Herstal, S., **Op. cit., p. 121.**

Fig. 15: Paliteiro com efígie de D. Pedro I. Herstal, S., **Op. cit.,**

Fig. 16: Aclamação de D. Pedro I por J. B. Debret. Herstal, S., **Op. cit., v. I, p. 299.**

Fig. 17: Calendário Perpétuo e Alegórico dedicado a D. Pedro I. BNLIsoa, Iconografia, E. 103 A.

Fig. 18: Fachada da Praça do Comércio de Grandjean de Montigny. **Missão Artística e Pintores Franceses, Op.cit., p. 56.**

Fig. 19: O festivo desembarque da princesa Leopoldina no dia 6 de novembro de 1817 por F. J. Frühbeck. Belluzo, A . M. de M. (org.), **O Brasil dos Viajantes**, Salvador: Metalivros/Odebrecht, 1994, v. 2, Um lugar no universo, p. 103, fig. 290.

Fig. 20: Desembarque da princesa D. Leopoldina por Thomas Marie Hippolyte Taunay. Herstal, S., **Op. cit., 101.**

Fig. 21: Aclamação de D. João VI por J. B. Debret. Herstal, S., **Op. cit., p. 141.**

Fig. 22: Aclamação de D. João VI por Thomas Hippolyte Taunay. Herstal, S., **Op. cit., 149.**

Fig. 23: Juramento de fidelidade ao Imperador D. Pedro I no ato da sua coroação na Capela Imperial, denominado “Quadro da coroação”, por J. B. Debret. Herstal, S., **Op. cit., p. 331.**

Fig. 24: Primeira distribuição das cruzes da Legião de Honra, na Igreja dos Inválidos por J. B. Debret. Franco, Afonso Arinos de Mello, **Jean Baptiste Debret - Estudos Inéditos**, Rio de Janeiro: Ed. Fontana, s/d, Estampa IV.

Fig. 25: Painel alegórico ao nascimento de D. Maria da Glória por Manuel Dias de Oliveira. Herstal, S., **Op. cit., 153.**

Fig. 26: D. Pedro I e a América, gravura de Gianni de 1825. Schlichtorst, C., **O Rio de Janeiro como é. 1824-1826. (Huma vez e nunca mais). Contribuições dum diário**

para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa _ estrangeira na capital do Brasil, Rio de Janeiro: Ed. Getúlio Costa, 1943. p. 56-57.

Fig. 27: Independência ou Morte. Seria a folha de rosto de uma obra dedicada aos principais eventos que em torno da fundação do império do Brasil. Herstal, S., Op. cit., 397.

Fig. 28: Pano de boca executado para a representação extraordinária dada no Teatro da Corte por ocasião da coroação de D. Pedro I, Imperador do Brasil. Debret, J. B., Op. cit., prancha 49.

Fig. 29 e 30: Projeto do Senado da câmara por Grandjean de Montigny. Museu Nacional de Belas Artes, projetos de Grandjean de Montigny.

Fig. 31: Monumento funerário para D. Leopoldina por Grandjean de Montigny. BNRI, Iconografia, Grandjean de Montigny, Arq. Vert. 2.

Fig. 32: Proclamação da Independência por François-René Moreaux. *Pátria Amada Esquartejada*, Coordenação de Júlio Assis Simões e Laura Antunes Maciel, São Paulo: DPH, 1992, p. 52.

Fig. 33: A Estátua Equestre do Senhor D. Pedro I no Rio de Janeiro. Herstal, S., Op. cit., 247.

Fig. 34: Inauguração da estátua equestre. Gravura produzida pela oficina de Rensburg. Herstal, S., Op. cit., 243.

FONTES

INSTITUIÇÕES:

PORTUGAL

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA

Manuscritos: Série Azul:

Apontamentos para a História da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1779-1806, Mn. 780.

Carta acerca da organização da Academia Real das Sciencias de Lisboa por Domingos Vandelli, Mn. 976.

Carta contendo algumas reflexões sobre os Estatutos da Academia Real das Sciencias de Lisboa por Domingos Vandelli, 1784, Mn. 977.

Cartas [Duas] acerca dos Estatutos da Academia Real das Sciencias de Lisboa por José Monteiro da Rocha (1783 a 1784), Mn. 975.

Carta [explanando] algumas reflexões acerca dos Estatutos da Academia Real das Sciencias de Lisboa por João Antonio D. Bella, Mn. 973.

Coleção de cartas do Conde de Barbacena e Abade Correa da Serra dirigidas a Domingos Vandelli sobre a fundação da Academia de Sciencias, Mn. 241.

Diario da Viagem quão fiz desde Villa Bella, capital de Matto Grosso até a V^a e Praça de Santos onde dei fim às minhas longas e trabalhozas navegações, indagaçoens, reconhecimentos e observaçoens feitas desde o anno de 1780 a 1790 nas Vastas capitancias do Pará, Rio Negro, Cuyaba e São Paulo por Francisco José de Lacerda e Almeida, século XVIII, Mn. 998.

Figueiredo, A. P. de, Discurso gratulatório e polêmico ao Ex^{mo} Sr. Marquês de Pombal no dia felicíssimo de seus anos, 1776, Mn. 24.

Grammatica Filozofica de Língua Portuguesa composta e organizada segundo o espírito e plano da Ilustre Academia da Sciencias de Lisboa, Mn. 353.

Lista das produções da natureza para o gabinete da Academia, enviada de Goa em 29/02/1788, Mn. 981.

Memória acerca do estado decadente da Academia de Moçambique no começo do século XIX por Dionísio Inácio de Souza Pinto, Mn. 847.

Memória ou apontamentos enviados a D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre as minas de Cuyaba e Matto Grosso por Diogo de Tolledo Lara Ordonhez, Mn. 1718.

Memória sobre a utilidade publica em se tirar o ouro das minas por Antonio Pires da Silva Ponte Leme, Mn. 373.

Memória sobre o modo fácil de ter o Reino a gente de que necessita para a Agricultura por Alexandre Antonio de Neves Portugal, Mn. 916.

O Feliz Clima do Brasil que vai pela variedade das suas produções offerece a Portugal toda a riqueza, Mn. 374.

Observações sobre os Estatutos da Academia Real das Sciencias de Lisboa por Antonio Soares Barbosa, Mn. 947.

Oração na abertura da Academia Real das Sciencias em 1/julho/1780 pelo padre Theodoro d'Almeida, Mn. 782.

Parecer acerca do plano dos Estatutos da Academia Real das Sciencias de Lisboa por Pedro José da Fonseca, 1784, Mn. 978.

Plano de estatutos em que convireram os primeiros sócios da Academia das Ciências de Lisboa com beneplacito de Sua Magestade, Mn. 260.

Plano de Estatuto em que se conviveram os primeiros socios em consequencia do beneplacito de S. Magestade pela Academia Real das Sciencias, Mn. 978.

Preces e votos da Nação Portuguesa ao Anjo da Guarda do Marques de Pombal, Lisboa, 1775, Mn. 765.

Regulamento da Biblioteca da Academia Real das Sciencias pelo dr. José Duarte Ramalho Ortigão, Mn. 800.

Vandelli, D., Sobre a necessidade d'huma viagem philosophica feita no Reino e depois nos seus dominios, Mn. 17.

Viagens históricas-naturaes feitas nos arredores da cidade de Coimbra até a distância de 2 léguas (1782), Mn. 318.

Manuscritos: Série Vermelha

Documentos vários, século XVIII, Mn. 143:

Memorias sobre a utilidade dos Jardins Botânicos e Muzeus de Historia Natural.

Memoria sobre a necessidade de formentar a Agricultura e as Artes, cauza da sua decadência e meios de as fazer florescer em Portugal.

Reflexões sobre os meios de reestabelecer o crédito público e de se segurar recursos para as grandes despesas feitas por D. Rodrigo de Souza Coutinho, secretario de Estado dos Negócios Ultramarinos e offerecido ao sereníssimo Sr. D. João Príncipe Reinante, 1799, Mn. 247.

Viagens Filosoficas ou dissertações sobre as importantes regras que o filosofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar por Domingos Vandelli, 1799, Mn. 405.

Catálogo Alfabético dos livros da Livraria do Convento de Nossa Senhora de Jesus:

Vandelli, D., Diccionario dos Termos technicos de Historia Natural, Lisboa: Academia de Sciencias de Lisboa, , 1788, 4^o E 365/14.

Publicações da Academia de Ciências de Lisboa

Câmara, M. F. da, Ensaio de descrição física, e de economia da comarca dos Ilhéus na America, Academia Real das Sciencias de Lisboa (1789-1815) por Melba Ferreira da Costa, 1992, t. I.

Coutinho, R. de S., Memoria sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos na independencia das nações que as possuem e especialmente da portuguesa, Academia Real das Sciencias de Lisboa (1719-1815) por Melba Ferreira da Costa, 1992, t. I.

Eschwege, G., Barão de, Extrato de uma memoria sobre a decadência das minas de ouro da capitania de Minas Gerais, e sobre vários outros objectos montanísticos, Memorias da Academia Real das Ciências de Lisboa, por Melba Ferreira da Costa, 1991, t. IV, pte I.

Vandelli, D., Memoria sobre algumas produções naturais deste reino, das quais se poderia tirar utilidade, Academia Real das Sciencias de Lisboa por Melba Ferreira da Costa, 1992, t. IV.

ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR

Comissão Especial dos Negócios Políticos e Comerciais do Brasil: Secções I e II:

Cx. 15, Doc. 31.

Cx. 51, Doc. 13 a 17 e 45.

Cx. 82, Doc. 1-9.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

Bahia, Avulsos:

1817 -1822, Cx. 250 a 264.

Rio de Janeiro, Avulsos:

1794 - 1799: Cx. 156 a 180.

1808 -1822: Cx. 244 a 285.

Pernambuco, Avulsos:

Cx. 111

Cx. 137

Cx. 146

Cx. 166

Cx. 176

Cx. 186

Cx. 188

Cx. 187

Cx. 201

Pernambuco, Maços: 158, 162, 176, 188, 186, 196.

Brasil: Códices, 573, 574, 575.

Cód. 1, Oração Gratulatória na Solemne Festa de Ação de Graças, que pela chegada feliz a cidade da Bahia de S. A. R.

Figurinos Militares:

Cód. 1512, 1513, Bahia - Aula Militar.

Cód. 1510, Bahia (1771)

Cód. 1514, Minas Gerais (1799).

Cód. 1518, 1520, 1521, Paraíba (1807).

Cód. 1522, 1523, 1525, Pernambuco.

Minas Gerais:

Doc. 1819, Vieira Couto, J., Momento sobre as Minas da Capitania de M. G, suas descrições, ensaios e domicilio proprio a maneira de hum appendice. Sobre a nossa Lorena Diamantina, sua descrição, suas produções minerológicas, e utilidades que deste Paiz possa resultar ao Estado, 1801.

Cx. 147, Doc. 1, Vieira Couto, J., Momento sobre a Capitania de M. G.; seu territorio, clima, e produçoens Mettalicas, sobre a necessidade de se estabelecer a animar a mineração decadente do Brasil. Sobre o Comercio e Exportação dos Metaes e Interesses Regios com um Appendice sobre os Diamantes e Nitro Naturais por Ordem da S. M., 1799.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Ministério do Reino, Correspondência do governo de Portugal com a corte do Rio de Janeiro: Livro 321.

Ministério do Reino, Governadores do Reino: Livro 380.

Ministério do Reino, Governadores do Reino, Registro de Cartas ao Príncipe Regente: Livro 314, Livro 317, Livro 318.

Casa Forte, Ministério dos Negócios Eclesiáticos e da Justiça:

Maço 22.

Maço 102, n. 1, Maranhão.

Maço 111, n. 1.

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Justiça:

Maço 115, nº 5, Brasil-Maranhão.

Maço 115, nº 3 Brasil-Pernambuco.

Maço 115, nº 6, Brasil-Bahia.

Real Mesa Censória:

A Guerra e a Geral Paz da Europa de Antonio Joaquim de Carvalho, Mss. 2863.

A Proteção à Francesa & Proteção Portuguesa, Mss. 2864.

Bonaparte arguido pela fortuna, ambos de Ignacio Januario Cordeiro, Mss. 2862.

Castro, J. M. de, Projeto para se erigir uma estátua equestre no Rio de Janeiro, 1811, Mss. 4939.

Furores, Remorsos, transportes e delirios do tirano e falsário Napoleão, Mss. 2860.

Poesias a diversos assumptos relativos á presente época por um Anonymo, Mss. 2865.

Ricci, Manoel J. Rodrigues, O Dragão e a Besta do Apocalipse verificados em Napoleão, e no Império Francez, e seus Aliados ou O Antichristo descoberto e indubitavelmente realizado em Napoleão e império Francez. Aliás O assombro do Mundo e o mais importante desengano principalmente nas actuais circumstancias. Exposição Literal ao Apocalipse sobre os capítulos XIII e XIV cujos principais Engimas razoens e vaticinios de demonstrão perfeitamente realizados na Revolução Francesa e suas consequencias, Requerimentos para a impressão e censura de livros, 1810/XII/15.

Caixas: Remessas de livros para o Brasil:

Cx. 112

Cx. 149

Cx. 153

Cx. 156

Cx. 157

Cx. 159

Cx. 161

Cx. 160

Cx. 162

Cx. 163

Cx. 169

Cx 174

Leitura de Bacharéis:

Baltazar da Silva Lisboa, 1789, maço 10, nº 13.

José Bonifácio de Andrada e Silva, 1785, maço 58, nº 3.

Thomas Antonio Gonzaga (Dr.), 1778, maço 1, nº 14.

Inquisição de Lisboa,

Proc. 16809: Vieira Couto.

BIBLIOTECA D' AJUDA

Drama dedicado ao Feliz Natalicio da Augustíssima Rainha Nossa Senhora, Novo Drama, cota 49, I, 42, n. 22.

Relaçam da Festa que os homens de Negocio da Cidade da Bahia fizerão em Acção de graças pelas melhoras se Sua Mageftade Fideliffima, cota 153- I- 24 (nº 37).

Relação Historica das Festas, que se fizerão pela occasião do casamento que a 13 de Maio do anno de 1810, se celebrou nesta cidade do Rio de Janeiro, ordenada pelo pe. Joaquim Damaso, cota 54- X- 6.

Relação Histórica das Festas, que se fizerão pela occasião do casamento, que a 13 de Maio do anno de 1810 se celebrou nesta Cidade do Rio de Janeiro, em que o Serenissimo Infante D. Pedro Carlos de Bourbon e a Serenissima Princesa D. Maria Thereza, pelo laço conjugal firmarão as esperanças de se perpetuar o enlaçar mais a união das duas coroas de Portugal e Hespanha, cota 54- X- 6- (27).

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA - BIBLIOTECA D. JOÃO V

Cód. 394, Sonetos de José Luiz da Costa.

Cód. 403, Aos felices annos do Ilmo. Snr. Marquez de Pombal.

Cód. 1346, Queixas e Apologias do povo em que se justifica a liberdade com que todo o Estado tem applaudido as Determinações da rainha Nossa Senhora a respeito do Marques de Pombal, mandado p^a. Fora da Cidade, e do governo.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

Reservados:

Relação dos Acontecimentos do Rio de Janeiro no dia 26 de Fevereiro de 1821 e algumas circumstancias que o procederam e o produziram, Cód. 10.759.

Sobre a Origem do Poder do Príncipe, Cód. 4668.

Sobre a Natureza e Effeitos da Acclamação dos Príncipes, Cód. 4668.

Oração Fúnebre nas Exéquias de D. João V, Res. 3569P.

Iconografia

Desembarque de D. Maria Leopoldina: E 54 R.

Desenho série de Invasões Francesas, composição alegórica: D 94 P.

D. Pedro I, imperador do Brasil:

E 103 A
E 200 A
E 560 P
E 418 A
E 278 A
E 3539 P
E 55 V
E 56 V

Invasão francesa - Caricatura: E 1515 V, E 1517 V.

Invasão francesa - Restauração do Porto: E 1176 V.

Jardim Botânico, Rio de Janeiro: E 1208V.

BRASIL

ARQUIVO NACIONAL

Casa Imperial:

Ofício do Barão do Rio Seco para o ministro Villa Nova Portugal para o estado da varanda para a aclamação de D. João VI, Cx. 2, Pac. 2, Doc. 115.

Relação nominal dos membros da comitiva real na viagem á Bahia, Cx. 4, Doc. 29.

Discursos aclamando D. João VI, Cód. 807, v. 8.

Discurso que o Des. José Bonifácio de Andrada e Silva dirigio a S. A. R. em nome do Governo da Parahiba do Norte, Cód. 895.

Refleçoens sobre o actual Plano adoptado pelo Corpo do Commercio desta Capital para mostrar a sua gratidão e prazer pela elevação do Brasil a Reino, Cód. 807, v. 2.

Registro da Correspondência da Polícia, Cód. 323, v.7-8.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Manuscritos:

Maranhão, Mn. 5, 4, 15; Mn. I-31, 29, 39; Mn. I-31, 29, 41.

Revolução de 7 de Abril de 1831, Mn. 32, 6, 24.

Iconografia:

Montigny, G. de, Monumento a ser levantado em memória de D. Leopoldina, 1826, Arq. Vert 2.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Calendário Perpétuo (1835), Lata 403, Doc. 12.

Estandarte do Senado da câmara do Rio do Janeiro, Lata 28, nº 167.

Monumento dedicado ao dia 9 de janeiro de 1822, descrição e medidas do monumento por Manuel Dias de Oliveira, DL 1920

O triunfo maior da Lusitana. Alegoria aos heróis portugueses, Lata 47.

Ofício da Câmara de Vila Rica ao Comendador José Francisco de Mesquita autorizando-o a beijar a mão de S. M. o Imperador aclamando o Primeiro Imperador Constitucional do Brasil (19/9/1822), Lata 400, pasta 23.

Poesias comemorativas pela inauguração da estátua equestre de Pedro I (1822), Lata 458, Doc. 10.

Porto-alegre, A., Programa para as solenidades da colocação da pedra fundamental e inauguração da estátua equestre de D. Pedro I de que fui incubido..., estudo sobre armas e brasões brasileiros, Lata 653, Doc. 13.

Requerimento do Cônego Januário da Cunha Barbosa ao Imperador, Lata 137, Doc. 51.

Ferrez, G., *Aquarela de Richard Bate, o Rio de Janeiro de 1808-1848*, Rio de Janeiro: Galeria Brasileira, 1965.

DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA

Cultura e Política

A Estátua Equestre de D. José I, Lisboa: Instituto de Tecnologia Educativa, 1983.

Alencar, J./Homem de Melo, F. I. M., A dissolução da Constituinte em 12 de novembro de 1823 foi um erro político, ou um acto plenamente justificado pelas circunstancias do tempo, *RIHGB*, 1902, t. 64.

Andrade, G. F., **Ensaio sobre o methodo de organizar em Portugal o exército**, Lisboa: Off. de João Rodrigues Neves, 1806.

Annais do Senado do Império do Brasil, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1876 _ referente a 1826.

As Câmaras Municipais e a Independência, Rio de Janeiro: Série de Publicações do Arquivo Nacional, 1972, v. 2.

As Juntas Governativas e a Independência, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Arquivo Nacional, 1973, v. 3.

Almanaque do Rio de Janeiro para o anno de 1816, *RIHGB*, 1965, t. 268.

Anotações de A. M. V. de Drummond á sua biographia, **Anais da Biblioteca Nacional**, 1885-1886, v. XIII.

- Azevedo, M., **O Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades**, Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro, 1877, 2ª ed.
- Balbi, A., **Essai Statistiq sur le Royaume de port et d'Algarve comparé aux autres états de l'Europe et suive d'un coup d'ocil sur l'etat actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts partui les portugais des Deux Hémisphères**, Paris: Chez Reu et Gravies Livraires, 1822.
- Barbosa, J. da C., **Parnaso Brasileiro, ou collecção das melhores poezias dos poetas do Brasil**, Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Nacional, 1829/1830.
- _____, **Se a introdução de africanos no Brasil serve de embaraçar a civilização dos índios, cujo trabalho lhe foi dispensado pelo trabalho dos escravos. Neste caso, qual é o prejuízo da lavoura brasileira entregue exclusivamente a escravos?**, RIHGB, 1839, t. 1.
- Bittencourt, G. M., **A Missão Artística Francesa de 1816**, Petrópolis: Museu de Armas Ferreira da Cunha, 1967.
- Bonavides, P./Amaral Vieira, R. A., **Textos Políticos da História do Brasil. Independência - Império**, Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, s/d, t. 1.
- Brandão, R., **Vida e morte de Gomes Freire**, Lisboa: Ed. Comunicação, 1987.
- Campos, F. A. de N., **Príncipe Perfeito - Emblemas de João de Solórzano**, prefácio, introdução, comentário e índices por Maria H. de T. C. U. Prieto, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985.
- Carneiro, H. J. D'A., **Cartas dirigidas a Sua Majestade El Rey D. João VI desde 1817 a cerca do estado de Portugal e Brazil e outros mais documentos**, Londres: Imp. Cox e Baylis, s/d.
- Castro, A. de (introd.), **Privilégios dos cidadãos da cidade do Porto**, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987.
- Cesare Ripa, **Baroque and Rococo - Pictorial Imagery**, Edward A. Maser (ed.), New York: Dover Publicatius Inc., 1972.
- Collecção das Leis do Império do Brasil de 1830**, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1876.
- Constant, B., **Oeuvres de Benjamin Constant**, Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1957.
- Constituições do Brasil**, Rio de Janeiro: Ed. Aurora, s/d., v. 1.
- Constituição Explicada**, Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1821.
- Corrêia Filho, V., **Missões brasileiras nos arquivos europeus**, RIHGB, 1953, t. 213.
- Correspondencia Official das Provincias do Brazil durante a Legislatura das Cortes constituintes de Portugal nos annos de 1821-1822 precedidas das Cartas**

- dirigidas a El-Rei D. João VI pelo Principe Real D. Pedro de Alcantara, como Regente, Lisboa: Imprensa Nacional, 1872.**
- Costa, F. A. P. da, **Anais Pernambucanos, 1795-1817**, Recife: Arquivo Público Estadual, 1958, v. VII.
- _____, **Anais Pernambucanos**, Recife: Arquivo Público Estadual, 1962, v.VIII.
- Costa, H. da, **Cartas sobre a Frmaçonaria**, Paris: Off. De A. Bobée, 1821.
- Coutinho, R. de S., **Sophismas Anarchicos - Exames criticos das Diversas Declarações dos Direitos do Homem, e do Cidadão - traduzido em lingagem e offerecido a Assembleia Geral Constituinte e Legítima do Império do Brasil**, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1823.
- D'Araújo, J. M. X., **Revelações e Memórias para a História da Revolução de 24 de agosto de 1820 e de 15 de setembro do mesmo anno**, Lisboa: Typ. Rollandiana, 1846.
- Debret, J. B., **Projecto do Plano para a Imperial Academia das Belas Artes do Rio de Janeiro pelos professores das mesma escola em 1824**, Rio de Janeiro: Typ. P. de Plancher, 1827.
- Dennis, J. F., **Resumo da história do Brasil**, César, G. (org.), **Historiadores e críticos do romantismo. A contribuição européia: crítica e história literária**, Rio de Janeiro/São Paulo: LTC/Edusp, 1978.
- _____, **Scènes de la nature sous les tropiques, et de leur influence sur la poésie, suivies de Camoëus et Jozé Indio**, Paris: Chez Loius Janet, 1824.
- Documentos para a História da Independência**, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1923, v. I.
- Duarte, M. P. R., **O Brasil indignado contra o projecto anti-constitucional sobre a privação das suas atribuições por hum philopatrico**, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1822.
- Estátua Equestre - Opúsculo - Político - Histórico sobre os factos da Independência do Brasil nos reinados de S. S. M. M. El Rei o sr. D. João VI e o Imperador o Sr. D. Pedro I por um veterano**, Bahia: Typ. de Antonio Olavo da Fr. Guerra, 1862.
- Estatutos da Universidade de Lisboa**, Lisboa: Imprensa Régia, 1772.
- Estatutos do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça da Cidade de Olinda de Pernambuco**, Lisboa: Typ. Da Academia Real de Sciencias, 1798.
- Eulálio, A., **Memória da Independência, 1808-1825**, Rio de Janeiro: IHGB/ MEC, 1972.
- Faoro, R. (intr.), **O Debate Político no Processo de Independência**, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973.

- Faria e Castro, D. A. de L., **Política Moral, e Civil, Aula da Nobreza Luzitana**, Off. de Francisco Luiz Ameno Impressor da Congregação da Santa Igreja de Lisboa, 1749.
- Fernandes Pinheiro, J. C., **Motins Políticos e Militares no Rio de Janeiro. Preludio da Independencia do Brasil**, RIHGB, 1874, t. 37, pte. II.
- Fernandes Pinheiro, J. F., **Tratamento negativo ao índio: História Nova e Completa da América, Colligida de diversos authores debaixo os auspícios, e ordem de S. A. R.**, Lisboa: Imp. Regia, 1807, v. 1.
- Ferreira, S. P., **Cartas sobre a revolução do Brasil pelo conselheiro Silvestre Pinheiro Ferreira**, RIHGB, 1888, t. 51.
- França, A d'O. P. da, **Cartas Baianas (1821-1824)**, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, s/d.
- Frei Caneca, **Obras Políticas e Litterarias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**, Recife: Typ. Mercantil, 1835.
- Gilpin, W., **Trois essais sur le beau pittoresque sur les voyages pittoresques et sur l'art d'esquisser les paysages, suivi d'un poème sur la peinture de paysage, paru en 1792, et traduit de l'anglais par le Baron de Blumesteinsn en 1799**, Paris: Éds. du Moniteur, 1982.
- Gonzaga Duque, L., **Revoluções Brasileiras**, Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio, 1898.
- Herstal, S., D. Pedro, São Paulo/Lisboa: Ministério de Educação e Cultura/Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1972.
- Homem de Mello, F. I. M., **A Constituinte perante a história**, Rio de Janeiro: Typ. Da Actualidade, 1863.
- _____(org.), **A Correspondência do Barão Wenzel de Mareschal**, RIHGB, 1916, t. 80.
- _____, **Itinerário da Viagem do Imperador D. Pedro I e a Imperatriz a Província de Minas Gerais em 1831**, RIHGB, 1902, t. 64.
- _____, **Vereação Extraordinaria de Villa Nova da Rainha em 8 de abril de 1822, Excursão do Príncipe Regente D. Pedro de Alcantâra à Província de Minas Gerais em março e abril de 1822**, RIHGB, 1904, t. LXVI, pte I.
- Hogarth, **Analyse de la Beauté destinée à fixer des idées vagues qu'on a du goût**, Cottret, B. (pref.), Paris: ésnb-a, 1981.
- Humboldt, A. de, **Recherches concerning the institutions & monuments of the ancient inhabitants of America with descriptions of views of some of most strinking scenes in the Cordilheras**, Murray & Colbwin, 1814.

- Lisboa, B. da S., **Discurso Histórico, Político e Economico. Aos progressos, e estado atual da Filosofia Natural Portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brasil**, Lisboa: Off. De Antonio Gomes, 1786.
- Lisboa, J. da S., **Extractos de Emund Burke**, Rio de Janeiro: Imp. Régia, 1812.
- _____, **Império do Equador na terra de Santa Cruz, voto philantropico de Robert Southey**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822.
- _____, **Manual da Política Orthodoxa**, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1832
- _____, **Memória dos Benefícios Políticos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI**, Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1818, parte I.
- _____, **Reclamação do Brasil**, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1822.
- _____, **Synopse da Legislação Principal do Senhor D. João VI, pela ordem dos Ramos da Economia do Estado**, Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818.
- Mappa da População da Corte e província do Rio de Janeiro em 1821, RIHGB, 1870, t. 33.
- Marquês de Penalva, **Dissertação a favor da Monarquia**, Lisboa: Officina Regia, 1799.
- _____, **Dissertação sobre as Obrigações do Vassalo**, Lisboa: PRO DOMO, 1945.
- Mattos, R.J. C., **Dissertação ácerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do Imperio do Brasil**, RIHGB, 1863, t. XXVI.
- Mello Moraes, **História do Brasil - Reino e do Brasil Império**, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1982.
- Mello Moraes Filho, A. J. de, **Festas e Tradições Populares do Brasil**, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp, Itatiaia, 1979.
- Mendonça, M. C. de, **O Intendente Câmara - Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes (1764, 1835)**, São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1958.
- Memória sobre os acontecimentos dos dias 21 e 22 de abril de 1821 na Praça do Commercio do Rio de Janeiro. Escrita em maio do mesmo anno por uma testemunha presencial**, RIHGB, 1864, t. 27.
- Missão Artística Francesa e Pintores Viajantes - França - Brasil, no século XIX**, Exposição idealizada por Jean Boghini, Rio de Janeiro: Instituto Cultural Brasil-França/Fundação Casa França-Brasil, 1990.
- Moreira Azevedo, **Motins Político de 3 de abril de 1832 no Rio de Janeiro**, RIHGB, 1874, t. 37, pte II e 1875, t. 38, pte II.
- Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva** (col. por Edgar de Cerqueira Falcão), s/d, v. 2.
- Obra Política de José Bonifácio**, Brasília: Senado Federal, 1973, v. II.

- Otoni, T. B., **A Estátua Equestre**, Rio de Janeiro: Tip.do Diario, 1862.
- Pereira da Silva, J. M., **História da Fundação do Império Brasileiro**, Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865, t. V.
- _____, **Os Varões Illustres do Brasil**, Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier Edictor, 1868.
- _____, **Parnaso Brasileiro ou seleção dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil**, Rio de Janeiro; E. H. Laemmert, 1843.
- _____, **Segundo Período do Reinado de D. Pedro I no Brazil**, Rio de Janeiro: Garnier, 1871.
- Pinheiro Ferreira, S., **Memórias e cartas biographicas sobre a revolução popular, e a seu ministerio no Rio de Janeiro desde 26 de Fevereiro de 1821 até o regresso de S. M. o sr. d. João VI com a côrte para Lisboa, e os votos dos homens d'Estado que acompanharam a S. M., ABN, 1876-77, v. II.**
- _____, **Memórias e cartas biográficas sobre a revolução popular e o ministério do Rio de Janeiro desde 26 de fevereiro de 1821 até o regresso de S. M. Sr. João VI para Lisboa e os votos dos homens d'Estado que acompanharam a S. M., (2ª. parte), ABN, 1877-78, v. III.**
- Raiol, D. A., **Motins Políticos ou História dos Acontecimentos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**, Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.
- Relatório do 1º. secretário do IHGB, **RIHGB**, 1852, t. 15.
- Relatório lido no acto de solemnizar-se o 5º. anniversario do IHGB, **RIHGB**, 1843, t. V.
- Ramazino, B., **Arte de Conservar a Saúde dos Príncipes e das Pessoas da Primeira Qualidade** (tradução de Luiz Paulino da Silva e Azevedo), Lisboa: Typ. Francisco da Silva, 1753.
- Raynal, G-F., **A Revolução América**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.
- Raynal, G-T, **Philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les Deux Indes**, Geneve: Chez Jean-Legnard Pelle, 1782, t. 1.
- Reflexões sobre a Conspiração descuberta e castigada no anno de 1817 por hum verdadeiro amigo da Patria**, Lisboa: Imprensa Regia, 1818.
- Seabra da Silva, J. de, **Deducção Chronologica, e Analytica**, Lisboa: Off. de Miguel Manescal da Costa, 1768.
- Sierra y Mariscal, F. de, **Idéas Geraes sobre a Revolução do Brazil e suas consequências**, **Anais da Biblioteca Nacional**, 1931, vol. XLVIII-IV.
- Staël, G., **Essai sur les fictions suivi de l'influence des passions sur le bonheur des individus et des nations**, Paris: Éditions Ramsay, 1979.

- Tavares, F. M., **História da Revolução de Pernambuco em 1817**, revista e anotada por Oliveira Lima, Recife: Imprensa Industrial, 1917.
- Toledo Piza, A. de, A Bernarda de Francisco Ignacio, RIHGSP., São Paulo: Typ. do Diario Official, 1905, v. X.
- Tomás, M. F., **A Revolução de 1820**, recolha, prefácio e notas de José Tengarrinha, Lisboa: Ed. Caminho, 1822.
- Vandelli, D./Serrão, J. V. (introd.), **Aritmética política, economia e finanças (1770-1804)**, Lisboa: Banco de Portugal, Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Econômico Português, 1994, v. 8.
- Varnhagen, F. A., **História Geral do Brasil**, Rio de Janeiro: E. H. Laemmert, 1854-1857.
- _____, **História Geral do Brasil**, Rio de Janeiro: E. M. Laemmert, 1954.
- _____, **História da Independência do Brasil**, São Paulo: Melhoramentos, 1957.
- Vellozo, J. M. da, **Flora Fluminensis**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1961.
- Verney, L. A., **Verdadeiro Método de Estudar**, Lisboa: Livraria de Sá da Costa Editora, v. III, 1950.
- Viana, H., **D. Pedro I, jornalista**, São Paulo: Melhoramentos, s/d.
- Viana, P. F., Abreviada demonstração dos trabalhos da polícia em todo o tempo que a servio o desembargador Paulo Fernandes Viana, RIHGB, 1892, t. 55, pte I.
- von Martius, C. F. P., Como se deve escrever a história do Brasil, Trad. Wilhem Schiich, RIHGB, 1844, t. 6.

OBRAS LITERÁRIAS, VIAJANTES, MEMÓRIAS, PEÇAS DE TEATRO

- A Descoberta da Amazônia. Os diários do naturalista Hércules Florence**, Carelli, M.(apres.), São Paulo: Ed. Marca D'Água, 1995.
- Almeida, J. R. P. de, **Tiradente ou Amor e Ódio - drama histórico em três actos original brasileiro**, São Paulo: Typ. Imparcial de J. R. A Marques, 1861.
- Armitage, J., **História do Brasil**, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1981.
- Barreiros, E. C., **D. Pedro - Jornada a Minas Gerais em 1822**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- _____, **Itinerário da Independência**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.
- Belluzo, A. M. de M., **O Brasil dos Viajantes**, Salvador: Metalivros/Odebrechet, 1994.
- Bosche, E. T., Quadros Alternados de viagens terrestres e marítimas, aventuras, acontecimentos políticos, descrição de usos e costumes do povos durante uma viagem ao Brasil, RIHGB, 1919, t. 63.

- Carvalho, J. L. F. de, **Memórias da Vida de Jose Liberato Freire de Carvalho**, Lisboa: Assirio e Alvim, 1982.
- Chur, L. A., **A Expedição Científica de G. I. Langsdorff ao Brasil, 1821-1829**, Brasília: Ministério da Educação e Cultura, SPHAN/Pró-Memória, 1981.
- Coaracy, V., **Memórias da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- Coutinho, G. F. da C., **O triunfo da América**, Rio de Janeiro: Imp. Régia, 1810.
- Debret, J.B., **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**, São Paulo/Brasília: Martins/INL, 1975.
- Expedição Langsdorff a Brasil - Aquarelas e Desenhos de Florence**, Rio de Janeiro: Ed. Alumbamento, 1988.
- Exposição Martius - percurso de um olhar errante pelo Brasil do século XIX, 1794-1994**, Araújo, E. (proj.), São Paulo: Pinacoteca do Estado, 1994.
- Graham, M., **Diário de uma Viagem ao Brasil**, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1990.
- Komissarov, B., **Expedição Langsdorff - Acervo e fontes históricas**, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/Brasília, Edições Langsdorff, 1994.
- Koster, H., **Viagem ao Nordeste do Brasil**, São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1942.
- Luccock, J., **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1975.
- Macedo, J. M., **As Mulheres de Mantilha**, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1988.
- Magalhães, D. J. G. de, **Obras de Domingos José Gonçalves de Magalhães - opúsculos históricos e literários**, Rio de Janeiro: Garnier, 1865.
- Miranda, A., **O Retrato do Rei**, São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- Pohl, J. E., **Viagem ao interior do Brasil (1817-21)**, Rio de Janeiro: INL, 1951.
- Rezende, E. R. de, **Apontamentos de Estevão Ribeiro de Rezende - Marquez de Valença: Motivos e Sucesso da jornada de S. A. R. o Senhor D. Pedro de Alcantâra, Príncipe regente do Reino do Brasil à Província de Minas Gerais, em 1822**, *Anais do Museu Paulista*, 1922, 2ª parte.
- Ribeyrolles, C. **Brasil Pitoresco**, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1980.
- Santos, L. G. dos, **Memórias para servir à História do Reino do Brasil**, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.
- Schlichthorst, C., **O Rio de Janeiro como é. 1824-1826. (Huma Vez e Nunca Mais). Contribuições dum diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil**, Rio de Janeiro: Editora Getulio Costa, 1943.

- Seidler, C., **Dez anos no Brasil**, São Paulo: Livraria Martins, s/d.
- Spix, J. B/ von Martius, C. F. P., **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**, São Paulo: Melhoramentos/IHGB/INL, 1976.
- Teixeira e Souza, A. C., **A Independência do Brasil**, Rio de Janeiro: Typ. Imparcial, 1847.
- Tollenare, L. F. de, **Notes Dominicales prises pendant un voyage en Portugal e au Brésil, en 1816, 1817, 1818**, Paris: Puf, 1972.
- von Martius, C. F. P., **Frey Apollonio, um romance do Brasil**, São Paulo, Brasiliense, 1992.
- Walsh, R., **Notícias do Brasil**, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1985.

DOCUMENTAÇÃO SOBRE FESTAS

- Calmon, F. **Relação da Faustíssimas Festas**, Repr. Fac-similar da edição de 1762; intr. e notas de Oneyda Alvarenga; transcr. de Ronaldo Menegaz, Rio de Janeiro: FUNARTE, 1982.
- Ceremonial para o Juramento solemne que ha de prestar o imperador Constitucional defensor perpetuo do Brasil Pedro I a Constituição política da nação brasileira em 25/março/1824**, Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1824.
- Colleção dos officios que as Camaras e mais authoridades da provincia de M. G. tem dirigido a S. A. R., o Principe Regente do Brasil com as Providencias que o mesmo augusto sr. foi servido durante a sua estada naquella provincia**, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1822.
- Costa, M. da, **Programa allegorico do quadro que vou expor no Tecto da sala de S. M. o Nosso Magnanimo Imperador, o Sr. D. Pedro de Alcantara, Defensor Perpétuo deste grande Império do Brasil, no Paço desta Cidade Imperial do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1822.
- Descrição dos festejos havidos na cidade de Porto Alegre, no dia 12 de outubro, anniversario natalicio de Sua Magestade Imperial, o Senhor D. Pedro I**, Rio de Janeiro: Silva Porto, 1824.
- Descripção das festas na Villa de São Salvador (Parahiba do Sul) pela aclamação de D. Pedro de Alcantara, Imperador do Brasil**, Rio de Janeiro: Typ. Torres e Costa, 1882.
- Descrição dos Festejos com Porto Alegre para Dom Pedro...**, Rio de Janeiro: Silva Porto, 1824.
- Descripção dos Emblemas allegoricos e seus epigramas com que se adornou a illuminação que na fachada das cazas de sua residencia appresentou ao**

- Publico o Coronel Antonio Jose da Silva Braga, Rio de Janeiro: Imp. Regia, 1821.**
- Discurso pronunciado nas Eleições Parochiais da Villa de São Sebastião para a Instalação de Cortes no Rio de Janeiro, por Bernardo da Pureza Claraval, Viggario Collado, e da Vara da mesma Villa. Proclamação para anunciar a Faustissima Acclamação de S. M. I., feita pelo Viagario... e mandada publicar... no dia 29 de Setembro.**
- Etiqueta que se ha - de guardar pelos Senhores convidados para o Baile da noite de 24 do corrente, Rio de Janeiro: Typ. Regia, s/d.**
- Exposição da Collocação do retrato do Sr. D. Pedro de Alcantara, Primeiro Imperador do Brasil na Casa da muito Nobre, e Leal Villa de São Francisco de Sergipe do Conde na Província da Bahia , que foi feita com a maior pompa, e a custa do tenente Antonio Joaquim de Bitancourt e Sá, offerecida por Francisco Antonio de Exposição da collocação do retrato do D Pedro de Alcantara...por Francisco Antonio de Andrade e Silva, Rio de Janeiro: Typ. de Torres, 1825.**
- Fórma por que deram os vivas no memoravel dia 12 de outubro de 1822, Rio de Janeiro: Typ. da Silva Porto, 1822.**
- Funeraes de D. João Quinto - Auto de Veneração. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1906.**
- Instrucções que se hão de observar no acompanhamento de S. M. o Imperador no dia do juramento do projecto como Constituição do Império do Brasil, Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1824.**
- O Brasil visto em sonho, e no antigo trajo, agradecendo a S. A. R., o principe regente, o haver-se declarado seu defensor Perpetuo, Ode, Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1822.**
- Oração, que no dia 8 de dezembro de 1822 da acclamação do sr. D. Pedro I, Imperador do Brasil, na Matriz do Corpo Santo recitou...o P. M. Fr. Miguel do Sacramento Lopes, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1823.**
- Oração que no solemne applauso consagrado pelo Senado de Villa Rica á acclamação de S. M. I. e Constitucional o sr. D. Pedro de Alcantara, recitou no templo de N. S. do Carmo o p. m. Manuel Joaquim Ribeiro, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1823.**
- Poesias em applauso do heroicos feitos do memoravel dia 26 de fevereiro de 1821, Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1821.**
- Relação das festas que se fizerão no Rio de Janeiro quando o Principe Regente N. S. e toda a sua Real Familia chegarão pela primeira vez áquela capital.**

- Ajuntando-se algumas Particularidades igualmente curiosas, e que dizem respeito ao mesmo Objecto, Lisboa: Imp. Régia, 1810.**
- Relação das Solemnidades Praticadas com sentimento publico da muito nobre, muito antiga e sempre leal Cidade do Porto na ocasião da lamentada morte do muito alto, e muito poderoso Senhor D. João Sexto, Porto: Imp. do Gandra, 1826.**
- Relação dos festejos que se fizeram na cidade de São Paulo pela aclamação de S. M. o Imperador em 12 de outubro de 1822, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1822.**
- Relação dos publicos festejos que tiverão lugar do dia 1 de abril ate 9 pelo Feliz Regresso do S. S. M. M. I. I. e A. I. voltando da Bahia a Corte Imperial do Rio de Janeiro. Seguido do Sermão pregado em acção de graças na Igreja de São Francisco de Paula e de varias peças de poesias, etc feita por ordem do conselheiro Intendente Geral da Policia para eterna memória de tão Grandes dias nos fastos brasileiros, Rio de Janeiro: Imp. Typ. de Plancher, 1826.**
- Rellaçam da maneira por que celebrou...o presidente da província de Santa Catarina o faustissimo 12 de outubro..., Rio de Janeiro: Typ. de Plancher, 1821.**
- Rellaçam da maneira por que celebrou... o presidente da provincia de Santa Catarina o faustissimo dia 12 de outubro aniversario de Sua Magestade Imperador e de sua gloriosa aclamaçam, Rio de Janeiro: Typ. de Plancher, 1825.**
- Schubert, G., A Coroação de D. Pedro I, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.**
- Sermão de ação de graças pela prosperidade do Brasil pregado a 7 de março de 1822, Capela Real, Typ. Nacional, 1822.**
- Sermão Gratulatorio pregado na Paroquia de Noffa Senhora da Conceição da Praya da Cidade da Bahia..., oferecido por Joseph Antonio Sarre, Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1764.**
- Sermão, que na solemnidade da aclamação... do Sr. Pedro de Alcantara, em imperador constitucional do Brasil celebrada... na matriz do Corpo Santo pelo Senado da villa de Santo Antonio do Recife...pregou fr. Joaquim do Amor Divino Caneca, Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1823.**
- Santos, R. dos, Auto de Levantamento, e Juramento de D. Maria I, Lisboa: Regia Officina Typografica, 1780.**
- Souza, B. A. F. e, Relação dos Festejos, que a Feliz Acclamação do Muito, muito poderoso, e fidelissimo Senhor D. João VI, Rio de Janeiro: Typ. Real, 1818.**
- Sustentação juridica do tratamento soberano que compele a S.M. I. em virtude de sua aclamação de Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, Rio de Janeiro: Impr. Imperial e Nacional, 1828.**

PERÍODICOS

Lisboa:

Diário da Cortes - Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa, 1820-1822,

O Investigador Português, 1818,

O Português, 1816-1818.

Rio de Janeiro:

Astrea, 1828-1831,

Aurora Fluminense, 1828-1831,

Auxiliador da Indústria Nacional, 1841, 1843-1846,

Correio Braziliense, 1817-1822,

Correio do Rio de Janeiro, nº. 151, 12/out./1822,

Correio Extraordinario do Rio de Janeiro, nº. 4, 12/out./1822,

Diario de Rio de Janeiro, 24/set./1822,

Gazeta do Rio de Janeiro, 1808-1822,

Manchete, setembro/1972,

Minerva Brasiliense, 1844,

Museu Universal, 1837-1839, 1841, 1843,

Nictheroy - Revista Brasiliense Sciencias, Letras e Artes, 1836,

O Espelho, 1822,

O Guanabara, 1851,

O Regulador Brasileiro, nº. 15, 30/out./1822,

O Tamoio, 1823,

O Patriota, 1813-1814,

Revérbero Constitucional Fluminense, 1821-1822.

Salvador:

Idade d'Ouro do Brasil, 1813-1823,

Semanário Cívico da Bahia, 1821.

Folhetos/ Panfletos

**Brazileiros! Está cumprido o Oraculo que prognosticava ja ha muito a
Independência do nosso riquissimo Imperio, Off. de Silva Porto e Cia, 1823.
Constituição Explicada, Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1821.**

BIBLIOGRAFIA GERAL

OBRAS DE REFERÊNCIAS

- Bluteau, R., **Vocabulario Portuguez e Latino**, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1724.
- Boschi, C., **Roteiro Sumário dos Arquivos Portugueses de interesse para o Pesquisador da História do Brasil**, São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1986.
- Camargo, A. M. de A./Moraes, R. B., **Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro**, São Paulo: Edusp/Kosmos, 1993, v. 1.
- Enciclopédia Ilustrada do Brasil**, Rio de Janeiro: Bloch Eds., 1982, t. II
- Ferreira, A. B. de H., **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- Furet, F. /Ouzouf, M., **Dicionário Crítico da Revolução Francesa**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- Grimal, P., **Dictionnaire de la Mythologie - Grecque et Romaine**, Paris: PUF, 1988.
- Iria, A., **Inventário Geral dos Códices do Arquivo Histórico Ultramarino apenas referentes ao Brasil (Fontes para a História Luso-Brasileira)**, Lisboa: Separata de **STUDIA - Revista quadrimestral**, agosto/1966, nº 18.
- Lacombe, A. J., **Introdução ao estudo da História do Brasil**, São Paulo: Cia Ed. Nacional/Edusp, 1974.
- Ordenações Filipinas**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- Portugal no século XVIII de Dom João V à Revolução Francesa**, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989.
- Sacramento Blake, A. V. A., **Diccionario Bibliographico Brasileiro**, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883/1902 (7 vols.).
- Serrão, J./ Marques, A. H. O., **Nova História da Expansão Portuguesa/ Nizza da Silva, M. B. (coord.), O Império Luso-Brasileiro, 1750-1822**, Lisboa: Editorial Lisboa, v. III, 1986.
- Silva, A. de M., **Diccionario de Língua Portuguesa**, Lisboa, Of. Simões Taddeo Ferreira, 1789.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Aguilhon, M., **Mariane au Combat, L'Imagerie et la Symbolique Républicaines de 1789 a 1880**, Paris: Flammarion, 1979.
- Alexandre, V., **Os Sentidos do Império**, Porto: Eds. Afrontamento, 1993.

- Algranti, L. M., **O Feitor Ausente - Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822)**, Petrópolis: Vozes, 1988.
- Amaral, B. do, **História da Independência na Bahia**, Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.
- Ansart, P., **La Gestion des Passions Politiques**, Lausanne: Ed. L'Age d'Homme, 1983.
- Andreas, M., **The Search for the Picturesque**, Stanford: University Press, 1989.
- Argan, G. C., **A Arte Moderna**, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- Apostolidés, J. M., **O rei - máquina. Espetáculo e poder no tempo de Luís XIV**, Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/Edunb, 1993.
- Baczko, B., **Lumières de l'Utopie**, Paris: Payot, 1978.
- Barman, R. J., **Brazil: the forging of a Nation, 1798-1850**, California: Stanford University Press, 1988.
- Barreto, V., **Ideologia e Política no Pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva**, Rio de Janeiro: Zahar Eds., s/d.
- Bebiano, R., **D. João V, o espetáculo e poder**, Aveiro: Livraria Estante, 1987.
- Bethencourt, F./Couto, D. R., **A Memória da Nação**, Lisboa: Sá da Costa, 1991.
- Bittencourt, F., **Os Fundadores**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.
- Biver, M-L., **Fêtes Revolutionnaires à Paris**, Paris: Puf, 1979.
- Bloch, M., **Os Reis Taumaturgos**, São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- Bonifácio, M. de F., **Seis Estudos sobre o Liberalismo Português**, Lisboa: Ed. Estampa, 1991.
- Boxer, C. R., **O Império marítimo Português (1415-1825)**, Lisboa: Edições 70, 1977.
- _____, **Portuguese society in the tropics-the Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia e Luanda, 1510-1800**, Madison and Milwaukee, The University of Wisconsin Press: 1965.
- Brefe, A. C. F., **Museu Paulista na Comemoração do Centenário da Independência Brasileira, 1º Relatório de Pesquisa-FAPESP**, 1995.
- Burke, P. A., **A Fabricação do Rei - a construção da imagem pública de Luís XIV**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- Cabanis, J., **Le Sacre de Napoléon**, Paris: Éditions Gallimard, 1970.
- Cardoso, J. L., **O Pensamento Económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808**, Lisboa: Ed. Estampa, 1989.
- Carnaxide, V. de., **O Brasil na administração pombalina; economia e política externa**, São Paulo: Nacional, 1940.
- Carvalho, J. M. de., **A formação das almas - o imaginário da República no Brasil**, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- _____, **Teatros e Sombras - a política imperial**, Rio de Janeiro: IUPERJ/ Vértice, 1988.
- Carvalho, R., **A história natural em Portugal no século XVIII**, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.
- Castello, J. A., **A polêmica sobre A Confederação dos Tamoios**, FFCL-USP, 1953.
- Cassirer, R., **A Filosofia do Iluminismo**, Campinas: Editora Unicamp, 1992.
- Castro, H. M. M.de, **Das Cores do Silêncio - Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista, Brasil século XIX**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- Castro, J. B. de, **A Milícia Cidadã: a Guarda Naciona de 1831 a 1850**, Brasília/São Paulo: INL/Cia Ed. Nacional, 1977.
- Centeno, Y. K. (coord.), **Portugal: Mitos Revisitados**, Lisboa: Edições Salamandra, 1993.
- Chatier, R., **A História Cultural - entre práticas e representações**, Lisboa: DIFEL, 1990.
- Choay, F., **L'Allégorie du Patrimoine**, Paris: Séuil, 1992.
- Cintra, A., **Brasil Reino e Brasil Independente**, São Paulo: Ed. Renascença, 1945.
- Coelho, M. H. da C./Magalhães, J. R., **O Poder Concelho das origens às cortes constituintes**, Coimbra: Edição do Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986.
- Conrad, R. E., **Tumbeiros - O Tráfico de Escravos para o Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- Courtine, J.-J./Haroche, C., **Histoire du Visage - Exprimer et taire émotions XVIe. - début XIXe. siècle**, Paris: Rivages/Histoire, 1988.
- Curto, D. R., **O discurso político em Portugal (1600-1650)**, Lisboa: Projeto Universidade Aberta, 1988.
- Darnton, R., **O Grande Massacre de Gatos, e outros episódios da história cultural francesa**, Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- De Marco, V., **A Perda das Ilusões - o romance histórico de José de Alencar**, Campinas: Ed. Unicamp, 1993.
- Duchet, M., **Antropologie et histoire au siècle des Lumières. Buffon, Voltaire, Helvétius, Diderot**, Paris: Maspero, 1971.
- _____, **Le partage des Savoirs**, Paris: Éds. de La Découverte, 1985.
- Elias, N., **A Sociedade da Corte**, Lisboa: Ed. Estampa, 1995.
- _____, **O Processo Civilizador - Formação do Estado e Civilização**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- _____, **O Processo Civilizador - Uma História dos Costumes**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

- Falcon, F. J. C., **A Época Pombalina (Política Econômica e Monarquia Ilustrada)**, São Paulo, Ed. Ática, 1993.
- Florentino, M., **Em Costas Negras: Um estudo sobre o Tráfico Atlântico de Escravos para o posto do Rio de Janeiro, c1790-c1830**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- Flory, T., **Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808-71. Social Control and Political Stability in the New State**, Austin and London: University of Texas Press, 1981.
- Foucault, M., **Microfísica do Poder**, Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- Fragoso, J. L. R., **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- França, J. A., **Lisboa Pombalina e o Iluminismo**, Lisboa: Bertrand Ed., 1987.
- Franco, A. A. de M., **Jean Baptiste Debret - Estudos Inéditos**, Rio de Janeiro: Ed. Fontana, s/d.
- Frieiro, E., **O diabo na livraria do cônego**, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1984.
- Fritz, G., **L'idée de peuple en France du XII^e au XIX^e siècle**, Strasbourg: Press Universitaires de Strasbourg, 1989.
- Gauchet, M., **La Révolution des droits de l'homme**, Paris: Éditions Gallimard, 1989.
- Gerbi, A., **O Novo Mundo - historia de uma polêmica, 1750-1900**, São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- Giesey, R. E., **The Royal Funeral Ceremony in Renaissance France**, Genève: Librairie E. Droz, 1960.
- Gomes, F. dos, **Histórias de Quilombolas, Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro - século XIX**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- Gomes, F. S./Reis, J. J., **Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil**, São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- Gouvêa, M. de F. S., **O Senado da Câmara do Rio de Janeiro e o Projeto Imperial Luso-Brasileiro. 1750-1820**, Pesquisa em andamento, UFF - CNPq.
- Halbwachs, M., **A Memória Coletiva**, São Paulo: Vértice, 1990.
- Hobsbawn, R./Ranger, T., **A Invenção das Tradições**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- Holanda, S. B. de, **A Visão do Paraíso**, São Paulo: Edusp/Nacional, 1969.
- _____(dir.), **História Geral da Civilização Brasileira**, São Paulo: 1985, t. II, v. I.
- Jacques, A./Mouilleseaux, J-P., **Les architectes de la liberté**, Paris: Gallimard, 1988.
- Janine Ribeiro, R. **A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida**, São Paulo: Brasiliense, 1983.

- _____, **A Última Razão dos Reis - ensaios sobre Filosofia e Política**, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- Kantorowicz, E., **Les Deux Corps du Roi**, Paris: Galimard, 1989.
- _____, **Mourir pour la patrie**, Paris: Puf, 1984.
- Karash, M., **Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850**, New Jersey: Princeton University Press, 1987.
- Koselleck, R., **Le Futur passé: contribution à la sémantique des temps historiques**, Paris: Éditions de L'École des Hautes Études en Ciencias Sociales, 1990.
- Leite, G. L., **Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais**, Recife: Ed. Massangana da Fundação Joaquim Nabuco, 1988.
- Lenharo, A., **As tropas da moderação (O abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1824)**, São Paulo: Símbolo, 1979.
- Lima, O., **D. João VI no Brasil**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.
- Lobo, E. M. L., **História do Rio de Janeiro (Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)**, Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- Lyra, M. de L. V., **A Utopia do Poderoso Império - Portugal e Brasil: Bastidores da Política, 1798-1822**, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- Macaulay, N., **Dom Pedro I - A Luta pela Liberdade no Brasil e em Portugal, 1798-1834**, Rio de Janeiro: Record, 1993.
- Marin, L., **Le portrait du roi**, Paris: Les Editions de Minuit, 1981.
- Martinho, L. M./Gorenstein, R., **Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência**, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1993.
- Mattos, I. R., **O Tempo Saquarema. A formação do estado imperial**, São Paulo: Editora Hucitec, 1990.
- Maxwell, K., **Marquês de Pombal - Paradoxo do Iluminismo**, São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- Michel, R., **David, l'art et le politique**, Paris: Gallimard, 1988.
- Monteiro, T., **História do Império, O Primeiro Reinado**, Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1946.
- Montesquieu, **Do Espírito das Leis**, São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1985.
- Morales de Los Rios Filho, A., **Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira**, Rio de Janeiro: Empresa A Noite, 1941.
- Mossé, C., **L'Antiquité dans la Révolution Française**, Paris: Albin Michel, 1989.
- Mota, C. G. (org.), **1822: Dimensões**, São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- _____, **Nordeste 1817: estruturas e argumentos**, São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1972.

- Nascimento, M. M. do, **Opinião e revolução: aspectos do discurso político França revolucionária**, São Paulo: Edusp/Nova Stella Editorial, 1989.
- Nizza da Silva, M. B., **Vida privada e cotidiano no Brasil - na época de D. Maria I e de D. João VI**, Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- Nora, P., **Les Lieux de Mémoire**, Paris: Gallimard, 1986.
- Novais, F. de, **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**, São Paulo: Editora Hucitec, 1983.
- Oliveira Marques, A. H. de, **História da Maçonaria em Portugal - das origens ao triunfo**, Lisboa: Editorial Presença, 1990, v. I.
- Ozouf, M., **La fetê révolutionnaire: 1789 - 1799**, Paris: Éditions Gallimard, 1976.
- Pedreira, J., **Estrutura Industrial e Mercado Colonial Portugal e Brasil (1780-1808)**, Lisboa: Difel, 1994.
- Pereira, J. E., **Pensamento Político em Portugal no século XVIII - António Ribeiro dos Santos**, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.
- Petrone, M. T. S., **O Barão de Iguape - um exemplo da época da independência**, São Paulo/Brasília: Ed. Nacional/INL, 1976.
- Pina, A. M. F., **De Rousseau ao imaginário da Revolução de 1820**, Lisboa: INIC/Centro de história da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1988.
- Pimentel, A. F., **Arquitetura e Poder - o Real Edifício de Mafra**, Universidade de Coimbra: 1992.
- Pomian, K., **Collectionneurs, amateurs et curieux Paris, Venise: XV^e - XVIII^e siècle**, Paris: Éditions Gallimard, 1987.
- Prado, J. F. de A., **Thomas Ender: pintor austríaco na corte de D. João VI no Rio de Janeiro, um episódio da formação da classe dirigente brasileira, 1817/18**, São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1955.
- _____, **Jean-Baptiste Debret**, São Paulo, Ed. Nacional/Edusp, 1973.
- Pratt, M. L., **Imperial Eyes - Travel Writting and Transculturation**, London/New York: Routledge, 1992.
- Priore, M. del, **Festas e Utopias no Brasil Colonial**, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Recht, R., **La lettre de Humboldt**, Paris: Christian Bourgois Editeur, 1989.
- Reis, J. J.; Silva, E., **Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista**, São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- Rials, S. (apres.), **La déclaration des droits de l'homme et du citoyen**, Paris: Hachette, 1988.
- Ribeiro, M. E. de B., **Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico do Brasil**, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

- Rodrigues, J. H., **A independência: revolução e contra revolução**, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975-1976, v. I, v. IV .
- Salles, V., **O Negro no Pará**, Rio de Janeiro/Belém: FGV/Universidade Federal do Pará, 1971.
- Santos, A. C. M. dos, **No rascunho da nação: Inconfidência no Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.
- Santos, M. J. V., **A Balaiada e a Insurreição de Escravos no Maranhão**, São Paulo: Ática, 1983.
- Schaer, R., **L'Invention des Musées**, Paris: Gallimard/Réunion des Musées Nationaux Historique, 1993.
- Senellart, M., **Les arts de gouverner - Du regimen médiéval au concept de gouvernement**, Paris: Éditions du Seuil, 1995.
- Sennett, R., **O declínio do homem público as tiranias da intimidade**, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- Slenes, R. W., **Bávaros e Bakongo na 'Habitação de Negros': Johann Moritz Rugendas e a Invenção do Povo Brasileiro**, Campinas: Unicamp, projeto em andamento, 1995.
- Silva, M. B. N. da, **Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)**, Rio de Janeiro: Cia Ed. Nacional/INL, 1977.
- _____, **Movimento Constitucional e Separatismo no Brasil, 1821-23**, Lisboa: Livros Horizonte, 1988.
- Simões, J. A./Maciel, L. A., (coords.), **Pátria Amada Esquartejada**, São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, v. 15.
- Sousa, O. T., **História dos Fundadores do Império do Brasil**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- _____, **O Pensamento Vivo de José Bonifácio**, São Paulo: Livraria Martins, 1944.
- Souza, A. C. de M. e, **Formação da Literatura Brasileira**, São Paulo: Livraria Martins, 1959.
- Souza, L. de M. e, **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII**, Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____, **Deus e Diabo na Terra de Santa Cruz**, São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- Staël, G. del, **Essai sur les fictions suivi de l'influence des passions sur le bonheur des individus et des nations**. (Michel Tournier-présent), Paris, Éditions Ramsay, 1979.
- Starobinski, J., **A Invenção da Liberdade**, São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

- _____. **1789: os emblemas da razão**, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- Sussekund, F., **O Brasil não é longe daqui - o narrador, a viagem**, São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- Taunay, A. de E., **A Missão Artística de 1816**, Rio de Janeiro: Publicação da Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, 1956.
- Tavares, L. H. D., **A Independência do Brasil na Bahia**, Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1977.
- Universo Acadêmico, Desenho Brasileiro do Século XIX da Coleção do Museu Nacional de Belas Artes**, Rio de Janeiro: MNBA, 1989, Catálogo de Exposição.
- Vainfas, R., **Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial**, Petrópolis: Vozes, 1986.
- Varnhagem, F. A., **História Geral do Brasil**, São Paulo: Melhoramentos, 1957.
- Ventura, R., **Estilo Tropical - História cultural e polêmicas literárias no Brasil**, São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- Verdelho, T. dos S., **As Palavras e as Idéias na Revolução Liberal de 1820**, Coimbra: INIC, 1981.
- Vieira da Silva, L. A., **História da Independência do Maranhão (1822-1828)**, Rio de Janeiro: Typ. Progresso, s/d.
- Wehling, A. **A Invenção da História**, Rio de Janeiro: Univ. Gama Filho/Ed. da UFF, 1994.
- Wernet, A., **Sociedades Políticas (1831-32)**, Brasília/São Paulo: INL/Cultrix, 1978.

ARTIGOS

- Abreu, L. de F. S., **Confrarias e irmandades: a santificação do quotidiano, A Festa**, Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII / Universitária Editora, 1992, v. II.
- Alexandre, V., **O liberalismo português e as colónias de África (1820-1839)**, **Análise Social**, 1980, v. XVI (61-62).
- _____. **Um momento crucial do subdesenvolvimento português: efeitos econômicos da perda do Império do Brasil**, **Ler História**, Lisboa, 1986, nº 7.
- Araújo, A. C. B. de, **As invasões francesas e a afirmação das idéias liberais**. Mattoso, J. **História de Portugal - O liberalismo**, Lisboa: Editora Estampa, 1994, v. 5.
- Araújo, R. B. de, **Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capristano de Abreu**, **Estudos Históricos - Caminhos da Historiografia (CPDOC)**, São Paulo: Edições Vértice, 1988, v. 1.

- Arregui, F. A., El debate del Nuevo Mundo, Pizarro, A. (org.), **América Latina: Palavra, Literatura e Cultura**, São Paulo\Campinas: Memorial da América Latina\Unicamp, 1994, v. 2.
- Bethell, L., The independence of Brazil. Bethell, L. (ed.), **The Independence of Latin America**; Cambridge: University Press. 1989.
- Bittencourt, G. M., A Missão Artística Francesa de 1816, Petrópolis, **Museu de Armas Ferreira da Cunha**, 1967.
- Boureau, A., Les cérémonies royales françaises entre performance juridique et compétence liturgique, **Annales - Économies, Sociétés, Civilisation**, 1991, 46 année, n. 6, nov.-dec.
- Braga, C. d'A., A Secção de História do Museu Paulista: Ypiranga: Colina Sagrada da Nacionalidade Brasileira, Separata da **Revista Numismática**, São Paulo: Typ. Ideal, 1933.
- Brásio, Pe. A., O problema da eleição e coroação dos reis Congos, **Revista Portuguesa de História**, Coimbra: t. XII, v. 1.
- Brásio, A., O problema da sagração dos monarcas portugueses, **Anais da Academia Portuguesa da História**, 1962, v. 12.
- Brookner, A., Le voyage d'Italie (1775-1780), **Jacques - Louis David**, Paris: Armand Colin, 1990.
- Caieiro, F. da G., Livros e livreiros franceses em Lisboa no fins de setecentos e no primeiro quartel do século XIX, **Separata do Bol. Bibl.**, Universidade de Coimbra: 1980, v. 35.
- Cartoga, A. C., Revoltas e ideologias em conflito durante as invasões francesas, **Revista da História das Idéias**, Lisboa: 1985, nº 7.
- Cartoga, F., O culto cívico de D. Pedro IV e a construção da memória liberal, **Revista de História das Ideias**, 1990, v. 12.
- Castro, Z. O. de, Poder Régio e os Direitos da Sociedade. O 'Absolutismo de compromisso' no reinado de D. Maria, **Ler História**, Lisboa, 1992, v. 23.
- Cavalcante, B., Os 'letrados' da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII, **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, janeiro/dezembro 1995, v. 8, nº 01/02.
- Cavalcanti, N. O., A livraria do Teixeira e a circulação de livros na cidade do Rio de Janeiro, em 1794, **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, jan./dez. de 1995, v. 8, nº 01/02.
- Constant, B., A liberdade dos antigos comparada à dos modernos, **Filosofia Política**, L&PM/ INICAMP/ UFRGS, 1985, nº 2.

- Correspondências de José Bonifácio (1818-1820), Separata da **Revista de História**, São Paulo, 1963, nº 55.
- Costa, A. M. A. da, Domingos Vandelli (1730-1816) e a filosofia natural na Universidade de Coimbra, **Memórias e Notícias**, Coimbra: Universidade de Coimbra, publicação Mus. Lab. Mineral. Geol., 1988, nº 106.
- Costa, F. D., Capitalistas e serviços: empréstimos, contratos e mercês no final do século XVIII, **Análise Social**, 1992, v. XXVII (116-117).
- Courtine, J-F., L'Héritage Scolastique dans la problématique théologique-politique de l'âge classique, Méchoulan, H. (dir.), **L'État Baroque - Regards sur la pensée politique de la France du premier XVII^e siècle**, Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1985.
- Coustet, R., L' Urbanisme Neoclassique a Rio de Janeiro d'après le portefeuille de Grandjean de Montigny, **Bulletin de la Société de l'Histoire de l'Art Français**, 1976.
- Coutinho, B. X., O Coração de D. Pedro I, Imperador do Brasil (D. Pedro IV), pertence à Cidade do Porto (1834-38), **Separata do Boletim Cultural "Amigos do Porto"**, s/d.
- Cunha, M. C. da, Libertos: sujeição pessoal e os próximos, **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- Dias, M. O. da S., Aspectos da Ilustração Brasileira, **RIHGB**, 1969, v. 278.
- Domingos, M. D., Colporteurs ou livreiros? Acerca do comércio livreiro em Lisboa 1727 - 1754, **Revista Biblioteca Nacional**, 1991, s.2, 6 (1).
- Falcon, F. J. C., Da Ilustração à Revolução - percursos ao longo do espaço, **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, jan/jun. 1989, v. 4, nº 1.
- Ferreira, T. M. T. B. da C., Os leitores do Rio de Janeiro: bibliotecas como jardins das delícias, **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, janeiro/dezembro 1995, v. 8, nº 01/02.
- Fortes, L. R. S., Rousseau, o Teatro, a Festa e Narciso, **Discurso 17**, São Paulo: Editora Polis, 1988.
- França, J. A., Burguesia pombalina, nobreza mariana, fidalguia liberal, **Pombal Revisitado**, Lisboa: Editorial Estampa, 1984, v. I.
- Franco, M. S. de C., All the world was America, **Revista USP**, mar./abr./mai. 1993, nº 7.
- Gaeta, M. A. J. V., O escravo nas praças: a festa religiosa das confrarias do Brasil do século XVIII, **A Festa**, Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII/Universitária Editora, 1992, v. I.

- Gama, Â. B. da (intr.), *Livreiro, Editores e Impressores em Lisboa no século XVIII, Arquivo da Bibliografia Portuguesa*, Coimbra: ano XIII, janeiro/dezembro de 1967, nº 49-52.
- Giucci, G., *A visão inaugural do Brasil: a Terra de Vera Cruz*, RBH, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, setembro de 1990/ fevereiro de 1991, v. 11, nº 21.
- Gomes, F. dos S., *Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia colonial*, *Revista USP*, São Paulo, dezembro/fevereiro 1995/96, nº 28.
- _____, *Inventando uma tradição: Quilombolas na Capitania de São Paulo (1722-1811)*, *Pós-História*, São Paulo: Unesp, 1996, v. 4.
- Graham, S. L., *O Motim do Vintém e a Cultura política do Rio de Janeiro em 1880*, RBH, São Paulo: mar.-ago./1991, nº 20, v. 10.
- Guimarães, D. P., *A festa do colonizado: aspectos das comemorações brasileiras do século XVIII*, *A Festa*, Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII/Universitária Editora, 1992, v. I.
- Guimarães, L. M. P., *Festa da clemência: festa da contra-revolução*, *A Festa*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII/Universitária Editora, 1992, v. I.
- Guimarães, M. L. S., *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*, *Estudos Históricos - Caminhos da historiografia* (CPDOC), São Paulo: Edições Vértice, 1988, v. 1.
- Halévi, R., *Les représentations de la démocratie maçonnique au XVIIIe. siècle*, *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, oct.-déc./1984, t. XXXI.
- Haroche, C./Courtine, J. J., *O homem desfigurado - Semiologia e Antropologia política de expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX*, RBH, São Paulo, set. 86/fev. 87, v. 7, nº 13.
- Hartog, F., *Temps et Histoire: 'Comment écrire l'histoire de France?'*, *Annales, Histoire, Sciences Sociales*, Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, nov/dez de 1995, nº 6.
- Higgs, D., *Os perigos da francesia no Brasil no período da Revolução Francesa, A recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil*, Porto: Universidade do Porto, 1992.
- Jobim, L. C., *A difusão da obra de Diderot em Portugal e no Brasil*, *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, jan./jun. 1989, v. 4, nº 1.
- _____, *Domingos Vandelli e a Revolução Francesa*, *Revista da História das Idéias*, 1988, v. 10.
- _____, *Inquisição e censura de livros no Brasil no século XIX*, *Revista de História das Idéias*, 1989, v. 11.

- _____. Os jardins botânicos e o fomentismo português no Brasil, **Anais da III Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**, 1984.
- Klein, H. S., Os Homens Livres de Cor na Sociedade Escravista, **Dados**, IUPERJ, Rio de Janeiro: 1978, nº. 17.
- Kohle, H., La modernité du passé: David, la peinture historique et la théorie neo-classique, **David contre David, Actes du Colloque organisé au Musée du Louvre**, Paris: La Documentation Française, 1993.
- Kury L. B./Munteal Filho, O Cultura Científica e a sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, janeiro/dezembro de 1995, v. 8, nº 01/02.
- Lara, S. L., Blowin in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil, **Projeto História**, São Paulo, 1995, nº 2.
- _____. Entre o luxo e a luxúria: diferenças e identidades entre mulheres coloniais, **Colóquios Sentimento(s) e Identidade(s): os Paradoxos do Político**, Campinas: Unicamp, 1994.
- Lima, L. C., Uma questão da modernidade: o lugar do imaginário, **Revista USP**, março/maio de 1989, nº 1.
- Lima, L. M. de C. F., Monumento a Dom Pedro IV em Lisboa e no Porto, **Revista Portucalense**, 1994, v. 17, nº 101-102.
- Lisboa, J. L., O papel da história entre os leitores do século XVIII, **Ler História**, 1993, nº 24.
- Lyra, M. de L. V., Memória da Independência: marcos e representações simbólicas, **RBH**, 1995, v. 15, nº 29.
- Magalhães, D. J. G. de, Ensaio sobre a história da literatura do Brasil, **Nictheroy - Revista Brasiliense, Sciencias Letras e Artes**, 1836, t. I.
- Manchester, A. K., Growth of Bureaucracy in Brazil, 1808-21, **Journal of Latin American Studies**, Cambridge: University Press, 1972, v. 4, pte. I.
- Marques, M. A. S., A Real Mesa Censória e a cultura nacional. Aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII, Coimbra: Separata do **Boletim da Universidade de Coimbra**, 1963, t. XXVI.
- Marques, M. E. C. M./Siqueira, V. B. C., O Rio de Janeiro Setecentista: a História da Construção da Capital, Gávea, **Revista de História da Arte e Arquitetura**, PUC-RJ: 1989, nº. 7.
- Matos, L. F. F. de, Apresentação a Rousseau, o Teatro, a Festa e Narciso, **Discurso 17**, São Paulo: Editora Polis, 1988.

- Maxwell, K. R., The generation of the 1750s and the idea of Luso-Braslian Empire. In: Alden, D. (ed.), **Colonial roots of modern Brazil**, Bekerley/Los Angeles/Londres: University of California Press, 1973.
- Meyer, M., Um eterno retorno: as descobertas do Brasil, **Caminhos do Imaginário no Brasil**, São Paulo: Edusp, 1993.
- Merêa, P., Sobre a aclamação dos nossos reis, **Revista Portuguesa de História**, Coimbra: 1962, t. X.
- Mott, L., Brancos, pardos e pretos em Sergipe: 1825-1830, **Anais de História**, 1974.
- _____, A Revolução dos negros do Haiti e o Brasil, **História: Questões & Debates**, Curitiba, junho 1982, v. 3, nº 4.
- Nascimento, M. M. do, Revolução: estabelecimento de uma nova ordem ou volta às origens, **Revista USP**, nº 1, março/maio de 1989.
- Neves, L. M. B., Leitura e leitores no Brasil, 1820-1822: o esboço frustado de uma esfera pública de poder, **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, janeiro/dezembro de 1995, v. 8, nº 01/02.
- Neves, L. M. B./Bessone, T., O medo dos 'abomináveis princípios franceses': a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil, **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, jan/jun. de 1989, v. 4, nº 1.
- Nizza da Silva, M. B., Análise de Estratificação social do Rio de Janeiro (o Rio de Janeiro de 1808 a 1821), **Boletim**, FFLCH/USP, Departamento de História, 1975, nº 7 (Nova Série).
- _____, Liberdade, Igualdade e Fraternidade numa sociedade escravocrata. Bahia, 1798, **A recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil**, Porto: Universidade do Porto, 1992.
- _____, O sagrado e o profano nas festas do Brasil colonial (1777-1822), **A Festa**, Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII/Universitária Editora, 1992, v. I.
- Oliveira, C. H. de S., Memória e utopias liberais: representações políticas em torno da Independência, BLAJ, Ilana/ Monteiro, J. M. (orgs), **História & Utopias**, São Paulo: ANPUH, 1996.
- _____, Política e Memória: Gonçalves Ledo e a Questão da Independência, Bresciani, M. S. /Samara, E. M. /Lewkowicz, I., **Jogos da Política. Imagens, Representações e Práticas**, São Paulo: ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1992.
- _____, Na querela dos folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais, **Revista de História**, São Paulo: 1984, nº 116.

- Potts, A., De Winckelmenn à David: l'incarnation des idéaux politiques, **David contre David, Actes du Colloque organisé au Musée du Louvre**, Paris: La Documentation Française, 1993.
- Prado Júnior, C., O Tamoio e a Política dos Andrada na Independência do Brasil, **Revolução Política do Brasil e outros Estudos**, São Paulo: Brasiliense, s/d.
- Pedreira, J. M., La Economía portuguesa y el fin del Imperio Luso Brasileño (1800-1860), Escosura, L. P. de la/Amaral, S. (eds), **La independencia americana: consecuencias económicas**, Madri: Alianza Editorial, s/d.
- _____, Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais, **Análise Social**, 1992, v. XXVII (116-117).
- Priore, M. Del, Retrato da América quando jovem - Imagens e representações sobre o Novo Continente entre os séculos XVI e XVIII, **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: 1992, v. 5, nº 5.
- Regência do Gabinete de José Bonifácio de Andrada e Silva, **Publicações do Arquivo Nacional**, 1918, v. XIII.
- Reis, J. J., Quilombos e revoltas escravas no Brasil, **Revista USP**, dez./fev. de 1995/96, nº 28.
- _____, Slave Resistence in Brazil: Bahia, 1807-1835, **Luso - Brazilian Review**, 1988, v. 25, nº 1.
- Reis, M. de F., A Intendência geral da polícia da corte e do Estado do Brasil: os termos de bom viver e a ação de Paulo Fernandes Viana, **Anais da II Reunião**, São Paulo: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), 1983.
- Ribeiro, G. S., 'Pés-de-chumbo' e 'Garrafeiros': conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no primeiro Reinado (1822-1831), **RBH**, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, setembro de 1991/ agosto de 1992, v. 12, nº 23/24.
- _____, 'Ser português' ou 'ser brasileiro'? Algumas considerações sobre o Primeiro Reinado, **Ler História**, 1994, nº 25.
- Ribeiro, R. J., História e Revolução: a Revolução Francesa e uma nova idéia de História, **Revista USP**, março/maio de 1989, nº 1.
- Roche, D., République des Lettres ou royaume des mœurs: la sociabilité vue d'ailleurs, **Revue d'Histoire moderne et contemporaine**, avril-juin/1996, v. 43, nº 2.
- Ribeiro, M. E. de B., Naissance du Bresil Imperial: Richesse et signification d'une symbolique, **Cahiers des Ameriques Latines et les auteurs**, Éditions de l'Heal, 1990, nº 9.
- Rodrigues, J., Índios e Africanos: do 'pouco ou nenhum fruto' do trabalho à criação de uma classe trabalhadora, **Cadernos de História Social**, Campinas: 1995, nº 2.

- _____, Os traficantes de africanos e seu 'infame comércio' (1827-1860), *RBH*, São Paulo: ANPUH/ Contexto, 1995, v. 15, nº 29.
- Rodrigues, J. W., Farda do Reino Unido e do Império, *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis: 1950.
- Rodrigues, M. A., A universidade de Coimbra e a elite intelectual brasileira na última fase do período colonial, *Revista de História das Idéias*, 1990, v. 12.
- Romeiro, A., O novo mundo e a ruptura da ordem, *Cadernos de História Social*, outubro de 1995, nº 2.
- Russel-Wood, A. J. R., Local government in Portuguese America: a study in Cultural Divergence, *Comparative studies and history*, Cambridge University Press, março\ 1974, v. 16, nº 2.
- _____, *The Black Man, Slavery and Freedom in Colonial Brazil*, New York: St. Martin's Press, 1982.
- Salgado, M. L., De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História, *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, jan/jun 1989, v. 4, nº 1
- Santos, A.C. M. dos, A Invenção do Brasil: um problema nacional ?, *Revista de História*, jan./jun.1985, nº 118.
- Santos, G., José Bonifácio, o Iluminismo e a emancipação dos escravos, *Estudos Afro-asiáticos*, São Paulo: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, junho de 1993, nº 24.
- Santos, R., A nuvem por Juno? O tema da fisiocracia na historiografia do pensamento econômico português, *Análise Social*, 1993, v. XXVIII (121).
- Schiavinato, I. L. C. F., História, Arte e Poder: uma produção do passado, *História*, São Paulo: Ed. UNESP, 1992, v. 11.
- Slenes, R. W., Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX, *RBH*, São Paulo: ANPUH/Marco Zero 1988, v. 8, nº. 16.
- _____, 'Malungu, ngoma vem': África encoberta e descoberta no Brasil, *Revista USP*, 1991-1992, nº 12 .
- Smith, R. C., Os mausoléus de D. João V nas quatro partes do mundo, *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa: Universidade de Lisboa, 1955, t. XXI, 2ª série, nº 1.
- Sousa, J. A. S. de, Aspectos do comércio do Brasil e de Portugal no fim do século XVIII, *RIHGB*, 1970, v. 289.
- Sousa, O. T., A mentalidade da Constituinte, II Congresso de História Nacional, *RIGHB*, 1935.
- Souza, L. de M. e, Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII, Novaes, A (org.), *Tempo e História*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- Starobinski, J., **Jean Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo**, São Paulo: Companhia das Letras, 1991, cap. 5.
- Sussekund, F., O escritor como genealista, Pizarro, A. (org.), **América Latina: Palavra, Literatura e Cultura**, São Paulo/Campinas: Memorial da América Latina/Unicamp, 1994, v. 2.
- Tedim, J. M., **Festas Barrocas no Brasil colonial. Exéquias de D. João V em S. Salvador da Baía e S. João d'El Rei**, Texto do Autor.
- Vargues, I. N., O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820, **História de Portugal - O liberalismo**, Lisboa: Editora Estampa, 1994, v. 5.
- Valensise, M., Le sacre du roi; stratégie symbolique et doctrine politique de la monarchie française, **Annales - Économies, Sociétés, Civilisations**, mai-juin 1986, 41e. année, n. 3.

TESES

- Abreu, M. C., **"O Império do Divino": Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro 1830-1900**, São Paulo: Campinas, UNICAMP, Tese de doutoramento, 1996.
- Andrade, R. G., **Burocracia e Economia na primeira metade do século XIX (A Junta do Comércio e as atividades artesanais e manufatureiras na cidade do Rio de Janeiro: 1808-50)**, Niterói: UFF, Dissertação de mestrado, 1980.
- Aufderheide, P. A., **Order and Violence: Social Deviance and Social Control in Brazil, 1780 - 1840**, University of Minesota, 1976.
- Baumann, T. de B., **A Gesta de Anchieta: a construção do "Outro" nas idéias e práticas jesuíticas nos quinhentos**, Niterói: UFF, Dissertação de mestrado, 1993.
- Carvalho, M. J. M. de, **Hegemony and rebellion in Pernambuco (Brazil), 1821-1835**, Urbana-Champaign: University of Illinois, 1989.
- Chamon, C. S., **Festejos Imperiais - Festas Cívicas em Minas Gerais, 1815/1845**, Belo Horizonte: UFMG, Dissertação de mestrado, 1996.
- Coelho, G. M., **Ação e Reação na Província do Pará: o conflito político social de 1823**, Niterói: UFF, Dissertação de mestrado, 1978.
- Figueiredo, L. R. de A., **Revolutas, Fiscalidade e Identidade Colonial na América portuguesa. Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640 - 1761**, São Paulo, USP, Tese de doutoramento, 1996, p. 1-190.
- Gomes Jr., G. S., **Palavra peregrina: idéias barrocas e o pensamento sobre artes e letras no Brasil**, São Paulo: USP, Tese de doutoramento, 1996

- Gomes, R. M. F. de C., **A Corte dos Reis Portugueses no final da Idade Média**, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994.
- Kato, R. M., **Revoltas de rua: o Rio de Janeiro em três momentos (1821-1828-1831)**, Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de mestrado, 1988.
- Lisboa, K. M., **A Nova Atlântida ou o gabinete naturalista dos doutores Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)**, São Paulo: USP, Dissertação de mestrado, 1995.
- Lopes, M. M., **As ciências naturais e os museus no Brasil no século XIX**, São Paulo: USP, Dissertação de mestrado, 1993.
- Martins, W. de S., **Arraiais e procissões na Corte: Festas e civilização na cidade do Rio de Janeiro (1828-1860)**, Rio de Janeiro: UFF, Dissertação de mestrado, 1996.
- Munteal Filho, O., **Domenico Vandelle no anfiteatro da natureza: a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do antigo sistema colonial (1779-1808)**, PUC-RJ, Dissertação de mestrado, 1993.
- Neves, L. M. B. P., **Corcundas, constitucionais e pés de chumbo: a cultura política da Independência, 1820-1822**, São Paulo, USP, Tese de doutoramento, 1992.
- Neves, G. P. C. P. das, **O seminário de Olinda: educação, cultura e política nos tempos modernos**, Niterói: UFF, Dissertação de mestrado, 1984, v. II, pp. 313-423.
- Oliveira, C. H. L. de S., **A Astúcia Liberal - relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)**, São Paulo: USP, Tese de doutoramento, 1986.
- Ricci, M. M. de O., **Nas Fronteiras da Independência: um estudo sobre os significados da Liberdade na região de Itu (1799-1822)**, Campinas: UNICAMP, Dissertação de mestrado, 1993.
- Rodrigues, J., **O Infame Comércio - Propostas e Experiências no final do Tráfico de Africanos para o Brasil (1800-1850)**, Campinas: UNICAMP, Dissertação de mestrado, 1994.
- Romeiro, A., **Um visionário na Corte de D. João: revolta e milenarismo nas Minas Gerais**, Campinas: UNICAMP, Tese de doutoramento, 1996.
- Silva, A. R. C. da, **Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783-1823**, Campinas: UNICAMP, Dissertação de mestrado, 1996.
- Souza, C. L. de, **Mentalidade escravistas e abolicionismo entre os letrados da Corte (1808-1850)**, Rio de Janeiro: UFF, Dissertação de mestrado, 1994.
- Werneck da Silva, J. L., **Isto é o que me parece. A SAIN (1827-1904) na formação social brasileira. A conjuntura de 1871 até 1877**, Niterói: UFF, Dissertação de mestrado, 1979.